

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO
NORDESTE BRASILEIRO**

SEVERINO JOSÉ DE LIMA

RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 2000.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Educação Política e Movimentos Sociais Agrários no Nordeste Brasileiro

Severino José de Lima

Sob a orientação do Prof. Raimundo Santos

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de doutor em
Ciências Humanas, com área de
concentração em Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, março de 2000.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L632e

2000 Lima, Severino José de.

Educação política e movimentos sociais agrários no Nordeste brasileiro / Severino José de Lima. — Rio de Janeiro, 2000.
658 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Santos.

1. Educação Política. 2. Cultura Política. 3. Movimentos Sociais.
4. Participação Política. I. Título.

CDU – 37.035.4(043)

Educação Política e Movimentos Sociais Agrários no Nordeste Brasileiro

Severino José de Lima

Aprovado em: ___/___/___

Raimundo Santos (Orientador) _____

Francisco Carlos Teixeira da Silva _____

Gian Mário Giuliani _____

Leonilde Sérvolo de Medeiros _____

José Roberto Pereira Novaes _____

Suplentes:

Regina Célia Reyes Novaes

Norma Montalvo de Soler

BIOGRAFIA DO AUTOR

Severino José de Lima nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 1954. Graduiu-se em Agronomia em 1979, na Universidade Federal da Paraíba. Obteve grau de Mestre em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural, em 1983, nesta mesma Universidade.

De 1984 a 1989, trabalhou em diferentes instituições governamentais, nos estados de Rondônia e de Roraima, dedicando-se à pesquisa e estudos, ao planejamento agrícola e governamental. Foi assessor da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo de Rondônia e técnico de Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Roraima; extensionista da ASTER-RR e Coordenador de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Governo de Roraima. Entre 1990 e 1992, trabalhou na Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (Organização Não Governamental), na região cacauceira da Bahia, dedicando-se à organização e formação político-sindical dos trabalhadores rurais do cacau.

Atualmente reside em Campina Grande (PB), exercendo cargo de professor na área de Teoria e Metodologia do Departamento de Sociologia e Antropologia, Centro Humanidades, da Universidade Federal da Paraíba. Dedicar-se a estudos, pesquisas e assessorias aos movimentos sociais, pastorais sociais e entidades de educação popular desde os anos de 1970, além de trabalhar como educador popular na área de alfabetização e escolarização de jovens e adultos.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Raimundo Santos, orientador, que com muita lucidez, sempre estimulante e crítica, proporcionou-me apoio e sugestões na gestação deste trabalho.

Aos Professores José Roberto Novaes, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Gian Mario Giuliani, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Norma Montalvo de Soler e Regina Novaes por aceitarem o convite para participarem da Banca Examinadora.

Aos professores da CPDA pelo estímulo que me foi proporcionado durante o curso de doutorado, especialmente, Roberto José Moreira, Maria José Carneiro, Héctor Alimonda, Eli Napoleão de Lima e Luiz Flávio Carvalho da Costa;

Aos meus colegas de curso que comigo constituíram a PRIMEIRA TURMA DE DOUTORADO DO CPDA, pelo convívio de amizade e cooperação indispensável para o meu crescimento intelectual.

A CAPES e a FAPERJ que me proporcionaram estímulo financeiro durante o curso e sem o qual não teria chegado ao fim da caminhada. Também aos meus colegas de trabalho e à UFPB pela liberação para realizar o curso de doutorado.

Aos companheiros de caminhada: militantes do PT; educadores de ONG's e dos movimentos sociais; religiosos e agentes de pastorais. Especificamente aos que diretamente contribuíram para que pudesse compreender os movimentos sociais como processos de aprendizagem: trabalhadores da região cacauzeira da Bahia; trabalhadores canavieiros nordestinos; trabalhadores sem terra do Rio Grande do Norte, da Bahia e do nordeste do Pará; agricultores dos projetos de colonização de Rondônia e da Cuiabá – Santarém; comunidades rurais do Semi – Árido nordestino; participantes das CEB's da Bahia e do Rio Grande do Norte; povos wapixana e macuxi de Roraima, entre outros segmentos da população trabalhadora do campo.

RESUMO

Este trabalho analisa a dimensão educativa dos movimentos sociais agrários no Nordeste do Brasil. Estes movimentos como portadores de processos de aprendizagem são analisados à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Procura realizar uma avaliação de tais movimentos quanto às suas possibilidades de produzir impactos na cultura política pré-existente e considerada autoritária, o que pressupõe possibilidades e limites de socialização política dos atores sociais implicados. Conclui que os movimentos sociais são portadores de uma cultura política de participação e que esta encontrou brechas no sistema político para a sua corporificação institucional. Entretanto, a ação movimentalista teria limites em termos de contribuição para superar a persistente “cultura política de sujeição”, clientelista e corporativista, ao não privilegiar as vias propriamente políticas de ação.

Palavras – chave: Educação política; cultura política; movimentos sociais; participação política.

SUMMARY

This paper analyzes the educative dimension of agrarian social movements in the northeast of Brazil based on the communicative action theory by Jurgen Habermas. It also estimates their probable contribution to overcome the prevailing and authoritative political culture. I concluded that these movements consist of a political culture of participation which has penetrated into the political system to institutionalize itself. On the other hand, they are expected to have limits to overcome the persistent political culture of submission, also regarded as “clientelista or corporativista” for failing to consider the true political patterns of action.

Keywords: political education; political culture; social movements; political participation.

RÉSUMÉ

Réflexion sur la dimension éducative des mouvements sociaux dans le Nord-Est du Brésil. Ces mouvements sociaux sont analysés à la lumière de la théorie de l'agir communicationnel de Jürgen Habermans. Dans lè moment que cherche évaluer les possibilités de ces mouvements contribuent à prévenir la pré-existante culture politique considéré autoritaire. Conclut que de tels mouvements dans le contexte de le Nord-East sont porteurs d'une culture politique de participation et que ce est trouvée une lacune dans le système politique pour son institutionnalisation. Pendant ce temps, le movementalist action aurait limites pour surmonter les persistante "culture politique de soumission", clientéliste et corporatif dans le moment qu'il ne le privilège pas les moyens d'action politique.

Mots - clés: éducation politique; culture politique; mouvements sociaux; participation politique.

SUMÁRIO

Biografia do Autor	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Resume	v
Lista de Tabelas e Quadros	ix
Lista de Abreviaturas	x
INTRODUÇÃO	01
PRIMEIRA PARTE:	
MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA DIMENSÃO EDUCATIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA E UM ENFOQUE TEÓRICO	
CAPÍTULO I: MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL; PROMESSAS DESCUMPRIDAS, TEMÁTICA EM CRISE E CRISE DE UM CONCEITO	10
1.1. Conformação do Campo Temático	10
1.2. Polaridades Interpretativas e Promessas Descumpridas	12
1.3. A Temática em Crise e a Crise do Conceito de Movimentos Sociais	17
1.4. Tentativas de Superação de Impasses Teóricos e Conceituais	21
CAPÍTULO II: À CATA DA DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LITERATURA TEMÁTICA EM GERAL	33
2.1. Um Olhar na Produção Acadêmica sob o Enfoque da Aprendizagem	33
2.2. Considerações Finais e Outras Falas	47
CAPÍTULO III A DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO MOVIMENTALISTA E A LITERATURA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS	49
3.1. Do Final da Década de 70 ao Surgimento da Nova República	50
3.2. Do Surgimento da Nova República ao Final da Década de 80	56
3.3. Anos 90: Enfoques Teóricos, Temáticas e Movimentos Sociais Agrários	95
3.4. Considerações Sobre o Estado da Arte dos Estudos Sobre os Movimentos Sociais Agrários	126
CAPÍTULO IV: QUADRO TEÓRICO: PARA UM ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO PROCESSOS DE APRENDIZAGEM	129
4.1. A Compreensão Descentrada do Mundo	129
4.2. Ação Comunicativa: Racionalidade da Ação e Racionalização Social e Outras Noções e Conceitos	136

4.3.	Mundo da Vida e Sistema	136
4.4.	Patologias da Modernidade: Colonização do Mundo Vital e Empobrecimento Cultural	140
4.5.	Outros Conceitos Fundamentais	143
4.6.	Estratégia de Análise	146

SEGUNDA PARTE:

EDUCAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS E ONG's NO BRASIL PÓS-ANOS 70

CAPÍTULO I:	OS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	151
CAPÍTULO II:	SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NOS ANOS 80 E 90	162
2.1.	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	162
2.2.	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	193
2.2.1.	Período Pré-Diretas Já	193
2.2.2.	Período 85 a 88/89: Autonomização e Estruturação do MST como Movimento Nacional	208
2.2.3.	Período Pós-88/89: Ocupar, Resistir e Produzir	215
2.3.	Outros Movimentos Sociais Agrários	228

TERCEIRA PARTE:

EDUCAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO

CAPÍTULO I:	O MSTR E A LUTA DOS TRABALHADORES DA CANA	235
1.1.	Primeiras Palavras	235
1.2.	A Greve de Pernambuco e o modelo CONTAG de Campanhas Salariais	236
1.3.	Evolução do Movimento Social Canavieiro e a Luta pelo Cumprimento dos Direitos	242
1.4.	Repercussões e Impactos Políticos da Ação Movimentalista Canavieira e a Problemática de Socialização Política	247
1.5.	A Crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro e Seus Impactos Econômicos e Sociais	258
1.6.	MSTR: Impasses e Construção de Alternativas à Crise	267
CAPÍTULO II:	O MST E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE	283
2.1.	Uma Introdução Sobre a Sua Dimensão Educativa.	283
2.2.	A Construção do MST no Nordeste	288
2.3.	MST, Fragmentação ou Reforço à Luta pela Terra?	292

2.4. MST, ONG's e a Política.	301
2.5. O MST, ONG's e a Problemática da Socialização Política!	309
2.6. Indagando Sobre as Possibilidades e Limites da Socialização dos Indivíduos em Áreas de Assentamentos e Comunidades Rurais	335
CONSIDERAÇÕES FINAIS	346
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	355
ANEXOS	496
ANEXO I: Referências Sobre os Entrevistados Chaves	
ANEXO II: Lista dos Documentos Utilizados no Texto	
ANEXO III: Relação dos Principais Encontros e Eventos Assistidos e Observados	
ANEXO IV: Relação de Comunidades e Assentamentos Pesquisados	

Índice de Tabelas e Quadros

Quadro I - Conflitos de Terra e Violência no Campo	273
Quadro II - Ocupações de Terra, 1993	273
Quadro III - Principais Movimentos Sociais Agrários no Nordeste	293
Quadro IV- Outros Movimentos e ONG's Atuando no Campo no Nordeste	294

Lista de Abreviaturas

AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo, do Rio Grande do Norte. ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.
ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.
ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural.
AFBNB – Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste.
AI – 5 – Ato Institucional 5 – Leis de Excessão do Reg. Militar de 1964 – Brasil.
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia – Valente.
APOINE – Articulação dos Povos e das Comunidades Indígenas do Nordeste.
ARENA – Aliança Renovadora Nacional.
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.
ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural /Paraná.
ASPLANA – Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas.
AS-PTA – Associação Projeto Tecnologias Alternativas.
BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco.
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial (Banco Mundial)
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CAPA – Centro de Assessoramento ao Pequeno Agricultor/ RS.
CÁRITAS – Cáritas Brasileira/ CNBB.
CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão.
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços/ Salvador – Bahia.
CENTRAC – Centro de Ação Cultural.
CGT – Central Geral dos Trabalhadores.
CNTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.
CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.
CONCRAB – Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar do Brasil.
CPJP – Comissão Pontifícia de Justiça e Paz / Paraná.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
CPT / RO – Comissão Pastoral da Terra de Rondônia.
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNA – Confederação Nacional da Agricultura.
CNI – Confederação Nacional da Indústria.
CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores.
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros.
CEPAC – Centro Piauiense de Educação Popular e Ação Cultural.
CEAPA – Centro Estadual das Associações e Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas.
CDDH – GB - Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Guarabira/PB.
CDDH – JP - Centro de Defesa dos Direitos Humanos – João Pessoa/PB.
CEAHS – Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza.
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – Salvador /BA.
CEAS – RURAL – Centro de Estudos e Ação Social Rural – Recife/PE.
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

CENAP – Centro Nordestino de Animação Popular – Recife – PE.
 CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares -.
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
 CONSTRI – Convergência Sindical Trabalhadores Independentes.
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
 CUT – Central Única dos Trabalhadores.
 DNTR-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT.
 EQUIP – Escola de Formação Quilombo de Palmares.
 ESMA – Escola de Formação Maria Margarida Alves.
 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
 FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
 FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.
 FHC – Fernando Henrique Cardoso – Governo.
 FMI – Fundo Monetário Internacional.
 FNE – Fundo Constitucional de Investimentos no Nordeste.
 FOCAMPO – Fórum do Campo Potiguar.
 FPCV – AL – Fórum Permanente Contra a Violência – Alagoas.
 FETAG –AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas.
 FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte.
 FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba.
 FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão.
 FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
 FERAESP – Fed. dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
 FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
 FETAEMG – Federação dos Trab. na Agricultura do Estado de Minas Gerais
 FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará.
 FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.
 FETAG-BA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia.
 FUNDAC – Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente/Alagoas.
 FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região de Celeiro – RS.
 FUNRURAL – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural.
 GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins.
 GEBAM – Grupo Executivo de Terras da Bacia Amazônica.
 IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
 ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
 IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola.
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.
 ITC – Instituto de Terras do Paraná.
 ITERRA – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.
 IPC – Índice de Preços ao Consumidor.
 MASTRECO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro - Oeste do Paraná.
 MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.
 MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudeste / Paraná.
 MASTEN – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná.
 MASTEL – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Leste do Paraná.
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
 MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.
 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MEB – Movimento de Educação de Base.
MEAF- Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários.
MIRAD – Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
MLT – Movimento de Luta pela Terra.
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.
MOC – Movimento de Organização Comunitária / Bahia.
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores.
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil.
ONG – Organização Não Governamental.
PAPP – Programa de Apoio ao Peq. Produtor Rural.
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda.
PATAC – Associação Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas as Comunidades – Paraíba.
PPS – Partido Popular Socialista.
PV – Partido Verde.
PT – Partido dos Trabalhadores.
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.
PROCERA – Programa de Crédito da Reforma Agrária.
PRONERA – Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária.
PROMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona Mata/Pernambuco.
PRORENDA – Programa Popular de Geração de Emprego e Renda – Pernambuco.
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.
SCA – Sistema de Cooperativismo dos Assentados da Reforma Agrária.
SAR – Serviço de Assistência Rural/ Arquidiocese de Natal – RN.
SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SERPAJ – Serviço de Justiça e Paz/Recife – PE.
SEPLAN – Secretaria de Planejamento.
SERTA – Serviço de Tecnologias Alternativas – Pernambuco.
SINACOOOP – Sistema Nacional de Cooperativismo.
SINDAÇUCAR – Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool – Pernambuco.
STIAA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool/Pernambuco.
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais.
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
UDR – União Democrática Ruralista.
TRT – Tribunal Regional do Trabalho.
UFAL – Universidade Federal de Alagoas.
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura.
URV – Unidade de Referência de Valor.

INTRODUÇÃO

Este texto é produto de uma pesquisa e de uma reflexão sobre a dimensão educativa dos movimentos sociais. Seus objetivos e alcances são modestos e limitados tanto quanto o próprio enfoque utilizado no sentido de equacionamento de dilemas e questões colocadas por tais movimentos no jogo das contradições e incertezas inscritas na própria dinâmica societária. O fato é que os movimentos sociais, em si mesmos, afirmam-se como problema teórico que continua a desafiar paradigmas e esquemas analíticos vigentes.

Diante de tais modéstias e limites, mobilizamos esforços para analisar os movimentos e lutas sociais dos trabalhadores rurais no contexto do Nordeste do Brasil. Delimitamos o campo de análise em dois movimentos considerados mais importantes pela sua abrangência social e visibilidade pública. São eles: o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (enfatizando basicamente a luta pelos direitos dos trabalhadores do complexo sucroalcooleiro); e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Entretanto, não deixamos de nos referir aos outros movimentos e nem a um complexo de entidades que se constituem no lastro institucional da sociedade civil e no qual se apoiam os movimentos sociais nordestinos.

Estes movimentos como portadores de processos de aprendizagem, são analisados à luz da teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas. Para tanto, realizamos uma leitura da dimensão político-pedagógica das contribuições teóricas deste autor, em torno da qual foi possível construir um quadro teórico que oferecesse, ao nosso ver, uma melhor compreensão dos fenômenos em apreço. Especificamente, procuramos realizar uma avaliação dos movimentos sociais enquanto processos capazes de racionalização do mundo da vida. Por sua vez, a racionalização do mundo da vida pode ser entendida como processo de radicalização da democracia, no sentido de um processo que se dá a partir do cotidiano, envolvendo indivíduos e grupos sociais, numa sociedade profundamente desigual. Tal processo, em sua radicalidade, pode ser traduzido em mudanças de estruturas de mentalidade; de valores, de crenças e concepções de mundo que presidem orientações e padrões de conduta autoritários; pode ser expresso pela capacidade que possam ter na generalização de valores e formalização de regras mais democráticas de convivência social desde as relações interpessoais e nas entidades comunitárias; pode ainda ser visto como possibilidades de juridificação de direitos e disputa de políticas públicas, retirando-as da conceituação de carências para situá-las no campo dos direitos (OLIVEIRA; 1995:10). De ‘baixo para cima’, este movimento ascendente está sujeito a avanços, recuos e retrocesso face aos estorvos da tradição e aos imperativos dos sistemas regidos por meios.

Os movimentos sociais estão, nesse sentido, na própria origem do processo de constitucionalização de direitos na Carta Magna de 1988 e continuam persistindo na sua vigência, reatualização e ampliação, apesar das ameaças e regressões das orientações governamentais neoliberais. A própria instalação do Estado democrático de direito, antecedido por ampla mobilização social, abriu possibilidades irrenunciáveis para a superação de gramáticas políticas autoritárias que permeiam as relações Estado e Sociedade, passando todo tecido social e, podendo aparecer onde menos eram de se esperar. Com uma postura muitas vezes ambígua e contraditória, porque heterônoma é a própria realidade social, os movimentos com suas lutas procuram superar tais padrões de relações sociais autoritários e que conformam uma cultura política de subserviência, de subalternidade, “de sujeição”, sinalizando a sua superação como portadores de uma cultura política “de participação” (Sani, 1987:308). Entretanto, teriam impactos limitados na mudança da cultura política pré-existente ao não privilegiarem as vias propriamente políticas de ação.

A pertinência deste estudo pode ser justificada por levar em consideração que os movimentos, em particular no contexto agrário do Nordeste do Brasil, têm acumulado um aprendizado social ainda não devidamente analisado. Por outro lado, o enfoque da aprendizagem reatualiza de certa forma uma temática que para muitos estudiosos entrou em crise, possivelmente pela própria impotência conceitual das Ciências Sociais de especificar o que vem a ser um movimento social. Não, por acaso, autores como Melucci tem dito que os movimentos sociais são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e que, estudá-los significa questionar a própria teoria social (Melucci; 1994:190). Entretanto, apesar do decreto da crise, se for consultado o mercado editorial se verar que nunca houve tantas publicações sobre os movimentos sociais, fato que comprova a sua natureza de fenômenos históricos decorrentes de lutas e conflitos sociais. Fato que comprova que ‘o fim da história’, ‘o fim da ideologia’ etc. não é nada mais que uma panacéia ideológica e conservadora do neoliberalismo e daqueles iludidos com o mito dos “mercados abertos” e pela utopia do “consumidor pleno”. Enquanto a humanidade e a sociedade brasileira, em particular, não resolver seus problemas básicos de opressão, desigualdades e injustiças sociais, haverá conflitos e lutas sociais, haverá movimentos sociais. Por isto, eles estão como problema para a sociologia desde a sua origem como ciência e continuarão a ser objeto de estudo permanente (GOHN; 1977:19-70).

Não foi difícil tomarmos partido ao lado daqueles autores que defendem os movimentos sociais como lumes indicadores de mudança social, já que vínhamos acompanhando a ação movimentalista no contexto agrário do Nordeste do Brasil desde a década de 70. Entretanto, os impasses teóricos foram muitos, já que as limitações conceituais e a pobreza teórica apontada por vários autores no debate sobre tais fenômenos de ação coletiva não nos autorizava investigá-los sem categorias analíticas.

Fizemos, então, uma incursão na produção teórica sobre a temática e observamos que muita coisa já tinha sido dita e redita sobre eles, a começar pelas revistas acadêmicas de maior circulação no país. Daí em diante o nosso empreendimento lançou-se à cata de publicações e trabalhos não publicados sobre os movimentos sociais no campo, já que nas revistas de maior circulação, pouca coisa havia sobre eles. Não quantificamos a bibliografia levantada e estudada. Mas, Damasceno Martins (1994:4), constata que só na URBANDATA/IUPERJ, no Rio de Janeiro, podiam ser encontradas 455 referências sobre os movimentos sociais urbanos (MPU's). Sobre Movimentos e conflitos sociais no campo, verificamos igualmente uma robusta produção teórica que vem sendo acumulada desde o final da década de 70. É tanto, que Oliveira (1990:60) avalia que vastas florestas de papel já foram gastas para descrever e até teorizar sobre os movimentos sociais. Por seu turno Doimo (1995) assegura que uma abundância de papel foi convertida, pelos movimentos, em mobilizações através de panfletos e convocatórias, em relatórios de encontros e documentos avaliativos, em cartilhas, boletins informativos etc. Então, por que perder mais tempo com movimentos sociais? O poder atributivo e prescritivo de nossas teorias não já amaldiçoou e abençoou todos eles? Não já decretou a sua falência, na sua crônica condição de não-institucionalidade? O que falta ser dito e feito sobre eles?

Vários impasses foram encontrados nesta nossa empreitada. Corríamos o risco de não encontrar respostas a estas indagações ou de repetirmos o que os outros já disseram. Acabaríamos fazendo a leitura da leitura feita sobre tais fenômenos de ação coletiva como outros já fizeram. Mas de que forma, essa leitura da leitura podia ser inovadora? Que perguntas ainda poderiam ser feitas? Sob esta dúvida alargamos o nosso percurso em busca de achados no vasto campo da produção científica sobre movimentos sociais. Os problemas de fundamentação teórica eram evidentes. Além dos problemas conceituais, verificamos a predominância de dois paradigmas, ou para evitar mal-entendido, de dois esquemas teóricos

que caminhavam em direções opostas, cada um enfatizando problemas concernentes à duas faces de uma mesma realidade. Oposições e controvérsias entre objetividade versus subjetividade, explicação versus compreensão, autonomia versus institucionalização, identidade versus interesse, democracia social versus democracia política, eram as “marcas registradas” dos debates. Do ponto de vista metodológico tornou-se quase hegemônico nas duas correntes predominantes um procedimento interpretativo de versão weberiana que identifica características comuns a caso singulares. Tais características foram julgadas como detentoras de qualidades positivas ou negativas a depender da ótica do analista (Nascimento, 1988:36). Assim, temos um paradigma ou modelo interpretativo tendente a enfatizar as ‘virtudes’ dos movimentos sociais quanto as suas possibilidades de contribuir para a mudança social, atribuindo-lhes qualitativos de autonomia, democracia interna, novidade, voluntarismo e espontaneísmo. Outro tendente a aproximar os movimentos sociais de meros grupos de interesse e enfatizando as suas fragilidades e qualitativos de perversidades como intolerância, corporativismo e, entre outros atributos, aversão à institucionalidade política. Se para alguns autores os movimentos sociais deviam ser tratados como fatos empíricos passíveis de explicação, para outros deviam ser vistos como fenômenos analíticos e, portanto, passível de compreensão de sentido. Objetividade versus subjetividade! E a questão aqui, pareceu-nos que estava em como a razão nítida entre dois modelos teóricos poderá manter, todavia, uma unidade entre a cultura de especialistas e a prática cotidiana dos atores movimentalistas. Em ambos os casos encontramos um grande volume de trabalhos descritivos e voltados para estudos de caso, o que comprova, de certa forma, a constatação de autores, como Maria da Glória Gohn (1997), de que a maioria dos trabalhos no Brasil e na América Latina, tem omitido a questão teórica. Esta autora chama a atenção para o fato de que está ainda para ser construída uma teoria consistente para explicar os movimentos sociais, embora se verifique a existência de esboços explicativos destes fenômenos coletivos na realidade latino-americana.

Tais constatações nos deram certo alívio! Mesmo assim, se as teorias sobre os movimentos sociais não respondiam as expectativas de compreendê-los ou explicá-los, inclusive no tocante as suas decantadas virtualidades, fragilidades e ambigüidades, procuramos verificar o que pensadores do campo da teoria política tinham a nos dizer. Num espectro que ia de José Nun (1992, 1988) a outros cientistas políticos preocupados com o problema da transição democrática como Przeworsky (1994), O’Donell (1991a, 1991b), Lechner (1988) etc. Constatam que a maioria delas estavam mais preocupados com questões estratégicas de consolidação da democracia política. Portanto, se alguns poucos tinham a dizer, o que disseram sobre movimentos sociais identificava-se mais com o paradigma que, como vimos anteriormente, enfatiza a sua dimensão estratégica e o seu alheamento à institucionalidade política.

Mas, a nossa incursão teórica não terminou nos analistas políticos da transição democrática. Novamente fez-se necessário uma reeleitura da volumosa “Teoria da Ação Comunicativa” de Habermas, para verificarmos como proceder para estudar os movimentos sociais como portadores de aprendizagem. Outras contribuições teóricas deste autor entraram nesta batalha teórica. Foram estudados outros tantos autores que discutem Habermas e que tomam as suas contribuições para equacionar dilemas conceituais no campo da ação movimentalista. Neste ponto, descobrimos através de Freitag (1989, 1982) o dilema habermaniano de identificar a psicogênese, a sociogênese e a gênese do conhecimento científico e crítico organizado (história da ciência). Entretanto, para Piaget, o problema da homologia estrutural entre estas três dimensões inexistente, pois em todos esses processos, se manifestaria em diferentes níveis (individual, social e científico) a mesma essência: a razão. E esta se constitui no relacionamento dialético de indivíduo versus mundo exterior, por sua vez, diferenciado em objetivo e social, que constituem um sistema global, em que o aspecto social

ou individual é indissociável, permanecendo vinculados tanto em sua forma como em seu conteúdo (Piaget, 1955:244 apud Freitag, 1982:45). Equívoco epistemológico tendo em vista uma homologia entre a psicogênese piagetiana e os processos “evolutivos” dos sistemas societários? Esta questão aliada a fato de que o estruturalismo genético de Jean Piaget se constitui na referência de fundo de toda a teoria da ação comunicativa nos levou a bibliografia pedagógica: Piaget, Paulo Freire e outros. Um norte: a problemática da formação do sujeito e o papel que nela desempenham os movimentos sociais. Outro norte: para Piaget é o nível de estruturação lógica dos indivíduos que constitui a infraestrutura dos fatos sociais: regras, noções de justiça, valores, normas, símbolos, mitos, crenças, etc. Portanto, tais fatos são constituídos a partir dos processos interativos entre indivíduos e grupos sociais de uma dada sociedade.

Percorremos ainda a bibliografia sobre os movimentos sociais, com recorte naquela dedicada aos movimentos sociais no campo, para nela garimpar referências ou aspectos sobre o caráter educativo dos movimentos sociais. Enfim, podíamos agora concordar com Doimo (1995) e com Costa (1994) que alguma coisa ou que muitos aspectos ainda faltavam ser ditos sobre os movimentos sociais. No nosso caso, tratava-se, portanto, de mostrar que eles são portadores de processos de aprendizagem a medida que são capazes de abarcar indivíduos e grupos sociais em processos interativos contínuos cada vez mais complexos e abertos à inovação e a resolução de problemas que os afetam. Ou, numa concepção habermasiana: o caráter educativo dos movimentos sociais pode ser revelado pelo seu potencial de racionalizar as tradições (Habermas, 1983:39); já que eles partem de práticas cotidianas de viver e lutar dos atores sociais, incluindo, portanto, as visões de mundo, crenças e valores que as sustentam, para assim, elevá-los, como diria Gramsci, a uma forma superior de cultura e de concepção de mundo. Se tiver sentido a idéia de que um trabalhador rural possa também ser um ente intelectual, embora não possa exercer as funções de um intelectual no sentido gramsciano; haveremos de reconhecer que esta sua atividade pensante não depende tanto do que possa consumir uma reflexão feita para ele em seu nome; mas porque é capaz de refletir sobre o significado de sua própria prática, adquirindo consciência dela, pois pensar é um momento da práxis social tanto quanto o agir (Chauí, 1980:208).

Em outros termos, pensar os movimentos sociais pelo enfoque educativo, em particular aqueles que envolvem os atores sociais do campo e no contexto do Nordeste do Brasil, implica neste trabalho, três tarefas simultâneas, embora com ordem de exposição diferenciada:

Analisar os processos de aprendizagem que levam os indivíduos a construir formas de organização interativa desde o nível local; base da ação movimentalista mais abrangente e de expressão pública.

Sem deixarmos de abordar o conjunto dos movimentos, estudar aqueles mais expressivos naquele contexto, não só apreendendo em suas trajetórias o caráter estratégico e dramático de suas ações reivindicativas e propositivas, mas, sobretudo, a sua dimensão normativa na sua qualidade universalista.

Enfocar os processos árduos de lutas pela vigência, ampliação e reatualização de direitos, verificando avanços e retrocessos nos processos contraditórios e ambíguos de juridificação de direitos e formalização de novas relações sociais, com atenção especial para possíveis rompimentos/superação de padrões clientelistas e outras gramáticas políticas arraigadas na tradição.

Estes três níveis de análise sugeridas por Claus Offe (1989:229) – “a partir de baixo”, “por dentro” e “à partir de fora” ou “de cima”, permitem não só uma possível superação da oposição entre modelos teóricos já anteriormente enfocados, e predominantes nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. Também apreender uma mistura peculiar

da dimensão estratégica, normativa e expressivo-dramatúrgica de ação e racionalidade presente nas lutas desses movimentos sociais. Tal esquema também pressupõe apreender a dimensão educativa da ação movimentalista através de uma avaliação no plano da formação dos seus componentes; no plano da produção, circulação e generalização de idéias e valores que permeiam a sua própria prática discursiva e, finalmente quanto as suas contribuições no nível da evolução societária traduzidas em novos padrões de integração social que, por sua vez, dependem da generalização de valores instituintes, no plano da cultura e suas subsequentes possibilidades de institucionalização.

Se os movimentos sociais pressupõem a formação de atores individuais e coletivos descentrados e abertos à inovação e à participação como eventos interativos contínuos, o que lhe dá caráter de movimento social, é significativo o fato de que podem se envolverem em situações cada vez mais complexas. Nessas situações, nas quais os processos dialógicos de aprendizagem em suas dimensões cognitivas, expressivas e interativas sejam capazes de descentrar o pensamento (forma) na superação de imagens, representações, crenças e valores do seu mundo cultural, social e subjetivo e que sustentem a reprodução de padrões autoritários de relações sociais. Este processo de aprendizagem pode ser apreendido pela capacidade que possam revelar na construção de normas de ação, de novos procedimentos criativos e na elaboração cultural de novos valores, temáticas e interesses de seu mundo com referência a mundo de outros.

Entretanto, abordar os movimentos sociais como processos de aprendizagem é, antes de tudo, levar em consideração as instituições e entidades da sociedade civil e o seu trabalho molecular de organização e socialização política dos atores sociais que constituem a ação movimentalista. Elas formam o lastro institucional e formatam o terreno nos quais os movimentos sociais se apoiam e se constroem. Tal análise, porém, não poderá deixar de enfatizar ambiguidades, contradições, distorções e estorvos provenientes seja da tradição e seja da ação indutora dos subsistemas Estado e mercado, por sua vez, empobrecendo os impactos que os movimentos sociais podem operar como ato de conhecer e transformar a realidade na qual se movem..

Mas falar desse lastro organizacional da sociedade civil que apoiam os movimentos sociais auto-referidos é também pensar numa certa pedagogia da ação e que faz da fundamentação pedagógica não simplesmente uma espécie de transposição de dimensões pedagógicas de teorias sociais e de correntes pedagógicas vigentes; senão uma readequação e recriação em função das aprendizagens conforme as demandas requeridas pelos processos e necessidades de empoderamento (self-government) dos atores da ação coletiva, endogenizando-as desde as especificidades da educação popular (Vargas, 1996). E educação popular aqui é entendida como um vasto movimento cultural, que desde a conjuntura dos finais dos anos 50 e anos 60 – pelo menos no Brasil – e que desde a pedagogia de Paulo Freire, veio se consolidar, nos anos 70 com este significante “Educação Popular”, com “E” e “P” maiúsculo para melhor qualificá-la como movimento cultural.¹

Pois bem, este movimento enfatizando o processo de subjetivação frente à hegemonia da racionalização instrumental tão cara a modernidade, permitiu não só pensar e equacionar a justa relação sujeito e razão, mas também expandir-se em constante diálogo com um largo espectro de autores e correntes do pensamento filosófico, político e social. Aberta à

¹ Em “Crítica da Modernidade”, Touraine (1994:229-294) defende a noção de movimento cultural entendido como aquele que defende a subjetivação em face da predominância da objetivação de uma modernidade cindida. Tal movimento cultural afirma-se tão moderno quanto os seus adversários que apelam contra os obstáculos à mudança, à modernização, à racionalização nos moldes da razão instrumental, inaltecendo o triunfo do conhecimento e da ação racional. Já Scherer – Warren (1993:29) define ‘movimento cultural, entendendo como um conjunto de valores difundidos além dos grupos organizados, incluindo aí a noção de utopia.

inovação e ao conflito necessários à avaliação constante de suas orientações político-pedagógicas; sendo capaz de coordenação das diferenças e da identificação de antagonismos com base na razão dialógica e processual que lhe orienta; a Educação Popular foi capaz de constituir no Brasil uma vasta convergência de setores organizados e intelectuais progressistas e de esquerda identificados com a organização e empoderamento das classes trabalhadoras e dos setores marginalizados da população brasileira. Construiu não só o que Doimo (1995:67) chama de campo ético-político e formado à base de extensas redes sociais e movimentos reivindicativos; mas também construiu as bases do surgimento da esquerda social. Esta esquerda social surge no bojo das próprias experiências movimentistas que desde o final da década de 70, proliferaram-se pelo Brasil e foram decisivas no amplo movimento de democratização que vem experimentando a sociedade brasileira e, para além da instalação formal do regime político democrático. E tanto que, a estratégia desta esquerda social hoje, é democratizar a democracia, entendida como espaço de constante revisão, ampliação, vigência e criação de novos direitos (Castañede, 1994: 175-296); Garcia (1994:119).

Bem, com estas compreensões hipotéticas sobre os movimentos sociais objetos de nosso trabalho, os caminhos da investigação foram sendo clareados. Neste meio de caminho faltavam três meses, conforme regras institucionais da UFRRJ, para apresentação do texto da tese e sua subsequente defesa. Deixamos a investigação empírica de lado, e apresentamos dentro do prazo estipulado um texto com mais de 600 páginas. Neste texto a nossa pretensão foi uma discussão teórica sobre os movimentos sociais como processos de aprendizagem. O texto sofreu críticas severas do professor orientador. E agora, José? Partimos para um segundo texto. Era como se recomeçássemos tudo novamente.

Entretanto, a esta altura tínhamos ao nosso dispor um volumoso material empírico sobre os movimentos sociais, da Bahia ao Maranhão. Também como já foi visto, certo acúmulo de leituras e fichamentos. E a tarefa que tínhamos pela frente era como organizar tudo isto num texto coerente epistemologicamente. Como encontrar um nível de exposição adequada para equacionar empiria e teoria. Um horizonte: os problemas de exposição não são externos aos problemas de conteúdo como bem sabiam Hegel e Marx (Habermas, 1987a: 10). E aqui está outro texto. Nele podemos identificar muitas lacunas. Lacunas que provavelmente nos trazem a certeza de que procurar equacioná-las seria recomençar outra vez pela complexidade da temática que abraçamos.

Sem pretendermos dar conta de tal complexidade, este texto foi dividido em três partes: na primeira procuramos apresentar as bases teóricas, ou melhor, um esquema teórico, capaz de lançar luz aos problemas tratados nas partes e capítulos que lhes são subsequentes. Começa, entretanto, como de praxe, com uma revisão bibliográfica. Evitamos uma revisão cansativa e com o fito de extrair dela um modelo de referência e com pretensões de dar respostas às lacunas não resolvida numa vasta literatura e que, de certa forma, alimentaram os debates acerca do campo temático (Gohn: 1997:11). Achamos, por outro lado, dispensável fazê-la, já que corríamos simplesmente riscos de ser repetitivos face aos inúmeros balanços sucessivos que acompanharam a produção teórica sobre os movimentos sociais desde o final da década de 70. Além disto, autores como Maria da Glória Gohn (citada acima), procuram realizar resgates sistemáticos das teorias sobre movimentos sociais desde aquelas consideradas clássicas até àquelas mais contemporâneas.

Assim, optamos por uma discussão da literatura em dois níveis: no primeiro localizamos polaridades e controvérsias interpretativas e conceituais em balanços realizados, para enfatizar os esforços de autores de orientação habermasiana que procuram equacionar o próprio conceito de movimentos sociais e sua crise no final dos anos 80. Num segundo nível da revisão de literatura, procuramos delimitá-la à produção teórica sobre os movimentos sociais agrários com um olhar na produção que os estuda no contexto do Nordeste do Brasil.

Portanto, encetamos um diálogo com uma produção territorializada e datada, já que se refere ao Nordeste e ao período dos anos 70 aos anos 90. Ainda, para a realização deste diálogo, foram selecionados autores, dentro de uma significativa produção teórica que identificam, ou que, pelo menos sugerem a dimensão educativa da ação movimentalista no meio rural, nordestino em particular. O nosso intuito foi situar o 'estado da arte' do conhecimento sobre esta dimensão referida, de forma que servisse de marco justificador da pertinência das contribuições de Jürgen Habermas para levarmos a cabo as tarefas que abraçamos neste trabalho e já anteriormente elencadas. Entretanto, tal aplicabilidade, leva em consideração a orientação do próprio Habermas, que é a de que o estudo dos movimentos sociais deve integrar enfoques diferentes, dada a fragmentariedade disciplinar das ciências sociais e a sua natureza falibilista. A própria teoria da ação comunicativa é desenvolvida por ele em diálogo constante com autores de uma ampla gama de linhas teóricas, assumindo naturalmente um caráter interparadigmático.

Já a segunda parte deste texto apresenta-se em dois níveis de abstração. Primeiramente procuramos à nível de Brasil, situar as manifestações movimentalistas no bojo de um amplo movimento de democratização que levou à instalação do Estado democrático de direito, seguida do aprofundamento da crise e reestruturação econômica sob reclamos antiestatais e anti-sociais neoliberalizantes da grande burguesia associada aos interesses do capital internacional que levaram a desorganização e dilapidação do Estado. Enfatizamos em largas pinceladas a trajetória da ação movimentalista da sociedade civil, desde a organização dos "grupos de base" à ação movimentalista da década de 80, seguida da readequação dos movimentos e das entidades e instituições que os apóiam, à nova realidade marcada, sobretudo, pelas institucionalidade democrática mesmo que, entre outros fatores, seja uma institucionalidade fragilizada pelo agravamento dos conflitos e desigualdades sociais. Para além de supostos saldos desorganizativos e análises constatativas de crise de orientação, adequação e outros adjetivos, são verificados os impasses conjunturais expressos por problemas que exigem resoluções e alternativas inovadoras que calçam os processos de aprendizado tanto em nível dos integrantes como dos grupos sociais organizados pela via da ação movimentalista auto-referidas. Daí, porque eles possam ser avaliados como possibilidades de descentração, circulação e disseminação de novas idéias e valores, de normatização de novos padrões relacionais e orientadores de conduta, além de construção de novas modalidades de ação interativa, através da criação/manutenção e alargamento de redes de ações socializadoras. Em outras palavras, o aprendizado dos movimentos se dá nos seus enfrentamentos com os estorvos induzidos pelos imperativos sistêmicos, e pela resolução de problemas também suscitados pela tradição. Tal aprendizagem ao ser apreendida e analisada através de categorias descentração, generalização de valores e idéias e normalização/juridificação de direitos; envolve uma mobilização do acervo cultural pelo qual os movimentos sociais abastecem-se de conhecimentos partilhados e acessados para novas interpretações e elaboração de novas temáticas e agendas de ação coletiva. Por sua vez, a capacidade de resolver problemas (organização da ação) exige renovados padrões normativos e orientadores da coordenação da ação (processos interativos contínuos) assegurando formas inovadoras de solidariedade e os pertencimentos sociais, além de ancorar e a mesmo tempo ancorar-se no conjunto das competências individuais (capacidade de linguagem e ação) necessárias à participação dos sujeitos em processos de entendimento e através dos quais afirmam a sua própria identidade.

Na terceira parte, buscamos apreender, no contexto de Nordeste do Brasil, a importância do conjunto de instituições, entidades, movimentos sociais e outros formatos organizativos quanto aos seus impactos na racionalização do mundo da vida; ou seja, os processos de aprendizagem foram apreendidos enquanto rupturas e continuidades em termos

de valores, crenças, mitos e concepções de mundo que sustentam a heteronomia social própria de uma celebrada cultura de subserviência, subalternidade, por sua vez, esculpida desde a vida cotidiana por relações clientelistas e outras gramáticas político-sociais autoritárias.

Nesta linha de compreensão, abordamos o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Sem Terra, enfatizando limites e possibilidades de suas lutas pela vigência e ampliação de direitos, bem como, impactos recíprocos nas suas relações com o sistema político. Tais embates como cultura política de participação, implicaram particularmente uma análise de seus limites e possibilidades de contribuir para superação da cultura política autoritária pré-existente.

Para realizar este estudo, lançamos mãos de vários instrumentos e procedimentos metodológicos: observação direta, observação participante, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental etc.

Participamos de maio de 97 até 99, de várias reuniões, encontros e seminários promovidos por ONG's, movimentos sociais e organismos pastorais e serviços ligados a Igreja Católica. A nossa participação nesses eventos foi de máxima importância para a realização de entrevistas, participação nos debates, observação, coleta de documentos primários etc. Possibilitou o custeio de viagens e hospedagens, já que em muitos deles participamos na condição de assessor, facilitador ou outro denominativo. Estivemos presentes em nada menos do que cinco encontros promovidos pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares, uma ONG's de abrangência regional e que coordena, entre outras atividades, duas redes de educadores populares e de educadores rurais, além de uma linha de capacitação de lideranças em políticas públicas. Nesses encontros tivemos a oportunidade de entrar em contacto com agentes educadores e ativistas de vários estados do Nordeste, da Bahia ao Maranhão. Participamos também de encontros de formação da Cáritas Brasileira. Escritório Regional Nordeste II, vinculada à CNBB. Nos encontros de formação de Cáritas, em número de quatro, entramos em contacto com agentes que trabalham com projetos de geração de trabalho e renda no meio rural, nas várias dioceses dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. São agentes de Comissão Pastoral da Terra, de serviços vinculados à Igreja, como o SEAPAC do Rio Grande do Norte (Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários) ou mesmo de entidades civis como a Central de Associações de Pequenos Agricultores de Alagoas. Cerca de 36 agentes do Fundo Rotativo de Projetos da Cáritas diagnosticaram e debateram a sua intervenção educativa em nada menos do que dezenas de comunidades e assentamentos rurais espalhados naqueles cinco estados do Nordeste. Relatórios escritos por estes agentes e os debates que coordenamos nestes encontros, além de entrevistas, foram significativos para subsidiar este nosso trabalho.

Quanto a pesquisa documental, cabe destacar o material levantado nos acervos das ONG's, como nos escritórios da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), tanto em Recife como em Itabuna, na Bahia. Em São Luiz, Maranhão, coletamos material no Instituto do Homem, na CPT, no MST, no INCRA, na Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, além de entrevistas com educadores e agentes destas entidades. No Rio Grande do Norte, além do MST, da FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura); foi-nos de grande importância a pesquisa documental realizada no acervo do SAR (Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal), entre outros acervos e em outros estados, como o acervo da Escola de Formação Quilombos dos Palmares (Recife); CPT – Paraíba; MST – Bahia, Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), em Natal – RN etc. Neste estado, tivemos a oportunidade de participar, além de encontros, seminários, manifestações públicas e lutas; do trabalho desenvolvido pelas CEB's (Diocese de Mossoró – RN); realizar observação direta nos assentamentos rurais acompanhados pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo; pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), pelas Cooperativas de Serviços Técnicos que trabalham em atividades terceirizadas pelo INCRA e por organismos e serviços ligados à Igreja Católica. Na Paraíba, assessorando o Serviço de Educação Popular (SEDUP) que trabalha no Brejo Paraibano; discutindo a dimensão de suas ações educativas com os agricultores. Visitamos áreas de assentamento também no alto sertão da Paraíba, acompanhados de Comissão Pastoral da Terra. No Maranhão, estivemos acompanhando a assessoria de técnicos da AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte) que foram lá prestar apoio técnico as cooperativas de pequenos agricultores abrangidas pela Rede Frutos do Cerrado. Esta rede fez parte da ação educativa com trabalhadores rurais do CENTRU (Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais) e que atua na região de Imperatriz e Açailândia, naquele estado. Para não alongarmos a listagem, podemos ainda acrescentar os contactos e entrevistas realizadas com educadores, agentes e lideranças de entidades e movimentos dos estados do Ceará, Piauí e Sergipe, durante eventos que participamos na condição de assessor.

De um total de oitenta e nove (89) entrevistas realizadas; trinta e cinco (35) foram realizadas com lideranças de movimentos e com trabalhadores rurais. Apenas 09 delas foram gravadas, o restante, vinte e seis (26) foi anotado em “caderneta de campo”. Das entrevistas feitas com agentes educadores de setores ligados à Igreja e às Organizações Não-Governamentais; de um total de 44, somente dez (10) foram gravadas, o restante (34) foram registradas em “caderneta de campo”, ou seja, num caderno reservado para registrar as informações obtidas com as entrevistas. O restante das entrevistas, em número de dez (10) foram realizadas com técnicos de organismos estatais.

Colhemos material também na imprensa falada e escrita, embora grande parte deste tipo de informação estivesse a nossa disposição nos acervos documentais já anteriormente citados. Quanto à documentação, sobre eventos, como relatório de avaliação do trabalho de entidades e movimentos, relatórios de eventos formativos, diagnósticos, dossiês e outras publicações; coletamos, selecionamos e analisamos aqueles que nos interessava pelo seu conteúdo avaliativo, num total 240 documentos. Também utilizamos como fonte de informação, várias teses, artigos e comunicações, publicados ou não, pela riqueza de dados empíricos e registros descritivos.

Bom, como este texto, procura em sua modéstia, realizar um simples balanço dos movimentos sociais, no contexto do Nordeste do Brasil, ou seja, avaliá-los enquanto portadores de processos de aprendizagem – as informações foram utilizadas na medida em que foram sendo necessárias no momento da exposição, tentando-se dialetizar evidências empíricas e conceituação, descrição e compreensão, empiria e teoria.

PRIMEIRA PARTE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA DIMENSÃO EDUCATIVA: UMA
REVISÃO DE LITERATURA E UM ENFOQUE TEÓRICO**

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: PROMESSAS DESCUMPRIDAS, TEMÁTICA EM CRISE E CRISE DE UM CONCEITO

Neste capítulo queremos tão somente resgatar a conformação do campo temático movimentos sociais no Brasil, identificar polaridades interpretativas não só quanto aos esquemas teóricos utilizados, também quanto as suas controvertidas virtualidades e promessas atribuídas. É emblemático que ao se decretar a crise dos movimentos sociais no final da década de 80, entrem em crise tanto a temática como o próprio conceito de movimentos sociais. Neste momento entram em cena outros personagens movimentalistas e o campo temático é enriquecido pelos esforços de autores habermasianos que insinuam a superação tais polaridades elevadas ao maniqueísmo imobilizador da inovação teórica e ao mesmo tempo anunciador de um esquema conceitual equacionador do conceito de movimento social frente à heterogeneidade dos formatos organizativos da sociedade civil.

1.1. A Conformação do Campo Temático

Até o final da década de 70, os movimentos e conflitos sociais no Brasil eram atribuídos às contradições do capitalismo na sua versão de produtoras das lutas de classes. A influência de Marx na intelectualidade brasileira era notória. Tributários do marxismo, autores com diferentes visões teóricas tiveram repercussões no Brasil. Entre eles, merecem destaque Eric Hobsbawm, Thompson, Lojkine e Manuel Castells.

Estes dois últimos autores num primeiro momento tenderam a acentuar que os movimentos sociais urbanos consistiam num sistema de práticas sociais que no curso de seu desenvolvimento poderiam ter impactos na transformação estrutural dos sistemas urbanos e, até, uma mudança substancial nas correlações de forças em termos de lutas de classes na direção da tomada do poder do Estado, tendo como consequência uma melhor ou nova organização da sociedade. As contribuições destes autores foram seminais para a generalização, entre nós, da noção de movimentos sociais urbanos ou populares urbanos, de conflitos sociais gerados a partir dos processos de produção e reprodução capitalista das cidades. Também a idéia de algo "novo", uma questão nova latente nos movimentos, embora não explicitassem que novas articulações políticas estariam surgindo com eles. (Vigevani, 1989:99).¹

Também, Eric Hobsbawm difundiu entre nossos intelectuais, a idéia de movimentos "pré-políticos", "marginais", "velhos" movimentos sociais. Sob tais qualificativos, cabia tudo aquilo que não se enquadrasse no movimento sindical e partidos políticos de orientação de esquerda tidos como "verdadeiros" ou "novos" movimentos e organizações sociais e políticas, os mais elevados da modernidade e parceiros de uma "nova" sociedade (Hobsbawm, 1985 e 1978). Já Thompson é responsável pela a idéia seminal, que também chegou até nós, de se analisar os movimentos e lutas sociais das classes trabalhadoras incorporando a questão da subjetividade, ou seja, abordando-os não só do ponto de vista das contradições estruturais e das práticas dos agentes sociais, mas também do ponto de vista dos sentimentos, dos valores, da consciência, da cultura. (Thompson, 1987:3).

¹. Sobre Jean Lojkine ver especialmente "Estado Capitalista e a Questão Urbana". São Paulo: Martins Fontes, 1981. Sobre Manuel Castells. "La Cuestion Urbana". Século XXI, 1982. 8a Edição Espanhola

Enquanto as teses de Castells e Lojkin envernizavam com um "marxismo renovado" preocupações com a reprodução capitalista das metrópoles urbanas deterioradas, teóricos de várias filiações buscavam analisar os impactos da modernização agrícola conservadora que reacendia crescentemente os conflitos sociais no campo. Outros teóricos mais afeitos à ciência política combinavam Gramsci com teóricos de estirpe liberal como Barrington Moore Jr. para explicar o caráter das revoluções pelo "alto" da formação social e política brasileira de forma a endossar seus prognósticos da "abertura lenta e gradual" iniciada por Geisel em 1974.

É quando explodiram as greves do ABC paulista em 1978/ 79 assumindo proporções gigantescas com assembleias diárias que contavam com mais de 100.000 metalúrgicos. A intervenção militar não consegue aplacar a luta. Morre Santos Dias assassinado pela ditadura em 1979. Em 1980 a greve chegou a durar 41 dias. O Primeiro de Maio deste mesmo ano contou com mais de cem mil metalúrgicos em São Paulo. Em Pernambuco, em 1979, uma grande greve parou 250.000 trabalhadores canavieiros. As greves espalharam-se pelas "áreas de chaminés" e de "canteiros de obras" do país. Enquanto isto, os movimentos populares urbanos incorporavam "donas de casa", moradores de favelas, consumidores e usuários dos serviços de transporte, saúde, educação, saneamento básico, ocupantes de terras urbanas etc., para além das mobilizações episódicas, localizadas, paroquiais. No campo movimentam-se além dos assalariados, posseiros, bóias-frias, camponeses sem terra, índios, seringueiros e outros seres subalternos. Tais movimentos deixam de ser considerados "pré-políticos", "marginais". Agora passaram a ser expressão de que algo de novo estava acontecendo. "Começam a ser valorizados como expressão de resistência, autonomia e criatividade". (Moraes, 1993:39).

É neste momento que o dinamismo dos movimentos populares traduzidos na mobilização de milhões de pessoas são celebrados por vários cientistas de renome internacional, além dos nossos, que saudaram a sua força democratizante: Borja, (1975); Evers (1985); Touraine (1985); Habermas (1981); Laclau (1985); Lojkin (1981); Melucci (1985); Morffe (1985); Offe (1985); são os exemplos mais relevantes (Ottman, 1995:197).

Abrem-se razões conjunturais propícias para se estimular a produção acadêmica sobre os movimentos sociais como novos sujeitos e acentuando e/ou limitando as suas capacidades transformadoras.

Um número crescente de pesquisas e debates alastra-se por todos os principais centros de produção científica do país. Prende-se tanto a sua importância política quanto às dificuldades que foram sendo encontradas para a sua interpretação. Tais dificuldades derivaram-se do fato "desses movimentos não se enquadrarem nas expectativas que estudiosos e militantes políticos haviam construído sobre a forma pela qual deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira e, sobre os instrumentos adequados para esta transformação. Os problemas interpretativos, por exemplo, decorreram do fato desses movimentos agregarem uma base bastante heterogênea e constituírem-se em formas de organização que fugiam ao espaço dos partidos políticos e dos sindicatos; desafiando os modelos interpretativos vigentes e amplamente utilizados para explicar os rumos da sociedade brasileira". (Durham, 1984:24).

Configura-se, portanto, no país o campo temático dos movimentos sociais incorporando abordagens distintas, principalmente aquelas interpretações que fugiam ao pensamento sociológico clássico. Autores como Laclau, Castoriadis, Foulcaut e Guatari contribuíram com aqueles estudiosos brasileiros que, superando a dicotomia do marxismo no que se refere às classes fundamentais, procuram aprofundar as particularidades dos movimentos sociais; enfatizando as articulações das contradições sociais; a natureza dos

conflitos; a identidade do sujeito coletivo e suas práticas articulatórias; a posição dos atores coletivos numa pluralidade social e de exigências concretas implicando na proliferação de espaços políticos; o cotidiano como base para possibilitar mudanças no instituído, mediante transformações moleculares mais articuladas e a subjetividade e a intersubjetividade na formação do sujeito.

Outros autores também contribuíram inovando e até combinando a interpretação marxista e weberiana. Nesta linha apresentam-se Touraine, Evers, Heller, Habermas e outros. Sob diferentes enfoques preocupam-se com a formação do sujeito e das identidades coletivas no âmbito das possibilidades emancipatórias da modernidade. O fato é que as interpretações sobre os movimentos sociais, pelo menos até o final da década de 80, colocaram para as ciências sociais, além da tarefa de rever esquemas interpretativos clássicos, também, os modos distintos como eles eram analisados (Durham, 1984:24). Estas maneiras de analisá-los estiveram influenciadas pelas mudanças políticas e econômicas que ocorreram na sociedade brasileira. Nesta realidade, os movimentos sociais como expressão de práticas concretas que são construídas e reconstruídas no cotidiano estão permeados pelos conflitos presentes no plano estrutural e na esfera da política. As interpretações ao identificarem os conflitos que envolvem os movimentos sociais são também por eles alteradas. Vejamos as interpretações.

Autores como Durham (1984); Evers (1984); Frank e Fuentes (1989); Nunes (1984) e Vigevani (1989) concebem os movimentos sociais como classe em formação enfatizando os problemas de organização e suas possibilidades de influenciar nos rumos da sociedade. Estudando os movimentos com base em suas lutas reivindicatórias fundadas em noções de carências, procuram enfatizar a sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos e sindicatos. As críticas a esta abordagem partem do pressuposto de que ela fundamenta-se na razão estratégica. Exemplo é a crítica de Machado da Silva (1986). Para este autor, tal enfoque ao privilegiar a formação dos atores coletivos ressaltando os agentes e suas práticas sociais encapsula-se numa visão teleológica no sentido de procurar apreendê-las pela dimensão do efeito, do resultado, da eficácia.

Já estudiosos como Melucci (1989), Laclau (1986), Paoli (1991), Touraine (1984, 1989) enfatizam a noção de movimentos sociais não como organização e força social de possibilidades transformadoras, mas como uma espécie de articulação da prática de vários atores. Daí surge a noção dos movimentos como espécie de "redes" sociais que podem articular múltiplas identidades. Este enfoque recupera a dimensão voluntarista da política. Tudo parece depender da possibilidade de adotarem determinadas condutas e de tornarem-se capazes de apreender e de se apropriar do modelo cultural e da moralidade, recriando o próprio conceito de sociedade que deixa de fundar-se numa noção estática e estruturalista, para apoiar-se na noção de que é produto de um movimento permanente de criatividade dos seus atores sociais.

1.2. Polaridades Interpretativas e Promessas Descumpridas

Se os autores do enfoque anterior tenderam a privilegiar uma explicação dos movimentos sociais fundada em noções estratégicas de ação e racionalidade; este último grupo de autores enfatiza a questão da identidade, da subjetividade, do cotidiano e da cultura, dando pouca atenção à dimensão estratégica da ação coletiva. Por mais que atribuam aos movimentos uma conduta autonomista, esta dimensão não pode deixar de ser levada em consideração já que "movimentos sociais interagem com a institucionalidade buscando

assegurar algum espaço autônomo para articulação da própria identidade” (Cohen, 1995:19-5).

Estratégia ou identidade, ação e racionalidade estratégica ou ação e racionalidade expressiva ou dramaturgica, eis, portanto as dimensões de ação e racionalidade privilegiadas nas interpretações nas quais filiam-se os diferentes autores que abraçaram os movimentos sociais como objeto de estudo nos últimos vinte anos. Nestes estudos, há, portanto, uma falta de maior atenção à dimensão da ação guiada por normas, principalmente daquelas de caráter universalista. Tais enfoques não incorporam a questão da racionalização, não só para dar conta do comportamento dos movimentos sociais, dos limites e potencialidades de sua ação, mas também, daquilo que pode estar em jogo em suas lutas. Ambos enfoques estão amparados em dois conceitos de sociedade que se contrapõem, contrapondo duas dimensões em constante diálogo na modernidade: racionalização e subjetivação.

Os movimentos sociais ao compreenderem um fenômeno social e político heterogêneo e um campo de significações múltiplas e diferentes; expressam uma multiplicidade de formatos organizativos e uma diversidade de práticas que colocam constantemente desafios teóricos expressos pelos constantes balanços feitos por estudiosos tanto no que diz respeito aos modelos interpretativos e sua adequação para dar conta de um fenômeno social de envergadura desafiante, quanto aos seus alcances políticos que estão relacionados com as mudanças conjunturais e seus impactos no conjunto da sociedade. Vejamos alguns estudos e balanços teóricos.

Um destes estudos foi "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania" de Durham. Neste trabalho, a autora coloca como tarefa das ciências sociais, além da revisão de seus esquemas interpretativos do passado, o desafio de uma constante preocupação de verificação do modo como os movimentos sociais estão sendo analisados. Como já comentamos anteriormente, vislumbra no campo temático dois modos como os movimentos sociais são analisados. O primeiro deles, de cunho mais sociológico e político, procura os significados dos movimentos sociais concentrando-se na sua relação com os partidos políticos e com o Estado e na sua importância social e política de contestação ao Regime Militar. Trata-se para a autora de uma visão "de fora" e "para fora" dos movimentos. Já o outro modo interpretativo, de cunho mais antropológico, procura estudar os movimentos a partir da apreensão dos significados para os agentes que dele participam. Trata-se, portanto, de uma visão "de dentro". (Durham, 1984:24).

Durham considera ambos os enfoques insuficientes e sugere a sua combinação para uma análise mais adequada desses fenômenos coletivos em apreço. Com tal combinação, pode-se, segundo a autora, superar uma visão apriorística da história presente nos enfoques que privilegiam a perspectiva "de fora" e "para fora" e, uma interpretação, presente na perspectiva "por dentro", considerada restritiva, já que apesar de esmiuçar internamente o objeto, esquece-se de inseri-lo num processo mais amplo do qual faz parte. (Idem, ibidem).

Para realizar a sua análise, evitando tais unilateralidades e reducionismos, Durham toma o cuidado para eliminar pressuposições que se cristalizaram nas interpretações correntes, considerando que elas devem ser objeto de análise e não ponto de partida. A primeira delas a ser eliminada é a de que os movimentos sociais constituem-se em formas inferiores de organização e que devem evoluir para uma forma mais elevada e plena de ação política como são os partidos e os sindicatos. Assim, na realidade brasileira, estas formas de mobilização popular coexistem com os sindicatos e partidos e mesmo expandiram-se após a abertura política e com a livre atuação dos partidos e sindicatos. Prova de que os movimentos sociais são tipos de ação coletiva específica e com espaço próprio. Tal fato estaria relacionado

ao momento atual da sociedade capitalista caracterizado tanto pela criação de novas formas de atuação política quanto pelo fortalecimento das anteriormente existentes. (idem, ibidem).

Outro pressuposto a ser eliminado é o de que os movimentos sociais são causados pelo aumento da pauperização, já que não é a miséria crescente, mas o aumento da consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular. Nesta ótica, os movimentos sociais não seriam só defensivos em face de pobreza, seriam antes de tudo, exigentes quanto ao atendimento de novas necessidades como a luta pela ampliação da participação política e pelo acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico. Já um terceiro pressuposto a superar é o de que os movimentos possuem uma base claramente popular; já que o crescimento urbano afeta profundamente todas as camadas sociais e modifica os padrões de consumo para além dos serviços públicos. Ao afetar todo um modo de vida, conforme Durham, a modernização provoca a emergência de uma nova cultura e os movimentos feministas e ambientalistas seriam provas claras desta transformação cultural. Assim, para esta autora, é preciso examinar melhor a base social dos movimentos populares, já que eles não organizam as pessoas a partir de sua inserção no processo produtivo, mas a partir da esfera da reprodução e do consumo. É nesta direção que esta autora salienta que uma análise "de dentro" dos movimentos parece poder dá conta de todas as facetas e complexidades de sua fluidez e inúmeras variações e direcionamentos para o campo da cultura, não cabendo dentro dos esquemas interpretativos do passado. (Idem, ibidem: 25).

Para Durham a perspectiva "por dentro" é importante para dar conta do modo de constituição e mais especificamente a forma de definição dos membros desses fenômenos de ação coletiva. Assim, os movimentos articulam-se de diferentes maneiras e amplitudes diversas com base em reivindicações coletivas definidas a partir da percepção de carências comuns. É a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes da ação social. Em termos de flexibilidade ou variedade possível, os movimentos podem ser mais ágeis e diversificados ou mais limitados que organizações como os partidos e sindicatos. Seus militantes que congregam em determinado momento, podem se dispersar no seguinte para participar ou não de movimentos diversos ou de outros momentos de mobilização de um mesmo movimento. Em face disto, não haveria, portanto, razão para criticá-los como efêmeros, pois há que se perguntar é pela sua efetividade e saldos positivos ou negativos que acumulam. (Idem, ibidem).

Quanto à forma de organização, essa autora classifica os movimentos de formais e informais. Os formais são organizados em associações civis e que exigem mecanismos próprios de representação. Embora o Estado possa reforçar este tipo de organização, os movimentos não devem ser vistos como meras imposições burocráticas. São parte do patrimônio cultural das camadas populares. Já o modelo informal ou comunitário se caracteriza com relação à forma anterior por enfatizar a igualdade na constituição da coletividade. Este modelo é como mais democrático e convivendo com as formas anteriores. (Idem, ibidem, p.27).

Em seu estudo, essa autora identifica, ainda, a igualdade como uma noção que representa um dos pólos de referência à democracia, sendo o outro a liberdade. Embora ambas estejam presentes nos movimentos, parece haver um privilegiamento da primeira. Nesta direção, a autora acha importante a investigação desse processo de constituição interna da igualdade que se consubstancia na idéia mítica de comunidade. Com base na formulação de uma carência coletiva (negatividade específica) que recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho e dos recursos culturais), os membros da ação coletiva tornam-se iguais e agindo coletivamente vivem a experiência de comunidade. Esta vivência de comunidade, coletividade de iguais constituída pela ação conjunta de todos,

implica o reconhecimento da pessoa no plano público. O indivíduo deixa de ser somente parte indiferenciada da sociedade de massa e passa a ser reconhecido como pessoa, como sujeito nos grupos e redes sociais de socialização primárias. Deixa de ser puramente um ente despersonalizado no espaço público na figura de consumidor, de vendedor de força de trabalho e usuário de serviços, o homem-massa. Nos movimentos de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo "é um fenômeno novo, o da constituição das pessoas na esfera pública, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente na prática comunitária" (Durham, 1984: 28). Neste caso, com base na autora, os movimentos sociais podem ser vistos como processo de formação dos sujeitos, à medida que se tornam processos de aprendizagem que implica no reconhecimento mútuo, intersubjetivo de pessoas, tornando-se capazes de discurso e ação, de formulação de questões novas sobre suas situações de vida e de se tornarem protagonistas dos cursos de suas próprias vidas, privadas e públicas, integrando as experiências individuais fragmentadas e encurraladas nos limites da esfera privada.

Para Durham esta dinâmica interna dos movimentos de formato comunitário pode criar problemas e parece menos problemática quando vivido em pequenos grupos. Assim, quando o movimento se amplia pode haver segmentação interna, além de discussões intermináveis e inconclusivas já que a ação coletiva deste tipo é fundada no consenso. A autora não aprofunda tais estorvos à possibilidade dos movimentos albergarem um modelo consensual-solidarístico de ação, um modelo de ação e racionalidade comunicativa, já que o seu modelo interpretativo se restringe à formação de identidades e à dimensão estratégica nas relações que eles estabelecem com a institucionalidade vigente. Considera, ainda, que a reivindicação é que é o instrumento de mobilização e não o seu contrário. E neste caso os movimentos são plenamente sociais pelo fato de estarem voltados "para fora", estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com o Estado e a sociedade da qual fazem parte. O caráter público do processo é o reconhecimento do movimento pelo Estado e a sociedade. As respostas positivas ou negativas por parte do Estado significam este reconhecimento e neste confronto o Estado legitima-se e o movimento é legitimado. Nesta relação, conforme Durham parece estar em jogo uma nova forma de cidadania, pelo fato da ação dos movimentos com base na constituição de uma carência implicar no reconhecimento ou negação de direitos. Por seu turno, a transformação de necessidades e carências em direitos pode ser vista como um processo de revisão e definição do espaço da cidadania. Assim haveria um processo de construção coletiva de uma nova cidadania pela definição de um conjunto de direitos tornados auto-evidentes e que se tornam pressupostos da ação política e fundamento para avaliação da legitimidade do poder. Nesta ótica, o confronto com o Estado não é só um reconhecimento de sua legitimidade, é também avaliação dessa legitimidade e "que é medida por sua capacidade de respeitar e promover direitos que a população está se atribuindo". (Durham, 1984:29).

Tais aspectos, conforme a citada autora podem ajudar a esclarecer as dificuldades de absorção dos movimentos pelos partidos políticos. Os movimentos sentem à priori a necessidade de declarar o seu caráter apartidário face ao clientelismo vigente à direita e à infiltração militante à esquerda. Ambas possibilidades de cooptação são, então, consideradas tentativas de usá-los para fins políticos que são definidos fora deles e não por eles. Com isto, não se quer dizer que forças políticas não estabeleçam com eles laços de ligação e solidariedade. Há, entretanto, um ocultamento que envolve posições políticas e confessionais no plano externo, que pode ser entendido no plano interno dos movimentos como necessidades de afirmação de uma comunidade de iguais e a clara afiliação partidária

imediatamente ameaçaria com cisões o conjunto dos "carentes", impedindo a formação da comunidade de todos os iguais. (Durham, 1984:30).

A interpretação de Durham parece indicar que esta afirmação de uma comunidade mítica de iguais impede a vivência plena da dimensão da solidariedade criando obstáculos para a formação dos sujeitos que inventam a sociedade civil e buscam construir uma esfera pública político-discursiva e voltada para o entendimento, aberta aos conflitos, à resolução de problemas e a inovações cada vez mais amplas e complexas. Para esta autora, a ocultação das diferenças não faz elas desaparecerem. São deslegitimadas, impedidas de se explicitarem, de se confrontarem, resvalando-se para o espaço formal das fofocas, das acusações pessoais, das manipulações conscientes e inconscientes vividas e coexistentes com a vivência da união como uma das faces desses movimentos. Certamente tais distorções ao processo de socialização, de formação de indivíduos sociais, complexificam a psicodinâmica dos processos de formação da consciência e da vontade, exacerbando os próprios instintos e pulsões vitais com os quais o desenvolvimento do eu está entrelaçado (Habermas, 1984:85). Ao não trabalhar com um modelo teórico que englobe simultaneamente noções de racionalidade e racionalização, a autora termina não levando em consideração o peso da tradição nas práticas coletivas dos atores sociais (inclusive de esquerda). E, menos ainda, dos meios sistêmicos.

Vejam os limites e as potencialidades que ela aponta para os movimentos sociais: criam espaço restrito de vivência da igualdade onde é possível construir a representação da utopia de comunidade e elaboração de direitos que define uma nova cidadania. A democracia direta vivida em pequenos grupos dificulta o reconhecimento da representação, criando dificuldades para ampliação e articulação mais amplas, restringindo-se a uma visão limitada, paroquial, que termina fortalecendo elementos corporativistas das reivindicações particularistas. Entretanto, ao promoverem a coletivização das experiências individuais de seus membros, tais movimentos, mostram-se sensíveis às possibilidades de mudanças que possam estar presentes nesta nova sociedade em gestação. "Por isso tudo, sem idealizar nem denegrir os movimentos sociais devemos tomá-los como revelador sinal de novos tempos e lugar privilegiado para se entender o que está ocorrendo em nossa sociedade". (Durham, 1989:30).

Se os movimentos sociais são sinais dos novos tempos, a ênfase, na igualdade, numa comunidade mítica de iguais, em detrimento da liberdade, parece restringir a ação dos movimentos sociais como processos de aprendizagem formadores de sujeito capazes de discurso e ação que constroem processos interativos contínuos com base na solidariedade. Esta esfera da solidariedade que deve ser fundada na liberdade de opinião e expressão fica estorvada por forças sociais e políticas comunitaristas que atuam de costas para a política (Nogueira, 1994:21), para a representação política, para a democracia política, e, portanto, para a potencialização da própria democratização social de uma sociedade fundada no estatuto da servidão e do etnocídio, cujo "espírito" ainda se move entre os vivos que no presente lutam para promover rupturas mais profundas com este passado autoritário. No próprio plano interno dos movimentos, os indivíduos que os compõem ao viverem uma experiência de igualdade e em que os valores comunitaristas desta igualdade baseado numa carência comum encobrem as diferenças que devem ser explicitadas, reconhecidas e até respeitadas; terminam estorvando processos de interação que pudessem prometer a intersubjetividade lingüística voltada para o entendimento. Tal comunitarismo desta forma concebido e vivido como experiência de igualdade estorva a liberdade esvaziando o próprio significado da igualdade entre os seus seguidores. Se for assim, pode ser visto como manifestação de uma tradição populista de esquerda que ao querer se traduzir em movimentos sociais emancipatórios

termina produzindo o seu contrário, ao reduzir as possibilidades de formação do sujeitos sociais, livres, críticos e responsáveis. Capazes, portanto, de discurso e ação.

Ao negarem a institucionalidade político-democrática, pode obstruir os canais abertos para processamento de suas demandas ao invés de consolidá-los e ampliá-los. Nega-se a priori a própria construção da sociedade civil como esfera de solidariedade e a possibilidade de construção de uma esfera pública como âmbito de tematização de situações-problemas emergentes e de relevância para o conjunto da sociedade. Por outro lado, a vivência de uma democracia de base, que só pode ser realizada no plano local, ao negar o exercício da própria representação termina sendo afirmada através de um associativismo ingênuo e assembleísta que muitas vezes transforma-se em novas formas manipulatórias e clientelistas utilizadas por aqueles que têm mais recursos de saber e de poder. Não se trata de denegrir a possibilidade de um modelo normativo de democracia participativa, trata-se de preservar os seus aspectos éticos; já que depende da virtualidade de cidadãos voltados para o bem-comum e de esclarecimento de seus limites quando os seus defensores vislumbram transformações mais profundas na cultura política de determinada sociedade.

Como Durham, outros autores celebram a dimensão democratizante ou virtudes transformadoras dos movimentos sociais. Nesta perspectiva os movimentos sociais podem traduzir, com base nas relações sociais que os criam, "culturas cotidianas de uma nova ordem que modifica a vida dos homens, hábitos, costumes e valores" (Calderón & Jelin, 1987:28-77); lutas para "superação da alienação cotidiana no aqui e agora e pela mudança das condições político-econômicas, que vão mais longe do que se pode qualificar como movimento político". (Kärner, 1987:34); embora os movimentos não apresentem projetos bem definidos para o futuro, "parecem constituir bases para uma vida mais democrática e mais socializada" (Scherer - Warren, 1987:50); "são laboratórios de criatividade de novas articulações de demandas e propostas sociais, (...) condensação de práticas participativas que fortalece o surgimento de uma sociedade ativa e democrática". (Gómez de Souza, 1993:8).

1.3. A Temática em Crise e a Crise do Conceito de Movimentos Sociais

Entretanto, se os estudos até meados da década de 80 tendiam, de forma quase hegemônica, enaltecer as possibilidades transformadoras dos movimentos sociais e seus impactos na cultura política, passaram depois a acentuar crescentemente a crise dos movimentos e suas desvirtualidades com relação aos processos de democratização da sociedade. Na verdade, o projeto político implícito nos movimentos sociais e das forças políticas que os apoiavam sofre a sua primeira derrota com a "transição pelo alto" que inaugurou a Nova República (1985), apesar da Campanha das Diretas Já que sacudiu o país e mobilizou milhões de pessoas. Algumas bandeiras de lutas tão caras aos movimentos da cidade e do campo, como a reforma agrária, foram derrotadas na Constituinte de 1988/89. As eleições de 1989 ocorreram num clima de insatisfação e descrédito geral com relação ao Governo da Nova República. Apesar desse descontentamento gerado pelo desemprego crescente, recessão e inflação de mais de 100% ao ano, a proposta de um "governo democrático e popular" foi derrotada. Os anos 90 iniciaram-se sob o clima da "queda do muro de Berlim", provocando a já acalentada queda do socialismo real e o seu enterro nas "cinzas" da história. A "crise de paradigmas", o "fim da história", o "fim das ideologias"; o "fim da modernidade" e o "início da pós-modernidade"; o desenvolvimento sustentável, a crise da social-democracia européia, a avalanche do neoliberalismo e a vitória da sociedade de mercado, entre outras temáticas e crenças, toma conta dos debates e desafiam a intelectualidade. É nesse clima que as forças políticas, que desde o final dos anos 70

apostavam em mudanças mais profundas dentro da ordem, sofrem uma quarta derrota política nas eleições de 1994.

Analisando os problemas teóricos na produção brasileira a respeito dos movimentos sociais, Silva (1985: 15) além de identificar fragilidades e distorções, admite a sua escancarada dependência da conjuntura. Este fato segundo este autor coloca para esta produção o próprio desafio de ser repensada. O fato é que agora analistas mudam de “pensar”, e talvez, de “lugar”, frente aos incômodos movimentos sociais.

Agora, as afirmações de alguns expoentes intelectuais de que mudanças mais profundas na cultura política só seriam alcançadas por via de uma atividade consolidada na esfera política propriamente dita como Ruth Cardoso (1983), a Touraine (1988); Scott (1990) e outros; passaram a receber a atenção da intelectualidade brasileira. Sob tais pressupostos, os movimentos sociais passaram a ser vistos como um conceito inventado pelos especialistas na busca de uma nova força que substituísse a velha vanguarda politicamente declinante dos trabalhadores. (Ottmann, 1995:187).

Se os movimentos populares urbanos entraram em crise ou foram institucionalizados, principalmente aqueles voltados para as reivindicações de acesso aos serviços públicos como água, transportes, creches, moradia; outros surgiram ou continuaram a crescer na cidade, e também no campo. Fato que demonstra que não são puras invenções intelectuais e nem modas passageiras. A crise de referenciais políticos e organizativos a partir dos finais da década de 80 afetou todas as organizações e entidades da sociedade civil e desafiou a intelectualidade acadêmica encorajando-a na realização de balanços e debates sobre a produção do campo temático e no levantamento de suas perspectivas para os anos 90. Tais estudos e debates questionaram problemas de ordem teórico-metodológica e propuseram novas abordagens e inovações temáticas que envolveram os movimentos sociais Ottmann (1995), Costa (1994), Paoli (1995), Saliba (1993), Barreira (1995), Krischke (1989), Cohn (1993), Avritzer (1993 e 1995).

Ottmann (1995), por exemplo, propõe a adoção de um eixo temporalmente mais longo para permitir entender a crise dos movimentos sociais, a partir da segunda metade dos anos 80, como fenômeno cíclico e revelador de que as identidades movimentalistas são fluidas e dependentes de contexto. Já Saliba (1993) reclama da precariedade teórica dos estudos sobre os movimentos, indicando que revelam um certo empirismo e a incapacidade de especificar para a realidade brasileira os já frágeis modelos teóricos elaborados com base na realidade de países europeus; além da generalidade da definição do que venha a ser movimentos sociais passando pela ausência de discussão sobre a natureza e as funções do Estado.

Achamos que Ottmann tem razão de reclamar das avaliações apressadas que foram feitas denegrindo os movimentos sociais ou enfatizando uma crise sob uma visão derrotista pelo fato deles não terem atendido as perspectivas idealizadas por muitos de serem capazes de transformações mais profundas na ordem social e política brasileira. Para ele, uma análise mais em longo prazo destes fenômenos de ação coletiva pode revelar a sua importância no processo de democratização da sociedade nos últimos vinte anos, bem como, e apesar da crise, explicar porque alguns desapareceram e outros surgiram com outros formatos organizativos, com outros temas e com outras utopias. A perda de maior visibilidade que tiveram nos finais dos anos 70 e início na década de 80, talvez possa ser explicada em face mesmo da democratização política, cuja institucionalidade aberta ao conflito e à resolução de problemas faz parte da natureza mesma da democracia. Num eixo temporal historicamente mais extenso, uma análise dos movimentos sociais, também, pode revelar na contemporaneidade uma retomada da ação movimentalista envolvendo várias temáticas e

problemas. Quanto a Saliba (1993), este autor revela um fato interessante e ausente nos estudos social-movimentalistas: a ausência de uma conceituação do Estado, de sua natureza e de suas funções. Também ausência de um conceito de sociedade. Afinal de que sociedade se trata, desta, da sociedade brasileira na qual se misturam o tradicional e o moderno, o capitalismo tardio e as formas mais arcaicas de exploração da força de trabalho humana baseada na coerção extra-econômica.

Questionando as abordagens sobre os movimentos sociais, Paoli (1995) critica àquelas que a despeito de construir uma única matriz de um novo tipo de ação coletiva, torna a noção de movimentos social como constitutiva de um modelo analítico e explicativo de ação que dissolve as identidades e práticas de gênero e cor, por exemplo, diluindo o que o próprio modelo caracteriza como movimentos que é o sentido de cada prática coletiva ancorada na anunciação dos próprios sujeitos sociais. Parece-nos que a crítica de Paoli vai em direção ao novo conceito de "redes" de movimentos sociais ou definição de Touraine quanto à presença do movimento social nos discursos e práticas dos atores sociais.²

Entre os vários balanços realizados sobre a produção teórica do campo temático em apreço, Ribeiro (1991) ressalta aqueles realizados por Jacobi (1980); Cardoso (1983) e Silva & Ribeiro (1985), para em seguida realizar o seu, destacando o método e seus limites, os desafios teórico-políticos; as opções interpretativas, as práticas e projetos dos sujeitos sociais e os desafios para os anos 90. Enfatiza a importância dos balanços constantes e sistemáticos em face de uma área temática que se caracteriza por uma produção científica dispersa em diferentes espaços institucionais e em campos disciplinares múltiplos. Além disso, frente à questão quanto à incorporação de processos e práticas sociais que desafiam análises realizadas e aceitas e, dificuldades e desafios inerentes a um tema marcado pela instabilidade de processos e formatos organizativos que constituem o seu objeto. A autora, também, aponta esforços e tendências atuais de deslocamento de enfoques analíticos no sentido de processo de institucionalização da esfera política; no âmbito das políticas públicas; no estudo dos aspectos internos de organismos governamentais ou no âmbito das potencialidades e limites do poder local na experiência do país. Percebe, ainda, esforços na elaboração de trabalhos que dão conta da articulação dos movimentos sociais com interpretações mais amplas da sociedade com quadros políticos projetivos. Percebe o surgimento de preocupações com a questão do projeto político, destacando-se reflexões acerca da democracia, o que expressaria uma ruptura com leituras tendencialmente naturalizadas do cotidiano. (Ribeiro, 1991:113).

Numa outra linha de argumentação, Ribeiro (Idem, ibdem) sinaliza que os movimentos sociais não são espontâneos, mas originados a partir da intervenção de certas forças políticas e sociais portadoras de interesses, diagnósticos e certos princípios que ganham materialidade e visibilidade através deles. Discutindo a relação movimentos sociais versus Estado, sugere o necessário reconhecimento de que o processo de democratização, de construção de uma nova institucionalidade política e, de restauração das mediações clássicas de um regime democrático como o que se instalou no Brasil, expressa por novas atitudes do Estado para com a sociedade, requerendo dos movimentos sociais novas posições e práticas em face desta realidade política.

²Para Touraine, o movimento social é um tipo de conflito e um certo nível de ação social capaz de provocar mudanças sociais e culturais profundas, pelos quais é construído um novo modelo de sociedade. Neste caso, o movimento social não é um objeto a ser observado, nem um grupo ou uma categoria social organizada, mas "um tipo de ação que põe em conflito atores socialmente definidos, com relação a orientações opostas na direção da produção da historicidade". (Touraine, 1978, apud. Nascimento, 1996:16).

Se no balanço feito por Ribeiro (1991), fica patente os impactos conjunturais; senão o deslocamento dos estudiosos para novos temas, e portanto, efetivando-se a crise no campo temático movimentos sociais, fica pelo menos patente a incorporação de novas dimensões da realidade na qual se movem os atores políticos e sociais e a realização de rupturas com a perspectiva antropologizante e globalizante dos anos 80. Já Doimo (1989) na linha de Melucci (1979), chama atenção tanto para a necessidade de desmistificar o autonomismo dos movimentos sociais quanto para a possibilidade de mudanças político-ideológicas e de práticas sociais dado a construção da nova institucionalidade político-democrática alcançada pelo movimento social, no sentido de Touraine, que disputou com a ditadura militar o controle da historicidade mesmo com os limites já anteriormente apontados.

Discordando com as avaliações pessimistas e de certa forma com a noção de "crise" dos movimentos sociais, Barreira (1995), chama atenção para o fato desses movimentos fazerem parte de um processo de ampliação dos espaços institucionais vigentes e ao mesmo tempo criadores de novas regras de sociabilidade política. Além destas questões, alerta que os movimentos sociais oportunizaram "a elaboração de um corpo de idéias com base em temas de participação popular, cidadania e democracia (que) redefiniu uma paisagem política, capaz não só de rever formas tradicionais de dominação como ampliar a clivagem radical entre a esquerda e direita (Barreira, 1995:71). Os movimentos sociais, para Barreira, foram os principais protagonistas na construção de um capital político que tem reflexos nos diversos campos da vida social, que por sua vez, propiciou canais de acesso a justiça e à intermediação de órgãos públicos, apoiados e respaldados pela Igreja em articulação com organizações não-governamentais. Para aqueles que enaltecem a crise pelo lado dos limites dos movimentos sociais, esta autora alerta para o fato de que o seu enfraquecimento pode ter rebatimentos nos contramovimentos que ao contrário dos movimentos populares não se pautam por mecanismos de elaboração da cidadania. Como perspectiva para os anos 90, Barreira (1995:75) chama a atenção para uma espécie de relação dialógica que Habermas chama de ação comunicativa e que vem acenando para a constituição de uma ética igualitária nos espaços de participação nos quais a presença dos atores sociais tornou-se relevante e mesmo nas relações que estabelecem com a institucionalidade político-administrativa.

Na direção desse repensamento crítico e criativo de práticas e projetos sociais, Scherer-Warren (1993) faz um balanço dos esquemas interpretativos afirmando que nos últimos anos, os movimentos sociais e seus mediadores, passaram por transformações que vão da valorização das organizações de base (grassroots organizations) para o reconhecimento e vivência mais recente das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais. Reconhecendo que a realidade dos movimentos sociais é multifacetária e que implica em múltiplas escolhas analíticas e diversas investigações, a autora abraça a perspectiva teórica de "redes de movimentos" que ganha terreno nos anos 90 graças aos novos formatos surgidos e a idéia de crise do conceito dos movimentos sociais. Para Scherer-Warren, a idéia de "rede" implica pensar os movimentos sociais como possibilidades de integração da diversidade como sugere Archer (1991). Tal enfoque contrapõe-se à idéia de "unicidade totalizadora" comum num certo marxismo positivista que propõe a necessidade de articular as lutas sociais. Tal enfoque apresenta-se não só como alternativa para superar os impasses da diversidade de formatos organizativos, de diferentes projetos, de práticas sociais e de múltiplos contextos; também de problemas relativos a fluidez e efemeridade de certos movimentos específicos. Mas do que isto, como propõe a própria autora, o conceito de redes de movimentos implica buscar formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso nas interconexões das identidades com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número

cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como o dos direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. (Idem, *ibidem*, 10).

Se esta opção é também um compromisso com "princípios humanísticos que permitem a comunicação, articulação, intercâmbio e solidariedade entre atores sociais diversos, como nos apresenta Schere-Warren; certamente esperamos que a perspectiva de redes não dilua as identidades auto-referidas nas articulações e redes temáticas e organizacionais que possam ser engendradas, e que, muito menos substitua movimentos específicos por outros atores sociais chamados de organizações não-governamentais. Só no Brasil, até 1995, estas entidades eram mais de 500, trabalhando com diferentes temas, abrangendo múltiplos contextos sociais e, congregando mais de 80 mil agentes; sem falar das organizações confessionais e das entidades de formação ligadas às organizações sindicais. Por outro lado, é importante observar até que ponto a perspectiva universalista dos novos formatos organizativos continuará a tendência dos anos anteriores relativa a ênfase da democracia social, da democratização da vida cotidiana, de costas para a democracia política e suas instituições representativas; prática esta que tem tornado a sociedade civil "uma força mais potencial do que efetiva, não conseguindo dar origem a nenhum dinamismo conseqüente e de longa duração" (Nogueira, 1994:23). Ainda é preciso apreender de que forma tais "redes" podem efetivamente ampliar os espaços da política e o próprio conceito de político, incorporando a ação intersubjetiva de sujeitos sociais competentes e descentrados ideologicamente. Voltada, assim, para alcançar o entendimento, que Habermas (1988)³ chama de ação comunicativa; que implica no fortalecimento da sociedade civil e, por conseqüência, incorpora uma esfera pública discursiva, como ponto de encontro desta sociedade civil com seus movimentos reivindicatórios e o sistema político.

Entre outras abordagens emergentes nos anos 90, estão aquelas preocupadas com as condutas de crise, como os contramovimentos ou estados de desmobilização, atomização e anomia social que podem enfraquecer a sociedade civil (Zermeño, 1989), Machado (1989). Outros enfoques que ganharam terreno nos debates e opções teóricas têm sido aqueles que recuperam o conceito de sociedade civil. Este conceito pode, portanto, ajudar a superar os impasses teóricos do conceito de movimentos sociais. Nesta direção Arato & Cohen (1992) propõe uma linha de estudos que relacione democratização com movimentos sociais com base numa síntese inovadora das contribuições de Gramsci e com o instrumental teórico de Habermas, especificamente de sua teoria da ação comunicativa (1988).

1.4. Tentativas de Superação de Impasses Teóricos e Conceituais

Referenciando-se em Arato & Cohen e no próprio Habermas, o tema movimentos sociais e democracia é trabalhado por Avritzer (1993, 1995). Este autor estimula uma análise que leva em consideração o quadro categorial habermasiano que engloba a noção de sociedade composta da dimensão sistêmica e do mundo da vida⁴. Entre outras questões, propõe que as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa e racionalidade que lhe é correspondente para a reprodução simbólica da sociedade, constituam uma segunda dimensão do mundo da vida; que por seu turno, não podem ser nem a primeira

³ Por ação comunicativa pode ser entendida a interação simbolicamente mediada por normas de vigência obrigatória, reconhecidas por pelo menos dois sujeitos agentes e que se reforçam por sanções.

⁴ Pode-se, provisoriamente definir mundo da vida como a dimensão da sociedade composta por esfera privada e opinião pública.

dimensão que constitui o reservatório das tradições imersas na linguagem e na cultura e nem aos mecanismos sistêmicos de coordenação da ação. Esta segunda dimensão seria a sociedade civil. Por outro lado, os subsistemas econômico e político-administrativo teriam uma dimensão interativa e de discussão constituída por instituições políticas e econômicas de mediação. Esta dimensão estaria, portanto, identificada com a sociedade política. Para Avritzer estas dimensões permitem uma apropriação inovadora de Habermas, expressa por um conjunto de instituições que se localizam tanto na esfera privada quanto na esfera pública, ao mesmo tempo em que supera os conteúdos dicotômicos Estado versus sociedade, sistema versus mundo da vida, sociedade civil versus sociedade política. Além disto, tal inovação tem o poder de manifestar uma sociedade multidiferenciada, que por sua vez, é capaz de gerar movimentos sociais cuja característica principal se radicaria na sua forma interativa de organização. (Avritzer, 1994).

Costa (1994) também, com base nas contribuições de Habermas, trabalha a questão dos movimentos sociais em torno da idéia de sociedade civil. Os movimentos, na sua perspectiva, estariam vinculados a tematização de situações-limite emergentes na esfera privada e à luta para que sejam reconhecidas e canalizadas pelo sistema político. Desta forma os movimentos sociais constroem alternativas aos processos intransparentes e particularísticos de produção de decisão política.

Costa identifica duas noções de sociedade civil que guarda a idéia básica que está em Gramsci, de que ela se distingue das esferas do Estado e da economia. Além do modelo de sociedade civil desenvolvido por Arato & Cohen (1992) e que nos foi endossado por Avritzer (1993, 1994 e 1995), Costa (1994:41) apresenta a formulação de Michel Walzer (1991). Neste modelo a sociedade civil representa uma moldura teórico-política capaz de estabelecer e incorporar diferentes propostas para o bem viver surgidas historicamente:

- a) a fórmula marxiana de uma vida boa associada aos produtores que cooperam entre si;
- b) a receita dos que apostam no ideal do resgate da virtude cívica face a fragmentação do mundo moderno;
- c) a proposta capitalista contemporânea de que a qualidade de vida é função das possibilidades oferecidas pelo mercado e;
- d) a máxima nacionalista de que viver bem é compartilhar uma herança comum e estar vinculado a um grupo social por laços de lealdade, sangue e história.

Este autor propõe um projeto de sociedade civil que se apoia em atores sociais organizados em grupos que não estejam voltados para interesses particularísticos, mas que visem a sociedade em si mesma. Tais seres sociais seriam ao mesmo tempo cidadãos, produtores, consumidores e membros da Nação. Conforme Costa, Walzer adverte, entretanto para os riscos da apologia da sociedade civil e do apoliticismo que em geral a acompanha, como se ela pudesse prescindir do Estado, constituindo-se num campo de tensões, onde Estado e sociedade controlam-se mutuamente.

Já o conceito habermasiano de sociedade civil, como descreve Costa, diz respeito aos processos de racionalização do mundo da vida e à complexificação sistêmica, de forma que através deles é possível identificar uma moldura institucional que possa dar lastro as formas possíveis de articulação entre os fluxos comunicativos do mundo da vida (associativismo voluntário) e os processos políticos verticais provenientes do sistema político. Ou seja, trata-se de uma noção que ajuda a explicitar de que maneira os processos político-participativos da sociedade influenciam as decisões em termos de políticas públicas e, por outro lado, de que maneira o plano da ação administrativo-estatal e jurídico reflete e canaliza a vontade política consolidada em formas de participação política horizontais e intercambiáveis com outros sistemas. O sistema político, conforme Costa, mostra-se

insensível aos custos que ele provoca no mundo da vida, requerendo uma instância onde os problemas da sociedade como um todo sejam tematizados numa linguagem comum. Esta instância sendo para Habermas a esfera pública representaria o nível no qual os problemas que afetam o conjunto de sociedade seriam discutidos e processados. (Costa, 1994:38).

Discorrendo sobre a descrição que Habermas (1997:92) faz do funcionamento da esfera pública numa democracia contemporânea, Costa enfatiza o núcleo do sistema político como nível onde se encontra alojados os complexos institucionais da administração, o aparato judiciário e o conjunto de processos ligados a formação de opinião e da vontade democrática que são o complexo parlamentar, eleições, concorrências partidárias, etc. Para que uma determinada demanda da sociedade civil, apoiada em discursos públicos, ganhe a forma de poder político é necessário, segundo o autor, que percorra os procedimentos democráticos legais situados nos complexos parlamentar e judiciário, que funcionam como eclusas que regulam e processam as demandas provindas da sociedade civil. Ao percorrer este sistema de eclusas institucionais, os fluxos comunicativos do mundo da vida assumem caráter de persuasão sobre os membros do sistema político, podendo determinar mudanças no seu comportamento. (Costa, 1994:43).

Colocadas estas descrições sobre o funcionamento da esfera público-política, cabe indagar e distinguir os atores que no seu âmbito representam os fluxos comunicativos do mundo da vida. Para Costa, estes agentes diferenciam-se daqueles que se utilizam da esfera pública, valendo-se de seu poder econômico e organizacional para influenciar no sistema político. Estes agentes podem apropriar-se da esfera pública e manipular a opinião pública. Entretanto, a opinião pública só pode ser fator da legitimação de decisões políticas à medida que se forme e se reproduza autonomamente, já que as opiniões públicas podem deixar-se manipular, mas não podem ser "fabricadas" ou "compradas" publicamente. Assim, conforme o autor, a sociedade civil forte e organizada seria, portanto, o antídoto contra deformações da esfera pública e pressuposto da legitimidade dos consensos públicos com o seu conjunto de associações voluntárias e autônomas com relação aos subsistemas político-administrativo e econômico. Através de processos participativos horizontais e tematizando situações-problemas na esfera pública, a sociedade civil procura impedir que o sistema político reduza seu raio de ação às questões vinculadas aos interesses particularistas. (Costa, 1994:43-4).

Os agentes ou atores com o poder de definir os temas discutidos seriam na formulação habermasiana, em primeiro lugar, os ocupantes de cargos públicos que dependem do respaldo popular para influenciar a formulação da pauta política, e, portanto, pertencem as instâncias discursivo-interativas do sistema político. Já os atores da sociedade civil que tematizam situações-problemas emergentes no mundo da vida para a esfera pública são aqueles que pertencem às associações civis, clubes e órgãos de divulgação próximos das esferas privadas. Nesta linha de reflexão tais agentes encontram e constroem

"foros, iniciativas civis e outras plataformas, antes que eles, quando for o caso, se tornem, formas agregadas, núcleos de cristalização de movimentos sociais e novas subculturas. Estes por sua vez, podem dramatizar e encenar a sua participação de forma tão efetiva que os meios de comunicação de massa absorvam a questão. É através do tratamento controverso pela mídia que temas atingem o grande público, alcançando a agenda pública". (Habermas, apud. Costa, 1994:38).

Para Costa neste construto de Habermas, os movimentos sociais são atores da sociedade civil diferenciados do conjunto de associações civis peculiares a esta esfera, situando-se num degrau analítico acima delas e apresentando um aspecto temático e contedísticos mais amplo que tais associações civis. Elas, além disto, estão associadas aos

processos de construção de novas subculturas, isto é, aos processos de constituição de novos *ethos* e "milieus" culturais. São formas de ação social que buscam dar resposta aos avanços da esfera administrativo-burocrática nas esferas privadas atomizando os cidadãos e reduzindo-os aos papéis passivos de clientes, consumidores e pacientes. Assim, os movimentos sociais representariam nesse contexto de colonização do mundo da vida, formas de luta da sociedade civil para conquistar o seu papel ativo na produção de suas próprias formas de vida. Constituem-se, também, ao operar sobre a base de necessidades gerais e através da mobilização de recursos de ressonância pública, um contraponto fundamental aos interesses particularistas levados e instalados no sistema político. (Costa, 1994:47).

Com esta reflexão sobre o lugar que os movimentos sociais ocupam na teoria habermasiana da ação, Costa e outros autores, buscam encontrar respostas para as dificuldades conceituais que estes fenômenos da ação coletiva sofreram nas discussões acadêmicas no Brasil e na América Latina. Assim, na Europa e na América do Norte, o conceito de movimentos sociais apresenta-se indissociável da idéia de transformações substantivas, não sendo sinônimo genérico de práticas associativas.

Nestes casos, o sujeito coletivo persegue a implementação, impedimentos ou reversão de uma mudança social substantiva. Daí a idéia de novos movimentos sociais para designar os movimentos de mulheres, ecológicos e antinucleares. Na América Latina, como no Brasil, ao lado dos grupos de mulheres e preservacionistas, foram designados com "novos" as associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais, grupos de ajuda mútua, comunidades eclesiais de base, associações de natureza étnica e iniciativas no campo de uma educação e artes populares. (Galbert, 1990:1, apud. Costa, 1994:38).

Se as dificuldades conceituais estão no abarcamento dos diferentes formatos organizativos e múltiplos contextos e temáticas, para Costa, tais impasses podem ser superados pelo conceito de sociedade civil, entendida como uma "rede" de associação autônomas, "independentes do Estado, que reúne os cidadãos a partir de interesses comuns e que, através de sua simples existência ou atividade, pode produzir efeitos sobre a política" (Taylor, 1991:51, apud. Costa, op. cit.:39). Assim, associações da sociedade civil são tantos os movimentos sociais europeus e norte-americanos que lutam por "transformações substantivas", quanto os grupos que lutam por saúde, transporte e outras carências nas favelas de uma grande cidade brasileira. Com isto, adverte Costa, não se quer nivelar os atores sociais de sociedades civis particulares, e nem as capacidades e papéis políticos que diferencialmente são capazes, mas o "estabelecimento de uma base analítica comum sobre a qual especificidades e características particulares possam ser cotejadas, contrapostas e descritas". (Costa, 1994:49). Se não se pode nivelar os diferentes atores coletivos das diferentes sociedades civis particulares, também, e este ponto Costa esquece, não se pode nivelar numa mesma sociedade civil particular associações voluntárias como ONG's (organizações não-governamentais) e outras entidades civis e até confessionais que formam a tessitura organizativa básica e institucional da sociedade, com movimentos sociais que seriam, na formulação habermasiana, formas associativas num degrau acima daquelas tanto no nível das potencialidades mobilizadoras quanto no nível qualitativo de construção e acessamento de situações-problemas ao âmbito da esfera pública.

Quando Costa aplica o conceito habermasiano de sociedade civil à realidade brasileira se depara com as mesmas dificuldades, impasses e ambigüidades que seus pares em momentos anteriores e com outros enfoques. São os enfoques que são inadequados ou é a realidade dos movimentos que não podem ser encaixados mecanicamente em modelos transpostos de outros contextos de democracias avançadas do mundo moderno? O autor dá, como exemplo, de movimentos que encaixam-se no modelo de sociedade civil em apreço, o

movimento que conduziu ao "impeachment" do presidente Collor, que por meio de manifestações públicas e dramatização do "tema" conseguiu gerar e sustentar decisões tomadas pelo complexo parlamentar e transpor todas as eclusas institucionais. Se tal movimentação social operou mudanças "substantivas", já que teve capacidade de generalização de certos valores (ética na política) e em termos de juridificação, exercitar a vigência das normas constitucionais, fica então difícil de qualificá-lo como um "novo" movimento social enquanto ator coletivo particular e portador de uma identidade coletiva como são interpretados os movimentos pacifistas, ecológicos, feministas e outros. Oportuno seria indagar se o movimento social do "impeachment" não poderia ser entendido como um fenômeno coletivo que melhor seria compreendido abraçando-se a conceituação touraineana de movimentos sociais. (Touraine, 1973, 1978).

Entretanto, os impasses parecem levar ao caso dos movimentos específicos, que seria o de saber quais as associações civis que contribuem para dar formato organizativo a determinadas forças políticas e sociais para além de sua "pessoa jurídica"; ou quais são as associações voluntárias que estão na origem dos processos formativos que podem assumir cristalizações organizativas e formativas que Alberoni (1968) chama de fenômenos coletivos de grupo ou de articulações temáticas e organizacionais compostas por múltiplos grupos organizados como são as "redes" de movimentos sociais (Scherer-Warren, 1993). Parece que na perspectiva de Costa (1995), tudo parece depender da qualificação dos atores da sociedade civil a partir de suas demandas e das formas como são processadas e canalizadas. Assim, campanhas do movimento ecologista podem expressar como determinadas organizações da sociedade civil no Brasil conferem um caráter público a determinadas questões levando ao seu tratamento pelas instâncias decisórias, ao passo que as associações de moradores urbanos revelariam ambigüidades que as aproximariam de grupos de interesses, já que ao mesmo tempo em que procuram dar um tratamento público à situações problema relativas à saúde, educação, moradia e outros temas,

"procuram beneficiar-se dos 'relacionamentos clandestinos' com o Estado e o sistema político, acertando, através de suas cúpulas, acordo (para apoio político, para melhorias para o bairro ou até vantagens pessoais) que nunca são objetos de discussão pública, nem mesmo no nível do conjunto dos membros da organização". (Costa, 1994:51).

Ora, na formulação habermasiana, todo movimento social é um formato de organização voluntária mas nem toda associação gremial da sociedade é um movimento social. Podem fazer parte ou ser parte do movimento social no sentido de Touraine, podem fazer parte de uma "rede", podem dar apoio a um movimento social específico como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas não podem ser confundidas com um movimento social particular ou com uma rede temática e/ou organizativa e outras que se formaram no Brasil nos últimos anos. Um sindicato pode ser um grupo de interesse, mas nada pode impedir que ele junto com outras entidades da sociedade civil possam construir o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, como identidade coletiva que se constrói com base numa situação-problema concreta, com uma direção ou organização que lhe é própria.

Se o modelo habermasiano de sociedade civil só se "encaixa" na realidade brasileira enquanto incorporar as organizações da sociedade civil que se pauta nas regras e nas instituições da democracia política e em direitos ou demandas de caráter público e universais, não cabe em tal modelo organizações e grupos de interesses que se pautam em acordos de "cúpula", relacionamentos clandestinos, buscando "feudalizar o Estado e fortalecer seus traços particularistas. (Costa, Idem, p.50). Costa esquece-se que o conceito gramsciano de sociedade

civil ao contrário de querer superar "idealmente" a heteronomia social, toma a sociedade civil como instância de sua noção de Estado ampliado e como espaço por excelência de contradições sociais de todos os tipos e da dominação, sobretudo simbólica.

“(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção moral e intelectual’. Um grupo social é dominante sobre os outros grupos adversários que tendem a ‘liquidar’ ou a submeter com a força armada, e é dirigente em relação aos grupos afins e aliados”. (Gramsci, 1966:70).

Nos passos do mestre político italiano, se não há hegemonia das orientações universalistas sobre os particularistas, clientelistas, machistas e etc. no seio da sociedade civil, trata-se portanto de se questionar a eficácia dos processos de socialização política realizados pelas entidades e associação civis que formam a base institucional da sociedade civil e seus limites na elevação do nível cultural dos agentes que dão corpo social aos chamados movimentos sociais que sejam "velhos" ou "novos". É bom ainda lembrar que, se não existe um modelo teórico ideal, tampouco existe uma sociedade civil ideal, ela sempre será um vir a ser, até porque o ser humano sempre será um ser inconcluso, um sujeito em permanente processo de ressocialização. Não esqueçamos, também, que o modelo habermasiano de sociedade civil está associado ao mundo da vida, esfera que além coerções sistêmicas que solapam os processos intersubjetivos de formação dos sujeitos sociais, de públicos críticos, sofre também, estorvos da tradição que terminam criando um fosso profundo entre o atraso moral e cultural da sociedade e avanços em termos de complexificação sistêmica responsável pela reprodução material desta mesma sociedade⁵.

Entretanto, Costa parece apontar uma alternativa para essa inadequação desse modelo de sociedade civil, ao apostar que mesmo grupos de interesses são obrigados a se pautarem unicamente na repercussão pública de suas ações, com base em suas próprias forças e sustentação política, tão logo se esgote os recursos institucionais como lobbies, greves e propinas e, as estratégias intransparentes de negociação que produzem resultados à curto prazo possam mostrar-se enviáveis à longo prazo. Entretanto, as dificuldades para o emolduramento do caso brasileiro parece continuar na ótica do autor:

"A esfera pública, apoiada na sociedade civil que se (re) constrói, apresenta sinais efetivos de independência e vitalidade, operando de fato, como caixa de ressonância para a "criação" de questões públicas. Não obstante, preponderam em muitos casos mecanismos não públicos (fechados e particularistas) de acesso do sistema político e ao Estado e de desencadeamento de decisões nestas esferas. (Costa, 1994:5).

⁵ Habermas (1997:99) assim define sociedade civil: “o termo sociedade civil não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e de marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação de esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro das esferas públicas. Esses “designs” discursivos refletem, em suas formas de organização, abertas e igualitárias, certas características que compõem o tipo de comunicação em torno da qual se cristalizam, conferindo-lhe continuidade e duração”. Aqui, o conceito de sociedade civil parece que mudou de estatuto teórico com relação ao de Gramsci.

Com relação a noção de sociedade civil distinta do Estado, Habermas (idem: 100) faz referência tanto a definição empregado por Eisenstadt (1992) quanto por Roniger (1992:53-68). Também Cohen e Arato (1992:346).

Para Costa, o modelo de ação e racionalidade comunicativa de Habermas em seu conjunto é capaz de dá conta das dimensões estratégicas, normativas e expressivas dos fenômenos coletivos. Se os "novos" movimentos sociais e outras associações civis pautam-se em ações dramáticas na tematização de situações-problema na esfera pública, e em termos normativos, em valores e demandas universalistas, opondo-se as formas de ação clientelistas e corporativistas abraçadas por determinados grupos de interesses. Eles também têm um componente estratégico. Este componente se expressa nas suas relações com o sistema político, impactando e sofrendo os impactos deste. Podem se utilizar de formas de pressão, acordos e consensos, lobbies (papel dos mediadores), ocupações de locais públicos, passeatas, greves, abaixo - assinados e outras formas que instrumentalizam a repercussão pública de suas demandas na opinião pública e nos centros decisórios do sistema político, sem que sejam necessariamente formas intransparentes e antiéticas que atentam contra a própria institucionalidade democrática. Tais instrumentos fazem parte do repertório social das classes subalternas e são tributários da tradição de luta dos movimentos emancipatórios da própria modernidade. Podem ser considerados instrumentos e formas de mobilização, que ao não serem neutros, até porque alicerçados em valores e direitos universais como liberdade de opinião, de expressão e de organização, são parte mesmo de um movimento social muito mais amplo e universalista de aprendizagem do exercício da solidariedade e da liberdade que ao (re) socializar os agentes da ação intersubjetivamente mediada pela linguagem traduzem-se num aprendizado social que no decorrer dos tempos fez as sociedades evoluírem dos níveis de moralidade pré-convencional ao limiar dos níveis contemporâneos que Habermas (1987, II, 514) chama de convencionais e pós-convencionais.

Tais processos mais gerais de emancipação têm a sua ontogênese nos processos intersubjetivos de formação do sujeito que alternativamente passam a assumir o papel na comunicação de locutores, auditores e ouvintes e tenham o domínio das três relações ator-mundo (mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo) com suas correspondentes reivindicações de validade. Como os indivíduos em processo de emancipação ou emancipados e, portanto, capazes de cognição, interação e ação são membros da sociedade, deriva-se o processo de racionalização do mundo da vida, porque amplia a capacidade de aprendizado da humanidade. Se as ações movimentistas ou movimentos sociais são parte deste processo, não estão livres de distorções, coerções, persuasões, impedimentos múltiplos na formação de sujeitos sociais, de agentes e públicos críticos que podem se encontrarem em espaços públicos construídos pelos próprios movimentos e na sua relação com o sistema político tematizando situações-limite que atentam contra a sua hominização. Há, portanto, que ser incorporado ao modelo de sociedade civil e sua adequação à realidade brasileira a questão da complexificação sistêmica e da racionalização societária, de forma que possam ser colocados noutro patamar de compreensão teórica os limites e as potencialidades, as ambigüidades e estranhamentos desses movimentos com relação ao sistema político. Também a diversidade de formatos organizativos e práticas que compõem o universo desses autores coletivos.

Costa caminha nesta direção, de forma um tanto tateante. Possivelmente porque preso à tradição teórica que atribui todos os males da "incerteza" da consolidação da democracia política no Brasil à tradição corporativista, clientelista, estatal-autoritária da formação social e política brasileira, sem levar em consideração os impedimentos induzidos pelos subsistemas que causam a colonização do mundo da vida e o empobrecimento cultural na sua versão moderna e coexistindo com todos os tipos de atrasos. Por isto mesmo, tais impedimentos podem ser mais visíveis nos países de tradição político-liberal, como são as democracias européias e norte-americana. Alguns autores como Almeida (1989) constataram que diferentes autores buscaram enfatizar o fato do sistema de articulação de interesses no

Brasil, na maioria dos casos, ser projetado diretamente no aparelho do Estado, sem que se verifique a existência de atores coletivos autônomos que representem tais interesses sociais. Por exemplo, como Diniz constata (1991:37), tantos os trabalhadores urbanos quanto os setores empresariais definiram-se através do Estado. Diante de tais constatações Costa infere que:

"É como se a separação das esferas da economia, da sociedade civil e da sociedade política não houvesse sido completamente completada. Em muitas situações, os interesses sociais não são traduzidos a uma esfera (pública) autônoma, onde eles são discutidos e confrontados; eles percorrem os canais do próprio Estado que, nesses casos, por meio de processos não universalistas, portanto, variáveis e arbitrários, pondera e decide". (Costa, 1994:51).

Assim, no nosso caso, os partidos políticos deixam de "exercer a função de intermediadores entre a sociedade e o Estado. São confundidos com o aparato administrativo e "desenraizados" na sociedade civil, não se prestando à função de "auto-realização de interesses" no plano individual e de atuar como coordenadores de seletividade de temas e de demandas no plano do Estado (grifos nossos). No plano individual, transformam-se em instrumentos de realização de projetos pessoais de poder e no plano do Estado, operam fora do controle da sociedade civil ou em consonância com ela não traduzindo ou refletindo os seus interesses e demandas vitais (Idem, ibidem).

Estas constatações de Costa também são observadas por muitos outros cientistas políticos com diferentes acentuações e ponderações que não cabe aqui ser reconstruídas. Entretanto, nesta direção teceremos algumas considerações. Um país como o Brasil em que a vontade geral está no Estado com raízes num processo complexo que criou a República dando-lhe bases distintas do pacto político fixado na Constituição de 1891 e operando um claro distanciamento do Estado e da ordem burguesa em relação ao liberalismo político; era de se esperar uma autonomização do Estado com relação à sociedade, especialmente depois da criação do Estado Novo em 1937. Tal Estado representante da vontade geral chamou para si a direção da modernização que nesta época já estava associada à industrialização (Vianna, 1989:6). Neste caso, o Estado antecipa-se à sociedade à moda keynesiana "tupiniquinizada", operando através dos meios sistêmicos de coordenação da ação a refuncionalização da tradição patrimonialista-autoritária e do clientelismo com raízes fincadas na república oligárquica e, uma vez, utilizados como meios de persuasão e de controle social que potencializa uma cultura de subserviência e subalternidade já bastante arraigada na sociedade.

"O moderno surge como plano, impondo-se através de uma abundante legislação que determina o lugar e a função de cada qual num mundo disciplinado e irmanado para uma finalidade - o progresso e a modernização. O plano do moderno se concretiza na arquitetura corporativista integrando solidariamente sociedade e Estado na busca de um objetivo comum, consistindo o discurso populista o momento de afirmação hegemônica de uma ordem burguesa que quer apagar as clivagens de classe em nome da criação de uma identidade nacional comunitária". (Vianna 1989:7).

Aqui, a lei é imposta e não produto de um processo de juridificação de relações e direitos sociais, civis e políticos emanados da sociedade. A ação estatal, com seus mecanismos sistêmicos de dominação e subordinação se instaura no mundo da vida solidificando uma já arraigada indiferenciação entre público e privado no trato da coisa pública, e ao não produzir sentido, significação; a integração sistêmica é feita de forma personalizada, e não ao contrário, ao incorporar a própria tradição autoritária do sistema de

mando e de favores, do coronelismo e do clientelismo, enquanto as massas excluídas das benesses do Estado continuam entregues à barbárie.

Abre-se uma fenda cada vez mais larga entre complexificação sistêmica e uma racionalização do mundo da vida estorvada. A complexificação sistêmica é patrocinada pelo próprio Estado e não como indução do mundo da vida racionalizado. Aqui, o Estado, o sistema, antecipa-se ao mundo da vida ao contrário do contexto histórico-social europeu. As patologias da fome, da incultura, do analfabetismo, da violência institucionalizada pela tradição autoritária e outros males são naturalizados como destino servindo para alimentar o blá-blá-blá de ideologias como o nacional-desenvolvimentismo. Neste contexto, o mundo da vida só não ficou totalmente encapsulado na barbárie, nas amarras da tradição conservadora e oligárquica devido aos árduos embates dos movimentos emancipatórios das classes subalternas que até hoje lutam pela juridificação, vigência e ampliação de direitos sociais, civis e políticos. Aqui, pode estar a "chave" de compreensão do porque nos últimos vinte anos a "revolução" dos interesses das classes subalternas, dos direitos sociais, parece encobrir a importância dos direitos civis e políticos; é como se a cidadania civil e política emanasse naturalmente como consequência da plena vigência da cidadania social.

Se por um lado, nas democracias avançadas européias, os "novos" movimentos sociais informam uma sociedade civil forte porque baseada em interesses e direitos universais ou generalizáveis para o conjunto da sociedade e, se enquanto esfera da solidariedade esta sociedade civil estabelece seus espaços de autonomia com relação ao mercado e ao Estado, o que implica na construção de uma esfera pública que funciona como antídoto aos "déficits comunicativos" promovidos pelos subsistemas não-linguistificados, impessoais, não-produtores de sentido, o que dizer do Brasil?

No Brasil, os movimentos sociais "novos" e "velhos", arcam-se com *déficits* tanto no plano da reprodução material, quanto no plano da reprodução simbólica da sociedade induzidos por um modelo estatal-corporativo que conduziu através de mais de meio século um processo de complexificação sistêmica que na contemporaneidade elevou os índices de concentração de renda a limites insuportáveis pelo conjunto da sociedade que já acumula mais de 32 milhões de miseráveis. Enquanto isto, este mesmo modelo de Estado tutelou a sociedade pela força e pelo consenso, estorvando sistematicamente os processos de subjetivação e racionalização, emanados do mundo da vida e solapando a própria representação social necessários para a alavancagem de sua reprodução simbólica para os níveis de cultura e moralidade das modernas democracias liberais.

Se nas sociedades de tradição democrático-liberal, os mecanismos sistêmicos de colonização do mundo da vida consumaram a disjunção entre integração social e integração sistêmica, esta última solapando a primeira (Habermas, 1987:167-255); aqui antes que houvesse tal disjunção, o Estado absorveu a sociedade e a economia, tornando-se "senhor absoluto" dos destinos da sociedade. A integração social sempre foi feita às duras penas pela ação de elites esclarecidas, enquanto o Estado, mas que o mercado, promoveu a integração sistêmica refuncionalizando ou instrumentalizando a tradição autoritária de um mundo da vida em proveito de uma ordem político-burocrática autoritária e corporativa e de suas clientelas empresariais e oligárquicas. Temos sob esta tutela da sociedade pelo Estado, o reforço de uma formação histórico-social fundada no autoritarismo e na exclusão social, étnica, de gênero, e até regional, naturalizados por uma "consciência coletiva" dominante e prescritiva fundada em códigos de ética e de direito privado que marginaliza ou depõe contra toda uma legislação vigente.

Temos aqui, portanto, uma colonização do mundo da vida e um empobrecimento cultural produto da amalgamação do "atraso" e do "moderno" que se fundem,

quando não o próprio "atraso" assimila o "moderno". Esta colonização promove patologias com origem interna e externa ao mundo da vida. As patologias de origem interna provêm dos *déficits* de racionalização do mundo da vida por uma modernização unilateral e sistêmica (complexificação) que permanece como resíduos ou cristalizações da passagem do agir sagrado ao agir profano na forma de crenças, valores, cosmovisões, normas e padrões de conduta legítimos, intocados ou não-tematizáveis, da tradição e da cultura.

Tais resíduos ou cristalizações podem ser revigorados e ressemantizados como "modernos": a folclorização que alimenta intelectuais que ainda revivem uma cultura espiritualizada de base oligárquica em confronto com a barbárie das ruas e dos campos. Apropriados, em certos momentos, pela indústria cultural, são destituídos de suas significações simbólicas ou politicamente transformados em fundamentos ético-normativos que expressam o "bom senso" daqueles socializados por laços de lealdade e pertencas coletivas, na escolha de seus "autênticos" e "tradicionais" representantes políticos. Sob este pano de fundo, o clientelismo, o fisiologismo, o mandonismo e outras facetas da tradição autoritária da sociedade e alicerçados numa consciência prescritiva e necrófila, atravessa toda a tecitura social reproduzindo-se onde era menos de se esperar: nas associações e grêmios da sociedade civil e nas relações que possam estabelecer entre eles e com o Estado.

Neste contexto, o potencial comunicativo do mundo da vida contido na linguagem e na cultura só pode ser libertado de amalgamações tradicionais, dada a pouca flexibilidade de cosmovisões, preconceitos e instituições sociais tradicionais com relação às pós-tradicionais, por um movimento emancipatório de reforma cultural e moral no sentido gramsciano. Para Gramsci este movimento não pode existir sem a formação de uma camada de intelectuais que articule a reflexão teórica a partir do "núcleo de bom senso" do senso comum, com a prática cotidiana das massas e de suas experiências na luta social e política (Mochcovitch, 1981:12-21). Estes podem estar nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade que lhes dão apoio. E, os processos educativos que promovem sofrem mais estorvos do que o empenho intelectual solidário daqueles que vão estudá-los. Também, estorvos à racionalização do mundo da vida estão mesmo em contexto pós-tradicionais. Nestes contextos, podem ser exemplificados os estados de coisas provocados pela redução da moralidade ou da eticidade concreta, por sua vez, resultante da crescente universalização e formalização do direito e da moral, ou ainda, da separação elitista entre culturas de *experts* e situações de ações comuns de que resulta o "empobrecimento ou esvaziamento cultural do mundo da vida" (Habermas, 1981:451-483). Já as patologias induzidas externamente, podem ser exemplificadas por guerras, epidemias, terremotos, fome, analfabetismo e outras produzidas através de mecanismos sistêmicos que são capazes de tirar a força da comunicação mediada pela linguagem e substituí-la pelos meios destituídos de linguagem (Habermas, 1987:171).

Estas e outras patologias não podem ser solucionadas, provavelmente, na atual distribuição de poder e só poderão se enfrentadas através de sua moralização público-discursiva. Esta moralização e generalização normativa podem ser operadas discursivamente por atores sociais "em espaços públicos não obstruídos de culturas políticas liberais" (Habermas, 1991: 59). Mas, também, tais patologias geram movimentos sociais de oposição pautados na cidadania, além dos contramovimentos e estados de anomia social. Se estes movimentos sociais de oposição não podem ser confundidos com associações de bairro, grupos de interesses, clubes e outros tipos de associativismo civil, como já se viu anteriormente, mas como processos de aprendizagem social que assume expressão pública e que pode revigorar a sociedade civil e (re) qualificar a opinião pública; podem, também, ser revigoradores da função mediadora dos partidos políticos, requalificadores dos processos

eleitorais e instâncias parlamentares de representação. Isto pode se dar na medida em que oportunizam o debate público formador de públicos conscientes de suas situações-problema para além de particularismos de todos os tipos e, possam influenciar na construção de blocos político-parlamentares sensíveis às suas demandas. Neste prisma, achamos que os partidos políticos, mesmo "desenraizados" da sociedade, desqualificados por campanhas veiculadas sistematicamente pela mídia ou "estatizados" não só no Brasil, mas também nas democracias avançadas, ainda podem ser plenamente resgatados como instrumentos capazes de promover ou conduzir "transformações substantivas". Nesta linha de argumentação, parece exemplar que a direção dos processos de democratização da sociedade brasileira, que levou à instalação do Estado democrático de direito e à democracia política, esteve a cargo de elites esclarecidas e de partidos políticos, sob impulsos e revanches de uma ampla movimentação social.

Neste prisma, achamos que os movimentos sociais como processos de aprendizagem da participação social e da representação política, quer sejam "novos" ou "velhos", podem superar à tradição com todos os seus particularismos autoritários e articular um movimento social emancipatório demandante de interesses e valores universais, a exemplo do "novo sindicalismo" surgido das greves do ABC Paulista a partir de 1978/79 e do Movimento Custo de Vida que se alastrou país à fora a partir do contexto social e político paulistano com base nos clubes de mães, CEB's e outras organizações civis, formais e informais, transcendendo a sua natureza de espaços de socialização primária e localista. São movimentos cíclicos, como o do Custo de Vida, mais que efêmeros. São identidades coletivas construídas a partir da percepção de carências e, portanto, contingentes. São tributários, entretanto, de uma tradição emancipatória que deita raízes na própria modernidade e deixa um aprendizado social inestimável e que robustece as possibilidades de radicalização da democracia porque enraizada nas estruturas do mundo da vida, de cuja racionalização depende a própria reprodução simbólica da sociedade.

Até agora, foi visto que os diferentes autores que se preocuparam com os fenômenos coletivos no Brasil sob a noção de movimentos sociais centraram-se em questões conceituais, nas virtualidades e limites dos movimentos de ação coletiva, nas suas ambigüidades e constrangimentos que desafiam a própria teoria e põe em xeque uma visão de democratização limitada à formalização da institucionalidade político-democrática. Embora haja indicações, como em Durhan (1984:28), não há na literatura até aqui vista uma atenção especial aos processos de educação política, de formação dos agentes e dos atores coletivos. Esta questão será retomada mais adiante.

O nosso diálogo neste capítulo foi limitado a alguns autores e balanços realizados e no âmbito de uma literatura datada e situada: a produção brasileira contemporânea sobre movimentos sociais. A sua intencionalidade não foi confrontar teorias, mas apenas situar problemas relativos à celebrada crise do campo temático, dos próprios movimentos sociais e do tão controvertido conceito de movimento social.

Se o conceito é muito abrangente, senão abstrato ou demais concreto, para dar conta de fenômenos sociais heterogêneos, fragmentados e voláteis, a nossa discussão até aqui cumpriu o nosso objetivo de encontrar uma conceituação mínima do que venha a ser um movimento social. Um conceito que melhor se adequasse aos movimentos objeto de nossa investigação: os movimentos agrários e no contexto do Nordeste do Brasil. Esta conceituação como vimos anteriormente foi-nos apresentada pelos autores que partem de um conceito habermasiano de sociedade civil e que situa os movimentos num patamar ascendente às associações civis e organizações sociais que compõem o lastro institucional desta sociedade civil. Os movimentos sociais, embora se apoiem nessas associações e organizações, não se confundem, entretanto, com elas.

O que tais autores tentam mostrar é que o conceito movimentos sociais deve fazer parte da construção de referências analíticas apoiadas em outros conceitos (Cardoso, p. 1986:99) ampliando o seu valor heurístico pela explicitação de “seu conteúdo e a sua relevância na análise dos dados apresentados (Novaes, 1987: XI). Assim, tal noção de movimento social no interior do “approach” habermasiano pode nos orientar nas reflexões subsequentes e constitutivas deste texto. De antemão, podemos ainda acrescentar também, que falamos em movimentos sociais sempre associados à classe trabalhadora e à outros setores subalternos da sociedade brasileira. Em contraposição e concordando com Barreira (1995:75), chamaremos de contramovimentos aquelas manifestação coletivas que não de pautam por mecanismos de construção da cidadania, podendo ser incluídos aquelas que se organizam para antagonizar com as lutas e conquistas das classes trabalhadoras.

Entretanto, se entendemos como Habermas que os movimentos são processos de aprendizagem e o que está em jogo em suas lutas é a defesa e restauração de formas de vida ameaçadas ou da implantação de novas formas de vida; é a questão da gramática das formas de vida, então os conflitos remetem necessariamente à questão das identidades coletivas. Mas, se entendermos como Zermeño (1987, 194) e Krischke (1987) que tais identidades auto-referidas, mesmo que restritas e no sentido dos movimentos específicos, são manifestações que no sentido habermasiano estão acima e não se confundem com as organizações, associações civis e outros formatos organizativos que dão expressão institucional a sociedade civil; então podemos arriscar o conceito de Melucci: movimento social é uma forma de ação coletiva, baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo limites do sistema em que ocorre a ação (Melucci, 1989:57).

CAPÍTULO II

A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM GERAL: UM OLHAR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A ação movimentalista das camadas subalternas da sociedade brasileira, sobretudo no meio rural, demanda um árduo trabalho educativo, chamado de “educação popular” ou de “trabalho de base” levado a efeito por organizações e entidades da sociedade civil, incluindo serviços e pastorais ligados à Igreja Católica, organizações sindicais e mesmo movimentos sociais já constituídos e com um certo elenco de ativistas, lideranças, educadores, colaboradores e assessores. Entretanto, são poucos os trabalhos pesquisados na literatura acadêmica que se mostram diretamente preocupados ou que sejam portadores de um foco de análise na dimensão educativa de tais fenômenos de ação coletiva denominados de movimentos sociais.

Pelo menos, na literatura que consultamos, foram encontradas referências, sugestões, alusões sobre essa dimensão educativa, senão breves aportes muito mais para identificar a ação dos chamados mediadores (personagens e instituições no agenciamento e na mobilização de recursos (materiais e simbólicos) para incrementar as realizações organizativas e reivindicativas de determinados grupos sociais.

Entretanto, se este é o “estado da arte” da produção científica brasileira sobre a dimensão educativa dos movimentos sociais no sentido geral, alguns trabalhos não deixam de, pelo menos, mesmo que implicitamente, fazer descrições e análises que remetem a esta dimensão de aprendizagem;

O nosso objetivo neste capítulo é resgatar, identificar na literatura brasileira mais recente sobre os movimentos sociais essa dimensão educativa, de forma a termos referenciais quanto a pertinência de nossos esforços na construção de um quadro teórico capaz de oferecer em compreensão dos fenômenos em apreço como processos de aprendizagem. A literatura mobilizada para este resgate limitou-se às contribuições e autores de maior circulação no meio acadêmico. A ênfase voltou-se para a literatura sobre os movimentos sociais agrários e, principalmente para aqueles estudos voltados para o contexto do Nordeste do Brasil. Entretanto, num primeiro momento realizamos aportes introdutórios com referência a literatura sobre movimentos sociais em geral.

2.1. À Cata da Dimensão Educativa dos Movimentos Sociais na Literatura Acadêmica em Geral

Os movimentos sociais como processo de aprendizagem podem ser informados pela democratização da sociedade que, segundo Paulo Freire (1979:66); implica na emergência da vontade de participação das camadas subalternas nas decisões políticas da sociedade. Tal emersão pode ser expressa por um cenário caracterizado por mobilizações e lutas reivindicatórias de camponeses e trabalhadores rurais assalariados; de seringueiros e índios na defesa de seus modos de vida; de posseiros e atingidos por obras estatais de infraestrutura econômica como as barragens. E só, para ficarmos no meio rural, ainda temos os remanescentes de quilombos que lutam pelo reconhecimento e demarcação legal de seus territórios ancestrais; os pescadores “artesanais” que lutam contra a especulação imobiliária patrocinada pela chamada indústria do turismo, contra comerciantes de pescado inescrupulosos e a pesca predatória, sem falarmos de uma organização sócio-institucional

imposta pelo Estado, corporativa e autoritária e que se diz representá-los. Entre outros atores e grupos sociais emergentes no cenário público, temos a luta sindical em prol da agricultura familiar, a luta dos bóias-fria e a luta das mulheres trabalhadoras rurais pela democratização das relações de gênero e contra todo o tipo de discriminações advindas da condição socialmente inferiorizada da mulher. Redobrada quando esta é pobre, analfabeta, nordestina e negra.

Tal cenário de rebelião popular, numa pluralidade de atores coletivos e de vozes, implica em pressupor que os “rurais”, entre outros seres subalternos da sociedade, estariam deixando simplesmente de serem objetos passivos de mandatários e chefes políticos locais e, no ambiente de trabalho, agora separado do lugar de moradia. Estariam superando o que Paulo Freire chama de cultura de resistência, para um novo patamar de aprendizagem pela invenção de novas formas de rebeldia expresso nos movimentos sociais (Freire, 1992:65). Os “rurais” também estão deixando de ser alvos submissos da ação modernizadora do Estado que tem sido seletiva e excludente. Frente a esta ação socialmente desagregadora, mesmo na condição de marginalizados, como moradores de “pontas-de-rua” ou como “moradores-de-beira de estradas; refazem a sua rebeldia pela via do movimento social dos sem-terra e dos sem-nada.

Podemos inferir que os momentos sociais dos “rurais” visam mudanças sociais e culturais que, por sua vez, orientam-se na realização do potencial de energias utópicas inerentes à modernidade. Não por acaso, Habermas (1987) associou certos movimentos sociais à própria modernidade, pela possibilidade de construção de formas e processos de integração social frente à fragmentação societária e a perda de sentido operada pela força dos imperativos sistêmicos.

A movimentação social das classes subalternas impõe um deslocamento de pontos de vista. Já não se trata de vê-la descolada da modernidade. As classes subalternas não são uma condição que o desenvolvimento capitalista supostamente extingiria no seu percurso modernizante. Ao contrário, ele reproduz a subalternização crescente de grupos sociais tanto nas regiões pobres quanto nas mais desenvolvidas no Brasil e no mundo, mesmo nas chamadas sociedades industrialmente avançadas. A noção de subalternidade de feição gramsciana desautoriza interpretações polarizadas e dualistas do tipo tradicional versus moderno e nos remete a diversas situações de subalternidade em sua riqueza histórica, cultural e política. Como aponta Martins (1989:98), tal noção induz-nos a entender a diversidade de concepções, motivos, pontos-de-vista, esperanças, no interior das diferentes classes e grupos sociais e, mediante esta tarefa indagarmos sobre a reprodução ampliada da subalternidade. Obriga-nos a buscar compreender as esperanças e as lutas dos diferentes grupos e camadas subalternas.

É claro que a reprodução da subalternidade em regiões como o Nordeste do Brasil ganha cores fortes em face da malvadez das estruturas sócio-econômicas e do poder das oligarquias políticas que sustentam uma cultura de subalternidade e expõem populações inteiras à fome, ao analfabetismo, à mortalidade infantil e à mortalidade precoce de força-de-trabalho etc. Mas, estas situações com outros matizes se reproduzem tanto nas periferias dos grandes centros urbanos quanto em áreas rurais consideradas desenvolvidas como a “califórnia brasileira”, como é chamada a região de S. José do Rio Preto, em São Paulo.

No nosso país, o aprendizado de rebeldia, de reinvenção da vida, da assunção da existência e da história por parte dos escravos é o outro lado dessa cultura de subalternidade, constantemente reinventada nas lutas subseqüentes do passado mais distantes e mais recente; e hoje, na contemporaneidade dos “novos quilombos” que conseguiram inscrever na Constituição de 1988, seus direitos, para continuarem lutando pela sua vigência, reatualização e ampliação (Freire, 1992: 109). E na luta que esses seres subalternos tomam consciência de sua condição de subalternidade rejeitando-a para superá-la. Das marchas dos

“rebeldes primitivos” de ontem às marchas dos “sem-terra” de hoje vai se acumulando um aprendizado social que repõe historicamente as esperanças de construção de uma sociedade mais justa e mais democrática. Tal aprendizado social suscitou a construção dos indivíduos como sujeitos, criadores de si mesmos, de sua vida individual e coletiva. Se por sujeito entendemos a construção de indivíduos ou grupos sociais; o sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre e na qual a liberdade aparece como determinantes sociais e herança cultural. Daí que a movimentação social dos subalternos pode ser entendida como a “luta de sujeitos impregnados de sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas”. (Touraine, 1996:24). Essa busca permanente de afirmação dos subalternos (indivíduos e grupos sociais) como sujeitos do curso de suas próprias vidas repõe constantemente a questão democrática numa sociedade como a nossa fundada no estatuto da escravidão e na cultura política “de sujeição”. Ao mesmo tempo suscita esperanças de superação do autoritarismo social e do autoritarismo político que sustêm a ineficácia da institucionalidade política, transformando as lutas e reivindicações sociais e o desejo de integração social dos excluídos em expressões extra-institucionais sob a indiferença e desprezo das elites esclarecidas e oligarquias políticas.

De qualquer modo, em face de sua movimentação social, não há razão para vermos as camadas e grupos subalternos da cidade e do campo, de regiões mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, aqui e alhures, como “sobrevivências” de um mundo social em desagregação induzida inexoravelmente pelos imperativos de ação modernizadora do Estado ou pela força de expansão do mercado. Especificamente do meio rural, os seres subalternos emergem no espaço público como portadores de direitos a ter direitos através de uma pluralidade de redes institucionais, sejam elas sindicais, cooperativas, associativas ou mesmo de grupos informais. Também pela plurivocidade de organizações e entidades da sociedade civil que lhes dão apoio. Este apoio pode ser visto como materialização de processos solidários de aprendizagem por meio de ações coletivas cada vez mais coordenadas e abertas a novos eventos interativos contínuos construtores de movimentos sociais portadores de elaboração de identidades autoreferidas. Daí que não podemos esquecer que a existência desses movimentos se deve a ação de grupos de intelectuais e personalidades políticas que compõem entidades e organismos da sociedade civil. Estes em interlocução entre si ou cada qual ao seu modo e segundo as suas especificidades temáticas e ações educativas, agenciam atores sociais (indivíduos e grupos) e articula-os em torno de determinadas situações-problemas, de certos temas e interesses. E deste modo, num pacto de cooperação recíproca, formam redes e movimentos sociais frente aos efeitos desagregadores dos imperativos sistêmicos, de crises e processos de reestruturação econômica com rebatimentos na perda de eficácia do Estado para atender crescentes demandas sociais. Como já é sabido, essas demandas sociais estão associadas aos já tradicionais procedimentos clientelistas e particularistas de sustentação político-eleitoral e parlamentar dos governantes.

Nesta linha de argumentação, Doimo (1985) afirma que a existência de movimentos sociais se deve a determinadas forças políticas e sociais portadoras de interesses, diagnósticos e certos princípios que ganham materialidade através deles. Nesta mesma direção Cardoso, R. (1994: 85; 99) identifica a presença de agentes políticos na mobilização movimentalista desmistificando atributos espontaneistas presentes em certas interpretações correntes no final da década de 70 e início dos anos 80. Também Nascimento (1988:40-42), refutando a tese espontaneista, insinua a presença de força políticas na gênese e sedimentação dos movimentos sociais já que carências só adquirem valor social quando são transportadas do plano do objetivo para o subjetivo, quando são percebidas e apreendidas como justas. Tanto este autor como os anteriores sugerem uma ação educativa responsável pela subjetivação das carências e sua elaboração cultural como direitos. Ação educativa não existiria, portanto, sem a presença de uma intervenção de intelectuais e ativistas engajados, já

que a “fome, sozinha, não conduz a nenhuma prática social, e muito menos a uma prática organizada, contestadora, reivindicante (Nascimento, 1988:40). Cardoso, R. (Idem, ibidem) sugere que tal ação deve ir além do puro voluntarismo que é expresso na ênfase pura e simples na tomada de consciência dos componentes da ação coletiva. De certa forma esta autora aproxima-se do horizonte de Habermas (1983:39) para quem a aprendizagem movimentalista é traduzida em práxis social capaz de incorporar as estruturas de racionalidade latentes em suas demandas nos sistemas de ação potencializando a racionalização, das tradições. Ou seja, como sugere Cardoso, quando é capaz de redefinir as relações Estado e Sociedade Civil, fazendo parte de uma política estabelecida, incorporada pela institucionalidade política. Assim, a própria cidadania não pode ser puramente entendida como consciência dos direitos segundo algumas versões correntes mas como uma relação entre o Estado e a Sociedade civil, implicando em respostas ou incorporação pelo Estado dos direitos coletivos acessados pelos movimentos sociais.

Importa-nos salientar que estas falas dos autores acima remetem à problemática de que a aprendizagem individual e social é produto de uma intervenção “de fora”, da ação conscientizadora de agentes externos. Então a questão está na qualificação desta externalidade e na qualidade das relações que é construída entre as lideranças e as bases dos movimentos sociais. Se tais relações estão ajudando a superar a heteronomia social ou estão contribuindo para reforçá-la. Em outros termos, se esses agentes constroem relações baseada na coação social reforçando a moral social dominante ou relações de cooperação social (Piaget), dialógicas (Paulo Freire), superando ou não concepções, valores e crenças que presidem padrões de relações sociais e interpessoais assimétricas, autoritários. É aqui merece destacar a noção gramsciana de intelectual orgânico contra a noção de supostas vanguardas detentoras da “verdadeira consciência” das classes trabalhadoras e exploradas. Formulemos melhor essas premissas!

Se a heteronomia social é a regra, existem determinados indivíduos que em determinados momentos atingem um nível de maturidade intelectual e moral que os tornam capazes de erguer-se acima desta base social comum, de lhe ser superior, insurgindo-se contra desigualdades e injustiças sociais; contrariando a ordem moral predominante (incluindo a lei). Estes indivíduos, correndo os riscos inerentes ao seu comportamento desviável, propõem novas idéias e valores que ao mesmo tempo podem presidir novos padrões morais de convivência e interação social reivindicados como necessários à própria sobrevivência da sociedade à qual pertencem.

Eles são aqueles que, embora poucos, mas imprescindíveis, atingiram um estágio avançado de desenvolvimento moral e intelectual. Frequentemente são os precursores de certas idéias, padrões de condutas e propostas de reformas sociais que, em geral poderão depois ser aceitos como corretos pelo resto da sociedade. Com isto, se o desenvolvimento intelectual e moral é obra do indivíduo e da sociedade (Piaget, 1973:242, apud De la Taille: 1992:12); não estamos afirmando que tais formadores de opinião e dirigentes de movimentos culturais e sociais não sejam influenciados por fatores culturais ou frames pré-existentes. Mas, temos que reconhecer que ocorre uma elaboração racional cujos resultados dão força e coragem aos indivíduos para se comportarem de maneira desviante e ascendente à mentalidade média de seus concidadãos (De la Taille, idem:18;19). São estes que exercem no sentido gramsciano a função de intelectuais, podendo dar coerência aos “núcleos” de bom senso dispersos e fragmentados no senso comum pela elaboração teórica necessária à reformas culturais e morais da sociedade. E aqui o educativo acha-se indissolúvelmente vinculado ao político, entendendo-se este político como direção racional aos processos sociais e, portanto, com a dimensão humana do poder (Torres, 1981:19).

Assim, os movimentos sociais seriam obra primeiramente de tais intelectuais, que chegarem a certo nível de conscientização (no sentido de distanciamento consciente do

indivíduo com relação à sua realidade social e às leis, instituições e normas sociais que regulamentam a sua interação e, que pode ser traduzido por uma crescente individuação, autonomização). É graças ao seu engajamento na resolução de problemas sociais que atingem à maioria da população de sua sociedade, que podem surgir movimentos de mudanças sociais, criando condições para que outros tantos indivíduos possam traduzir um praxis social estruturas de racionalidade já latentes em determinadas concepções de mundo, transformando-as em processo de aprendizagem para toda a sociedade.

Assim, se pudermos piagetianamente chamar tal processo de mudança possível de descentração, ela possibilita uma aprendizagem que vai da ação individual e da interação entre ego e alter, que por sua vez pode torná-los aptos à participar do processo de produção, circulação e generalização de idéias e valores, para finalmente alcançar o nível da aprendizagem societária, pela elevação dos padrões, sobretudo, morais de suas instituições, leis e normas de regulamentação da convivência social. Essa razão descentrada ou racionalidade dialógica pode realizar pela praxis social o elo entre o individual, o social e o cultural.

Em trabalho mais recente Doimo (1995), procura desvendar o complexo processo de interação institucional que deu suporte à gênese e à expansão dos movimentos sociais (populares urbanos) no Brasil, no final da década de 70 e na década subsequente. Procura desvendar o que ela chama de “campo ético-político”, o que na linguagem dos próprios agentes dos movimentos aparece comunamente como “campo popular” (esse ou aquele personagem, essa ou aquela instituição, esse ou aquele movimento é do campo popular, pertence ao campo popular e democrático, ao movimento popular). Nesta linguagem comum, campo popular, movimento popular, aparece como configuração social de um conjunto de discursos e práticas que informam uma multiplicidade de movimentos populares específicos, por sua vez, apoiados por personagens, entidades e instituições. Tal campo popular suscita pertencimento, identidade, a constituição de uma parte (não necessariamente expressa pelo partido-instituição) da sociedade, descontente com as desigualdades e injustiças sociais. Evidentemente que a noção de campo ético-político de Doimo é, por ela ressignificado, pelas suas ambivalências, senão ambiguidades, próprias de conflitos de ação direta: a face expressivo-disruptiva e a integrativo-corporativa. Portanto, desvendar o que está “por trás” dos movimentos sociais parece ser o primeiro passo para essa ressignificação.

A Igreja Católica é enfatizada como a instituição mais interessada na ação movimentalista das classes populares. Interagindo com ela estariam, também, intelectuais e a (nova) esquerda depurada dos vanguardismos e aventureirismos armados do final dos 60. Também o ecumenismo secular constituído pelo apoio de igrejas aos grupos ecumênicos organizados numa rede de entidades, programas e projetos de cooperação e desenvolvimento; rede essa bastante extensa e voltada para a educação popular. A metáfora do “povo como sujeito da história” (grifos da autora) deu o mote da interação da complexidade de grupos, igrejas, esquerdas e intelectuais engajados em redes movimentalistas, de formações, tradições e instituições voltadas para coordenação de aspirações, interesses e representações voltadas para as experiências de educação popular (Doimo, 1995: 71-94).

O olhar generalizante e crítico da autora no balizamento de sua avaliação dos movimentos populares urbanos (MPU's) é orientado por procedimentos de desconstrução e reconstrução de um “campo ético-político” (grifos nossos), por sua vez, revelador de impasses, ambigüidades, desencontros, crises etc; que aparecem mais como “pecado original” de quem lhe dá sustentação do que conseqüências de requerimentos conjunturais e estruturais de um meio cambiante.

Se os procedimentos de Doimo são esses, a sua mediação sintetizadora é feita com a noção de ação direta. Mediante essa noção busca identificar um ethos singular e comum a todos os movimentos populares que estuda, por sua vez, buscando desmistificar

atributos, idealizações, teses apressadas e polarizadas nestes ou naqueles aspectos, controvérsias que repõem mesmices e empobrece, senão desmobiliza o debate teórico e, até utopias e esperanças pretendidas pelos engajados e organizados em movimentos sociais. A noção de sujeito de sua própria história não passaria de uma metáfora resignificadora de tais sonhos, esperanças e utopias, quando se decreta o fim da história. Afinal, a vida cotidiana a partir da qual emergem as ações movimentalistas moleculares, intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis embora ainda não penetrada completamente pela institucionalidade estatal, esta institucionalizada a partir da própria linguagem (Sader, 1988: 313).

Ação direta, conceito tanto ambíguo e abrangente, quanto à noção de movimentos sociais, decreta a própria incapacidade das ciências sociais, que na sua fragmentação disciplinar e na sua natureza falibilista, torna-se impotente para dar conta de certos fenômenos de ação coletiva, como são os movimentos sociais. Mesmo assim “ação direta” maestramente utilizada, conforme os cânones científicos, como tão bem mostrou Pierre Sanchis: 1995 12-17), para mobilizar energias e estruturas mentais, para realizar o que Piaget chama de abstração reflexiva, direciona a autora em direção oposta, sinuosa, reticente, à esperança.

A ambigüidade do termo ação direta, pode ser revelada pelo uso que faz dela Ortega e Gasset (1987). Este autor associa-se ao pensamento de longa tradição, possivelmente desde Platão, que afirma que um dos maiores perigos para a democracia é a intervenção política da “massa dos descontentes” que redundam em

“movimentos populares extremistas”, “quando se sabe que os extremismos que a golpearam mais duramente nunca vieram dos movimentos populares, mas das oligarquias poderosas convencidas de que não obteriam seus fins por meios democráticos” (Chauí, 1988:16).

Para Ortega e Gasset (op. cit.), a ação direta, sem metáforas, é próprio da conduta intelectual medíocre do homem médio que fustiga as massas à rebelião. Segundo este autor, por volta de 1900, grupos de sindicalistas e realistas franceses inventaram a palavra e a forma “ação direta”. Embora considerando, que o homem sempre recorreu à violência, para defender a razão e a justiça, quando esgotados todos os outros meios (razão exasperada, última ratio); no caso do movimento sindicalista, o que se referiu o autor, se tem uma forma de violência que consiste em inverter a ordem, proclamando-a como prima ratio. E neste caso a intolerância exprime o interregno entre o propósito e a imposição, tornando-se a Charta Magna da barbárie.

Também identificado por Eder Sader (1988:313), o termo ação direta é também forma. É expressão privilegiada de manifestações organizadas das classes populares, que na linguagem de Ortega e Gasset (idem: 89) ao negar a institucionalidade, fator regulativo da vida social, da ordem, desnuda a sua irracionalidade ao provocar fenômenos de massa como o sindicalismo e o fascismo, os quais teriam um mesmo vetor (o homem médio, intelectualmente medíocre), uma forma (a irracional ação direta) e um fim (a desordem). Particularidades à parte, múltiplos significados carregados de historicidade que uma noção como esta de ação direta alberga e translúcida, há que se indagar em que momento da história houve alguma movimentação das classes subalternas ou de qualquer outra classe, progressistas e ou conservadoras, que não se pautassem na forma ação-direta, mesmo que não menosprezando outras formas institucionalizadas. Longe de serem medíocres, incompetentes, patológicos, bárbaros, os movimentos populares no Brasil movidos por uma “racionalidade exasperada” pautam-se em mecanismos elaboradores e alargadores da democracia e da cidadania, portanto integrativos à ordem que lhes nega, e que, por isto mesmo propõem que seja reformada. Se para isto lançam mão de expedientes de desobediência civil e outros

ingredientes do repertório social próprio das “ações diretas”, estes são mobilizados como última ratio (razão exasperada) para afirmar reformas que permitam a integração dos grupos sociais excluídos, não deixando de ter uma dimensão de aprendizado social.

Certamente, autores brilhantes como os citados acima sabem o quanto é ambígua a noção de ação direta. A própria Doimo (op. cit.: 69) adverte-se disto, quando anuncia que a sua opção é tratar os conflitos de “ação direta” contemporâneos em alto grau de abstração e a partir de coordenadas estruturais capazes de balizar o fenômeno da socialização política. Como a autora trata este fenômeno é o que nos interessa aqui. Vejamos.

Para a supracitada autora, a onda movimentalista dos anos 70 e 80 coincidiria com o reinado da pedagogia popular. Esta pedagogia caracteriza-se - ia como um novo modo de fazer política que, por sua vez, reconheceria o indivíduo como cidadão, superando relações de favor e tutela, dicotomias dirigentes/dirigidos, sujeito/objeto, próprias de outros modos de produção de conhecimento, do processo político e dos métodos de ensino-aprendizagem vigentes. Assim, a educação popular, conforme Brandão é o tipo de prática de mediação que promove e assessora movimentos populares. Seus fundamentos teóricos, desde Paulo Freire, denunciam os usos políticos da educação opressora. Já a sua prática converte o trabalho pedagógico do educador em forma de trabalho político dos subalternos (Brandão, 1984:230; 1980:11-12 apud Cohn, op. Cit., 128-9).

A quem caberia a construção desse reinado da educação popular nos anos 70 e 80, no Brasil? Couberam como já sugeriu a supracitada autora a interação seletiva e complexa entre Igreja Católica, ecumenismo secular e segmentos da intelectualidade e a nova esquerda, engajados na missão de recuperar a capacidade ativa do povo⁶. Sob esta missão e sob os impulsos renovadores do Concílio Vaticano II, uma complexa rede de organismos e centros foram criados, outros existentes renovados, as pastorais sociais foram sendo criadas a partir dos meados da década de 70. Dai em diante surgiu uma profusão de ONG's pela intensificação dos programas de cooperação internacional. Assim, segundo Doimo, pela sua capacidade incorporativa e suporte organizacional, a Igreja foi o principal carro-chefe do movimento de recuperação da capacidade ativa do povo absorvendo complicadas linhagens de esquerda, notáveis de intelectualidade e os grupos ecumênicos organizados. Além de sua não desprezível legião de intelectuais e agentes; intelectuais e ativistas de esquerda foram se acomodando nas inúmeras ONG's e nos movimentos sociais por ela apoiados. Através deste complexo organizacional e movimentalista confluem os diversos interesses: catalisam os anseios da esquerda pelas perspectivas de transformação social desejadas, os interesses do mundo eclesial ecumênico, os anseios da intelectualidade de contribuir para a democratização pela derrubada da Ditadura Militar e os interesses da Igreja Católica de preparar o espírito cristão para os requisitos da modernidade (Doimo: op. cit.: 74-122).

Para essa autora, os códigos éticos políticos do reinado da educação popular expressa um novo tempo da “vez e voz do povo”, reelaborando o sentido de povo. Este deixou de ser visto não mais como clientela cativa, mas como aqueles que não se deixa cooptar e manipular; de massa órfã passa a ser coletivos organizados e predispostos a contínua luta em torno de seus interesses; seres sociais capazes de afirmar a sua autonomia, deixam de ser meros objetos das vanguardas políticas, dos partidos, do Estado e de outras instituições. Nega-se, assim, qualquer “diretividade, partisse ela do Estado, dos partidos políticos, dos sindicatos, das vanguardas de esquerda, dos intelectuais, ou mesmo das simples lideranças locais” (Doimo, op. cit.: 124). Sob esses insistentes códigos, conforme Doimo, tudo deveria partir de “baixo para cima”, de forma a afirmar uma recusa à institucionalidade política em nome do “popular”. O povo deveria

⁶ Sobre a definição de nova esquerda, ver na mesma obra (Doimo, 1995) Capítulo 3, pp.76-80.

“se contrapor à tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar. Significa estabelecer um amplo diálogo crítico com o passado que, no limite subsumiu a sociedade civil no interior do sistema” (Doimo, op.cit.: 126).

Por fim, o resgate de presença ativa do povo, na constituição de uma sociedade civil autônoma e capaz de caminhar com suas próprias pernas.

Dentro do que Doimo chama reinado da pedagogia popular, observa que foi elaborada uma ampla produção de materiais e instrumentos educativos; periódicos, cadernos, textos, documentos, livros, cartilhas, procedimentos e meios de comunicação popular como rádio popular, teatro popular, imprensa popular, áudio e vídeo popular. E na produção do conhecimento foram acionados a pesquisa participante e outros métodos, inclusive no que tange à documentação e registro e sistematização das experiências populares. Do ponto de vista pedagógico; cartilhas, cursos, encontros, seminários, manifestações públicas etc., tanto ensinavam a fazer, como exercitavam e utilizavam a eficácia pedagógica de cartilhas, dinâmicas de grupo, boletins, panfletos, convocatórias, dramatizações, programas e noticiários de rádio e outros meios. (Idem, ibidem).

Paulo Freire, para a autora, foi o grande “mito” (grifos nossos) de toda essa produção, ajudando inclusive com seus prestígios junto as ONG’s e organismos de cooperação internacional do mundo desenvolvido, a organizar e negociar novas estratégias de investimento no tema da educação popular. Essa pedagogia popular ancorada no apoio material, organizativo e simbólico de Igreja conformou um ethos movimentalista que difundiu códigos ético-políticos e uma linguagem comum tais como “disposição de luta”, “democracia de base”, “autonomia”, “independência”, “direitos de cidadania”, que compuseram “valores com tamanho poder persuasivo-catalizador, que reverberou por inúmeros outros poros da sociedade, alcançando e seduzindo a própria reflexão teórica (Doimo, op. cit.: 149-150). Com base em difusão de tais códigos ético-políticos, segundo essa autora, difundiram-se “experiências” e “práticas de educação popular” potencializando um corpo de novas representações sobre o popular alcançando um status de paradigma ou quase-paradigma ético-político.

O estudo de Doimo ao apontar a função intelectual das instituições e de personagens das esquerdas, da intelectualidade e do ecumenismo secular, bem como das igrejas, na diretividade organizativa dos movimentos sociais, busca desmistificar não só noções como “espontaneísmo” e outras, também demonstrar a própria eficácia, pelo menos conjuntural, do que ela chamou de pedagogia popular. Tal diretividade é também enfatizada politicamente na canalização de recursos do poder na construção do Partido dos Trabalhadores, na constituição de entidades como a Central Única dos Trabalhadores e na própria saga das emendas populares para juridificação de direitos na Constituição de 1988, interferindo inclusive no sistema de representação de interesses através de mecanismos institucionalizados de democracia semi-direta como são os conselhos, a iniciativa popular de projetos de lei, o referendo, o plebiscito, o impedimento e o reconhecimento de status público às associações civis e outros organismos de representação de interesses como organismos consultivos e propositivos na elaboração orçamentária e no planejamento desde o nível local.

Entretanto, segundo a autora, a corporificação institucional de tais recursos de poder veio de condutas informadas por códigos ético-políticos e aversos de certa forma a institucionalidade política, mas que paradoxalmente foi estabelecendo padrões de convivência positiva com esta mesma institucionalidade, mediante reivindicações à própria face provedora do Estado. (Doimo, op.cit.: 223).

As ambigüidades (de lugares de surgimento dos movimentos, de lógicas ou racionalidades, de instituições, tradições e concepção com relação à política) e recessos ou desaprendizagens corporativistas, ranços autoritários e sinais perversos e populistas que desqualificam, paradoxalmente, os impulsos de ampliação e consolidação da democracia, também são apontados pela supracitada autora. Entretanto, não se pode desprezar nisto tudo uma ambigüidade criativa que deságua em processos de aprendizagem, cujos resultados não estão só na corporificação institucional de direitos, também em descentrações contínuas que levam não só agentes e entidades afastarem-se de tutelamentos e inspirações motivacionais próprios de instituições como a Igreja Católica, mas que abrem possibilidades de superação de valores e padrões de relações sociais autoritários e que se sedimentam a partir da vida cotidiana nas próprias relações interpessoais como o machismo, com o clientelismo e o corporativismo negadores de princípios universalistas de coordenação democrática dos diferentes interesses etc.

Um fato é importante destacar: nem pessoas, nem grupos sociais, nem entidades e nem movimentos sociais estão imunes aos valores e padrões relacionais de uma sociedade profundamente heterônima como a brasileira. Por isto mesmo, eles se constituem desafios permanentes para aqueles voltados para a luta contra desigualdades e injustiças sociais. É se constituindo em resposta a estes desafios que os movimentos sociais se constituem em processos de aprendizagem. Talvez por isto eles, pressionados pelas contingências ambíguas, senão ambivalentes dessa própria realidade e na qual a heteronomia é a regra, constituem-se em processos de aprendizagem de nossa incipiente democracia. Os riscos são muitos: de voluntarismo, de idealismo brigão, de sectarismos e objetivismos mecanistas empobrecedores das possibilidades de radicalização da democracia desde a vida cotidiana. Simplesmente, riscos de espontaneismos e autoritarismos são próprios de qualquer atividade educativa; fazem parte dos riscos da relação pedagógica em todos os ângulos. Daí a necessidade constante que tem as ONGs e movimentos, de formação, de análises e de avaliação de suas práticas e opções político-ideológicas.

Já que Doimo (1995:31) diz que não esteve à cata de identidades, nem de sujeitos, o que remete à problemática da dimensão educativa dos movimentos sociais, vejamos outros analistas visualizadores de tais aspectos. Para vários autores, o surgimento de um movimento social passa por todo um processo de construção amarrado na identidade de um “nós” frente a outros e à sociedade traduzindo-se através de ações e manifestações públicas que vão sendo desencadeadas de forma mais ou menos contínuas a depender do reconhecimento público do conflito social e da atenção que a face provedora do estado possa dispensar para atender as suas reivindicações materiais e simbólicas. Nesta direção, Moraes (1993:43) afirma que a partir de carências sociais surge um processo de elaboração cultural das necessidades e que reporta a identidade social do grupo. Esta identidade social, entretanto, não é tida como algo essencial inerente ao grupo e pré-existente às suas lutas. Teria a ver com objetivos “práticos” e com valores considerados significativos e que colocam em primeiro plano as experiências vividas e plasmadas nas representações, as quais se transformam, por sua vez, em formas de identificação do grupo, de reconhecimento dos “aliados” e dos “inimigos” (grifos da autora).

A importância das experiências na trajetória dos movimentos sociais enquanto processos contínuos de aprendizagem na construção de novas formas de sociabilidades são também enfocados por Gohn (1991:40-48), que também enfatiza a questão da identidade. Para esta autora a identidade não é algo dado, expressa um processo em curso. Considera que o elemento interno importante para explicar como as diferenças se compõem numa identidade é a noção de experiência. Ela seria constitutiva do universo do saber. Assinala que a experiência está contida na noção de práxis social de Marx; também que Gramsci destaca o papel da experiência como cimentadora de solidariedades e formadora de embriões de uma

vontade coletiva geral, e que, Mao Tse-Tung a vê como ponto de partida no processo de conhecimento de uma realidade. A partir deste marco a autora acrescenta que: a) a troca de experiências constitui o ponto fundamental para socialização das informações; confronta as diferenças e possibilita o surgimento de identidade através de direções e sentidos comuns às lutas, portanto construindo uma identidade de objetivos e ação; b) a troca de experiências pressupõe a constituição de espaços (territorialização das lutas); c) a experiência gera métodos de trabalho que a une a outras experiências semelhantes na vida cotidiana a partir do conhecimento de resultados obtidos por outros grupos; d) as próprias experiências passadas, de cooptação, de atrelamento, de manipulação e outras, deixam marcas profundas; e) a própria convivência dos movimentos sociais com os espaços institucionais é fator de aprendizado, uma experiência e com saber particular.

Em trabalho mais recente Gohn (1994: 17-21) sugere que a dimensão educativa dos movimentos sociais não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitido através de temas e instrumentos dos procedimentos pedagógicos. Assim, o caráter educativo dos movimentos sociais, de forma resumida abrange: a) a dimensão da organização política; b) a dimensão da cultura política e, c) a dimensão espaço-temporal.

Na dimensão da organização política, a consciência é adquirida processualmente pela via de conhecimentos sobre os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade e que estão implicados nas causas pelas quais se luta ou se deve lutar. Implica num intenso e árduo trabalho de ativistas e assessorias, de grupos e instituições técnicas, políticas e religiosas, considerado fundamental no processo educativo e na elaboração cultural de demandas em direitos. O aprendizado se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona um órgão público alvo, quais são seus projetos e fundos públicos, quais os procedimentos para se ter acessos, quem administra ou que agentes administram tal bem público. Tal relação com a face provedora do Estado é conflituosa e tem se apresentado com avanços e recuos. Entretanto, possibilita aos agentes movimentistas acesso e apropriação de informações, conhecimento sobre engrenagens técnicas e burocráticas e a identificação dos interesses envolvidos no aparato estatal segundo as óticas de classes. Podem, por exemplo, ser identificados um funcionário público voltado para os interesses populares e que exercem um papel tão importante quanto uma liderança do movimento. A identificação dos interesses opostos é outra dimensão do processo educativo. Ela está na base da construção de uma acepção coletiva da cidadania e que se dá como processo interno à prática social em curso, como fruto do acúmulo de experiências engendradas. Reivindica-se organizadamente bens materiais e simbólicos, a lei, um direito adquirido ou mesmo passível de ser normatizado, regulamentado. No plano do discurso a lei se apresenta igual para todos. Se a educação ocupa um lugar central na construção de uma noção coletiva de cidadania, esta cidadania coletiva demarca a ruptura com posturas tradicionais baseada em particularismos e promessas dos mandatários de bens públicos. Por isto mesmo, é constituidora de novos sujeitos portadores de identidades positivas em reação e rejeição a identidades estereotipadas e introjetadas na consciência coletiva (Gohn, 1994:16-18).

Na dimensão da cultura política, a exercício da prática cotidiana dos movimentos leva ao acúmulo de experiência, onde segundo essa autora, a vivência no passado e no presente assume importância na construção do futuro. Assim, experiências vivenciadas no passado, opressão, negação de direitos etc. são resgatadas na memória coletiva do grupo de forma a oferecer elementos para leitura do presente. Citando Thompson (1979), conclui que a fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. Sobretudo: aprende-se a não ter medo e superar tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível; aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em espaços e momentos adequados, aprende-se a calar e a se resignar quando as circunstâncias são por demais adversas. Aprende-se ainda: a criar códigos específicos para solidificar mensagens e

bandeiras de luta, como músicas e folhetins; a elaborar discursos e práticas conforme as situações-problemas vivenciadas. Sobretudo, aprende-se, a não abrir mão de determinados princípios que balizam determinadas posturas e interesses tidos como seus. Neste prisma, são elaboradas estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião face aos agentes com os quais o grupo organizado se defronta. Com isso há a identificação dos processos de ocultamente das diferenças sociais e os distintos interesses de classes. Assim, esta dimensão educativa dos movimentos sociais ajuda a observarmos que certas atitudes consideradas conservadoras por analistas pretensamente e pretenciosamente revolucionários, nada mais são do que parte do processo pedagógico vivenciado pelo movimento (Idem, *ibidem*). Esta hipótese faz-nos lembrar de Paulo Freire (1992: 64, 1993:108). Este autor considerando que o nosso passado escravocrata deixou marcas profundas em nossa sociedade e que perpassam as classes sociais, dominantes e dominadas, nos deixou sinais também positivos do ponto de vista das classes subalternas. Considerando que o passado escravocrata não se esgota na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo que “obedece” para não morrer; mas nas relações entre eles, é exatamente obedecendo para não morrer que o escravo descobre que obedecer “é uma forma de luta na medida em que, assumindo tal comportamento, o escravo sobrevive. É de aprendizado em aprendizado que se vai fundando uma cultura de resistência, cheia de “manhas”, mas de sonhos também. De rebeldia, na aparente acomodação (Idem, *ibidem*). Os quilombos como casos exemplares daquele aprendizado de rebeldia, partiram da “obediência” necessária em busca de invenção da liberdade. Os movimentos sociais podem apresentar estes sinais “manhosos” e ambivalentes de resistência sob o epifenômeno da acomodação, como formas atuais de quilombos. Considera o autor que é tarefa dos educadores engajados nos movimentos sociais resgatar essa tradição de luta e resistência. O próprio conceito de “cultura do silêncio” de Paulo Freire, também sugere que por traz de atitudes de subalternidade dos oprimidos, pode estar se gestando uma identidade em recusa a certos valores identitários estereotipados atribuídos pela ideologia daqueles que perguntam que é o povo bastando perguntar a estes quem não é povo, para identificarmos seu desprezo de classe por aqueles interditados em corpo e espírito na sua luta pelo direito à vida (Freire, 1992:90). Na mesma direção, José de Souza Martins, aponta que a insuficiência teórica e indignidade política daqueles que proclamam a inutilidade da luta e resistência dos pobres da terra, têm dificuldades para entender “essa fala de espaços ocupados em silêncio, de reconhecimento da ruptura dos elos tradicionais que revestiam de reciprocidade moral a dominação do senhor e fazendeiro. Reciprocidade que escraviza não só o trabalhador, mas também as consciências, em nome de uma lealdade sacralizadora da violência costumeira do latifúndio contra o agregado, o sitiante, o posseiro e, também, o índio e o negro, não lhes reconhecendo a condição de pessoas, degradando-os (Martins, 1989: 11-13).

Voltemos a Maria da Glória Gohn (*op. cit.*). Para esta autora a terceira dimensão educativa dos movimentos sociais, é a dimensão espacial-temporal e que se coaduna com o saber popular acima, assinalado como ingrediente importante para a luta das classes populares. Assim, para esta autora a consciência gerada no processo de participação movimentalista leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida dos subalternos da sociedade tanto no passado como no presente. Tal conhecimento torna possível a identificação do ambiente construído como dimensão importante no cotidiano dos participantes, ou seja, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana. Encontros e seminários são movimentos importantes para a construção de uma visão que dimensiona a historicidade dos problemas (Gohn, *op.cit.*, pp. 16 - 18).

Em confluência com a dimensão cultural, esta dimensão espaço temporal possibilita a articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado. Assim, conforme a supracitada autora, as categorias tempo e espaço são

importantes no imaginário popular. No meio rural, as datas, as festas religiosas, os espaços comunitários “da roça”; a própria unidade doméstica etc.; são representações forte na mentalidade das populações do campo; espaço e tempo têm essa amplitude e profundidade à medida que são constituintes do universo de referência do cotidiano vivido. Já no ambiente urbano estas categorias tendem a ser desapropriadas do controle das pessoas. Neste prisma, o tempo não é do indivíduo, mas do cronômetro da fábrica ou da instituição local de trabalho. Os espaços são restritos e o pouco disto que existe tem que ser defendido contra as agressões e violências citadinas. Se o espaço privado pouco existe, o espaço público é um discurso e se constitui mais nas áreas de controle e disciplinamento do que em manifestações de apropriação coletiva (Idem, *ibidem*).

Mas, o que é mais importante para a autora supracitada é que a convivência dessas diferenças e a vontade de apropriação coletiva dos espaços públicos, constitui um aprendizado na constituição de uma consciência cidadã de uso da coisa pública. No interior de tal processo está a diferenciação entre público e estatal, por exemplo, quando particulares adquirem concessão de uso de uma área pública. A usurpação de particulares de um bem coletivo mediante particularismos clientelistas teria para Gohn o seu contraponto que é a ocupação de terras públicas ou privadas pelos grupos sociais sem-teto. Conclui, a autora, que a dimensão educativa espaço-temporal dos movimentos sociais tem a importância de resgatar elementos da consciência fragmentada das classes populares, contribuindo para a sua articulação coerente, o que na acepção gramsciana, permite a construção lenta e gradual de uma contra-hegemonia popular (Gramsci, 1968, apud Gohn *op. cit.*, 21).

Admitindo a existência de vanguardas transfiguradas em agentes de apoios e assessorias, Gohn lança um olhar na natureza dos processos de aprendizagem movimentalista que identifica certa pedagogia de ação diferentes de práticas tradicionais, inclusive do ensino escolar institucionalizado. Tal pedagogia da ação, ao que nos parece, remete à pedagogia da ação que ancora as ações educativas orientadas pelo movimento cultural da Educação Popular. A autora ressalta a questão educativa propriamente dita como processo cujos produtos são realizadores de novos processos, o que não só remeteria a noção que temos defendido de movimentos sociais como processos interativos contínuos cada vez mais complexos e abertos ao possível, à novas idéias e inovações, à resolução e ao conflito (Idem; *ibidem*). Também à noção habermasiana de que a aprendizagem movimentalista ocorre quando os movimentos lançam mão de estruturas de racionalidade; ou seja, de capacidades de resolução de problemas disponíveis e de forma latente na cultura, em determinadas concepções de mundo e, através de sua práxis social fazem-nas ser incorporadas socialmente com êxito, transformando-as em processos de aprendizado da sociedade, sendo corporificadas institucionalmente (Habermas, 1976: 36, apud Freitag, 1982: 47- 48).

A outra questão ressaltada por Gohn é a pedagógica, identificada como orientações, procedimentos e instrumentos utilizados no processo de aprendizagem. Neste ponto, os procedimentos e as práticas são diferentes das práticas tradicionais, no sentido de que não há hábitos, comportamentos, rotinas ou procedimentos preestabelecidos. Há, portanto, princípios norteadores que orientam o grupo como um todo na construção de uma metodologia da ação a depender de necessidades conjunturais. Conforme Gohn a construção é coletiva:

“Pressupor uma atuação com base em líderes, lideranças etc., não tem vez numa perspectiva de expressão e autonomia dos grupos populares. Nem por que isso tenha sido batizado hoje com outros nomes: encontros, seminários, assembleias de agentes, de animadores, de coordenadores etc. As relações que são vividas nesses momentos é que definem a qualidade do trabalho, para onde ele está levando (Bezerra, 1986 apud Gohn, *op. cit.*: 20).

Com base em tais premissas, para Maria da Glória Gohn (1994), os movimentos populares são formas renovadas de educação popular. Assim, a mudança fundamental que a prática cotidiana dos movimentos sociais opera é na natureza das relações sociais. Não se trata para a autora só de processo de aprendizagem individual, de um processo de politização dos seus participantes, de desenvolvimento da consciência individual. A mudança mais importante, que os movimentos sociais são capazes de operar é no plano coletivo. Assim, as práticas reivindicatórias da ação movimentalista não são apenas indicadores de demandas e necessidades de mudanças reorientando as políticas e os governantes em busca de legitimidade. Tais práticas passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais. Através de pressões e resistências, produzem-se efeitos que demarcam alterações nas relações entre agentes envolvidos. Se toda relação de caráter educativo tem como fundamento a reciprocidade, o seu efeito é duplo: tanto para os mandatários quanto para os agentes governamentais.

A experiência como dimensão pedagógica viva do dia-a-dia; como dimensão fundamental dos processos de aprendizagem movimentalista é enfatizada por outros autores. Sader(1994), por exemplo, parte destas experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Traçando um liame entre as experiências vividas individualmente e as experiências coletivas procurou entender padrões comportamentais presentes no cotidiano popular de onde os movimentos extraíram suas energias e temas de novas posturas políticas solidificando novos padrões de ação coletiva. Tais padrões informam para este autor a constituição dos novos atores sociais. Para Sader, a diversidade desses movimentos sociais e seus alcances são variados. Entretanto, mesmo nos grupos informais, nas associações comunitárias e em outras entidades de socialização primária, façam elas parte de um movimento social ou não, pode ser produzida

“uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído à base da confiança entre seus membros. É a partir dessa socialização primária que seus membros efetuam uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, bem como categorias para criticá-las e referência para ações coletivas visando transformá-las” (Sader, 1988: 162).

Esse processo educativo manifestado por uma socialização política primária mais aberta à novos patamares de interações contínuas e cada vez mais complexas é também enfatizado por Andrade. Para esta autora, a dimensão educativa das práticas de participação coletiva é importante para os indivíduos adquirirem práticas e habilidades democráticas, bem como para a criação de seu comprometimento como cidadão pelas decisões tomadas (Andrade, 1991:169). Nesta direção também Silva e Ribeiro (1985:321) indicam que os movimentos sociais materializam conquistas por meio de manifestações públicas e ações coletivas, chegando a construir uma nova sociabilidade e fazendo florescer princípios de democracia e ação cidadã.

Também Bonfim (1993) vê nos movimentos sociais um processo de aprendizado permanente principalmente por lutarem frente a impasses e contradições impostas por condições conjunturais e estruturais, por melhorias de vida para as classes trabalhadoras, inclusive construindo espaços de uma nova política e de uma ética favoráveis ao processo de democratização da sociedade brasileira. Neste sentido, apesar de um movimento social ser um processo de aprendizagem em termos mais amplos na sua relação com a sociedade e apresentar ao nível interno fragilidades na formação de seus membros; tal formação não é

“homogênea, mas diferenciada, respeitando-se os níveis de conhecimento das pessoas, desenvolvendo-o para patamares superiores, superando o estágio do senso comum para atingir um pensamento elaborado, com base em conhecimentos científicos e tecnológicos e em valores e atitudes compatíveis com um novo projeto de sociedade. Não uma formação limitada à realidade, mas uma formação com base nela e em estudo, com disciplina e leitura, respaldada na efetivação de elementos objetivos e subjetivos (Bomfim,1993:84-86).

A autora entende elementos objetivos e subjetivos conforme a acepção de Vazquez (1977): fatores objetivos são formas, meios e métodos reais e efetivos de luta; por fatores subjetivos podem ser entendidos tanto as práticas de formulação de objetivos que prefiguram idealmente o resultado real que se pretende alcançar, quanto recursos relativos à concepções de mundo e conhecimentos na sua forma de conceitos, hipóteses, leis e teorias através dos quais pode-se conhecer a realidade. Bonfim ressalta dois ingredientes relativos às práticas de educação popular albergadas pelos movimentos sociais: o primeiro refere-se à acusações de que tais ações educativas são assistemáticas, o que implica em atribuições feitas por certos opositores de ativismos, basismos, naturalismos e outros “ismos”. A autora mostra ao contrário a sua sistematicidade, processualidade e dialogicidade. O segundo ingrediente que demonstra é noção construtivista dos processos de aprendizagem, respeitando-se cada participante de uma ação educativa como sujeito de seu processo de aprendizagem, levando-se em consideração a sua bagagem cultural, seus ritmos próprios, os seus níveis cognitivos e suas marcas pessoais. Pelos princípios já assinalados por Maria da Glória Gohn anteriormente, a Educação Popular não realiza simplesmente uma transposição da reflexão das correntes pedagógicas e outras teorias e metodologias existentes, senão verifica a capacidade de endogenizá-las desde as suas especificidades e a depender dos contextos de ação (Jimenez, 1996:19).

Outros autores também colocam a importância da experiência como fator fundamental na constituição da dimensão educativa dos movimentos sociais. Grzybowski (1987: 59 – 61), por exemplo, considera que as próprias fragilidades, discursos, tensões, desencontros motivados por diferentes orientações político-ideológicas e as próprias derrotas sofridas podem ser consideradas fatores de aprendizagem, já que pontuam a história de lutas e dos próprios movimentos, mudando-os. Na verdade, conflitos, discursos, tensões são inerentes ao processo de aprendizagem já que eles suscitam problemas a ser superados, o que implica na mobilização pelos seus agentes de energias e recursos cognitivos e morais para construir alternativas de superação. Por seu turno Caldat (1997:135-257) falando da necessidade de se levar em consideração as desigualdades dos níveis de organização e de consciência em termos de instâncias e agentes dos movimentos, sugere que a própria dinâmica de um movimento social é um ambiente de aprendizagem por excelência. Neste sentido a pedagogia viva do dia-a-dia que fornece os conteúdos dessa aprendizagem, estaria, conforme o autor, limitada por uma cultura arraigada da propriedade privada e do individualismo.

Alargando as preocupações pertinentes de Caldat e em consonância com autores anteriormente citados, não podemos deixar de levar em consideração que marcas pessoais, diferentes formas, maneiras e ritmos e mesmo dificuldades no processo de aprendizagem é produto de processos diferenciados de socialização. Estas questões em geral estão alicerçadas em problemas afetivos de auto-estima e autoconfiança. Nesta direção, valores, e crenças, traumas e estigmas, preconceito e estereótipos internalizados de invalidação da pessoa presidem as suas relações consigo mesma e as suas relações com o outro. Isto significa considerar que para além de diagnósticos sócio-econômicos de uma

realidade, devemos levar em consideração trajetórias sociais, estratégias e projetos pessoais, processos de formação da personalidade, amalgamados por experiências e vivências individuais e coletivas na dura luta cotidiana pela sobrevivência, numa sociedade marcada por processos darwinistas de hierarquização e exclusão social como a nossa.

Tal processo, por essas razões acima elencadas pressupõe várias demandas de educação, sendo a primeira delas naturalmente a universalização da educação fundamental pública e de qualidade. Mas tanto esta como outras demandas não podem estar baseadas em participativismos e democratismos que dissimularia uma moral subjacente de coação social baseada em critérios discriminatórios de castigo e recompensa. Adorno (1945) nos adverte que a desbarbarização dos seres humanos e grupos sociais marginalizados, como é o caso dos pobres e desvalidos do campo, não se coaduna com as formalidades e estruturas do atual sistema escolar. Para este autor, são necessárias alternativas como a organização de grupos educacionais, de equipes de voluntários que percorreram as áreas rurais, informando, ensinando através de cursos, discussões e outros procedimentos complementares. Ao que nos parece é o que hoje fazem determinadas entidades e organizações da sociedade civil, como ONG's e os próprios movimentos sociais.

Trata-se, pois de se pensar novas pedagogias e procedimentos didáticos que ampliem as condições favoráveis e ofereçam oportunidades inovadoras para que os homens e mulheres do campo possam tornar-se sujeitos do curso de suas próprias vidas. Como sugere Horkheimer (1991) caberá aos intelectuais por excelência, o seu comprometimento com uma educação emancipadora não só através da educação escolar, mas também através de outros processos formativos. Em consonância com Horkheimer, para Adorno essa educação deve proporcionar a formação cultural pela auto-reflexão crítica no sentido da busca de autonomia, da autodeterminação do ser humano sábio, capaz de fazer o uso público da razão e superar os limites da liberdade trazidos pela barbárie, pela semicultura. O homem enquanto sábio se torna cidadão do mundo, supera a dimensão do privado, do doméstico, do paroquial, das normas e imposições mil (Cohn, 1986:45). Uma educação que leve em consideração a espontaneidade da esperança, a arte de assumir uma posição, a experiência da relevância ou da indiferença, e, acima de tudo, a vontade de emancipação e a felicidade da descoberta de sua própria identidade (Habermas, 1973:45; apud Pucci, 1994:25).

2.2. Considerações Finais e Outras Falas

Encerrando esta sessão dialogal, faz sentido ressaltarmos que ela teve o objetivo de mostrar como e em que nível foi tratada na produção acadêmica brasileira, em geral, a dimensão educativa dos movimentos sociais. O elenco de autores mobilizados neste diálogo foi reduzido face ao volume da produção científica sobre o tema. Entretanto, para fazer justiça a tantos analistas a nossa intenção foi citar alguns entre muitos, de forma aleatória e como exemplos. Procuramos também evitar certa repetição em termos de teses, hipóteses e aportes teóricos sobre a dimensão educativa dos fenômenos de ação coletiva no contexto brasileiro, já que de uma forma ou de outra, grande parte da produção existente contempla noções de práxis social, experiências; interação e sociabilidade, construção de identidades, relações e padrões comportamentais; subjetividades e objetividade, processos organizativos, ação de mediadores (personagens, grupos e instituições), entre outras que reportam direta ou indiretamente a dimensão da aprendizagem dos fenômenos de ação coletiva.

Feitas tais ressalvas, poderíamos salientar que a noção de aprendizagem movimentalista se dá na ação e de que a experiência como fator fundamental dos processos de

aprendizagem está de uma forma ou de outra, implícita ou explicitamente em todos os autores até aqui mobilizados em nosso diálogo. De fato, não poderíamos esquecer que todo o conhecimento numa acepção piagetiana tem como base a experiência; que toda aprendizagem tem como base a atividade pensante do sujeito; que só com base na ação ela pode ser modificada mediante a reflexividade inerente ao ser humano.

Isto significa dizer que um indivíduo só pode absorver uma nova experiência mudando-a, de modo que ela se ajuste ao seu modelo de mundo/assimilação, ao mesmo tempo em que a experiência nova muda o seu modelo mental (acomodação). Este processo só ocorre se a nova experiência tiver significação para o sujeito da aprendizagem; se mexer com suas atuais estruturas mentais; se desequilibrar o seu atual estágio de consciência implicando numa busca de energias e esquemas mentais de ajustamento do passado com o presente; constituindo-se um novo equilíbrio entre o indivíduo da experiência e o meio, entre o sujeito e o objeto de ação, entre assimilação e acomodação (adaptação). Portanto, a aprendizagem só ocorre quando a nova experiência está significativamente relacionada com as experiências que o indivíduo já compreenda para ajustá-las ao novo como uma espécie de insight, de descoberta que vai despertando a curiosidade, a criatividade e engenhosidade própria do ser humano (Richmond, 1981).

Para Piaget conhecer é organizar, estruturar, explicar, compreender a partir do mundo vivido, do mundo experienciado. É algo que se dá a partir da ação sobre algo conhecível, imerso num sistema de significações e relações. Entretanto, se a vivência é o ponto de partida na aventura do aprender, do conhecer, não é necessariamente, sinônimo de conhecimento, já que uma pessoa pode passar a vida inteira numa montanha desconhecendo o relevo da terra e o próprio conceito de montanha (Ramozzi-Chiarottino, 1988:3-5). Se não existe conhecimento sem conceitos, sem abstração reflexiva, a ação de um sujeito sobre o meio em que vive não pode ocorrer sem estruturação do vivido e neste sentido as coisas e os fatos com os quais se confronta e o afronta só adquirem significação para ele quando inseridos em uma estrutura que é assimilação, por sua vez, podendo desafiá-lo na busca de resposta para o novo com seus atuais níveis de inteligência para conhecê-lo. Portanto, a significação é uma possibilidade de assimilação e na qual um objeto conhecível pode ser percebido e adquirir sentido quando possível de ser assimilado e tematizado com base nas suas experiências passadas e já conhecidas.

Se tais pressupostos podem ser entrevistados na pedagogia de entidades e movimentos sociais da sociedade civil, na ação dos sujeitos em sua constante busca de crescentes níveis de autonomia moral e intelectual, já que não existe mudança social sem sujeito(s), há necessidade de avaliação dessa pedagogia pelos seus resultados. É o que tentaremos fazer mais à frente.

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO MOVIMENTALISTA E A LITERATURA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS

Desde logo é bom destacarmos que vamos nos ater na realização de um breve e datado balanço de literatura brasileira (e nordestina) sobre movimentos sociais no campo. Além de estar delimitado nos anos pós-70, este balanço evidentemente não dá conta de toda a produção teórica deste período. Os autores, no nosso diálogo com esta literatura, são mobilizados unicamente à título de exemplos. Sobretudo, com o intuito de identificarmos a dimensão educativa destes movimentos, tratada ou não por tais autores. Com este objetivo, queremos também situar a pertinência de nossa investigação e reflexão no bojo dessa produção acadêmica, sempre relacionada aos requerimentos econômicos e político-sociais tanto conjunturais quanto estruturais presentes na sociedade brasileira.

De fato, a partir dos meados da década de 70, emergem os conflitos sociais no campo associados à chamada modernização conservadora da agricultura brasileira. Como produto dessa modernização, alargam-se os contingentes de bóia-frias e assalariados rurais que também chamam a atenção da intelectualidade brasileira. No final da década de 70, em várias regiões de maior concentração de assalariados e bóia-frias ocorrem as primeiras manifestações pelos direitos trabalhistas. Como resultado, também da modernização agrícola, os que ficaram no campo, os chamados pequenos produtores rurais cooperativados ou não, subordinados aos complexos agro-industriais ou não, emergem no cenário social com suas lutas, mesmo que episódicas e fragmentadas. Reivindicam melhores preços e uma política agrícola que satisfaçam aos seus interesses. As grandes obras de infraestrutura econômica, como as grandes barragens para gerar energia elétrica atingiram no Sul, no Nordeste e na Amazônia, agricultores, posseiros e outros grupos sociais, dando origem ao movimento dos atingidos por barragens. Os grandes projetos governamentais na Amazônia desataram uma onda de violência e expropriação no campo patrocinada pela expansão do capital mais especulativo do que produtivo sob o patrocínio do Estado. Surgem na Amazônia, novos seres demandantes de direitos, inclusive à vida.

Os novos seres são os índios, os posseiros, os seringueiros, os sitiante ribeirinhos denominado regionalmente de “caboclos”, o tipo amazônica. Inventam/reinventam formas de lutas e organização na defesa de seus territórios e suas posses e com elas, seus modos de vida e sua cultura. Índios também são atingidos no Nordeste e no Sul. Remanescentes de antigos quilombos são também profundamente atingidos pela voragem da concentração da terra sob o efeito da expansão do capital associado aos programas estatais.

Neste cenário temas se cruzam na reflexão acadêmica. Os conflitos e movimentos sociais dos expropriados e violentados se cruzam com o tema da modernização agrícola, levado à reflexão de seus impactos econômicos, sociais e ambientais. O debate sobre a questão agrária e a Reforma Agrária é retomado depois de intermezzo de mais de quinze anos. Entre outros temas que se cruzam, está a questão da própria natureza do assalariamento agrícola e a sua precarização relacionada com a luta pelos direitos sociais e trabalhistas. A presença de três atores importantes na mediação destes conflitos e lutas sociais também se torna temas específicos de debates: o Estado, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Igreja pós-conciliar do Vaticano II, orientada pela sua opção preferencial pelos pobres e desvalidos da terra. A ação da Igreja e do movimento sindical dos trabalhadores rurais relativiza a idéia de que esses conflitos e lutas sociais foram decorrentes simplesmente de transformação da base técnica da agricultura e da diversificação e expansão dos interesses econômicos vinculados à terra, sejam produtivos ou especulativos. A atuação dos setores

progressistas da Igreja e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais foi decisiva para que os subalternos do campo emergissem de forma mais organizada e como demandantes de interesses e direitos (Palmeira: 1996:28-9).

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com suas federações e sindicatos foram obrigados a se renovarem e a se mobilizarem em direção daqueles que legalmente representavam. Tal fato se deu não só porque o sindicalismo constituía-se na via institucional para mediar os conflitos com o Estado, também pela disputa pela representação da diversidade de conflitos e lutas dispersas e fragmentadas em todo território brasileiro e sob o apoio da Igreja e de entidades, esquerdas e intelectuais que a sua força institucional foi capaz de mobilizar. Por seu turno, a própria Igreja se torna tema dos debates acadêmicos, pela sua própria natureza institucional tida como totalizadora e avessa à modernidade. Entretanto, se a Igreja tinha uma atuação mais seletiva e limitada às lutas e conflitos pela terra, não cobrindo outros seguimentos dos trabalhadores rurais (assalariados e camponeses integrados), a CONTAG não dava conta da diversidade das lutas fundamentais do campo. Sua representação era tida como corporativa e formal. O seu legalismo quanto a questão da Reforma Agrária era identificada e limitada à aplicação do Estatuto da Terra. Entretanto, ambas as instituições contribuíram cada uma ao seu modo para incorporar a reforma agrária no debate público e na prática política dos movimentos sociais no campo com promessas capazes de dar unidade às lutas (Grzybowiski, 1987:85).

O Estado, por sua vez, entra também, ao seu modo nessa disputa, com políticas sociais compensatórias (aos males sociais causados pelos impactos da modernização e da própria crise econômica). Torna-se, por este lado, foco de atenção pelo seu discurso participativista, aspirador de legitimação, principalmente em face as derrotas político-eleitorais do Governo Militar sofridas desde o início da década em prol das chamadas oposições representadas pelo MDB (único partido de oposição). No contexto do Nordeste do Brasil, sobre esta atuação estatal acende um debate tanto acadêmico quanto político sobre a natureza das políticas estatais e sua ineficácia para reduzir os avolumados problemas sociais.

3.1. Do final da década de 70 ao surgimento da Nova República

Neste cenário que cobre o final dos anos 70 e início da década de 80, os temas embora entrecruzados pela atenção acadêmica recolocam o problema da questão agrária associado aos conflitos e lutas sociais pela terra. Mesmo os movimentos de saques das populações assoladas pela seca no Nordeste, são associados aos problemas de concentração da terra e ao descaso governamental com a problemática da seca. É neste contexto brasileiro (e nordestino) que a maioria dos estudos sobre movimentos sociais contemplaram predominantemente duas linhas de atenção: (a) lutas e conflitos sociais pela terra e (b) reconstituição histórica dos movimentos sociais no campo, tanto no passado recente (décadas de 50 e 60), quanto no passado mais remoto.

Na primeira linha de trabalho podemos identificar vários estudos. Com relação aos conflitos de terra na Amazônia, são exemplos os trabalhos de José de Souza Martins (1985, 1984, 1981, 1980), só para falarmos daqueles de maior circulação editorial. Podem ser citados ainda: Jean Habette (1986) Barth (1986), Foweraker (1982), Velho (1980, 1976), Kotscho (1982), Asselin (1982), Casaldáiga (1985, 1978). Todos dedicaram-se à reflexão sobre os conflitos e lutas sociais pela terra, entre o final da década de 70 e início da década de 80.

No sul/sudeste do Brasil, vários analistas também se preocuparam com a movimentação social do campo. Podemos destacar os trabalhos de Grzybowski (1981) sobre

os colonos de Ronda Alta, de Méliga (1982) e sobre o conflito de Encruzilhada Natalino. Já autores como Gehlen (1983) estudaram o caso da fazenda Sarandi; Scherer-Warren (1985), os atingidos pelas barragens do rio Uruguai; Germani (1982) e Mazzarollo (1986) analisaram os conflitos e lutas dos atingidos pela barragem de Itaipu; enquanto Carvalho (1984) e Éleres, preocuparam-se com a dimensão fundiária da problemática indígena. A problemática dos índios também é analisada por Tavares dos Santos (1982). Os movimentos sociais rurais no Paraná de 1978-1982, estudados por Ferreira (1982), tem sido uma bibliografia obrigatória para os estudos subsequentes sobre esta temática naquele estado.

Já no contexto do Nordeste, temos os trabalhos de Alfredo Wagner Berno de Almeida que se preocupou com conflitos e a luta pela terra no Maranhão. Exemplos de suas contribuições estão no trabalho publicado pelo IBASE (1984), “Os donos da Terra e a Luta pela Reforma Agrária”, e em outros publicados pela Comissão Pastoral da Terra, naquele Estado. Em estados como a Paraíba temos: Cantalice (1984, 1980) e Novaes (1985, 1984a, 1984b). Com relação aos conflitos dos atingidos pelas barragens do rio São Francisco: Andrade (1983) Duque (1984), Pandofi (1985), Barros (1984) e outros. No Ceará, temos autores preocupados com a luta e a resistência dos parceiros pela posse e uso da terra, como Cesar Barreira (1984). Já no estado da Bahia, formou-se um grupo de estudiosos, o Grupo de Estudos Agrários (GEA) a partir de personagens ligados à Associação de Engenheiros Agrônomos. Realizaram estudos sobre conflitos e grilagem de terras. Além dos documentos e estudos da CPT - Bahia, a revista do Centro de Estudos e Ação Social congregou um elenco de colaboradores e analistas da questão agrária e dos conflitos de terra não só na Bahia, mas também em outras partes da região. Seria um lapso também não mencionar a importância do Boletim Reforma Agraria da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária, que desde 1974, vinha veiculando contribuições de um amplo elenco de estudiosos sobre a questão agrária e aos conflitos e lutas sociais pela terra no país. Também o Boletim Terragente editado pelo Grupo de Estudos Agrários, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tornou-se um importante veículo de debate e publicização dos conflitos sociais rurais na região Sul do País.

A segunda linha de trabalhos que predominou no final dos anos 70 e início da década de 80, deu continuidade aos estudos de caráter histórico-social de significativa tradição acadêmica no país, como são os de Antonio Callado (1965); Aspasia Alcântara (1973), Ataliba Nogueira (1974), Monteiro (1974a, 1974b), Muniz (1978), Garcia (1966), Mourão (1979), Barreto (1963), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957, 1965, 1976, 1977), Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Muniz Bandeira (1977) Osvaldo Rodrigues Cabral (1979), Ralph Della Cava (1970), Rui Facó (1965), Valdemar Valente (1963), entre muitos outros. Reconstituir a história das lutas sociais no campo; escrever essa memória, mas na ótica dos “vencidos” ou dos espoliados da terra, realçar aspectos ou lacunas não resolvidas em movimentos como os das Ligas Camponesas, no Nordeste, ou de movimentos como o de Canudos na Bahia, Trombas de Formoso em Goiás etc. Desmitificar estereótipos sobre o messianismo e o banditismo social no país, já estudados por outros, foram as principais motivações dos novos pesquisadores.

Assim, Bernadete W. Aued (1980, 1981) estudou as ligas camponesas. As ligas também foram objeto de estudo de Azevedo (1982), de Bastos (1984), Conceição (1980) e outros. A reconstituição histórica de movimento sindical foi estudada por Cruz (1982), Andrade (1984) e outros. Sobre a Guerra do Contestado, Sudoeste do Paraná, podemos citar Rego (1979) e Auras (1984). O movimento de Trombas e Formoso, em Goiás foi estudado mais recentemente por Janaína Amado (1980), que estudou também a revolta dos “mucker” no Rio Grande do Sul 1868-1898. Canudos também passa a ser um tema revisitado a partir do trabalho de Edmundo Diniz (1978) e outros. Por seu turno Araújo (1982) estuda as lutas pela terra na Baixada da Guanabara, entre 1950-1964; Cordula Ekert (1984) o movimento de

agricultores sem terra do Rio Grande do Sul. A questão da reforma agrária no Brasil, entre 1955 e 1964, é resgatada por Leonilde S. de Medeiros (1983).

A primeira linha de estudo, Conflitos e Lutas pela Terra, motiva os estudiosos a verificar rupturas e continuidades com relação aos movimentos anteriores. Outros fatores, porém, parecem diferenciá-los dos seus antecessores como as Ligas Camponesas e Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: primeiro a fragmentariedade das lutas em todo o país, segundo a diversidade de lutas e de atores sociais: sem terra; posseiros, índios, seringueiros, atingidos pelas barragens, etc., Terceiro a falta de uma direção unificada como foi a presença do PSB de Julião e PCB no caso das Ligas Camponesas e, no caso do MASTER, Brizola. Nos novos movimentos, a presença da Igreja é marcante, infundindo nas lutas o caráter político-religioso, o que remete ao messianismo dos movimentos do passado mais remoto. Também aparece a dimensão jacobina própria de todo movimento social que antagoniza as classes sociais. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, surgido em 1979, em Santa Catarina promete dar uma maior unicidade aos sem-terra do país. A sua novidade é uma nova modalidade de luta: acampar, ocupar a terra, resistir, produzir. Apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros segmentos católicos e apesar de se articular com os Sindicatos a nível local, este movimento se organizou com estrutura própria, rejeitando tanto a direção da CONTAG, quanto o seu legalismo e, com os objetivos de contribuir para avançar a luta pela terra e pela reforma agrária no país. A forma movimentalista do MST buscando unificar lutas locais e regionais e articular apoios multilaterais de entidades, instituições, personagens e intelectuais e, mesmo setores do Estado, vai motivar o surgimento posterior de outros movimentos sociais com objetivos semelhantes.

Possivelmente pelo fato desses movimentos colocarem em causa a questão da concentração da terra e o elemento fundante da sociedade capitalista que é a propriedade privada, eles tendem a assumir caráter visível de classe já que se pautam numa relação social fundadora que lhes abrem os caminhos para tornarem-se efetivamente sujeitos de suas próprias ações (Oliveira, 1990 apud Doimo, op. cit. 18). Também, e talvez por isto mesmo, os estudos anteriormente citados tenderam não só a enfatizar conflitos e lutas sociais e apenas genericamente o termo movimentos sociais, mas porque é a noção de lutas sociais que possibilita a apreensão de sentido dessas manifestações coletivas e são interpretadas pela maioria dos analistas anteriormente citados pelo viés marxista, mesmo que matizado pela presença das contribuições de autores de alcance internacional e bastante presentes nos debates: Gramsci, Eric Hobsbawn, Samir Amin, Maurice Godelier, Alavi, Thompson e outros. Para termos uma idéia, além dos trabalhos de Lenin e Kaustsky sobre a questão agrária, Gramsci foi aos poucos ganhando posição de cidadania nos debates da esquerda afinada com os movimentos sociais. As suas idéias de que a luta pela terra dos camponeses do Sul da Itália só teria eficácia, quando essa luta se tornasse uma questão nacional, isto é, quebrasse o seu caráter isolado e, ao mesmo tempo a sua idéia de que, os jornaleiros daquele país, pela sua psicologia e pelo tipo de obrigação do assalariamento deveriam em sua maioria ser incluída entre os camponeses sem-terra e não entre os operários, influenciou não só o debate intelectual, mas também aqueles mais diretamente engajados nas lutas pela terra pós-anos 70 no Brasil⁷. Enquanto Maurice Godelier entra no Brasil pela via de cursos de pós-graduação

⁷ Ver Antonio Gramsci. “O ressurgimento”, in Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes 1978, p. 288. Também Candido Grzybowski. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio de Janeiro: Fase, 1987, p. 16. Principais obras de Gramsci publicadas no Brasil até 1985, além de Obras Escolhidas da Martins Fontes, citada acima: A concepção Dialética da História, publicada em 1966; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, em 1968; Os Intelectuais e a Organização da Cultura, em 1968; Literatura e Vida Nacional, 1968. Todas estas obras foram publicadas no Rio de Janeiro pela Editora Civilização Brasileira. As obras Pasado y Presente e El Risurgimento chegaram ao público brasileiro, através da Ediciones Granica, de Buenos Aires, Argentina; publicadas simultaneamente em 1974. Obras temáticas sobre Gramsci

em antropologia; Eric Hobsbawn introduz no debate entre nós não só a idéia de movimentos pré-políticos, mas também a idéia de que a consciência social comum entre os trabalhadores (identidade) não é constituída simplesmente a partir da polarização entre as classes, mas pelo estilo comum de pensamento e de vida. Apesar de uma visão de certa forma pessimista mais atravessada por uma espécie de realismo político marxista, este autor de certa forma sugere as noções de “novos” e “velhos” movimentos sociais, ressignificadas pelos autores e analistas brasileiros acima exemplificados (Hobsbawn, 1985; 1978:1721)⁸. Quanto à Thompson, a sua influência parece ter sido menor até o início da década de 80. Até 1984, com exceção de *A Miséria de Teoria* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981), as suas obras chegaram até nós em língua espanhola ou inglesa. Thompson (1987) sugere não só apreender as articulações e contradições sociais manifestadas pelos conflitos e lutas sociais, também a levar em consideração o cotidiano como dimensão que pode possibilitar mudanças e rupturas com o instituído, mediante pequenas mudanças, mas contínuas e significativas do ponto de vista de subjetividade dos sujeitos envolvidos, ou seja, um processo contínuo de aprendizagem (Dulce Silva, 1993: 26). É claro que estes autores também influenciaram os estudos de linha mais histórico-social de resgate de memória das lutas passadas e mesmo aquelas mais recentes e em curso.

Mas o que nos importa aqui é assinalar a dimensão educativa destes movimentos e lutas sociais assinaladas e sugeridas pelos vários autores mobilizados neste nosso diálogo. Uma idéia que parece comum a todos os analistas brasileiros anteriormente citados é a de que esses movimentos e lutas sociais que eclodem no campo são expressões da luta de classes, já que as classes se formam num processo não-linear, cheio de contradições e impasses, de retrocessos e recuos. Alguns como Cantalice (1984-1980), embora procurem enfatizar as lutas como processo conformador das classes em movimento, deixam-se levar por uma noção de certa forma economicista ou estruturalista de classes sociais, já que determinadas pelas transformações de base econômica num misto de conformismo e resistência. De qualquer forma, tanto nas contribuições destes autores que parte de um enfoque determinista quando daqueles que associam os conflitos que estudam enquanto um processo possível de expressões, de classes sociais com promessas de se constituírem em movimento; colocam a questão da socialização política a partir da idéia de que ela se constitui na luta, na ação, no ato de colocarem-se em movimento. Do ponto de vista dos mobilizados e das entidades que os apoiam, principalmente dos trabalhadores rurais, dada a pedagogia subjacente à ação, fala-se de caminhada. Se o caminho se fez ao caminhar, como ensinavam principalmente os agentes e ativistas ligados a Igreja Católica, abrem-se possibilidades de construção de um “nós” contra “eles”, dos “pobres” da terra na proclamação de seus direitos e desvendamento do poder de seus contrários, os donos da terra e aqueles que os apoiam, incluindo o Estado, e que tentam impedir a organização e a eficácia das lutas à todo custo, com os mais diferentes mecanismos de manipulação e violências. Destas identidades que se constituem em confronto, mesmo nos momentos de tréguas para negociações das partes em conflitos, vai forjando-se um aprendizado social de “um saber de experiência feito” que possibilita acordos e acertos entre partes antagônicas ou contrárias como parte de luta, luta que é uma categoria histórica e social. É também este “saber de experiência feito”, senso

como a de Norberto Bobbio, *O Conceito de Sociedade Civil*, foi publicada no Brasil já em 1982, pelas Edições Graal, Rio de Janeiro. Outro tema importante sobre Gramsci publicado foi “Alguns Temas da Questão Meridional. Temas de Ciências Humanas, São Paulo: LGCCH, 1977.

⁸ Ver obras de Eric Hobsbawn publicadas no Brasil até 1982: *Rebeldes Primitivos* - Rio de Janeiro, Zahar, 1970; *Bandidos*. Rio: Forense, 1970, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Rio: Paz e Terra, 1982 e *Revolucionários*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

comum, que abre possibilidades cognoscíveis para os trabalhadores rurais ultrapassarem crenças e valores que sustentam identidades deterioradas e estereotipadas introjetadas pelos mecanismos de moral social dominante, muitas vezes calcificadas na tradição (Paulo Freire, 1992: 83-84). Esta pedagogia da ação subjacente a interação de instituições, tradições e concepções, reveladora para muitos de “basismo”, “populismo”, “assembleísmo” e outras manifestações reais ou atribuídas, de certa forma revelou, parafraseando Florestan Fernandes (1990:25) a “modernidade” da Igreja como instituição social, num momento em que ela acordou para a sua missão de solidariedade ativa com os mais fracos, humildes e destituídos dos mais elementares direitos a uma vida digna. Mas, houve entre os estudiosos muitas controvérsias sobre esta ação da Igreja.

Tais controvérsias à prática renovadora da Igreja podem ser vistas em Paiva e outros (1984). Também certos meios de luta, de apoio pedagógico ao exercício de práticas e valores comunitários de solidariedade, de garantia de possibilidades de resistência e permanência na terra, utilizados pela Igreja e outras entidades de educação popular e apoio, foram colocadas em debate. Assim, mutirões, roças comunitárias e outras práticas associativas foram tema de controvérsias teóricas e políticas conforme pode ser vistas em Esterci e outro (1984). No prefácio à brochura que publicou as várias contribuições, José de Souza Martins procura desmistificar mal-entendidos, inclusive negando posições insinuatoras de que o seu caráter de luta e enfrentamentos de situações adversas pudesse ter raízes na tradição romântica e conservadora do século XIX.

Mas a produção científica sobre os movimentos sociais antes do surgimento da Nova República não se esgotou na análise de movimentos e lutas concretas pela terra e nem na produção teórica de resgate da memória das lutas do passado. A emergência das lutas dos trabalhadores assalariados do campo também chamou a atenção de intelectualidade.

A literatura sobre os assalariados rurais se estende desde aquelas contribuições preocupadas com as mudanças econômicas e seus impactos nas relações de trabalho até aquelas preocupadas com as lutas trabalhistas dos assalariados. Assim, trabalhos como os de Ianni (1984), Sorj (1980), Silva (1978), Velho (1976), Silva (1982), num misto de continuidade e mudança, observam o processo de expansão econômica do campo e seus impactos sobre a concentração da terra e na força de trabalho rural. Trabalhos como os de Maria Nazaré Wanderley (1979, 1981) colocou os problemas da identidade dos trabalhadores rurais relacionada a sua subordinação ao capital, sem precisar qual a forma social que distingue um camponês de um trabalhador assalariado, nos termos de Souza Martins (1986:198). Já autores como Silva (1982) procura estimar os contingentes assalariados. Trabalho volante (Gonzales e Bastos, 1977), percepção do salário pelos assalariados (Sigaud, 1977), segmentação e diferenciação dos assalariados (Grzybowski (1985), Sigaud (1979b), relacionada com as mudanças nas relações de trabalho (Sigaud, 1979b) (Silva, 1981) são a preocupação de outros diversos trabalhos tentando aprender o signo da mudança no campo.

Entretanto, o bóia-fria resultante de uma intensa modernização e intensa miséria (D’Incao, 1984, 1979); os clandestinos e os direitos (Sigaud, 1979a); os fichados e os clandestinos (Sigaud (1979b), os volantes e os que não são volantes (Gonzales e Bastos, 1977), trabalhador para o capital (Wanderley, 1979), a turma do caminhão (Martinez - Alier, 1977) e outras identificações e segmentações que anunciam mudanças em relação ao trabalho não deixam de ser, no plano simbólico, um reconhecimento da ruptura dos elos tradicionais que revestiam de reciprocidade moral a dominação do senhor e fazendeiro que escraviza o trabalhador. Não só o seu corpo, como espécie de semovente como foi o escravo, mas também a sua consciência por uma lealdade sacralizadora da violência costumeira própria do latifúndio, degradando este trabalhador (Souza Martins, op., cit.: 13). Essa ruptura, entretanto, dá seqüência à socialização que repõe em outros termos a exploração e a violência do latifúndio e das empresas capitalistas no campo. É um processo de socialização que forja

identidades atribuídas e estereotipadas que justificam a discriminação e a exclusão social e, ao mesmo tempo, a extrema exploração que degrada e mata precocemente a força de trabalho. Sob esta situação, os movimentos e lutas dos assalariados rurais, genericamente falando, é para autores como D’Incao (1985:201-422) e Perani (1984:17-23) uma possibilidade que eles mesmos estão construindo de rejeição desses tipos de identidades sociais deterioradas, pela construção, proporcionada pela sociabilidade das lutas, de uma identidade de trabalhadores cidadãos. Os “canavieiros” semelhante à “usineiros”, porque não; os trabalhadores da cana, não querem mais ser identificados como “direitos” ou “clandestinos” ou mesmo “volante”, pela não universalização do contrato de trabalho; mas pelos direitos decorrentes de sua função social de trabalhadores e cidadãos construtores da sociedade que lhes nega e os exclui. Da mesma forma os bóias-frias que, não muito longe de seus antepassados da senzala, vivem no caminhão, confinados em barracões e vigiados no eito pelos capatazes e gerentes dos canaviais, dos laranjais e plantação de florestas produtoras de energia e celulose. De bóias-frias à cortadores de cana ou outra identidade trabalhista significadora de direitos, vão tecendo na trajetória de suas lutas em aprendizado social de exercícios de seu direito a ter direitos e deles usufruírem⁹.

Com relação a dimensão dessa aprendizagem social, Weffort (1981) acredita que aos trabalhadores lutarem por seus direitos põem em prática processos de deslegitimação dos limites legais e institucionais vigentes. E para este autor, a manifestação democrática desses processos concretiza-se na conquista e ampliação de direitos e, na afirmação desses trabalhadores como cidadãos. Nesta direção Ianni (1984) sugere que as lutas dos assalariados do campo revelam para a sociedade a existência de um proletariado agrícola, exprimindo o seu modo ser que, por sua vez, expressa-se nos conteúdos e nas formas de luta e na afirmação de direitos que revelariam uma outra faceta da questão agrária brasileira. Na verdade, um assalariamento que longe de ser expressão da tão sonhada modernidade e superação do “atraso”, produz.

“Gente de caminhão de turma... vira lata, uma vez aqui, uma vez ali”¹⁰ “... o trabalhador volante, ou boia-fria, também conhecido depreciativamente por brido ou pião” (Depoimento de uma boia-fria)¹¹

As lutas e movimentos dos trabalhadores rurais possibilitam a construção de caminhos que não só provocam mudanças fenomênicas de conquistas de direitos; o exercício destes direitos também exige mudanças mais profundas; a superação de estigmas e sentimentos de autodesvalia profundamente arraigados, tornando os indivíduos capazes de coordenar a suas individualidades com os valores e pertencas coletivas que possam se constituir enquanto grupos de cidadãos organizados; portanto, mudanças profundas que exigem a construção de uma nova subjetividade, mas também, no plano objetivo de uma nova institucionalidade que regulamente a convivência social mais democrática e justa a partir da vida cotidiana - radicalização da democracia - a utopia não acabou. Ela continuará no período inaugurado pelo o que se chamou de Nova República. Vamos ver o que a literatura acadêmica deste período tem a nos dizer sobre a dimensão educativa desta utopia.

⁹ Desde já, é bom que digamos o que entendemos por identidade uma noção bastante controvertida e que vem da antropologia. No nosso caso ela é relacional, porque a luta social antagoniza concepções, valores e interesses de classes e frações de classes. Sobre esta noção ver “consciência, identidade e Cultura” de Regina Célia Reyes Novaes. In: Igreja: comunidade e Massa/Ivo Lesbarepin (organizador) [et al]. São Paulo: Paulinas, 1996. (Estudos e Debates). Ver também La Burthe-Tolra, Philippe & Warnier, Jean-Pierre. Etnologia, Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1997. Especialmente páginas 337-421.

¹⁰ Depoimento de uma boia-fria.

¹¹ Em “As mulheres do Caminhão de Turma”. Por Verena Martinez Alier. Capital e trabalho no campo. Paul Singer (org.) São Paulo: Hucitec, 1979, p. 77.

O período do final da década de 70 e início da década de 80 é considerado período de nascedouro dos movimentos sociais, especificamente os rurais. Nascedouro porque marcado por um amplo processo de democratização que desata no movimento das Diretas Já, com ascensão da chamada Nova República e inaugurando um governo civil. Este período que se abre impõe o sacrifício de algumas certezas intelectuais, mas decortina um campo de ação e de reflexão bastante rico: o campo temático dos movimentos sociais associado aos novos formatos movimentalistas e voltada para o descortinamento de suas formas, de suas promessas de futuro, de suas certezas e ambigüidades. O fato é que os movimentos sociais ganharam visibilidade na sociedade brasileira enquanto fenômenos históricos concretos, desafiando os modelos teóricos sociais existentes e conferindo maior vitalidade e inovação científica às ciências sociais.

3.2. Do Surgimento da Nova República ao Final da Década de 80

Na verdade, mudanças conjunturais como a das Diretas-Já colocaram novos desafios para os movimentos sociais agrários. Diferentemente dos movimentos sociais urbanos, os agrários, por estarem assentados em relações sociais fundadoras da sociedade, tem como alvo não só o Estado quanto às respostas as suas reivindicações, mas também uma classe social de proprietários latifundiários, agro-industriais e agroexportadores com forte poder econômico e político. Ao mesmo tempo que tiveram que enfrentar derrotas e a expansão da violência dessa classe, sob recuos e avanços, pleitearam o reconhecimento e o status público de interlocutores válidos com a institucionalidade política e se fortaleceram em organização. Vejamos as interpretações correntes sobre os movimentos sociais agrários nos anos 80, ou seja, o período que vai das “Diretas-Já”, passando pela Constituinte, pelas eleições diretas para a Presidência da República, período de 84/85 à 1989/90. Repondo a necessidade de delimitação já colocada em prática e justificada nos capítulos precedentes, aqui vamos tratar à título de exemplos autores que de certa forma construíram análises que têm efeitos de balanço da ação movimentalista pelo fato de cobrirem toda a década. Tais contribuições sintetizam teses e compreensões de outras mais parciais ao enfocarem um determinado período, certo recorte ou por adotarem como perspectiva o estudo de caso e que foi a tendência da maioria dos estudos na década e anos seguintes. Para muitos autores os anos 80 foram a década da participação e da institucionalização dos movimentos sociais. Vejamos como dois autores de repercussão nacional avaliam a chamada década da participação e/ou da institucionalização dos movimentos sociais. Pelo enfoque da institucionalização a professora Ruth Cardoso faz um balanço da literatura sobre movimentos sociais em duas fases: a fase heróica de emergência dos movimentos (década de 70/início dos anos 80) e a fase tendente a institucionalização. Na primeira fase, os trabalhos enfatizaram os espontaneismo, algo no que iria substituir os instrumentos institucionalizados de participação (partidos, sindicatos, etc.). Era como fossem substituir um vazio; vazio, até então, explicado pelo bloqueio da Ditadura Militar a estes canais de representação. Os trabalhos enfatizaram a idéia de espontaneismo, autonomia e participação, implicando promessas de contribuição desses movimentos na mudança da cultura política, quebrando relações clientelistas e outros modos de atuação do sistema político. Se os movimentos e a literatura a eles colada enfatizaram a idéia de participação anti-Estado, visto como inimigo; outras dimensões, para a autora, deixaram de ser vistas (Cardoso, R., op. cit.: 82-3).

Se esta fase com estas crenças era justificadas até certo ponto numa época de canais de representação bloqueados e sob o governo da Ditadura Militar; a fase da institucionalização é marcada por outro contexto político. Começa a tomar corpo a

democratização, em curso com as eleições em 1982 e pelas quais ascende ao poder em vários estados importantes da federação governos de oposição ao regime militar. A própria ditadura começa a ceder quando o sistema político começa, em geral, a abrir espaços de participação e comunicação com a sociedade. Há, portanto, gestação de novas relações entre movimentos e partidos; movimentos com agências públicas, fenômeno chamado por muitos como cooptação. Mas para a autora, haveria na verdade outra forma de participação manifestada pelo fato dos movimentos relacionarem-se diretamente em agências públicas constituidoras da face provedora do Estado. Entretanto, esta relação começou de forma parcial, fragmentada, surgindo em algumas brechas que ia se abrindo; não era uma relação com o Estado enquanto uma política estabelecida, institucionalizada. Iam-se abrindo um conselho aqui, outro ali para gerir este ou aquele programa ou projeto. Há um novo modo de gerir áreas de políticas públicas que vai nascendo e tomando corpo institucional, mais de modo muito parcial. E isto vai se dando em outro contexto político e ideológico: pluripartidarismo, novas formas de gerenciamento de políticas públicas, um processo de institucionalização das relações destes movimentos com o Estado, de suas bandeiras de luta. O Estado mudou, aceitando modelos e idéias de participação dos movimentos. Daí as perplexidades que levaram a idéia de crise, refluxo, cooptação. Uma visão negativa quanto às promessas de mudança dos movimentos, face ao processo que se abriu de diálogo entre os movimentos e as agências públicas, de gestão participativa de políticas públicas que passou a ser implementada pela pressão da própria ação movimentalista (Cardoso, R.; op. cit.: 87).

Com isto a auto-imagem e própria imagem atribuída aos movimentos sociais constituídas sob idéias como autonomia, identidade e espontaneidade dificultaram a coadunação dos movimentos com esse processo de representação face ao Estado e órgãos públicos. Ambigüidades, problemas relacionais, intolerâncias, manipulações, traduziam as dificuldades que a ação movimentalista sofreu em aceitar um processo de socialização política que passava pela idéia de representação e até de representação de vários movimentos. Encontros e desencontros: há dificuldades que vem do próprio sistema político e que o coloca sob suspeita. Perplexidade, persistência e indignação de um lado, o lado da movimentação da sociedade civil. Do outro lado: acusações e atribuições de competição entre movimentos sociais e com tendências corporativistas próprias dos grupos de interesses, senão intolerância, frente ao processo difícil de equilibrar recursos escassos e o atendimento a diferentes interesses dos “de baixo”. Em tal processo de aprendizagem, que segundo Cardoso (*idem*, *ibidem*) foi extremamente difícil, com alguns casos malsucedidos e outros bem-sucedidos; formas e canais participativos como os conselhos criados, acabaram esvaziando-se. O esvaziamento essa forma de participação política, que embora continue latente, acabou mobilizando menos do que foi esperado, deixando um sentimento e uma visão de refluxo e um pouco derrotista. Houve, entretanto, uma troca de vocabulário, a questão de esfera privada e da pública continuou de pé, implicando que a participação diz respeito ao exercício da cidadania. Os movimentos não surgiram do nada e nem cidadania apareceu do nada, ela tem história. A cidadania, então, não é pura questão de consciência, mas diz respeito à relação entre esfera pública e privada. Como ela está sendo construída é a questão e que diz respeito a incorporação dos direitos coletivos pelo Estado. E aí, Cardoso adverte para o fato deste papel do Estado está legitimado, saldo político que é o patamar por onde podemos continuar a trajetória movimentalista pela vigência de tais direitos.

Nessa linha de interpretação, embora com matizes diferentes Gohn (op. cit. 285) afirma que no decorrer dos anos 80, os movimentos sociais, tanto no plano da ação concreta quanto no plano das análises deles feitas, saiu da fase do otimismo do início da década para a perplexidade e, depois, para descrença. Fatores que contribuíram para isto: mudanças com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição de agentes e atores responsáveis pela a sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a

generalização e posterior desgaste das práticas participativas; o enorme crescimento do associativismo institucional nos anos 80, absorvendo parcelas significativas dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos populares e a expansão das chamadas organizações não-governamentais. Ao mesmo tempo em que houveram tantos ganhos organizativos, inclusive com o surgimento de muitos movimentos de expressão nacional, surgiu neste cenário a decepção da sociedade civil com a política, tanto com relação às elites dirigentes quanto com relação aos partidos políticos, que deixaram de articular as demandas das classes médias e populares em movimento. Os grupos organizados dessas classes foram enclausurando-se em guetos corporativos. O cenário no final de 80 é o de perda de capacidade de mobilização e dos esforços voluntaristas da sociedade civil nos anos 70. Militantes, assessores e simpatizantes deixaram de exercer a política por meio da atuação nos movimentos sociais. Não mais movidos pela política, pela paixão e crenças em causas e valores gerais, foram constituir uma camada de dirigentes cada vez mais longe das bases dos movimentos sociais. Tudo isto, vai influenciar a literatura sobre os movimentos no curso final dos anos 80. Entretanto, vários movimentos se expandiram e se consolidaram. Outros surgiram com novas demandas e novas temáticas.

O dilema teórico dos anos 80, entretanto, esteve calcado de um lado, em enfatizar o aspecto das mudanças socioculturais e, do outro, as transformações políticas que os movimentos podiam gerar. A questão foi mais construir estratégias para a ocupação de poder, do que estratégias mercadológicas para obter recursos econômicos junto aos poderes públicos (Gohn, op. cit.: 284). Daí porque, talvez, o sentimento de derrotismo, a visão de refluxo e de perplexidade frente às mudanças experimentadas e em curso, nos finais da década e das quais nos adverte Cardoso (Idem, *ibidem*).

Mas, os mecanismos de cooptação utilizados pelo Estado, não são uma pura invenção dos movimentos sociais e nem das teorias sobre eles. O arcabouço populista que deu forma aos dois últimos governos da Ditadura estabeleceu canais de comunicação com as massas descontentes mediante programas sociais de cunho assistencialista e com forte retórica participativista. Tais programas, em busca de recuperar legitimção em erosão pela movimentação democrática da sociedade, foram instrumentos nas mãos dos governos militares para estabelecer nexos bonapartistas com o eleitoralismo clientelista e que infundiam a criação tutelada de redes de associações comunitárias de todos os tipos. Mediante este procedimento foi destoando e fazendo contraposição ao associativismo comunitário e os “grupos de base” organizados pelas instituições e movimentos sociais da sociedade civil. Exemplos são os setores progressistas da Igreja, as organizações não-governamentais e os próprios movimentos sociais, principalmente com relação ao contexto do mundo rural. Este contexto é conhecido pela presença forte da tradição política baseada no poder de mando das oligarquias locais. Sob a retórica participativista, a Nova República deu continuidade a esta política. Agora de maneira mais voraz e sob a mira dos movimentos e setores sociais organizados da sociedade civil que inscreviam em suas demandas os mais elementares direitos. Entre eles, o direito à vida como alimento, abrigo e outras condições básicas para a sobrevivência elementar de uma população cada vez mais submetida à barbárie e sob os efeitos dos impactos sociais da dilapidação do Estado e de sua incapacidade de atender ao “povão” com um arremedo de social-democracia. A depredação dos serviços de saúde, de educação etc. completou o quadro; depredação que começou com a Ditadura, continuou com Sarney e levou a gestação do voto do desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas (Oliveira, 1995:25).

Esta tragicomédia foi o pano de fundo, que moveu a sociedade civil sob a perplexidade e a indignação, quando muitos cobravam de seus movimentos sociais tolerância com eco significativo nos analistas que lhe atribuíam sinais perversos contra a consolidação

da institucionalidade democrática. Sob essa contradição, tomaram corpo, especificamente, os movimentos sociais agrários com ímpetos organizativos nacionais e regionais; articulando as suas expressões locais, regionais, no intuito de mobilizar recursos de poder e resistência e superar as tão acalentadas, porém reais, fragmentariedades e diversidades. Sob este pano de fundo e sob a ótica da aprendizagem, vejamos o que dizem autores exemplares da literatura sobre tais movimentos sociais agrários.

Em *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*, Cândido Grzybowski (1987), procura realizar uma análise que cobre boa parte da ação movimentalista da década de 80, com conhecimento de causa e com auxílio de uma rica literatura sobre o tema. Começa a sua análise reportando-se a diversidade e fragmentação desses movimentos. Perseguiu a tendência da literatura anterior. Não está preocupado com movimentos enquanto identidades auto-referidas ou atribuídas, fala de movimentos sociais no sentido geral de lutas sociais como recurso heurístico. Analisa que apesar de não provocarem cisões importantes no bloco político-militar de forças e que continuou interferindo no poder de Estado, no Brasil da Nova República; certas lutas sociais, entretanto, assumem, pelos enfrentamentos armados, verdadeira guerra civil em estado larval. O UDR (União Democrática Ruralista) articulada em vários estados se constituiu num lobby junto ao centro do poder; leilões de gado é a forma pública de angariar recursos para financiar a sua campanha e formar/ampliar milícias privadas para enfrentar posseiros e sem-terra.

Mas, para Grzybowski (1987:16), os movimentos sociais e os enfrentamentos armados não são novos por causa da luta pela terra. Novos, portanto, são a amplitude das lutas e o fato dos assassinatos extrapolarem a esfera individual e assumirem um caráter de violência de classe. A importância, a extensão e a diversidades das lutas sociais no campo puderem ser avaliadas pelo autor segundo os conflitos registrados: só em 84 registrou-se 177 conflitos trabalhistas, envolvendo mais de 655 mil trabalhadores; 483 conflitos de terra, envolvendo 332 mil camponeses e seus familiares; os conflitos por causa de barragens atingiram 300 mil pessoas; o “grito do campo” que originou tantos “gritos” posteriores, em Porto Alegre, contra a política agrícola, mobilizou 80 mil agricultores gaúchos. Na luta pela terra até 85, a CPT registrou 42 acampamentos organizados, envolvendo mais de 11.500 famílias de sem-terra (grifos nossos).

Assim, o período inaugurado com a Nova República é caracterizado pelo autor pela generalização das lutas sociais no campo, a sua diversidade geográfica e social e, ao mesmo tempo, pela fragmentação em diferentes segmentos de trabalhadores rurais. A diversidade movimentalista, o autor explica pela diversidade de contradições existentes, modos de viver e enfrentá-las. As suas bases sociais estariam, portanto, implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores na estrutura agrária e no processo produtivo agropecuário. A sua origem, estaria relacionado, em conformidade com José de Souza Martins (1984: 75), com a variedade de formas assumidas pelas contradições do capital.

Entretanto, a inserção na estrutura agrária e no processo produtivo não seria suficiente para gerar os movimentos e lutas sociais:

“As estruturas precisam ser fecundadas pela vontade para gerarem movimentos. A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de uma oposição com outros interesses, de outros agentes sociais; a identidade em torno dos interesses de outros agentes sociais; a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência etc. são um conjunto de condições necessárias ao surgimento dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações viram movimentos”. (Grzybowski, op. cit.; pp.18).

Para explicar as condições que dá origem aos vários movimentos sociais no campo, Grzybowski faz um exercício para qualificá-los e agrupá-los, de forma a salientar também a sua diversidade. Assim, a luta dos movimentos camponeses pela terra é uma luta contra a expropriação e se diversifica entre: a) Movimentos de posseiros são conflitos tanto numéricos quanto localizados e fragmentados. A sua amplitude é circunscrita à terra e às famílias de posseiros nelas instaladas. Está representada por três situações: nos conflitos localizados em áreas tradicionais de latifúndios e minifúndios, como no Nordeste e áreas do Centro Sul, a expulsão se dá pela grilagem de terras e pecuarização expulsando posseiros e moradores; - nos conflitos de áreas de fronteira agrícola, o móvel da luta é a expropriação de posseiros por empresas agropecuárias e reflorestadoras; - na região dos seringais (Acre), os seringueiros reagiram como posseiros á destruição dos seringais pelas empresas agropecuárias. Um fator importante assinalado por Grzybowski e que é comum as três e outras situações, é que estas lutas pela terra contrapõem a legitimidade da posse à legalidade da terra. A grilagem, a expulsão e o despejo judicial são os meios utilizados pelos pretensos donos e proprietários rurais. A violência é a característica predominante. As polícias militares, por ocasião dos despejos judiciais, tem se mostrado mais violentas que os jagunços. O Estado via o Conselho de Segurança Nacional vem intervindo em algumas áreas como Araguaia-Tocantins e Baixo Amazonas. Escaramuças e emboscadas tem sido uma arma cotidiana usada para eliminar lideranças e àqueles que apoiam os posseiros. A violência, estratégia para impedir a organização e a continuidade da luta.

As ações de resistência, organizações comunitárias, comunidades eclesiais de base etc., são decisivas. O sindicato, mediador dos posseiros junto aos tribunais é um instrumento importante, mas não é a base inicial da luta. A luta renova-os e até cria sindicatos onde não existiam. Além dos posseiros, sobre outros setores pobres do campesinato, de norte a sul do país, pesa a expropriação, transformando-os em trabalhadores rurais sem terra. A fragilidade dos posseiros sublevados está na sua fragmentação e localismo, o que facilita a estratégia dos agentes do latifúndio de isolá-los politicamente, tratando-os como casos específicos para combatê-los separadamente.

Já o movimento dos trabalhadores rurais sem terra para este autor, apresenta maior grau de articulação interna, revela maior homogeneidade. Nasceu articulado às “oposições sindicais”, tem estrutura própria e nasceu e se desenvolveu com apoio da Igreja. Disputa a direção dos sem-terra frente a CONTAG, a qual tem dificuldades de reconhecer um movimento amplo e que não se submeta à sua direção e disciplina. No seu I Congresso, em janeiro de 85, realizado em Curitiba, reuniram-se 500 representantes de 23 estados brasileiros. O seu potencial são os 12 milhões de sem-terra de todo o Brasil segundo dados da Campanha Nacional de Reforma Agrária. Na verdade o autor sugere que o surgimento dos sem-terra vem de longo aprendizado produzido desde as lutas condensadas em Ronda Alta (RS) com ocupações de fazendas e o Acampamento de Encruzilhada Natalino, um aprendizado social incorporado também pelo MASTRO (Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná, que foi um desdobramento das lutas dos expropriados pela barragem da hidroelétrica de Itaipu e certas ocupações de fazendas no Sudoeste do Paraná e em Santa Catarina. Estas lutas vão dar forma inicial ao movimento que as articulava. Seguindo a esteira do processo de migrações, com apoio da Igreja, o movimento se estende para o Oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul e em outras direções vai incorporando grupos de sem-terra de vários estados. A volta ao campo, como alternativa a crise econômica, alastra o movimento á periferias como a do Rio de Janeiro e constroem também a saga da volta dos brasilguaios, que migraram para o Paraguai na década de 70 (Grzybowski, op. cit.; pp. 22-24).

Mas o que há de novidade neste movimento, além do sentido da volta ao campo como alternativa à exclusão social, ao desemprego e à própria violência na cidade e

nas áreas de concentração de “bóias-frias”? Para Grzybowski, uma das novidades é a autodeterminação do MST: os sem-terra tomam a iniciativa, ocupam áreas e, sobretudo, organizando acampamentos. Criam situações de fato, obrigam o Estado a intervir (juízes, policiais, INCRA, políticos). Estas formas de luta seriam, então, algo novo no repertório social das lutas de outros segmentos contemporâneos dos “rurais” e de movimentos das gerações passadas do campesinato. Pelo menos até 87, que demarca a contribuição do autor, a direção política e o apoio logístico do MST era constituída por certos setores da Igreja Católica, especificamente a CPT. Também tem apoio de outras igrejas. Dai a novidade de suas nítidas características político-religiosas nas suas manifestações e na sua própria identidade. Para Grzybowski, a organização e a capacidade de intervenção dos Sem-Terra são indiscutíveis; embora a sua eficácia política na luta pela terra seja discutível face ao fato do movimento ter dificuldades de construir alianças com outras forças.

Os movimentos dos atingidos pelas barragens é uma luta contra a expropriação feita pelo Estado em nome da sociedade. A luta dos atingidos pelas barragens, conforme Grzybowski, coloca em apuros a própria legitimidade do Estado e a legalidade instituída. Envolve diretamente interesses agro-industriais quando a construção de barragens envolve projetos de irrigação como é o caso do Rio São Francisco, no Nordeste. Tais projetos de construção de barragens ao solapar as bases materiais de sobrevivência dos atingidos, fez com que as lutas sociais desdobrem-se para além das indenizações propostas pelo Estado. Um aspecto fundamental dos movimentos de luta dos atingidos por barragens diz respeito ao resgate dos fatores socioculturais, definidores de grupo atingido, associados à luta pela terra. Mas, para o autor, uma de suas características mais evidentes é a heterogeneidade social dos atingidos: posseiros, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, assalariados, médios e grandes produtores, artesãos, comerciantes etc. Se nesta diversidade, a unidade é obtida pela situação comum que atinge a todos, é, entretanto, a reação dos camponeses que fornece o combustível da luta (Grzybowski, op. cit., 27-28).

No caso do Nordeste, informa o autor que as ações conjuntas da Igreja e do Movimento Sindical tem sido de significativa importância para concretização das reivindicações dos atingidos. Este apoio se dá através de encontros, debates, denúncias, formação de coordenações de ações, intervenções nos canteiros de obras, instalações de Comissões Parlamentares de Inquéritos, como a CPI por ocasião das cheias irregulares do rio. No caso do Rio São Francisco se intercruzariam lutas por terra com lutas por preços e lutas contra a política agrícola etc.

No caso dos rios Paraná e Uruguai, Grzybowski, considera que os atingidos por barragem aprenderam com erros e acertos e a sua característica familiar foi a sua organização articulada às CEBs, constituindo-se através de núcleos locais, comissões municipais e uma Comissão coordenadora. A autonomia com relação aos sindicatos, entretanto, buscando o seu apoio, os movimentos dos atingidos desenvolveram formas de democracia de base e ação direta, dando, por sua vez, grande capacidade de mobilização e respaldo às lideranças. Constituíram com assessoria da CPT, no caso de Itaipu, o Movimento Justiça e Terra. Através deste movimento obteve-se justa indenização. Instrumentos e formas de luta: dois acampamentos, assembléias diárias, os atingidos obtiveram um “crescimento social e político, a coragem de reivindicar direitos e a percepção das artimanhas do poder” (Grzybowski, op. cit. p.29).

O projeto de ELETROSUL: 25 barragens, 22 em território brasileiro, face ao potencial hidroelétrico do rio Uruguai. Fato favorável ao desencadear de um vigoroso movimento social nos estados de Santa Catarina e rio Grande do Sul, envolvendo 40 mil famílias de colonos. Características da luta apontada por Grzybowski: o movimento começa quando as obras ainda estavam sendo planejadas; composto de uma Comissão Regional com representantes dos dois estados e articuladora dos núcleos municipais e locais. Formas de luta:

encontros, jornal para dar expressão pública ao movimento (A Enchente do Rio Uruguai); abaixo-assinado contra as barragens (1985); ações de “desobediência civil” (grifos do autor), realização do Encontro Estadual sobre Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai (1983), entre outras ações. A terceira frente apontada por Grzybowski: a barragem de Tucuruí, da Eletronorte. Atingidos: posseiros já acossados pelos jagunços e latifundiários e pela ação do GETAT (Grupo Executivo de Terras de Araguaí-Tocantins). Formas de luta: o aprendizado da luta contra o GETAT e os latifundiários, pela via de acampamentos, tem se mostrado ineficaz contra uma obra que gerou mais destruição do que energia para o Projeto Carajás e frente ao pessoal da ELETRONORTE que serviu como espécie de amortecedor entre a luta dos atingidos e os mandantes instalados em Brasília (Idem, *ibidem*).

As lutas indígenas também são apontadas pelo autor como luta pela terra. A preservação de seus territórios como condição indispensável para sobrevivência material e reprodução étnico-cultural é o móvel de suas lutas. Recebem apoio decidido de Igrejas, do CIMI e de entidades da sociedade civil. Tutelados pelo Estado, suas lutas tem por base o direito fundado na história e na Constituição, mas ao mesmo tempo a eficácia de suas lutas depende do reconhecimento estatal e da demarcação de seus territórios. Muitas vezes essa ação do Estado não tem favorecido aos índios como era de se esperar, já que vários interesses estão envolvidos nas disputas de terras e na sua demarcação em toda a Amazônia.

Os assalariados rurais são os protagonistas de outra frente de lutas sociais analisadas por Grzybowski. Lutam por melhores condições de trabalho e melhores salários. Implodindo contra a sua situação de semi-cidadania, deslegitimam as limitações legais e institucionais vigentes, reconquistam e criam direitos. Para este autor, o movimento social dos assalariados rurais é novo pela sua atualidade, pelo seu caráter constitutivo e construtivo da sociedade civil, da qual eles são uma das forças. São novos, também, devido às formas de assalariamento e por se constituírem em alternativas de ruptura com as condições específicas vigentes nas relações de trabalho. Seu móvel de lutas: a exploração do seu trabalho, o seu caráter de integração à estrutura e processo capitalista de produção: trabalho temporário e irregular, senão ilegal (Grzybowski, *op. cit.*; pp.31-38).

A diversidade de lutas e de identidades é apontada pelo autor, como resultado de diferentes origens, tradições e experiências acumuladas. Destaca duas frentes de luta: a luta dos canavieiros do Nordeste, principalmente em Pernambuco. Características: sindicatos forjados na luta, que naquele estado contrarresta o lado conservador e imobilista que caracterizou a CONTAG com relação a outras confederações. De forma geral, a luta foi um aprendizado de vitalização dos sindicatos e construção da unidade, na superação da segmentação “fixados” e “clandestinos”. Formas de luta: amplas assembleias e recurso à greve.

A outra frente de luta de assalariados apontados por Grzybowski: a dos bóia-frias de região de Ribeirão Preto, São Paulo. Região de intensa modernização e intensa miséria condensada na figura do trabalhador “boia-fria”. Características/origens: começando pelos cortadores de cana e, mais tarde incorporando os apanhadores de laranja, a situação de extrema miséria e exploração é o móvel da rebeldia. Os trabalhadores emergem de forma desorganizada e o sindicato é criado pelo aprendizado da necessidade da luta ou só entra nela, com o desenvolvimento dessa luta, pressionado pelas circunstâncias. Regra comum em outras lutas, sem a mediação sindical no seu começo, os trabalhadores “bóias-frias” vão percorrendo um caminho de negação dessa identidade e construindo uma nova, estabelecendo um arco possível de alianças favoráveis a sua luta pelos direitos. O Sindicato tem um valor estratégico nas negociações e estabelecimento de acordos trabalhistas com a classe patronal (Idem, *ibidem*).

Referindo-se ainda a outros movimentos, como o de mulheres trabalhadoras rurais, o autor assinala que a sua novidade, o seu caráter novo, são as lutas centradas no

reconhecimento social e legal de sua condição de gênero e de trabalhadoras. Lutam pela sindicalização, pela terra, pela presidência social, entre outras reivindicações. Suas articulações são vastas nas lutas de resistência na terra e nas oposições sindicais. A presença da Igreja, através da CEBs, da Secretaria da Mulher da Central Única dos Trabalhadores e outras entidades, a depender de cada região ou estado, é para Grzybowski os pontos de apoio desses movimentos que desde os anos 80 vêm tomando corpo de Norte a Sul do país. Destaca ainda outras lutas: a luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais pelos direitos previdenciários, desde o IV Congresso da CONTAG, em 1985, em Brasília; amplas campanhas de mobilização, com novas experiências de organização e participação, sendo a experiência mais notável as mobilizações, durante as secas no Nordeste. Entretanto, o autor assinala que, apesar das contradições presentes no campo fecundarem muitas formas de lutas que se cruzam e se entrecruzam, emergindo sujeitos sociais com várias fisionomias exigindo direitos; essa diversidade não autoriza pensar que a ampliação de participação possa se enquadrar num caminho ou modelo exclusivo de democratização (Idem, *ibidem*).

As contribuições de Grzybowski pontuam problemas e indagações. Uma delas é a relação dos movimentos agrários com a democratização da sociedade; ou seja, os quais os impactos na arena política, que por sua vez, resultam na formulação de projetos e ações contra ou favor dos rurais. Relacionados a isto estariam, portanto, os problemas de mediação, de representação e do poder estatal em face aos conflitos e lutas sociais do campo. Pontuações conjunturais são apontadas pelo autor: tempo de nova república, mudou o regime político; a reforma agrária principal bandeira de quase todas as lutas sociais depende das correlações de forças entre as classes sociais, transcendendo o campo e envolvendo toda a sociedade; existência de um projeto de Reforma Agrária do Governo da Nova República acossado pelas lutas que se travam no campo de forças que sustentam o regime; os impactos da expansão capitalista do campo com duas faces: expropriação e exploração. Num e noutro caso, envolvem diferentes setores dos “rurais” e segundo a sua forma de inserção no processo produtivo e na estrutura agrária. Portanto, formas diferenciais de integração e exclusão, de subordinação e marginalização, contradições de um mesmo processo econômico e político, no qual a presença do Estado é decisiva. Em face de tudo isto conclui que o nó de todas as questões aventadas pelas lutas sociais do campo, inclusive questões de mediação, representação e poder, está na construção política da unidade das lutas dos rurais integrados e excluídos e das alianças possíveis na sociedade, tendo como meta a redefinição das condições de socialização do trabalho no campo (Grzybowski, *op.cit.*; p.54).

Se a identidade coletiva dos trabalhadores está assentada na heterogeneidade das formas de inserção/exclusão produtiva, a sua construção pode ser vista como processo de subjetivação, dimensão mesma da aprendizagem social da rebelião do campo. Vejamos como Grzybowski, trata a questão. Este autor inicia a sua análise relacionando identidades sociais com direitos reivindicados. Através de movimentos, os “rurais” ao mesmo tempo que se constituem em sujeitos com identidades próprias, afirmam e acentuam a sua diversidade. Sendo o processo de construção de identidades auto-referendas, relacional, ele se dá na polaridade dialética de negação e independência em relação aos outros. A tensão entre alienação e identidade parece ser para este autor o elemento constitutivo dos movimentos sociais, pela própria possibilidade de uma síntese entre elementos objetivos dados pelas relações sociais e elementos subjetivos da vontade e da cultura. Em tal processo, os sujeitos não se constituiriam com base numa essencialidade dada a priori, mas no processo de sua ação e na qual constituem e experimentam relações ativas com outros. Forjando-se, através de diferentes movimentos, os sujeitos coletivos são portadores de linguagens e identidades sociais próprias. Assim, no caso dos assalariados rurais, a luta pelos direitos molda identidades em rejeição aquelas atribuídas pela moral social dominante que preside a reprodução da heteronomia social: “fichados” e clandestinos”. Este tipo de segmentação,

forjada pela objetividade legal, produz a internalização de identidades estereotipadas; tipo “bóias-frias”, dada a semi-escravidão de relações de trabalho perversas e negadora das leis vigentes. Identidades alienadas porque atribuídas, passam a ser identificados a partir de suas lutas como “cortadores de cana”, como trabalhadores e cidadãos que se constituem na afirmação de direitos e nas relações, por certo desiguais, com patrões, com o Estado e com a própria sociedade que os marginaliza (Grzybowski, op. cit.; pp. 55 – 57).

Outros exemplos de constituição de identidades são apresentados pelo autor. Os posseiros rejeitam atributos de “invasores” ou intrusos, definidas na própria lei, mas neste caso e em contrapartida, a identidade “posseiro” tem também uma função estratégica: posseiro é aquele que tem a posse da terra e se enquadra na ambiguidade da legislação vigente, que pode servir de base para reconhecimento legal de um direito. Já a consciência comum de uma situação de exclusão social, levou a afirmação dos sem-terra como sujeito coletivo elaborado nas lutas, no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Ter terra no seu local de origem, no seu mundo social e cultural, é afirmado como direito de se integrarem à sociedade como camponeses. Outros sujeitos afirmam-se a partir de sua inserção na divisão do trabalho, lutando por melhores condições de produção e de comercialização: famicultores, viticultores, suinocultores etc. Já as mulheres, lutam contra a sua submissão e confinamento na vida privada sob critérios baseados em relações de gênero e impositores de identidades estereotipadas como “do lar”, “doméstica”. Através de seus movimentos elaboram as condições identitárias de “trabalhadoras rurais” e cidadãs com direitos a participação nos assuntos e coisas públicas que lhes dizem respeito. Como a construção de identidades sociais remetem diretamente aos seus opositores; tal processo termina por recriar/construir politicamente a identificação de outros segmentos e agentes sociais; os que estão no outro lado das lutas: “latifundiário”, por exemplo. A luta cria politicamente também os seus próprios adversários como a União Democrática Ruralista. Ambigüidades permeiam a elaboração e afirmação da identidade dos sujeitos das lutas e conflitos sociais no campo. Ambigüidades com relação à conquistas dos direitos vigentes, direitos que explicitam uma legislação contraditória, limitada, outorgada por regimes autoritários exatamente para favorecer o tutelamento e o controle social dos implicados e, mesmo assim difíceis de ser reclamados pela imbricação de interesses entre instâncias do judiciário e os das classes dominantes. Ambigüidades presentes no próprio processo de construção de identidades, combinando religião e direitos, como é o caso da identidade político-religioso dos sem-terra (idem, ibidem: 58-61).

A cidadania e a participação seriam para Grzybowski, códigos políticos presentes na emergência dos “rurais” como classe e como cidadãos, na sua socialização política. Entretanto, a suas possibilidades e limites estariam associados a relação - e aos impactos através delas operados - com a sociedade, com o poder e a ação do Estado e com outros, por exemplo, os latifundiários. Os aspectos educativos dos movimentos sociais são apresentados pelo autor, enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos seus integrantes o aprendizado prático da sociabilidade de como se reunir, se organizar, participar, negociar e lutar. Criam processos elaboradores da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. Além disto, permitem uma maior apreensão crítica de mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. Seria, portanto, um aprendizado que se dá no social, implicando, entre outras questões, práticas coletivas que constituem os grupos em luta e nas quais se destacam a organização e o exercício democrático das relações internas que vão sendo tecidas; a ampliação da sociabilidade é demarcada nas relações intra e intergrupais nos sindicatos e delegacias sindicais, nas comissões de vários tipos, nos núcleos locais, nas CEBs, associações e outros formatos organizativos. Através deles os “rurais” se reúnem, realizam assembléias, encontros, onde decidem as pautas de reivindicações e as formas de lutas; elegem delegados, representantes e diretorias. Essas

formas de lutas exigem unidade de propósitos e organização: greves, acampamentos, atos públicos, passeatas, ocupações, entre outras. Esta educação para participação social assenta-se em experiências organizativas que oscilam entre as práticas mais formalizadas às mais radicais da democracia de base (Grzybowski *idem*, *ibidem*: 58-60).

Esse aprendizado social tem, para Grzybowski, outras conseqüências importantes já que os “rurais”: rompem com o seu isolamento espacial, social e cultural. Ao inserirem-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade das formas de vida e a buscar alianças e prestar solidariedade. Aprendem a conhecer os seus adversários, suas táticas, suas organizações, seus interesses. Tal aprendizado é comumente expresso pelos trabalhadores rurais quando falam de suas histórias de vida e de sua participação nos movimentos. Lembra o autor, que há um tempo de lutas e um tempo para o aprendizado coletivo, o que nos lembra os aspectos pedagógicos dos processos de assimilação e acomodação na relação dos sujeitos da aprendizagem nos deslinde de mundo cultural, social e subjetivo e na sua relação com o outro, com mundos de outros. Mas, para Grzybowski, é a continuação da prática e o acúmulo de experiências que permite um salto na consciência, na socialização política. Esta socialização política se expressa por um saber social resultante da prática de luta e dos recursos da própria cultura do grupo. Haveria, entretanto, aqui certa confusão entre subjetividade e objetividade, entre subjetivação (formação da personalidade ou do ethos do sujeito coletivo) e a racionalização enquanto processo de incorporação das estruturas de racionalidade latentes nos sistemas de ação e sua possível corporificação institucional.

O autor, supracitado, enfatiza a reapropriação e a reelaboração da cultura popular enquanto negação de cultura dominante e na afirmação do perfil cultural dos trabalhadores. Este fato associado a um saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais seriam, portanto, para Grzybowski, algumas questões mais importantes na irrupção das classes subalternas na arena política e no exercício de sua cidadania, aspecto controvertido, por certo, nos debates e avaliações sobre os movimentos sociais agrários, mas seria inegável que a própria cultura popular adquire direito à cidadania nos processos e resultados das lutas. Ela muda, porque reelaborada e afirmada como fatores elaboradores de novas identidades e pertenças coletivas e, é utilizada como móvel de luta e de resistência e do próprio avanço cultural dos grupos em luta. A religiosidade é apontada como exemplo dessa importância da cultura nos processos de aprendizagem movimentalista. Isto, porque, a reelaboração da cultura popular é o próprio ponto de partida para a reflexão sobre os valores, símbolos e formas de convivência social. Também para se pensar, a partir dos processos de socialização política decorrentes da luta, uma cultura política diferente que se consolida no campo: aqui e ali com matizes diferentes e próprias da gente da região, certa autonomia de iniciativa e de ação, valorização de seu jeito de ser, e descrença em partidos e no Estado. E a consciência de que direitos não se ganha, mas se conquista, dá vida e forma aos movimentos sociais (Grzybowski, *op. cit.* : 61). Estariam, portanto, em jogo, para tais movimentos, a defesa de seus modos de vida e a sua integração ao “sistema”, que se quer reformado? Ou, o que está em jogo nas lutas e movimentos sociais agrários é a defesa e/ou restabelecimento de modos de vida em risco, ou como por em prática modos de vida reformados? Se é esta a questão principal, então concordamos com tudo que Grzybowski diz sobre a dimensão educativa dos movimentos sociais agrários. Mas, como reformar os subsistemas Estado e mercado sem uma ação propriamente política, cuja eficácia possibilite novos padrões integrativos menos exclusivos e mais inclusivos dos seres subalternos do campo?

Mas, se os movimentos sociais agrários e sua dimensão educativa, têm sua gênese nas tensões geradas pelos processos de expropriação e exploração orquestrados pela expansão do capital, qual seria o papel das entidades que lhes prestam apoio? A CONTAG, para Grzybowski, é a principal instância de mediação e representação porque detém força real

nas relações de poder. Apesar de seu corporativismo e de buscar sua ação nas brechas de uma legislação anti-social e outorgada, tem sabido aproveitar as tensões concretas e as lutas sociais das bases sindicais para o avanço coletivo dos trabalhadores.

Entretanto, se os movimentos do campo não podem deixar de prescindir da CONTAG, ela também não pode se arvorar como a única e legítima representante da diversidade de trabalhadores do campo, de suas lutas e reivindicações. Entre outros problemas e para quem das disputas político-ideológicas que perpassam o sindicalismo dos trabalhadores rurais, este autor aponta a própria função institucional do sindicato como limites de adequação às diversas lutas e à heterogeneidade de situações no agro brasileiro, qual seja: o seu caráter de organização de negociação e greve, de prática institucionalizada e contratual (Grzybowski, op. cit.: 61-65).

A Igreja, em todas as análises sobre os conflitos e lutas sociais no campo é o acento comum de todos os autores preocupados com a temática. Também para Grzybowski é presença e canal de expressão política dos movimentos sociais agrários. Conjuntamente com a CONTAG, mas de modo diverso e às vezes em colisão com esta Confederação, a Igreja Católica, tem usado o seu peso institucional e político frente ao Estado, com objetivos de influenciar na definição de políticas para o campo. Entretanto, quando o autor procura respostas para as indagações que faz sobre a ação da Igreja no campo e seu significado para o processo de democratização, parece-nos que contraria aspectos positivos que levantou anteriormente quanto à dimensão educativa dos movimentos sociais que analisou. Na verdade, aponta e alinha ambiguidades e contradições; populismos e basismos e outras atribuições correntes em muitas análises sobre os movimentos sociais no campo e no final da década de 80. Vejamos.

Primeiramente, o autor pontua questões sobre as relações de Igreja frente aos movimentos, aos sindicatos e a CONTAG, para depois pensar as concepções de Igreja e sua relação com o Estado. Composição institucional: apesar de a Igreja ser uma instituição coesa pelo seu corporativismo, pela sua estrutura hierárquica e pela unidade de sua fé, se apresenta no campo através de uma diversidade de organismos. Tal diferenciação se deve, para o autor dos

“Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo”, à sua “intervenção em realidades diversas, com problemáticas específicas e com formas de articulação do trabalho com a hierarquia e a certas diferenças no método de trabalho” (Grzybowski, op. cit, p. 66).

Características de pedagogia católica: inspirada na teologia da libertação, o trabalho da Igreja, seria definido por uma combinação de evangelização com educação política do “povo”, (grifos do autor), tendo em vista a sua organização e participação para a construção de uma nova sociedade. “A educação popular, entendida como conscientização para a ação libertadora, é um traço característico da ação da Igreja” (Idem, p. 67).

Haveria uma confusão entre teologia e educação popular ou elas intercruzam-se nas práticas de organização/educação popular? O que caracteriza a pedagogia católica é também, para Grzybowski, o fato de no seu trabalho, e dos movimentos que nela se apoiam, haver uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário, onde o povo é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na capacidade de resolver os problemas que enfrenta. Mas, seria inegável para este analista, o populismo de tal prática e como inegável é o resgate da cultura popular, como base de resistência e da luta dos trabalhadores, bem como, o apelo ao exercício da cidadania. Porém, não qualifica esse populismo e nem que aspectos da cultura popular são valorizados para este populismo ter tanta importância na resistência e na luta do “povo” (grifos nossos). Por outro lado, pontua

que o basismo ao mesmo tempo que dá vigor ao trabalho, aos grupos organizados e às CEB's, lhes tira também a eficácia política, pois gera enormes tensões à medida que se ampliam as lutas e novos desafios são colocados, de sobremaneira quanto às necessidades de representação, alianças e negociação (Idem, *ibidem*).

A simbiose política e religião produzida pela teologia da libertação e que orienta os organismos da Igreja que fazem educação política se exprime, conforme Grzybowski, através de uma metodologia de leitura da realidade, através de categorias bíblico-religiosas e sociológicas e uma prática política religiocizada. Tal fato produz, portanto, uma ambígua identidade político-religiosa, cujas conseqüências no desenvolvimento das lutas e na articulação política dos movimentos e suas lutas o analista se preocupa em verificar:

a) para além do uso político de símbolos cristãos, como a cruz nos acampamentos, realização de atos religiosos com fins políticos; o conteúdo de solidariedade político-religiosa prevalece sobre o classista e pela lealdade da primeira; lealdade e prevalência enfatizados por certos agentes mediadores face às necessidades de manter a unidade interna e político- institucional da Igreja. Tal fato restringiria, portanto, a dinâmica das lutas empreendidas pelos movimentos.

b) o basismo, por sua vez, provoca relações difíceis entre os organismos de Igreja e os sindicatos. Embora, em muitos casos, tais organismos tenham ignorado os sindicatos, os desdobramentos das lutas levam os trabalhadores e suas lideranças a procurar os sindicatos e até a construir sindicatos onde não existem. Destaque mais importante: a prática dos organismos da Igreja tem se pautado pelo exclusivismo e por uma tentativa de mediação totalizadora deixando marcas visíveis nos movimentos que nela se apoiam.

c) a sua relação historicamente mais estreita com certos setores das camadas subalternas do campo e devido a sua visão sobre a questão agrária acaba por excluir outros setores importantes dos trabalhadores rurais e privilegiar outros. Este fato lhe tira legitimidade enquanto instância de mediação da totalidade das lutas e do conjunto das reivindicações dos trabalhadores do campo. Mesmo assim, contrariando a CONTAG, levanta suspeitas sobre a atuação e legitimidade desta Confederação, criticando a sua capacidade de assumir posições mais radicais como a questão das lutas pela terra, além de seu compromisso com federações e sindicatos pelegos.

Estes e outros problemas relacionados a uma representação parcial e filtrada da Igreja com relação a diversidade de movimentos e reivindicações decorrem de sua visão de homem e mundo, levando segundo Grzybowski, a uma visão ruralista que restringe a Reforma Agrária ao seu aspecto distributivista e concebe a luta pela terra “como luta contra o negócio”, não percebendo que tal luta, em si mesma, não seria outra coisa que reintegração na estrutura e no “negócio” (Grzybowski; *op. cit.* p. 71). Conclui o autor: que a parcialidade da visão da Igreja quanto à questão agrária reduz a sua força política e acaba dando ao Estado espaço de manobra. Sobre os movimentos sociais, o autor, enfatiza que o processo de democratização da sociedade brasileira passa por estes movimentos, já que tanto no

“plano político-institucional como na organização e participação econômica e social, é impossível democracia neste país sem a inclusão dos milhões de trabalhadores do campo” (Grzybowski, *op. cit.*, 90).

Vejamos outro autor que é o responsável teórico pela questão da “terra de trabalho” versus “terra de negócio” que Grzybowski critica: José de Souza Martins. Impossível, porém, dar conta de toda sua obra teórica e que tem acompanhado a trajetória das lutas e movimentos sociais agrários, não só, mas principalmente, os que estão diretamente ligados à luta pela terra e pela reforma agrária por ser, certamente, a luta mais fundamental

com relação a outras que emergem no campo. E aqui, estamos de acordo com este autor. Vamos pontuar algumas questões que coloca em algumas obras, para nos centrar em “Caminhada no Chão da Noite” que achamos mais importante para a nossa intencionalidade neste nosso diálogo: abordar a dimensão educativa dos movimentos e lutas sociais no campo apreendida por este autor e outros¹².

Duas questões importantes parecem demarcar o pano de fundo teórico que José de Souza Martins utiliza em suas várias obras; apesar das polêmicas que suscitaram e ainda suscitam, demarcam a sua contribuição na análise dos movimentos sociais no campo nos anos 80. A primeira diz respeito ao que ele chama Terra de Negócio e Terra de Trabalho e que serviu de subsídio para a elaboração do Documento da CNBB, “*Igreja e Problemas da Terra*” (1980). A distinção que o autor faz entre terra de trabalho e terra de negócio visa identificar com clareza o caráter anticapitalista dos conflitos de terra. Mostra que o Estatuto da Terra proclama e consagra a propriedade empresarial e aponta a necessidade de reconhecimento do saber e do direito popular, assim como as várias formas que assumem as organizações populares. É este último temário que nos interessa nesta obra para os objetivos deste trabalho. A segunda questão diz respeito a concepção que Souza Martins tem da questão agrária e da Reforma Agrária. Mas, para não deixarmos dúvidas, e resumidamente, “terra de negócio”, para Souza Martins, diz respeito a propriedade capitalista da terra, como regime distinto de propriedade privada, o que não pode ser confundido com a propriedade familiar, ainda que propriedade também privada. Quando o capital se apropria da terra ela vira terra de negócio, de especulação, terra de exploração do trabalho alheio, diferente do caso do trabalhador que ao se apossar da terra, ela vira terra de trabalho, estando, pois ligada à gramática das formas de vida. São, portanto, regimes diferentes de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Na cultura popular a terra é um direito natural, é uma dádiva de Deus, pois isso é direito de todos. Daí, que teria base o messianismo de resistência política do subalterno (Martins, 1981), sem ou com Teologia da Libertação e CEB’s.

“Por essas razões é que os posseiros de vastas regiões se concedem o direito de abrirem suas posses nas chamadas terras livres, desocupadas e não trabalhadas, sem sinal de ferro, de vastas regiões desertas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum, é de todos. Só é legítima a posse porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra, é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com o pressuposto da propriedade capitalista” (Martins, 1980:42).

Na medida em que a reprodução ampliada do capital é necessariamente e ao mesmo tempo, reprodução ampliada das contradições sociais é natural que as suas vítimas procurem uma solução e daí decorre as tensões sociais no campo. Nesta direção, no Brasil, é o próprio capital que impõe a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. Do ponto de vista das vítimas, o que

“unifica as aspirações e lutas de um colono gaúcho, de um posseiro maranhense e de um índio Tapirapé é essa resistência obstinada contra a expansão da apropriação capitalista da terra. Mesmo que cada um, cada categoria social, construa a sua própria concepção de propriedade, o seu próprio regime de

¹² Nada mais justo tomar José de Souza Martins como exemplar analista das lutas e movimentos sociais do campo e numa vasta obra impossível de ser sintetizada nos limites de nossa reflexão teórica. *Caminhada no Chão da Noite* (Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo). Editor, Hucitec, São Paulo, 1989, parece não só sintetizar o seu pensamento quanto aos movimentos sociais, como também recoloca e desmistifica muitas questões empobrecedoras da ação dos movimentos sociais no campo, questões estas presentes já no debate teórico do final da década de 70.

propriedade anticapitalista: a propriedade camponesa, a propriedade comunitária e a posse” (Idem, ibidem).

Se considerarmos que as vítimas da acumulação ampliada do capital no campo pensam, para além de tutelamentos, essa imposição do capital ao criar tensões leva-as à busca de resolução dos problemas que enfrenta; base de um processo de aprendizagem que tem sua genese nessas próprias tensões criadas. Numa acepção freireana, essa aprendizagem é uma busca, considerando-se a diversidade de caminhos que cada uma dessas situações indica, de respostas mediante as estruturas da racionalidade do saber popular estocado na tradição e que é mobilizado tanto no plano da ação quanto no plano da interpretação e do direito para enfrentar à expansão capitalista da propriedade fundiária, à expropriação, à sujeição do trabalho familiar ao capital e às contradições crescentes produzidas pela expansão deste capital”. (Idem, ibidem).

A luta dos camponeses e outros seres do campo seria uma luta, certamente, desigual; enfrentamentos feitos de certezas e incertezas. Entre, as certezas, o autor aponta o caráter anticapitalista das diferentes modalidades de luta pela terra travadas pelos trabalhadores do campo. Entre as incertezas, a possibilidade ou alcance da preservação desses regimes e práticas de propriedade e de trabalho para a solução de problemas que transcendem as condições diferenciadas das vítimas da expansão capitalista da propriedade fundiária, e que envolve a sociedade inteira. Síntese dessas incertezas realizadas pelo autor: como conciliar as conquistas do progresso técnico, possibilitadas pela acumulação do capital, a ampliação geral das necessidades de consumo de produtos, que afinal não são apenas produtos agrícolas, com regimes de propriedade vinculados ao trabalho artesanal e familiar?

Quanto ao Estatuto da Terra: para Martins, segundo o supracitado autor, procura-se imputar o fracasso do Estatuto da terra à inércia do governo, à sua má vontade em aplicar a lei. Entretanto, tal inércia seria mais ampla pelo próprio fato deste Estatuto proclamar e consagrar a propriedade empresarial, capitalista; não cria nenhum espaço para o reconhecimento de formas de ocupação de terra que estão se desenvolvendo mediante outro código de direito, popular, instituinte, construído na experiência cotidiana e concreta dos lavradores. Estes caminham numa direção e o Estatuto noutra. Enfatiza o autor que há uma diferença também crescente entre o direito proclamado e reconhecido pelo Estado e aquele que é reconhecido e praticado; portanto, uma distância entre legalidade e legitimidade. O que de fato está ocorrendo seria uma clara proclamação da ilegitimidade do Estatuto, elaborado e imposto de cima para baixo, sem participação dos interessados que são os trabalhadores rurais. Entretanto, tal abismo entre Estado e trabalhadores rurais seria preenchido por formas de organização popular, algumas mais formais e de alcance maior e outras mais informais e mais restritas. Mediante estas organizações, congregam forças para fazer valer não só os seus direitos, também a sua concepção de direitos (Martins. idem: 44).

Quanto a questão agrária e a reforma agrária: analisando a reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”, Martins encontra a sua fatalidade no próprio pacto político de 1984, produto da convergência dos grupos de centro-direita e que conseguiram construir uma composição política conservadora e antiparticipativa. Assim, o pacto político da Aliança Democrática excluiu os atores mais importantes do processo de desgaste político da Ditadura: operários, trabalhadores rurais e outros seguimentos organizados da sociedade civil. Entretanto, o fim da Ditadura não pôs fim as lutas sociais, já que os fatores dos conflitos permaneceram ativos - as injustiças sociais, a concentração da propriedade e a violência de classe. Ao por a classe trabalhadora fora do pacto e ante uma legitimidade colocada entre “parênteses” pela ação dos movimentos sociais, elites pedem trégua e prometem reformas sociais. A própria reforma agrária prometida é sabotada pelos seus próprios promotores. Algumas desapropriações acompanhadas de muita publicidade não

foram suficientes para convencer a gente dos acampamentos, desocupações e das áreas de conflitos de que a Reforma Agrária fosse feita pelos fazendeiros que estão no Governo. Além disto, Souza Martins enfatiza o equívoco político de grupos partidários, sindicais e de Igreja, de supor que a Reforma Agrária se resumiria à desapropriação legal e ao assentamento do trabalhador rural num pedaço de terra, quando o problema não se resume a isto. E, sendo a reforma agrária um problema social e político, só adquire o seu sentido em escala social e política (Idem, ibidem).

O fato é que as lutas sociais pela terra, segundo o autor, tocam no fundo do problema: questionam o poder dos grandes proprietários e desafiam a lei obsoleta e injusta. Significa para Martins que o reconhecimento da legitimidade contida nas lutas dos trabalhadores rurais e sua transformação numa nova legalidade depende de transformações na lei, que por sua vez depende de transformações políticas. Por isto, as lutas no campo são lutas políticas, ferem a estrutura de poder.

“...os oligarcas da Aliança Democrática podem até redistribuir terra, dentro de certos limites e através de uma estratégia que pulverize seus efeitos, e nesse sentido têm baixado decretos de desapropriações. O que não podem é distribuir poder” (Martins, op. cit.: 17).

E adverte o autor:

... setores do Sindicato e setores da Igreja têm se conformado com essa concessão mínima, que empobrece e esvazia o enorme esforço que os trabalhadores rurais tem feito para ter presença no processo de construção da democracia no Brasil. Não percebem que o Estado brasileiro não procura resolver a questão agrária, mas procura cooptá-los como agentes de mediação das lutas populares, cuja importância nos últimos vinte anos é indiscutível” (Idem, ibidem).

Se concordarmos com Grzybowski que a visão de reforma agrária da Igreja e outras entidades afinadas com ela é distributiva, abrindo franco para as manobras do Estado, fato que reduz a sua própria força política institucional (Grzybowski, op. cit., 71); José de Souza Martins nos adverte para o caráter de sua ação deseducativa, e de outros grupos, pelas consequências que causa no enfraquecimento das lutas dos trabalhadores rurais, na despolitização da Reforma Agrária e na despolitização, pela cooptação, dos próprios agentes mediadores.

Em trabalho mais recente, Martins (1977:11-76) amplia as suas teses anteriores: a questão agrária é uma questão política e é uma característica da sociedade contemporânea. Não é coisa do passado como muitos pensam. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes ela não existia. Entre outros pressupostos, para o autor, ela foi surgindo, ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. Portanto, entre nós, ela “é a face escamoteada da questão do trabalho, que se manifesta na exclusão social” (Idem, ibidem). Na sua ótica a questão agrária é o problema e a reforma agrária é a solução. Podem existir várias soluções para o problema. Desde a Ditadura Militar que o Estado vem oferecendo soluções, mas também existem as respostas dos trabalhadores implicados que se organizam e imaginam respostas mais adequadas para a questão.

Mas, de onde surge esta relação da questão agrária como uma questão escamoteada da questão do trabalho? Segundo Martins, isto está relacionado com as mudanças na economia agrícola, que nos últimos cinquenta anos, vêm produzindo em escala o trabalhador que já não reside na propriedade de quem compra a sua força de trabalho. Com a

aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1962, os vínculos de dependência pessoal, de favor, cedem lugar aos vínculos contratuais, mesmo que precarizados, entre o trabalhador e comprador de sua força de trabalho. Desta forma, a mesma legislação fundiária, o mesmo direito de propriedade que criava excedentes populacionais pobres absorvidos pela grande propriedade, passa a criar excedentes populacionais, uma massa populacional não absorvida por ninguém, os excluídos. Surge, assim, um enorme problema nacional que é o problema dos excedentes populacionais, para os quais não existe lugar estável de trabalho e de vida. Adverte o autor que ainda hoje existe quem pense que esse desenraizamento do trabalhador rural era progressista, por abrir caminho para transformar o camponês em cidadão. E rotula de populistas aqueles que se afligem com a enorme miséria e a enorme degradação moral que atinge enormemente as vítimas desse processo. Fortemente desumanizadora, essa profunda e extensa miséria não politizaria e nem animaria pressões por mudanças sociais mais profundas. Pelo contrário produz formas patológicas negadoras da civilização e da cidadania, formas que surgem especificamente associadas aos aglomerados humanos de desenraizados, expulsos, excluídos. Nestes não nasce o cidadão. “A expulsão do campo não cria o cidadão” (Idem, *ibidem*).

Daí, certamente, a noção da profundidade da questão agrária. Esta, não estaria apenas relacionada à concentração fundiária, também as suas conseqüências sociais urbanas. Conseqüências de uma enorme área de terra subutilizada ou não utilizada, boa parte empregada de forma imprópria ou especulativa, sobretudo como reserva de valor (Martins, *op. cit.*: 25).

Neste caso, a questão agrária e os problemas de pobreza que ela cria, não aparecem tanto como pobreza rural, mas basicamente como pobreza urbana.

Quanto aos movimentos sociais agrários, José de Souza Martins se faz presente nos debates, principalmente no final de 80 numa década em que se tornou comum no mundo acadêmico e político vozes que anunciavam a inutilidade e a ineficácia movimentos e lutas populares. Lamentando a insuficiência teórica e a indigência política daqueles que proclamam a inútil resistência dos movimentos e lutas sociais agrários, este autor afirma o tempo da inocência e anuncia o tempo da política dos pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados. Seus gestos são de luta, de resistência, de ruptura dos elos que os prendiam à dominação costumeira do senhor e fazendeiro, acobertada pela reciprocidade moral da dominação que os escravizava. Agora, seria tempo de emergência da moral dos pobres da terra que desvendam e denunciam o mundo de seus iguais e o de seus contrários. Moral, entretanto, antiga e resgatada da vida cotidiana, nos conflitos e movimentos sociais formalizados ou não, segundo os cânones da teoria.

Para Martins (1989), as lutas e movimentos sociais no campo são movimentos anunciadores de libertação. Essa qualidade de suas lutas no plano real, essa luta pela emancipação, é orientada por novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração. O caráter messiânico desta busca estaria, portanto, profundamente alicerçado na cultura dos camponeses e trabalhadores rurais. Nessa tradição, as grandes mudanças não estão associadas a nenhum evolucionismo, mas à rupturas entendidas como inversão da ordem, ou seja, grandes mudanças que rompem os elos que os prendiam ao “açóite” do latifúndio que, ao instalar a desordem desata forças novas, novos princípios reguladores da vida e das relações sociais; novas concepções, nova maneira de ver e conceber as coisas e até novas esperanças. Assim, por exemplo,

“os julgamentos morais que acompanham a redefinição da propriedade e da luta pela terra, carregados de condenações, são à base de legitimidade que os trabalhadores rurais opõem à legalidade que sustenta a propriedade. São também a base de novas formas de viver e lutar; dos mutirões, da posse comum,

do enfrentamento, da tentativa de ordenar o que foi desordenado” (Martins, 1989:23).

Essa nova cultura dos camponeses e o sentido que empresta as suas lutas, não teria significado, entretanto, para aqueles que acreditam que a libertação dos pobres e marginalizados começa e acaba na sua transformação em proprietários, mediante uma reforma agrária que privilegie os resultados da vida de cada um. Ou seja, que abraçam certa idéia de que a reforma agrária é uma tarefa de uma espécie de escritório mobiliário e não uma tarefa política. Tarefa política, porque o acesso á terra pelos marginalizados

“é um instrumento de libertação apenas na medida em que questiona e rompe com o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista, que tem na renda da terra a sustentação de sua dominação política iníqua, retrógrada e antidemocrática, fonte do inacreditável atraso deste ‘país do futuro’ que acumula riqueza e em escala maior acumula miséria de toda ordem” (Idem, ibidem).

Não por, acaso, pontua o autor, esse é o sentido mais importante da luta pela terra e, por isso, recebeu poderosa e violenta resposta do Estado e das classes dominantes nos últimos tempos. Tal resposta, sorratamente, teria então,

“triturado a pequena burguesia iluminista que nos partidos e nas universidades, teme, desqualifica e impugna os movimentos sociais, mas que acredita que está fazendo uma revolução quando se oferece em sua ideologia liberal e reformista para servir ao Estado conservador, sob a hegemonia nada menos do que a da burguesia rentista e oligárquica” (Idem, ibidem: 14).

Essa pequena burguesia iluminista não teria, pelos seus cânones teóricos evolucionistas e pela sua indigência política, como entender a nova cultura política que nasce no espaço produzido pelo rompimento dos vínculos de dependência dos camponeses ao julgo direto do latifúndio. Rompimento que ao libertar o trabalhador, libertou o trabalho e revelou o significado da propriedade. E, é certa noção de trabalho que, para Martins, organiza as novas concepções de vida do eu e do outro, do nós, do movimento, das relações sociais, os novos valores, o projeto. Assim, essa nova cultura estaria centrada no trabalho e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. Embora uma ficção, para o autor, a restituição do trabalho a quem trabalha pela ruptura dos laços de denominação pessoal, se mantém pela marginalização e exclusão dos expropriados. Daí, que nos movimentos sociais haveria uma condenação da propriedade quando esta excede as necessidades de quem a tem. Tal condição, portanto, derivaria da privação do trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida (Martins, op. cit. p. 22).

É diante de tal facticidade que Martins vê uma contracultura do possível na cultura popular e que não é transparente para os próprios subalternos. Este aspecto contracultural com seus códigos invertidos e sua antilógica se manifesta nos movimentos milenaristas mediante uma paixão religiosa e politicamente herética. Este fato pode explicar o porque dos movimentos sociais contemporâneos, como os relativos à luta pela terra na Amazônia, guardar um certo conteúdo messiânico e que nutre o seu caráter de resistência popular. Essa resistência possibilita, por sua vez, a requalificação e reconstrução de um saber popular, mesmo “quando aparentemente e circunstancialmente é nutrido por um saber erudito mediado pelas organizações políticas” (Idem, ibidem: 124).

Entretanto, para o autor, este saber popular teria limites, já que está ligado à escala do tempo dos próprios movimentos; o tempo imediato, visível, do cotidiano, da sobrevivência, das conseqüências imediatas da exploração, da opressão e das injustiças. Mas, não se trataria de manifestações do atraso, de concepções realmente arcaicas, já que é na vida cotidiana que o imediato se manifesta, que faz aparecer as conseqüências dos elos mais antigos constitutivos de um processo maior e mais oculto de dominação sobredeterminado pela valorização do capital em escala ampliada. Assim, no plano da vida cotidiana, os tempos desses processos estão separados no plano do aparecer (os elos imediatos, a exterioridade, o visível, o fenômeno) e no plano do que não aparece (o resultado objetivo, acumulado, instituído, invisível), este constituindo a mediação daquele. Daí, porque, para Martins, a cultura popular, mais do que resquício do passado é “teoria”, saber imediato que cobre lacunas e ausências da “teoria” mediata. Entretanto se tal saber popular não dá conta da realidade para além da sua percepção imediata, não cobrindo a inteireza do processo social, apresentaria uma espécie de déficit cognitivo, levando muitas vezes os subalternos à apelar para explicações mágicas para compreender ou explicar aspectos da realidade que exigem um outro nível de reflexividade, de abstração reflexiva. Falta-lhe, portanto, uma integração com o conhecimento teórico propriamente dito, que também não dá conta da inteireza dos processos sociais. Isto, porque lhe faltaria a mediação com as manifestações e presença cotidiana da cultura.

Desta forma se a dimensão de tempo dos movimentos sociais, como os agrários, está no âmbito do imediato e do cotidiano; este imediato cobriria a necessidade de sua superação porque envolve tensões e confrontos sem retorno e gestadoras daquilo que Agnes Heller chama de necessidades radicais e Lefebvre classifica como desencontro entre o real e o possível, tanto no que se refere aos direitos quanto à apropriação social dos resultados materiais da produção. Os movimentos sociais, portanto, não podem superar este saber imediato, este desencontro entre o real e o possível, essas necessidades radicais, sem um saber mediático que revele o oculto, que questione as formas aparentes e sua coerência enganadora, bem como, a sua eficácia como mediação entre exploração e dominação. É neste âmbito, que para o autor, surge a dimensão e a necessidade do político colocada pelos movimentos sociais. Entretanto, ela não pode ser uma pré-concepção, uma coisa “de fora”, uma figura reitora à priori da ação das classes sociais subalternas e de seus movimentos sociais. Ela deve nascer com essa própria necessidade que nasce no seio da ação e da contestação das lutas e movimentos populares. Não deve ser um conhecimento sobre, mas da necessidade e da forma de socialização política que esses movimentos começam a engendrar e dos recursos de que necessitam para desenvolvê-las enquanto um conseqüente processo de aprendizagem. Entretanto, conforme o referido autor, as teorias e aqueles que trabalham com o pressuposto da luta pelo poder político e pela conquista do Estado, como alvos e objetivos das lutas sociais, não resolvem o problema. Primeiro porque, para Martins, esse dimensionamento dos movimentos e da ação política das classes subalternas tornou-se mais significativo com as mudanças na composição das classes sociais, nas relações de classe e na forma de Estado e, segundo, porque essa amplitude maior e esse pluralismo tornam as classes subalternas estranhas em relação às teorias das classes sociais, apoiadas na eficácia histórica de uma única classe social. Houve, portanto, uma complexificação societária que, por sua vez, implicou na ampla diversidade de características e interesses dos diferentes grupos subalternos. Ou seja, a tendência foi lhes definir como uma pluralidade de ações, estratégias e interesses.

O próprio lugar, a partir de onde as classes subalternas do campo se manifestam põe em relevo a necessidade de uma mediação política. Essa mediação política não pode ser canonizada e nem concebida “a partir de fora”, já que as práticas das classes subalternas, com suas valorizações morais e questionamentos das relações sociais imediatas, com suas necessidades radicais derivadas do desencontro entre possibilidade e realidade,

põem em questão não só a exploração. Também as diferentes formas de poder na vida cotidiana. É da vida cotidiana, portanto, que ganha força e importância as injustiças e as opressões do dia-a-dia na formulação crítica de encarar a realidade e no desencadeamento dos movimentos sociais (Martins: *ibidem*: 130)

Se esta é a gênese dos movimentos sociais, vejamos o que está em jogo em suas lutas segundo a concepção de José de Souza Martins. Para este autor, os objetivos desses movimentos sociais não são lutas pelo poder, mas luta contra o poder, particularmente o configurado no Estado. Haveria, portanto, nas suas lutas um questionamento das organizações partidárias e do Estado, as formas coercitivas de encaminhamento das demandas populares. E nesse ponto, José de Souza Martins chama a atenção para o fato de que há em diferentes países, uma crise do Estado e da concepção de poder que lhe é subjacente; também uma crise dos partidos e uma crise das esquerdas. A crise desta última seria expressa, pelo desencontro entre os movimentos sociais e os partidos. Mas de que uma interpretação, esta crise é de fato real porque envolve a restituição do Estado à sociedade civil. Ao mesmo tempo é um questionamento da concepção de que o Estado expressa uma universalidade, quando nos termos gramscianos este Estado, não é representante dos interesses universais; mas, particulares (*Idem, ibidem*).

Mediante tais pressupostos, o autor observa que os movimentos sociais têm sido mais fortes exatamente onde é menor a institucionalidade política, e onde ocorre a emergência de novos atores políticos. Exemplo disto seria o fato de que as populações camponesas, dentre os subalternos, estejam fortemente presentes e com caráter revolucionário na contestação da ordem política em várias partes. O fato é que:

“Hoje as novas forças sociais que questionam a ordem e o saber estão basicamente nos movimentos sociais e nas organizações populares. São eles e não os partidos políticos de esquerda que constituem o desafio maior à estabilidade política. A ordem instituída pelo Estado se defronta com o risco desarticulador dos movimentos sociais. Vários autores têm chamado a atenção para a ordem política alternativa contida nos movimentos das classes subalternas, prenúncio de outra concepção de democracia, de democracia participativa e, também, outra concepção de legitimidade” (Martins, *idem*, p. 131).

Mas, para Martins, aqui e em outras partes do mundo, o Estado burocrático que já não é propriamente e estritamente o Estado da burguesia, tenta por todos os meios estabelecer esquemas de negociação com os movimentos mediante estratégias de concessões desarticuladoras. A reação a isto tem sido o deslocamento do pólo político do Estado para o terreno da sociedade civil, localizando-se nesta e nos movimentos sociais que lhe dão dinamismo político. Assim, conformes tais pressupostos, provavelmente se pode estar diante de uma lenta gênese de uma nova ordem política baseada na democracia participativa. Este projeto implícito e alternativo manifesta-se em países tanto desenvolvidos como naqueles do chamado Terceiro Mundo, tanto através dos novos subalternos (os jovens, as mulheres etc.) quanto nas vozes das velhas classes subalternas. Tal revolução estaria, para o autor, “percorrendo o tempo e o espaço em que o Estado é mais débil, o do cotidiano e da localidade, em que as classes subalternas estão presentes em subterrâneos e trincheiras de sobrevivência e contestação, lugar e tempo da antiordem. As instituições de repressão e da manutenção da ordem têm lugar e tempo específicos. Não podem instalar-se permanentemente e plenamente na casa de cada um e na noite de cada um (*Idem, ibidem*: 132).

Até aqui vimos como Martins analisa os movimentos sociais, como elabora o sentido histórico de sua gênese e o que está em jogo em suas lutas, bem como, para que perspectiva estas lutas apontam. Mostrou-nos também que a alegada impotência política das classes subalternas e de seus movimentos sociais, especificamente os do campo, é ao mesmo tempo produto de uma crise do conhecimento que lida com essas classes e seus movimentos de natureza emancipatória e, portanto, os déficits de aprendizagens apresentados por tais movimentos estariam para além dos basismos e populismos apresentados por Grzybowski, como já vimos anteriormente, já que decorreriam “das raízes sociais e da perspectiva de classe que comprometem esse conhecimento com pressupostos iluministas. Aqui está a problemática que consideramos mais importante para os objetivos do nosso trabalho, já que as análises de Souza Martins dizem respeito diretamente as chamadas instituições e agentes mediadores que apoiam os movimentos sociais.

O supracitado autor afirma que a sua experiência com os movimentos sociais e os grupos populares leva-o a tomar partido ao lado daqueles que vislumbram uma ordem política alternativa em gestação a partir da ação desses movimentos sociais e de base. Tais movimentos, não estariam, para autor, questionando somente a legitimidade do Estado, a exploração e poder. Também, o conhecimento político que trabalha com o pressuposto da validade do ordenamento político existente que tem como centro o poder e a ação estatal. Isto é, questionam concepções políticas orientadas pelo privilegiamento do Estado como alvo condutor das intenções e das possibilidades da ação política. Portanto, seria no plano da ação teórica que este fato representa um desafio, sobretudo, para os intelectuais. E este desafio é maior na medida em que as classes subalternas por intermédio de suas lutas estariam produzindo um conhecimento primário, ou melhor, um novo senso comum, por sua vez, base do conhecimento teórico. Assim, as dificuldades estariam em conhecer essas mudanças sem teoria e que cobrem muitas sociedades de diferentes partes do mundo. Diante de tal fatalidade, o autor percebe uma grande contradição visível, principalmente quando se trata do papel do intelectual que atua como intelectual orgânico dos movimentos populares e tenta traduzir a consciência popular em termos de teorias que privilegiam o partido, o Estado, ou seja, o poder, a organização e a instituição no processo histórico. Com isto, tais intelectuais deixariam de lado a solicitação histórica representada pela nova forma de ação das classes populares que não seria outra senão a de descortinamento da universalidade contida na realidade pré-interpretada pelos subalternos que, por sua vez, estaria a sugerir uma teoria da prática. Propõem-se como intelectuais do partido cuja missão acaba sendo aquela de induzir as classes subalternas a fazer apenas a prática da teoria, tornando-as agentes do poder que as nega e oprime. Diante de tal contradição, conclui que a atual crise não é crise dos grupos subalternos, mas dos mediadores, dos grupos de apoio intelectual às lutas e movimentos sociais populares. Seria antes de tudo uma crise das classes médias e de sua intelectualidade, incapazes para produzirem uma teoria da prática contemporânea e real das classes subalternas e de construir um projeto político adequado a tal prática o que, por sua vez, pressupõe mediações adequadas a ela. Cooptadas pelos partidos, concebidos como a mediação adequada, supõem que “qualquer teoria à esquerda seria adequada e suficiente para dar sentido aos movimentos sociais e às lutas populares dispersas e aparentemente fragmentadas” (Idem, *ibidem*: 135). E neste sentido tem havido, para o autor, desencontros fatais:

“De um lado, os partidos políticos de esquerda, pressupondo a insuficiência política dos movimentos sociais e dos grupos não partidários, como a Igreja e os grupos populares locais, desencadeiam uma ação aparelhista, supondo dar um passo adiante ao desmobilizar os movimentos sociais em nome da organização sindical e partidária. Esquecem que cada um tem o seu lugar e a sua hora e que num país como o Brasil, os movimentos sociais e as lutas sociais são o único

grande passo político das classes subalternas na última década” (Martins, *ibidem*: 135)

Se este tipo de intelectual é o principal fator de esvaziamento dos movimentos sociais em favor das organizações, dos partidos e da centralidade política do Estado (que no nosso caso é oligárquico e tendente ao clientelismo), a produção teórica que tem sido trabalhada por outras vias como a pesquisa participante, fica limitada ao saber da própria ação, um conhecimento do visível e não um conhecimento do que está oculto. Havendo, portanto, limites em ambas as alternativas tratadas pelo autor. Haveria, portanto, um processo de socialização política das classes subalternas incapaz de elevá-las à produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe abrimos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática (Idem, *ibidem*: 137).

Se o papel dos mediadores tem sido estes apontados por Martins, inclusive de funcionários estatais a pretextos de serem úteis aos trabalhadores, vejamos como ele interpreta a ação da Igreja, principal mediadora dos movimentos sociais que lutam pela terra, pelo menos até o final dos anos 80. A Igreja como já é sabido optou por uma alternativa política de opção preferencial pelos pobres, numa conjuntura pós-conciliar Vaticano II e em conflito com o Estado. Os pobres são a massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, migrantes, expulsos pela grande propriedade, e entre outros, moradores pobres das periferias urbanas, quase sempre de origem rural. Essa massa liberta dos currais políticos, do código de ética e direito privado dos proprietários baseados em relações de dependência pessoal; se liberta também da tutela e do monopólio religioso católico expresso pela penetração e expansão de outros cultos religiosos em meio a essa massa vítima da expansão chamada modernização conservadora. Na ausência de um ator propriamente político, segundo José de Souza Martins, coube a Igreja a função de mediar a inovação cultural, as novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração (Idem, *ibidem*).

Para este autor, a ação pastoral da Igreja está associada ao estreitamento do espaço político secularizado, tanto no nível do Estado quanto dos partidos políticos, fato que representaria na contemporaneidade a reprodução modificada dos mecanismos tradicionais de exclusão política dos pobres do campo. Assim, o estreitamento político no nível do Estado tem ocorrido mais recentemente como produto do pacto entre o capital e a propriedade da terra, tornando-se conservador e anti-reformista. O Estado brasileiro, como produto desta composição, não pode admitir no processo político a movimentação camponesa sem a modificação da atual distribuição de poder e do próprio pacto de que resulta. Neste quadro haveria, portanto, um deslocamento da política do âmbito propriamente partidário para o âmbito dos grupos de interesses alojados dentro do Estado, o que confere ao processo político uma dinâmica para além do jogo partidário e que, de certo modo lhe dá em caráter pré-político. Por outro lado, os partidos de esquerda se fazem ausentes do campo e nem incorporam em suas plataformas políticas a questão agrária nos termos radicais em que aparecem nas lutas sociais do campo, seja por incompetência ou por desinteresses motivados por questões de ordem político-ideológica. De modo geral, segundo Martins, a

“esquerda compartilha, no Brasil, a descrença liberal-oligárquica no povo, particularmente nos pobres e nos trabalhadores rurais. Ela também assume que o povo é politicamente incapaz, embora por razões diversas dos outros grupos políticos” (Martins, *op. cit.*, p. 60).

Neste cenário, portanto, haveria um deslocamento da política e da participação popular para os espaços locais, onde proliferaram os chamados grupos e movimentos de base.

Observa que tais espaços têm sido justamente os espaços de confrontos e de conflitos sociais mais agudos e que se defrontam diretamente com a instituição básica da estrutura política brasileira: a propriedade fundiária.

“É na relação conflituosa com a propriedade que as populações do campo desafiam e questionam uma das bases do Estado e dos pactos políticos: assim foram desafiados o pacto liberal-oligárquico de 1946, o pacto ditatorial de 1964 e vem sendo desafiado o pacto liberal-oligárquico de 1984” (Martins, op. cit., p. 61).

Este confronto dos trabalhadores rurais mobilizou a Igreja em apoio à luta pela terra. Face ao caráter localizado e fragmentado das lutas e no intuito de articulá-los, esta instituição criou a Comissão Pastoral da Terra. Com este apoio e por força da exclusão social de que são vítimas, os atores sociais da luta pela terra tornam-se sujeitos políticos pelo atalho não-político da resistência local. Mobilizam politicamente as instituições tradicionais de seu mundo como a família, a vizinhança e a Igreja, inclusive a sua cultura material e simbólica. Mobilizam a própria religiosidade popular presente nesta sua cultura material e simbólica e que converge com o discurso religioso libertador da Igreja, com forte conteúdo político. Entretanto, para Martins, não existiria uma simples recepção ou adesão passiva ao discurso libertador da pastoral social da Igreja, por parte dos camponeses. Mas, como o código de quem fala não necessariamente é o código de quem ouve, haveria de ambos os lados, segundo suas observações, uma espécie de acordo tácito, da Igreja e do “povo”; uma tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro (Idem, *ibidem*: 59).

Esta presença ativa da Igreja no apoio aos movimentos e conflitos sociais no campo a partir de suas manifestações locais, para José de Souza Martins, possibilita um processo de sacralização do espaço político, estreitamente associado ao confinamento dos camponeses e outros seres do campo às estruturas políticas imediatas e locais. Entretanto, a importância destes conflitos estaria exatamente no fato de que, é no espaço local que está a sede última da parcela fundamental do poder político. É aí que as oligarquias realimentam seus vínculos clientelísticos e de dominação. E aí, também, que se abre o confronto prático e imediato com o direito de propriedade “que sustenta a dominação oligárquica, que hoje associa terra e capital” (Idem, *ibidem*: 62). Mas, conforme o autor, não foi a Igreja que abriu este espaço, mas a própria expansão capitalista ao modificar a relação terra e poder pela sua associação ao capital e ao mesmo tempo rompendo as velhas relações costumeiras de dependência, abrindo brechas para a onda de conflitos sociais no campo, ampliando e explicitando a expropriação e a violência, antes dissimuladas por aquelas velhas relações. Assim, numa realidade conjuntural em que se mudaram nomes de partidos, mas não pessoas, mentalidades e compromissos e, em que, os partidos que se apresentam com vocação democrática e transformadora ainda são frágeis; a oposição da Igreja ao Estado adquire importância política significativa. Assim, a opção preferencial pelos pobres, representaria na interpretação do autor, uma opção à negação de legitimidade ao corporativismo do Estado, à própria tendência à mecanização do partido que o controla (Idem, *ibidem*: 16).

É esta realidade relacionada à luta pela terra que, conforme o autor, os partidos têm dificuldades de entender. Não compreendem que a abertura política não ampliou o espaço da participação política, que estreitou este espaço ainda mais ao envolvê-los no pacto político de 1984. E muito mais, não compreendem que a partir dos movimentos e conflitos sociais, está se constituindo um espaço político novo, paralelo a sacralização. Ainda mais: que o sagrado não representa retrocesso, mas a busca de uma alternativa, do novo, do necessário e possível, nas condições reais da ampla marginalização política dos pobres (Martins, op. cit. p.65). Conforme Martins, os partidos não compreendam isto, é questão menor, que a própria

Igreja possa não compreendê-lo e, na ausência de partidos na luta do campo, é questão grave. Adverte, porém, o autor, que há sinais contrários à aceitação, pela Igreja-instituição, das implicações profundas dessa opção preferencial pela “desordem” (grifos nossos). Assim, para o autor, a adesão da Igreja, mesmo que em nome de teses progressistas, ao pacto proposto pelo Estado

“representaria... o fortalecimento de uma elite que, em nome da democracia representativa e da tutela política, subtrai ao povo brasileiro, aos movimentos e organizações populares, a possibilidade de inserirem no processo político os elementos de uma democracia participativa” (Idem, *ibidem*: 66).

Logicamente, Martins não desconhece que acima dos múltiplos conflitos e lutas pela terra pairam e agem grupos de mediação destas lutas populares no campo. Entretanto, à semelhança de Vianna (1996: 38), sugere que essa movimentação social do campo parece ser um processo sem ator, que não encontra uma política que o expresse, que o coloque no centro da arena política, que faça avançá-lo pelo caminho aberto pelo próprio avanço da democracia política. Embora a presença de mediadores contribua para as lutas ganharem dimensão política e histórica extra local; para o citado autor, no contexto atual, tais lutas não teriam condições de evoluir e amadurecerem sem a mediação dos partidos políticos (Idem, *ibidem*: 68). E este seria o seu grande dilema!

Em “Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo”, Novaes (1987) levanta a hipótese de que nos últimos anos seria impossível falar de conflitos sociais no campo sem uma referência implícita ou explícita à Igreja Católica. Referência recorrente não só aos trabalhos acadêmicos, mas também nos pronunciamentos oficiais de governos, nos discursos de políticos, dos patrões, da imprensa e também nos relatos dos trabalhadores rurais envolvidos em tais conflitos. Partindo de situações de conflitos entre trabalhadores rurais e empresários/proprietários de terra, no contexto do estado da Paraíba, Novaes busca compreender o sentido e balizar o lugar que ocupa a Igreja Católica e a religião no processo de construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores rurais.

Transformações no campo marcado pela expansão da pecuária e, particularmente, pela expansão de lavoura canavieira. O Estado é o grande estímulo desta expansão através do programa PRÓ-ALCOOL. A expansão, sobretudo da lavoura canavieira, produziu dois impactos sobre os trabalhadores rurais, conforme a autora: a expulsão de posseiros, arrendatários, moradores e foreiros que tinham acesso à terra para produzir alimentos necessários à subsistência do grupo familiar; e a extrema exploração dos trabalhadores assalariados nas plantações, expressa, entre outros fatores, pela negação dos direitos trabalhistas. Essas mudanças econômico-sociais na agricultura puderam ser pensadas como fatores causais de conflitos simultâneos, tanto de ordem trabalhista quanto fundiária, envolvendo 36 municípios da área canavieira da Paraíba. Neste cenário de conflitos sociais, Novaes observa um campo fértil para ação de um setor da Igreja Católica que, como já vimos em outros trabalhos anteriores, no final dos anos sessenta (Pós-Concílio Vaticano II, 1965; e Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medelin, 1968), vai adotar uma “opção preferencial pelos pobres” sob a orientação da Teologia da Libertação.

Neste trabalho, Regina Novaes procura enfatizar a ação seletiva de Igreja mais nos conflitos de terra, proporcionando “a emergência de uma identidade política religiosa e que se expressa como móvel da luta pela terra”. Tal identidade, conforme observa a autora, é constituída de símbolos religiosos, de um estoque de argumentos bíblicos e de formas particulares de encaminhamentos da resistência das vítimas. Cânticos, caminhadas, acampamentos, roçados comunitários, missas campais, vigílias, etc.; compõem o conjunto de meios acionados nas lutas de resistência. Já nos conflitos trabalhistas, a Igreja não se faz

presente com o mesmo empenho com que atua nos conflitos de terra, certamente pelo fato de que o acesso à terra de trabalho estaria em consonância com sua doutrina social, na qual a propriedade é condição de liberdade e de valorização da pessoa humana. Assim, para a autora é aparentemente paradoxal, que uma parte dos católicos se aproprie de um discurso religioso universal para dar sentido a ações de classe contando com apoio dos pastores, bispos e padres, cuja delimitação do rebanho desconhece as fissuras e lutas de classe. Entretanto, o fato é de que a Igreja Católica, entre outras forças sociais envolvidas nos conflitos de terra, tem um papel fundamental na legitimação das lutas dos trabalhadores. Apoiando-se em autores como Godelier (1978: 92), Thompson (1978), Gramsci (1984), Hobsbawm (1987) e outros, Novaes observa que a religião, mais que um reflexo fantasmagórico e mais que uma espécie de ideologia legitimando a posteriori relações de produção, é um elemento interno destas relações. De forma que, tal qual as relações sociais, a religião comporta elementos contraditórios. Assim, mesmo que legitime o sistema social, a religião pode possibilitar também reinterpretções subversivas. Observa que a história está repleta de exemplos destas possibilidades contestadoras do fenômeno religioso. Entretanto, o que se tornou específico é que na situação que estuda, é o aval e o empenho da hierarquia da Igreja na elaboração de um “discurso de classe” (grifos da autora), com características proféticas e, numa sociedade em que parte dos opositores às lutas dos camponeses são também católicos. E aqui, o mais importante, seria compreender porque uma parte dos fieis envolvidos em conflitos de terra, se apropriam de um discurso religioso de caráter universal para dar sentido a “ações de classe”, com apoio, pelo menos, de parte dos bispos, padres, religiosos e agentes de pastoral.

Para compreender esses aparentes paradoxos e indagações, Novaes parte de um quadro teórico inovador que questiona a visão economicista e essencialista das classes sociais. Esse seu referencial teórico permite-lhe recuperar as lutas sociais como parte de um processo conformador das classes em movimento. O seu marco teórico, portanto, enfatiza noções de processo, experiências sociais, tempo histórico; apontando para formas de resistência que vão se acumulando ao longo do tempo, descartando, por um lado, uma visão cristalizada das classes e escatológica da consciência de classe e, por outro, a visão da descontinuidade histórica dos conflitos e lutas (Novaes, *idem* : XIII).

Nessa linha teórica inovadora e através dos conflitos sociais agrários da Paraíba, Regina Novaes procura compreendê-los como momentos e ao mesmo tempo como processos de auto-construção das classes sociais, enfatizando cristalizações e descristalizações de identidades que acompanham uma trajetória permeada por ascensos e retiradas, vitórias e derrotas. Além destes aspectos, procura compreender os conflitos sociais que estuda como “um campo de forças” no qual se modificam atores, organizações e palavras de ordem.

Novaes trata também de fazer um rastreamento do passado, com seus momentos de mobilização e desmobilização, de forma a ajudá-la a compreender porque é a linguagem religiosa, e não outras, que fornece os contornos da identidade política no bojo das lutas sociais que estuda. Daí a sua necessidade de compreender elementos do passado presentes na memória coletiva e apreendidos nos relatos dos trabalhadores rurais entrevistados para efeito de seu estudo.

Alertando para certa linearidade de sua exposição, a autora parte de uma sucessão cronológica de situações sociais. Num primeiro momento, resgata o processo de conformações das regras de dominação entre patrões e trabalhadores, enfatizando que o catolicismo se cristaliza não só num reforço à ideologia dominante e a manutenção da ordem, mas também numa experiência vivida e num saber contido no senso-comum. Portanto, contra a “lei da chibata” expressa por relações de coerção e consentimento, os trabalhadores rurais buscaram no catolicismo, o outro lado da moeda; resistência à dominação. Assim, reafirmados, ressemantizados ou em parte enfatizados, os “valores cristãos” fundamentaram

ou foram estrategicamente utilizados para fundamentar, não apenas uma prática defensiva, mas também a ofensiva resistência dos anos 60” (Novaes, op. cit., p. 54).

Resultaria do processo de conflitos sociais na zona canavieira da Paraíba nos anos 50 e 60, se não o encerramento da “lei da chibata “, pelo menos a certeza de que “*nesta ocasião o tecido social sofreu cortes e necessitou de outras costuras. Até mesmo da linha do Exército Nacional*” (Idem, ibidem). Começa, então, para a autora, a luta das ligas e dos sindicatos que busca da “Lei da Nação”, ou seja, de construção de novos padrões de relações sociais governados pelas leis trabalhistas modernas. Houve, portanto, um processo de rompimento das regras de dominação tradicionais que governavam as relações no interior das fazendas açucareiras. Os processos conflituivos daí resultante cristalizaram no início a dos anos sessenta as identidades “camponeses” e “latifundiários”.

Já “camponês” ganha existência social na medida em que os trabalhadores das fazendas açucareiras se organizam e emergem como demandantes de direitos, sobretudo do direito à terra. O termo camponês vai fazer parte do vocabulário político da época em substituição a identidades socialmente estereotipadas de matuto, caboclo, lavrador etc. Entretanto, no bojo das disputas políticas e dos conflitos sociais da época, o termo foi reapropriado para identificar os trabalhadores engajados em suas organizações e na luta política, dissipando o medo, enfrentando os conflitos e transpondo o espaço do poder privado do latifúndio e passando a ocupar espaços públicos. Assim, se é a alteridade definida como os padrões que fundamentam o aparecimento do camponês; também a resistência, a mobilização e a forma específica de organizar esta experiência deram conteúdos próprios aos termos exógenos “camponês” e “latifundiário”. Estes termos foram fugindo de qualquer essencialismo e, Novaes procura situá-los no processo de lutas e conflitos sociais que lhe deram, sobretudo, conteúdo político. Neste prisma, latifúndio não teria para o “imaginário” camponês referências à grande propriedade, mas a padrões normativos e comportamentais que os proprietários de terra usavam respaldados pelas instâncias de poder vigentes: a lei do patrão, dono e senhor que sustenta as regras costumeiras que, por sua vez, mantêm os trabalhadores atados ao seu poder de mundo. Já ser “camponês”

“é se diferenciar do passado, e se diferenciar também de outros trabalhadores “encabrestados”, para se opor ao latifúndio. Isto é, às normas e às regras que regulamentavam a sua vida no interior das grandes propriedades” (Novaes, op. cit., p. 104).

Mas, essa identidade é eivada pela religiosidade preexistente, havendo, como também já nos apontou anteriormente Martins (1989), uma relação intrínseca entre as lutas e conflitos sociais e a religiosidade popular. Na leitura de Novaes, a religiosidade aparece como um dos elementos fundantes dessa identidade já que a luta se dava “sob os poderes de Deus” em busca da “lei da nação”. Apesar da presença da Igreja Católica na disputa pela representação e controle dos camponeses mediante os chamados sindicatos de padre em oposição às ligas camponesas; foi, no entanto, as ligas que melhor utilizaram essa religiosidade pré-existente no campo da luta política, traduzindo segundo Novaes, um certo “ecumenismo pela base”. Não por acaso que Francisco Julião destacaria em várias publicações a importância da poesia popular, do Código Civil e da Bíblia como instrumentos de recrutamento e mobilização camponesa. O próprio Julião ao utilizar tais instrumentos tomaria para si a figura de um profeta que possivelmente traz a “boa nova” (Novaes, ibidem, p.144).

Passados os anos mais duros do golpe militar de 64, o movimento sindical passa a se organizar em condições extremamente adversas. O campo da ação sindical restringiu-se exigindo prudência e favorecendo, segundo Novaes uma espécie de burocracia,

fazendo emergir um novo tipo de clientelismo que, de certa forma parecia garantir uma ruptura com as lutas passadas, imperou a “lei do sindicato” identificado com a “lei do governo”. O assistencialismo teria o seu lado positivo “na assistência médica, na aposentadoria, no encaminhamento de questões referentes à indenização, pois aumentava o poder de barganha dos trabalhadores, instituindo outro referente externo que questionava a lógica de reciprocidade própria da dominação tradicional (Novaes: *ibidem*: 42.)

Neste intervalo de tempo, observa a autora que setores progressistas da Igreja Católica apóiam sindicatos, mas não com o ímpeto anterior. Há, portanto, uma mudança no peso do aval religioso e um peso da intervenção tutelar do Estado sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais. E o mais interessante neste intervalo de tempo, é que sob a “lei do sindicato” identificada com “lei do governo” em oposição à “lei do patrão”, não estão referidas aos acontecimentos políticos dos anos 60. Assim, o conjunto das leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural, não aparece nas concepções dos trabalhadores como frutos das lutas passadas, mas como concessão. E, neste ponto, a autora indaga até que ponto a descrystalização da identidade camponesa, pela força e pelo medo, somadas as concepções de direitos como dons e concessões, anularam as possibilidades de repercussões da luta passada nas décadas seguintes. Mais à frente a autora articula respostas a essa indagação, referindo-se a retomada, nos anos 80, dos sindicatos, processo através do qual as oposições sindicais chegam à direções das entidades sindicais, reapropriando-se da “máquina” já montada e passando a disputar, diretamente com os patrões, a adesão e o reconhecimento dos trabalhadores. Novaes entende que a descrystalização da identidade camponesa, embora tenha sido feita de forma violenta, reintrojetando o medo e acarretando descontinuidade em um processo de enfrentamento, a continuidade foi, de forma menos óbvia e mais complexa, assegurada pelos “sindicatos instituídos pelo governo” que preservaram uma parte do espaço limitado anteriormente, pois se tornaram, ainda que de forma ambígua e contraditória, uma expressão da “lei da nação” que relativizava o poder privado dos patrões” (*Idem, ibidem*: 215).

Para apreender continuidades e mudanças das lutas e conflitos sociais que emergem no campo e nas circunstâncias já referidas anteriormente, para a autora é necessário sublinhar o retorno da Igreja Católica ao campo de forma renovada nos anos 70 e 80, tentando realizar na prática a sua concepção teológica “Igreja-povo de Deus” e sob a qual se abrem novos espaços de organização social dos trabalhadores rurais através das Comunidades Eclesiais de Base. Como resultado desta intervenção da Igreja no campo, há uma sacralização da política. Sob tal fenômeno, há uma construção de um tipo de identidade político-religiosa para a qual concorre um discurso ético-político com características proféticas e portador de valores de união solidariedade e igualdade e, com promessas de “libertação” da comunidade, mais do que a salvação do indivíduo isolado (grifos da autora, p. 218).

Todo esse processo organizativo sob forte presença de Igreja-povo de Deus no campo apoiando os conflitos e lutas sociais dos camponeses paraibanos pela terra, é para Novaes, acompanhado de “crises e rupturas que levam os trabalhadores a perder o medo e à resistir seja via “lei do sindicato” seja através da “lei da necessidade”, conforme prega o discurso profético daquele cuja missão “é dar voz a quem não tem voz” (*Idem, p.254*).

Identificando trajetórias e práticas diferenciadas dos diferentes agentes de pastoral conforme o seu pertencimento a subgrupos e movimentos no interior da Igreja e que se definem com linhas de ação próprias, Novaes enfatiza que o ponto comum que os identificam é a crença de que a eficácia de sua ação está na descoberta de problemas e soluções a partir das comunidades. Estes agentes formam uma complexa rede da Igreja-Povo de Deus que se espalha no campo disseminando um discurso ético-político, mas que só sob determinadas condições pode corresponder a um processo de construção de identidades que possam informar práticas e concepções dos trabalhadores. Na verdade, segundo a autora, o

fator mais preponderante na construção de uma nova identidade é a religiosidade preexistente e na qual já existem elementos libertadores presentes na tradição cristã e que já se manifestaram em momentos diferentes nos movimentos messiânicos, os quais não contavam com a legitimação e nem com a mediação da hierarquia da Igreja. Assim, não seria a simples presença dos agentes de pastoral que permitiria a emergência de uma nova identidade político-religiosa dos trabalhadores rurais; também da religiosidade preexistente; da experiência subjetiva de vivência de carências comuns que explicita para o conjunto dos atores sociais uma mesma condição de dominação. Mas, sobretudo, do conjunto de contradições, oposições e alianças com que um determinado grupo social se depara em situações objetivas de crise e rupturas de relações sociais (Idem, ibdem).

Mas, em face dessas rupturas, parece ser exatamente, como vimos em José de Souza Martins, que se dá a importância da ação mediadora pedagógica da Igreja, já que processos de aprendizagem social numa concepção habernasiana, se dariam não só enquanto processo de subjetivação que implica em construção de identidades. Também enquanto processo de racionalização implicador de configuração institucional de novos valores e novos direitos reguladores de novos padrões de convivência social. E neste sentido, a própria autora mostra como a ação da Igreja foi importante para a transformação dos conflitos e lutas sociais em fatos políticos, obrigando os diversos setores da sociedade a se posicionarem sobre eles e ao mesmo tempo, tornando possível a vigência e o exercício dos direitos formalmente vigentes na lei, bem como seu alargamento e constituição de novos direitos, construindo-se um outro patamar para as lutas dos subalternos do campo.

Ainda quanto à socialização política, a autora destaca que no agenciamento de camponeses pelas ligas camponesas pesava a presença e o aval das chamadas formas externas. Havia lideranças que tinham a mesma origem social do conjunto dos filiados, mas que se destacavam por “saber” e por “enfrentar” (grifos da autora), ou seja, daqueles indivíduos que alcançaram uma certa capacidade de ascender à sua base social comum e colocar em questão as regras sociais que regulamentavam a convivência coletiva do grupo e suas relações com a sociedade envolvente. A presença de lideranças externas, ou seja, com origem em outras classes sociais incidiu no rompimento da submissão e do medo. Assim, o critério fundamental de recrutamento e expansão das ligas implicou na vivência de crises, no bojo das quais as relações sociais iam sendo rompidas. O aprendizado camponês, para Novaes, não se fazia através de cursos, treinamentos ou reuniões motivadoras, fazia-se no próprio encaminhamento dos conflitos nos quais os membros da ligas estavam envolvidos e nas “campanhas” em que participavam (grifos da autora). Já no que tange ao aprendizado dos trabalhadores que compunham conjunto dos associados e a própria diretoria dos “sindicatos do padre”, o recrutamento era feito sob a vigilância do vigário e segunda a assiduidade do recrutado aos serviços religiosos, irmandades e outras atividades da Igreja. Entretanto, segundo Novaes, não bastou a invocação de princípios cristãos e da autoridade papal para provocar adesão e legitimação dos sindicatos. Conhecimentos sobre legislação sindical, difusão de princípios de uma determinada concepção sindical (com fazer atas, balancetes, registro de despesas e receitas etc.) foram necessários para a formação de líderes sindicais.

Assim, além desses treinamentos técnicos de líderes; cursos destacavam uma concepção de sindicalismo próxima a legislação sindical vigente e contida na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além de uma concepção comunitarista entre o capital e o trabalho, destacando-se o concurso da justiça do trabalho para encaminhar e resolver os conflitos coletivos e individuais relativos às questões trabalhistas(Novaes, op. cit., p. 127 - 8).

Contraditoriamente, os treinamentos e cursos, embora tivessem como meta induzir os trabalhadores a se pensar como parte de um jogo conciliatório de harmonia social a partir de sua inserção no processo produtivo, além de ter objetivos claros de esvaziar as ligas camponesas, acabavam questionando regras contidas na “lei do patrão” que, de certa forma,

atingiu diferencialmente as diferentes categorias de trabalhadores. A necessidade de articulação regional para fazer frente às outras forças em disputa, promovendo-se encontros e treinamentos de líderes de âmbito estadual e regional, contribuiu, enfatiza Novaes, para romper o localismo e promover o intercâmbio e a troca de experiências entre os trabalhadores. Apesar da concepção sindicalista baseada na harmonia social, as categorias direitos e reivindicações, terminavam, portanto, trazendo consigo a explicitação de oposições entre partes da sociedade, colocando em apuros o código de dominação tradicional (Idem, pp.129-132).

Se a pedagogia das ligas camponesas garantia a construção de um processo de ressocialização política na própria ação, enquanto a dos “sindicatos do padre”, se diferenciavam daquela pela ênfase nos procedimentos proselitistas de emulação e enculcação, faz sentido verificarmos com Novaes a pedagogia da ação da “Igreja-Povo de Deus” nos anos 70 e 80. Cabe salientar, entretanto, que durante os anos mais “duros” do regime militar, os treinamentos e cursos de formação de lideranças sindicais, couberam basicamente ao serviço estatal de extenso rural, a então ANCAR-PB (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Paraíba). Associados ao sindicalismo propriamente dito, foram proporcionados cursos e treinamentos sobre cooperativismo e outros temas organizacionais dos “rurais”. A ANCAR-PB embricou na sua ação domesticadora a visão pedagógica colocada em prática pela Igreja e a própria noção de “educação rural” dos programas governamentais de modernização agrícola. Enfatiza a autora que, a própria necessidade de aplicação do Estatuto da Terra acompanhada de discussões de formas de realização de uma Contra-Reforma Agrária, exigiu vultosos investimentos de “preparação” do homem do campo (Idem, ibidem, 193).

Diferenciando-se de práticas anteriores a Igreja volta ao campo, num segundo momento de transformações sócio-econômicas da agricultura, patrocinadas pelo Estado. Desta vez é a sua própria hierarquia que pessoalmente denuncia injustiças, adverte as conseqüências da omissão e conivência das autoridades com relação ao arbítrio e a intransigência patronal e apóia os trabalhadores rurais engajados nos conflitos e lutas sociais agrários. Sob a sua “opção preferencial pelos pobres”, personagens do clero, bispos e padres, marcam sua presença nos próprios conflitos através de visitas pastorais nas comunidades locais e elevam os conflitos ao debate público através de homilias e cartas pastorais; documentos e denúncias são divulgados pela imprensa e comentados por seus articulistas. Acampamentos, missas e vigílias são outras formas de pressão, obrigando as autoridades a fazerem pronunciamentos públicos e posicionamentos quanto as alternativas de solução reivindicadas pelos trabalhadores ameaçados de expulsão e sob ações violentas dos patrões envolvidos diretamente nos conflitos sociais. O apoio da Igreja, portanto, torna-se fundamental no reforço às formas de resistência das vítimas da violência patronal. Num cenário de intimidações, destruição de lavouras, mortes, abortos, espancamentos, pressões e estado de permanente tensão; a união e a solidariedade exercitada pelos trabalhadores rurais associados à força institucional da Igreja são a arma para enfrentar a barbárie patrocinada pelos patrões apoiados por pistoleiros contratados e a própria polícia (Idem, ibidem: 229-252).

Sob a orientação da teologia da caminhada opcional pelos pobres, a linguagem dessa ação político-pedagógica da Igreja abrange símbolos e categorias descritivas como “povo”, “comunidade” e “pobre”. Também grandes imagens socialmente motoras como “libertação do Egito”, “terra prometida”, “reino de Deus”, além do simbolismo ritual do sacrifício e da comunhão. Assim, conforme a autora, a Igreja Povo de Deus redescobre a eficácia do mito e da utopia cristã da sociedade fraterna, cuja universalidade permite não só aos bispos falarem em nome de todo clero com suas clivagens político-ideológicas, mas também permite assegurar a legitimidade da ação evangelizadora da Igreja, na sua opção

preferencial pelos pobres junto a amplas faixas de população e a sua própria convicção de competência para intervir no social (Novaes, op. cit. p. 253).

Pelo lado dos agentes de pastoral, também chamados de animadores de comunidades, conforme Novaes, enfatiza-se o “trabalho de base”, de forma a viabilizar um método que garanta a emergência de um “discurso próprio” e do poder criativo das classes populares de forma que o método ver-julgar-e-agir da velha Ação Católica é reatualizado com os novos conteúdos da Teologia da Libertação. Agora, como salienta Novaes, bispos, padres, religiosos e leigos, empenham-se lado a lado na emergência de uma Igreja que “nasce do povo”, cabendo principalmente aos leigos, aos agentes de pastoral, um aprendizado das “coisas do povo” (grifos da autora). Sistematizando-as, devem contribuir para que o povo ordene sua experiência histórica e encontre formas de buscar a sua libertação. Esses agentes de pastoral “invisíveis” no cumprimento de suas tarefas de orientação e informação, não pretendiam, pela própria orientação pedagógica abraçada, trazer “consciência de fora”, mas apenas proporcionar meios e situações para que o povo expressasse suas experiências. Quais seriam, então, para Novaes os alcances e limites dessa “pedagogia libertadora” (grifos nossos)?

Tarefa difícil essa “invisibilidade” dos agentes de pastoral, por que, segundo Novaes, a prática daqueles oriundos de outras classes sociais está necessariamente mediada por sua concepção de mundo, doutrina, princípios e conhecimentos anteriores e, mesmo aqueles agentes que têm origem camponesa são precisamente aqueles que se diferenciam dos demais pelo acesso a conhecimentos e ao próprio código dominante na sociedade. Além do mais, a própria prática de reflexão e discussão que estrutura o trabalho pastoral, a partir da própria crítica à pedagogia tradicional, estimularia a manutenção destes elementos críticos nas próprias mãos dos agentes educadores. Com isto, Novaes adverte que não está sugerindo manipulação das “bases” pelos agentes, já que os próprios trabalhadores teriam mecanismos de aceitação e distinção quanto ao que lhes interessa em determinados momentos. E, também, não se poderia simplesmente ignorar, conforme a autora, a importância e a eficácia dos discursos e mediadores, em determinadas conjunturas e situações, quebrando o isolamento das lutas e favorecendo o seu reconhecimento político. Entretanto, não se poderia negar certa diretividade da ação dos agentes pastorais. A sua própria presença na comunidade, poderia lhe modificar justamente por ser “de fora” e portadora de algum nível de educação formal, de conhecimentos sobre as leis etc., o que acarretaria uma seleção prévia dos aspectos da “vivência cotidiana” dos membros da comunidade que deviam ser colocados em discussão (grifos da autora). Novaes ainda analisa essa ação pastoral na diferenciação interna das comunidades que, contrariando o almejado igualitarismo comunitário, reforça certas lideranças e também diferencialmente, enfatizando a importância destas lideranças em diferentes níveis de atuação e a sua imprescindível função para eficácia das lutas; Novaes simplesmente não quer afirmar que a presença dos agentes de pastoral seja um obstáculo a emergência de um “discurso próprio”; mas enfatizar que o discurso próprio que emerge está necessariamente marcado pela presença e pelos elementos de legitimação que tais agentes trazem às comunidades. Emergiria, portanto “um discurso próprio” daqueles que estão engajados nos conflitos e movimentos sociais trabalhados pelos agentes pastorais da Igreja, discurso este que passa a corresponder a um processo de construção de uma identidade político religiosa, capazes de transformá-los em atores sociais e políticos de um novo tipo (Novaes, op. cit.: 303).

A eficácia desse discurso e da ação desses atores portadores de uma nova identidade político-religiosa estaria, conforme a autora, entre outras coisas, na exigência do cumprimento de leis vigentes; as reivindicações são dirigidas diretamente ao Estado, transformando-o em parte constitutiva dos conflitos, passando a influir diretamente no seu desenrolar e nos seus resultados com suas medidas e providências. Há nesse desenrolar das

lutas uma deslegitimação da “lei do patrão” e um questionamento moral da “lei do governo” muitas vezes acionada contra as vítimas do latifúndio. Também há um questionamento de ordem moral deslegitimador dos próprios projetos de modernização agrícola que se dizem com objetivos de “fixar o trabalhador rural à terra”. Tal deslegitimação, adverte Novaes, não é irreversível, sua relatividade estaria no próprio fato das lutas continuarem tendo como alvo o Estado; afirmando o descrédito na sua ação e ao mesmo tempo reivindicando desapropriações de terras e outras providências que caberiam a esfera estatal. Também, os conflitos e movimentos sociais não são impermeáveis à cooptação por parte de certos setores do Estado que, podem acionar vários expedientes e procedimentos nessa direção (Idem, *ibidem*: 304-308).

Terminamos aqui o nosso diálogo com Regina Novaes, na certeza de que estamos correndo risco de simplificar a densidade de suas análises e, até de cometermos distorções mesmo que não entrevistas de seus conteúdos. Entretanto, com base no rastreamento que faz das lutas e conflitos sociais desde o passado como parte de seu empenho em traçar uma trajetória histórico-analítica de cristalização/descristalização de identidades de classe e enfatizando nesse processo, entre outras dimensões, o significado da religiosidade popular e da presença institucional da Igreja Católica; podemos afirmar que Novaes termina nos sugerindo, nas entrelinhas, uma leitura do processo não-linear e contraditório que analisa como processo de aprendizagem social expresso pela racionalização de imagens e concepções de mundo que de certa forma estruturam a moral social dominante e sua institucionalização nas estruturas sociais vigentes. A emergência de novas estruturas de concepção de mundo disponíveis, e em estado latente, podem ser mobilizadas no bojo das lutas sociais por parte de seus agentes desequilibrando velhos esquemas cognitivos e morais, possibilitando-os a acenderem a novos patamares mais complexos e abrangentes no nível da consciência coletiva e das estruturas sociais redundando num aprendizado de toda a sociedade.

Cesar Barreira(1992) é outro autor que nos proporcionou uma significativa análise dos conflitos e movimentos sociais no contexto do Estado do Ceará, enfatizando aspectos relativos à mudanças na cultura política com raízes no poder de mando das oligarquias locais. Mostra como a ordem costumeira, expressão de uma pseudo-paz agrária e baseada na dominação dos proprietários de terra foi sendo rompida tendo como fator principal conflitos e lutas sociais no campo implicando numa redefinição das práticas políticas dos proprietários de terra e também dos camponeses. A emergência dos conflitos e lutas sociais agrárias no sertão do Ceará ao elevar os níveis de consciência das vítimas do poder secular dos coronéis, suscitou respostas mais sistemáticas e organizadas na dinamização do processo de mudanças. Entram, portanto, em ação novos mediadores nos conflitos no meio rural: a Igreja, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o Estado. Estudando a ação política dos proprietários de terra e a especificidade das práticas de resistência e de luta dos camponeses, Barreira (1992) vai delineando um processo de mudança caracterizado por rupturas e permanências, de tensões entre a resistência a reciprocidade moral costumeira e sacralizadora da violência do latifúndio e o ímpeto inovador de uma nova moral que expressa a modernidade de uma nova ordem democrática; que tenciona a submissão, marco da dominação tradicional. É a contestação, marco da dominação moderna. Esta mudança que percorre caminhos tortuosos e conflitantes, trilhas e atalhos, na construção de uma “nova ordem” no campo é apreendida por Barreira a partir das seguintes indagações: quais as rupturas que ocorreram nas relações sociais entre proprietário e camponeses e em que medida aumentou o espaço de contestação? Esse espaço de contestação está redefinindo a “política clientelista”, característica da dominação tradicional? Qual é a importância dos “novos mediadores” (Igreja e Sindicato) nos conflitos sociais e na política no sertão? Quais as principais diferenças entre os conflitos que se desenrolam em uma estrutura de poder forte,

excludente da participação camponesa, predominando o arbítrio, e os conflitos no meio rural que ocorrem em um contexto mais “institucionalizado”?

Estudando, num primeiro momento as bases de dominação tradicional no sertão, Barreira abre trilhas para detectar rupturas e permanências nessa dominação. Num segundo momento estuda três conflitos de terra e, privilegiando a lógica interna destes conflitos, traça um perfil específico das relações políticas do sertão e os contornos das mudanças significativas. Através desses conflitos sociais, o autor apreende dois momentos de um processo que poderíamos chamá-lo de socialização política dos camponeses; em primeiro plano estaria um momento de interiorização das relações de poder, da tomada de consciência de que vivem sob a dominação das “leis do patrão”, para num segundo plano se imbuírem da necessidade de buscarem saídas em “novas leis” que possibilitem o exercício e a observância dos direitos (Barreira, op. cit.: 76-77). Os conflitos analisados demonstraram para Barreira a ampliação do espaço de contestação camponesa com a presença de novos mediadores presentes os embates políticos do sertão. Assim, se “as questões políticas no sertão” eram tratadas quase que exclusivamente a partir da prática política dos grandes proprietários de terra, isto já não é mais possível, nem aceito. O processo de exclusão dos setores camponeses, que tinha como corolário o monopólio da mediação política por parte dos coronéis já não consegue reproduzir-se. A Igreja aparece de forma efetiva e marcante ao lado dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do Estado (através, fundamentalmente, do INCRA) nos conflitos sociais do sertão. Esses novos personagens dão uma nova roupagem aos embates políticos do meio rural (Barreira, 1992: 78).

Barreira procura aprofundar a presença desses mediadores na perspectiva de um novo momento político no campo, expressa pela ruptura do monopólio da mediação e pelas possibilidades de modificação da prática secular de exclusão política do campesinato do sertão. Perseguindo as trilhas possíveis das mudanças e procurando enfatizar aspectos organizacionais, o autor amplia o seu olhar através do que chama de três frentes de lutas que ocorrem em todo Ceará: as lutas pelos direitos, as lutas pela terra e as lutas pela desapropriação via Estado. Essas três formas de lutas representariam, portanto a contestação e, ao mesmo tempo, rupturas na dominação tradicional no sertão. Assim, na luta pelos direitos, a principal instituição mediadora dos conflitos é representada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais; nas romarias da terra, é o predomínio da atuação da Igreja que mais aparece e, na luta de desapropriação de terras, aparece a inserção do INCRA nos conflitos. Adverte porém, que, embora haja esta ênfase institucional segundo cada modalidade de lutas elas, porém, não deixam de ser permeadas por forças sociais múltiplas que interagem nos conflitos (Barreira, idem: 80).

Para este autor a luta pelos direitos é uma negação de uma ordem estabelecida e torna possível uma nova relação com a política. No sertão, essa luta apontaria, para uma nova visão de sociedade já que é luta pelo direito de viver, de ter terra para plantar, de nascer, de ser ouvido, de se tratado como “gente”, de comer... A luta pelos direitos no sertão para Barreira tem vários significados: contribui para formação de uma identidade fundamentada na situação de trabalhadores destituídos de condições mínimas de cidadania; permite a construção de um espaço coletivo de reivindicações que, por seu turno, permite ultrapassar os limites individuais contidos num processo de trabalho marcado pela dispersão. Desta forma, ao aglutinar camponeses dispersos, a luta pelos direitos contribui para afirmação de uma nova ordem que supere o arbítrio e a ausência de contrato segundo parâmetros legais (Barreira, op. cit.: 81).

Vejamos a importância que este autor dá aos novos mediadores na luta pelos direitos. O sindicato aparece como o principal mediador. Assim, para o autor o sindicato ao assumir a defesa dos seus associados opera mudanças na visão dos donos da terra, que sempre o viram como elemento ameaçador, em potencial, do seu poder de proprietários de terra.

Ressalta duas funções fundamentais do sindicato: divulgar e esclarecer os direitos reais dos parceiros moradores, contrapondo-se a um “outro direito”, considerado tanto pelos proprietários como por uma boa parte dos trabalhadores como “natural” e “eterno” (grifos do autor); controla a violação dos contratos estabelecidos, modificando o caráter aleatório das relações sociais que reproduz a dominação dos proprietários de terra, havendo, portanto, uma afirmação e luta pela vigência de direitos que deslegitima o comportamento dos latifundiários.

Enfatiza Barreira que nessa mediação, as delegacias sindicais desempenham um papel fundamental pela sua presença mais constante na vida cotidiana dos trabalhadores. “É no espaço criado pelas delegacias que surgem e são discutidas as propostas e soluções para os principais problemas dos parceiros e moradores. É também neste espaço que se percebem a presença de problemas e situações comuns” (Barreira, op. cit.; p.91). Se para os fazendeiros o sindicato agora é visto como uma entidade que trouxe a inquietude para o campo, rompendo a paz agrária, para os trabalhadores a nova atuação sindical tem uma função primordial, “passa a ser vivido fora de sua sede”, estimulando-os a uma participação mais direta. Enfatiza que, não só os sindicatos, mas também a Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base desempenha um papel primordial tanto atuando conjuntamente com as delegacias sindicais quanto desenvolvendo um “trabalho de base” na ausência dessas. A regra seria, portanto, a uma articulação entre Igreja e sindicato, ficando difícil separar o trabalho das CEB’s e o das delegacias sindicais. A orientação que norteia o trabalho das CEB’s é a de que “todos são iguais”, implicando que “todos devem ter os mesmos direitos” (grifo do autor). Destaca que, se o trabalho da Igreja, através das CEB’s e dos sindicatos leva o camponês a ter uma outra concepção de direito; para os patrões, estas instituições, através de seus agentes de pastoral, padres, delegados sindicais e advogados dos trabalhadores, são os principais responsáveis por trazerem esta “nova lei” e por esclarecer os trabalhadores sobre seus “direitos” (grifos do autor). Neste quadro reforçar-se-ia a visão dos latifundiários sobre a incapacidade de organização autônoma dos parceiros-moradores, sobressaindo-se também a concepção de que o sindicato é uma instituição externa aos trabalhadores (Barreira, op. cit.: 90-91).

A luta pelos direitos dos moradores-parceiros, na análise deste autor, conflui para configuração de forças sociais que se opõem. A reação dos proprietários de terra materializa-se em processos de expulsão, de modernização, de pecuarização etc. E nestes processos, o parceiro-morador pode vislumbrar a rede das relações sociais, o quadro das contradições e dos “inimigos”. Seria, portanto, “na luta que se descobrem e se esclarecem as estratégias de ação, e neste sentido, o possível é sempre redefinido e sempre superável. Se a reação patronal tende a intensificar os conflitos, a persistência dos trabalhadores eleva os patamares da luta pelos direitos para os limites da desapropriação por interesse social (Idem, p. 96).

A presença da Igreja na luta pelos direitos ao lado dos sindicatos assume uma dimensão pública, conforme ressaltada pelo autor, através das Romarias da Terra. Através delas a Igreja não só explicita o seu compromisso com a questão da terra no Ceará; as romarias também representam um corte privilegiado para entender a relação fé e política, entre o profano e o sagrado na luta pela terra. Forma de expressão dos camponeses na conquista da terra e indicativo do tipo de inserção da Igreja do Ceará nas questões políticas dos trabalhadores rurais, “a Romaria da Terra é reveladora de uma conjuntura de luta pela terra e de engajamento da Igreja na luta camponesa” (Barreira, idem, p.97).

Depois de uma descrição sobre as romarias da terra, enfatizando os seus aspectos organizacionais e os simbólicos, Barreira dá prosseguimento a sua análise destacando que a luta pela terra tem sido uma das principais lutas travadas pelos trabalhadores rurais do Ceará. Destaca o papel mediador do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de natureza diferente do papel exercido pelos sindicatos e a Igreja Católica.

Se a expulsão é a arma principal dos proprietários para se livrarem do cumprimento de obrigações legais exigidas pelos camponeses; a luta destes pela desapropriação exige uma base legal de importância para a configuração dos limites possíveis para a concretização da reivindicação a terra. O concurso no INCRA neste tipo de conflito, por seu turno, possibilitaria entender as ambigüidades do Estado na sua solução. Quando os conflitos emergem, o INCRA é solicitado para intervir de forma a evitar uma possível radicalização e este conteúdo está em todos os documentos enviados a esse órgão, fato que comprova, segundo Barreira, o papel do Estado como mediador. Esse papel mediador pode se revelar de ambigüidade ou contradição na medida em que ao mesmo tempo que o Estado é visto como responsável e conivente com a situação de violência e arbítrio que predomina no meio rural, ao mesmo tempo é alvo das reivindicações para solucionar os conflitos. Particularmente o alvo é a institucionalização do conflito, a qual tem início na aceitação do Documento-Denúncia, enviado ao INCRA, e termina no processo de desapropriação. Entretanto segundo o autor, a intervenção do INCRA não significa solução imediata ao conflito, este se difunde no âmbito da propriedade, no sindicato e na Justiça. Os litigantes tentam ganhar espaço político no próprio INCRA e buscam aliados na sociedade. Se os camponeses tentam ocupar todos os espaços possíveis no Estado e não poupam denúncias de arbitrariedades e violências patronais, incluindo a polícia e a própria morosidade e parcialidade dos órgãos governamentais, os patrões tentam reverter esse quadro político no revigoramento de seu poder secular dentro do Estado. Tais denúncias e embates alcançam a imprensa e mobiliza a opinião pública, ao mesmo tempo em que suscitam pronunciamentos públicos das autoridades governantes (Barreira, op. cit.: p. 123).

Fato importante na análise de Barreira: em 1980, o coordenador do INCRA declarou que não existia nenhuma área de tensão social no Ceará. Em fevereiro de 1985, o INCRA registrava 29 áreas de tensão social, mas o Secretário de Segurança Pública daquele estado declarava haver uma total normalidade no meio rural, Em 1987, o INCRA declarou a existência de 764 conflitos de terra. Se há uma coincidência entre estes fatos e o processo de democratização que permitiu a construção de nossa frágil democracia política; essa coincidência, ao nosso ver, teve a importância de reconhecer e possibilitar a institucionalização dos conflitos pela terra não só no Ceará. Esta constatação nos leva a pensar que a eficácia da luta pela terra e, mesmo de outras lutas sociais, está diretamente ligada a um processo geral de democratização social e política. As próprias denúncias dos proprietários de terra elencadas e analisadas por Barreira sugere que o Estado estava mudando: “... o homem do campo está sendo insuflado pelos próprios técnicos do INCRA”. “No INCRA, nós proprietários só temos direito de pagar impostos e nada mais”(Depoimentos registrados pelo citado autor). Nesta direção confirmam a perda de espaço dentro do órgão, agora ocupado também por outros setores da sociedade. A suposta aliança entre o INCRA, as CEB's e os STR's, tornando-o vulnerável às críticas feitas a estas instituições são duas questões que se destacam nas acusações emitidas pelos proprietários de terra contra o INCRA.

Mas a institucionalização dos conflitos na análise de Barreira é elucidativa de limites contra a luta dos camponeses pela terra: a existência do conflito é minimizada pelo privilegiamento de questões técnicas por parte do Estado; este Estado ao institucionalizar o conflito pode definir o desfecho da luta favorável ou desfavorável aos camponeses. Neste embate defrontam-se a estrutura frágil e dependente do movimento sindical dos trabalhadores com o peso oligárquico e patrimonial dos proprietários de terra; o nível de organização e combatividade dos camponeses no conflito cede lugar a soluções de âmbito institucional, distante das expectativas e combatividade dos movimentos; a desapropriação pode ser vista como um “conceder direitos” para impedir “revoluções vitoriosas”; as justificativas do Estado para reduzir desapropriações estão sempre ligadas à eliminação dos conflitos sociais, quando para os próprios camponeses a desapropriação representa, em geral, além de permanecer na

terra, a tranquilidade e a eliminação de tensão social; os próprios documentos dos trabalhadores rurais enviados ao INCRA são elucidativos de uma percepção da impotência camponesa diante do poder e da força dos proprietários. O próprio Estado aparece como instrumento que asseguraria direitos; embora os enfrentamentos assumam um caráter radical, terminam pela via da institucionalização, reafirmando o princípio da propriedade; o processo de desapropriação dentro dos marcos legais e institucionais ganha também a legitimidade do movimento camponês, etc. (Barreira, *op.cit.*:126-129).

Em contraste, conforme o autor, o reconhecimento legal dos conflitos pelo Estado, é a negação de uma ordem secular e na qual o arbítrio dos proprietários era a “lei do sertão”; impunidade e a onipotência destes senhores de terra começam a ter fissuras na medida em que o Estado oficializa uma área de tensão social; tal fato também implica o reconhecimento de que não há no sertão a “paz agrária”, instrumento ideológico utilizado pelos proprietários de terra e pelo próprio Estado de forma deliberada para soterrar possíveis levantes camponeses; o próprio termo “tensão social” que uniformiza conflitos com natureza e implicações políticas diferentes, quando passa a ser substituído pelo termo “conflito social” representaria uma maior abertura do órgão estatal, passando a aceitar as diferenças políticas entre os variados embates que ocorrem no campo; por outro lado a desapropriação representaria uma ruptura das antigas relações sociais entre o proprietário e o camponês.

Inicia-se, entretanto, um novo elo dos camponeses com o Estado e que expressaria a sua ambigüidade: aos camponeses não terem o título da terra, o INCRA assume o papel de uma espécie de patrão; o ato de desapropriar é trabalhado pelo Estado como direito ortogado, negando todo processo de luta anterior; para o Estado a desapropriação é um ato jurídico-administrativo, para os camponeses e suas lideranças um coroamento de lutas que tiveram momentos e etapas, delimitando inclusive um “nós” camponeses diferente de outros. Estas e outras ambigüidades configuram-se, sobretudo, na ótica de Barreira, quando se tenta descaracterizar o conteúdo político do processo de lutas e, simultaneamente se procura incorporar a reivindicação dos movimentos camponeses à luta pela reforma agrária.

A análise de Barreira mostra a importância dos sindicatos e das CEBs na socialização política dos camponeses; através dos conflitos e lutas sociais estes emergem no cenário político como atores demandantes de direitos, ao mesmo tempo em que se desatam os elos de dependência ao poder de mando dos proprietários de terra; as Romarias da Terra, na análise do autor, é momento de expressão pública da luta pela terra e compromisso da Igreja com esta luta, legitimando-a. Por outro lado, o Estado intervém nos conflitos, conferindo status público às organizações camponesas e configurando-os institucionalmente, sobrepondo de certa forma a lei sobre o arbítrio. Tem-se aqui a expressão de um processo de aprendizagem que se inicia a partir de uma socialização mais localizada dos camponeses. Através do trabalho das CEBs e dos Sindicatos camponeses dispersos se encontram, descobrindo-se numa sociabilidade cambiante que lhes abre a percepção da importância da solidariedade e da organização para lutarem contra uma situação comum que lhes oprimem. A partir daí, encontram-se com outros na busca de aliados para sua luta; encontram-se com os chamados mediadores ampliando-se o processo de aprendizagem da participação política, pela quebra dos limites e de condicionamentos da realidade imediata e do próprio isolamento geográfico dos conflitos. Emergem no cenário político com atores demandantes de direitos. Mas o que mudou no sertão, já que os movimentos e conflitos agrários mobilizaram diferencialmente grande parte dos setores que compõem a sociedade? O autor nos mostra que a prática política dos camponeses do sertão tem sido uma luta que marca para si e para outros setores subalternos, as especificidades dos movimentos sociais agrários, dentro de uma estrutura de poder forte, na construção de uma nova realidade política, de uma “nova ordem”. Vejamos: a organização dos camponeses na busca de seus direitos tende a romper o controle exercido pelos “coronéis” que não conseguem conviver com a contestação social daqueles

subjugados secularmente ao seu poder de mando. As relações de trabalho vão perdendo o seu nítido conteúdo patrimonial cedendo lugar à formalização e à impessoalidade. Tais mudanças, tendo como fio condutor as lutas camponesas, desnudam a lógica da dominação tradicional, delineando os contornos das classes sociais. A expansão dos conflitos leva a articulação dos proprietários explicando a voracidade da estratégia patronal para manutenção da propriedade territorial. Em 85, organizam a Comissão de Defesa dos Proprietários Rurais (espécie de filial local da União Democrática Ruralista). Esta assumiu posição ativa nas questões de terra, promovendo reuniões e grandes debates, além de denúncias contra o comprometimento do INCRA e da Igreja em favor dos camponeses. Em 1987, foi criada a APRUCE (Associação dos Proprietários Rurais do Ceará). Frente às mudanças conjunturais, os proprietários de terra fundam novas entidades mais ágeis e enérgicas na defesa de seus interesses, deixando de lado um sistema sindical patronal antigo, burocrático e apático às mudanças em curso, agora o poder que cada proprietário individual dispunha para se impor já não funcionava sem apoio e reforço institucional classista de novo tipo. Também as intimidações e outros instrumentos que vão até a eliminação física de lideranças e de advogados de trabalhadores rurais com recurso da pistolagem e conivência da polícia local já não funcionam mais sem esse apoio institucional e de nítido corte de classe. Também, para fazer face à forma institucional da Igreja e do próprio fortalecimento organizativo do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Conformando o cenário de lutas, temos de um lado, estas mutações no interior do INCRA-Ceará. Mutações estas monitoradas e agilizadas sob a pressão da organização dos camponeses; pelas suas pressões e denúncias constantes e públicas de inoperâncias e morosidades burocráticas, além da mobilização de instrumentos e recursos de todos os tipos como leis, tribunais, procedimentos jurídicos, especialistas, tendo em vista a resolução de conflitos em seu favor. Do outro lado, temos o desnudamento da impotência e debilidade dos recursos costumeiros de violência empregados pelos latifundiários numa conjuntura que abre passagem para a prevalência da lei sobre o arbítrio e a impunidade, em que as “leis do governo” passam a prevalecer sobre as “leis do patrão”, mesmo sob a guerra aberta pelos proprietários contra o INCRA-Ceará. Guerra que leva à própria rearticulação da velha estrutura sindical rural patronal (Barreira, op. cit. 152-153).

Neste processo de construção de uma “nova ordem”, Barreira enfatiza a importância da Igreja na deslegitimação do poder dos proprietários de terra, que antes o apoiava ou pelo menos era com ele conivente na configuração da “velha ordem da paz agrária” (grifos nossos). Esse novo papel da Igreja, se expressa não só em colocar a disposição dos movimentos e lutas sociais dos camponeses toda estrutura material de apoio e mobilização, mas também, no plano simbólico denuncia publicamente do poder dos proprietários como oligárquico, coronelista e injusto. Sua meta é acabar com o coronelismo, corroendo as estruturas materiais e simbólicas de sua sustentação. Desta forma os coronéis já não podem se reforçar à contento com grandes obras em favor de sua própria política, aparecendo como “benfeitores dos pobres e desamparados” numa alusão a uma “prática cristã”. E neste contexto, quando se fala do fim do reinado dos coronéis “num estado de base coronelista, torna-se necessário uma nova prática política” que já não pode mais se sustentar pelo “clientelismo político” e no “voto de cabresto”. O fato, como pontua o autor, é que os coronéis passaram a não contar com sua poderosa aliada de antes: a Igreja. Igreja que além de promover a deslegitimação, com amplas repercussões na opinião pública, do poder das oligarquias e de sua base primária, a propriedade da terra, concentrada, excludente e injusta; apóia e estimula a Reforma Agrária reivindicada pelos trabalhadores rurais (Barreira, op. cit. 152-159).

A socialização política dos camponeses e de outros setores subalternos da sociedade e o aprendizado social em geral podem ser apreendidos na análise de Barreiro

pelas mudanças ou as novas práticas políticas que gestam uma “nova ordem”. Uma nova ordem entre parênteses, porque há uma tensão entre a persistência do “velho” que reluta para não sucumbir e ao mesmo tempo tenta, sob novas roupagens limitar a força do “novo” que abre historicamente as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Assim, para Barreira, as mudanças que ocorreram no sertão correspondem a uma nova prática e a um novo discurso da classe dominante. Essas mudanças não levaram somente a negação do passado, também a uma redefinição nas práticas e nos discursos adequados à convivência em uma nova ordem”. As constantes derrotas eleitorais da Ditadura Militar no bojo de um processo de democratização que deslegitima o Governo Militar, leva o Presidente Figueiredo a reforçar as bases do partido situacionista no Nordeste. É sob as bênçãos do Governo Militar que é selado o pacto entre as três forças políticas oligárquicas no Ceará - os Távora, os Bezerra e os Cals - que levou à vitória eleitoral dessa sacra aliança coronelista na eleições de 1982. Entretanto em 1986, uma mulher e petista, Maria Luíza Fontenelle é eleita para a prefeitura de Fortaleza e, dois coronéis candidatos foram derrotados: Adauto Bezerra, para Governo do Estado e, o Coronel César Cals, para o senado. Entretanto, o coronelismo conseguiu eleger vários candidatos a outros cargos, mediante as velhas práticas de “voto de cabresto”. A principal bandeira do discurso do empresário eleito, Tasso Jeressati, foi acabar com os coronéis tidos como responsáveis pela miséria do povo, do Ceará. Seu discurso dirigia-se contra à miséria e ao analfabetismo, causado pela estrutura política clientelista que dominava o Ceará e atava o povo sertanejo nos “currais eleitorais”. O candidato do outro lado, da situação, destacava às suas realizações tentando recuperar a imagem dos “grandes beneméritos do sertão”. A gratidão é a moeda solicitada aos sertanejos por essas realizações do Coronel Adauto Bezerra e outros coronéis coligados na pugna eleitoral.

Barreira ressalta que, os coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra, César Cals, Armando Falcão, foram as pontas de lança do Ceará, no Congresso Nacional e dentro do Governo Federal que contrariaram o Plano Nacional de Reforma Agrária lançado pela Nova República em 85. A reforma agrária, para esses políticos tradicionais e outros, sacramentava a perda de controle que tinham sobre uma clientela eleitoral, por sua vez, impossibilitando-os manter as benesses do Estado. O próprio fato dos camponeses não residirem mais nas suas propriedades, cortava os laços de dependência entre patrão/morador, o que levava os camponeses a não se sentirem mais obrigados, como de costume, a votar nos candidatos dos proprietários. O voto expresso pela “gratidão” e a lealdade para com o “dono de terra” perde o seu significado como “moeda” de troca de favores no sertão, e os proprietários já não podem mais, como antes, oferecer aos candidatos os seus “currais eleitorais”, como pagamento antecipado das benesses do Estado que visam receber pelas mãos de seus candidatos eleitos. A “rede de favores” começa a ser rompida, na medida em que os “laços patrimoniais e a dominação pessoal” passaram por modificações. É o resultado das mudanças das relações de trabalho, como a separação do local de trabalho e moradia, o desaparecimento do fornecimento, etc. Mas, também a percepção, por parte dos camponeses, do grau de exploração em que vivem. “...a perda da ‘clientela eleitoral’ está diretamente ligada às rupturas na relação de dependência pessoal combinada com as lutas pelos direitos. Ou seja, o desaparecimento de uma ‘clientela eleitoral’ é resultado direto das rupturas na base da dominação tradicional no sertão”. (Barreira, op. cit., p.170).

Entretanto, conforme Barreira, tais mudanças se reproduzem num quadro de ambigüidades para o camponês. Se a política eleitoral não faz parte de seu cotidiano apresentando-se como a coisa de grandes proprietários e dos ricos e ao mesmo tempo não lhe aparecendo como elemento de dominação; por parte da Igreja e dos sindicatos, dos mediadores das lutas e conflitos pela terra, o voto não é colocado em discussão nos espaços e processos de socialização dos camponeses. Ou seja, o próprio distanciamento da Igreja e dos

sindicatos em relação à política eleitoral, tende a negligenciar a importância da cidadania política os camponeses. Barreira enfatiza que só nas eleições de 1980, é que uma parte da Igreja volta-se para a importância do voto como fator de reprodução da dominação no campo. Entretanto, se o apoio das CEB's a certos candidatos obtive significativos resultados eleitorais, por outro lado, expressou que a mudança no engajamento eleitoral da CEB's aliado a um maior nível de consciência dos camponeses expressa através da luta pelos direitos e na conquista da cidadania; não eliminava antigas práticas recorrentes no sertão. Elas manifestaram-se na "tentativa de manter 'antigas tutelas', marcadas pela dominação pessoal e perseguições a camponeses que demonstrassem ligações com políticos adversários dos proprietários" (Barreira, op. cit., p.172).

Como explicar essa persistência da dominação clientelista? Faria ela parte da cultura política transcendendo à classe dos proprietários e suas relações de favores e recompensas no plano local? Para Barreira a estrutura clientelista que reproduz uma harmonia entre o Governo Federal e Estadual é sempre recorrente e sua reprodução sendo realizada através da alusão à crônica miserabilidade de grande parte da população, cria uma situação intransponível para os camponeses. Entretanto, a prática do voto com contorno de bem de troca é permeada ao mesmo tempo pelo grau de consciência dos camponeses e o real aumento da miséria no sertão. Tal fato tem alterado a transação do voto entre políticos e clientes. "A cada eleição a venda ganha contornos mais institucionais, o que significa que um candidato, para ser eleito dentro da prática costumeira, tem que despender mais dinheiro". (Idem, ibidem).

Se houve persistência de práticas clientelistas em outras circunstâncias, e mesmo que recicladas, os políticos sentiram necessidade de mudança de discurso para acompanharem as mudanças, de forma a adaptarem-se aos novos tempos de uma "nova ordem política". Conforme demonstra Barreira, o novo discurso tenta atingir um "novo eleitor" fora da tutela do proprietário de terra; tenta, portanto, se enquadrar nas demandas do "camponês-eleitor". Ou seja, o "novo discurso" expressa uma "nova prática populista" no campo, onde o político tenta ocupar os novos espaços, incorporando elementos que foram elaborados pelos camponeses no espaço de contestação e de negação da "antiga ordem". No lugar do "proprietário, a figura dos "cabos eleitorais" tornou-se o elo indispensável entre os políticos e os camponeses eleitores dispersos, transmitindo as reivindicações destes eleitores aos políticos candidatos, os quais, por sua vez, elaboram as suas plataformas eleitorais (Barreira, op. cit.:176). A violência costumeira do Sertão se mantém ainda ligada ao voto e à terra. Fazendeiros e políticos têm recorrido a pistolagem, reforçando a "instituição do crime". Barreira enfatiza que a força, neste sentido, é utilizada na proporção direta da perda de antigas bases do colégio eleitoral. Se esse poder não consegue se reproduzir pela hegemonia, o faz através da força. No caso da terra, constata que os pistoleiros são acionados para desencadear uma expulsão de moradores, ou para eliminação física de efetivos e potenciais líderes camponeses. O pistoleiro age como um segmento da polícia privada do proprietário, para fazer cumprir determinadas ordens independentes da Justiça, impondo o poder privado sobre o poder público. O uso do pistoleiro "representa a negação de uma 'ordem' que se constrói atualmente no sertão, contrapondo-se ao arbítrio dos proprietários de terra. É o confronto e a convivência entre duas ordens". (Barreira, op. cit.: 177).

Mas, o caso indiscriminado da violência, se contrapõe a outra face da estratégia dos proprietários de terra, já que eles têm que conviver com outras regras de civilidade: com camponeses que exigem e exercitam direitos; com uma Igreja que mudou de atividade e de discurso; com políticos reciclados e cujo eleitorado é cada vez mais exigente e flutuante e com um Estado que já não é mais monopólio do poder da classe dos proprietários de terra ou, pelo menos, influenciado nas suas decisões apenas pelo poder dessa classe. Como indica Barreira, os proprietários passam a não só conviver com os camponeses, também a ter

que dialogar como novos mediadores nos conflitos de terra e neste contexto não se apresentam mais como “antigos coronéis”, mas como “empresários” que buscam conviver com o “moderno”. Se roupas novas apenas revestem velhos costumes, pelo menos há uma cobrança generalizada de mudanças efetivas sob o domínio da lei. (grifos do autor). Mas, há “por parte dos proprietários maior aceitação dos direitos, embora o uso paralelo da violência seja demonstrativo do caráter ambíguo das mudanças efetivas” (Idem, ibdem). O fato é que não se pode simplesmente pensar num “aumento de consciência política tendo em vista um caminho previamente formulado. As lutas adquirem novas estratégias e novas representações agora mediadas pela ordem institucional” (Barreira, op. cit. 184).

Portanto, a análise de César Barreira é exemplar, entre outras que buscam abordar importância dos movimentos sociais agrários no processo de democratização da sociedade. Processo esse que não se apresenta como uma “coisa vinda de fora”, e nem construída por “geração espontânea” ou conforme cânones teóricos portadores de profecias. Trata-se de processos sociais que vão configurando as mudanças possíveis tendo como eixo central os conflitos e movimentos sociais agrários. Neles, os camponeses são socializados politicamente, construindo uma identidade camponesa inseparável da ação de novos mediadores, principalmente, da Igreja e dos sindicatos. A identidade camponesa construída num quadro de heteronomia social marcada pela violência, pela dependência e pelo arbítrio, por sua vez, tidos como implicadores de um comportamento social passivo, submisso e resignada, é superada através de um processo de ressocialização que a partir do cotidiano feito de resistências, tensões e conflitos sociais. Nesse processo vai se configurando os contornos de um “nós” portadores de direitos, de dignidade, de capacidade de unirem-se uns aos outros na luta contra uma situação comum de opressão e de injustiças; delineando-se uma nova cultura política pela superação de valores construídos e disseminados pela classe dominante. Tal processo de socialização política e afirmação identitária dos camponeses ao ser construído nas lutas que mobiliza toda a sociedade ou grande parte dela; põe a nu os padrões relacionais dominantes e valores que lhes dão sustentação, a partir da própria institucionalização dos conflitos. Temos, portanto, diante de nós um aprendizado social que extrapola a própria socialização política dos camponeses.

Como já vimos anteriormente, os estudos na década de 80 sobre movimentos sociais agrários, e sobre os movimentos sociais em geral, prenderam-se a estudos de casos e adotaram certos recortes temáticos (Estado, partidos, Igreja, gênero). Vários autores como Gohn (1997:10), Cardoso, R. (1994:84-85); Silva (1985:12-13) e outros confirmam a sua natureza empírico - descritiva centrada nas falas e depoimentos dos agentes. Os estudos aqui apresentados embora não resistam a certos recortes e delimitações espaciais, talvez com exceção Grzybowski, fogem à regra pela sua densidade analítica e inovadora. Esta inovação é clara pela influência de autores como Thompson, Hobsbawm, Agnes Heller, Gramsci e mesmo Habermas, como se vê nos estudos, por exemplo, de José de Sousa Martins. A influência de Hobsbawm, Bourdieu, Geertz, Gramsci, Thompson é clara na construção inovadora do quadro teórico mediante o qual Regina Novaes realiza uma análise das lutas sociais no campo; principalmente da moderna historiografia inglesa. A marcante predominância do paradigma europeu dos movimentos sociais que teve repercussões fortes na análise dos anos 80 no Brasil aparece nos trabalhos de José de Souza Martins, de Cândido Grzybowski e Scherer - Warren. Já César Barreira ao optar por uma análise “por dentro” dos processos sociais que analisa, vai se utilizando diferencialmente de várias contribuições teóricas combinando metodologicamente investigação e exposição. Na sua bibliografia, aparece diferencialmente as contribuições de José de Souza Martins, Hobsbawm, Claude Lefort, Norbert Lechner, Barrington Moore Jr., Godelier, Thompson e outros, dado a simultaneidade de direções que o seu estudo avança como a construção de uma nova ordem, como diria Norbert Lechner (1984), conflitiva e nunca acabada, mais muito desejada.

De forma geral, conforme consultamos, a maioria dos estudos na década de 80, tendeu a inovar as análises sobre os movimentos e conflitos sociais no campo com relação ao período do anterior. Com relação a este período, esses estudos superaram a rigidez de uma versão economicista marxista, mas não deixaram de se referirem às classes sociais e aos conflitos de classes. Fato, possivelmente, já explicado anteriormente por José de Souza Martins, já que são conflitos e movimentos sociais que incide diretamente contra a classe social dos proprietários de terra e fere diretamente a instituição fundamental da sociedade capitalista: a propriedade capitalista. Na segunda linha estudos de reconstrução histórica de movimentos e lutas sociais, cabe destacar dois autores: Manoel Correia de Andrade (1986) e Leonilde Sérvalo de Medeiros (1989). Este primeiro autor faz uma síntese das lutas travadas pelos camponeses em relação a propriedade da terra e por melhores condições de trabalho. Começa demonstrando a situação que deu origem as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, que nos últimos 40 anos mobilizaram os camponeses na luta pela reforma agrária. Já o estudo de Leonilde Sérvalo de Medeiros resgata a história das lutas dos trabalhadores rurais conferindo-lhes um passado, uma genealogia de resistências e embates que vão se configurando em novas frentes e organizações que lhes vão dando continuidade e sentido. Em “História dos Movimentos Sociais no Campo”, Medeiros (1989), procura recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais, de forma a ultrapassar o localizado, o fragmentado e a versão de suas lutas pela ótica dos vencedores no processo histórico e que são as classes que os submetem a barbárie da exploração e da expropriação e os exclui dos mais elementares direitos de cidadania.

Medeiros mostra como desde a queda do Estado Novo, em 1945 e até o período contemporâneo que se abre com a chamada Nova República (1985), os trabalhadores, através de suas lutas e movimentos sociais, emergiram na cena política se constituindo como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, com avanços e rumos, vitórias e derrotas. Assim, lutando por direitos trabalhistas e por preços justos para os seus produtos ou reivindicando o reconhecimento de seus direitos de ocupar espaços públicos e dar visibilidade as suas demandas ou exigindo a liberdade de organização para lutarem por melhores condições de vida e de trabalho; esses trabalhadores rurais

“marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade” (Medeiros, 1989:211).

Através destas manifestações constroem o repertório social de suas lutas que, por si mesmo exprime um processo de aprendizado social que se vai construindo na própria luta contra as formas de subordinação e exclusão que os desqualifica como cidadãos.

Mas, esta exclusão, segundo Medeiros, não tem sido só com relação a participação nos frutos da riqueza produzida. Ela está presente no plano social, político e ideológico, através do próprio não reconhecimento dos trabalhadores como interlocutores. Assim, o trabalhador rural é visto como incompetente, incapaz, inclusive, de formular os seus próprios interesses e de lutar por eles.

“Responde-se à luta por reforma agrária com afirmações do tipo ‘o trabalhador precisa primeiro ser preparado para ela’ ou ‘a terra deve ser de quem nela sabe e pode produzir’, como alegam os proprietários de terra cada vez que se sentem ameaçados. Ao próprio crescimento dos conflitos, se argumenta com a fragilidade dos trabalhadores, vistos como ‘inocentes úteis’, massa de manobra

para interesses escusos (da Igreja, de partidos, das organizações sindicais). À crescente expulsão do campo se responde com a ‘necessidade da modernização’, o que, obviamente não inclui a pergunta em torno da necessidade absoluta da ‘modernização’ ocorrer sob essa forma” (Medeiros, idem: 212).

A exclusão, para Medeiros se dá também pela manifestação concreta da própria violência no campo, a face mais trágica da exclusão, marcada pelo descaso e a impunidade, naturalizando o próprio desrespeito à lei e aos direitos da pessoa. O próprio Estado tem tratado os conflitos tentando barrá-los em seu nascedouro e/ou desarticulando-os através de vários procedimentos

“as incipientes estruturas de comunicação, mobilização e organização dos dominados, quer através de formas abertamente repressivas, quer de cooptação. Nesse quadro, as práticas democráticas, participativas, quando chegaram a existir foram mediadas por aparelhos de controle produzidos pelas classes dominantes, não conseguindo se enraigar em instituições democráticas capazes de conservá-las e ampliá-las” (Medeiros, op. cit., p. 213).

Esta autora conclui o seu trabalho enfatizando que o grande desafio que permeou toda a trajetória das lutas e movimentos sociais no campo, mesmo em tempos de democracia política, ainda permanece a necessidade de se:

“ garantir uma cidadania sem adjetivos aos trabalhadores e, que se corporifique em instituições e práticas democráticas, de forma que a democracia possa ser vista num quadro novo, não exclusivamente a partir de mecanismos formais, mas sim como aponta Marilena Chaui, com um modo de ser social” (Idem, ibidem: 215).

Significa dizer que uma longa trajetória de aprendizagem social ainda precisa ser continuada e que não depende só dos movimentos sociais agrários, apesar deles serem sinalizadores das mudanças que precisam ser realizadas.

3.3. Anos 90: Enfoques Teóricos, Temáticas e Movimentos Sociais Agrários

Na década de 90 emergiram novos temas e novos enfoques analíticos sobre os movimentos sociais agrários. As transformações no mundo atual e o próprio processo de democratização do país afetaram significativamente os movimentos sociais e outras formas de organização e manifestações da sociedade, bem como, suscitaram desafios analíticos e temáticos sobre eles. Sob a onda de globalizações da economia e sob a égide do neoliberalismo, o processo de dilapidação do Estado e de depredação das políticas sociais associado ao movimento descensional da economia aprofundando a crise. Por sua vez, a conseqüente elevação do desemprego e da miséria a níveis insuportáveis socialmente, levou muitos analistas a decretar a derrota dos movimentos sociais e de outras forças políticas que desde a década de 80 vinham construindo uma alternativa contra as investidas neoliberais. Enquanto, a onda neoconservadora do neoliberalismo ataca o vigoroso movimento sindical e popular que obrigou governos a rever suas políticas, como é o caso da reforma agrária; cresce assustadoramente a chamada economia informal acompanhada de uma destruição de direitos sociais. Enquanto o neoliberalismo à brasileira reafirma a liberdade de mercado frente ao

Estado elevando o informal a quintessência de alternativa ao desemprego, estimulando as alternativas locais dos pequenos negócios; ao Estado é subtraído o seu papel de redistribuição de renda e de garantia dos direitos sociais. Por outro lado, direta ou indiretamente associado à onda ideológica neoconservadora do neoliberalismo; transformações ideológicas, políticas e culturais decorrentes do colapso dos socialismos estatistas, obrigam os setores organizados da sociedade civil e as esquerdas a reverem profundamente suas utopias e esperanças. A tudo isto associam-se o individualismo e a individualidade como valores emergentes e a chamada crise de paradigmas expressa pela percepção dos limites da ciência como forma de explicar o mundo. Enquanto, as redes de comunicação e informação eletrônicas, a mídia e a cultura de massa globalizam formas, valores e padrões de comportamento, há uma valorização do local, da vida cotidiana, da democratização das relações interpessoais que se dá neste contexto, da construção de alternativas auto - sustentadas de sobrevivência.

Mas, há também uma reação dos setores organizados da sociedade civil e dos movimentos sociais em termos de enfrentamentos destas transformações. Há uma crise no interior da sociedade civil organizada. É uma crise de adequação a essa complexa e mutante realidade que vai além do Estado e do mercado que questiona o protagonismo das instituições políticas e traz a luz do dia a sua impermeabilidade as demandas populares e as propostas sociais dos vastos setores sociais e alternativas societárias criadas pelos movimentos sociais. Estes constroem novos formatos organizativos e até se institucionalizam através de uma rede de associações locais, constroem intercâmbios, redes temáticas, formas de debates e articulações, parcerias e outros, capazes de integrar a diversidade de temas, agendas, experiências e lutas sociais. Tais formatos organizativos e comunicacionais dão suporte para transcender o localizado, o regional, as organizações, as experiências e lutas locais; também para fazer face às transformações “globais” e suas repercussões nacionais, regionais, locais e na própria vida cotidiana. Daí, porque, este também é o cenário para diversidades de temas e perspectivas analíticas sobre os movimentos e lutas sociais no campo.

Se alguns movimentos sociais refluíram ou desapareceram, outros cresceram em nível nacional, ao lado de extensa rede de organizações não governamentais, remando contra a maré neoliberal e sua legitimação democrática. Ao mesmo tempo atuam contra o desencantamento dos cidadãos com a democracia política.

Enquanto avolumam-se problemas de desemprego e exclusão social, recrudescer a violência no campo com repercussões internacionais pondo a nu a fragilidade de nossa modernidade democrática que insiste em separar democratização e modernização das relações sociais e econômicas. Contrariando e por causa, o crescimento da violência no campo, o movimento social do campo cresceu e apareceu. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)se tornou o maior movimento social agrário do país, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR)se fortaleceu com a filiação da CONTAG a CUT. Entra na luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da Agricultura Familiar. O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) ganhou estrutura organizativa em nível nacional e latino-americana, colocando na agenda política e pública o tema da democratização das relações de gênero, da construção de uma nova identidade de mulher trabalhadora rural, dos direitos sexuais e reprodutivos, direitos trabalhistas etc. Por seu turno, a União das Nações Indígenas (UNI) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ganham projeções nacional e internacional na defesa de seus modos de vida ameaçados. Esse ecologismo popular é reforçado a partir de 1989 com a União dos Povos da Floresta articulando índios, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos na luta contra a devastação da floresta amazônica. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tornou-se também em nível nacional uma saga ecológica e popular.

Ao lado dos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, o desemprego, a exclusão social e desenvolvimento social tornaram-se temas da agenda dos

movimentos sociais agrários e das alternativas governamentais e agências multilaterais na formulação e implementação de medidas incentivadoras de geração de trabalho e renda. Desenvolvimento local, municipalização de políticas sociais, poder e cultura política local, tornaram-se temas que se inter cruzam e acionam a temática das políticas públicas, revisitando-se os problemas da participação e da cooperação. Temas como o da relação dos movimentos sociais com o Estado, com os partidos, com o mercado e com próprio poder político local passam a ser alvos de controvérsias. Controvérsias e disputas conceituais em torno de sociedade civil, esfera pública, democracia e cidadania, deslocam-se dos fóruns acadêmicos e se instalam nos eventos formativos e discursivos dos movimentos e organizações populares.

Apesar das crises e fragilidade apontadas por analistas na área dos movimentos sociais, seu dinamismo e experimentação contínuos são traduzidos em práticas participativas circunscritas na configuração política e cultural de uma democracia participativa. Essa discussão tem sido ampla e remete no plano mais global da análise às contribuições de autores como Jürgen Habermas (1997, 1987) e Anthony Giddens (1996, 1994, 1993), que conduzem, ao lado de outros expoentes internacionais, o debate em torno das perspectivas contemporâneas da ética e da política e, estabelecendo o diálogo como a única alternativa possível na resolução de conflitos e de coordenação das diferenças em todos os níveis. Esta discussão está associada aos movimentos sociais e as possibilidades de democratização da democracia pela via de processo de radicalização da democracia a partir da vida cotidiana. Entram neste debate, também, autores como Perry Anderson (1997), Nibert Lechner (1990) Alain Touraine (1996, 1994), Jean Cohen e Andrew Arato (1992), Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), Alberto Melucci (1994, 1992), entre outros. No plano das influências teóricas e, de maneira diferenciada, autores como Claus Offe (1995, 1988, 1989), Cornelius Castoriadis (1983, 1981, 1975), Pierre Bourdieu (1989, 1987) Ágnes Heller (1981, 1977), Norberto Bobbio (1992, 1986), Eric Hobsbawm (1995), Thompson (1993, 1987, 1984, 1981), Pierre Clastres (1978), Clifford Geertz (1989), entre outros.

Se os anos 90 enfatizam no nível das análises noções básicas de “cidadania coletiva” e “exclusão social”(Gohn 1993. 288), quatro enfoques aparecem com maior proeminência nas análises: o enfoque dos Novos Movimentos Sociais e o enfoque da Mobilização Política; o enfoque de inspiração habermasiana e o enfoque dos contramovimentos e das condutas de crise. A tendência dos paradigmas da mobilização política e o dos novos movimentos sociais tem sido a de lançar mão do enfoque de redes, uma vez que se pretende dar conta dos novos formatos organizativos. Além disto, os movimentos sociais organizam-se a partir de uma teia de relações multilaterais e interações formais e informais estabelecidas por uma pluralidade de indivíduos, grupos, organizações e instituições. Visam a mobilização de recursos, o intercâmbio de dados, de experiências, de conhecimentos e a formulação de projetos e políticas, estratégias de luta e pressão, estabelecendo agendas comuns, parcerias, redes e fóruns temáticos etc. (Scherer – Warren, 1994, Dani, 1993, Randolp 1993). Já Arato e Cohen (1992), a partir do conceito de sociedade civil e com base na teoria habermasiana da ação comunicativa e nas contribuições de Gramsci, realizam uma síntese inovadora. Esta síntese propõe uma concepção de movimentos sociais como uma instância organizativa imediatamente ascendente às organizações e entidades da sociedade civil sem, entretanto, confundirem-se com este lastro institucional no qual, entretanto, se apóiam. O surgimento do contra - movimentos sociais e de condutas de crise levam autores a adotar ou revitalizar as perspectiva teórica durkeineana da solidariedade e das condutas anômicas (Zermeno, 1989). Entretanto, grande parte dos estudos sobre movimento sociais específicos e com recortes temáticos específicos adotaram uma perspectiva através da qual os aspectos teóricos e metodológicos vão marcando presença heurística no decorrer da análise.

a) A Literatura Sobre o Movimento Social de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária

É grande o rol de trabalhos publicados na década. Da poesia passando pela luta pela terra e a problemática dos assentamentos rurais, o MST, por exemplo, é decantado em todos os aspectos¹³. Começamos pela bibliografia mais recente que analisa os movimentos sociais numa perspectiva mais abrangente e de caráter multidisciplinar. Em “Questão Agrária Hoje”, João Pedro Stédile (Org.), 1994; um elenco de analistas discute a natureza do desenvolvimento capitalista no campo (Jacob Gorender, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay), e a importância e a necessidade da reforma agrária (Ademar Ribeiro Romeiro, Claus Germer, Paulo Sandroni, José Gomes da Silva, José Graziano da Silva e Maria Emilia Lisboa Pacheco). A crítica à reforma agrária é apresentada por Geraldo Muller e Francisco Graziano Neto, que defendem teses de que a reforma agrária como distribuição de terra já não se faz mais necessária e é até inviável nas atuais condições de expansão ampliada do capital no país. Entretanto, nesta publicação autores como Horácio Martins de Carvalho, Claus Germer, Cândido Grzybowski e outros chamaram a nossa atenção para os desafios dos movimentos e lutas sociais no campo. Vejamos.

Horácio Martins de Carvalho (1994) defende a tese de que os momentos de organização, de acampamentos e ocupação correspondem a fase das táticas de lutas reformistas pela terra, mas dentro de uma estratégia revolucionária. Ou seja, trata-se de um processo de socialização política necessária à elevação da consciência de classe do campesinato sem terra para além das idéias liberais burguesas. Já Claus Germer enfatiza a tese de que o avanço do MST e da luta pela terra choca-se com um regido limite imposto pelo atraso político ideológico das lutas das classes trabalhadoras urbanas. Destaca a importância do Partido dos Trabalhadores e do Central Única dos Trabalhadores no desenvolvimento dessas condições subjetivas indispensáveis à evolução das lutas dos trabalhadores rurais e das lutas de todos os trabalhadores em geral e em todos os aspectos. Referindo-se a “crise” dos movimentos no início da década de 90, Grzybowski, revisita as suas teses em outros trabalhos (Grzybowski 1990, 1991), Grzybowski e Delgado (1986). Para este autor, a maior importância dos movimentos populares rurais reside no que eles significam como mudança de um padrão de ação dos trabalhadores rurais e das comunidades em que vivem e de seu papel no processo de constituição de uma sociedade civil de cara nova no Brasil. Outro fator importante destacado por Grzybowski é o de que os movimentos populares agrários ao constituírem os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, estes minam com suas contestações e lutas sociais o poder e o domínio exercido pelas velhas forças agrárias, as quais, por sua vez, são um dos pilares do autoritarismo no país. Entretanto, faltaria na ótica deste autor, uma compreensão deste seu caráter, já que muitos vêm nos movimentos uma questão meramente social e não uma questão política primordial, que pode alterar as correlações de forças. Essa incompreensão estaria, portanto, associada a crise que se rebateu na própria base da CUT e do PT no campo e que não conseguiram se constituir em forças mediadoras na construção de novas alternativas aos velhos projetos de reforma agrária forjados ainda nos anos 50 e 60, base tanto de CONTAG quanto da CPT, e que foram derrotados na Constituinte (1988). Tal derrota colocou à nu novo desafio frente às adversidades políticas à reforma agrária; dificuldades orquestradas pelos governos, desde Collor, e pelas forças tradicionais do mundo rural e de sua capacidade de ação política. Por seu turno, podemos ler em Grzybowski que, o esgotamento de certas formas, de certas

¹³ Ver a Bibliografia Comentada Sobre o MST em: A Reforma Agrária e a luta do MST. 2ª Edição. João Pedro Stédile (Org.) Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

mediações e projetos organizativos impôs novos patamares de aprendizagem capazes de fazerem avançar lutas mais implicadas e orientadas por um horizonte estratégico: necessidade de elaboração de um novo projeto de reforma agrária, como projeto da sociedade como um todo, criando mediações políticas adequadas. A crise, portanto, da ação movimentalista agrária seria mais de mediação do que dos próprios movimentos e suas aspirações, sonhos, projetos e lutas.

Assim, para Grzybowski (1994, pp. 294-6), embora a tarefa de pensar a reforma agrária como projeto alternativo de agricultura e de sociedade não dependa unicamente dos movimentos populares agrários, neles estariam as bases desse projeto: em suas lutas, em suas experiências, em suas propostas. Crise de projetos políticos, entretanto, imporia um aprendizado de novas formas de pensar e de politizar as lutas dos trabalhadores rurais, de criação de novas alternativas viáveis ao modelo centralizador, antidemocrático e antiecológico de desenvolvimento agrícola. Significa dizermos que os trabalhadores rurais estariam diante de uma urgente tarefa de construir alternativa (a partir de suas vidas, suas necessidades, seu trabalho) ao modelo vigente em crise, embora persistente e atuante. Tal desafio implica também na tarefa de fortalecimento dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos coletivos; de dar prosseguimento a um processo de elaboração da própria identidade coletiva, ao aprendizado da organização e participação social, à transformação das necessidades em interesse na forma de projetos e bandeiras (Grzybowski, 1995, 292). Também de colocar o aprendizado social portado pela ação movimentalista dos rurais, na direção de alternativas que se contraponham ao poder tradicional dos grandes proprietários de terra, as estruturas de poder local e regional extremamente autoritárias e à serviço dos interesses dos donos de terra e de seus agentes (grifos do autor). Mas, para este autor, o processo de enfrentamento das estruturas do poder oligárquico, como condição da extensão da cidadania a maioria da população rural, não depende só da democracia direta dos movimentos sociais e da participação nas comunidades locais. Haveria, portanto, necessidade de reforço à expressão institucional dos movimentos na ordem democrática, através de partidos que defendam os seus interesses em todas as instâncias de representação política. Do ponto de vista da socialização política, Grzybowski (op. cit., pp. 295-6) enfatiza o papel dos movimentos populares agrários na moralização das próprias organizações dos trabalhadores (associações, sindicatos e cooperativas), além da própria democratização das relações sociais entre os próprios trabalhadores, constituindo num processo de radicalização da democracia a partir da vida cotidiana, que contraria a tradição autoritária do Brasil que impregna todos os poros da vida social. A ação dos movimentos tem, portanto, levado a mudanças nas concepções e práticas dos trabalhadores, sejam camponeses ou assalariados. Na maioria dos movimentos, os participantes são chamados a ser gente e a não aceitar o cabresto, a se manifestar e a discutir livremente, e assim, a superar uma cultura de subalternidade (Idem, idem).

Nesta mesma obra “A questão agrária hoje”, José Eli da Veiga defende um projeto agro-reformista para o Brasil. Enfatiza a tarefa urgente de elaborar um ambicioso projeto global para uma agricultura sustentável com colaboração de ONG’s como AS - PTA (Projeto Agricultura Alternativa), AAO (Associação de Agricultura Orgânica) e a WSAA (World Sustainable Agricultura Association) etc. Stédile, contrariando premissas reformistas e institucionais na viabilidade da reforma agrária defende uma proposta com base na propriedade coletiva dos meios de produção (Stédile, 1994, 318).

A questão agrária e a reforma agrária como temática que envolve os conflitos sociais no campo nos anos 90 foi debatida em muitos contextos e por muitos analistas. Convém salientar o MST (1990) que faz um balanço da reforma agrária; a CPT (1990, 1991, 1992, 1993, 1997), que avalia os conflitos de terra; D’Incao (1990) que avalia continuidades e permanências do modelo político agrícola de reforma agrária; Silva (1993) que propõe idéias

para um novo programa agrário. Já Graziano Neto (1990/1996) busca esclarecer impasses da Reforma Agrária no país e critica a Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a ação do Movimento Sem Terra. João Bosco Feres resgata a questão da propriedade da terra como fator de opressão e miséria na história social do Brasil; Gehlen (1991) estuda a luta pela terra e pela reforma agrária no sul do Brasil. Por seu turno, José Vicente Tavares dos Santos (1991, 1993) estuda o problema da exclusão social no campo e a expansão da luta pela terra do sul para Amazônia. Já Stédile (1993) realiza um resgate histórico das lutas pela terra no Brasil. Relacionado com o tema da questão agrária e com os nossos padrões de acumulação no campo, os complexos agro-industriais são estudados por Graziano da Silva (1991) e Kageyama e outros (1990). Também este é o tema de Paulilo (1990) e Tudesco (1992). As novas configurações do espaço agrário e a complexidade das relações sociais é objeto de estudo de Abramovay (1992) e Luvisolo (1989). A pequena produção agrícola, por sua vez, é tema Altafim e Camargo (1990), Brumer, Duqué, Lourenço, Wanderley e outros (1993). Estes trabalhos representam a leva de fronteira ao debate conceitual sobre agricultura familiar no meio acadêmico e no interior das organizações e movimentos sociais populares do campo.

A questão agrária é resgatada por Raimundo Santos (1996, 1997) e por Costa (1995), enquanto Medeiros (1995) resgata o papel da imprensa partidária na constituição da consciência da classe dos trabalhadores rurais.

Schmith, Marinho e Rosa (1995) registraram a participação das universidades na reforma agrária. Já Regina Bruno (1995) problematizou o Estatuto da Terra, destacando oportunidades e rupturas de política da reforma agrária governamental. A reforma agrária é debatida por Novaes, Valarelli e Vianna (1996), enquanto José Gomes da Silva resgata a questão da reforma agrária, em entrevista a Bruno e Carvalho (1996).

O desafio da reforma agrária é tema da CPT (1998), que também faz um balanço dos conflitos sociais no campo, analisa a violência, o trabalho escravo e o trabalho infantil no campo. Estudos comparados sobre experiências de reforma agrária é o tema de debate da ABRA (1990), com contribuição de Wilson Gomes de Almeida (Panorama internacional da questão agrária), de Jacques Chonchol (O desenvolvimento rural e a reforma agrária na América latina) e outros. A violência no campo é tema de Bergamasco e Pinassi (1992) e de Tavares dos Santos (1992). A violência política no campo e a luta pela terra no vale do Ribeira são estudadas por Perosa (1992); terra, conflito e cidadania é tema de Almeida (1992). Enquanto Barreira (1992) estuda a pistolagem e a política no Nordeste; Pinassi e Porto (1992) enfatizam a violência e o cinismo contra os que lutam pela terra no Brasil. José Gomes da Silva (1996) sob o tema “A reforma agrária brasileira na virada do milênio”, faz um resgate e um balanço das lutas pela reforma agrária desde a revisão agrária paulista de 1959. Passando pela derrota da reforma agrária na constituinte de 88, analisa a atuação do Pontal do Paranapanema (São Paulo). Faz um levantamento da produção intelectual sobre a reforma agrária no período de 1994/1996, e mostra como a questão da reforma agrária é uma questão também urbana.

No âmbito do Nordeste do Brasil, Fonseca e outros (1993) discutem as políticas governamentais e seus efeitos sobre as estrutura agrária do Piauí. A intervenção social do Estado na estrutura agrária é também tema de Sousa (1991), Vilela (1991), Mota (1990). Galindo & Amorim (1990) analisam os caminhos e descaminhos de uma política fundiária para o Nordeste. Manuel Correia de Andrade (1994) estuda os impactos ambientais e sociais da expansão da agroindústria canavieira. Este é também tema de Araújo (1990), Barreto (1994), Dabat e Guimarães Neto (1993) e de Novaes, J. R. (1993). Carneiro, Mesquita e Andrade (1998) discutem a miséria da reforma agrária no Maranhão, enquanto Siqueira (1998) enfatiza a incivilidade dos crimes e impunidade no campo maranhense de 1975. Já Almeida (1998), faz uma análise dos conflitos fundiários, das questões trabalhistas e dos impactos ambientais do complexo agro-industrial de papel e celulose naquele estado.

Carneiro (1998) e Neto (1998) analisam os conflitos trabalhistas naquele complexo; as transformações agrárias e os conflitos sociais nas áreas de ocorrência do babaçu recebem atenção de Almeida (1994). Este autor (1990) também discute os conflitos agrários e a violência na Amazônia. Lago (1998) preocupa-se com a questão do crédito rural nas áreas de assentamentos. Conflitos agrários no Maranhão também são tratados por Luna (1994), Linhares (1996), Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (1993), Souza e outros (1995) e Carneiro (1998, 1995).

O projeto Grande Carajás tem sido atenção de muitos estudiosos, além destes maranhenses anteriormente citados. Já em 1989, Rui Moreira analisava a essência econômica da questão agrária mostrando a tragédia da reforma agrária no âmbito da marcha do capitalismo na Amazônia. Migrações e violência é tema de Regina Sader com referência a Pré – Amazônia maranhense. Por seu turno Hall (1991) realiza um verdadeiro dossiê sobre o desmatamento e os conflitos sociais no Programa Grande Carajás.

Estudos sobre movimentos sociais específicos nos anos 90 chamaram a atenção de vários analistas brasileiros. A notoriedade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a sua luta pela reforma agrária nos anos 90 foi motivo de debates, mais também de muitas controvérsias e esperanças. Vamos, então, começar pelo MST e por uma obra organizada por João Pedro Stédile, “A Reforma agrária e a luta do MST” (1997), a qual reúne contribuições de vários estudiosos sobre vários aspectos e dimensões deste movimento, do seu papel na reforma agrária e, inclusive, uma entrevista com Celso Furtado. Por falar em Celso Furtado, que em outro lugar falou que um dos acontecimentos mais importantes do Brasil neste final de século era um processo de retorno da população para o campo, vamos começar o nosso diálogo com ele e pelo final da obra citada. Celso Furtado nesta entrevista fala que o maior problema de todo o mundo é falta de trabalho e emprego para milhões de seres humanos. Quanto a este problema, considera que o Brasil teria maior facilidade e maior rapidez de resolvê-lo face as suas enormes potencialidades agrícolas e agro-industriais. Considera que o MST é o movimento social mais importante desde século no Brasil, equiparando-o em significado ao movimento social contra a escravidão no século passado. O que impressiona, é que as recomendações que Furtado (1997: 312-313) faz ao MST é exatamente o que este movimento social tem colocado em prática nos últimos anos.

Nesta mesma obra, José de Sousa Martins discute a questão agrária e a luta do MST. Vamos nos deter um pouco nas suas análises, já que elas reatualizam as questões por ele colocadas em “Caminhada no Chão de Noite” (1989) já discutida no capítulo anterior. Para sermos mais breves vamos pontuar as questões mais importantes tratadas por este autor em consonância com nossa leitura dos movimentos sociais sob o enfoque da aprendizagem.

À semelhança de Celso Furtado, José de Sousa Martins vê uma reforma agrária como solução para diversos problemas do país. Assim, ela poderia ser instrumento para atenuar os efeitos dramáticos da modernização tecnológica que acompanha a atual fase de expansão capitalista e que cria desemprego, exclusão social e a grave deterioração das normas de convivência, moralidade e do segurança pública. A massa da população marginalizada pelo desemprego ficaria, portanto, igualmente marginalizada do conhecimento, da cultura, etc. e sem possibilidade de, pelo menos, em curto prazo, reintegra-se ao mercado de trabalho, a não ser em ocupações também marginalizadas. Sem uma política como a reforma agrária, estaríamos, por tanto, criando uma espécie de humanidade de segunda categoria, excluída até mesmo da possibilidade de participar das lutas sociais e políticas segundo formas eficazes de atuação. (Martins, 1997: 58).

A reforma agrária poderia, portanto, se constituir num programa que criaria alternativas sociais e econômicas entre o salto tecnológico e o atraso econômico e suas seqüelas. Neste caso, as próprias experiências do MST indicariam essa possibilidade de criar e estimular um modo de vida alternativo, próspero, em relação ao desemprego e a indigência

social. Em decorrência da reforma agrária, seria igualmente possível desenvolver programas educacionais para que os filhos dos agricultores pudessem se inserir de forma adequada na realidade de um mundo que fatalmente vai estar modernizado (Idem, *Ibidem*).

Entretanto, para este autor, os que lutam por transformações sociais esquecem-se da dimensão propriamente pedagógica das transposições políticas suprapartidárias, como é o caso da reforma agrária. Assim, mantidas as condições políticas atuais do país, a reforma agrária jamais será feita via confronto de classes. Haveria, então, necessidade de uma ampla renegociação política para viabilizar a reforma agrária, o que passaria pela ampliação da base de sustentação governamental no que diz respeito às reformas sociais. Haveria, então, uma dimensão emergencial da reforma agrária que os governantes e políticos se recusam a aceitar e que os movimentos sociais, incluindo o MST, não têm coragem de propor porque foram engolidos ideologicamente pelos pressupostos da reforma tolerável pelos grandes proprietários de terra. O que não compreendem é a dimensão da reforma agrária de poder tirar, num primeiro momento, milhões de pessoas da miséria e da marginalidade, já que é melhor ter terra para plantar e comida necessária à sobrevivência do que perambular pelas fazendas como escravas ou viver em ruas e sob pontes. Daí a emergência da reforma agrária, não se podendo mais retardar esta solução em nome da suposição de que determinadas forças políticas, quando chegarem ao poder fariam a reforma agrária mais adequada, a que deveria ser feita (Martins, *op.cit.*; p. 61-62).

Entretanto, Martins enfatiza que o estado é incompetente para fazer um programa emergencial desses e que deslancharia em sua continuidade a elevação da dignidade humana de melhoria das condições sociais, sanitárias e educacionais da população. O Estado seria incompetente, sobretudo, por que está capturado por uma elite refrataria à reforma agrária e que realimenta os mecanismos de reprodução da concepção oligarca de poder. Elites obtusas incapazes de perceber que uma reforma agrária, sobretudo, viabilizaria um processo de modernização social e política da sociedade brasileira. Portanto, elites refratárias a colocar a reforma agrária na agenda política do Estado, de forma que seja assumida como uma questão nacional (Idem, *ibidem*).

Enfatiza, ainda, que a uma proposta de reforma agrária, como a que vem sendo feita, só tem dado certo em experiências localizadas, porque o MST não é uma organização tutelada pelo Estado. Por que a população que fez parte deste movimento social, para além da terra, tem um modo de vida como bandeira, tem uma mística de como viver, de como um ser humano deve ser. E nesse sentido, vê o MST como agente de modernização, não mais um movimento social, já que a tendência dos movimentos sociais é desaparecerem uma vez esgotados ou atingidos seus objetivos, ou de se transformarem em organizações de outro tipo, caso o problema persista. Neste caso, o MST seria uma organização, não mais um movimento social. Uma poderosa organização com uma estrutura própria e com corpo de funcionários. Uma espécie de primeiro e único partido popular agrário que temos no país. Assim, o MST mesmo não tendo estrutura e programa propriamente partidários, no conjunto de sua atuação teria característica de um partido agrário popular. Certamente, pondera o autor, o MST é mais que um partido e seus membros atuam politicamente através de partidos políticos já existentes. No entanto, trata-se do único grupo que conseguiu dar estrutura política a um luta popular no Brasil. Este seria para o autor, o lado positivo do MST (Martins, *op.cit.*: 62 – 63).

Esse lado mais positivo do MST é para Martins a sua indiscutível função modernizadora e que atinge os alicerces do sistema, que é o direito de propriedade. Portanto, ao contrario daqueles que acham que o movimento representa o arcaico contra o moderno, ele seria o portador e o agente do moderno porque questiona a estrutura de propriedade injusta, anti-social, injustamente concentrada e por meio deste questionamento, também coloca em xeque a estrutura de poder oligarquizado e antidemocrático. Assim, ao contrário desse

movimento, a Comissão Pastoral da Terra foi quem se equivocou ao anunciar na prática a precedência das questões econômicas e técnicas em relação às questões propriamente sociais e políticas, o que representaria uma rendição a lógica e à ideologia tecnicista e economicista dos grupos e classes dominantes. O MST proclama cotidianamente que a reforma agrária é uma questão política e desta forma opõe-se a proposta da modernização excludente das elites, cujo tecnicismo e economicismo embutem a precedência do econômico ao social e ao político (Idem: 64).

Na visão de Martins, na medida em que o MST questiona o injusto e anti-social regime de propriedade, cria impasses políticos criativos para os governantes e o Estado, obrigando-os, através de suas ações concretas de ocupações, a tornarem providências, a negociar, a fazer reformas típicas e, nessa medida, o movimento questiona o Estado oligárquico e latifundista. Atuando no sentido de democratizar a propriedade da terra e, portanto, de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica, o MST seria essencialmente modernizador, muito mais que o capital que se compõe com a grande propriedade fundiária. Do ponto de vista educativo, conforme Souza Martins, a vida nos acampamentos promove uma radical experiência de ressocialização de seus membros e participantes. Cria-se uma espécie de sociabilidade nova para além da reivindicação de terra, já que o movimento propõe projetos de cooperação, de trabalho, de modernização das relações sociais, uma reinvenção do mundo camponês em bases modernas. E neste sentido, enfatiza o autor, a burguesia brasileira teria muito que aprender com o Movimento dos Sem Terra no que diz respeito a agricultura, já que ela não percebe que, de fato, a iniciativa do trabalho gerencial de boa qualidade na agricultura familiar, da coisa que funciona, que dá certo, está hoje nas mãos de grupos populares. Neste sentido, José de Souza Martins veria duas faces de um processo de aprendizagem no qual se ancora o MST, um duplo movimento protagonizado pelos seus membros: de um lado, um movimento propriamente político que, embora não tenha alcançado com êxito as raízes do sistema, alcança-o e desafia-o; de outro lado, promove um processo de ressocialização de seus membros e participantes para se integrarem no mundo moderno de uma maneira digna; inserção dos trabalhadores numa lógica econômica mais ampla, racional, apoiada na idéia de retornos econômicos modernos e reciprocidades sociais basicamente tradicionais; na idéia de formas amplas de cooperação não só econômica, mas também de solidariedade comunitária revigorada (Martins: 1997: 71).

Em “A reforma agrária e a luta do MST”, ao lado de José de Souza Martins e Celso Furtado, Leonilde Sérvo de Medeiros analisa os impactos em torno do uso e da propriedade da terra no Brasil; por sua vez, João Pedro Stédile apresenta a importância e o significado atual da reforma agrária nas teses do MST, enquanto Zander Navarro apresenta as suas sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo. Mediante tais teses discute equívocos que, na sua ótica, permeariam e delimitariam o debate sobre a reforma agrária, o MST e essas lutas sociais. Uma das teses deste autor é a que o MST não pode ser sinônimo de ocupação de terra, ignorando-se a diversidade de possibilidades políticas e de mobilização que este movimento tem apresentado. Tal restrição a agenda de lutas sociais deste movimento, normalmente tem propósitos de desqualificar politicamente as suas ações (1º tese). O MST visto como a única força atual e expressão organizada no país, capaz de contrapor-se a hegemonia conservadora ora em curso, é outra tese que deve ser relativizada. A ascensão do MST, sua crescente visibilidade e aceitação social é para Navarro circunstancial e conjuntural, sendo urgente a construção de uma outra estratégia de luta social para reforma agrária (2º tese). A necessidade da reforma agrária não estaria superada por razões econômicas e nem é somente uma necessidade ética e de universalização da cidadania, muito menos uma coisa arcaica e que prega uma volta ao passado, como querem esse ou aquele analista, esse ou aquele grupo social. Entre outras questões, e por razões econômicas, a repercussão dos assentamentos nos circuitos comerciais e econômicos locais e regionais tem

dinamizado municípios do interior, descentralizado a riqueza e estimulado novas iniciativas econômicas; além disto, a substituição da própria grande propriedade fundiária como requerimento histórico, pelo dinamismo de unidades de produção agrícola familiar. Por razões políticas, a reforma agrária incide contra o padrão de dominação social e de clientelismo político, base da reprodução oligárquica no país e que impede o seu desenvolvimento político (3º tese). A agenda de demandas e de ações do MST válida para todo território nacional é uma afirmação que contraria as diversidades regionais e locais. O MST necessita, não só compor uma agenda nova de ações, mas também que seja diferenciada, conforme as particularidades regionais (4º tese). A tese que os assentamentos rurais apresentam resultados que comprovam a eficácia desta política governamental precisa ser relativizada nas palavras de Zander Navarro. Assentamentos, as centenas, evidenciam poucos resultados. A visão militarizada e intolerante de lideranças do MST não tem contribuído para uma sólida construção de formas solidárias e de cooperação entre os assentados. Faltam padrões tecnológicos adequados social e economicamente e que sejam somados às iniciativas na área de processamento agro-industrial e de comercialização (5º tese). O MST sozinho não conseguirá avançar os processos de reforma agrária no país. Pelo contrário, deve ser capaz de galvanizar amplos apoios sociais e políticos para fazer uma reforma agrária em processo irreversível (6º tese). Já a última tese é relativa às insuficiências do sistema político atual para garantir uma sociedade com menos desigualdades e exclusões sociais. Navarro aposta nas necessidades de ampliar o espaço da política e próprio sistema político às classes populares, tornando-os mais permeável as suas demandas.

Na mesma obra, Bernardo Mançano Fernandes apresenta uma síntese de seu trabalho “MST: Formação e Territorialização” (1996), segundo a qual o que diferencia o MST dos demais movimentos sociais é a sua forma de organização que viabiliza a sua territorialização. Mostra que a espacialização e territorialização da luta pela terra se desdobram na luta por formas alternativas de construção do conhecimento, organização do trabalho e da produção. A busca de tecnologias apropriadas e o trabalho familiar também podem se desdobrar em novas experiências. Neste sentido, segundo o autor, o importante nas experiências em desenvolvimento é a diversidade de experimentos em processos de criação de alternativas e que podem subsidiar o debate na criação de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura. À diferença daqueles movimentos com apoio de instituições que querem conquistar o seu próprio espaço, o MST conquista-o através de sua própria práxis desenvolvendo uma espacialização da luta pela terra. Assim, para o autor, espacializar é registrar no espaço social um processo de luta, é o multidimensionamento do espaço de socialização política que se dá através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupação e reocupação contínua de terras etc. Portanto, o multidimensionamento do espaço de socialização se dá em três dimensões: o espaço comunicativo que é o espaço do conhecer e aprender e que é o primeiro momento do processo de construção da cidadania; o espaço interativo que diz respeito as reflexões feitas por esse sujeito coletivo, sobre o processo de construção de sua práxis através do diálogo e da elaboração de propostas. Este é o espaço, portanto, do enfrentamento de experiências e idéias necessário ao processo de construção do conhecimento, da construção dos sujeitos e para o avanço da organização. Já o espaço de luta e resistência diz respeito à própria consciência da luta. É através dela, segundo Fernandes (1997: 138; 1996), que os trabalhadores espacializam a luta pela terra num movimento sócioespacial, conquistando novas bases do território. Assim, para Fernandes, com a conquista da terra o movimento se territorializa. Desta forma, para o autor, há uma relação direta entre dimensionamento do espaço de socialização política e a espacialização da luta pela terra, já que os trabalhadores podem estar mobilizados, mas não organizados, não conquistado o seu espaço de socialização política, por sua vez, com dificuldades de

dimensionar o espaço de luta e resistência que se concretiza com o acompanhamento e na possibilidade de conquista de uma fração do território (territorialização).

Por sua vez, Marcelo Dias Varella (1997), procura mostrar que o MST tem sido um dos principais precursores de mudanças culturais no país, já que o próprio senso de justiça da sociedade está mudando: proprietário de grandes extensões de terra deixa de ser vistos como símbolo positivo; a função social da propriedade passa a ser cumprida pelos interpretes legais de dispositivos formais que há cinquenta anos desprotegia a propriedade que não cumpria tal função social; e a própria miséria e aqueles que se organizam contra ela não são mais vistos como um “bando de desordeiros”, mas como lutadores, havendo uma maior compreensão das raízes históricas da pobreza (grifos do autor). Segundo Varella, o Direito passa a ser alvo das mudanças, não apenas pelo reconhecimento de seus sujeitos, também pela própria pressão da sociedade civil e mesmo dos poderes políticos sobre os aplicadores da lei. Se o Movimento dos Sem Terra, como enfatiza Varella, faz parte de um movimento social de mudanças democráticas que levam o povo brasileiro a exigir os seus direitos e a compreender o seu próprio poder de exigir e conquistar a sua cidadania; Maria da Conceição D’Incao enfatiza que o MST é uma das manifestações mais importantes no processo de democratização da sociedade brasileira. Para esta autora, pela sua capacidade de mobilização, o movimento vem dando força e continuidade ao débil processo de negociação democrática das questões ligadas à reestruturação da sociedade brasileira, como é o caso da estrutura fundiária. O movimento tem mostrado que a terra tem uma função social e que precisa deixar de ser instrumento de privilégios em um país, que vem se transformando num país de sem terra. Além disto, conforme D’Incao, o MST tem questionado o que há de mais conservador na sociedade brasileira: a idéia de que a pobreza é uma segunda natureza e que como tal, não tem solução. Com isto, o MST teria, para D’Incao, colocado no debate político a necessidade de se dar um caráter social ao nosso projeto político de desenvolvimento (Idem, pp. 189 – 214).

Sem terra e cidadania é o tema que Frei Beto discute ao lado deste elenco de analistas em “A reforma agrária e a luta do MST. Mostra que o MST ocupa para trabalhar e produzir e que, o que estaria errado no Brasil é a lei que defende o que é improdutivo e pune quem quer terra para plantar. Já Roseli Salete Caldart e Edgar Jorge Kolling (1993) defendem que para o MST investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, gesto que segundo eles, se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Assim, no MST, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades de vida. As dores e as vitórias são a contra - face do mesmo processo. Mostram que MST é um movimento social de luta pela reforma agrária tendo como eixo central a luta pela terra e condições efetivas de trabalho nos assentamentos. Nesta luta nasce, portanto, outras dimensões do trabalho educativo do MST que é a luta pelo direito à educação dos sem terra, ao mesmo tempo em que há esforços para desenvolver uma pedagogia voltada a problemática atual do meio rural no Brasil. Portanto, a proposta de educação do MST se desenvolve através de dois eixos complementares: a luta pelo direito à educação e a construção de uma nova pedagogia. Assim, segundo esses autores, a educação na concepção do MST não acontece só na escola, é um processo mais amplo que tem a própria dinâmica do movimento social como ambiente de aprendizagem por excelência. A luta pela escola publica de qualidade é uma luta por um direito de cidadania. Mas, também, por uma escola que assuma a identidade do meio rural, com participação das comunidades e gestão pedagógica do movimento. Uma educação que valorize os educadores, alicerçada no princípio de uma profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação/transformação é outra característica da educação que o movimento depende e coloca em prática. Outra característica é que tem que ser uma educação para cooperação, vivida pelas praticas cooperativas e que ajuda a construir novos valores, comportamentos, habilidades e saberes necessários a implementação destas novas relações sociais no campo.

Por sua vez, informa Caldart e Rolling (Idem, p. 236-241), que tais concepções e princípios pedagógicos implicam num currículo pedagógico organizado com base na realidade e no seu permanente movimento e que envolvem no ambiente educativo múltiplos espaços e tempo de atividades de aprendizagem e ensino planejadas e avaliadas com esmeros cuidados; que faz dos problemas e desafios dos assentamentos e acampamentos objetos de estudo e ação, produzindo conhecimento com valor de uso social na realidade concreta; que produz, socializa informações e conhecimentos científicos, que centrem o processo pedagógico em situações objetivas reais, provocando necessidades de aprendizagem e que capacitem os seus sujeitos na resolução de seus próprios problemas. Entre outras dimensões, um currículo que entre em sintonia com a gestão democrática da escola e com a criação de coletivos pedagógicos; enfim, sintonizado com uma “Educação que (se) alimente (d)a utopia (Caldart e Kolling, 1997, p. 223 – 242).

Também Márcia Regina de Oliveira Andrade, da Universidade Estadual de Campinas (SP), fala da educação no âmbito do MST e na perspectiva de *construção de um novo homem e da própria continuidade do movimento. Já Gelsa Knijnik discute as contribuições do MST para educação popular. Para ela, o MST representa hoje o novo tanto em termos de formas de organização popular quanto em termos organizacionais, de forma que, no âmbito deste movimento social, a luta pela terra esta de tal forma amalgamada com a educação que é realizada, que ambas mutuamente se reforçam. Portanto, se teria “uma educação que se processa na luta, para fortalecer a própria luta, envolvendo principalmente o desafio de mostrar que a produção coletiva, nos assentamentos, é uma saída viável do ponto de vista econômico, produtora de novas condições sociais e culturais” (Knijnik, 1997, 263-270)¹⁴.

Participando também do debate em “A reforma agrária e luta do MST”, Sérgio Gorgen enfatiza a religiosidade e a fé na luta pela terra. Pontua que na luta pela terra, fé e luta social se unem numa nova síntese e que indicam, entre outros, os seguintes aspectos: a) trabalhadores em luta encontram na religiosidade que assimilaram culturalmente de seus antepassados, forças para dar um passo decisivo de rompimento da ordem legal imposta que os excluía da terra e protegia o latifúndio; são lutas de cunho popular, de grande significado histórico e político, onde a religiosidade que se faz presente e a legitimação religiosa são fundamentais para construir a identidade e resistência destes trabalhadores contra os poderosos. Nesta luta, alguns sacerdotes e agentes da pastoral encontram formas de dialogar com o povo, buscando soluções para suas necessidades, construindo canais de diálogo entre a Igreja oficial e o catolicismo popular. A Igreja não aparece, portanto, condenando a organização popular, deslegitimando a religiosidade popular e nem fazendo eco à repressão comandada pelas elites dominantes. Ao contrário, está junto na ocupação; não está pensando fazer seu caminho próprio, está junto com os trabalhadores para promover a sua auto-

¹⁴ Varias outras contribuições vem sendo produzidas sobre o MST e a educação. Podemos citar: Antuniassi, Maria Helena Rocha e Andrade, Maria R. de Oliveira. Trabalho e escolarização de crianças em núcleos de reforma agrária no Estado de São Paulo. Em: revista da ABRA, v. 21 n. 2, 1991, p. 29-38. Knijnik, Gelsa. O saber popular e o saber acadêmico na luta pela terra: uma abordagem etnomatemática. Em Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, nº 1, Blumenau, 1993. Knijnik, Gelsa. Intelectuais, movimentos sociais e educação. Em: Veigas Neto, Alfred (org). Crítica pós-estruturalista e educação. Porto Alegre: Sulina: 1995, 57-81; Lazariotti Filho, Ari. Nossas Paixões: A terra e a bola. Um estudo de cultura do movimento em assentamentos do MST. Florianópolis: UFSC: 1995. MST. Princípios de educação no MST. Cadernos de Educação, nº 8, São Paulo: MST, 1996. Caldart, R.S. e Roling, Edgard Jorge. “A educação de crianças nos acampamentos e assentamentos”. Em: Frei Sérgio Gorgen e João Pedro Stédile (Org.) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, Vozes, 1991. Andrade, M. G. de Oliveira. O destino incerto da educação dentro os assentados do Estado de São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1993. Sposito, M.P. A ilusão fecunda. A luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec, 1993.

organização sem negar a sua dimensão religiosa que se incorpora neste processo educativo. Assim, segundo Górgen (Idem, p. 283–284), o povo faz de sua religiosidade, de suas devoções, das orações para fechar o corpo, das promessas para os santos, uma autodefesa para enfrentar o medo e encarar o futuro, sem nenhuma caracterização de credence popular ou coisa do gênero. O padre e agente de pastoral não aparece de fora legitimando a luta, está junto, entra junto na ocupação. Este padre e agente de pastoral trazem e apresentam algo novo nesse processo de luta e muito aceito pelo povo: a bíblia que não integrava de maneira forte a religiosidade popular e nem o catolicismo oficial mais tradicional. Na bíblia encontram motivações para luta pela terra e “se vêem como num espelho como um novo Povo de Deus em busca da “terra prometida” acompanhados de fato pela força divina transcrevendo:

“Se vêem, como num espelho, como um novo Povo de Deus em busca da “terra prometida”, acompanhados de fato pela força Divina” (Górgen,1997, p. 284).

Enquanto Pedro Tierra (1997: p. 293-310) faz um relato de viagem e visita a Eldorado do Carajás, após o massacre dos sem terra, Sérgio Leite analisa os impactos, dimensões e significados dos assentamentos rurais do Brasil. Já Jurandir Zamberlan e Alceu Fronchetti (1997, p.177-188) fazem uma análise das respostas econômicas de assentamentos rurais. Aliás, desde que nos anos 90, o MST começou a investir com mais afinco na viabilidade econômica e social das áreas de assentamento e na sua própria visibilidade pública, muitos intelectuais passaram a se preocupar com a questão do movimento social pela reforma agrária. Inúmeros estudos foram conduzidos em áreas de assentamentos e enfocando vários aspectos e dimensões.

Tudo parece indicar que, em torno do movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, emergiu nos anos 90, um novo campo temático pela significativa produção acadêmica: assentamentos rurais. Impossível relacionar e comentar toda essa produção e que diz respeito aos movimentos sociais agrários nos limites dessa nossa reflexão. Entretanto, vale salientarmos: os trabalhos de Gaiger (1994, 1991) que analisa a diversidade cultural em áreas de assentamento dos sem terra no Rio Grande do Sul; de Almeida (1999, 212-229) que estuda estratégias, limites e possibilidades de autonomia reivindicada nas áreas de assentamento no Rio Grande do Sul, de Pereira e Campos (1996) que se preocupam com a identidade social e posse da terra no assentamento Batatal (RJ). Identidade social também é o foco de estudo de Tarelho (1988), com os sem – terra de Sumaré (SP). A dicotomia rural-urbano nos assentamentos de Rio de Janeiro é analisada por Castro(1995). Já Bergamasco (1996, 1994) preocupa-se, sobretudo, com organização do espaço produzido e o processo de socialização; Bussinger (1992) estuda a importância dos mediadores em assentamentos de sem-terra no Espírito Santos e Cazella (1992) enfoca a cooperação agrícola numa área de assentamento de Santa Catarina. Os mediadores são também preocupação de Ferrante (1998, 1994) e Giulliani e Castro (1996) estudam os assentamentos no Rio de Janeiro do ponto de vista da recriação de espaços sociais.

A questão econômica tem sido sempre enfocada: Leite (1992, 1994, 1995), Navarro (1994), Zamberlan e Florão (1991); Zamberlan e Fronchetti (1995); Silveira (1995) Galindo e Macedo (1991), Lopes (1998), etc. O desafio da organização interna dos assentamentos é enfocado, entre outros, por D’Incao e Roy (1995), Zimmermann (1995), Rocha e Apel (1992), D’Incao (1991) etc.

A bibliografia sobre o movimento de luta pela terra é significativa. Para além desta bibliografia que trata de assentamentos rurais, podemos citar alguns trabalhos como o de Stédile e Górgen (1993) que descreve a história do MST, as suas características, as lutas e conquistas de 1983 – 1993. A reorganização dos brasilgúaios pelo MST é estudada por Cortez (1994) e por Bracagioli Neto (1991). Gehlen (1991) estuda o movimento social pela terra e a

reforma agrária no sul do Brasil; Gaiger (1991) a cultura, a religião e práxis sóciopolítica dos sem terra também no sul do Brasil. Já Gelsa Knijnik (1993) estuda o saber popular e o saber acadêmico na luta pela terra. Esta luta é revisitada por Stédile (1993). Grzybowski (1991) avalia os desafios e perspectiva dos movimentos populares rurais em geral e, Ivo Poletto (1991) procura realizar uma análise da crise que se abateu no início da década sobre o movimento social de luta pela terra. Torrens (1992, 1991) estuda respectivamente o MST no Paraná 1981/90 e o MST no Rio Grande do sul (1978-1990), enfocando os conflitos de mediação política da luta pela terra. Schimidt (1991) procura estudar a luta dos MST no Rio Grande do Sul; Gomes (1990) enfoca a luta dos agricultores do sudeste do Paraná entre os anos de 1978 a 1989, enquanto Franco (1992) procura estudar as identidades sociais no campo no contexto da luta pela terra.

Blumer (1990), também procura analisar uma década de lutas sociais no campo no sul do Brasil (1978-88); Grynszpan (1990) estuda a ação política dos grileiros e posseiros na luta pela terra na baixada fluminense; Novick (1994, 1992) faz um estudo da ação do Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro no governo de Brizola (1983-1988), e Pantoja (1992) procura estudar a trajetória de sem terra à assentado. A diversidade cultural e a identidade coletiva no MST são estudadas por Schwendler (1994). Entre outros movimentos, o MST é estudado por Gohn (1997) enfatizando o seu crescimento organizacional e a criatividade e inovação que realiza em seu modo de produção.

No âmbito do Nordeste, Camargo (1994) resgata as experiências concretas de reforma agrária na Paraíba. A CPT e a luta pela terra na Paraíba são estudadas por Nunes (1997) e por Silva (1997). Costa (1996), por seu turno, analisa o Movimento de Luta pela Terra (MLT) no estado da Bahia. Carvalho (1995) enfoca as trajetórias culturais e saber político nos conflitos de terra em Bananeiras (Pb), Potengy (1990) analisa a participação política e movimentos sociais agrários na Paraíba. Já Araújo (1992) estuda as lutas dos trabalhadores rurais em Touros (RN), Gomes (1990, 1991) enfoca os conflitos de terra, enfatizando o caso de Rio Grande do Norte; Palhano Silva estuda o movimento social pela terra no Rio Grande do Norte. O MST no Rio Grande do Norte é enfocado por Dantas (1996) do ponto de vista de uma poética da luta política. Entre outras contribuições, França estuda a luta pela terra no Ceará, enfatizando o direito insurgente como direito dos oprimidos do campo. Vejamos a dimensão de aprendizagem do movimento social de luta pela terra em alguns destes trabalhos.

A Maria da Glória Gohn (1997) preocupa-se fundamentalmente em "Os sem terra, ONG's e cidadania", com as práticas coletivas relativas à questão da educação, em especial aquelas contidas no processo de formação de lideranças do MST. A autora começa destacando que a educação escolar, de adultos, política, religiosa e sindical tem um lugar central no movimento dos sem terra. Observa que as escolas dos acampamentos e dos assentamentos preparam as crianças a partir da valorização do homem e da vida no campo. Outros destaques: toda a alfabetização tem como exemplo a realidade mediata que vivenciam; ensina-se técnicas agrícolas desde tenra idade, as crianças são preparadas para a cooperação e a escola tem uma direção coletiva e democrática, o coletivo da escola preocupa-se preocupar com o desenvolvimento individual de cada aluno e o professor deve ser um militante do movimento. Neste sentido a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular. A proposta do MST seria, portanto, essencialmente política. Através do Departamento de Educação da Fundação Educacional do Estado do Rio de Grande do Sul (FUNDEP), articulado ao MST, são oferecidos cursos de capacitação para candidatos e representantes do movimento popular eleitos para os cargos de administração pública. O movimento ainda produz cartilhas para a área de educação não formal. São cartilhas didáticas que tematizam: como se constrói um movimento de massa, trabalhos de massa e grupo de trabalho, a questão da mística, organização e emulação, etc., (Gohn: 1997, 146-147).

Enfatiza ainda que: a mística (caminhada dos oprimidos em busca de libertação, símbolos, hinos, palavras de ordem, etc.) está associada a elementos de ordem moral que valorizam a confiança, a combatividade, o espírito de sacrifício, a responsabilidade e a honestidade. A idéia central é a de que, quanto mais a massa se mobiliza mais ela se educa e se disciplina na participação. Neste sentido, festas, celebrações, caminhadas, caravanas, passeatas etc. são ações que colocam em prática tal princípio. Mas, o MST também realiza cursos de formação técnica. Na capacitação técnica, reelabora saberes em que as experiências passadas são confrontadas com as necessidades do presente relacionadas ao planejamento, gestão e controle em moldes cooperativistas. Concordando com Caldart (1987) para quem este processo é o essencial do ato educativo, Gohn (1997: 148) destaca também que este processo constitui ações comunicativas no sentido do Habermas (1990). Assim, o agir comunicativo existente na cultura camponesa costumeira, decorrente de um saber empírico e que se materializa nas formas de trabalhar a terra e ordenar o processo produtivo se defronta diante de um agir racional que as práticas coletivistas exigem. Deste processo resultaria a produção de novos saberes que poderia se tornar forças produtivas, materializando-se assim um processo de aprendizagem. Nestes espaços comunicativos, conforme a autora estariam ainda presentes os processos de sociabilidade materializados nas relações cotidianas, no convívio social, como festas, comemorações etc. Gohn informa que através da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), fundada em 1992, o MST fundou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Este centro de educação tem a finalidade de capacitar os assentados visando a sua inserção competitiva na economia de mercado capitalista. O ITERRA oferece cursos, elabora cartilhas, organiza laboratórios experimentais articula convênios e financiamentos para capacitação técnica de seus membros. A inserção dos assentamentos numa economia de mercado de forma competitiva desta forma não representaria somente uma frente de luta, mais novos patamares de aprendizagem, mediante processos de capacitação em vários níveis para atender uma gama de demandas.

Entretanto, embora o MST venha se constituindo num vasto laboratório de criatividade e inovação, sua dimensão educativa tem apresentado contradições e impasses. Gohn (1997, p.150) aponta os seguintes problemas enfrentados e que suscitam novos processos de descentração política ideológica no nível da direção e das lideranças do MST: rigidez de diretrizes programáticas com dificuldades de serem assimilados pela massa dos assentados; implantação de novas práticas consideradas coletivizantes desconsiderando a tradição e os costumes de meio popular; há uma tensão entre os projetos das coordenações do MST e os projetos dos próprios trabalhadores, pela desconsideração da agricultura familiar, baseada no convívio entre parentes. Esta, na ótica de Gohn, choca-se com a produção e comercialização cooperativada, principalmente em regiões como o norte do país que não tem esta tradição. Tais fatos, informa Gohn, tem levado as lideranças a flexibilizar os rígidos estatutos de cooperativas e a investir em espaços associativos para assimilação processual de novas práticas. O associativismo, no lugar da cooperativa, tem sido em alguns casos, uma forma mais flexível e mais simples que possibilita a conciliação ente os projetos coletivos e a posse individual familiar da terra.

Esses e outros problemas, portanto, somado as dificuldades que o MST tem de lidar como as diferenças regionais e culturais, incluindo a linguagem, como também já alertou Zander Navarro (op. cit. p. 125) estão relacionados a um problema mais geral: a Coordenação Nacional dos Sem Terra elabora políticas e estratégias principais para um país com dimensões continentais e uma diversidade cultural enorme, provocando um descompasso entre diretrizes, estratégias e políticas nacionais e as realidades regionais e mesmo locais. Desta forma, o movimento precisaria pensar numa agenda nacional que levasse em consideração o regional e o local, sob pena de se tornar inócuas tais diretrizes e estratégias. E isto seria ainda mais

crucial numa conjuntura nacional em que o município vai se tornando cada vez mais o locus privilegiado de tomada de decisões e de gestão e responsabilidades administrativas de políticas e fundos públicos (Gohn: 1997: 150-151). Tais descompassos e impasses, a nosso ver, suscitam novos processos de abertura político-ideológica e inovações no campo organizativo; portanto um processo de descentramento à inovação e na busca de respostas aos desafios colocados pelas diferenças regionais e culturais; pelo deslocamento municipalizador das políticas e fundos públicos e, sobretudo, de articulações entre o local e o regional e o nacional no âmbito de diretrizes, estratégias e políticas de um movimento estruturado segundo os princípios do centralismo democrático. Além disso, há necessidades emergentes e que exigem respostas no plano local dos assentamentos: a coordenação democrática da diversidade de interesses, de projetos familiares/individuais e, a questão do próprio respeito às diferenças, o que exige um processo de abertura normativa e político-ideológica das lideranças do MST. Com virtualidades, impasses, contradições e desafios político - ideológicos e organizativos; e, apesar de erros, acertos e equívocos; Gohn (1997) nos apresenta o MST como uma escola viva e dinâmica de ressocialização política e de integração social dos sem terra do Brasil.

Este processo de abertura ou descentração político - ideológica e normativa das lideranças e coordenações regionais do MST tem sido a exigência talvez mais difícil pela presença de sectarismos, centralismos e fechamentos políticos que dificultam a ampliação de arco de alianças em todos os níveis na luta pela reforma agrária no Brasil. Dificultam alianças inclusive com os aliados mais próximos do movimento como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), federações estaduais e sindicatos de trabalhadores rurais e com as próprias instâncias nacionais, estaduais e regionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tal postura da direção e lideranças nacionais, regionais e locais do MST contraria os princípios dialógicos da educação popular levadas a efeito pelas instituições e entidades que estiveram na origem (e ainda estão) da luta pela terra em várias regiões do país, como entidades de apoio (ONG's), sindicatos e a própria CPT. A compreensão da prática político - pedagógica democrática dos trabalhos de educação popular é enfatizada por muito educadores, principalmente por Paulo Freire, que em quase todas as suas obras tem destacado, entre outras questões, uma severa crítica a todo tipo de autoritarismo, principalmente ao sectarismo e ao voluntarismo, tanto no campo de crítica e quanto no âmbito da prática política (Paulo Freire, 1997, 1972, 1987).

Se todos esses fechamentos e isolamentos políticos são feitos em nome da autonomia do movimento, o que se observa de fato, conforme Gohn (1997, p. 148) é que tais padrões normativos de ação política é uma herança dos pressupostos clássicos da esquerda tradicional, de práticas e valores advindos dos partidos de esquerda. Nesta direção, Torrens (1992) mostra que o MST não é só o fruto de suas próprias ações e da vontade eletiva de seus integrantes, mas também de um processo de confronto e interação com outras entidades e instituições que atuam no campo. No caso paranaense, o MST nasce do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, de Sindicatos e de outras entidades na mobilização e articulação dos colonos sem terra. Cabia na prática ao grupo de assessores as orientações básicas na definição dos rumos da luta pela terra e de sua forma de organização. Na medida em que a organização dos diversos grupos locais e sua articulação foi tomando formas regionais, se estruturando em coordenações estaduais e depois também nacional; o movimento foi tomando corpo no sentido de encaminhar as lutas e se organizar independentemente. O nível de organização e da socialização política alcançado pelo movimento manifestou um desimbricamento do MST com as organizações que estavam na sua origem. Num quadro de confusão e superposição das atividades de tais organizações com relação às do movimento houve uma redefinição do trabalho de cada entidade e de suas funções. Configurou-se, portanto, a consolidação da estrutura autônoma e orgânica do MST como movimento, favorecida com o apoio financeiro

de entidades internacionais de cooperação e solidariedade. Daí para frente o MST vai intensificando as lutas e vai ampliando a sua base social de sustentações política (Torrens: 1992 - 220). Torrens observa que esse processo de autonomização político-organizativa do MST, entretanto, levou-o a um estreitamento político cada vez mais evidente e avesso a alianças. Posturas de autonomia, independência e, sobretudo, de “autosuficiência” (grifos do autor) levo-o, inclusive, a um distanciamento progressivo em relação as próprias organizações que lhes serviram como patamares e elos nucleadores, relegado-as a um plano meramente supletivo (CPT, Igreja, Departamento Rural da CUT, partidos, ONG`s), (Torrens, op. cit. 221).

Diante de tal processo, haveria para o autor, uma dispersão e fragmentação das energias coletivas na mediação da luta pela terra, sendo que essa mediação na luta pela terra ganha novo significado, o que marca descontinuidades de conteúdo com a forma anterior. Assim, conforme, Torrens, com o passar do tempo, a dimensão política da luta se sobrepõe a sua dimensão religiosa, diminuindo consideravelmente o peso dos elementos de cunho religioso na simbologia, nos valores éticos e morais de comportamentos, na mística, na identidade social. A luta pela terra passa a ser encarada como instrumento de um processo de transformações necessárias a realização de uma reforma agrária ampla, radical e massiva e nos marcos da construção de uma sociedade socialista. Entretanto, pela interpretação do autor, esta mudança não parece ter sido um salto para novos patamares de aprendizagem em termos de ampliação de amplas forças necessárias a criar condições efetivas de uma reforma agrária, já que o MST passou a disputar abertamente com os sindicatos e a Comissão Pastoral da Terra o capital político acumulado em vários anos de luta e na definição da hegemonia pela representação dos interesses dos sem terra. A fragmentação das forças sociais e a tendência do isolamento político do MST são, na visão de Torrens, paradoxal, já que todas sentem-se abrigadas ou convergentes com o Partido dos Trabalhadores. Se o MST é o principal ator dessa fragmentação das forças possibilitadores das condições efetivas de uma reforma agrária, este quadro traçado por Torrens nos lembra a assimilação - por este movimento - do que Martins (1997: 28-29) chama de fragmentação e corporativismo de nossas esquerdas. Essas esquerdas avessas à reflexão teórica e à revisão crítica da teoria e da prática padeceriam de uma espécie de esquizofrenia política expressa por um espírito de seita, de dogmatismo, lhes faltando uma predisposição à tolerância recíproca e democrática.

Deste ponto de vista, teríamos, portanto, uma espécie de involução do MST, uma desaprendizagem que lhe coloca desafios internos e que se confronta com adversidades conjunturais que poderiam levá-lo, como levou, nos últimos anos, a novos patamares de reflexividade necessários a construção de predisposições à abertura e às inovações.

Ainda, a título de exemplo, vamos aqui encetar um diálogo com Silva (1995) que realiza uma reflexão sobre a luta pela terra no contexto do Nordeste do Brasil, mais precisamente no estado do Rio Grande do Norte. Reflexões semelhantes são feitas no contexto da Paraíba por Nunes da Silva (1997), Camargo (1994), Pereira da Silva (1997) e Cardoso (1993). Cabe destacar, também, o trabalho de Martins (1990) sobre a luta pela terra no estado do Ceará e os trabalhos de Castro Júnior (1994) e França (1995) que dão conta da insurgência de novos padrões relacionais e formas de resistência à terra em áreas de assentamento, também no Ceará.

Realizando uma incursão no período que vai de 1960 a 1990, com base em pesquisa documental e de campo, Silva (1995) faz uma discussão sobre questões que emergem das áreas de conflitos de terra no Rio Grande do Norte, e que dizem respeito à mediação política e às relações sociais, ou seja, à luta pela terra e o seu papel na democratização das relações sociais. A hipótese que norteia o autor é a de que, apesar de continuidades, há mudanças no ordenamento das forças que lutam pela terra e pela reforma

agrária e nas que lhes são opositoras. Neste sentido, enfatiza que o movimento dos camponeses apoiado por atores que fazem a mediação política (sindicato, Igreja) coloca

“na ordem do dia, não apenas para aqueles que estão circunscritos às suas ações, mas para toda a sociedade, questões que devem pautar a vida social: democracia, autonomia, propostas, pluralidade, fraternidade e solidariedade; não a partir de algo distante, mas da vivência concreta que pode começar hoje, mas sem data estabelecida para se concretizar” (Silva, 1995, p.15).

Como emerge a luta pela terra naquele contexto? Silva descreve que essas lutas nascem muitas vezes de forma isolada, na verdade sem organização aparente e sem significado para alguns e aos olhares de “organizadores imediatistas” (grifos do autor). Entretanto, tais ações coletivas, mesmo que isoladas, romperiam com as regras estabelecidas, seja no interior das fazendas, seja no aparato jurídico, levando os camponeses a emergirem no cenário político como demandantes de direitos no processo das lutas. Os grupos insurgentes passam a buscar apoios de entidades e setores organizados da sociedade civil, desta forma criando condições para darem respostas mais organizadas e ampliam a própria base de sustentação política do movimento. Forjariam, assim, espaços diversos e formas distintas de sociabilidade, entrançando articulações de agentes sociais, condensando interesses e formulando proposições a partir de demandas imediatas (Idem, Ibidem).

Quanto aos mediadores, o autor enfatiza que a relação do movimento com eles não visam somente apoio na resolução de problema, do conflito social (dos atos de violência, da desapropriação de terras, da busca de informações e formação política e de articulação de agentes e grupos sociais). Mas, sobretudo, para criar condições que garantam formas de sobrevivência na luta (Idem, Ibidem).

Neste processo de organização e socialização política, são construídas “estratégias de contestação camponesa que assinalam movimentos de mudanças que vai sendo sedimentadas no amadurecimento das relações sociais” (Idem, Ibidem). Tais estratégias são materializadas no próprio repertório das lutas: resistir para não perder a terra de roçado ou casa de morada, levar a questão ao sindicato para acessar o reconhecimento institucional do conflito, realizar reuniões e encontros de formação dos agentes, de reflexão e avaliação das lutas: realizar atos públicos, caminhadas e romarias da terra para dar visibilidade pública aos conflitos e construir uma opinião pública favorável a luta e, com isto, atingindo os âmbitos decisórios; discutir com opositores e mediadores nos locais dos conflitos e nos gabinetes e realizar ocupações de terra como mecanismo eficaz de institucionalização dos conflitos. Nesta descrição do Silva (Idem, ibidem: 16) temos na verdade os espaços e processos de aprendizagem que se dá na luta, na ação, evidentemente com recuos e avanços, e até retrocessos, muitas vezes dependentes das respostas do Estado, principal alvo em termos da resolução do conflito.

Mas, para Paulo Roberto Palhano Silva, nessa trajetória, haveria também um processo de subjetivação, de constituição de um “nós” forjada na teia de relações sociais vivenciadas pelas famílias camponesas em luta; “nós” que pressupõe, portanto, elaboração de regras de convivência coletiva e solidária na perspectiva de viver um novo momento de luta pela terra. A afirmação dessa subjetividade é sinal que traz consigo a busca pelos direitos, almejando ser considerado e reconhecido na esfera social e política da sociedade. Assim, “a sua participação enquanto agente social ou grupo, no interior dos movimentos sociais, assume um significado de ampliação dos direitos, da dignidade e da sociabilidade” (Idem, ibidem).

b) Literatura Sobre Outros Movimentos Relacionados com a Terra e ao Meio Ambiente.

Nos anos 90 e, até por indução da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio – 92), ascendeu e se expandiu o movimento social em defesa do meio ambiente e o ecologismo. A produção acadêmica acompanhou todos esses desdobramentos mobilizadores em termos do desenvolvimento sustentável, da qualidade de vida e da defesa da vida no planeta. Privilegiaremos aqui a produção científica sobre os movimentos populares que defendem os seus modos de vida e seus territórios ameaçados pela reprodução ampliada do capitalismo, os quais expressam um ecologismo de extração popular. Basicamente estamos nos referindo aqui ao Movimento dos Atingidos por Barragens, ao movimento da União dos Povos da Floresta e outros movimentos de cunho mais regional/local.

Sobre as lutas sociais contra as barragens e outras lutas são exemplares da produção acadêmica sobre o assunto: Andrade (1990) que enfoca a luta dos índios contra as barragens; Brondane (1990) que enfatiza em seu trabalho a trajetória da luta contra as barragens do rio Uruguai; Fuchs (1990) que procura analisar aspectos da metodologia da luta popular contra a barragem de Itaipu (Paraná). Ainda: Ricardo (1991) que enfoca os impactos das usinas hidroelétricas sobre as populações indígenas e suas lutas; Viana (1990) que discute as relações entre os movimentos dos atingidos por barragens; Waldman (1990) que procura fundamentar o caráter ecológico dos movimentos sociais, como o dos povos da floresta e o dos atingidos por barragens. Este autor faz uma releitura da questão ambiental a partir dos atores sociais e sujeitos políticos implicados na defesa da vida e da natureza, destacando os movimentos populares agrários do Brasil (Waldman, 1997). Já Vianna, Leroy e Tavares (1990) mostram como os atingidos por barragens estão se pautando por uma nova organização do espaço agrário e ampliando e colocando em outro patamar a questão agrária e o problema da reforma agrária. As hidroelétricas também são temas de Sevá (1990) com foco na organização dos atingidos.

Castro (1992) enfatiza as sociedades indígenas e sua relação com a natureza. De forma geral Martins (1991) defende um socialismo ecológico, apontando para novos patamares a luta em defesa da vida planetária. Por seu turno, a CDDH (1992) enfoca os impactos e as lutas da barragem de Itaparica, no submédio Rio São Francisco, em Pernambuco. Quanto as comunidades negras, Cruz e outros (1996) enfocam a luta de quilombos como o Frechal, no Maranhão. Luta pela regularização de suas terras e pelo o seu reconhecimento como reserva extrativista. Este fato demonstra que as lutas dos povos da floresta a partir do Acre, tem se constituído num aprendizado social que extrapola os grupos indígenas, os seringueiros, os castanheiros e ribeirinhos amazônicos.

Bombieri (1998- 67, 72) analisa a situação dos povos indígenas do Maranhão que lutam também pela demarcação de suas terras. Denuncia a cumplicidade do Estado com os latifundiários e os mecanismos de cooptação através de ações pontuais e assistencialistas. Os autores Chagas e Sousa (1998, 227 – 234) destacam o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, analisando as sua trajetória e a sua expansão em quatro estados: Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Discutem os avanços do movimento na preservação dos babaçuais no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária. O aprendizado social de que é portador este movimento, tem levado a corporificação institucional de importantes lutas: a luta pelo livre acesso das mulheres aos babaçuais conseguiu a Lei do Babaçu Livre em alguns municípios; o governo do estado do Maranhão isentou do ICMS os subprodutos do babaçu, beneficiando as quebradeiras e as cooperativas agroextrativistas. Avaliam que houve avanço nas relações de gênero, já que há uma maior compreensão entre homens e mulheres no ambiente doméstico e uma maior aceitação de sua participação nas reuniões dos movimentos populares. Pelo lado das políticas públicas, as quebradeiras participam dos Comitês Municipais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Projeto Geração

de Renda (PROGER), também dos conselhos municipais de assistência social, tentando democratizá-los e lutando por propostas que beneficiem os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesta direção, Filho, Pedrosa e Costa (1998: 243-250), analisam a luta do movimento das comunidades negras do Maranhão na sua luta contra o estigma e o racismo, e pela demarcação de seus territórios comunitários e ancestrais e nos quais desenvolvem seus modos de vida.

Os movimentos dos povos da floresta e dos atingidos por barragens recebem uma atenção especial de Waldman (1997). O seu estudo por ser mais abrangente merece a nosso ver certa atenção. Este autor defende que estes movimentos de “deserdados da terra” e das populações “primitivas” (grifos do autor) conseguem criar projetos sócio-ambientais que o mais radical capitalista verde está longe de elaborar. São projetos que contemplam equilíbrios sociais e ambientais, e, portanto, consistem em verdadeiros “laboratórios de criatividade”, nos quais se testam novas alternativas societárias. Tais projetos associam a relação mantida com meio ambiente a concepções éticas de sociedade e natureza. Seriam, portanto, processos de aprendizagem, já que nas palavras de Waldman “estão dando explicitação social ao chamado ‘novo paradigma ambiental’ (grifos do autor), normalmente trabalhado de forma abstrata e a classista” (Idem, p.31).

Levando em conta a premissa de Carvalho (1991), de que o meio ambiente é uma referência concreta de atuação das sociedades ao longo da história, nivelando e reelaborando suas concepções de natureza, Waldman considera a diretriz de que tanto a crítica da relação atualmente mantida com o meio ambiente, quanto as propostas de reformulação dessa relação devem obrigatoriamente incorporar a dimensão social mais ampla. Esta diretriz, segundo este autor, aparece em todas as lutas populares com interface ambiental: aparece, assim, nas diretrizes da luta dos povos da floresta que ao defenderem a floresta equatorial amazônica contemplam a questão da organização sindical, da violência rural, da reforma agrária, da participação popular e da demarcação das terras indígenas. Aparece nos movimentos de apoio a milhões de camponeses à procura de uma terra para trabalhar e que contemplam uma proposta de revisão do modelo agrícola existente, que privilegia a diversidade agrícola e a adaptação das culturas a diferentes tipos de solos e ciclos naturais, constituindo-se em movimentos sociais que apresentam um apoio concreto à luta ecológica. Também, diretriz aparece no movimento dos trabalhadores que lutam por melhores condições de trabalho e de vida, colocando-se contra os envenenamentos provocados por agrotóxicos e os efeitos perversos da revolução verde.

Entre outras questões e outras lutas com interfaces com a luta ecológica, Waldman destaca que o Movimento de Atingidas por Barragens tem aglutinado trabalhadores rurais e povos indígenas numa aliança estratégica na luta contra os megaprojetos hidroelétricos, associados às indústrias eletrointensivas e transplantadas dos países centrais. Em todas essas situações, e em outras, enfatiza que a defesa do meio ambiente é realizada através do confronto com aparato de poder do Estado e das elites locais. Em face disto, o autor defende um novo patamar de socialização política dos movimentos ecológicos propriamente ditos e de seu fortalecimento na construção de uma sociedade ecologicamente responsável e justa, mediante uma articulação de alianças com o campo popular. Com isto, segundo Waldman (Idem: 33), pode-se debater concepções elitistas e excludentes de ecologismo que em vários momentos e casos tendem a transformar-se numa variante bem sucedida de “microempresa ecológica” com uma política de marketing bem produzida que pouco ou nenhuma benfeitoria traz ao meio ambiente. Tais propostas, para o autor, se implementadas traria vitalidade e amadurecimento para o movimento ecológico, mediante um salto qualitativo e quantitativo, para que na esteira da luta de massas, possa estar representado e atuante.

Se os movimentos sociais agrários têm esta interface ecológica popular e tem esta função pedagógica para vitalizar o ecologismo e a utopia ecológica, de extração pequena - burguesa e urbana, para o autor esta é uma concepção estratégica que pressupõe o confronto com o Estado e a ideologia das elites dominantes. Visa, por outro lado, o fortalecimento dos valores das classes populares, tornando a ecologia um tema que perpassa os demais pelo seu claro papel organizador e que aguarda aprofundamentos teóricos e concretos. Assim, a questão ambiental deveria estar engajada com os movimentos sociais populares para enfrentar a crise ambiental. Esta constitui a própria crise do sistema da ordem estabelecida, e, essa aliança é importante para não abrir vácuo para um ecologismo de resultados, para soluções e propostas técnicas legitimadoras da ordem e que se inscrevem, nas palavras do autor, conjuntamente com o "desenvolvimento sustentável" e teses semelhantes que visam, através de amplo esforço internacional, amenizar os problemas sócio-ambientais, sem, contudo resolvê-los efetivamente (Waldman, op. cit.: 54-55).

Waldmann, ao defender o fortalecimento de uma aliança do ecologismo combativo com os movimentos sociais urbanos e agrários, propõe na verdade colocar não só o ecologismo e a luta ambiental em outros patamares de fortalecimento e expansão, também reciprocamente de aprendizagem social já que: reforça a solidariedade do movimento ecológico com o campo popular, elaborando políticas para as interfaces possíveis com as lutas gerais da população; promove a defesa e o fortalecimento dos sujeitos políticos de outros movimentos (sindicatos, centrais sindicais, associações, Conselho Nacional dos Seringueiros, Atingidos por Barragens, União das Nações Indígenas etc.). Este autor defende a incorporação, pelo movimento ecológico, de temas enfrentados por esses movimentos e sujeitos políticos, tais como violência rural e defesa da vida de lideranças rurais, indígenas, sem terra, articulando-os aos movimentos pacifistas, antinucleares e outros em escala planetária. Desta forma, se reforça formas de lutas que buscam o questionamento social dos desequilíbrios ambientais, se promove a confiança na organização popular, ao lado do Parlamento, como instrumentos voltados para construção de uma sociedade justa, fraterna e democrática, entre outras questões.

Outro autor de importância na discussão sobre os movimentos sociais agrários e meio ambiente é Scherer-Warren (1993). Esta autora parte dos seguintes pressupostos que pretende avaliar: fraca presença da questão ambiental nos movimentos sociais rurais; condições reais e possíveis de articulação das lutas pela preservação da natureza e as lutas pela preservação de um modo de vida e, tipo de articulação concreta que vem sendo realizada entre os movimentos sociais rurais e os movimentos ecologistas e pelos direitos humanos. Em outros termos, em que medida existe uma questão ética na articulação entre a natureza (expressa nas lutas ecologistas) e a humanidade (expressa nas lutas pela sobrevivência). Em primeiro lugar, Scherer-Warren verifica o estado da arte dos estudos sobre os movimentos sociais agrários. Fazendo um mapeamento destes movimentos pós-anos 70, verifica o crescimento do número de organizações e manifestações no campo, representadas por uma pluralidade maior de atores sociais e uma diversidade de interesses coletivos. Destacam-se três movimentos que tem uma maior aproximação com os movimentos ecologistas: o movimento dos camponeses atingidos por barragens, o movimento indígena atingido por barragens e outras grandes obras, e o movimento dos seringueiros (posseiros e índios) que defendem o direito de preservação das reservas extrativas e do modo de viver na floresta amazônica. Verifica que, ainda que a prática destes movimentos os tenha aproximado de outros movimentos ecológicos, as pesquisas sobre eles não têm enfatizado as relações destas práticas com a questão do meio ambiente. Procura verificar tal hipótese com base em estudos de outros autores. Observa que não há em geral, uma consciência ecológica mais abrangente entre as populações rurais e que, ela aparece de forma mais relevante quando determinadas condições de sobrevivência de certos grupos estão ameaçadas. Observa ainda, que mesmo em

condições de insalubridade, em consequência do uso abusivo de agrotóxicos, a luta pela sobrevivência tem obscurecido a luta pela melhoria das condições de saúde dos trabalhadores rurais e uso de medidas preventivas no processo de trabalho agrícola. Entretanto, tal quadro tenderia ser alterado através da ação sindical. A autora conclui que, na situação atual, tudo indica que tanto as questões sobre meio ambiente são pouco consideradas pelos estudos sobre movimentos sociais quanto tem sido pouco consideradas por estes mesmos movimentos.

O modelo econômico brasileiro nas últimas décadas operou impactos ambientais no meio rural produzindo processos sociais que caminham em direções opostas: uma de integração e outra de exclusão populacional. No primeiro caso, a autora observa que a expansão capitalista no campo através de incentivos às plantations, à agropecuária e à agroindústria, tendeu a criar uma classe empresarial que se beneficia desta política e um segmento de camponeses integrados que se adaptam as novas condições de produção agrícola. Portanto, haveria aquele campesinato integrado de forma autônoma e competitiva ao mercado, beneficiando-se do crédito agrícola para se modernizar e apoiados no sistema de cooperativas para sobreviver à própria competição e, aqueles camponeses integrados à agroindústria (fumo, aves, suínos etc.) que se modernizam e têm certa segurança de colocação do produto pela via das empresas agro-industriais. Em ambos os casos, haveria para Scherer-Warren, o uso predatório da natureza e o abuso de agrotóxicos com sérios prejuízos tanto para a saúde dos produtores quanto para a qualidade de vida da população em geral que consome tais produtos. Entretanto, não haveria autocritica significativa a este modo de vida por parte dos produtores. Por outro lado, este mesmo processo tem sido seletivo e excludente, já que uma parcela significativa do campesinato, por insuficiência de terra ou por endividamento, não consegue sobreviver em tais condições de competição. Esta exclusão individual e/ou familiar leva a formação de contingentes de excluídos com tendência a organizar movimentos sociais como é o caso do movimento dos sem terra. A autora não considera a extenuante exploração do trabalho familiar, principalmente do caso dos integrados à agroindústria como fator de depredação e morte prematura de força de trabalho e, como fator deslegitimador da ação predatória do capitalismo e, o próprio fato de que a contaminação e depredação dos solos é fator que tende a levar famílias camponesas inteiras a engrossar as fileiras de movimentos como o dos Sem Terra. Também desconsidera o fato de que as condições de sobrevivência dos próprios grupos familiares integrados são limitadas pelo diferencial entre custos de produção e preços de mercado, cujos resultados são insuficientes para remuneração do trabalho conjunto dos membros das unidades familiares de produção. Esta sub-remuneração pode se constituir em fator de organização de movimentos sociais e de engrossamento dos já existentes. Em todo caso, Scherer-Warren nos apresenta uma grande demanda político-educativa favorável à movimentação social com interface ambientalista. Neste cenário, poderemos afirmar que as entidades representativas desses segmentos sociais camponeses têm muito a aprender ou a se reciclar, ao mesmo tempo em que mostra o quanto os movimentos ecológicos de extração pequeno-burguesa com seu diletantismo de "asfalto" estão distanciados das questões ambientais do meio rural e que tem consequências diretas na problemática ambiental e social urbana, na sua qualidade de vida em todos os sentidos e aspectos imagináveis(Idem; ibidem).

Outra situação enfocada por Scherer-Warren é o caso da exclusão coletiva do campesinato pela ação predatória do capitalismo: grandes projetos de implantação de hidroelétricas, minerações, madeireiras e agropecuárias. Estes projetos têm expulsado ou deslocado compulsoriamente comunidades inteiras de camponeses e índios. Pontua que, inicialmente, a implantação de grandes hidroelétricas e diante da ameaça irreversível de expulsão, as mobilizações coletivas se realizaram praticamente durante o processo e a execução dos projetos, como atesta os trabalhos de Sigaud (1988) com relação a barragem de Sobradinho, de Germani (1982) e Nascimento (1985) sobre o caso da barragem de Itaipu, de

Pandoffi (1986) no estudo de Itaparica, entre outros. Mais recentemente, enfatiza Scherer-Warren, como efeito do poder de difusão e de articulação dos movimentos sociais no campo, há mobilizações que se antecederam à construção destas obras, como é o caso dos projetos de hidroelétricas na beira do rio Uruguai, estudados por Scherer-Warren e Reis (1986 e 1989) e da Amazônia estudados por Santos, Nacke (1988) e Sevá (1989). Considera que é neste contexto histórico que surgirão condições de articulação entre lutas camponesas, indígenas ou extrativistas e lutas pela preservação da natureza. Estas condições são descritas por Scherer-Warren da seguinte forma:

“Entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência se expressa na luta contra a expropriação do próprio habitat, da terra e outros meios de produção, contra a ameaça a identidade cultural e comunitária, esta luta vem acompanhada de necessidade de preservação do meio ambiente, e surge a possibilidade histórica de ecologização de seus movimentos. As populações a serem atingidas por barragens (camponeses, ribeirinhos e indígenas), vêm-se ameaçados de perder a terra, seu principal meio de produção e garantia de sua sobrevivência. Os seringueiros (posseiros e índios), quando lutam contra a derrubada da floresta pelos pecuaristas e madeireiras; os ribeirinhos, quando se manifestam contra a poluição dos rios provocada por mineradoras ou agroindústrias, estão defendendo os seus meios de produção, sua fonte de vida. Porém, cada vez mais tem consciência ecológica de que, ao defender a floresta e o rio, estão também defendendo as fontes de vida planetária (Scherer-Warren, 1993: 102).

Contudo, salienta Scherer-Warren que, para que se possa compreender a articulação entre a luta pela sobrevivência e a luta pela preservação da natureza, será necessário resgatar um conjunto de significados simbólicos que essa gente e estes povos atribuem aos seus modos de vida. Entre esses significados, enfatiza a supremacia de uma concepção de “pessoa humana” (grifos da autora), presente na cultura camponesa. Com referência a este fato, a expulsão da terra, representaria para os camponeses, índios e outros um ato iníquo, violento e comprometedor de sua sobrevivência, que os privaria de seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa, da razão de sua humanização, de sua razão do ser. Assim, quando os atingidos pelas barragens lutam contra estas obras, haveria uma crescente conscientização sobre a desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhança e parentesco, da destruição de seus bens culturais e até de perda de seu modo de vida e de sua identidade de camponeses. Com relação aos índios, ocorre também coisa semelhante: os índios atingidos por barragens, além de sofrerem os impactos diretos como perda de terras, de territórios de caça, de mananciais de pesca, de aldeias etc. são vítimas de efeitos negativos de outra ordem como desorganização social do grupo, desnutrição, epidemias e no limite, o etnocídio. Exemplificando, Scherer-Warren conclui que, quando os seringueiros no documento final de seu II Encontro Nacional, realizado em 1989, em Rio Branco, Acre, proclamam como primeiro ponto da defesa de “modelos de desenvolvimento que respeitem o modo de vida, as culturas e as tradições dos povos da floresta sem destruir a natureza e melhorando a sua qualidade de vida” (AGEN, n. 152:9, apud a Scherer-Warren, idem: 103), estão realizando a articulação entre a necessidade de preservação de um modo de vida (condição de sua humanização) com a defesa de seu meio ambiente (condição para a sua reprodução) (Idem, ibidem).

Desta forma, podemos considerar que a ecologização destes movimentos representaria um processo crescente de aprendizagem que transcende os limites do senso comum tornando esta gente e estes povos em cidadãos do mundo, convergindo com aqueles e se articulando com movimentos que em escala planetária, defendem a vida no, e do planeta.

Um processo de conscientização que, a partir do cotidiano da luta concreta, leva-os a considerar a espontaneidade da esperança, a arte de assumir uma posição, a experiência da relevância ou da indiferença e, acima de tudo, as respostas ao sofrimento e a opressão, o desejo de autonomia adulta, a vontade de emancipação e a felicidade da descoberta de sua própria identidade frente à outras (Habermas, 1990:45).

c) Literatura Sobre o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

Certa gama de estudiosos tem se preocupado com o movimento social das mulheres trabalhadoras rurais, enfocando-o sobre vários aspectos. Destacam-se nos anos 90, além dos temas sobre direitos trabalhistas e de participação nos espaços públicos, incluindo as entidades representativas de classe; os temas relações de gênero e direitos reprodutivos. Alguns trabalhos têm focado especificamente os sujeitos coletivos deste movimento, como Sousa & Sousa (1998) que enfoca o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, já citado anteriormente; e o trabalho de Mendonça da Silva (1995) que estuda o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano, enfocando o percurso deste movimento e basicamente de suas lideranças dominadas na linguagem deste movimento de “coordenadoras”. A maioria destes estudos dedicados a um movimento específico tem um perfil de estudo de caso com recortes para uma determinada dimensão ou de regionalidade, característica predominante nos anos 80 e ainda nos anos 90, da produção científica sobre os movimentos sociais no país. Vejamos alguns: Chappellin (1990, 1992) discute as aspirações feministas das mulheres trabalhadoras rurais. Também tem mostrado como a ascensão da mulher ao espaço público tem acarretado em significativos investimentos na gestão conflituosa de uma multiplicidade de tarefas que acabam incidindo na construção de uma nova visão sobre as práticas sociais de homens e mulheres e na própria superação da identidade de dona de casa por uma identidade social ampla, em que, a mulher é percebida a partir de várias práticas cotidianas. Já em 1993, Chappellin produz uma contribuição que de certa forma inaugura uma discussão sobre os direitos reprodutivos, já que enfoca a luta sindical das mulheres pela ampliação e qualificação dos direitos sociais à saúde pública através de denúncias do descaso governamental no que se refere à assistência hospitalar, quanto à maternidade. Chappellin (1994) faz uma análise da trajetória das mulheres sindicalistas na Paraíba, Pernambuco e no Rio de Janeiro, através da qual constroem um quadro de referências (núcleo familiar, ambiente de trabalho e grupos associativos e de militância) vistas como fontes de aprendizagem e de construção de valores e projetos voltados para a orientação sindical. Portanto, seriam nestes espaços que se abririam as condições propiciadoras de um processo de ressocialização política das mulheres trabalhadoras rurais.

As particularidades e desafios da participação e representação feminina nos movimentos sociais do campo é uma preocupação de Cardoso, M. da C.(1993:66-76). Esta autora enfoca a participação das mulheres da região do Brejo Paraibano nas lutas sociais, construindo o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT), e buscando participar nas esferas e espaços de participação e direção sindical e no movimento sem terra. Esta participação, segundo esta autora, tem levado as mulheres trabalhadoras rurais tanto a dinamizar estes movimentos sociais através da elaboração de novas propostas de lutas quanto pela discussão e lutas em torno das próprias demandas específicas dessas mulheres. Mas esta trajetória das mulheres trabalhadoras, de transposição do espaço privado doméstico para a participação nos espaços públicos e institucionais de representação de classe e de decisão de propostas e projetos que lhes dizem respeito, tem sido sinuosa e conflituosa. Conforme, pode-se ler em Cardoso, M. da C. (op. cit.: 67-78), a interdição de sua participação nos grupos

sociais organizados e movimentos começa nas relações com os homens a partir do próprio espaço doméstico, amplia-se no espaço dos sindicatos e das associações e em outros âmbitos organizativos da sociedade. Vencendo, pois, tais estorvos à participação produzidas por uma moral maxista dominante e arraigada na cultura desde o plano local, as mulheres foram abrindo espaços, erodindo arraigados e velhos valores em ambientes organizacionais e decisórios de classe dominados pela presença masculina. Assim, nos movimentos e organizações populares, vão vencendo obstáculos culturais e enfrentando o desafio de construção de novos padrões relacionais de gênero baseados na igualdade, na alteridade e no respeito às diferenças, pelos quais essas mulheres passaram a afirmar a sua identidade social e cidadã. Desta forma, as mulheres trabalhadoras rurais encontram nos movimentos sociais e organizações populares não só espaços públicos onde constroem condições e processos forjadores de sociabilidade e socialização política, mas também de aprendizado social expresso pelo desafio de superação da heteronomia social em todos os aspectos e desde a vida cotidiana; um processo de radicalização da democracia baseado, sobretudo, em relações de igualdade de gênero com efeitos democratizadores nas próprias entidades de representação sindical e associativas.

Entretanto, Cardoso (Idem, *ibidem*) adverte para o problema de que, em determinados espaços de participação, as mulheres se acomodam a determinadas tarefas ou funções tidas como femininas, fato verificável em determinados sindicatos ou federações. Assumem, por exemplo, secretarias de mulheres, tidas por certos dirigentes masculinos como o “lugar das mulheres” no movimento sindical. Nesta direção Rezende (1994:15-18) também adverte para o fato de que a participação das mulheres também nos movimento populares, não fique no doméstico (grifos da autora).

Sob o ângulo da experiência enquanto possibilidade de aprendizagem, capacitação, informação, para buscar compreender melhor se e como isso influi nos modos de participação política, Resende observa certos fatos relativos à participação das mulheres nos processos de organização popular. A primeira premissa desta autora é a de que a mulher trabalhadora, para garantir a sobrevivência cotidiana da família, executa uma multiplicidade de tarefas sem equipamentos modernos poupadores do trabalho doméstico e com extrema economia de recursos e, para aquelas que “trabalham fora”, em tempos exíguos (grifos da autora). Tais tarefas são repetidas, não podendo ser adiadas para outro momento, sob pena de comprometer a reprodução cotidiana do grupo familiar. Entretanto, para Resende, se isto acarreta sofrimento e cansaços incomensuráveis, em função disto mesmo, capacita esta mulher em habilidades e saberes e para uma grande versatilidade tais como: “atenção constante ao detalhe e ao movimento, bem como capacidade de articulá-los numa visão de conjunto; paciência, tenacidade, criatividade e capacidade de improvisação, tornando-a ao mesmo tempo capaz de organizar racionalmente o tempo e o espaço, de planejar o emprego mais econômico de escassos recursos, de adaptar exigências e tarefas às diferentes possibilidades dos membros da família, enfim, a capacidade de construir e manter um delicado equilíbrio entre necessidades muitas e variadas e recursos pequeníssimos e inseguros” (Resende, 1994:15).

Outro aspecto da complexa experiência cotidiana das mulheres pobres é que

“elas devem enfrentar uma importante variedade de interlocutores diferentes, pessoas e instituições, para obter bens e serviços indispensáveis para suprir as necessidades da família. Vai da feira, a escola, dali ao posto de saúde, à Igreja, à casa do político, da comadre, da vizinha... nessa ciranda aprende a negociar, reivindicar, convencer, revelar e esconder, interceder, pesquisar informações, avaliá-las, repassá-las, queixar-se ou bajular, enfim relacionar-se pessoalmente com diversos interlocutores, avaliá-los e adaptar o seu discurso e a sua demanda

a cada um deles, aprender a estabelecer relações adequadas, em cada caso, a garantir a obtenção de seus objetivos. Ou seja as mulheres das classes populares tornam-se especialistas em micro-política” (Idem, ibidem).

A partir dessas premissas Resende, vai verificar como essas qualidades vão influenciar fortemente nas formas de participação das mulheres na organização popular. Participação que, segundo a autora, é cada vez maior e que possibilita a superação da sujeição e do confinamento compulsório das mulheres ao privado e ao doméstico. Indaga, entretanto, como está se dando tal processo de participação e com olhar por dentro dos movimentos sociais e organizações populares, necessário, então para se verificar a qualidade desta participação. Nesta direção, a autora verifica que vencidas as barreiras já conhecidas à entrada das mulheres nas organizações e movimentos dada a forte resistência masculina, em geral são reservadas a elas dentro de tais espaços organizativos e representativos populares tarefas justamente inerentes às experiências de donas de casa e passíveis de empregos das qualidades acima referidas. Resultado: a tendência geral a execução de tarefas, no interior das entidades, enfadonhas, repetitivas e obscuras e que recebem pejorativos tais como de “burocráticas”, enquanto os homens se tornam mais livres para realizar apenas as tarefas ditas “políticas” (grifos da autora). Em outros termos, e conforme Rezende, as mulheres tendem a assumir e se confinar no que é “doméstico” dentro das organizações sociais e políticas de classe. Haveria, portanto, uma espécie de “divisão social do trabalho” através da qual desaparece a resistência masculina e aumenta o desejo e o estímulo a esta espécie de participação. O fato constatado pela autora é o de que mesmos nas organizações e movimentos que tem predominância de mulheres, haveria uma tendência a ser dirigidas pelos seus membros masculinos. Neste caso, a participação das mulheres, embora seja importante para garantir a reprodução do organismo político no qual estão integradas, é restringida, sendo excluídas das instâncias efetivas de direção e das tarefas de frente, da interlocução e intervenção na sociedade. O fato é que, nesse processo de participação e socialização política, determinados valores do “domestico” que presidem determinados padrões relacionais desiguais e baseados em critérios de gênero parece ser reproduzidos de forma resignificada e em novos patamares de aprendizagem gestadora de novos desafios.

A mulher rural no discurso dos mediadores é um tema enfocado por Carneiro & Teixeira (1995:45-57). Os autores observam que a imagem da mulher rural no discurso destes mediadores, se constrói com base no privilegiamento de sua inserção econômica como condição de sua transformação em categoria política, confundindo a categoria “trabalhadora rural” com mulher rural. Semelhante a categoria de camponês empregada pelo campo acadêmico e político em décadas anteriores, a designação “trabalhadora rural” responderia ao esforço de tornar visível a participação na produção, reforçando concomitantemente o conteúdo político atribuído a essa participação. Neste caso a identidade social da mulher rural estaria fortemente delimitada pelo conteúdo econômico e político atribuído por esses agentes mediadores, persistindo nos seus discursos certa desvalorização dos aspectos reprodutivos e do universo dos valores femininos, além do mais, persistiria:

“A invisibilidade das especificidades dos universos simbólicos que envolvem homens e mulheres como sujeitos sociais no campo e que seriam responsáveis por valores diferenciados na formação de identidades de gênero, não apenas no que se refere à distinção entre o masculino e o feminino, mas também na própria construção das identidades femininas, impede também que se vislumbrem projetos políticos diversificados” (Carneiro & Teixeira, 1995, -54).

Se Carneiro & Teixeira (1995) colocam desafios aos mediadores que participaram de ações educativas com interfaces de gênero e que se realizam no interior das

organizações e movimentos sociais agrários, identificando certa visão produtivista que limitam de forma seletiva a construção da identidade social da mulher trabalhadora rural. Esmeraldo (1996: 43-46) sugere que essa identidade feminina que se quer afirmar, extrapola a redefinição do lugar na mulher rural na divisão social e sexual do trabalho e nas relações familiares. Construção e afirmação desta identidade seria uma luta pela afirmação de “sujeitos sociais” (grifos da autora), e que requer a conquista pela mulher de direitos que possam lhe garantir o exercício pleno de sua cidadania, com uma nova identidade de gênero, de classe e etnia. Neste sentido, a analista enfatiza que a busca de novas relações de gênero seria fundamental para constituição de novas identidades femininas e masculinas, que respeitando as diferenças, possam garantir a igualdade de relações e, essa concepção de gênero suporia uma compreensão articulada entre luta geral dos trabalhadores e a luta específica, a luta de classe e a luta dos gêneros masculinos e femininos. Ao que nos parece, Esmeraldo (Idem: 46) ao falar de afirmação de “sujeitos sociais”, portanto, de diversidade de sujeitos, converge com Carneiro & Teixeira (op. cit. 54) que falam de identidades femininas e de projetos. Também com autores como Paoli (1991: 107-120) para quem quando se nega a própria noção de movimento social com articulação da prática de vários atores sociais, termina-se diluindo as próprias especificidades, e negando a alteridade e as diferenças de identidades e projetos.

Vários trabalhos têm focado a importância da presença das mulheres na luta pela terra, que seja em lutas e áreas de assentamento do MST ou em áreas com maior presença da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras entidades, incluindo os sindicatos. Silva (1995: 233), por exemplo, mostra a importância das mulheres na luta pela terra no Rio Grande do Norte, principalmente a partir do conflito de terra de Lagoa do Sal, daí formando-se outros grupos. Este conflito de terra teve o apoio da Igreja através do Serviço de Assistência Rural (SAR). Mostra como o aprendizado político das mulheres, no contexto da luta que analisa, foi decisivo para constituição de vários grupos de mulheres e que tiveram um papel fundamental na luta pela terra. Estes grupos constituíram espaços específicos da organização das mulheres, onde discutiam questões como gênero, participação no movimento sindical e na própria luta pela terra. Através de seus grupos organizados desenvolveram uma maior sociabilidade e participação em reuniões, encontros de formação e outros eventos, ampliando contatos e novas interações com entidades e outros grupos organizados. A partir destes espaços de participação, tais grupos de mulheres criaram o seu movimento específico: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Norte e que compõe a rede do movimento de mulheres trabalhadoras rurais de âmbito regional e nacional. Outro autor que mostra como a partir de um movimento social, como o de luta pela terra, as mulheres constroem sua organização específica é Castro (1995: 159-168). Em área de assentamento no Estado do Rio de Janeiro, esta autora descreve, através das associações de mulheres existentes, a reprodução da heteronomia social em vários aspectos.

Muitos outros trabalhos têm focado a luta das mulheres com interfaces de gênero e que em geral incide na construção de suas formas específicas de organização, sejam elas formalizadas ou não. D`Incao e Roy (1995), por exemplo, embora tratem de questões relacionadas à reprodução de vários tipos de desigualdades sociais em área de assentamento no Estado de São Paulo, terminaram enfocando as relações de gênero e analisando uma situação em que a formação do grupo de mulheres foi decisivo para deslanchar um processo coletivo de reflexão da reprodução da heteronomia social que se materializava nas relações interpessoais cotidianas como processo de invalidação circular de pessoas e grupos.

Para concluirmos esta sessão, podemos afirmar que o movimento social das mulheres trabalhadoras rurais e dos grupos e entidades civis que lhe apóiam evoluiu do feminismo ao movimento de mulheres pautado na busca de uma construção de uma identidade social de gênero e na busca de superação de determinados valores e crenças que

presidem relações assimétricas entre os gêneros e a partir da vida cotidiana. Essa trajetória veio a se constituir, de fato num processo de aprendizagem com duas faces reciprocamente implicantes e condicionantes: racionalização (configuração institucional de direitos) e subjetivação (construção de uma nova identidade de gênero). Por certo, um processo que põe em conflitos valores instituídos e arraigados e valores instituintes e no qual o “velho” tende a se reproduzir como “novo” de forma metamorfoseada, não deixa de colocar esse movimento social de testa com novos desafios que suscitam respostas, colocando a aprendizagem social de que é portador em novos patamares. Se a reflexividade social é uma característica da modernidade tardia e radicalizada como quer Giddens (1994: 45), esse “velho”, a tradição, pelo menos, é invadida por essa reflexividade potencializada pelo movimento social dessas mulheres rurais. Se o “velho” não desapareceu, pelo menos retrocedeu, foi resignificado e mudou de patamar, tornando-se aberto à mudança e na direção de uma nova ordem democrática radical (Giddens: 1996: 3)¹⁵

d) A Literatura Sobre o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

A produção científica sobre o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais também tem sido significativa nos anos 90. Em face da crise de vários complexos agroindustriais, com destaque para o complexo sucroalcooleiro do Nordeste do Brasil, muitos trabalhos têm buscado avaliar o movimento de ascensão das campanhas salariais dos trabalhadores de cana, a sua trajetória e os seus impasses no final da década de 80. A crise do setor e a luta organizada dos assalariados da cana levaram o patronato a tomar várias medidas em termo de mudanças no processo produtivo, acarretando o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho clandestino, levando a CONTAG, as federações e os sindicatos a repensarem a própria estrutura sindical. A conjuntura dos anos 90 pode ser caracterizada na área canavieira do Nordeste da seguinte forma: lutar para manter o emprego, repensar a estrutura sindical e estratégias de luta diante da ofensiva patronal e diante problema social dos desempregados e clandestinos, abraçar outros temas e lutas emergentes (trabalho do menor, mulheres, relações de gênero etc.); investir em alternativas para a massa dos desempregados e na luta pela reforma agrária, como alternativa ao desemprego.

Com relação à região Nordeste podemos destacar o trabalho de Pereira (1991) que faz uma avaliação da trajetória das lutas trabalhistas dos assalariados da cana de Pernambuco, de 1961 a 1989. Também Andrade (1994) faz uma avaliação do movimento sindical dos trabalhadores da cana naquele Estado, de 1979 ao final da década de 80/início da década de 90. As campanhas salariais são avaliadas por Sgreccia (1994) e Marques (1999). Já Miranda (1994) destaca o problema da ação do Estado na fiscalização das convenções coletivas de trabalho, entre outros. Por seu turno, as repercussões das lutas sociais dos canavieiros em Sapé, na Paraíba, é tema de Moreira (1996). Este autor analisa as repercussões das lutas dos trabalhadores da cana de 1988 –1999, do ponto de vista do poder local. Verifica as perspectivas que se abrem para a quebra dos mecanismos de dominação utilizados pelos chefes políticos locais. Mostra direção, Lima (1992:21), diante a crise da lavoura cacaueteira na Bahia, fala de um deslocamento da educação movimentalista dos

¹⁵ Por reflexividade, Giddens entende um processo de exame constante das práticas sociais reformadas à luz de uma nova informação sobre essas mesmas práticas. A nossa interpretação é a de que ela seria conduzida por movimento social e pelos seus participantes, enquanto sujeitos reflexivos frente aos estorvos da tradição, potencializando a abertura de espaços e processos questionadores do passado enquanto determinadas concepções, instituições e tradições persistentes no presente, projetando um futuro que vai se configurando a partir das práticas sociais cotidianas, como uma nova ordem moderna radicalmente democrática(Giddens).

assalariados rurais para o campo da alfabetização popular. Freitas (1992) analisa a violência e a marginalidade no complexo sucroalcooleiro de Alagoas como limites as campanhas salariais.

Ainda sobre os trabalhadores da cana de Alagoas, Mello (1990) mostra como o alto grau de organização de usineiros e produtores de cana se reflete na constituição das estruturas de poder local ao ponto de obstaculizar a autonomia das entidades representativas dos trabalhadores rurais e de suas lutas. Já Filho (1993) analisa a experiência de educação popular com os trabalhadores canavieiros de Alagoas. Trajetórias das campanhas salariais naquele estado são destacadas por Freitas e outros (1995).

No início da década de 90, vários trabalhos, ainda no nível de Nordeste debruçaram-se sobre a crise e reestruturação econômica do complexo sucroalcooleiro e seus impactos sobre o movimento sindical e as lutas dos trabalhadores canavieiros. Vale a pena aqui destacar os trabalhos de Novaes(1993), Padrão (1990), Andrade (1990), Andrade (1994) Araújo (1990), Barreto (1994, 1992), Dabat & Guimarães Neto (1993), Dabat (1991) e Maranhão (1991).

Com relação ao movimento social dos assalariados de outras regiões, inclusive em outros ramos agroindustriais: Ferrane (1990) analisa os caminhos e descompassos do sindicalismo dos trabalhadores rurais paulistas; Alves (1991) estuda os impactos da modernização da agricultura sobre a luta dos assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto (SP). A modernização agrícola e as mudanças nas dimensões de gestão e organização do processo produtivo e seus impactos na luta dos trabalhadores são enfatizadas por Paulilo e Alves (1996, 1997), Muls & Gomes (1995) e Silva (1997). Vejamos aqueles trabalhos e a título de exemplo, que apontam questões e que dizem respeito a problemas relacionados com a organização e a socialização política dos trabalhadores rurais.

Novaes (1993) sublinha a importância que teve as campanhas salariais dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco que ao se aperfeiçoar como forma de luta aproveitando as “brechas” da legislação vigente, foi de suma importância para resignificar a identidade “canavieiro”, referente ao lugar econômico e ao tipo de produto, transformando-a em uma categoria política. Entretanto, para este autor, este modelo de campanha salarial apresentou uma série de limitações. Esbarrou na tutela vacilante de um Estado em que juízes proclamaram conquistas, mas a burocracia da Justiça trabalhista não tem empenho nenhum para torná-las efetivas; esbarrou no próprio conteúdo das cláusulas dos dissídios ou acordos coletivos, que não contemplam a diversidade e especificidades de uma região e de uma atividade produtora que se diferencia em sistemas produtivos modernizados, mistos e atrasados. Ainda, conforme Novaes, as campanhas salariais enfrentaram os limites da própria estrutura sindical de base municipal quanto à eficácia da ação e das lutas trabalhistas frente a uma realidade em que tanto as unidades empresariais de produção quanto a arregimentação da força de trabalho ultrapassam não só os limites municipais, mas também estaduais. Limitações, ainda, quanto à crise e reestruturação do setor que impôs a articulação entre os segmentos de trabalhadores agrícolas (canavieiros), os trabalhadores da fabricação do açúcar e os operários que trabalham no transporte, de forma a fazer face às inovações que, mudam ritmos e formas de gestão da mão-de-obra. Conforme podemos ler em Novaes (1993: 206), tais transformações no complexo sucroalcooleiro do Nordeste, requereram do movimento sindical e das lutas dos canavieiros, não só levantamentos de dados, pesquisa de campo e assessorias especializadas para ajudá-los no desvendamento das particularidades dos processos e do ponto de vista do desempenho econômico e político dos patrões e do Estado; mais também na formulação e prática de novas estratégias e formas de lutas que dessem conta, por exemplo, dos efeitos da incorporação seletiva e parcial do progresso técnico sobre as condições de trabalho e de vida dos canavieiros. Ou seja, o processo de crise e reestruturação do complexo sucroalcooleiro do Nordeste pressupôs novos patamares exigentes

de novos formatos organizativos e recursos informacionais, técnicos e conhecimentos que deslindassem novos processos de aprendizagem.

Em outro contexto, Silva (1997: 32-34), mostra as dificuldades que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais vem enfrentado nas campanhas salariais dos assalariados da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte. Despreparo dos sindicatos para realizar um trabalho cotidiano com os assalariados rurais aproximando-se da massa de assalariados; falta de amadurecimento das lideranças que não se apercebem da importância deste trabalho organizativo de base e esclarecimento dos direitos; falta de identidade dessas lideranças com os contingentes de assalariados recrutados em outras regiões e contratados sob o regime de trabalho temporário; dificuldades de fazer cumprir as cláusulas acordadas, já que as empresas reconhecendo a fragilidade dos sindicatos e da representatividade dos assalariados dentro das empresas, terminam burlando até mesmo o acordo sobre o salário. Somam-se a isto, a primarismo da mobilização dos trabalhadores para a participação nas assembleias convocadas pelos sindicatos e a própria despolização dos dirigentes. Segundo a reflexão da Silva (op. cit. 33), em algumas situações é o próprio pessoal ou encarregados das empresas que conduzem as assembleias com objetivos de discutir as reivindicações a serem veiculadas nos dissídios e a própria utilização de sorteios e de bingos para induzir a participação dos trabalhadores nesses eventos. Tais fatos, segundo o autor, desvendam a própria fragilidade organizativa e representativa do movimento sindical dos trabalhadores nas áreas de fruticultura irrigada daquele Estado. Com isto, empresas têm utilizado de vários subterfúgios, inclusive de crise financeira do setor, para inviabilizar conquistas e até recuar com relação aquelas acordadas em dissídio anteriores, o que passa a ser uma ofensiva patronal que incide na ineficácia dessas lutas trabalhistas e no recrudescimento de próprio clima desmobilizador da categoria. Informa o autor, que a própria ação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Grande do Norte (FETARN), numa espécie vanguardismo, buscou a criação de um pólo sindical com a finalidade de fortalecer organizativamente a ação sindical na principal área de concentração da produção de fruticultura irrigada - vale do Açu, de forma contra-sensual já que, os sindicatos têm frágeis estruturas organizacionais. Também, para o autor, outro conta-senso da FETARN foi querer unificar as datas de dissídios com vistas a um maior poder de pressão e de barganha, quando as duas sub-zonas de produção frutífera tem piques de safras diferentes. Tais fatos entre outros, expressaria para Silva (op. cit. 34) uma ação sindical distanciada do nível de organização da base sindical e do próprio nível de socialização política das lideranças e diretorias dos sindicatos, o que denotaria uma representatividade apenas formal do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais das Frutas Tropicais do Rio Grande do Norte. O que podemos ver em Silva, é a necessidade de todo um processo, de capacitação de lideranças e de um trabalho de organização e educação político - sindical dos assalariados associado à reflexão e análise do processo de mudanças da própria base técnica da produção, do desempenho econômico das empresas e das estratégias políticas patronais. A nosso ver uma das maiores conseqüências dessas limitações da ação sindical é a falta dos chamados "mediadores" de entidades especializadas em organização e educação popular. Grande parte dos problemas, detectados pelo autor, parece revelar as conseqüências da saída da área do Serviço de Assistência Rural e da própria Comissão Pastoral da Terra, organismos ligados à Igreja, por razões que não cabem aqui ser analisadas, mas que, em todo caso, referem-se às mudanças internas que a Igreja vem sofrendo na atualidade e seu recuo frente ao apoio que emprestava às organizações e movimentos populares.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em face da crise dos complexos agroindustriais, principalmente do sucroalcooleiro do Nordeste, tem sofrido avanços na luta pela terra como pode ser constatado em Andrade (1994) e Costa (1996), e, na luta em defesa do Fortalecimento da Agricultura Familiar, o que levou o Estado brasileiro a

criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Governo Federal/MAARA/PRONAF, 1996), Carbuco (1995: 178-184), Rosa (1995: 185-192), Carneiro (1997:70-81). Este fato representa um salto em termo de aprendizado social, já que anos de luta do movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR), em defesa da chamada pequena produção agrícola, encontrou finalmente uma configuração institucional com a significativa participação da representação sindical dos trabalhadores rurais e de outros movimentos e organização populares do campo (Delgado, 1994: 5-35).

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, especificamente no Nordeste, em face das grandes secas ocorridas entre 1989 - 1983, e 1994 - 1999, tem tido, ao lado de outros movimentos sociais, um papel destacado no movimento social dos atingido pelas secas. Vários trabalhos tem apresentado avanços na maior compreensão dos fenômenos das secas, na transformação dos saques de um status de caso de polícia para um status de desobediência civil justa. Também, em termos de superação de uso clientelista pelas máquinas políticas locais dos recursos públicos das frentes produtivas de trabalho, pelo controle social e gestão participativa de tais recursos públicos. O próprio termo frentes produtivas de trabalho e "trabalhadores das frentes produtivas" presente nos discursos dos movimentos sociais agrários, entidades e organizações populares e dos próprios organismos estatais, tem ajudado a superar "estereótipos de fragelados" e a concepção "assistencialista", senão clientelistas no uso dos recursos públicos. O grande salto desse aprendizado social tem sido a luta dos movimentos sociais do campo, de organizações não-governamentais, setores da Igreja e outros na luta para colocar na agenda estatal uma política de ações permanentes do Estado para o desenvolvimento do Semi-Árido Nordestino. Nesta direção poderemos citar os trabalhos de Novaes (1994, p. 98), Barreira (1990: 71-92), Potengy (1990: 283-299), Cerqueira (1988:13-22), Boch (1989), e Cergueira (1994).

e) Sobre os Trabalhos de Reconstituição Histórica de Movimentos Sociais Agrários

Na linha de trabalhos de reconstituição histórica dos movimentos sociais, de ordem comparativa, enfatizando, em geral continuidades e mudanças ou, enfatizando aspectos relevantes negligenciados pela bibliografia existente, pode-se destacar os trabalhos de Nobre (1990) que recupera a trajetória histórica do movimento sindical rural da Paraíba, enfatizando o processo de institucionalização do movimento camponeses pelo Estado. Pontes (1992), a partir de uma discussão dos limites explicativos de diferentes vertentes teóricas, procura entender o discurso messiânico do movimento social de Canudos como uma das formas possíveis de expressão dos movimentos sociais do passado, em suas lutas contra a dominação sócio-política do latifúndio. Mostra como a liderança deste movimento recorreu à memória religiosa e, particularmente à vida comunitária do cristianismo primitivo, para construir um modelo de organização social como sucedâneo ideal ao status quo vigente. A partir de Canudos como um modelo de organização social e política das populações oprimidas do sertão às estruturas sociais opressoras da sociedade envolvente; o trabalho deste autor remete, ao nosso ver, ao messianismo presente nos movimentos sociais agrários contemporâneos já discutidos por Martins (1989) e Novaes (1987).

Nesta vertente de estudos, Arruda (1990) estuda messianismo e conflito social, à luz de um arcabouço teórico weberiano-marxiano, distanciando-se do enfoque funcionalista. Este autor vê o messianismo como um instrumento contra a ordem, baseado em sonhos de justiça, liberdade, paz e fraternidade e, capaz de pôr em xeque as prática escravista do latifúndio, colocando em risco os celeiros de mão-de-obra das fazendas e no contexto do Ceará.

Callado (1998) realiza um balanço da ação social e política das comunidades eclesiais base no Nordeste nos anos 80, mostrando a sua importância como processos de organização e conscientização política das camadas populares. Melo (1990) recupera a trajetória dos movimentos sociais agrários da Amazônia, enfatizando o papel da violência e do poder como forma de ação política das elites dominantes para manter as condições de reprodução do status quo. Este estudo tem a importância de verificar com os atores sociais da ação movimentalista se constituem em sujeitos políticos, como constroem suas identidades e como desenvolvem suas organizações e ações coletivas. Trata-se de um estudo que ao resgatar os principais movimentos e lutas sociais das últimas décadas na Amazônia, mostra os avanços, recuos e estratégias de enfrentamento político, expressando um árduo processo de socialização política das camadas subalternas do campo que, ao mesmo tempo, enquanto aprendizado social mais amplo leva as classes dominantes a reorientar e redefinir seus mecanismos de dominação e pressupostos das condições de sua reprodução social e política.

Jaccoud (1990) recupera os movimentos sociais e a política em Pernambuco de 1955 a 1968, para, desvendar o processo de partidização e polarização dos movimentos sociais tanto agrários quanto urbanos. A partir da premissa de que tais movimentos só podem ser entendidos a partir das características da conjuntura política, mostra que os movimentos sociais agrários e, os urbanos, não tiveram só um caráter defensivo ou de resistência, mas um caráter político imediato na medida em que as reivindicações pleiteavam nova partilha do produto social ao mesmo tempo que provocavam a ampliação do espaço político de participação das classes sociais que representavam. Define movimentos sociais como canais da ação das classes sociais. Esses movimentos que analisa são vistos como produto da influência da conjuntura e ao mesmo tempo como ações capazes de interferirem nessa conjuntura, fazendo crescer, tanto no nível das lideranças quanto no nível da mobilização popular, uma consciência coletiva da necessidade de mudanças sociais. Neste sentido, greves, manifestações, comícios etc. em prol de reivindicações mais amplas, ao mesmo tempo, a politização de reivindicações específicas das classes subalternas em movimento são momentos e processos políticos importantes da luta por conquistas democráticas; luta pela ampliação do espaço das classes trabalhadoras e por transformações sociais.

A necessidade de "partidização" desses movimentos (grifos da autora) ocorreu como necessidade para enfrentar a reação das classes dominantes. Sublinha Jaccoud (Idem: 158) que por essa via, os movimentos sociais forçaram os partidos a se comprometerem mais diretamente com as forças políticas que representavam os avanços e as transformações por eles pleiteados. Como podemos lê em Jaccoud, não bastou um processo de mobilização e conscientização política para enfrentar as vicissitudes sociais e políticas conjunturais, politizando-se as lutas específicas, foi necessário avanços mais propriamente políticos. Assim, os movimentos sociais passaram à interferir através dos partidos políticos no próprio jogo das disputas políticas pela representação da sociedade na institucionalidade política, fazendo frente à ofensiva política das classes dominantes, construindo um arco de alianças políticas e bloco político-parlamentar comprometido com as lutas populares, fazendo avançar conquistas democráticas na direção de transformações sociais, mais profundas. Possivelmente, aqui estariam, questões importantes, para reflexão quanto aos problemas da relação entre os movimentos sociais contemporâneos e a política; especialmente sobre suas tão decantadas fragilidades em termos da ação e eficácia política.

Medeiros (1995) realiza uma reconstituição histórica dos movimentos e lutas sociais do campo, centrando-se nos anos 50 e 60 e mostrando o papel do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na constituição das classes sociais no campo. Outros trabalhos também se colocam nessa perspectiva de recuperação da memória das lutas sociais dos trabalhadores rurais, como o trabalho de João Pedro Stédile e Sérgio Görge que analisa o movimento sem terra, sua história, suas características, suas lutas e conquistas desde o seu nascedouro (Stédile

e G6rgen 1993). Estes trabalhos citados e outros t6m a fun77o educativa de oferecer aos trabalhadores rurais, aos seus movimentos e suas lutas, aos seus eventos e processos formativos espec6ficos (cursos, encontros, semin6rios) elementos fundamentais para a constru77o da consci6ncia hist6rica de seu pr6prio movimento social emancipat6rio. Tem a fun77o pol6tica de fortalecer o que Pedro Tierra (1997: 193) chama de perigosa mem6ria das lutas, representada pelos movimentos sociais agr6rios contempor6neos. Mem6ria hist6rica dos pobres da terra (que) durante s6culos foram exclu6dos, marginalizados e dominados,

“t6m caminhado em sil6ncio e depressa no ch6o dessa longa noite de humilha77o e proclamam, no gesto da luta, da resist6ncia, da ruptura, da desobedi6ncia, sua nova condi77o, seu caminho sem volta, sua presen77a maltrapilha, mas digna, na cena da hist6ria “(Martins 1989:12-13).

3.4. Considera77es Sobre o Estado da Arte dos Estudos Sobre os Movimentos Sociais Agr6rios

Finalmente, podemos terminar este longo cap6tulo de nosso trabalho, fazendo refer6ncia 6 Scherer-Warren (1993:96) que apresenta o estado da arte dos estudos sobre os movimentos sociais agr6rios do pa6s. Os temas privilegiados nas an6lises destes movimentos sociais destacados por esta autora s6o: os de car6ter econ6mico como a quest6o da expropria77o da terra, da explora77o do trabalho e da subordina77o ao capital; os de car6ter pol6tico, tais como a luta pelos direitos 6 cidadania, a quest6o da organiza77o e da socializa77o pol6tica, a quest6o dos mediadores e das alian77as pol6ticas; e os referentes 6s dimens6es culturais e simb6licas, destacando-se as quest6es relacionadas com a religiosidade popular, com a constru77o de identidades sociais e a consci6ncia social dos atores. Aachamos que a nossa trajet6ria at6 aqui cumprida sobre a produ77o te6rica referente aos movimentos sociais agr6rios do Brasil constata esta conclus6o de Scherer-Warren, inclusive a de que, pelo menos at6 aonde ela estudou, estes estudos n6o tiveram a devida preocupa77o com a problem6tica ambiental que certos movimentos podem abarcar, embora a tend6ncia nos anos 90 parece ter colocado o tema do meio ambiente como uma quest6o que atravessa as lutas sociais de todos os movimentos. S6 que ela estaria inserida num processo organizativo e socializador mais amplo e assentado nas lutas concretas e cotidianas dos movimentos. Assim, n6o sendo, portanto, uma coisa que vem "de fora" e de forma mec6nica por interesse deste ou daquele grupo ou entidade de assessoria; mas mediante os pr6prios desafios colocados pela pr6xis social desses movimentos, no sentido da busca de respostas a certos problemas. Neste sentido, torna-se emblem6tica a fala de Osmarino Am6ncio Rodrigues, uma das principais lideran77as do Conselho Nacional dos Seringueiros, com rela77o 6s lutas desse movimento na d6cada de 70. Os seringueiros "faziam a defesa da floresta, mas nem sabiam que aquilo era uma luta pela ecologia, chegando a pensar que se tratava de uma sobremesa" (ver Waldman, op. cit. 76). Processo semelhante tem caracterizado o Movimento Nacional dos Pescadores, pouco estudado nos meios acad6micos nos anos 90 (ver Coqueiro 1998: 231-234). O problema do meio ambiente tem sido uma preocupa77o de ONG's e movimentos sociais, mesmo do Movimento Sem Terra que vinha claramente adotando o modelo da "revolu77o verde" nas 6reas de assentamento. A Confedera77o Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (com suas federa77es e sindicatos) abra77ou nos 6ltimos anos um programa de forma77o de lideran77as e t6cnicos em desenvolvimento local sustent6vel em n6vel nacional com vistas 6 constru77o de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Recentemente t6m surgido trabalhos nesta dire77o. Uma exemplo 6 o trabalho de Ceconello, Prando e outros (1996)

sobre a concepção que os movimentos sociais populares rurais têm sobre desenvolvimento sustentável. Certamente, ainda faltam muito para os novos temas abraçados pelos movimentos sociais do campo nos anos 90 tornarem-se efetivamente elementos práticos e gnósticos de sua ação política e organizativa, despertando maior interesse no mundo acadêmico. Mas, ao que nos parece, algo, está a caminhar neste sentido confirmando a tendência apontada pela analista acima citada.

Os temas enfatizados pela produção científica e apontados Scherer-Warren acima no que diz respeito aos temas de caráter político (lutas pelos direitos de cidadania, socialização política, mediadores e alianças políticas), bem como os temas referentes à dimensão cultural e simbólica (religiosidade popular, identidade social e consciência social etc.) mostram de certa forma, o próprio caráter fragmentado desta produção científica e diluído da natureza educativa dos próprios movimentos sociais. Com isto não queremos dizer que os estudos não deram conta de aspectos desta natureza educativa e que alguns não avançaram significativamente nesta direção. Entretanto, ao que nos parece, não se pode separar socialização política de questões organizativas, e nem de dimensões culturais e simbólicas. Daí a necessidade de trabalharmos com uma noção de movimento sociais como processo de aprendizagem, mais especificamente com uma noção de aprendizagem abrangente e capaz de abraçar ao mesmo tempo estas questões e problemáticas de educação social e política das classes subalternas do campo e diluídas e fragmentadas nos vários estudos que fomos capazes de identificar na vasta produção acadêmica sobre o tema. É o que veremos nos próximos capítulos de nossa reflexão teórica.

CAPÍTULO IV

QUADRO TEÓRICO PARA UM ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

4.1. A Compreensão Descentrada do Mundo

O movimento social pode ser definido como processo interativo contínuo aberto à inovação e a ao conflito. Através dessa forma de ação coletiva, seus membros desenvolvem um aprendizado social e político que lhes seria impossível desenvolver isoladamente. Nestes processos os indivíduos reelaboram e atribuem significados à sua realidade de forma compartilhada, segundo necessidades e pontos de vista comumente aceitos, se colocando novos problemas, construindo novas elaborações tidas como mais adequada às resoluções de problemas comuns. Desta forma criando soluções para necessidades concretas de vida e sobrevivência, através de movimentos sociais, certos grupos organizados se mantêm operantes, podendo escolher julgar e pensar situações passadas e presentes e traçar situações futuras capazes de transcender a simples experiência imediata num processo constante de reflexividade e ação. Dai que para Habermas:

“se se entende os movimentos sociais como processos de aprendizagem através dos quais as estruturas de racionalidade já latentes podem ser traduzidas em práxis social, coloca-se a ulterior tarefa de identificar o potencial de racionalização das tradições” (Habermas, 1983:39)

Neste sentido os movimentos sociais como processo de educação política no seu sentido mais abrangente podem levar os seus membros a reflexividade e descentração que ao mesmo tempo possibilitem processos de subjetivação e racionalização. Com isto, queremos dizer que ao mesmo tempo em que o indivíduo constrói suas identidades (também coletivas) vão se tornando capazes de ascender à sua realidade social comum amparada na tradição e num aprendizado anterior tendente a ritualização e repetição, problematizando-os e construindo processos de mudança e adaptação.

A partir da noção de descentração¹⁶, Habermas constrói um conceito de aprendizagem mais amplo e abrangente de varias dimensões da ação humana e de seu sentido. Ele toma o conceito de descentração de Piaget, segundo o qual, os mecanismos de aprendizagem que são assimilação e acomodação operam de forma específica segundo dois tipos de ação: “se... a interação entre o sujeito e o objeto modifica a ambos é a fortiori evidente que toda interação entre sujeitos individuais modifica mutuamente a estes. Toda

¹⁶ Descentração é entendida por Piaget como um processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo através do qual os indivíduos partem do autismo atravessam o egocentrismo (incapacidade de discriminar o seu próprio ponto de vista daquele do mundo exterior) para atingir o pensamento e linguagem socializada. Esse processo para Piaget não engloba somente a dimensão cognitiva, também a dimensão da moralidade (do estágio de pré-moralidade ao da autonomia moral). Como sublinha Freitag (1982:43), a “descentração” constitui um processo de socialização que leva a indivíduo do monólogo ao diálogo, de ação e interação sensorio-motoras às operações hipotético-dedutivas, da pré-moralidade à autonomia moral. Neste percurso faz um aprendizado em que passa a distinguir o mundo externo do seu mundo interno e, portanto, o mundo externo dos objetos do mundo social. Neste sentido, a descentração reúne dois movimentos concomitantes: o envolvimento crescente do indivíduo pelo seu grupo social (socialização), que se traduz em seu pensamento e linguagem socializada e, o distanciamento consciente deste mesmo indivíduo com relação ao seu grupo social e às normas que regulamentam a sua interação, traduzido numa crescente individualização e autonomização (conscientização).

relação é, pois uma totalidade em que se cria novas propriedades ao transformar o indivíduo em sua estrutura mental” (Piaget, 1950, apud Habermas, 1987:103). Habermas considera que os resultados que obtém Piaget é um desenvolvimento cognitivo no sentido amplo, que não é entendido somente como construção de um universo externo, senão como construção de um sistema de referência para o deslinde simultâneo do mundo objetivo (dos fatos e estados de coisas), do mundo social (das pertencas e ordens legítimas) e do mundo subjetivo (das experiências e vivências subjetivas). Explicando melhor: segundo Habermas só à medida que se diferencia o sistema formal de referência constitutiva dos três mundos pode formar-se um conceito reflexivo de mundo e obter-se a competência de acesso ao mundo através de esforços comuns de interpretações e de definições de situações. O conceito de mundo subjetivo permite a distinção do mundo externo não somente do ponto de vista do mundo interno do sujeito capaz de fala e ação, senão também de outros sujeitos da interação. Assim, o

“Ego pode considerar como determinados fatos (aquilo que ele julga como estado de coisas existentes no mundo objetivo) ou como determinadas expectativas normativas (aquilo que ele julga como ingrediente legítimo do mundo social compartilhado) se apresenta desde a perspectiva do Alter, isto é como ingrediente do mundo subjetivo deste; pode ademais considerar que o Alter considera, por sua vez, como aquilo que ele (Alter) julga como estado de coisas existentes ou como normas válidas se apresentam desde a perspectiva do Ego, quer dizer, como ingrediente do mundo subjetivo deste. Os mundos subjetivos dos implicados poderiam então se tornar uma espécie de espelho donde o objetivo, o normativo e o subjetivo do outro, se refletissem mutuamente quantas vezes se queira. Porém, os conceitos formais do mundo têm precisamente a função de impedir que o acervo do comum se evapore neste livre movimento do recíproco reflexo de subjetividade, permite adotar em comum a perspectiva de um terceiro ou de um não implicado“ (Habermas, 1987: 103)”.

Este abandono de uma compreensão egocêntrica de mundo fundada em geral numa concepção da ação e racionalidade instrumental dá lugar a uma relação intersubjetiva, através da qual os sujeitos que falam e atuam, assumem a busca do entendimento entre si sobre algo no mundo. Ao fazerem isto, “os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo” (Habermas, 1987: 392).

Este processo de reflexividade e ação ao colocar em discussão, ao tematizar situações problemáticas comuns e referentes aos três mundos objetivo, social e subjetivo, promove a descentração individual (e coletiva), a racionalização de representações e imagens sobre algo e estados de coisas no mundo objetivo cujo requerimento de validação é a “verdade”, promovem a reflexão sobre padrões normativos tradicionais, instituições e pertencas coletivas antes tidas como naturais e legítimas, terreno dos processos de socialização com seus critérios de validação fundados na legitimidade, bem como, explicitação e tematização de experiências e vivências individuais (e coletivas) que exigem veracidade das afirmações expressivas dos atores individuais e coletivos.

Neste processo de descentração, Habermas destaca a importância do dialogo e da fundamentação argumentativa referentes à ação discursiva dos sujeitos da interação que buscam ente si o entendimento sobre algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Neste sentido, com base na discussão e na reciprocidade, uma concepção de mundo, uma nova regra instituinte de novos padrões relacionais ou de experiências colocadas em prática, pode ser dissociada da tradição e ser incorporada (racionalização) nos sistemas de ação, passando a

exigir novas descentrações necessárias para a produção de novos saberes e novas práticas e concepções. Descentração aqui é idêntica a racionalização.

Os sujeitos nestes processos interativos contínuos e abertos a inovações e ao possível, vão tornando-se cada vez mais sociáveis, comunicativos, cada vez mais capazes e autônomos para usar competentemente e de forma simultânea os conceitos de referência e relações formais com três mundos: dos objetos, das relações e dos sujeitos. Tal processo exige certo equilíbrio de trocas intelectuais entre os sujeitos da interação numa situação dialógica ideal, por certo nunca plenamente alcançada face às vicissitudes do meio, e que pode ser expressa na seguinte equação piagetiana:

"no total o equilíbrio de uma troca de pensamento supõe: (1) um sistema comum de signos e definição, (2) uma coordenação das proposições validadas obrigando aquele que as conhece como tal e (3) reciprocidade de pensamento entre os interlocutores" (Piaget: 1997.162)

Portanto, para que haja um equilíbrio, um verdadeiro diálogo, são necessários interlocutores competentes no sentido de cumprimento dessas regras e um determinado tipo de relação social: a cooperação social. Temos aqui uma racionalidade dialogal ou comunicativa subjacente à ação dos sujeitos da interação, da ação comunicativa. Essa idéia de diálogo como a única racionalidade possível e abarcadora dos três mundos e seus critérios de validação, não só possibilita condições de construção de sujeitos emancipados, também pressupõe um processo de radicalização da democracia a partir da vida cotidiana, da realidade imediata dos sujeitos.

Se os sujeitos habermasianos são portadores de aprendizagem, esta aprendizagem depende da comunicação, não de uma comunicação qualquer, mas de uma comunicação intersubjetiva e não manipulativa, de um discurso através do qual os sujeitos da interação convencem-se de fato uns aos outros. Se Habermas fala de um discurso competente, ele é exatamente competente porque não se deixa manipular, sendo necessariamente um discurso democrático e que expressa relações democráticas, baseada na reciprocidade, na alteridade e no respeito aos diferentes. Daí, porque Netto (1993:60) observa na teoria da ação comunicativa a existência de uma pragmática sócio-política democrática e, Freitag e Rouanet (1980:19) vêem na ação comunicativa uma forma de interação e de organização caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação exterior e interna. Anderson (1989:74) considera que a democracia nessa teoria pode ser definida como a institucionalização das condições para o exercício da linguagem ideal, isto é, livre de coação. Ora, numa concepção piagetiana, a democracia pode entendida com processo dialógico e aberto a todos os possíveis na direção da autonomia moral e intelectual de seus construtores, para Habermas ela também é a possibilidade de se chegar a verdades, é procura de reciprocidade entre pontos de vista e que permite a inteligência humana construir um instrumento lógico que comanda todos os outros, que é a lógica das relações, da reciprocidade, da cooperação social. Em outros termos, a ação comunicativa habermasiana enquanto portadora de uma pragmática sócio-política democrática comporta a problemática democrática em duas dimensões: (1) uma política de vida, um modo de ser e viver; uma política da vida pressupõe a autonomia individual e dos sujeitos coletivos, e (2) num sentido mais amplo a emancipação do controle indutor da tradição e do poder arbitrário dos imperativos sistêmicos (do Estado e do mercado). Neste sentido as contribuições teóricas de Habermas convergem com as exigências das sociedades democráticas modernas por cooperação: levar em conta o ponto de vista alheio e respeitá-lo, mesmo que dele possa divergir; ser competente para realizar acordos, negociações, contratos, construir consensos; admitir e respeitar as diferenças individuais e conviver com uma pluralidade de grupos sociais

e interesses e, com o pluralismo no campo das opiniões, das crenças e credos, das ideologias e concepções de mundo.

A ação movimentalista ao comportar sujeitos portadores de aprendizagem compreende em última estância que suas ações tem o sentido de que o ser humano chegue a ser o que ele mesmo é - que realize a sua humanidade. Através de sua individualidade, o sujeito reflexivo e comunicativo intervém na trama histórica e cultural de sua realidade, passando a ser vista como ação de um coletivo dotado de uma identidade social e de uma concretude que se realiza e se constrói no próprio curso de ação coletiva. Ao constituírem-se em processos capazes de racionalizar a própria tradição, certos movimentos sociais vão se tornando cada vez mais abertos à inovação e à resolução de conflitos, desencadeando processos interativos contínuos capazes de transbordar a ação comunicativa ordinária (não problematizadora) para patamares de ação guiada pelo entendimento intersubjetivo na sua forma necessariamente discursiva. Podem se envolver em situações cada vez mais complexas e nas quais os processos dialéticos de aprendizagem em suas dimensões cognitivas, normativas expressivas descentram o pensamento, representações e imagens do mundo objetivo, social o subjetivo, conduzindo ao esboçamento de novos processos criativos, novos saberes, normas de ação, novos valores, novas temáticas e novas fronteiras de interesses de outros.

Se as imagens do mundo estão relacionadas com a estruturação sistemática e a configuração formal dos sistemas simbólicos, tais imagens jogam um papel fundamental nos processos de entendimento e na socialização do indivíduo. Para Habermas, elas cumprem o papel de conformar e assegurar a identidade provendo os indivíduos de um núcleo de conceitos e suposições básicas que não podem ser revisados sem afetar tanto os indivíduos como os grupos sociais. Este saber garantidor de identidade se torna cada vez mais formal na linha que vai das imagens fechadas às imagens abertas do mundo. Esta descentração põe em relevo mais só o nexos entre estrutura de consciência e estruturas sociais dominantes, também a distinção entre aprendizagem de estrutura e aprendizagem de conteúdos, senão também para a conceituação de um desenvolvimento que se estende das imagens do mundo em sua integridade, isto é, que abarca simultaneamente as distintas dimensões de compreensão do mundo, já que o desenvolvimento cognitivo e moral se refere às estruturas de pensamento e ação¹⁷.

A idéia de reflexividade ou abstração reflexiva que vem de Piaget é um mecanismo de aprendizagem que pode explicar, no nível da psicogênese, o desenvolvimento cognitivo que termina numa compreensão descentrada de mundo. Tal nível de reflexividade seria semelhante à reflexão transcendental no sentido de que é por meio dela que os elementos inicialmente embutidos no conteúdo cognitivo, enquanto esquemas de ação do sujeito cognoscente, são trazidos à consciência, diferenciados e reconstruídos num estágio de reflexão imediatamente superior. Este mecanismo de aprendizagem tem uma função

¹⁷ Habermas observa que Piaget distingue etapas do desenvolvimento cognitivo, que se caracteriza não por novos conteúdos, senão por níveis de capacidade de aprendizagem que podem ser descritas em termos estruturais. Algo similar aconteceria, portanto, no caso da emergência de novas estruturas de imagens do mundo. As fissuras ou separação entre a mentalidade mítica, a mentalidade religiosa - metafísica e a moderna, se caracterizam por mutações nos sistemas de categorias. As interpretações de cada etapa superada, qualquer que seja a textura que no que tange ao conteúdo, ficam categoricamente desvalorizadas com o trânsito seguinte. Não é esta ou aquela razão que já não convém: é o tipo de razões que deixa de convencer. Numa desvalorização dos potenciais de explicação e justificação de tradições internas é o que sucede nas estruturas superiores com a dissolução das figuras mítico - narrativas de pensamento e no mundo moderno com a dissolução das figuras de pensamento religiosas, cosmológicas ou metafísicas (Habermas, 1988a: 101). Assim, para Habermas, tais impulsos desavaliadores parecem guardar uma relação com as transições a novos níveis de aprendizagem. Com "eles se transformam as condições de aprendizagem nas dimensões, tanto do pensamento objetivante, como das idéias prático - morais, como a da capacidade de expressão prático - estética (Idem, ibidem).

semelhante a que tem em Hegel a força da negação que supera dialeticamente as figuras da consciência tão logo ela caia em contradição consigo mesma (Habermas, 1989:24).

Pensarmos os movimentos sociais como processos de aprendizagem numa versão habermasiana das estruturas de consciências piagetianas é levar em consideração processos de descentração em três níveis distintos: (a) ao nível da ação individual e da interação entre o Ego e o Alter, (b) no nível da produção e circulação de sistemas de idéias e concepções de mundo e, (c) no nível da evolução dos sistemas societários. No primeiro nível, o ator torna-se competente no sentido de coordenar as suas ações e buscar o entendimento possível através de uma racionalidade comunicativa subjacente aos processos sucessivos de descentração e abertos à maturação intelectual e moral do sujeito na direção de sua autonomia. Assim, as suas estruturas lógicas de consciência vão se construindo enquanto atuam sobre o mundo dos objetos (interiorização das ações) e interagem com outros sujeitos no mundo social (interiorização ou assimilação da fala e dos pontos de vista dos outros), levando-o a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas ou esquemas (relação com o mundo subjetivo). Em termos de ação comunicativa, ou seja, da ação intersubjetiva mediada pela linguagem e passível de padrões subseqüentes de ação e de racionalidade, essa relação com os três mundos é preservada de forma reflexiva e consciente (Freitag, idem, 43-44).

Como lembra Deluiz (1995), Habermas retoma um dos temas mais caros da modernidade que é o da afirmação de sujeitos portadores de aprendizagem e que inventam a sociedade civil frente ao Estado e ao mercado. O nascimento deste sujeito dá-se no social, no processo de subjetivação da identidade de um “eu” que se efetiva na relação dialética com o outro, na intersubjetividade. Significa dizermos que o ser humano só adquire consciência através do outro, ao desenvolver uma interação reflexiva mediada pela linguagem e, em relação com e na constituição de um mundo objetivo e seu mundo social comum.

Este desenvolvimento do “eu” é marcado por uma crescente autonomia em termos de como ele resolve os problemas reagindo à coerção da sociedade, opondo-se a heteronomia imposta pelo social. Este “eu” autônomo e socialmente competente, descentrado e comunicativo é, portanto, àquele que atingiu cognitivamente o estágio hipotético dedutivo e efetivamente o estágio da autonomia moral fundada na cooperação social (Piaget), lingüisticamente o estágio da fala argumentativa, moralmente o estágio pós-convencional (de acordo com Kohlberg). E, interativamente, a habilidade de assumir a perspectiva dos outros, examinando a sua própria ação e interação à luz da reciprocidade de direitos e deveres (segundo Mead), (Deluiz: 1995:18). Obviamente aqui se tem uma noção de aprendizado não como resultado, mas, sobretudo como processo em desenvolvimento cujo horizonte, a depender das vicissitudes do meio, é o atingimento pelos sujeitos de sucessivos níveis de autonomia moral e intelectual. Este desenvolvimento supõe um longo processo de descentração, que pode avançar ou retardar. Indica possibilidades que dizem respeito a todos os seres humanos, as suas possibilidades de chegar a racionar de forma lógico-abstrata e estabelecer relações mais equilibradas com seus semelhantes e o meio.

Mas se a heteronomia social é a regra como vencer as barreiras impostas pelo meio, incluindo fatores como tipo dominante de estrutura de mentalidade, tradição cultural e padrões de relações sociais predominantes? Se não todos os indivíduos, muitos deles ao atingirem o estágio das operações formais e padrões de julgamento moral correspondente, adquirem competência para examinar o seu próprio estilo de vida e da sociedade em que se encontram, para por em dúvida e debater as crenças e valores que sustentam e aqueles que se encontram a sua volta¹⁸. Esses indivíduos capazes de ascender sobre a sua realidade social,

¹⁸ Com relação a essa questão, Paulo Freire, acredita que, a conscientização é obra primeiramente dos intelectuais engajados no movimento social de mudanças. Assim, quando “... as contradições vêm à

exercem o papel de intelectuais no sentido gramsciano, têm a função de organizadores da reforma intelectual e moral de suas sociedades. Exercem o papel de reformadores, dirigentes e organizadores de processos institucionalizados ou não e, que requerem padrões de coordenação da ação baseados na solidariedade, na reciprocidade, na racionalidade dialógica, sob pena de não contribuírem para avançar o desenvolvimento cognitivo e moral dos sujeitos de tais processos de aprendizagem. Os movimentos sociais podem ser entendidos como processos não institucionalizados de aprendizagem, mas passível de assumirem uma ulterior corporificação institucional. Eles seriam, portanto, uma forma de educação (política) capaz de oferecer possibilidades aos participantes da ação coletiva condições de superação das estruturas que possam estorvar a sua emancipação. Que possam impedir a sua socialização e individualização bem sucedida em termos do alcance de níveis crescentes de autonomia moral e intelectual. Esta autonomia no nível dos indivíduos pressupõe também a autonomia dos próprios movimentos sociais frente aos imperativos coercitivos dos subsistemas regidos por meios (Estado e Mercado). Daí, porque, possivelmente, os movimentos sociais tenham uma postura ambígua com relação a estes subsistemas regidos por meios e já que seus membros, ao não se desenvolverem como os vegetais, são capazes de biografar-se, existenciar-se, historizar-se, conquistando historicamente a sua própria forma (a sua humanidade) e participando da ambigüidade da própria condição humana, dialetizando-se nas contradições históricas de sua realidade social, e projetando-se na contínua recriação de um mundo que ao mesmo tempo obstaculiza e provoca o esforço de superação liberadora da consciência humana.

Numa ótica piagetiana, a identidade individual, entretanto, não pode ser confundida com a identidade coletiva, já que o processo de subjetivação, de formação da personalidade consiste na capacitação do indivíduo em tomar consciência da relatividade de sua perspectiva individual e colocá-la em relação com o conjunto de outras perspectivas possíveis. A personalidade consiste, portanto, numa coordenação da individualidade com o universal. Significa que um indivíduo possa se submeter de forma voluntária as normas de reciprocidade e de universalidade (Piaget, 1977:245, apud De la Taille, 1992: 16-17). Nesta direção, para Habermas, o mundo vivido pessoal é limitado pelo horizonte de todas as experiências e ações advindas do indivíduo, enquanto que os limites simbólicos de uma sociedade estariam constituídos pelo horizonte das ações e interações mutuamente reconhecidas. Por isto, para este autor, a identidade do grupo não pode ser confundida com a identidade individual. Se a identidade coletiva pode ser entendida como ascendente às identidades individuais, ela regulamenta ao mesmo tempo a participação e a exclusão de indivíduos, estabelecendo uma complementaridade entre o Ego e o grupo (Habermas, 1976:25, apud: Freitag; op.cit.: 45). Daí que podemos inferir, que os movimentos sociais podem ser entendidos como sujeitos coletivos cuja ação orienta-se segundo padrões e valores mutuamente reconhecidos e racionalmente motivados e conservados. Logo, os limites da reprodução simbólica de uma sociedade e do próprio grupo social organizado estariam nos patamares de ação e interação guiados por determinadas crenças e valores, e não no plano individual.

Entretanto, não haveriam movimentos sociais dotados de uma identidade autoreferida, com ações e interesses mutuamente reconhecidos, sem que pelo menos a média de seus membros e de suas lideranças não forem capazes de coordenação de sua personalidade; de suas marcas e interesses pessoais com o conjunto de outras perspectivas; de

superfície,... grupos de intelectuais e estudantes buscam se tornar engajados na realidade social, tendendo a rejeitar os esquemas importados e as soluções pré-fabricadas..." (Freire, 1970: 66 apud Peluso, 1994:51).

coordenação de seu Ego com os valores e padrões normativos de ação coletiva compartilhados e necessários à reprodução simbólica da organização das quais fazem parte. Mas, também, esta reprodução depende da aprendizagem crescente de seus membros como auto-instrução de indivíduos descentrados, cooperativos e comunicativos. Trata-se aqui de analisar, portanto, a dimensão educativa dos movimentos sociais na capacitação de seus membros como sujeitos em crescente processo de socialização, apreendendo-se os estorvos não entrevistados que dificultam o seu desenvolvimento moral e intelectual. Trata-se aqui, portanto, de uma possibilidade histórica e não determinismo. Trata-se da possibilidade de estabelecer desde os processos de aprendizagem que se dão nas ações e interações construídas a partir da vida cotidiana, novos padrões relacionais de convivência social democrática. Isto pressupõe um processo de radicalização da democracia, já que é no patamar da vida cotidiana que as situações-limites que impedem que as pessoas realizem a sua humanidade, aflorem com maior agudeza no plano da percepção e vivência imediata. Se os seres humanos se constroem em diálogo, não há como construir um processo de radicalização da democracia com métodos autoritários. Este fato pressupõe, por sua vez, que os processos de aprendizagem, que requerem a democracia para realizar um processo de construção de sujeitos comunicativos bem sucedidos, estão indissoluvelmente vinculados ao político, entendido como direção racional de processo sociais e, portanto, como dimensão do poder que repassa todas as relações sociais.

No nível da produção e circulação de idéias e valores, portanto, da descentração social, a dimensão educativa dos movimentos sociais está, sobretudo, associada à racionalização do mundo da vida. Para entendermos melhor este nível de aprendizagem, temos que ver como Habermas constrói os conceitos de racionalidade da ação e racionalização social. Antes, porém, vejamos brevemente o terceiro nível de descentração ou aprendizagem e que diz respeito à ação movimentalista. Neste nível, Habermas considera, que da mesma forma que na psicogênese, a racionalidade social vai cedendo aos patamares cada vez mais elaborados e abrangentes do nível da consciência coletiva e das estruturas sociais. Trata-se de verificar as objetivações da razão individual, sobretudo em suas formas de organização e operação em sistemas filosóficos, concepções de mundo e teorias sociais e a sua conseqüente corporificação institucional, ou seja, a sua institucionalização em estruturas sociais tanto nas estruturas do mundo da vida (cultura, sociedade e personalidade) quanto nos subsistema Estado e mercado. Quando isto ocorre, a sociedade como o todo sofre uma descentração, ou seja, uma racionalização de suas estruturas de concepção de mundo. Com isto aumenta a capacidade do todo societário, e de suas instituições, de resolver problemas. Entretanto, como informa Freitag, os processos de aprendizado evolutivo das sociedades, pressupõe que: de um lado, os problemas sistêmicos não resolvidos e que apresentam desafios sejam problematizados no sentido da busca de soluções exequíveis e universalistas; de outro lado, para que isto seja possível, há necessidade de mobilizar novos níveis de aprendizado já alcançados ao nível das concepções de mundo, que embora virtualmente disponíveis, não foram ainda incorporados nos sistemas de ação, sendo, portanto, passíveis de se tornarem institucionalmente efetivos quando consubstanciam respostas concretas aos desafios suscitados por situações - limites que impedem a reprodução simbólica e material da sociedade (Freitag, op. cit.; p.47-48). Desta forma, tanto as estruturas individuais como coletivas de pensamento (formas de organização e operação da razão), podem ser liberadas dos seus condicionamentos imediatos, elevando-se a novos patamares de processar informações, de combinar idéias, de descobrir novas soluções para problemas dados e caminhos para a reflexão cada vez mais elaborada. Se a capacidade de resolução de problemas precisa ser encontrada primeiramente no nível psicológico dos indivíduos e se sua capacidade de aprendizagem e as informações adquiridas precisam estar disponíveis e de forma latente em certas concepções de mundo, antes que possam efetivamente ser transformados em

processo de aprendizado da sociedade; haveria, portanto, necessidade de processos educativos capazes de mobilizar indivíduos e lançar mão dos estoques de racionalidade latente em concepções, tradições e instituições na busca de alternativas de resolução de problemas que afetam a sociedade. E aqui, se encontra um terceiro nível de aprendizagem dos movimentos, na medida em que possam generalizar novos valores, idéias e concepções de mundo e que possam ser institucionalizados nos sistemas societários de ação.

Os processos de descentração ou de racionalização das estruturas de consciência social podem se materializarem enquanto processo histórico. Como lembra Paulo Freire, a história consiste nas respostas dadas pelos homens à natureza, aos outros homens e as estruturas sociais vigentes, na sua tentativa de ser progressivamente sujeito de sua práxis, ao responder aos desafios de seu contexto. Na medida que os seres humanos vão se organizando para dar respostas aos desafios de sua realidade vai constituindo épocas históricas caracterizadas por certos valores, aspirações e necessidades. Cada época se cumprirá na medida em que seus temas são racionalizados e suas tarefas cumpridas, tornando-se superados quando tais temas e tarefas não são mais pertinentes às novas necessidades que vão emergindo. Ter-se-ia, portanto, um processo de descentração, de racionalização social; um aprendizado social que eleva a media dos membros e certas instituições da sociedade a novos patamares de descentração, de aprendizagem. Se a conscientização está relacionada a épocas históricas que representam estágios de consciência social; a emancipação societária se dá pela sua capacidade de resolver os seus problemas sistêmicos, portanto de transformação de suas estruturas sociais que, por seu turno, depende do movimento social de mudanças no qual se engajam os indivíduos e certos grupos sociais organizados. É nesse processo, em sua contemporaneidade, que estão engajados os movimentos sociais, especificamente os agrários no contexto da sociedade brasileira, a qual nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas.

Como já anunciamos anteriormente, vejamos como Habermas desenvolve os seus conceitos de racionalidade de ação e racionalização social, para termos uma visão mais clara de aprendizagem como processo de racionalização e que, no nosso entender, é meio e objetivo dos movimentos sociais.

4.2. Ação Comunicativa: Racionalidade da Ação e Racionalização Social, e Outras Noções e Conceitos.

Habermas trabalha com um conceito mais abrangente de racionalização da ação tendo em vista a superação de supostos individualistas e subjetivistas da filosofia e da teoria social moderna. A sua referência de fundo como vimos anteriormente é um conceito mais abrangente de aprendizagem entendida como processo de descentração. Esta noção permite abarcar três tipos de relação ator-mundo com respeito a algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Exemplificando: com relação ao mundo objetivo a ação do sujeito está relacionada ao êxito de seu plano de ação ou a eficácia das regras de ação conforme executa um plano. Desta forma, a verdade está relacionada com a existência de estados de coisas no mundo, com a eficácia de intervenções no mundo com a ajuda das quais pode produzir estados de coisas desejados. Ao fazê-lo assim, o sujeito em sua atividade teleológica levanta manifestações simbólicas com pretensões de validade que podem ser criticadas ou defendidas, que podem ser fundamentadas. A racionalidade de sua ação se manifesta pelas relações internas que entre si guardam o conteúdo semântico, as condições de validade e as razões em favor ou não da verdade do enunciado ou da eficácia da regra de ação. Assim, a racionalidade da ação diz respeito a sua suscetibilidade de crítica ou de fundamentação.

Tal pressuposto de validade encarna um saber falível e válido dos fatos e estados de coisas no mundo objetivo se acessível a um ajuizamento objetivo. Do mesmo modo, tal procedimento ocorre com as pretensões sobre algo no mundo social e as manifestações levantadas de validade em termos de correção e retidão e, na revelação de algo no mundo subjetivo do ator e suas pretensões de autenticidade ou veracidade das afirmações. Assim, tal capacidade de percepção descentrada pode ser lida como um modelo através do qual vários sujeitos coordenam as suas ações: modelo comunicativo. A suscetibilidade da fundamentação (conceito) está relacionada com as manifestações racionais que respondem, por parte do atores racionalmente motivados, portanto, descentrados, a sua disponibilidade para se exporem à crítica e participarem das argumentações levando em consideração os pontos de vista de outros. Tal conceito de fundamentação para Habermas está intimamente relacionado ao de aprendizagem. Este autor, por seu turno, chama de racional, uma pessoa que, por exemplo, no âmbito cognitivo instrumental, expressa opiniões fundamentadas e atua com eficiência, sem que essa racionalidade permaneça contingente se não esta conectada com a capacidade de aprender dos desacertos, da refutação das hipóteses e dos fracassos das intervenções no mundo. Tais experiências negativas, para este autor, podem se tornar a base para elaboração produtiva de um discurso teórico, ou seja, uma forma de argumentação que tematize as pretensões de verdades que se tornaram problemáticas.

Para elaborar o seu conceito de ação e racionalidade comunicativa, Habermas identificou três modelos de ação e racionalidade: teleológica (instrumental ou estratégia), guiada por norma e, dramatúrgica ou expressiva (Habermas 1988a: 87-88)¹⁹. A despeito da unilateralidade dos outros modelos em termos da relação ator - mundo, apresenta o seu modelo de ação e racionalidade comunicativa que abrange os três aspectos dos outros três modelos, adequando-se melhor a estudo dos movimentos sociais ao englobar dimensões de ação e racionalidades estratégicas, normativas e expressivas de tais movimentos e que correspondem as três relações ator - mundo; por sua vez, estão relacionadas, como já é sabido, aos três critérios de alcance universal pelas quais as pretensões de validade podem ser confrontadas: veracidade da afirmação, correção normativa e sinceridade das manifestações expressivas do mundo interior dos atores. Daí que, ação comunicativa pressupõe um procedimento cognitivo de natureza intersubjetiva e que só é possível com a contínua descentração de visões (egocêntricas) de mundo.

Entretanto, é bom lembrarmos, que para Habermas, a ação comunicativa e sua racionalidade intersubjetiva, dialogal, não exclui a dimensão teleológica da ação. Só que no seu contexto, os atores não buscam primeiramente se orientar para o seu sucesso pessoal, mas buscam satisfazer tais interesses respeitando a condição de que pode harmonizá-los sobre as bases de uma definição comum da situação por todos os concernidos. Esta definição de um contexto comum racionalmente motivado depende do estoque de conhecimento e de consenso cultural anterior do mundo da vida, entendido no seu sentido cotidiano como um conceito que diz respeito ao domínio sob o qual os atores sociais atuam e datam os seus pronunciamentos em espaços sociais e tempos históricos. Este nível de ação descentrada em busca do entendimento intersubjetivo corresponde aos espaços de interação socializadores desde o contexto da vida cotidiana. Esses espaços são construídos pelos movimentos sociais e a partir

¹⁹ A ação teleológica: através da qual um ator realiza um fim ou faz com que se produza um estado de coisa desejado, elegendo numa situação dada os meios mais adequados e aplicando-os com eficiência. Este tipo de ação torna-se estratégica quando no “cálculo que o agente faz de seu êxito, intervém na expectativa de decisões ao menos outro agente, que também atua com vistas a realização dos seus próprios propósitos (Habermas 1987 a: 122). Já a ação regulada por normas é própria dos membros de um grupo social que orientam sua ação por valores comuns (Idem, Ibidem: 123). Ação dramatúrgica: refere-se a participantes numa interação em que constituem, uns para os outros, o público ante o qual se põe a si mesmos em cena (Idem, ibidem).

de processos de identificação de situações - problemas comuns e susceptíveis de tematização e de construção de alternativas à sua solução; podendo ser elaboradas culturalmente na forma de reivindicação de direitos (Idem; ibdem).

Mas, é sabido que Mead contribuiu para a noção habermasiana de racionalização comunicativa do mundo da vida. Mead entendeu que a “ação comunicativa é antropologicamente fundamental no sentido de que as estruturas de interação regidas por normas lingüisticamente mediadas definem os pontos de partida dos desenvolvimentos ulteriores” (Mead apud Tavalaro, 1996: 148). Assim, a compreensão de Mead de que o processo de linguistificação é uma racionalização do mundo, vai corroborar com a idéia de diferenciação estrutural do mundo da vida, já seminalmente presente no conceito de desenvolvimento cognitivo abarcador das três relações ator – mundo que vem de Piaget e, em consequência, de seu conceito de descentração retomado por Habermas. Entretanto, para este autor, Mead teria reduzido a sua teoria a perspectiva do mundo da vida, ignorando a questão da economia e da política. Ao seu conceito de sociedade como mundo da vida, estaria faltando uma perspectiva destes subsistemas responsáveis pela reprodução material da sociedade, só acessíveis por intermédio de uma análise funcionalista. A partir deste patamar, Habermas elabora dois conceitos fundamentais para nossa análise: mundo da vida e sistema.

4.3. O Mundo da Vida e Sistema

O mundo da vida abrange todos os objetos simbólicos que produzimos enquanto falamos e agimos: proferimentos, textos, tradições, teorias, crenças, objetos da cultura material, instituições, sistemas sociais, estruturas de personalidade. É constituído por três componentes estruturais básicos: cultura (celeiro de saberes e conhecimento do qual os participantes da interação extraem as suas interpretações e representações), sociedade (na qual se estruturam as ordens legítimas e através das quais os participantes de um contexto lingüisticamente mediado regulam suas pertencas a grupos sociais, laços de reciprocidade e solidariedade) e personalidade (que configura as competências que tornaram um sujeito capaz de falar e agir, podendo participar de processos interativos voltados para o entendimento e afirmar a sua própria identidade (Habermas: 1988 a: 43,70 e 208 - 220).

O conceito de sistema, diferenciado em dois subsistemas (Estado e mercado) é construído por Habermas com o apoio das contribuições de Durkheim, Weber e Parsons. Estes dois subsistema, para Habermas, são esferas regidas pelo poder e o dinheiro. Com base em Durkheim, identifica duas formas sociais de integração social que tem seu lugar nos processos de racionalização social do mundo da vida, e portanto, obtido através de processos interativos voltados para o consenso e, a integração sistêmica é que alcançada através dos mecanismos sistêmicos autoregulados, que prescindem de regulação comunicativa ou normativa e independe da consciência e da vontade dos atores sociais. Daqui derivam-se duas perspectivas de compreensão da sociedade: da perspectiva dos atores sociais, a sociedade é vista como mundo da vida de um grupo social; do ponto de vista de um observador, a sociedade é vista como um sistema de ação e no qual cada ação tem uma funcionalidade para manutenção do sistema. A partir destas duas perspectivas, Habermas visualiza os dois paradigmas fundamentais das ciências sociais, baseados em conceitos unilaterais de sociedade: mundo da vida e sistema. Estes dois paradigmas corresponde ao conceito habermasiano dual de sociedade, isto é, a sociedade é vista como constituída simultaneamente pelo mundo da vida e o sistema. Ao mesmo tempo com base neste conceito, o autor da teoria da ação comunicativa, vai integrar o paradigma de mundo da vida e o de sistema, de forma que permita uma análise tanto dos aspectos da racionalidade da ação (teorias da ação), quanto

da racionalização social (teorias de sistemas). Segundo Habermas, algumas derivações das primeiras tendem a reduzir as suas análises as perspectivas dos atores sociais e, mais especificamente, as orientações que emprestam as suas ações; enquanto que as segundas tendem a confundir racionalização social com complexificação sistemática, a exemplo de Weber que reduz a sua teoria da ação ao tipo de ação instrumental. Também Parsons, segundo Habermas, reduz a sociedade a um sistema de ação, enfatizando a integração sistêmica. Tais abordagens, entretanto, ao adotar o ponto de vista do observador externo, “a partir de fora”, tem o mérito de procurar uma visão da sociedade como um todo, transcendendo os interesses e as motivações dos atores individuais em seus contextos concretos. Por sua vez, são incapazes de enxergarem nos imperativos sistêmicos (reprodução material da sociedade e poder político) mais do que coerções e exigências anônimas, muitas vezes insuportáveis. Do outro lado, da perspectiva do mundo da vida, como a de Durkheim e Mead, há uma redução da sociedade ao próprio mundo da vida dos atores sociais. Assim, em Durkheim o mundo da vida é reduzido ao aspecto da integração social, enquanto que em Mead, a sociedade é subsumida ao conceito de mundo da vida, por sua vez, reduzido ao aspecto da socialização dos atores sociais. Para Habermas, entretanto, estes modelos de racionalidade teriam a vantagem de dar conta de um ou de outros aspectos da reprodução simbólica da sociedade. E a questão, aqui, que se coloca, é como combinar ambas as perspectivas que decorrem de forma fragmentada e em sentidos contrários (Habermas, 1988b: 154-199).

A relação entre as duas perspectivas é resolvida por Habermas mediante uma estratégia que desenvolve o conceito de sistema fora do conceito de mundo da vida, permitindo do ponto de vista metodológico que a teoria social alcance o que ele entende por uma transformação no próprio objeto; uma transformação que a própria vida social sofre nas experiências de desencantamento e modernização. O conceito de sociedade composto de mundo da vida e sistema é básico para uma teoria da evolução social que separa o processo de racionalização do mundo da vida da crescente complexificação sistêmica. O processo de evolução social, portanto, seria marcado pela crescente racionalização do mundo da vida, cujo estado evolutivo é a separação de suas estruturas simbólicas (cultura, sociedade e personalidade). Esta crescente racionalização do mundo da vida implica uma progressiva demanda de coordenação da ação de forma comunicativa, pelos meios de entendimento mediados lingüisticamente. Esta sobrecarrega, aliada a crescente complexificação sistêmica com base na diferenciação entre economia e sistema político e, que é medida pela capacidade de controle, abre franco para que os meios dinheiro e poder assumam cada vez mais as funções de coordenação da ação, alijando os processos comunicativos mediados pela linguagem e absorvendo áreas inteiras do mundo da vida (Habermas, 1988b: 351).

Os imperativos sistêmicos tornam-se auto-suficientes ao serem liberados da contingência dos imperativos da integração social pela desvalorização dos mecanismos de coordenação voltados para o entendimento próprio do mundo da vida, por sua vez, subordinando-os aos subsistemas Estado e mercado. Deste desengate sobressaem-se categorias teóricas básicas para o estudo dos movimentos sociais. Duas delas são mercado e Estado como subsistemas de ação regidos pela ação teleológica do tipo instrumental e não produtora de sentido e, que acabam reificando as estruturas simbólicas do mundo da vida pelos seus efeitos imperativos governados pelos meios dinheiro e poder. Ocorre então, a colonização do mundo da vida, pois os imperativos sistêmicos retiram os elementos prático-morais e prático-estéticos e expressivos das esferas públicas e privadas do mundo da vida por um processo de monetarização e burocratização. Na medida em que o sistema econômico sujeita, por exemplo, aos seus imperativos as formas de vida do lar privado e a conduta de vida de seus consumidores e empregados, está aberto o caminho para o consumismo e o individualismo exacerbado, funcionando como falsos sucedâneos da perda de sentido e de liberdade (Habermas, ibidem, 433).

Neste cenário, a prática comunicativa cotidiana é racionalizada de forma unilateral num estilo utilitário. Esta mudança induzida pelos meios diretores, poder e dinheiro, para uma orientação teleológica terá, como reação, um hedonismo liberto das pressões de racionalidade. E assim, a esfera privada é solapada e erodida pelo sistema econômico, também a esfera pública o é pelo sistema político-administrativo. O esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneos e a deformação da vontade abrem caminho para a manipulação da lealdade das massas e torna fácil o desatrelamento entre as tomadas de decisão política e os contextos concretos e formadores de identidade (Habermas 1988b: 325). Aqui, portanto, está a chave que explica o porque do surgimento dos movimentos sociais contemporâneos e o que está em jogo em suas lutas; ao mesmo tempo, para entender as reivindicações e afirmações de suas identidades e autonomias, mesmo que relativas. Bem como, o fosso que separa os processos de democratização social e a democracia política, a própria ambigüidade dos movimentos sociais com relação a política propriamente dita.

Neste contexto descrito acima, a infra-estrutura de mundo da vida, portanto, é ameaçada por um processo sistematicamente induzido de reificação (Lukács, 1969) entendido por Habermas como colonização do mundo da vida e como empobrecimento cultural. Este último sintoma da modernidade, empobrecimento cultural, é fruto dos próprios processos de racionalização cultural que, contraditoriamente, ao libertarem os processos de reprodução cultural, de integração social e de formação da personalidade das amarras da tradição, deixaram as esferas da cultura aprisionadas nas mãos de expertos, sob a égide dos processos de reprodução material da sociedade e cada vez mais distantes das práticas cotidianas. A cultura perde as suas funções ideológicas, ocasionado a fragmentação da consciência. Ao invés de falsa consciência, nos temos hoje uma consciência fragmentada que nas palavras de Habermas, bloqueia o iluminismo pelo mecanismo de reificação (Habermas, 1987b: 355).

Em sociedades, como a brasileira, tardiamente incorporadas às estruturas de consciência modernas, sobressai-se um processo de integração sistêmica que é seletivo e ao mesmo tempo fator crucial de desintegração social, deixando áreas inteiras do mundo da vida presas à tradição. Estas sociedades apresentam, portanto, déficits cruciais tanto do ponto de vista de sua reprodução material quanto em termos de racionalização simbólica do mundo da vida, deixando contingentes populacionais submetidos à fome, ao analfabetismo e outros sintomas da barbárie. Significa dizermos que, tais déficits expressam estorvos significativos não só para a realização da integração sistemática e da integração social, também para a formação da personalidade da maioria de seus membros, cujas identidades deterioradas expressam processos de socialização profundamente autoritários. Estes podem ser expressão de uma espécie de darwinismo social próprio de uma mentalidade colonialista e escravocrata subjacentes às gramáticas políticas predominantes, mesmo que recicladas ou refuncionalizadas sistemicamente como modernas (patrimonialismo, clientelismo, corporativismo etc.).

4.4. Patologias da Modernidade: Colonização do Mundo Vital e Empobrecimento Cultural

Sobressai-se neste nível de apresentação de nosso quadro teórico duas categorias de análise importantes: colonização do mundo da vida e empobrecimento cultural, responsáveis pela indução interna e externa de patologias sociais, contra as quais debatem-se os movimentos sociais, pelo menos os que estamos estudando no contexto brasileiro. As patologias podem ter origem interna ou externa ao mundo da vida. As de origem externa, conforme Habermas provém, por exemplo, dos déficits de racionalização do mundo da vida.

Elas, as patologias, permanecem no mundo da vida como espécie de resíduos na passagem do agir sagrado ao agir profano, seja pela pouca reflexividade de preconceitos, cosmovisões e instituições tradicionais com relação as pós-tradicionais, seja pela redução da moralidade e da eticidade concreta resultante da crescente universalização e formalização do direito e da moral, ou ainda, da separação elitista entre cultura de experts e situações comuns que resultam no empobrecimento ou esvaziamento cultural do mundo da vida (Habermas, 1981: 481-485). Já as patologias induzidas externamente podem ser produzidas por guerras, epidemias, terremotos, fome e insuficiência dos meios de reprodução material, ou através de mecanismos sistêmicos que são capazes de tirar a força de comunicação mediada pela linguagem e substituí-la pelos meios destituídos de linguagem (Habermas, 1987:172-192). Desde prisma, podemos entre outras questões, imputar que os movimentos sociais, por exemplo, no meio rural nordestino, enfrentam a fome, a calamidade de secas recorrentes, o desemprego, a concentração anti-social da propriedade da terra e o poder político do latifúndio. Por sua vez, os dois últimos são depositários de padrões autoritários de relações sociais e códigos de ética e direito privados, por sua vez, tolhedores da própria eficácia das leis prevaletentes. Sob a égide do latifúndio, do poder econômico e político dos proprietários de terras agora integrados ao capital industrial e financeiro, poder econômico e sistema político - administrativo confundem-se pela apropriação patrimonialista do Estado e privada dos fundos públicos. Nesse cenário, os movimentos sociais enfrentam a ação dos meios deslinguisticados do Estado e do mercado expressos pelo viés narcotizador da mídia e da indústria cultural. Também pelas vias personalistas de políticos profissionais, de seus funcionários privados, mas estatais, e de suas vastas clientelas, cujas relações se reciclaram de forma monetarizada e que atentam à cidadania política da maioria da população. Tais imperativos reforçam a miséria, o analfabetismo, os preconceitos, os valores e padrões autoritários de conduta transmitidos pela tradição, refuncionalizados e assimilados às instituições e padrões prático-morais próprios da moral social dominante. Tais patologias não encontrarão certamente, soluções na atual distribuição de poder e só poderão ser enfrentados pela moralização destes problemas na esfera pública, pela generalização normativa de demandas e interesses das classes populares, principais vítimas de tais situações. Esta moralização e generalização de valores fundados em necessidades radicais implica na institucionalização de direitos cidadãos e na própria garantia institucional de sua vigência efetiva e, que só pode ser operada discursivamente por atores individuais e coletivos em espaços públicos não obstruídos das culturas políticas liberais (Habermas, 1991:51).

Neste prisma, os movimentos sociais são reações coletivas organizadas a tais patologias sociais, construindo uma esfera pública crítica de discurso e ação, demarcando as fronteiras de autonomia entre esta e o sistema político formal e o sistema econômico.

“A criação de esferas públicas críticas, autônomas, tem de ser entendidas... como a formação de impedimentos de lumiar... e o embutimento de sensores na permuta entre o mundo da vida e sistema” (Habermas, 1985, 141).

Entretanto, para se analisar os movimentos sociais como portadores de aprendizagem, sendo capazes de institucionalizar os potenciais positivos da modernidade e transcender procedimentos e valores subjacentes, às próprias lutas específicas e identidades particularistas auto-referidas, temos que verificar a sua capacidade de institucionalização de direitos e de generalização de valores universalizáveis e que atravessem os diferentes grupos sociais. Para tanto os conceitos de descentração e juridificação são de suma importância (Idem, *ibidem*).

Se os conceitos de colonização do mundo da vida e empobrecimento cultural são indispensáveis para verificarmos os impedimentos à racionalização social, o conceito de

descentração, como já vimos, bem como, o conceito de juridificação, que está associado com as possibilidades de generalização de novos valores e novas concepções de mundo, são de máxima importância para a nossa reflexão.

A noção de descentração como já foi visto, refere-se à organização de ações significativas que implicam em aprendizado tanto no seu sentido literal (individual), quanto no seu sentido analógico (coletivo). A sua racionalidade dialogal pressupõe a mediação da linguagem como meio de coordenação da ação e de formação de redes de relações socializadoras, as quais, por sua vez, podem propiciar eventos interativos contínuos e abertos à inovação e à resolução de problemas (Cohn, 1993-72). Em outros termos, tais procedimentos dialogais estão relacionados com a pluralização das formas de vida, com a diferenciação e com o desenvolvimento das estruturas do mundo da vida; com a “diferenciação das esferas tornadas possíveis pela modernidade e desafios de opções mais (ou menos) disponíveis às decisões individuais, simultaneamente abertas ao evento interativo como fonte de consenso. O consenso é então possível na medida em que o acesso ao mundo objetivo, social e subjetivo é aberto cooperativamente por atores descentrados. Essa descentração torna-se algo processual e contínuo, na medida em que pode ser renovado constantemente e pode apresentar “várias possibilidades de progressão ou regressão dentro de uma ética ‘convencional’ ou ‘pós-convencional’ (esta voltada ao exame dos princípios e não apenas dos procedimentos)” (Krischke, 1989: 137).

Com base no conceito de descentração, a ação comunicativa traduz em si mesma um processo de aprendizagem dos agentes e dos coletivos descentrados. Através da intersubjetividade mediada pela linguagem tornam-se não só falantes, mas também atores sociais. Nesta direção, a ação comunicativa abrange não só os processos de interpretação em que o conhecimento social é testado em relação ao mundo, também e ao mesmo tempo, os processos de integração social e socialização, instâncias através das quais o mundo da vida é testado segundo os padrões de solidariedade de seus membros e de identidades dos indivíduos socializados. Neste nível, os processos de aprendizagem podem ser testados empiricamente segundo os padrões de solidariedade alcançados e a identidade dos agentes, já que é no nível moral, que o aprendizado apresenta-se como processo de primeira ordem.

Já o conceito de juridificação, comporta uma dimensão estratégica, e diz respeito tanto a negociação de compromissos e interesses quanto as situações particularísticas de grupos sociais, e, portanto, não generalizáveis – como a institucionalização de liberdades enquanto parâmetro para medir a correlação de forças sociais. No caso do Estado de Direito fundado em lei geral, na Constituição, se teria uma “fornada de juridificação” de direitos e liberdades, que nas condições de países como o Brasil, tende a potencializar a ação movimentalista pela sua efetivação e ampliação, incluindo a própria institucionalização dos conflitos sociais com parte da natureza de um regime político democrático baseado numa cultura política de participação e alternância de poder. Habermas considera que os direitos e liberdades publicamente estabelecidos comportam ambigualmente a ação sistêmica e a ação comunicativa, já que, a democratização social e política constitui-se num processo ambíguo de juridificação, afirmação e cerceamentos simultâneos de direitos. Há, portanto,

“um confronto ente a lógica instrumental e estratégica inerente as ordens institucionais e aos conflitos entre particulares, por um lado, e a lógica comunicativa de orientação universalista de que são portadores certos movimentos sociais, por outro (Idem, ibidem, p. 138).

Caberia, portanto, verificarmos os contextos sociais obstruidores dos processos de aprendizagem dos agentes da ação movimentalista e que ao mesmo tempo impedem que as concepções, valores e direitos pós-tradicionais e consensuados pelos grupos organizados

possam atingir a esfera pública. Por sua vez, para que possam ser tematizados e generalizados atingindo a opinião pública e, finalmente atingir o sistema político, atravessando suas eclusas, podendo ser finalmente institucionalizados. Cabe, ainda, verificarmos, como as interferências externas (sistema de necessidades) podem ser capazes de regressões, inclusive a estágios de ação governados pelo instinto de defesa da espécie, ou mesmo, por resíduos de estágios morais pré-convencionais considerados como crimes contra a humanidade, como é o caso da tortura, da escravidão etc.

4.5. Outros Conceitos Fundamentais

Vejam os outros conceitos fundamentais do quadro categorial de nossa análise.

- **Esfera pública:** esfera pública ou espaço público é definido por Habermas como um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade. Não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela, não constitui uma estrutura normativa capaz de se diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização. Tampouco, constitui um sistema, pois, se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Reprodução: como o mundo da vida, a esfera pública se reproduz através de agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural, ele está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. Por está vinculada ao agir comunicacional cotidiano, a esfera pública quando "abrange temas políticos relevantes deixa ao cargo do sistema político a sua elaboração especializada (Habermas, ibidem:92).

"As estruturas de uma esfera pública constitui uma grandeza empírica, na medida em que ela se mede por qualidades procedimentais de seu processo de criação. Visto pelo lado normativo, ela fundamenta uma medida para a legitimidade da influência exercida por opiniões públicas sobre o sistema político. Certamente, a influência fática e a influência legítima não coincidem, assim como não há coincidência entre legitimidade e a fé na legitimidade. Porém, tal conceito "permite abrir uma perspectiva, a partir da qual se torna possível pesquisar empiricamente a relação entre a influência real e a qualidade procedimental de opiniões públicas" (Habermas, ibidem, 94-95).

Para Habermas, na esfera pública luta-se por influência, pois é nela que tal influência se forma. Porém, a influência política sobre a comunicação pública tem que ser apoiada na ressonância e no assentimento de um público de leigos, na "massa" dos cidadãos. Tal público tem que estar convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público, portanto, possui essa autoridade, uma vez que ele é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual os atores podem aparecer. Habermas faz uma distinção entre atores que vem do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída para se aproveitarem dela, como é o caso de grandes grupos de interesses bem organizados e ancorados em sistemas de funções e que precisam exercer influência. Como vimos anteriormente, o desengate entre mundo da vida e sistema, com a conseqüente autonomização dos subsistemas governados pelos meios dinheiro e poder e sua instrumentalização do mundo da vida, solapam a dimensão consensual mesmo de áreas do sistema político estruturadas

comunicativamente e que precisam da força da solidariedade da sociedade civil para legitimar os seus procedimentos universalistas de tomada de decisão. Os partidos políticos, por exemplo, deixam de exercer a função intermediadora entre a sociedade e o Estado, se é que na realidade brasileira, marcada pela "inexperiência democrática", nos termos de Paulo Freire, alguma vez exerceram tal tarefa de forma adequada. O fato é que, são confundidos com o aparato administrativo e "desenraizados" da sociedade civil, não se prestando à função de "auto-realização de interesses" no plano individual e de atuar como coordenadores de seletividade de temas e demandas no plano do Estado e sob princípios universalistas de procedimentos. No plano individual, transformam-se em instrumentos de realização de projetos pessoais de poder e no plano do Estado, operam fora do controle ou sem consonância com a sociedade civil, não traduzindo os seus interesses e demandas vitais.

Os mecanismos sistêmicos solapam a própria força comunicativa voltada ao consenso da esfera da opinião pública, dificultando a tematização e busca de superação de patologias sociais, as quais, como vimos, só podem ser solucionadas através de uma distribuição de poder político favorável e enfrentadas através da moralização público-discursiva. A própria ativação da esfera pública política passa pela contribuição que os movimentos sociais podem dar no revigoramento politizado da sociedade civil e na qualificação política da opinião pública, na recuperação e revigoramento da função mediadora dos partidos políticos, na qualificação dos processos eleitorais e das instâncias parlamentares de representação. Numa situação de "inexperiência democrática" como a brasileira é preciso coordenação dos processos de democratização social com a consolidação da democracia política sob o crivo do que Habermas chama de "soberania popular por procedimento", caminho possivelmente mais adequado para a realização das "mudanças substantivas" que os movimentos sociais reivindicam. E por esse caminho, para além dos processos de democratização da vida cotidiana, se pode avaliar a qualidade política e os impactos dos movimentos sociais.

A indissolúvel tensão apontada por Habermas, entre o Estado e o mercado, por um lado, e das estruturas solidário-consensuais do mundo da vida e que se organizam em movimentos sociais, por outro; pode ser compatibilizada pela institucionalização dos princípios da racionalidade comunicativa no sistema político. E neste sentido, a democracia ganharia um conteúdo normativo, de acordo com o qual os princípios do constitucionalismo democrático implicariam a precedência do mundo da vida em relação ao Estado e ao mercado regidos pelo poder e o dinheiro. O quadro teórico seminalmente construído por Arato e Cohen (1992) a partir do conceito habermasiano de sociedade civil, como já vimos, caminha nesta direção: a esfera pública como ponto de encontro e arena de disputa entre a lógica comunicativa do mundo da vida e a lógica dos subsistemas regidos por meios quanto ao problema da organização da sociabilidade. Neste caso, os movimentos sociais disputariam tanto com o Estado quanto com as corporações capitalistas questões quanto à preservação de um espaço autônomo e democrático favorável a reprodução simbólica do mundo da vida. O mundo da vida representado institucionalmente pela sociedade civil organizada se encontraria na esfera pública com o sistema político revigorado pela recuperação da dimensão societária e competitiva dos partidos políticos e pela ativação da dimensão societária estruturada comunicativamente do parlamento; representando uma esperança para a consolidação mais equilibrada da democracia política e outros potenciais de racionalidade da modernidade. Sobressaem-se aqui três categorias fundamentais para uma compreensão política da ação dos movimentos sociais:

- **sociedade política:** representa as instituições do Estado na sua dimensão estatal-administrativa e decisório-executiva e na sua dimensão societária e competitiva (parlamento e partidos políticos).

- **Sociedade civil:** na sua concepção contemporânea é definida por Habermas da seguinte maneira: "o termo sociedade civil", não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais, não-econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil "compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para esfera pública política" (Habermas, 1997:99). Entretanto, uma esfera pública é dominada pelos meios de comunicação de massa e pelas grandes agências, vigiada pelas instituições encarregadas da opinião e de mercado e sobrecarregada com o trabalho de publicidade e de propaganda dos partidos e organizações políticas. Mesmo assim, as organizações civis "formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para as suas experiências e interesses pessoais, exercendo influência sobre a formação da opinião e da vontade" (Habermas, idem 99-100). Por está apoiada em direitos fundamentais, a sociedade civil fornece as suas próprias referências acerca de sua estrutura social:

"a liberdade de opinião e reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações livres que interferem na formação da opinião pública e tratam de temas de interesse de grupos de difícil organização; perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades confessionais etc." (Idem, ibidem).

Assim, liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, bem como, o direito de exercer atividades publicitárias, segundo Habermas, podem garantir a infra-estrutura medial da comunicação pública a qual, por sua vez, deve permanecer aberta a opiniões correntes e representativas. Desta forma, o autor acredita que o sistema político, que pode continuar sensível a influencia da opinião pública, conecta-se com a esfera pública e com a sociedade civil através da atividade dos partidos políticos e através da atividade eleitoral dos cidadãos. Tal entrelaçamento, por sua vez,

"é garantido através do direito dos partidos de contribuir na formação da vontade política do povo e através do direito de voto ativo ou passivo dos sujeitos privados (complementado por outros direitos de participação)" (Idem, ibdem).

Quanto às associações:

"só podem afirmar a sua autonomia e conservar a sua espontaneidade na medida em que puderem apoiar-se num pluralismo de formas de vida, subculturas e credos religiosos" (Idem, ibdem).

Finalmente:

"a proteção da privacidade" através de direitos fundamentais serve à modernidade de domínios vitais privados, direitos de personalidade, liberdades de crença e de consciência, liberalidade, sigilo da correspondência e do telefone, inviolabilidade da residência, bem como a proteção da família, caracterizam uma zona inviolável da integridade pessoal e da formação do juízo e da consciência autônoma" (Habermas, ibidem: 101)

4.6. Estratégia de Análise

Com base em Claus Offe (1989:229) o processo de análise dos movimentos sociais pode ser realizado em três níveis.

a) "a partir de baixo", ou seja, do agente, não só no sentido de explorar as suas intenções, valores, expectativas e chances reais de influenciar nas decisões coletivas e tirar proveito de seus recursos e suas conquistas. Embora o interesse seja uma variável importante, a ação individual é orientada por juízos e padrões normativos de conduta em consonância ou não com as regras de reciprocidade e solidariedade necessária a sobrevivência do grupo. Também devemos ter um "olhar", sobretudo, no nível da formação do sujeito discreto, ou seja, em termos das possibilidades e limites que a organização oferece, sob pressões do meio ou externas, para a socialização do indivíduo (pelo seu crescente envolvimento no grupo traduzido em linguagem socializada) e para a sua conscientização (pela capacidade reflexiva de distanciar-se do próprio grupo e de suas normas de interação traduzida em autonomização moral e intelectual.

b) "a partir de dentro", ou seja, a partir da própria organização movimentalista focalizando os aspectos constitutivos da identidade. Nível de análise, cuja proposta é oferecida por Glória Gohn (1997) da seguinte forma: construção de repertórios, de demandas e reivindicações conforme determinados valores, crenças, utopias e ideologias; sua composição social, articulação e diferenciação internas. Enfim: sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas e estratégias de ação. Como um movimento social organiza estratégias de ação endereçadas ao sistema político e à sociedade, por seu turno, traduzidas em eventos dramáticos que traduzem sua força mobilizatória e discursiva. Porém, outros aspectos devem ser levados em consideração: cenário sócio-político, articulações e redes constituídas pelos militantes, lideranças e assessorias e outros interlocutores; suas relações com outros movimentos e entidades da sociedade civil; relações com o sistema político; representações sobre si mesmo e sobre outrem; interpretação de suas conquistas e derrotas, opositores e aliados, além da cultura política constituída ao longo de suas trajetórias de lutas.

c) "a partir de cima" ou "de fora", focalizando o sistema societário em geral: o papel que é atribuído aos movimentos sociais, principalmente por parte do sistema político, os impedimentos sistêmicos que impõe à sua organização e a satisfação de suas reivindicações e demandas; as ligações que o Estado, os partidos políticos e personalidades públicas estabelecem com estes movimentos bem como as representações construídas sobre eles; a forma como os movimentos têm resistido à ação coercitiva do Estado e outras agências e agentes do sistema político e os impactos que tem conseguido operar no conjunto da sociedade, nas relações com Estado, nos núcleos decisórios do sistema político em geral; a canalização dos problemas tematizados e seu tratamento especializado pelos representantes do poder político que passa pela capacidade dos movimentos de ativar a esfera pública. Enfim: explorar as formas e as práticas institucionais que são proporcionadas pelo sistema político aos movimentos sociais e as entidades que compõe sociedade civil e que conferem um status particular a sua base de operação, e ao mesmo tempo, como as mudanças econômicas e políticas da sociedade influí no comportamento dos movimentos sociais e de seus militantes; nas suas reorientações ideológicas e na mudança da orientação dos conflitos.

Colocado e descrito tal esquema analítico se faz necessário demonstrar como lançar mão de todo quadro conceitual construído na trajetória deste estudo para análise dos movimentos sociais que como processos de aprendizagem pressupõem um balanço de seus limites e de suas possibilidades no plano da formação dos agentes, no plano da produção, circulação e generalização de novas idéias e valores que permeiam as suas próprias práticas discursivas. Também e, finalmente, no nível de evolução da sociedade traduzido em novos

padrões de integração social que depende da generalização de valores morais e legais no plano da cultura e de sua consequente institucionalização.

No plano teórico, o paradigma da comunicação pressupõe que o sujeito do conhecimento não se define como sendo aquele que se relaciona com objetos e estados de coisas e fatos para conhecê-los ou para agir sobre eles e dominá-los. O sujeito cognoscente é aquele que se entende com outros sujeitos no ato de conhecer. Portanto, a idéia de um sujeito epistêmico é substituída pela idéia de grupo. Nela, a verdade não é produto da reflexão isolada, mas resultado de uma situação dialogal e processual.

Assim, Habermas (1989:164), compreende a ação comunicativa como processo de aprendizagem, de formação voltado para emancipação e capaz de descobrir no processo dialético da história a violência que desfigura o diálogo buscado pelos homens e que coloca este diálogo fora dos trilhos de uma comunicação livre de coação. Assim, no nível metodológico, para o autor, é preciso demonstrar não somente que a teoria tem uma ligação com a práxis vital, também, que ela tem uma determinada práxis enquanto ao conceber o real como atividade sensível subjetiva; ou melhor, intersubjetiva: ação prático – crítica; dialógica e não monológica e, por isso, criadora e emancipatória, que se modifica ao modificar o meio, requerendo cada vez mais solução de continuidade. E por isso processual.

Nesse prisma, é preciso exercitar a forma da experiência da reflexão que foi abandonada pelo positivismo. Esta prática pode revelar o sentido oculto de contextos distorcidos ou de processos comunicativos sistematicamente estorvados, que impedem processos de aprendizagem e distorcem os contextos de formação da vontade dos indivíduos e da comunicação intersubjetiva, dando visibilidade crítica aos elementos de coação e dominação muitas vezes não entrevistados pelos participantes da interação. Noutros termos, desocultando mecanismos, representações, visões, padrões normativos de conduta que impedem, por exemplo, a auto-realização e a espontaneidade individuais (Habermas, 1976: 109). Ou seja, que impedem processos comunicativos que possam garantir a reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida; que obstaculizam disposições para o entendimento em vista à solução de problemas; que possam obstruir a tematização de questões e generalização de valores e de princípios pós-convencionais. Enfim; uma experiência reflexiva que possa revelar contextos, processos ou procedimentos que obstaculizem a generalização da coordenação da ação aberta a subseqüentes processos intersubjetivos de formação do sujeito que, por seu turno, propiciam a construção da sociedade civil em face ao Estado e ao mercado (Habermas, 1990: 107).

Em tal situação de fronteiras normativas, o cientista social não pode assumir o papel de sujeito isolado, distanciando-se da realidade reivindicando para si próprio uma posição de neutralidade na relação sujeito-objeto. Por seu turno, as ciências sociais não têm a possibilidade de formar com antecedência suas categorias para depois medir a realidade. Deste fato, deriva-se que a teoria é ao mesmo tempo expressão dos fatos que pretende conservar em abstração. Neste caso, além da tarefa preliminar que tem o pesquisador social de examinar a compatibilidade de suas categorias com o seu objeto, deve assumir, também, uma postura que encare a própria fragmentação de seu campo de análise temática e a própria falibilidade de seu modelo teórico. Isto significa articular a teoria com o seu objeto enquanto reflexão, já que o pesquisador não pode se conformar com uma racionalidade de indivíduos que pensam, observam e avaliam a realidade através de modelos pré-estabelecidos, reduzindo a teoria a mera explicação lógico-causal.

Assim, em resposta aos interesses teóricos subjacentes na dominação da natureza que permite a reprodução material da espécie ou que constitui o mundo como mundo manipulável, Habermas propõe um interesse universal; um interesse prático de manter aquele nível de intersubjetividade, que obtido na comunicação da linguagem ordinária, é necessário para a reprodução do ser humano como ser sócio-cultural. É em relação a este interesse que se

pode falar de conhecimento como entendimento que os sujeitos do ato de conhecer obtém em questões relativas à ordenação de sua vida social e cultural (Habermas, 1987: 176).

A teoria, portanto, deve ser racional no sentido de posicionar o sujeito concreto agindo em seu ambiente social e desenvolvendo relações com outros sujeitos. Estas relações caracterizam-se através de processos comunicativos, por encontrar o sentido do mundo da vida no qual todos partilham, constituindo e abrindo este mundo para os sujeitos através da linguagem. Deste modo, o agir do observador deve ser compreendido como "interagir" entre sujeitos que pensam resolver o problema da cooperação no nível do entendimento. O sujeito do conhecimento deve ser, portanto, um nós e um nós de uma rede de interação subjetiva e, o objeto deve ser o objeto de vários sujeitos ao mesmo tempo.

O exposto acima faz lembrar e pensar situações comunicativas próprias da comunidade científica em torno de processos cooperativos de construção de paradigmas ou de tematização de fatos, situações e processos sociais, como tem feito os nossos estudiosos dos movimentos sociais contemporâneos. Neste campo, eles entendem-se quanto aos aspectos normativos dos debates de forma descentrada e aberta a novas questões e novidades. Além disto, tal práxis teórica do pesquisador, segundo Habermas, faz-nos pensar nos fluxos solidários e dialógicos promovidos pela sua imersão ou adentramento na realidade estudada. Dialogando com entidades e organizações da sociedade civil, com participantes dos movimentos societários, promovendo-se e sendo promovido de elementos reflexivos e analíticos; analisando, interpretando os discursos orais e escritos, biografias, projetos, memórias; refletindo sobre impactos, estorvos aos processos de descentração individual e coletiva; podemos apreender a capacidade que tem a ação coletiva de generalização de valores e de juridificação de direitos universais, bem como; de construir espaços onde a violência seja superada pelo diálogo voltado para o consenso e para acordos racionalmente motivados.

SEGUNDA PARTE

**EDUCAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS
E ONGS NO BRASIL PÓS-ANOS 70**

CAPÍTULO I

OS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Durante o período da Ditadura Militar o Brasil sofreu profundas transformações econômicas e com fortes repercussões sociais. O golpe militar de 64 revelou o lado mais trágico e ao mesmo tempo modernizador do padrão de desenvolvimento autoritário imposto ao país desde 1930. Se sob este padrão, o moderno e o atraso se combinaram reatualizando e reiterando coalizões entre elites dominantes e portadoras de novos papéis sociais com as oligarquias tradicionais; em 1964, a revolução “vinda de cima”, na verdade uma contra-revolução, instalou-se com vocação e projeto de concluir “pelo alto”, tal modernização conservadora. Agora, como antes, a vontade geral está no Estado e a ordem burguesa pode continuar a sua nova fase de expansão e modernização de modo compatível com a expansão internacional do capital e os interesses dos grupos proprietários de terra (Vianna, 1989:6-9).

As políticas inauguradas pelos portadores do golpe militar de 64 e seus aliados internos e externos, não almejavam alterar a velha ordem corporativa subdesenvolvida. O velho modelo inaugurado em 1930, foi administrado de forma radicalmente centralizada e autoritária, promovendo uma expansão econômica inédita e um aprofundamento sem limites das desigualdades sociais. Entretanto, a expansão econômica acossada por uma violenta crise econômica internacional instalada em 1972, revelou cediças contradições que abreviaram a sua exaustão e propiciaram a emergência de uma nova realidade social potencialmente conflitiva e incompatível com a ordem modernizadora autoritária.

Essa nova realidade social pode ser revelada pelas mudanças na estruturação da sociedade brasileira, composta de novos atores sociais que ao protagonizar um processo de democratização para além da perversão da transição democrática como auto-reforma do antigo regime. Vejamos de forma resumida os impactos visíveis dessas mudanças na morfologia social brasileira reordenando os seus principais grupos sociais.

Sob a égide da Ditadura Militar e da ideologia nacional-desenvolvimentista, por ela reeditada, a expansão econômica se processou num ritmo e numa magnitude transformadora a ponto de ser apelidada de “milagre brasileiro”. É tanto que Santos (1995) chegou a definir esse processo de modernização conservadora como equivalente à situação do Japão antes e depois da Revolução Meiji, na segunda metade do século XIX. Embora possa haver manipulação de dados estatísticos, os índices de crescimento econômico entre outros, comprovaram que o Brasil se tornou uma economia urbana e industrial de peso no cenário internacional.

Assim, conforme dados do FMI, o Brasil registrou, entre 1960 –1989, uma taxa anual de PIB de 6%, comparável a do Japão (6,8%) e da Coréia (7,7%) e, superior a dos Estados Unidos (3,2%) e da Alemanha (3,6%), no período (Pipitone, 1994, apud Aggio, 1993: 55). Enfrentando, uma recessão no período entre 1964 e 1967; de 1968 a1976, o produto interno bruto cresceu continuamente a uma taxa média anual de 10%. Entre 1977 e 1980, a taxa média de crescimento oscilou em torno de 6% ao ano, seguida de um novo ciclo recessivo, o da chamada “década perdida” e seus desdobramentos posteriores. (Santos, 1986: 16-17).

Vejamos outros indicadores do tipo de crescimento ocorrido: em 1968, os bens primários e industriais eram responsáveis, respectivamente, por 80% e 20% das exportações; em 1980, eram respectivamente 42% e 56,5%. Em 1959, a produção de bens industriais não duráveis caiu de 56,7% do total da produção, para em 1980 cerca de 34,4%, aumentando a sua participação, no mesmo período em torno de 5,1% para 13,5%. Já a produção de bens

intermediários, no início do período, aumentou a sua participação de 24,6% para chegar a 37,4% em 1980. (Santos, op.cit. p. 17).

É claro que tal processo de industrialização foi acompanhado por uma intensa urbanização, por profundas mudanças na agricultura e, conseqüentemente de um reordenamento da morfologia social. Em 1960, a população rural correspondia a 55,3% da população total; em 1980 apenas 32,4% estava no campo. A velocidade da migração rural-urbana vai ser responsável por muitas seqüelas e problemas sociais urbanos que vão se acumulando na mesma proporção dos ritmos desses fluxos migratórios. Em 30 anos apenas 1/3 da população brasileira estava no campo. (Idem, ibidem). O fato é que as transformações na agricultura também foram inéditas.

A migração rural-urbana ocorreu associada a concentração da terra, fortemente estimulada pelo Estado, via incentivos fiscais e crédito subsidiado para reflorestamento, projetos agroindustriais e agropecuários, etc.; beneficiando não só as velhas oligarquias latifundiárias recicladas de empresariais modernas. Também, tais incentivos estatais atraíram de sobremaneira o capital industrial e bancário, especulativo e produtivo, para investir na atividade agrícola. De acordo com os dados do INCRA, de 1972 a 1978, houve uma elevação da área média dos imóveis com persistência a agravar-se: o número de propriedades de 2 mil hectares e 5 mil hectares elevou-se em torno de 16% e 9%, e suas áreas ampliaram-se em torno de 14% e 28% respectivamente. Entretanto, aumentou a ociosidade das terras, em conseqüência basicamente dos grandes projetos agropecuários extensivos, incentivados pelo Estado nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Se em 1978, a área aproveitável, mas não explorada, somou uma cifra de 149 milhões de hectares; a centralização da terra aumentou os conflitos agrários. A Comissão Pastoral da Terra registrou em 1981, 916 conflitos por questões de terra, envolvendo 250 mil famílias ou quase 2 milhões de pessoas. Destes, 350 estavam concentrados nos estados do Maranhão e do Pará. Conforme a CPT, as maiores causas tinham sido: grilagem (56%), expulsão (9%) e despejo (35%). Tais conflitos são caracterizados, conforme a fonte, por lutas violentas entre posseiros, fazendeiros e índios. (Lima, 1982:272).

A escala de mudanças na estrutura do mercado de trabalho, tanto na agricultura quanto na indústria, apresentou a rápida difusão das relações de assalariamento. A porcentagem dos parceiros nas áreas rurais foi reduzida, em 1970, em 12,7% do total dos trabalhadores rurais, para em 1980, chegar a 6,9%. Durante esta mesma década, a porcentagem dos assalariados rurais cresceu de 25,4 % para 35,1 % do total da força de trabalho rural (Idem, ibidem). Na verdade, muitos são semi-proletários e trabalhadores sem terra, a maioria sem contrato de trabalho formal e, portanto, sem direitos trabalhistas.

Para termos uma idéia, entre 1979 e 1980, existiam 6 milhões de trabalhadores diaristas e temporários, sendo que nas épocas de safras, este número subia para 7 milhões, executando tarefas mais ou menos 150 dias ao ano com formas de trabalhos estafantes (Lima, idem: 273). Houve também um significativo deslocamento de trabalhadores rurais para as fronteiras agrícolas: entre 1975 e 1980, o pessoal ocupado na agricultura, na região Norte, aumentou em torno de 24% e no Centro-Oeste, em torno de 9%. Na região Sul o aumento foi de apenas 3%, ao passo que no Sudeste a taxa foi de 9% negativos (Idem, ibidem).

No setor industrial moderno o número de assalariados atingiu em 1980, 88,7% do total dos empregos no setor. A complexificação da estrutura de classes urbanas, também foi marcada pelo crescimento das classes médias. Este fato pode ser expresso pela própria hipertrofia do setor terciário que aumentou 79% entre 1970 e 1980, absorvendo 45,7% da população economicamente ativa. Há indícios do declínio das ocupações por conta própria e uma expansão do emprego na administração pública e na área de consumo de bens coletivos. A participação destes dois grupos na população economicamente ativa foi de 11,1% em 1960 e 19,1% em 1980. No grupo de administradores, a participação proporcional mais que

triplicou, entre 1960 e 1980. Já o pessoal ocupado em serviços burocráticos de rotina e técnico-científicos, duplicou a sua participação proporcional: em 1980, eram 8,2 milhões. Quanto aos extratos não-manuais urbanos direta ou indiretamente ligados a grande empresa e ao setor governamental; os números conferiram uma rápida burocratização da sociedade, como uma marca do padrão desenvolvimentista nos anos 70. (Hasenbalg & Silva, 1984:11-12, apud Bochi, 1986:30).

O número de administradores e profissionais liberais subiu de 924.302 em 1970 para 2.549.917 em 1980, havendo, portanto, uma duplicação da participação proporcional desse extrato na população economicamente ativa (Idem, *ibidem*). Ainda em termos de população economicamente ativa, Santos (Idem, *ibidem*) registra que entre 1960 e 1980, a PEA trabalhadora do setor primário decresceu de 53,9% para 29,9%, enquanto no setor secundário o crescimento foi de 12,9% para 24,3%.

Também a economia da região Nordeste do Brasil sofreu um notável crescimento nas décadas de 60 e 70. Essa expansão acompanhou as diversas fases pelas quais passou a economia nacional, registrando taxas de crescimento mais aceleradas do que a economia das regiões mais industrializadas do país. Ou seja, o Nordeste respondeu positivamente aos estímulos decorrentes quer dos estímulos públicos, quer dos incentivos, que foram dados aos investidores privados originários da região, das demais regiões brasileiras e de fora do país.

A média anual de crescimento do PIB real do Nordeste, entre 1970 e 1980, foi 8,7%, em comparação a do país que foi 8,6%. Já na década de 80, tanto a economia nordestina como a economia brasileira, teve suas taxas de crescimento bastante reduzidas em comparação com as décadas anteriores. Entretanto, o Nordeste cresceu mais que o restante da economia, nacional se forem comparadas as taxas médias anuais de crescimento do PIB real de 2,9% e 1,2%, respectivamente. Agregando-se esses dados para o período que vai de 1960 a 1992, a participação do Nordeste no produto interno bruto do país passou de 13,2% para 16,1%. Em decorrência, a participação da renda per capita nordestina elevou-se de 41,3% em 1960 para 55,7% em 1992 (SUDENE, 1993:9-11).

Não obstante, esse crescimento registrado na economia nordestina, não resultou na redução significativa da pobreza. Os pobres não absorvidos pela ampliação da base econômica nos anos 60 e 70 ampliaram-se nos anos 80 e 90. Esse fato pode ser visto em decorrência do crescimento econômico insuficiente para dar condições de emprego ao exército de força de trabalho que continuou crescendo; somando-se a esse fato uma redução dos fluxos migratórios, notoriamente pela crise vivida pelas regiões Sudeste e Sul do país. Três fatores contribuíram notadamente para intensificação da pobreza na região: desaceleração do crescimento econômico; as secas ocorridas em vários anos e o processo inflacionário endêmico da economia brasileira. Na década de 80 e anos subseqüentes, o poder de compra da população foi drasticamente reduzido (Idem, *ibidem*).

A crise jogou também nos contingentes pobres da população milhões de pessoas, incluindo uma parcela significativa dos empregados formalmente nas atividades produtivas. Em 1960, havia no Nordeste cerca de 13,5 milhões de pessoas situadas na linha de pobreza; em 1970, tal contingente subiu para 16,9 milhões. A expansão acelerada da economia regional na década de 70, não obstante a concentração de renda e as perversas políticas salariais, resultou num contingente de pobres, em 1980, de 13,4 milhões de pessoas. Face à crise, essa camada abaixo da linha de pobreza alcançou, em 1988, 23,3 milhões de pessoas. (Idem, *ibidem*).

Somado a esse quadro; os indicadores sociais, embora tenham sofrido uma melhora nos anos de crescimento econômico, essa melhora foi, entretanto, menos intensa que a verificada para o país. Se no final dos anos 80, a esperança de vida no país; era superior a 61 anos, o coeficiente de mortalidade infantil era de 87,9 por mil e a taxa de analfabetismo

registrava 31,9% para a população com mais de cinco anos. Em contraste os indicadores sociais do Nordeste foram os seguintes: as esperanças de vida em 1960 eram de 41,1 anos, em 1992, passou para 59,8 anos. A mortalidade infantil que era de 166 por mil, em 1960, caiu para 91,7 por mil em 1991. Já o analfabetismo que era de 65,8% em 1960, caiu para 42,8% em 1989. (IBGE, apud SUDENE, ib.: 14-25).

Não obstante, a expansão da rede de escolas de ensino oficial fundamental, os programas de alfabetização de adultos e o ensino das “primeiras letras”, incentivados pelos programas governamentais, inclusive na zona rural, continuaram sendo a chave para aumentar os contingentes eleitorais; embora justificados para resolver problemas de ineficácia das políticas de combate ao subdesenvolvimento e à pobreza, sempre diagnosticada como decorrente do analfabetismo e do baixo nível educacional da população. Assim, investir no capital humano sempre foi um componente das políticas governamentais de desenvolvimento regional. Soma-se a isso um acelerado processo de urbanização induzido pela industrialização e pela modernização da agricultura. O sistema educacional foi reformado e ampliou o atendimento a uma crescente demanda, reforçando as perspectivas de ascensão social das classes médias urbanas e rurais que viam na educação um canal para satisfação de seus anseios de mobilização social ascendente na estrutura social, em termos de status e renda.

Conforme Viana, se por um lado, esse processo de transformações, liberta a racionalidade instrumental maximizadora dos interesses econômicos correspondente à lógica de acumulação capitalista; por outro lado, representou uma verdadeira hecatombe política, ético-moral e no tecido social, aprofundando a tradicional atitude na população de indiferença à política, dificultando, pela perversão individualista, a passagem do indivíduo ao cidadão, e agravando em escala inédita a exclusão social, ao mobilizar setores subalternos do campo para os pólos urbanos industriais, aonde chegavam destituídas de direito e de proteção políticos (Vianna, 1994a).

Se o regime, em seu esforço agonístico de aceleração do desenvolvimento econômico liberou as massas de camponeses dos laços que as prendiam ao latifúndio, manteve intacto o bloco agrário-industrial, induzindo a transformação dos latifúndios em empresas capitalistas, ao mesmo tempo em que consagrou o processo de criação de uma sociedade industrial de massas à americana, embora seletiva e excludente; e sem realizar alterações significativas na forma do Estado.

Tais continuidades, porem, são elas mesmas, sinais das marcas de mudanças possíveis, principalmente no que diz respeito a modificação dos grandes agregados sociais (empresários, proprietários de terra; operários industriais, contingentes proletários urbanos; proletariado agrícola, camponeses; classes médias urbanas e rurais), particularmente pelas possibilidades que vão se abrindo, durante o período de liberalização do regime autoritário, de tornarem-se atores sociais portadores de novos modos de representação e padrões de comportamento que provocaram tensão e contradições que tornaram pretéritas as formas tencionais de controle social como as do senhorio rural e do sindicalismo tutelado nascido na década de 30 (Aggio:1996:57).

É tanto que no bojo do processo de democratização social que foi tornando corpo a partir da segunda metade dos anos 70 e que foi tomando forma institucional com a instalação do governo civil da Nova República (1985), esses novos agregados sociais apresentaram-se quantitativamente alargados e qualitativamente emergindo no cenário político através de um sem-número de formas organizadas de participação política, ao lado do sistema partidário, colocando a necessária reestruturação do próprio sistema de representação político-partidária. Como descreve Santos (1986:18), o fato é que o panorama no final da década de 70 e início da década de 80 é outro completamente diferente dos idos dos anos 50 e 60. A capacidade de organização e combate do empresariado e do sindicalismo industrial é superior a do passado.

As associações de classe média instauraram um novo padrão de participação política desse segmento social, para além da estrita manifestação eleitoral. E, em particular, o sindicalismo rural constituiu algo de absolutamente inédito na história brasileira. Vejamos este ineditismo: de 1976 a 1983, o número de trabalhadores rurais sindicalizados cresceu de aproximadamente 3 milhões para mais de 8 milhões. Nos meados da década de 80, os trabalhadores rurais representavam mais de 50% dos trabalhadores sindicalizados do país, embora não constituísse mais do que 30% da população economicamente ativa. Se durante o período efetivo da liberalização do regime, houve todo um processo de retomada do processo sindical dos trabalhadores rurais e de criação de formas organizativas de tipo associativista; é no final da década de 70 e início da década de 80, que realmente começa o processo de transição política. A movimentação política dos trabalhadores rurais, as suas práticas coletivas, vão se expressar via o modelo de grupo de interesses e via movimentos sociais. Há, portanto, um nexos entre as práticas coletivas dos trabalhadores do campo e a dinâmica do processo de abertura.

Então, se foi as mudanças políticas institucionais, como salientam vários estudos, que pesou na dinâmica do processo de abertura, ele é também fruto de uma interação contínua entre sociedade e Estado, o que implica dizermos que o ritmo e o curso de abertura e transição democráticas foram alterados pelas práticas coletivas de diferentes grupos sociais. Isto não significa desprezar outro fator igualmente importante: o processo de abertura através das eleições, centralizando as pressões sociais e ao mesmo tempo indicando a perda de legitimidade do regime autoritário.

O Movimento Democrático Brasileiro (partido que se tornou a frente das oposições), ao mesmo tempo em que se organizava como força eleitoral, extraído de regime importante concessões, teve um papel destacado fazendo do jogo eleitoral uma expressão institucional de negociação perenemente entre oposição parlamentar e setores liberais das Forças Armadas; o que na sua continuidade vai caracterizar um processo de abertura e transição política extremamente controlado segundo a fórmula do general Golbery: “lenta, gradual e segura” (Lamounier, 1987). Tal processo levou ao acordo “conservador” das elites. Entretanto, se não fosse a ampla mobilização de massas das Campanhas Diretas – Já, provavelmente não teríamos um aprofundamento da perda de legitimidade do regime militar e a precipitação da dissidente Frente Liberal que em aliança com o partido da oposição (PMDB) estabeleceu a Aliança Democrática que conduziu a vitória do primeiro Presidente da República Civil, pela via do Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, depois de 20 anos de governos militares.

Se não se pode desconhecer que o processo de queda da Ditadura deu prioridade aos partidos, a certas instituições e às personalidades identificadas com a institucionalidade e independentes de qualquer grupo de pressão, personagens eclesíásticas e intelectuais, em particular (Touraine, 1985:12); também não se pode desprezar a ação do movimento operário como protagonista principal, pelo lado dos subalternos, que ajudou a precipitar o processo de abertura. Podemos dizer que,

“o caso do regime militar derivou tanto do esgotamento dos mecanismos de controle social que lhe deram substrato, obrigando-o a ministrar uma perspectiva de auto-reforma, quanto da oposição interna das novas elites econômicas e de novo sindicalismo de base operária. Isto ocorreu em paralelo com os processos internacionais de imposição de um novo padrão produtivo e tecnológico, que questionava cada vez mais a lógica autárquica do nacional-desenvolvimentismo assumido pelos militares. Assim, cronologicamente, as bases de sustentação do regime militar ruíram precisamente em virtude do êxito das transformações operadas, deixando margens para um processo

politicamente manobrado, o que seus estrategistas chamaram de “distensão ou abertura” (Matias, 1995, apud Aggio, op. cit.; p.57).

Se cerca de 6 milhões de operários concentrados em São Paulo e mais 6 milhões espalhados em outros lugares do Brasil, movimentando-se desde as formas de resistência como as operações tartarugas até as grandes greves do final da década de 70, somadas às greves dos assalariados rurais, notadamente no Nordeste, não fossem fatores importantes no processo de abertura e transição democrática, provavelmente não teriam as instituições, os partidos e as eleições, a força institucional que tiveram. Mas, a movimentação dos assalariados rurais é uma expressão de uma realidade mais complexa e mais ampla de todo um processo de resistência e de conflitos sociais que se desencadeou desde o início da década de 70; processo este que é de máxima importância para a retomada do movimento sindical dos trabalhadores rurais e para a construção de outros formatos organizativos que contou com o apoio da Igreja Católica.

Já é conhecida na literatura a importância que teve a Igreja no amplo processo de abertura e transição democrática, inclusive de seu apoio explícito à Aliança Democrática, em troca do compromisso do candidato eleito, Tancredo Neves, com a reforma agrária. Não se pode, portanto, desprezar o papel dessa instituição ao lado do associativismo paralelo e do sindicalismo das classes médias, da renovada Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), da Associação Médica Brasileira (AMB), e da atuação de associações científicas, como foi o caso do SBPC, “cujas conferências anuais tornaram-se a caixa de ressonância da sociedade por diversos anos consecutivos”(Bochi, op. cit.; p. 40).

O processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes; e a participação dos intelectuais e profissionais das classes médias, de estudantes e professores, compuseram ao lado da movimentação da classe operária e do surgimento explosivo dos movimentos sociais urbanos uma ampla movimentação social pela democracia, pelo fim da Ditadura Militar. Apesar de uma guinada de endurecimento do Regime entre 1976-1977, com o exacerbamento das ações repressivas (massacre da Lapa, assassinatos de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho - e prisões de comunistas); esta movimentação democrática ganha força, sendo emblemática, além da onda de greves de 78, a emergência dos movimentos sociais urbanos, o movimento da Anistia que após seu primeiro congresso (1978), ganha a adesão das lideranças operárias.

A Igreja esta na base organizativa de vários movimentos. Defendendo as eleições sem trapaças, o fim da censura, a anistia aos presos políticos, dava legitimidade às liberdades civis e à democracia liberal, identificava-se também com as causas das classes privilegiadas e desencantadas que pleiteavam o retorno do país ao Estado de Direito. Tal penetração da Igreja em todos os níveis da estrutura social parece confirmar a hipótese de Touraine de que em face aos regimes autoritários, os princípios religiosos ou éticos de igualdade, de defesa dos direitos humanos, parecem ser mais eficazes e comprovados, pelo fato da Igreja no Brasil ter exercido um papel central no processo de democratização da sociedade (Touraine, 1986).

Mas, foi entre as classes menos favorecidas que a Igreja se fez mais presente, com uma poderosa infraestrutura organizacional e uma rede de quadros espalhados por todo o país. Ainda, com uma audiência internacional pelo seu caráter de instituição universal. O seu compromisso com os pobres e com uma ordem social mais justa alcançou a instituição do topo à base; conquistou e envolveu no “trabalho de base e nas lutas do povo”, bispos, pastores e freiras; professores e agentes de pastorais; sociólogos, economistas, cientistas políticos e historiadores; teólogos e empregados administrativos da própria instituição. Em resumo: os “intelectuais orgânicos” gramscianos encetaram a “ida ao povo” ampliando a desordem da

qual seria forjado o sonho de uma nova ordem mais justa e a partir das brechas que foram se abrindo com a própria política de “abertura” do Regime Militar. Estimulada pelo faccionalismo interno dos militares, a “abertura” visava assegurar de maneira habilidosa, uma auto-transformação do Regime e de seu controle sobre a sociedade a longo prazo.

A Igreja, portanto, optou e buscou sua base de legitimidade política, dando voz a quem não tinha voz ou estava proibido de tê-la, na massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, imigrantes, moradores pobres das periferias, quase sempre de origem rural. Massa, que ao se libertar dos currais políticos do grande proprietário, da dependência pessoal, das relações de favor, “se libertou também do monopólio religioso católico, como mostra a disseminação de seitas religiosas não-católicas entre as vítimas dessas expulsões” (Martins, 1989:20).

A grande parcela da massa de camponeses expulsa do campo instala-se nas periferias urbanas, parcela esta, destituída de direitos e de proteção de políticas públicas (Vianna, 1994b). “Sem partidos, sem representação, sem canais de participação; os trabalhadores, desempregados urbanos, uma massa despossuída de direitos, encontraram nas CEB’s, nos grupos de reflexão, nas organizações comunitárias e grupos de caráter e formatos diversos que foram espalhando-se nas grandes cidades (São Paulo, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém, etc.); como espaços de organização da resistência e de elaboração cultural de reivindicações por serviços e bens coletivos como direitos. Neste cenário, a política ganhou novos espaços, agregou-se ao cotidiano, aproximou-se dos sem-voz, normalmente excluídos da política. Assume novos formatos organizativos, mais informais, mais espontâneos, até como sistema de sobrevivência ao escopo repressivo então imperante.

Já em 1973, havia uma rede imensa de movimentos populares ancorada em raízes efetivamente populares e com base num amplo trabalho de organização molecular nas periferias urbanas apoiado, principalmente, pela Igreja Católica. Enquanto o movimento operário ascendeu a partir das grandes greves de 1978 e 1979, disseminando e encorajando outros setores assalariados, inclusive as classes médias urbanas a utilizarem o recurso da greve como forma de luta, sob o arrocho salarial e o aprofundamento da recessão econômica que chega ao se apogeu em 1982 e 1983; emerge no cenário político os chamados movimentos populares urbanos inaugurando um ciclo movimentalista reivindicativo que vai até o fim da década de 80.

Mas, o grande peso da Igreja está mesmo no campo. Como salienta José de Souza Martins (op. cit.: 20), coube a Igreja Católica uma tarefa histórica que os partidos políticos não conseguiram compreender: o de mediar a inovação cultural, as novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração no campo. Esta ação através da Comissão Pastoral da Terra e de outras tantas entidades espalhadas pelo Brasil a fora, incluindo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e os encontros nacionais interclesiais - a primeira criada em 1975, o segundo em 1972 e o terceiro em 1974 – apoiou de sobremaneira as classes subalternas do campo nas lutas de terra, cuja radicalidade não conseguiu interromper a modernização conservadora e o próprio pacto liberal-oligárquico de 1984, por falta de um ator político que a expressasse. Ficaram, assim, excluídos da representação política, quer por força dos mecanismos clientelistas que desfiguram a representação política; que por força de distâncias entre as massas e os partidos políticos de esquerda incapazes de dar direção a movimentação social do campo, cuja sobrevivência e ampliação dependeram e dependem da democracia política, de um ator político que a coloque no epicentro da política brasileira (Vianna, 1996:34).

Ausente das lutas do campo, os partidos políticos de esquerda, têm dificuldades de compreender, mesmo através de seus membros que atuam nas chamadas organizações não - governamentais e que ao lado da Igreja, se dizem mediadores dos rurais; que sem a mediação propriamente política, só se reforça as condições para reprodução ampliada de uma

elite com raízes na propriedade fundiária e que pensa apenas em seus privilégios econômicos e políticos. Esta elite política que nos anos de 1989 e 1994, vem se concretizando num bloco de poder com vocação hegemônica e de natureza pró-imperialista, pró-monopolística e naturalmente latifundiária e rentista. Elite que sustém o conservadorismo corporativo do Estado brasileiro e o pacto político conservador, agora levado a quintessência pela orientação neoliberal do Estado brasileiro desde Collor de Mello, contrário a qualquer reforma política capaz de criar alternativas sociais de incorporação de milhões de excluídos ao mundo do trabalho, do mercado, da cidadania. Incapaz de perceber a crise social que criou, essa elite restaura de forma contínua – e desde o espaço do poder político local, onde está territorializado o seu poder pelo monopólio da terra – os mecanismos de poder pessoal de favor e de mando, apoiados na violência legal e costumeira. Manda sem ter mandato legítimo, já que não expressa a vontade coletiva, mas o poder econômico às custas dos fundos públicos. Mediante este poder, pela compra de votos, atenta contra a cidadania e a democracia e se recicla indefinidamente no poder político. Com isto, sob a sua ação conservadora e pré-política, esta elite oligárquica assegura que o sistema político brasileiro continue viciado e tendencioso; um sistema de negociatas que se reproduz pela via dos mecanismos populistas, paternalistas, corporativos e clientelistas. Tais mecanismos arcaicos de representação são negação da própria política, “embora modernizadas na fachada pela riqueza anormalmente concentrada e pelos meios modernos de comunicação de massa”. (Martins, 1997:27).

Sem Oriente a vista, os partidos de esquerda distantes das massas do campo, avessos a alianças, não percebem que sem a construção de alianças possíveis que coloquem a questão agrária como uma questão estrutural e, portanto, suprapartidária, vai ser difícil vencer o “poder do atraso” dentro do Estado impermeável a qualquer reforma de cunho político-social que incorpore as grandes massas excluídas à cidadania. Desde os anos 70, os trabalhadores rurais não conseguem colocar a questão agrária na agenda política do Estado. Apesar da expressão que assumiu o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais e outros movimentos; apesar da força institucional da Igreja Católica; apesar da adesão de setores da intelectualidade às intermináveis Campanhas pela Reforma Agrária; a Reforma Agrária foi derrotada na Constituição de 1988, continuou sendo boicotada pela União Democrática Ruralista e outros grupos de interesses comprometidos com o monopólio da terra.

A violência legal e extralegal recrudesciu no campo dos anos 90, quando os movimentos sociais agrários emergiram no cenário público alcançando à mídia, à opinião pública nos grandes centros urbanos do país, ameaçados pela violência, pela economia submersa do crime e do narcotráfico, por uma miséria profundamente desumanizadora. Talvez, por isso, a voz dos sem terra e outras vozes aliadas tenham repercutido nos grandes centros populacionais do país. Mais do que a terceira etapa da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, com o seu lema “Democratização da Terra” ao invés de Reforma Agrária, usado, em 1995 para sensibilizar a opinião pública para questão da terra e dissociá-la das imagens negativas, sangrentas; foi a chacina dos Sem-Terra em Eldorado dos Carajás que sensibilizou a sociedade. Chegou as ONG’s de todo mundo pela via da Internet, as quais procuraram acionar pressões e lobbies de todo tipo em prol da reforma agrária e pelo fim da impunidade no campo. Apesar de tudo, a Reforma Agrária chegou à cidade pela via das imagens da violência, sensibilizando um mundo urbano saturado de violência. Entretanto, nem o MST e nem seus apoiadores conseguiram passar para a opinião pública que a questão agrária, mais que um problema de pobreza e violência no campo, é um problema urbano. Não conseguiram mostrar que está relacionada a favelização, aos limites insuportáveis de marginalização nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas e médias cidades brasileiras.

Apesar de tudo, as ocupações contínuas de terras nos anos 90, realizadas também pela Comissão Pastoral da Terra, também pelo Movimento Sindical dos

Trabalhadores Rurais e outros, alcançaram uma forma legítima, mas não legal, de luta pela terra. Apesar dos esforços para aumentar a capacidade produtiva dos assentamentos, apesar de uma ampla divulgação da justiça ética, política e social das reivindicações dos sem-terra; apesar de todo um acúmulo de lutas; apesar dos massacres sofridos pelos sem-terra nas “corumbiaras” e “eldorados dos Carajás”, de ontem e de hoje, forçando à custa de tragédias e mortes, os governos, desde a Ditadura a assumir certas medidas em favor dos envolvidos nos conflitos sociais agrários; a questão agrária continuou e continuará bloqueada pelo poder dos grandes proprietários de terras, não tornando-se efetivamente uma agenda política do Estado. E até hoje não tem passado de políticas sociais de cunho compensatório à pobreza rural. O seu caráter estrutural, e por isso, profundamente político, se viu e vê seriamente comprometido pela própria esquerda, pela Igreja e as entidades da sociedade civil que operam projetos de educação popular nas áreas de assentamento e comunidades rurais, pela própria incapacidade de darem uma direção adequada e propriamente politizada a questão agrária.

A questão agrária elevada a uma questão meramente social é deslocada dos partidos políticos de extração popular e de esquerda. Encarada como uma questão social entre outras, se vê desencontrada da política como campo articulado da democracia política. É tanto que nos anos 90, quando a Igreja efetivamente bate em retirada do “campo popular” para o “campo das elites liberais e governantes” e ao mesmo tempo cala a voz dos teólogos da libertação e ordena a volta de freiras e padres à sacristia; as Organizações Não Governamentais que proliferaram nos anos 80 e 90 apresentam-se como ator próprio, tornando-se interlocutores da face provedora do Estado; mediam os interesses deste de controlar os conflitos sociais agrários e de despolarizar com soluções técnicas a luta de terra e outras lutas, confinando os deserdados da terra no estreito espaço político local das lutas imediatas e sem a devida eficácia, por falta de uma mediação política adequada.

A “opção preferencial pela sacristia” da Igreja Católica abriu o franco para que setores das classes médias recém chegadas à esquerda, dita social, pela via movimentalista, se organizassem em ONG’s e se colocassem como as novíssimas mediadoras entre os trabalhadores rurais e outros seres subalternos e o Estado. Agora, como novos interlocutores dos organismos estatais afetos ao problema da reforma agrária e ao controle da pobreza no campo; o social se manifesta com um conteúdo sem forma e como uma instância isolada da política. Sob a ação propositiva das ONG’s, o social adota linguagem direta das religiões. A recente “andata ao povo” dos “intelectuais na atual campanha contra a miséria consiste na imersão deles no social sem qualquer mediação das organizações da vida orgânica dos seres subalternos”. (Vianna, 1994: 14). O fato é que se politizam as reivindicações específicas dos subalternos do campo que se forjam através ou não de movimentos sociais, mas que não encontram amplitude em termos de alargamento do espaço político desses seres subalternos e que dê forma a sua luta por conquistas democráticas mais substantivas, como é o caso de uma reforma agrária que modifique a estrutura e a composição do sistema político resultante do pacto político que casou numa figura única latifúndios e capitalistas.

Concordando com José de Souza Martins, tais dificuldades não estão nos movimentos e nas lutas sociais do campo impulsionadas pelas classes subalternas que cumprem o lugar que lhe é reservado na política pela realidade de suas exigências democráticas; mas estão nos grupos de mediadores, políticos e intelectuais, missionários da emancipação que não conseguem interpretar as transformações ocorridas por insuficiência de seus esquemas teóricos e pelo dogmatismo de suas orientações político-ideológicas. Essa mediação política deixa de existir e quando existe é frágil e empobrecedora no sentido do desvendamento, do esclarecimento e direção das lutas, remetendo-as do cotidiano para o plano da história, já que elas são instrumento de emancipação apenas na medida em que questiona e rompe efetivamente o monopólio da terra e por conseqüência a base de sustentação de uma dominação política retrógrada e antidemocrática. Esses mediadores

elevando o social a um patamar de histeria bloqueiam em nome dos direitos sociais (e civis), a cidadania política do campesinato e de outros subalternos do campo, não percebendo que terminam corroborando com o estreitamento do espaço político levado a efeito pelo Estado e pelos partidos políticos constituindo uma reprodução e reatualização dos mecanismos tradicionais de exclusão política dos pobres do campo. Bloqueada a ascensão dos pobres do campo à cidadania política, o próprio poder político local fica inalterado e os seres subalternos do campo mesmo radicalizados nas lutas sociais restringidas as reivindicações específicas e imediatas, continuaram e continuam votando nas oligarquias locais que se reciclam de democratas para se adaptarem aos novos tempos enquanto reforçam as suas redes de clientelas, favores e privilégios. (Martins, 1989:64).

Como estamos falando de movimentos sociais, de transição democrática e o problema da democracia política; as esquerdas e os mediadores das lutas e movimentos sociais agrários agem sob um cediço esquecimento de que o rompimento do regime autoritário foi sem ruptura, negociado, passando pelo colégio eleitoral; de que foi a via possível, mas que mesmo assim foi importante para o avanço da democracia social. Não por acaso, a abertura democrática seguida da instalação de um governo civil oportunizou a emergência de um protagonismo das classes subalternas pela via dos movimentos sociais que vai prosperando mediante o próprio avanço da democracia política, em zigue-zague, com retrocesso-avanço, em face da própria debilidade dos partidos políticos, mas apoiado compensatoriamente por uma vigorosa aceleração da democratização social e em níveis sem precedentes da mobilização social que chega ao seu apogeu na década de 80. A transição e construção de uma democracia política frágil e limitada pela violência urbana e rural, pela corrupção e pela inflação, pelo empobrecimento sem precedentes da classe média e das classes subalternas da cidade e do campo, não teria expressão de massas e essa amplitude de seus efeitos democráticos sem a participação do mundo organizado dos interesses dos seres subalternos. Dirigindo-se diretamente ao Estado, pela ausência de mediação propriamente política, não deixou de construir um imenso aprendizado social que reporta à própria compreensão da natureza transformista da transição. É tanto que, tardiamente, já na década de 90, aqueles movimentos sociais agrários que conseguiram se livrar da tutela dos mediadores, compreenderam que sem democracia não existe movimentos sociais e nem se aprofunda o processo de democratização social; que não pode prescindir da elevação dos seres subalternos à cidadania política.

Vejam, para concluirmos esta seção discursiva, como se processou o caráter transformístico das mudanças políticas no país para avaliarmos melhor as virtualidades da dimensão educativa dos movimentos sociais, agrários em particular.

O caráter transformístico do processo transicional precisa ser relativizado como fez Diniz (1986). Este autor chama a atenção para o fato de que embora a extinção do AI-5, a anistia, o pluripartidarismo e a legislação eleitoral causuística tenham sido decisões emanadas dos militares no governo, obedecendo a uma estratégia de dispersão da oposição, de controle da sociedade civil e de isolamento da esquerda; com o início da fase da democratização apoiada numa vasta manifestação de massa; os rumos, se não foram outros, pelo menos, abriram-se à diversidade. Projeto e processo de abertura se distinguem, surgindo uma nova sociedade civil e uma sociedade política articulada a esta. A movimentação dos novos seres subalternos da sociedade criou novos sujeitos e novas demandas, às quais o Estado não consegue nem responder e nem controlar. No bojo do processo democratizante, como enfatiza Nascimento (1989), a administração Figueiredo perde o rumo do processo e a capacidade anterior de direção. Entra em crise, desfazendo-se a liberação do regime fortemente controlado. Neste cenário a oposição liberal-democrática manteve o seu movimento ascensional e à direita; colada ao governo, se dispersa, possibilitando uma transição acordada que deu origem a Nova República. A movimentação maciça das Diretas-Já que anunciava

uma ruptura com tal processo transformístico foi derrotada pelo acordo das elites. A posição liberal-democrática hegemônica na frente das oposições deslocou-se em função desse acordo da sociedade civil, operando uma cisão entre sociedade civil e sociedade política, entre democratização social e construção da democracia política. Portanto, se não houve ruptura com a situação anterior, houve, entretanto uma separação manifesta entre a sociedade civil e a sociedade política que vai incidir no reforçamento da natureza transformística do processo de democratização da sociedade brasileira, bloqueando reformas sociais e políticas reivindicadas pelos movimentos sociais e outros setores organizados da sociedade civil. Com a morte do líder “carismático” da transição e sua substituição pelo antigo Presidente da ARENA, com exceção da Assembléia Nacional Constituinte, também transformística, nenhuma das reformas propaladas por ocasião do pacto da Nova República se efetivou ou teve chance de ser efetivada.

A vitória esmagadora do PMDB apoiado numa aliança de partidos centrada no centro-direita e a prevalência das forças conservadoras do pacto da Nova República não redundaram no seu reforço como partido dirigente do Estado. As dissensões de três correntes internas; de esquerda, de centro e de direita, sem que nenhuma tivesse condições para se atribuir à direção do partido, tornou-o inapto ao exercício do poder e a direção do Estado. No final, o que prevaleceu foram os setores de direita, fato que é apontado por Nascimento (1989:17), mostrando que na realidade brasileira as teorias sobre sistemas partidários que confirmam que a concentração no centro é fator de estabilidade não tem verificabilidade. Este autor conferiu que a obtenção de 77% das cadeiras do Congresso Nacional Constituinte que deveria funcionar em tal sentido, na verdade apresentou um perfil ideológico para além das siglas partidárias. A prevalência do perfil de direita, que se refletiu na Constituinte, foi uma regularidade observável em todas as composições governamentais que marcaram a Nova República; fato que reforçou continuamente a dissociação entre sociedade civil e sociedade política. Incapaz de responder as demandas dos movimentos sociais e de outros setores organizados da sociedade civil e ao mesmo tempo, e por motivos óbvios, reprimi-las; tais composições político-governamentais com inclinação para a direita resultou na paralisação do Estado e da sociedade política, consolidou sua dissociação da sociedade civil. Por seu turno, esta só encontrou expressão política numa frente de esquerda hegemônica por um partido (o Partido dos Trabalhadores) com raízes nos movimentos sociais; única expressão política destes, mas fragilizado em sua vocação dirigente pelos dissensos internos de uma diversidade de grupos, organizações e tendências de esquerda. Foi realmente este cenário que foi abrindo a margem para o conservadorismo com vocação hegemônica e reforçado pelo neoliberalismo, que desde o governo Collor, só fez aprofundar a crise econômica, a corrupção em todas as instâncias do Estado; a dilapidação do Estado sobre os reclamos antiestatais, na verdade anti-sociais da burguesia, prima facie das oligarquias políticas com raízes na propriedade da terra.

Neste grotesco e pendular quadro político, os movimentos sociais e outros setores organizados da sociedade civil mostraram-se com enorme vitalidade e com extraordinária capacidade para responder aos ataques do neoliberalismo incorporados pelo “bismarck” da República de Alagoas. “O impeachment de Collor, que a muitos pareceu epidêmico, indicou este estado de avanço das organizações da sociedade civil, ao qual se seguiu a CPI dos anões. Enfim, não seria muito difícil encontrar exemplos de formas mediante as quais, na contramão do movimento descensional da economia, houve setores e houve lugares onde a organização da sociedade estava dando respostas à desorganização e à dilapidação do Estado” (Oliveira, 1996: 26).

Organizaram-se na chamada “década perdida” três grandes centrais sindicais com diferenças programáticas e ideologias diferentes. Nesta direção, os movimentos sociais do campo expandiram-se em nível nacional superando fragilidades organizacionais, a fragmentação e confinamentos localistas redutores da eficiência das lutas e de sua expressão

política. Tiveram papel destacado junto com outros movimentos e setores organizados da sociedade civil contra o “Centrão” formado por parlamentares que saíram do ventre da ditadura e que pretendiam converter a Carta Magna em instrumento de “transição lenta, gradual, restrita e segura”. Também aprenderam com os resultados das eleições que a conquista de um patamar efetivamente democrático seria difícil e exigiria, mais que conflitos áspers, um esforço sobrehumano de manutenção de um patamar de mobilização e de lutas numa realidade de estagflação manobrada pela grande burguesia associada no sentido de acelerar uma acumulação do capital nociva para os trabalhadores. Nociva também para os miseráveis da terra e para os setores mais fracos da pequena burguesia e das classes médias cujo empobrecimento acelerado beirava os patamares do desespero e do “salve-se quem puder”. Um longo aprendizado destes setores acumulados por uma década teve saldos organizacionais, frente a uma “Nova República” que se não conseguia articular uma base social visível e um bloco político majoritário e hegemônico; também não conseguiu responder as demandas sociais dos “de baixo”. Pelo contrário, prosseguiu manobrando a ação movimentalista com promessas não cumpridas, fechando o espaço da política para os subalternos e suas organizações; bloqueando os processos de socialização política dos trabalhadores e outros seres sociais; estorvando o seu acesso a formas institucionais de representação política, confinando-os no repertório social das ações diretas com medidas paliativas. Afetando o campo da organização dos interesses com estratégias visíveis de filantropização das demandas sociais, a Nova República, depois da “Presidência dos Descamisados”, tentou não só desmobilizar e despolitizar os movimentos sociais, mas impedir o seu acesso à cidadania política. Vejamos a configuração organizativa dos principais movimentos sociais agrários no país, para em seguida apresentarmos uma avaliação de sua dimensão educativa, avançando uma avaliação dos impasses da propalada crise dos movimentos sociais e seus desdobramentos nos anos 90.

CAPÍTULO II

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NOS ANOS 80 E 90

Já vimos no capítulo anterior as transformações econômicas, inclusive na agricultura e que fizeram surgir os novos seres sociais do campo. Também a importância que teve a Igreja Católica nas lutas sociais do campo através principalmente das comunidades de base e da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. Não devemos, porém, desprezar a importância da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que contribuiu, à sua maneira, para que os trabalhadores rurais marcassem a sua presença no cenário político nacional. A criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, teve o importante papel de buscar formas de superação da fragmentação, isolamento e dispersão espacial das lutas sociais no campo. Estimulando-as, procurou melhor organizá-las, e, sobretudo, dotá-las de expressão pública, e ao mesmo tempo, buscando meios eficazes de pressão junto ao sistema público, com vistas ao atendimento das reivindicações dos subalternos do campo.

A realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1973, sob a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foi decisivo para que os trabalhadores rurais marcassem a sua presença no cenário político do país. A necessidade de manter a direção e a unidade de uma heterogênea base sindical, não sem tensões com a Igreja e outras forças políticas que vão surgindo no campo, fez com que a CONTAG, com suas federações e sindicatos, se autodenominassem Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Este fato surgiu bem antes da forma movimentalista, inaugurada no meio urbano e a partir de São Paulo, pelo Movimento Custo de Vida / Contra a Carestia (1974-1980) e que não só se organizou com o apoio das comunidades de base da Igreja, mas também com base na institucionalidade de uma rede de centenas de clubes de mães e mesmo de outras formas de associativismo urbano.

2.1. Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

A autodenominação de MSTR assumida pela CONTAG com suas federações e sindicatos filiados teve sua raiz na ascensão do grupo de líderes sindicais personificados em José Francisco da Silva que, com forte apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), derrotou, em 1968, os interventores impostos pelo governo militar. Este grupo teve um papel de suma importância para que a CONTAG pudesse reconstruir o sindicalismo dos trabalhadores rurais. Por motivos estratégicos frente à Ditadura Militar, a CONTAG passou a adotar um discurso que enfatizava a sua autonomia em relação ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos, enquanto procurou cimentar a unidade política de suas bases (federações e sindicatos), empunhando bandeiras unificadoras do período anterior ao golpe militar de 64, como a reforma agrária e os direitos trabalhistas, amparadas na legislação vigente: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra (Novaes, 1996:176). O boletim “O Trabalhador Rural”, editado a partir de 1969 passou a ser o veículo e elo de informação e de comunicação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, além dos

serviços de assessoria e de orientação sindical e treinamento de lideranças sobre sindicalismo, administração sindical e sobre a legislação vigente (Andrade, 1994:108).

As atividades assistenciais foram importantes para sobrevivência do sindicalismo dos trabalhadores rurais e para a manutenção da sua unidade na diversidade de situações de seus representados e nas adversidades impostas ao autoritarismo vigente. Assim, mais que uma agência do FUNRURAL, mais do que uma agência de previdência social utilizada pelo governo para obter legitimidade e apoio político ao seu partido; os sindicatos ao prestarem assistência aos seus filiados encontraram certa forma de manter um intenso processo de sindicalização, de forma que, no final da Ditadura Militar, a CONTAG havia se transformado numa grande central sindical (Garcia, 1994:111). Nas palavras de Andrade (op. cit.; p. 117), as atividades assistenciais foram importantes ao tirarem dos proprietários de terra o domínio que tinham sobre seus empregados e moradores, ao presta-lhes “favores”, auxiliando-os, quando precisavam de assistência médica, transporte para cidade, etc. Assim, esta função passando para a órbita sindical, ajudou a quebrar as relações costumeiras de dependência dos camponeses com proprietários de terra. Além disso, como salienta Moacir Palmeira (1996), a simples presença do sindicato no município representava um elemento que equilibrava as estruturas de poder local, já que vinculado a uma estrutura nacional, aparecia como um limite numa realidade em que o arbítrio dos proprietários de terra se exercia de modo quase absoluto.

Mas, a auto-identificação de Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a afirmação da autonomia frente ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos, foi muito mais do que a afirmação de uma identidade abarcadora da heterogeneidade da base sindical e uma estratégia de sobrevivência face à Ditadura Militar. Para além das tensões internas entre uma direção mais avançada politicamente e apoiada por uma minoria de sindicatos ativos e a crença de que a consolidação de uma estrutura burocrático-assistencialista proporcionaria uma unidade política para o enfrentamento da ofensiva do regime autoritário (Andrade, idem: 119), o que estava em jogo era a disputa pela representação da totalidade dos trabalhadores rurais. Mesmo nos períodos mais duros da Ditadura, quando a chapa oposicionista liderada por José Francisco da Silva ganhou a direção da CONTAG, a Igreja estava no campo desenvolvendo um trabalho de organização de comunidades rurais. Um trabalho submerso, e em algumas situações clandestino, é realizado através da ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), de lideranças dispersas da antiga Juventude Agrária Católica e outros que no início da década de 70 vão surgir como Movimento de Evangelização Rural; do próprio Movimento de Educação de Base (MEB), que restrito as poucas dioceses, no Nordeste e na Amazônia, continuou trabalhando com sindicalismo rural e organização de comunidades rurais; também de organismos como a FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional). Neste trabalho, setores da Igreja, reduzidos a uma ação de resistência, disputava espaço com o próprio Estado. Este através do serviço de extensão rural, organizado em todo território nacional (Sistema Brasileiro de Crédito e Assistência Rural) e de outros organismos como INCRA, ajudou a criar até 1970 muitos sindicatos de trabalhadores rurais (Pereira, 1994:114).

Esta postura da CONTAG ficou bem clara durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1973, onde definiu uma política de unidade de ação e lançou-se num trabalho de formação de novas lideranças sindicais que fossem mais comprometidas com a sua linha de ação pelos direitos, aproveitando-se das brechas permitidas pela legislação vigente. “Neste processo de formação de sua estrutura, ela passa a ser a instituição principal, em nível rural, de congregação das reivindicações e demandas dos trabalhadores, procurando esvaziar outras frentes que surgissem na década de 70, sob a alegação que seria um risco dividir, naquele momento, o movimento desta categoria” (Andrade, op. cit.; p. 129). Este fato criou tensões com setores da Igreja atuantes no campo e

entidades de apoio e educação popular, que organizavam a partir das lutas sociais que apoiavam oposições sindicais com vista a renovar as direções sindicais consideradas “pelegas” ou “atrasadas”.

Esta postura é reforçada por ocasião do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em 1979. Com relação ao Estado, o movimento sindical desta categoria decide não mais “pedir”, mas sim, “exigir”, assumindo uma posição mais combativa. Define como luta principal a luta pela reforma agrária e para qual deve ser dirigido toda atenção e os recursos do movimento. Além dessa luta, o Congresso discutiu e lançou algumas diretrizes de ação para trabalhar melhor a questão dos assalariados. Essas duas lutas estariam associadas a uma luta mais geral e que perpassariam toda a ação sindical, a luta pela liberdade sindical, de forma a convergir com a luta dos trabalhadores urbanos que estavam colocando em xeque a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e com a luta pela democracia que mobilizava vários setores da sociedade (CONTAG, 1979).

Para tanto, precedido de Programa Nacional de Treinamento Sindical, criado pelo CONTAG em 1977, com o intuito de preparar as bases para o III Congresso, é lançado um amplo programa educacional sindical, desta vez, não mais centrado na formação de lideranças de direção, mas na formação sindical das bases. É interessante pontuarmos que a CONTAG adota a linguagem e uma estratégia semelhante ao trabalho desempenhado pelos setores da Igreja Católica que atuavam no campo. Os próprios resultados do Congresso são editados em forma de cartilhas. São cartilhas sobre cinco assuntos referentes às resoluções do Congresso, apresentadas numa linguagem simples, letras grandes e com textos, frases e parágrafos curtos, para facilitar a leitura e a sua compreensão, acompanhados de gravuras e quadros sínteses, além de questionários orientadores e estimuladores do debate. A CONTAG passa agora a falar de “encontros nas comunidades”. Além das assembleias sindicais, assume que o modelo de sindicalismo foi “criado de cima para baixo” e “atrelado ao governo”, crítica a legislação que coíbe a “liberdade sindical”, defende o “livre direito de associação”, mas enfatiza que o “sindicato é a organização dos trabalhadores”; fala do “imposto sindical” pago pelo trabalhador, com “a sua arrecadação aplicada e controlada pelo governo”, e que “boa parte deste imposto fica com o governo”. Que o “governo passa a utilizar os sindicatos para realizarem tarefas que são de obrigação direta do próprio governo”, a exemplo à assistência médica, “coloca sobre as costas do sindicato muitos encargos e despesas da assistência à saúde”. “Encargos que sobrecarregam os sindicatos e dificulta a sua luta”, etc. (CONTAG, *ibidem*: 6-7).

Além da ênfase do trabalho com as “bases”, assume que o movimento sindical vai levar adiante este trabalho como “animação, conscientização e organização de classe e que no trabalho de organização deve ser reforçada a função do sindicato como órgão de reivindicação, e ser evitado que os trabalhadores se iludam com promessas. O próprio sindicato não deve atraí-los pelo lado das vantagens de assistência. Enfatiza que o crescimento da consciência dos trabalhadores rurais é tarefa do movimento sindical”; consciência de que na união deles próprios está a força da classe, a força do sindicato. Consciência de que o sindicato é dos trabalhadores, não é da diretoria nem do governo. Consciência de que a liberdade da classe só virá com a organização e a luta da própria classe. Quanto à organização, enfatiza que ela exige o agrupamento na base, formando, por exemplo, delegacias sindicais. “Esses grupos precisam se manter ligados a toda organização de classe. Por seu turno essa ligação deve acontecer: com o sindicalismo local, entre os sindicatos da região; entre sindicatos, federação e confederação” (CONTAG, *op. cit.*; pp.11-12).

O elo de ligação entre sindicatos da região parece se referir à idéia de pólo sindical, estratégia de quebra de isolamento e reforço da luta ao nível de região adotada por setores da Igreja. Decide ainda que “os dirigentes e associados que não são da classe devem ser afastados do sindicato pela própria classe” (*idem, ibidem*). Reconhece-se a necessidade de

livrar a estrutura sindical não só dos entraves da legislação autoritária como também de uma camada de pelegos estranhos à categoria. É emblemático o depoimento de uma liderança do Rio Grande do Sul, em entrevista a Harnecker (1994: 114), sobre o caso dos sindicatos criados por órgãos estatais, como é o caso do INCRA e prefeituras:

“O Estado cria o sindicato e lhe atribui uma função e, de certa forma, indica os diretores a dedo: Este é o candidato a Presidente e vocês votam nele. E aí, junto com o prefeito, com o deputado e com outras figuras ligadas ao Estado, determinam as atribuições” (Ivan Pavan).

Embora o programa de formação e educação sindical de CONTAG lançada no seu III Congresso adotasse um reforço da unidade de ação do sistema confederativo, pretendendo-se legitimar com uma única representação legítima dos trabalhadores rurais e neutralizar a nível nacional setores da Igreja e outros agrupamentos que lhe faziam oposição num trabalho árduo de renovação sindical; reconhece de certa forma a importância desse trabalho:

“Queremos colaborar e receber a colaboração de organizações que realizam trabalho que o nosso movimento sindical considere proveitoso para a classe”. (CONTAG, idem:22-23).

O programa de atividades educativas da CONTAG para garantir a reprodução de dirigentes e, sobretudo, para aumentar os níveis de consciência das bases sindicais, define o trabalho de educação sindical e sua eficácia:

- “- Quando favorece a troca de idéias entre os trabalhadores sobre o dia-a-dia, levando a uma ação em conjunto para enfrentar os problemas;
- quando desperta a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças e na força da classe organizada;
- quando anima os trabalhadores a fazerem do seu sindicato um órgão de representação de pressão e de reivindicação;
- quando ajuda os trabalhadores a terem uma participação ativa na vida do sindicato, e leva à consciência de que o sindicato não é dos diretores, mas de todos os trabalhadores” (CONTAG, idem: 43-44).

Portanto, ficou decidido no III Congresso da CONTAG que:

“Educação não é só aprender o que se ensina nas escolas, mesmo porque o ensino nas escolas não está ligado à realidade do trabalhador. É a discussão entre os trabalhadores na base e dentro de seus órgãos de classe, que clareia suas maiores necessidades, seus direitos e a melhor maneira de encaminhar a luta. Portanto, o trabalho educativo é tarefa de todos trabalhadores e colaboradores que apoiam a luta de libertação do trabalhador. A educação sindical se dá com a participação de todos os trabalhadores na vida sindical e em suas lutas” (CONTAG, idem:45).

Para tanto o III Congresso da CONTAG definiu as seguintes linhas de ação de seu trabalho educativo:

- Criar mais equipes que ajudem no esclarecimento e organização dos trabalhadores. Além dos colaboradores movimento deveria buscar um melhor aproveitamento das lideranças de base, funcionários e bolsistas

do sindicato, e a participação da família do trabalhador. O mais importante conforme as resoluções daquele Congresso, é o compromisso dessas equipes com a luta dos trabalhadores, cabendo a tarefa de se saber escolher pessoas para compor tais equipes;

- Apoiar e orientar a luta dos trabalhadores, cabendo a delegacia sindical, sindicato, federação e confederação, em conjunto, assumir esta tarefa e, dentro dum mesmo sentido, multiplicar este trabalho de base. Desta forma, educação político-sindical estaria implicada no trabalho de base, mas a partir das lutas concretas, como fazem seus potenciais opositores no campo;
- Realizar encontros entre delegacias sindicais, sindicatos e federações que estejam enfrentando o mesmo problema, para reforçar o elo de solidariedade e cooperação do trabalho sindical. Dessa forma se procura dar maior organicidade ao movimento sindical e se reforçar a sua dimensão política e educativa pelo debate de problemas comuns, troca de experiência e busca de alternativas comuns reforçando a eficácia política da ação sindical.

Para programar o trabalho educacional que seria feito, o movimento sindical deveria ter os seguintes cuidados:

- a) Os programas precisavam estar ligados às necessidades do trabalhador, e, portanto, ligados nas finalidades do movimento sindical;
- b) Todos os grupos de trabalhadores rurais (assalariados, posseiros, parceiros, arrendatários, e pequenos proprietários) precisariam ser atendidos;
- c) As bases precisariam ser esclarecidas sobre as vitórias alcançadas pelos trabalhadores. Precisariam também, discutir as causas das vitórias e dos fracassos das lutas de classe;
- d) A preparação dos trabalhadores se realizaria através de ações concretas de legítima defesa de seus direitos e, também, através do encaminhamento dos problemas à justiça;
- e) Para que os trabalhadores participassem, com maior consciência, do seu sindicato e das organizações da sociedade em que vivem, era preciso que se cuidasse também da educação política. Considerar que a educação política muito pode ajudar o debate sobre a experiência das lutas enfrentadas pela classe através dos tempos;
- f) Considerar que é importante manter os trabalhadores informados sobre os assuntos que estão ligados à situação e interesse da classe. Por exemplo: as condições de trabalho e de vida enfrentadas pela classe; a situação da distribuição de terra; os direitos conquistados pela categoria; os estatutos do sindicato; como está sendo a ação sindical. Nos debates poderia ser útil para ampliar a compreensão da realidade, a consulta dos estudos feitos pelo próprio movimento sindical, por órgãos ligados ao movimento e certos dados preparados pelos próprios órgãos do governo;

- g) O estudo da legislação que se refere aos trabalhadores rurais, do cooperativismo e das medidas tomadas pelo governo para a agricultura, deveria ser acompanhado de discussão para que os trabalhadores distinguíssem o que é interesse da classe;
- h) Considerar que um programa de educação sindical deve contar com clareza os passos que se pretende dar. Isso seria importante para o trabalhador não ficar solto e desorganizado. Era preciso, por exemplo, distribuir tarefas entre as pessoas que vão colaborar; acertar setores onde se vai atuar; prevê as avaliações que vão ser feitas durante o andamento do trabalho. (CONTAG, idem: 47-49).

Além dessas linhas de ações e cuidados da ação educativa do movimento sindical, o Congresso recomendou:

- a) A atualização dos meios de comunicação ao alcance do trabalhador, de modo que favorecesse a conscientização, tais como: contatos, grandes e pequenas reuniões, concentrações, encontros, cursos, treinamentos, cartazes, fotos, serviços de alto-falantes, folhas soltas, apostila, jornais, etc. Orienta, ainda, que as mensagens devem ser adequadas aos interesses dos trabalhadores e transmitidas numa linguagem simples ao alcance de todos. E que, o próprio movimento não deve permitir que os seus meios de divulgação sejam utilizados para fins de promoção pessoal e da propaganda político-partidária. Além disto, orienta a utilização da imprensa falada e escrita como importante meio de informação e denúncia;
- b) Incentivar a comemoração do dia do trabalhador, comemorativo, mas um dia que se condenem os atentados que têm atingido os trabalhadores rurais, seus dirigentes e amigos; um dia que lembre e comemore a coragem dos companheiros presos, torturados, banidos ou assassinados pela causa dos trabalhadores;
- c) Incentivar a Semana Sindical Nacional, de 25 de abril a 1 de maio, além de campanhas de reforço educativo e político do trabalho sindical como: campanhas de sindicalização, contribuição sindical, titulação de terras, documentação pessoal, etc. (CONTAG, idem:51);

Mas o III Congresso da CONTAG não pode esquecer a importância do ensino formal e da educação profissional da heterogênea base sindical do MSTR, fazendo-a convergir com a luta por mais verba para a educação; pela educação pública e gratuita e pelo acesso da infância e juventude rural ao material escolar gratuito e bolsas de estudo; melhorias de ampliação e gestão do próprio Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), vigente naquele momento. Além disso, o MSTR reivindica mais escolas agrícolas de 1º e 2º graus e a sua participação na gestão de programas de formação profissional rural (CONTAG, op. cit.: 54-57).

Mas do que a Igreja e os grupos organizados atuando no campo, tidos pela CONTAG como uma espécie de incômodos colaboradores. A CONTAG vai se confrontar com uma ofensiva do Estado a partir de 1978-79; se o governo militar buscava legitimar-se com programas e ações de cunho social e com ênfase participativa numa clara mimetização do discurso dos setores da Igreja e do próprio movimento sindical dos trabalhadores rurais; como o Governo Sarney; eleito via colégio eleitoral e carente de legitimação, tal ofensiva foi ainda muito mais ampla através de programas de desenvolvimento e ação comunitária,

associativismo e grupos de produção comunitários, empresas sociais rurais; programas de cunho assistencialista, como o do Leite, com claros objetivos de cooptação das organizações locais e associações comunitárias rurais.

Embora no seu III Congresso a CONTAG tenha levantado a bandeira de uma Central Única dos Trabalhadores, até a data da realização deste, e anos depois, ela foi a única força de representação legítima dos trabalhadores rurais, reconhecida pelos setores da Igreja e outras entidades de apoio atuantes no campo, e que são aludidos no texto acima como “colaboradores que apóiam a luta de libertação dos trabalhadores”. A tensão entre CONTAG e estes setores, à medida que eles vão conquistando cada vez mais a direção dos sindicatos nas áreas de conflito de terra ou outras sobre sua forte influência; ao mesmo tempo em que se internaliza esta tensão entre diferentes concepções e encaminhamento das lutas no interior do próprio MSTR e suas variadas instâncias de discussões e decisões; eleva-se a necessidade de convergência e cooperação destes setores e forças comprometidas e engajadas nas lutas sociais do campo contra essa nova postura do Estado através de sucessivos governos. Não havia ainda razão, como não houve, para rupturas, até porque este tipo de tensão, inclusive com a Igreja, fez parte da própria trajetória do MSTR e que remete ao seu próprio nascedouro e ao processo de sua institucionalização. Até porque, os movimentos agrários autoidentitários e disputantes da vasta e heterogênea identidade “trabalhadores rurais” do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais dirigido pela CONTAG, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, só vão surgir em pleno processo de abertura política no início dos anos 80.

As lutas em torno dos impactos sociais de modernização e que resultou num marco não só para os movimentos sociais no Paraná, também para os futuros movimentos sem terra e dos atingidos por barragens, se autodenominaram como Movimento Justiça e Terra, em 1980. Mas este movimento apoiava-se fortemente numa Comissão de Coordenação e Representação dos Lavradores, formada por representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná(FETAG – PR), da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, da Comissão Pastoral da Terra (que englobava a Igreja Católica e a Igreja de Confissão Luterana do Brasil) e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de dois representantes de cada município atingido. Neste caso do Paraná, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), dando certa continuidade ao Movimento Justiça e Terra, só vai se constituir numa estrutura independente do movimento sindical e voltada para a conquista da terra a partir de 1981. A partir de 82, em face as experiências do MASTRO, surge outros movimentos semelhantes e de base regional no Paraná, e simultaneamente, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Ferreira, 1987: 16-31). O Movimento Nacional dos Sem Terra, só vai se constituir fundindo as experiências desses três estados a partir de 1984, no Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel - Paraná (Stédile, 1997: 102). Os atingidos por barragens se constituem em Movimento Nacional de Atingidos por Barragens só a partir de 1991. A luta dos povos da floresta só vai se constituir em União dos Povos da Floresta em 1989. Na verdade as forças organizadas no campo pretendiam fortalecer o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a partir dos sindicatos criados e outros retomados por lideranças, mas sob a influência da Comissão Pastoral da Terra e de outros grupos de Igreja e entidades de apoio às lutas sociais no campo. Sentiam-se pertencer e eram consideradas pela própria CONTAG como parte do MSTR. O que havia era a formação de uma ascendente oposição dado o “legalismo” e outras posturas criticadas pelos oponentes: a condução administrativa das lutas e reivindicações por parte da estrutura sindical contaguiana; críticas acirradas a inoperância da maioria dos sindicatos considerados “pelegos” e “atrasados”, muitos indiferentes as lutas da categoria que se diziam representar. Por ocasião do III Congresso, numa condição de ascensão da movimentação social pela democratização política, o MSTR já tinha acumulado 10 anos de resistência e de fortalecimento político-organizativo coordenado por uma poderosa confederação sindical que convergia como ator político

importante no fortalecimento das lutas contra a caduca legislação trabalhista e sindical vigente, pela Anistia, pelas liberdades democráticas, e pelo fim da Ditadura. A CONTAG agora passa a incorporar no seu discurso as próprias críticas e a empunhar as próprias bandeiras de luta, à sua maneira, da oposição político-sindical que vai emergindo apoiada nas lutas e conflitos sociais do campo, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e outros setores organizados da sociedade civil que vão se fortalecendo também a partir do campo. É nesta trajetória de resistências e acúmulo de experiências que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais vai assumir num caráter de movimento social, não só por ser portador de uma identidade auto-referida de “trabalhador rural” e que se afirma na superação da semi-cidadania dos trabalhadores do campo; mas, sobretudo, porque transcende a meros grupos de interesse.

Entretanto, carrega uma ambigüidade que ao mesmo tempo se apresenta como grupo de interesse e movimento social. Apresenta-se como grupo de interesse devido a sua poderosa e controversa estrutura burocrático-corporativa, de que se autocritica, embora procurando se beneficiar de “relacionamentos clandestinos” com o Estado e o sistema político acertando, através de acordos de cúpulas, apoio político para o atendimento a reivindicações que nunca são objetos de discussão pública e nem mesmo no nível do conjunto dos membros da organização. Ao mesmo tempo, se afirma como movimento social, como portador de orientações universalistas, opondo-se às formas de ação clientelistas e corporativas de determinados grupos de interesses que buscam “feudalizar” setores do Estado. Através de acordos de cúpula tende a fortalecer seus traços particularistas ao tempo que luta, como a partir do III Congresso da CONTAG, por valores e direitos universais como liberdade de opinião, de expressão e organização, entre outros, que são tributários da tradição dos movimentos emancipatórios da modernidade. Mesmo que tais argumentos não sejam convincentes quanto ao caráter movimento social do MSTR, primeiramente quanto à forma, não podemos esquecer que com base na sua estrutura institucional e organizacional, nasceram ou cristalizaram-se processos formativos e organizativos que deram origem aos chamados novos movimentos sociais agrários no país. Num contexto em que o Estado se antecipa a sociedade, opondo-se a classe trabalhadora, através de uma abundante legislação que determina o lugar e a função de cada um num mundo disciplinado e cerrado corporativamente; em que a lei é imposta e não produto de um processo de juridificação de relações e de direito emanado da sociedade, fez com que subsistemas de articulação de interesses fossem projetados diretamente no Estado, sem que se verifique a autonomização de atores coletivos que representariam tais interesses sociais.

Continuando a tradição desde os anos 30, a Ditadura Militar levou ao paroxismo a condução do campo de representação política e do campo de organização de interesses para dentro do Estado, bloqueando as formas institucionais da política e tornando-as incapazes de processar as demandas sociais, abrigo, por exemplo, aos movimentos sindicais, acessá-las diretamente ao Estado, percorrendo, os canais do aparato político-administrativo que, por meio de processos não universalistas, portanto, variáveis e arbitrários, pondera e decide”. (Costa, 1994: 51).

É esta realidade que o MSTR teve que enfrentar, se constituindo sob a direção da CONTAG, num legado político-organizativo dos movimentos sindicais agrários dos anos 60 e que sobrevivem através de uma estratégia de canalização “administrativa” das demandas de seus representados diretamente ao Estado e aproveitamento das “brechas” da legislação autoritária vigente para fazer valer os direitos sociais negados. Ao mesmo tempo coloca-se contra o Estado e esta própria legislação autoritária; num processo ambíguo e árduo de luta pela vigência, reatualização, ampliação e juridificação de novos direitos; fato que caracteriza a MSTR como um portador, por excelência, de um aprendizado social. Esta tensão e ambigüidade do MSTR com relação ao Estado e a legalidade vigente não é uma marca do

somente dele, mas dos próprios setores da Igreja e outros que atuam no campo e lhe fazem oposição. Vai ser também uma problemática dos novos movimentos sociais agrários que vão surgir na década de 80. Da própria Igreja – instituição que participou do acordo que deu caráter transformístico ao processo que levou Tancredo Neves (e depois Sarney) à Presidência da República; em troca do Plano Nacional de Reforma Agrária; para depois sair de cena, desencorajando os seus organismos e agentes na luta por mudanças mais substantivas, fato que se tornou mais claro e efetivo após a Constituição de 1988.

Num plano mais particular, as ambigüidades e tensões entre MSTR e os grupos de Igreja, entre outros, nas atividades de mobilização e organização dos trabalhadores rurais podem ser expressas no seguinte depoimento de um ex-padre que na década de 70, estava engajado neste tipo de trabalho no sertão do Submédio São Francisco (Bahia). Trata-se de Alcides Modesto (que se elegeu deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores por duas eleições consecutivas) em depoimento à Marta Harnecker (1994: 124-125).

“A partir de 75, já temos a condição de afirmar mesmo a organização dos trabalhadores em seus sindicatos e têm lutas concretas, específicas desses trabalhadores, independentes da Igreja, e, às vezes, até contra a própria vontade ou orientação da Igreja. Os principais líderes de nossas comunidades de base foram os que passaram a ser os primeiros dirigentes desses sindicatos. E, nós conseguimos não só fazer sindicato, criamos articulações sindicais. O primeiro pólo sindical do Submédio São Francisco – que é um conjunto de 13 sindicatos – já nascia como oposição à estrutura sindical tradicional, quer dizer, da CONTAG, federação, convivendo com elas. Mas era uma convivência também de oposição, muito tensa, de lutas internas na própria organização sindical (...). Mas, ao mesmo tempo em que essas tensões existem, não há rupturas. Nos grandes momentos de enfrentamento agente chamava a CONTAG e ela ia. Chamava os diretores da federação e eles iam para lá. Mas o pessoal já tinha tomado a decisão, feito o enfrentamento,..., feito isso ou aquilo, já tinha criado o fato de resistência, de oposição de luta concreta lá na base”. (Modesto – entrevista).

Portanto, havia uma oposição também quanto aos métodos, quanto a uma participação de base que se organizava à revelia das cúpulas do MSTR:

“Exatamente, por isso é que houve oposição. Não é porque agente dizia vamos ser oposição a eles.... O método aplicado no sindicato criou uma forma de organização, ou pelo menos de convivência sindical, de intercâmbio das pessoas dentro do sindicato, de uma democracia participativa. Antes de tomar uma decisão, o dirigente tinha que descer às bases, reunir os núcleos do sindicato para tomar aquela decisão e planejar com eles, discutir com eles, tomar decisão junto com eles, para eles virem depois, em massa, para aquela estratégia de luta que foi definida. Era um trabalho permanente de ligação com a base. Os diretores, praticamente todos os dias estavam viajando, indo nas comunidades, fazendo reuniões, para depois chegar a uma ação mais ampla de massa, com o conjunto. (Modesto).

Havia, portanto, uma tensão de concepção de práticas sindicalistas e ao mesmo tempo, o uso funcional e produtivo, menos que cooperativo, entre as duas forças convergentes/divergentes, mas tendentes a se colocar em campos distintos, o que vai ficando mais definido por ocasião da fundação da Central Única dos Trabalhadores, como vemos mais a frente:

“Essa prática em que a cúpula não decide sem a base chocava a velha praticada política presente sindical. Era por isso que eles diziam que éramos de oposição e muitas vezes até criavam dificuldades, não encaminhavam as coisas que levávamos. Mas a pressão aumentava e eles terminavam tendo de fazer na marra, por que o pessoal dizia: “Se não é por vontade é contra a vontade”. (...). Convivíamos e aproveitávamos da institucionalidade porque isso era uma proteção. Nas lutas concretas, tínhamos um movimento sindical para nos cobrir da repressão.

Obrigávamos eles, a nos representar, comunicar as questões no governo, mesmo contra a vontade. Mas isso não quer dizer que estivéssemos acomodados a eles. Éramos incômodos a eles, mas eles sabiam que só essas lutas concretas é que faziam avançar o sindicato” (Modesto – entrevista apud Harneck, op. cit.; p. 125).

Essas novas práticas sindicais pela participação da base, na verdade foi se constituindo no que logo mais tarde veio a se chamar de “novo sindicalismo” dentro do MSTR, mas sem se submeter a direção da CONTAG e das federações. Não tinha ligação alguma com o movimento sindical operário do ABC; eram experiências distintas e geograficamente distantes que mais tarde convergiram na Central Única dos Trabalhadores. Entretanto, tinham em comum uma pedagogia de ação que remetia à ação dos setores da Igreja e de entidades de apoio à luta dos trabalhadores, orientada fundamentalmente pela pedagogia de Paulo Freire. Daí porque são consideradas pelos seus protagonistas como prática de educação popular e sindical:

“Não tinha nada com o ABC, (...) nem sabíamos que estava acontecendo isso. Então essa tentativa de criar um novo sindicalismo já vinha se refletindo na prática, mesmo você estando enquadrado na instituição velha. Mas era apenas uma casca, uma estrutura institucional. Na prática você fazia por fora dela o que pensava. Isso foi importante porque à medida que ocorriam essas lutas concretas, questionava tanto os sindicatos e, ao mesmo tempo, reconhecia que era importante a organização sindical. Mas, esse sindicato não era o que nós queríamos” (Modesto apud Harnecker, op. cit.; p.125).

Então, era mais que uma casca, à medida que uma instituição, uma força institucional, em determinadas situações mobiliza concepções, valores, tradições, confronta interesses e motiva interações; mobiliza a ação social. Nestes exemplos temos, pois, uma interação que vai constituindo-se em campos opostos e ao mesmo tempo se constituindo num processo de aprendizagem que enriquecem ambos os lados em suas controversas disputas pela direção do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Um processo de descentração que põe a nu tanto a importância da institucionalidade para os grupos de igreja e outras entidades de apoio as lutas sociais do campo e que aprendem que a vida sócio-política não pode prescindir dos canais institucionais de comunicação política e representação de interesses; quanto coloca para o sistema CONTAG a importância das pressões sociais que expressam ferramentas de mudanças sociais e representações de novo tempo. Isto fez com que a CONTAG, após o seu III Congresso se preocupasse mais com um processo de educação político-sindical de suas bases, e não só centrado na reprodução de lideranças, mesmo que contrariando os interesses de certas camadas de dirigentes agarrados e assimilados à uma estrutura administrativa burocrática e viciada.

O MSTR enfim, em sua trajetória e sob pressões cada vez mais significativas de camponeses na luta pela terra; de pequenos produtores mobilizados por preços justos para seus produtos e por uma política agrícola que favoreça os pequenos produtores rurais e de assalariados rurais que em espasmos esporádicos denunciam as condições de semi-escravidão

a que são submetidos; aprende que já não é possível mais representar cerca de 8 milhões de sindicalizados que totaliza mais de 50% dos filiados de todos os sindicatos do Brasil, com um movimento sindical imobilizado por organizações sindicais que se tornaram uma espécie de bureau de representação formal e prestadora de serviços. Aprende que o arcaísmo de sua institucionalidade não consegue mais dar conta dos conflitos gerados no campo e por novos seres sociais demandantes de direitos muito diferentes daqueles que há vinte anos ainda estavam em sua grande maioria presos aos códigos de ética e direito privado das grandes propriedades de terra. De sorte que, após o III Congresso, o MSTR pelo processo de emergência de suas bases sociais e que trazem à arena social e política as mudanças econômicas que sofreram, coloca-se num novo patamar de aprendizagem coletiva e de socialização política desses novos seres sociais. Portanto, bem diferente de uma CONTAG que 1968/1969, que contava apenas com os sindicatos e a federação de Pernambuco, forjados historicamente na luta, para dar vida a um movimento sindical marcado pelo imobilismo e conservadorismo das demais federações.

Agora, a CONTAG tem até dentro do movimento que dirige uma cada vez mais forte oposição, bons sinais, portanto, da pluralidade social de suas bases sindicais e pluralismo de concepções sindicais, políticas e ideológicas que lhe dá mobilidade e só faz favorecer o debate, a disputa de concepções e orientações, a troca de experiência, a disputa de direção etc. necessários ao aprendizado político, em suas diversas instâncias e nos encaminhamentos das lutas, de seus dirigentes, lideranças e filiados.

As repercussões do III Congresso, no interior no MSTR e nos encaminhamentos das lutas também foram significativas. O compromisso mais firme na luta pela reforma agrária; de mobilização em favor da contratação coletiva, como meio de assegurar a participação dos assalariados nas lutas pelos direitos trabalhistas serviu de respaldo para imprimir uma política de organização dos trabalhadores e de formação de novas lideranças. Em Itaboraí (RJ), por exemplo, as lideranças sindicais passaram a realizar reuniões nas fazendas, distritos e povoados e estimulando todo um trabalho de base (O'DWYER, 1990, apud Andrade, op. cit.: 139). Mas, o trabalho de organização estendeu-se para todo estado do Rio de Janeiro, envolvendo a maioria dos Sindicatos, a Comissão Pastoral da Terra e a CONTAG e FETAG-RJ em 38 conflitos de terra, envolvendo 4.800 famílias de posseiros ameaçados de expulsão. Algumas áreas segundo O'DWYER (1982:13) viviam um clima de intenso conflito desde os primeiros anos da década de 60, como Parque Estoril, Capivari, S. José da Boa Morte e Campos Novos; outros conflitos foram revividos como Cachoeiras de Macau, Magé, Cabo Frio, Nova Iguaçu e Duque de Caixas, realizando a luta pela reforma agrária. Sob a idéia de "luta por terra livre", em confronto direto com os proprietários de terra, estes conflitos ganham cunho político, o que remete às lutas memoriais dos trabalhadores fluminenses dos idos dos anos antes do golpe militar de 1964. Entretanto, os engajamentos mais efetivos dos Sindicatos nas lutas pela terra, não foram expressivos em outras áreas, como é o caso do Rio Grande do Sul, relatado por José Vicente Tavares dos Santos. Segundo este autor:

“Os movimentos camponeses de luta pela terra revelavam uma grande mobilidade de base, através de comissões de representação e trabalho no próprio curso dos acontecimentos. Entretanto, salvo algumas exceções, essas iniciativas não foram assumidas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e, geralmente, sua presença e da federação surgiu após a maturação dos movimentos, ao nível das reivindicações junto aos órgãos governamentais” (Tavares dos Santos 1982: 52).

Este autor enfatiza que o apoio decisivo às lutas pela terra naquele estado foi da

Comissão Pastoral da Terra, do Comitê de Apoio aos Colonos Sem Terra, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do Grupo de Estudos Agrários, da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Intersindical, das Comissões Eclesiais de Base, de entidades profissionais e das igrejas e, em graus variados, dos partidos de oposição. Destaca ainda o papel da Assembléia Legislativa, principalmente da Presidência e das Comissões de Direitos Humanos e de Agricultura e Pecuária, além obviamente da Imprensa. Entretanto pode-se ler no texto do autor que tal postura parece ser mais a da FETAG-RS, já que a maioria dos sindicatos das áreas de conflito tinha um acúmulo de lutas e uma forte referência do trabalho da CPT. É tanto que no início de julho de 1981, o autor constata que mais de 100 sindicatos presentes na Assembléia Extraordinária da FETAG-RS, realizada em Três Passos, aprovaram um amplo apoio aos colonos sem terra, ao passo que, no final de junho, um mês anterior, a Comissão de Colonos de Encruzilhada e Natalino, tinha pressionado esta Federação para encaminhar as reivindicações. Entretanto, constata que, na mesma época, assistiu-se a um maciço movimento contra a política econômica do governo federal, em especial contra a política de preços mínimos, com a particularidade de serem encaminhadas pelo movimento sindical. Neste sentido, constata mobilizações reivindicativas - e com certa eficácia - dos produtores de uva, dos produtores de fumo, abarcando os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; dos pequenos e médios produtores de soja, que do Rio Grande do Sul, alastraram-se para os estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, reunindo 700 mil agricultores em protesto contra a política agrícola do Governo; e as mobilizações dos suinocultores, a maioria pequenos produtores do Rio Grande do Sul, que também se expandiram para Santa Catarina e Paraná, liderados por cerca de 150 líderes sindicais dos trabalhadores rurais sob o patrocínio das federações destes estados (Tavares do Santos, idem: 35-40).

Observamos que foi uma tendência do movimento sindical, e principalmente das federações, a concentração de maior atenção nas áreas e naquelas categorias de trabalhadores rurais com menor presença da Igreja; ao passo que a presença dos setores desta instituição religiosa, foi mais presente nas áreas de luta pela terra, por força não só da Igreja - instituição que com base na sua doutrina social, vê na conquista da terra a possibilidade de realização da pessoa humana, tendo a luta pela terra um valor moral. Também porque os seus setores progressistas engajados nos conflitos de terra, e orientados pela teologia da libertação, vêm na luta pela terra e pela Reforma Agrária, uma luta prioritária pelo seu forte conteúdo político, classista e transformador ao incidir diretamente contra grandes proprietários de terra e contra a própria propriedade, princípio fundante da sociedade capitalista.

A atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais foi decisiva nas lutas salariais dos trabalhadores rurais, sem deixar de enfatizar o seu apoio a luta pela terra e pela reforma agrária à sua maneira e demarcando a sua posição de luta por dentro da institucionalidade. Este fato parece constatar a tese de José Martins (1984: 92) de que o sindicato é uma organização de negociação e greve, da prática institucionalizada e das negociações contratuais, o que faz com que este movimento sindical na prática encontre problemas de adequação a determinadas lutas na diversidade com que vem ocorrendo no campo e em todas as partes do país; ao passo que os setores organizados da Igreja tiveram dificuldades de incorporar em seus repertórios uma racionalidade mais estratégica e mobilizadora de recursos de poder para atividade de negociação e estabelecimento de acordos e contratos, exigentes de certas normas e procedimentos de discussão que vão redefinindo decisões no próprio processo de discussão das partes interessadas e concorrentes na obtenção de resultados unicamente satisfatórios às suas expectativas. Daí, porque certas práticas chamadas de basistas e/ou assembleistas parecem contrariar a institucionalidade da representação propriamente política.

A convergência do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais com as lutas de classe operária e das classes médias urbanas pelo sindicalismo livre e a democracia, pelo direito de negociação livre e pelo direito de greve; entre outras, teve como base as prioridades assumidas no III Congresso da CONTAG, de organizar os trabalhadores rurais em três frentes de lutas, destacando-se a frente de lutas dos assalariados rurais pelas suas repercussões públicas, pelos impactos no processo massivo de deslegitimação do Governo Militar e do regime político autoritário, e, sobretudo, por ter se constituído num movimento social portador de um processo ímpar de aprendizagem dos novos seres sociais rurais que emergem no cenário social e político como demandantes de direitos. Também de toda a sociedade, pelas possibilidades efetivas que abriu de generalização de valores e direitos democráticos e sua corporificação institucional. Tal fato veio a se constituir num verdadeiro processo de aprendizagem social, já que o avanço democrático de uma sociedade, numa concepção habermasiana, se mede pela sua evolução moral, ou seja, pelas estruturas de consciência encarnadas, por um lado, nas instituições do direito e da moral e, por outro, expressas nos juízos morais e nas ações dos indivíduos (Habermas, 1983:14-15). Se de um lado, podemos falar de um primado das estruturas sociais de consciência sobre as individuais à Durkheim, haveremos de convir que as sociedades só podem ser modificadas através do aprendizado construtivo dos indivíduos socializados. Estes, em seu aprendizado, ao transformarem suas bases de conhecimentos e informações num estoque de capacidades e informações e, uma vez intersubjetivamente compartilhados, podem levar a sociedade como um todo a aprender, passando a serem institucionalizados como regra para possíveis soluções de problemas (Aragão, 1992:83-84).

É sob o clima encorajador do III Congresso da CONTAG e de uma conjuntura política marcada pelas mobilizações de massa em todo país contra o regime político vigente, que as lideranças de trabalhadores rurais, como as de Pernambuco, voltam às suas bases sindicais, com a convicção de estruturar os sindicatos pela via da organização e mobilização dessas bases sindicais na luta pelos direitos. Este trabalho, em Pernambuco, iniciado notadamente pelos sindicatos do município de Paudalho e São Lourenço da Mata, zona canavieira norte do estado, fez com que em setembro de 1979, estes sindicatos realizassem uma campanha salarial que terminou com uma greve mobilizadora de cento e vinte e cinco mil canavieiros e que foi um marco não só das lutas pelos “direitos” que se alastrou em Pernambuco e anos subsequentes; também em todo o Nordeste e em outras áreas de concentração de assalariados do país. Foi também um movimento grevista que chamou a atenção

“de diferentes setores da sociedade que, mesmo conscientes da exploração o que eram submetidos os canavieiros, estavam desacostumados a vê-los promover mobilizações de protesto e de reivindicações de direitos sociais básicos” (Andrade, op. cit.: p.140).

Conforme Sigaud (1980), o principal aprendizado para este movimento se constituiu dos seguintes fatos relevantes: (a) utilização da própria legislação, mesmo que autoritária (Lei de Greve – Lei 4.330) e considerada pelos meios sindicais como “lei antigreve”, não só aproveitando as “suas brechas” para lutar pelos direitos, incluindo o direito de greve e de negociação livre entre patrões e empregados. Também para fazer frente, como mecanismo legal, à repressão dos organismos policiais do Estado em conluio com a violência patronal; à reação político-ideológica dos patrões e do regime autoritário e suas repercussões na opinião pública, através da imprensa, tratando o movimento como de “agitadores” e “subversivos”. Pior, associando-o à volta dos exilados (principalmente de Miguel Arraes) e alertando a sociedade para o “perigo comunista”, disseminado na consciência coletiva desde

1964, justificando o Golpe de 1964. A final, o movimento era legal, estava dentro da lei e o movimento grevista obedecia ao seu ritual, tanto na prática como no discurso das lideranças, pegando de surpresa a própria justiça trabalhista; (b) o movimento lançou mão da memória, dos saberes e das experiências acumuladas nas tradições de lutas do período pré-64, principalmente o memorável Acordo do Campo, realizado no governo de Miguel Arraes em 1963 que, entre outras reivindicações, equiparou os salários dos canavieiros aos salários urbanos praticados na área metropolitana de Recife, promoveu a normalização e vigência da Lei de Sítio (concessão, uso e posse de dois hectares de terra, em redor da casa do trabalhador, para produção de sua subsistência básica, moradia gratuita, etc.); acordou a implantação em cada engenho de um delegado sindical, e com direito ao salário e estabilidade no emprego até o término da vigência de suas funções. Também, o movimento lançou mão de fatores subjetivos e objetivos reinterpretados e colocados em prática pela ação coletiva: a experiência mobilizadora e de luta e o “espírito legalista” destes trabalhadores canavieiros que fazem parte da memória e da consciência coletiva, somados às condições objetivas de reprodução da massa dos assalariados da cana. E, finalmente um terceiro fator que concorreu para esse aprendizado; (c) a consciência da importância da lei para a movimentação social pela vigência e ampliação de direitos e na institucionalização do conflito social como parte na natureza de uma sociedade e de um regime político que se quer democrático, associada à importância da organização e mobilização dos subalternos demandantes de tais direitos e de construção de um meio democrático favorável ao seu exercício. Além disto, o trabalho educativo, implementado desde o II Congresso da CONTAG (em Brasília, 1973), somado ao caráter legal do movimento, apoiado diretamente na CONTAG e por uma competente assessoria intelectual, técnica e jurídica, ajudou a superar o medo dos trabalhadores ao mesmo tempo em que possibilitou a recuperação do sindicato como entidade de luta dos trabalhadores.

A partir dos anos 80, esse movimento portador de tal dimensão de educação política e sindical e com repercussões de aprendizagem para o conjunto da sociedade, alastrou-se pelo país. Atingindo outras categorias e realidades, o movimento sindical dos assalariados conformou um mapa político de greves em todo país, pontuais por causa da territorialização desigual do processo de acumulação do capital, mas regulares pela persistência das lutas frente a um patronato rural que se modernizou economicamente às custas do Estado e da população que explora em condições abaixo dos padrões socialmente suportáveis; mas, pré-político pelas relações de violência sustentadas à margem da lei vigente. Assim, tivemos, a partir de 80 a greve nos trabalhadores do café, em Vitória da Conquista e Barra do Choça, na Bahia. Apoiada pelas Comunidades Eclesiais de Base e contrariada inicialmente pelo Sindicato tiveram estes trabalhadores apoio decisivo da CONTAG, colocando em xeque a exploração patronal e levando os cafeicultores bahianos a aceitarem as determinações do Tribunal Regional do Trabalho, favoráveis aos trabalhadores do café.

Por seu turno, em 1980, os assalariados rurais, em Passos, Minas Gerais, realizaram uma greve vitoriosa que espalhou suas sementes pelo sul de Minas. Sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e de CONTAG, um intenso trabalho de discussão, reflexão e análise das relações de trabalho buscando formas de lutas que limitassem a exploração dos trabalhadores pelos fazendeiros, precedeu um vitorioso movimento reivindicatório. Este movimento espalhou-se com o apoio de base dos sindicatos de Alfenas, Alterosa, Arceburgo, Botelhos, Carmo do Rio Claro, Conceição de Aparecida, Divisa Nova, Guaranésia, Juruaia, Monte Belo, Muzumbinho, Nova Rezende, Passos, Piuchá e São Sebastião do Paraíso. Buscando unificar as reivindicações, intensificaram-se os trabalhos de preparação de delegados, o treinamento de lideranças, tendo em vista a preparação do contrato coletivo. Em decorrência deste trabalho, os trabalhadores

foram se conscientizando de que o êxito da campanha dependia de uma participação efetiva, uma mobilização massiva, fortalecendo o movimento e dando-lhe capacidade para obrigar os empregadores ao atendimento de suas reivindicações (CONTAG, 1982:241).

A realização de assembléias massivas durante meses e com a participação da FETAEMG e da CONTAG foi fruto desse trabalho intensivo e contínuo de formação. Nas assembléias, os trabalhadores discutiram e aprovaram propostas, autorizando as suas entidades a negociarem com os empregados. Em Varginha, Minas Gerais, no dia 14 de setembro de 1981, a classe patronal sentou à mesa de negociações com os Sindicatos de Alfenas, Alterosas, Conceição da Aparecida, Carmo do Rio Claro e Divisa Nova, assistidos pela FETAEMG e a CONTAG. Frente à intransigência patronal, os representantes dos trabalhadores apresentaram uma extraordinária competência comunicativa, pela sua postura serena, pela capacidade de negociação e pela firmeza das argumentações e das justificativas de suas propostas, apresentadas de formas irrefutáveis quanto à validade de reivindicações, à justiça da regulamentação das relações contratuais requeridas e à veracidade das situações de explorações vivenciadas e problematizadas. Foram dez horas consecutivas de negociações. Esta competência dos representantes dos trabalhadores, reveladoras dos patamares de aprendizagem alcançados, foi capaz “retirar um a um, os argumentos dos representantes da classe patronal, que foi obrigada a ceder, prevalecendo o ponto de vista da classe trabalhadora, sendo acatadas as principais reivindicações, principalmente o piso salarial e a estabilidade do delegado sindical” (CONTAG, op. cit.; p.15). Foi notória a importância do apoio solidário dos representados, que compareceram às centenas ao local das negociações (Idem: ibidem).

Este aprendizado, mesmo enfrentando violências e intransigências do patronato, mostrou-se efetivo e eficaz em outras situações no sul de Minas. No dia 25 do mesmo mês, foi a vez das negociações envolvendo os STR's de Botelhos, Guaranésia, Monte Santo, Arceburgo e Monte Belo. Aos trabalhadores assalariados destes municípios foram estendidas as mesmas cláusulas aprovadas em Varginha, acrescidas de uma cláusula relativa ao latão para a colheita do café, padronizado em 60 litros e de acordo com as normas aprovadas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas. Já no município de Passos, onde eclodiu o movimento trabalhista, o patronato acumulou certa experiência e inviabilizou o êxito das negociações. As reivindicações foram julgadas pelo TRT, que reconheceu a sua legitimidade e aprovou todas as cláusulas da convenção do sul de Minas, acrescidas do direito de pagamento de até 15 dias de afastamento por motivo de doenças e o direito ao descanso no dia do trabalhador rural, convencionado para a data de 25 de maio. Este fato mostra os impactos positivos nas instituições da justiça do trabalho de um processo de aprendizagem social para além do movimento sindical dos trabalhadores rurais e de seus membros.

Ainda, em Minas Gerais, conforme a CONTAG (1981), a movimentação da campanha salarial chegou até o Triângulo Mineiro, região com elevada concentração de trabalhadores assalariados. A convenção coletiva celebrada nesta área teve êxito e foram idênticas ao sul de Minas. Já no Estado do Rio de Janeiro, em 81, o MSTR ampliou a contratação coletiva a quase todos os municípios, restando apenas doze sem dissídios ou convenções. Assim, como nestes doze municípios o assalariamento era menos intenso, 80% do Estado estavam cobertos por este tipo de ação sindical, concentrada nos municípios e lavouras em que ocorre forte concentração de assalariados rurais. Neste Estado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) e os sindicatos enfatizaram uma maior organização das bases e a formação de delegacias sindicais com vistas à mobilização da categoria pelo cumprimento e manutenção das conquistas alcançadas. A ação sindical dos trabalhadores neste estado procurou respeitar as especificidades das categorias mobilizadas e a sua realidade. Houve, portanto, uma diferenciação das formas e

encaminhamentos das lutas. A meta, entretanto, foi unificar as reivindicações e a data base para cada contexto. Assim, os sindicatos canavieiros suscitaram dissídio, unificando suas reivindicações de acordo com as especificidades do trabalho na lavoura canavieira. Já os demais sindicatos celebraram, em 81, convenções, formando grupos unificados pelo tipo de lavoura, fato ocorrido também em Minas, como se viu anteriormente (CONTAG, idem, 1981). Os sindicatos e a Federação de São Paulo realizaram um trabalho mais tímido. Mas, o Relatório Anual da CONTAG, de 1981, avalia que o trabalho de contratação coletiva foi ampliando-se, seja com a inclusão de novas cláusulas, entre as quais a obrigação de receituário agrônômico para utilização de defensivos agrícolas, seja através da extensão de campanhas salariais para outros municípios. Mesmo em Alagoas, já em 1981, este Relatório dá conta, de negociações do MSTR com a classe patronal, quando foi acertada uma convenção coletiva, restabelecendo as cláusulas contidas na convenção que vigorou de outubro de 1979 a setembro de 1980. Em 1981, entrou em curso uma campanha pelo cumprimento das cláusulas acordadas na Convenção Coletiva que vigora em toda a área canavieira daquele Estado. Embora, a CONTAG fale da evidência de outras formas de pressão além da greve e do realismo baseado no nível de mobilização dos trabalhadores e de um empenho maior por parte das lideranças e sob a coordenação das federações, no estímulo a maior participação dos trabalhadores; a situação de São Paulo, pelo menos até a greve de Guariba, não é muito diferente de Alagoas. O acordo coletivo firmado para o período de novembro de 1981 a novembro de 1982, entre a FETAG – AL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas) e os representantes patronais, foi um acordo de cúpula, sem a menor mobilização e participação das bases. Até 1986,

“as campanhas salariais de Alagoas, ficaram limitadas aos acordos feitos entre as entidades patronais e a FETAG-AL junto a Delegacia Regional do Trabalho, cujos itens da pauta de reivindicações chegavam a ser até mesmo preparadas por assessores da Associação de Plantadores de Cana e do Sindicato da Indústria do Açúcar, tendo por base cláusulas negociadas nas pautas anuais formuladas em Pernambuco, adaptadas às condições alagoanas. Os termos em si destas negociações pouco interessava na prática, já que estava implícito o não cumprimento, tanto pela inexistência de pressão dos dirigentes como pelo total desconhecimento do teor dos mesmos pelos trabalhadores” (Paulo Décio, 1994).

Por outro lado, o Relatório aludido acima, enfatiza que na Bahia, vigorou como resultado da campanha salarial de 1980, o contrato coletivo, sendo que a maioria das reivindicações formuladas foi atendida na Justiça do Trabalho. No decorrer de 1981, porém, adotou-se o encaminhamento de reivindicações via Dissídio Coletivo. Já com relação ao Estado do Paraná, tal Relatório dá conta de que a contratação coletiva foi suscitada perante o Judiciário, sendo que importantes conquistas foram asseguradas pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e mantidas pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme a insistência do patronato em recorrer a todas as instâncias do Judiciário. As cláusulas que vigoraram em 1980, foram mantidas no ano seguinte via Dissídio, proporcionando novas vantagens para os trabalhadores (CONTAG, op.cit.; p. 27-28).

Conforme Ferreira (1987:42), a situação da luta dos assalariados no Paraná, nos parece bem melhor que São Paulo e Alagoas, no período 80-81. A proposta de realização da Convenção Coletiva dos Trabalhadores Rurais do Paraná, em 1980, partiu de uma iniciativa dos Sindicatos de Jacarezinho e Londrina, no Norte do Estado, onde há uma enorme concentração de assalariados. Depois de dissensos no interior do Conselho da Federação, acordou-se pela convenção cobrindo todo estado, delegando-se para a FETAG – PR (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná) o poder de negociação. Dada a

inexperiência dos sindicatos e dos assalariados rurais quanto a esta forma de luta, o encaminhamento do processo consistiu na primeira tentativa de mobilização desses trabalhadores. Para tanto, foram organizadas discussões prévias em nível dos regionais da Federação, de forma a preparar as lideranças para discutir nas comunidades a idéia de Convenção Coletiva de Trabalho. Seguiu-se, portanto, as reuniões no nível de comunidades, onde se discutiu tanto o significado de uma convenção coletiva quanto as reivindicações que deveriam ser negociadas. A partir de tais reuniões chegou-se a sínteses elaboradas pelas regionais. Esta sistematização das reivindicações foi novamente levada aos trabalhadores pela via de assembléias convocadas para discussão e aprovação das propostas. Nestas assembléias, tais propostas foram aprovadas com pequenas modificações, segundo a realidade de alguns sindicatos. Entretanto, como salienta Ferreira, esta convenção, mesmo com todo este trabalho educativo de preparação, não foi capaz de mobilizar as bases o suficiente para a luta pelo cumprimento. Embora o cumprimento tenha sido dificultado, a Convenção Coletiva foi um marco importante para mudar a postura do sindicalismo dos trabalhadores rurais paranaenses, marcado pelo assistencialismo.

De 1980 a 1982, em três convenções coletivas, dadas a intransigência patronal, as lutas tiveram que ir ao dissídio, percorrendo o ritual da Justiça do Trabalho. Consistindo numa árdua luta pelos direitos, neste período houveram ganhos e perdas, avanços e retrocesso das conquistas. Perdas principalmente quanto às cláusulas econômicas, mas ganhos pequenos, embora significativos, como a inclusão de índices de produtividade no salário (4%) como ocorreu em convenção de 1981 e conquista da Lei de Sítio, à semelhança dos assalariados pernambucanos, na convenção de 1982. A experiência acumulada pelo MSTR paranaense levou os sindicatos a optarem a partir de 1982, pelos acordos no nível de cada sindicato e aumentou a firmeza da federação e dos sindicatos em suas posições nas negociações, não fazendo questão de evitar o dissídio, que resultou sempre favorável aos trabalhadores; as convenções coletivas tiveram a importância de garantir a estabilidade dos delegados sindicais nas fazendas, até então território privado e impermeável à ação educativa dos sindicatos, permitindo uma fiscalização efetiva do cumprimento das convenções e o fortalecimento dos sindicatos. Como parte deste aprendizado, ficou patente para as lideranças sindicais dos trabalhadores, a urgência de se ampliar o trabalho dos sindicatos junto aos bóias-frias, segmento ausente das lutas que lhes dizem respeito (Ferreira, op. cit.; p. 44).

Há informações que desde 1981, a Comissão Pastoral da Terra, em conjunto com alguns sindicatos e Igrejas, vinha promovendo discussões sobre a questão dos bóias-frias no Norte do Paraná. Adotando a metodologia do trabalho de base, com a formação de comissões de trabalhadores bóias-frias, privilegiava a organização com base nos problemas e lutas concretos, conforme as definições dos Encontros de Agentes e Bóias-frias do Norte do Paraná. Nestes encontros também eram definidos os objetivos de luta. Por ocasião do 4º encontro, os problemas detectados foram: falta de terra, baixos salários e falta de serviço contínuo. Segundo informa Ferreira, dos 44 bóias-frias presentes ao Encontro, apenas um trabalhador considerou a luta por salário mais importante; o total de 43 enfatizou a importância da luta pela terra. Os entraves para organização dos bóias-frias também foram discutidos nestes encontros: medo das represálias dos patrões por terem participado dos encontros e das reuniões; falta de interesse dos bóias-frias avulsos em se organizar e lutar por melhores condições de trabalho; prejudicando os bóias-frias permanentes; ainda dificuldade de um trabalho efetivo e contínuo de base, o que afastava os bóias-frias do sindicato. Em face aos problemas e com vistas na sua superação, os relatórios do 3º e 4º Encontros de Agentes e Bóias-Frias do Norte do Paraná, foram elaboradas as seguintes propostas:

- Realização de Campanha de Sindicalização de Bóias-frias para viabilizar a luta sindical

- por melhores salários e condições de trabalho;
- Conscientizar estes trabalhadores a não trabalharem por menos que o salário mínimo vigente e sem os direitos concedidos em lei;
 - Realizar abaixo-assinado por terra, a ser dirigido às autoridades;
 - Reforma Agrária Verdadeira;
 - Levar todas as propostas às comunidades e discutir novamente com os demais companheiros.

Segundo esta autora, após a realização dos quatro encontros, a CPT e os Sindicatos engajados no trabalho continuaram tentando estendê-lo (trabalho de grupalização e conscientização) para outros municípios, embora persistissem os problemas que dificultavam a organização deste segmento de trabalhadores, com poucos avanços nos processos de lutas em comparação a luta de outros trabalhadores rurais no Paraná, como a luta dos sem-terra, a luta das Notas Promissórias Rurais (que mobilizava cerca de 2.000 produtores) e a luta dos suinocultores que abrangia não só Paraná, mas Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nestas lutas, a CPT e outros organismos da Igreja (como as paróquias, as CEB's, a CNBB – Regional Sul e a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz) teve um significativo papel organizador e mobilizador ao lado da FETAG-PR e da CONTAG.

A CPT também esteve presente na origem das lutas dos bóias-frias concentrados na agroindústria açucareira e na citricultura da região de Ribeirão Preto, São Paulo. A greve dos bóias-frias de Guariba foi um marco das lutas dos assalariados paulistas, contou com o trabalho deste organismo da Igreja Católica, bem como do Serviço Pastoral dos Imigrantes (Moraes Silva, 1990:6).

Portanto, o movimento de Guariba não foi tão desorganizado como supõe Gzybowiski (1979:36). Certamente, as próprias formas de assalariamento, pela sazonalidade da mão-de-obra, pela diferenciação entre permanentes (a minoria) e temporários (a maioria dos trabalhadores), pelos contratos de trabalhos precários e realizados por empreiteiros, bem como outros fatores assinalados pelos Encontros de Bóias-frias, sob a coordenação da CPT, no Norte do Paraná, como se viu anteriormente, dificultaram o trabalho de organização destes assalariados rurais. Para se ter uma idéia conforme (Moraes Silva, op. cit. p.7), uma usina de Ribeirão Preto (SP), de 3.200 trabalhadores contratados na safra de 1998, 3.000 eram mineiros, e a maioria do Vale do Jequitinhonha (MG). Todos pequenos produtores rurais agenciados por empreiteiros de mão-de-obra (gato), já que a entressafra na agricultura familiar do Jequitinhonha (uma das regiões mais pobres do país) coincide com a safra da cana e de outras culturas na chamada “Califórnia Brasileira”. A CPT iniciou um trabalho nesta região em 1979, através de encontros, cursos e assembléias, embora com problemas de falta de pessoal e de infraestrutura. Dois fatos merecem destaque na greve dos bóias-frias da cidade dormitório de Guariba: o fato de ter ocorrido numa das áreas de maior concentração de assalariados rurais do país onde ocorreram os maiores patamares de modernização agrícola e a mais extrema miséria, estando abaixo dos limites biologicamente suportáveis, e o fato do conflito ter explodido com uma violência inesperada: 01 morto, 33 feridos à bala, prédios destruídos e vários veículos incendiados. A organização desses trabalhadores rurais deu-se fora do Sindicato, apesar dos esforços do movimento sindical e da CPT para canalizá-lo pela via institucional. O maior aprendizado para as entidades de apoio e para as lideranças de trabalhadores (inclusive para a FETAG-SP que a partir de 80, elaborou pautas de reivindicações sem a participação destes, sendo elaboradas por seus técnicos) foi o reconhecimento do sindicato como o único canal legal de organização e participação para as questões trabalhistas. Os acontecimentos de Guariba desencadearam uma nova postura FETAG-SP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo), a qual procurou a elaboração das pautas nos anos subseqüentes mais participativas, mediante convocação de

assembléias, aproximando-se o MSTR e o movimento social que eclodira (FASE - Jaboticabal, 1989:35).

No decorrer das greves subseqüentes e que vão se alastrando para outros municípios e categorias como a dos apanhadores de laranja, parece-nos que as lideranças reconhecem que os trabalhadores aprendem a negociar na luta, que são nas experiências que se forjam novas estruturas de consciência; que os sindicatos, para além de uma casca formal, são construídos no processo de luta como uma necessidade suscitada para o conjunto dos trabalhadores e que a superação da identidade bóia-fria, é uma identidade deteriorada que transcende os sentimentos de autodesvalia dos trabalhadores e sua repulsa. Sendo imposta pela sociedade, informa as condições sociais de trabalho e tem um conteúdo relacional que tece um mudo social marcado por padrões de relações sociais darwinistas, mas, compatíveis com a racionalidade empresarial que assume conotações visivelmente tayloristas. Ficou, também, claro que os empresários agroindustriais, e seus gerentes e capatazes, também aprendem na luta pela negativa, ocasionando todo tipo de estratégias de mudanças no processo de trabalho associadas ao revigoramento de expedientes pré-políticos influenciadores dos setores do aparato político-administrativo do Estado, que vão da polícia à Justiça do Trabalho e aos executivos e legislativos municipais e estaduais. Tais expedientes estão sempre associados ao recrudescimento da violência como demonstrou as greves subseqüentes aos acontecimentos de Guariba.

Se a afirmação da identidade “cortadores de cana” é uma faceta de mudança social e política que acompanha o movimento e revela a sua dimensão educativa de construção de sujeitos portadores de direitos; o recrudescimento da violência pelo lado dos patrões e sob a convivência do Estado tende a imprimir nos trabalhadores sentimentos de medo e impotência, atitudes desagregadoras e outros estorvos ao seu processo de ressocialização política. Portanto, o que se tem pela frente é árduo processo de mudança marcado ambigüamente pela afirmação/negação/ampliação de direitos. Daí, porque através do sindicato, o movimento dos assalariados ganha forma e ganha um valor estratégico para as lutas salariais. Isto, já anuncia que os trabalhadores estão portando novas estruturas de racionalidade mediante um processo de assimilação-acomodação-adaptação às novas circunstâncias e situações de aprendizagem que requerem uma constante postura de abertura à inovação constante e à resolução.

Os acontecimentos de 1985 comprovam este processo de descentração, quando em janeiro, período da entressafra da cana, algumas cidades dormitórios entram em greve contra o desemprego, questionando a forma específica de desenvolvimento capitalista no campo. Os usineiros e o Estado responderam com violência, revelando a sua face pré-política. Em maio do mesmo ano, os assalariados retomam as suas lutas, num clima de transição política que toma conta do país. Essas lutas avançaram reivindicações que implicaram certo controle da produção por parte dos trabalhadores: alteração na forma de pagamento (tonelada por metro), comprovante diário de produção (evitar o roubo dos patrões), pagamento em envelope com o total da produção em metros. Novamente, abateu-se sobre os trabalhadores uma repressão violentíssima, amplamente divulgada na imprensa, o que levou a federação (FETAG-SP) a assinar um acordo com os patrões como mecanismo para deter a violência. Amplamente contestado pelas lideranças; a federação, a partir deste ano, resolve coordenar às mobilizações e estabelecer acordos válidos para todo Estado de São Paulo (FETAG-SP, 1989:34-35).

Apesar de o movimento ter tido o papel de formar novos sindicatos e renovar diretorias antigas, a postura da federação foi afastar as comissões de negociações compostas de trabalhadores, reduzindo estas às funções de participação nos piquetes, nas assembléias de deflagração de greves e aprovação de acordos; o que aumentou a possibilidade de manipulação dos trabalhadores. É tanto que uma greve regional ocorrida em 1987 exerceu

uma pressão enorme sobre o patronato; porém como os acordos eram praticados a nível estadual e o fato da maioria das unidades produtoras para além da região de Ribeirão Preto não terem parado, o avanço das conquistas se vê emperrado. Se conquistas pontuais são obtidas e mantidas de um ano para outro, a federação composta basicamente por dirigentes com origem na pequena produção agrícola e ainda amarrada ao cupulismo e ao extremado presidencialismo; emperra o processo de aquisição da competência comunicativa das lideranças de base, entre outros retrocessos, ao marginalizar as comissões de negociações compostas de trabalhadores a funções de mobilização e outras tarefas, confinando-as ao localismo. O movimento sindical dos assalariados foi se mostrando cada vez mais amarrado, sem criatividade; as assembléias foram-se esvaziando. Enquanto isto, a ofensiva patronal prossegue, pelo seu lado, catalisando este esvaziamento, realizando inclusive panfletagens e assembléias nas roças, ludibriando e convencendo os assalariados das vantagens de suas contrapropostas às propostas do movimento. Este processo levou à cisão dentro da diretoria da FETAG-SP, quando por ocasião da data-base dos assalariados da cana e dos apanhadores de laranja. O presidente desta federação assinou um acordo coletivo que contrariava na forma e no conteúdo as práticas e os interesses dos trabalhadores da região de Ribeirão Preto. Tal fato aumentou os embates internos no interior da FETAG-SP, cuja ala conservadora da direção apoiava-se nos sindicatos sob sua influência, a maioria de pequenos produtores, contra a ala representada pelos sindicatos de Araraquara e Ribeirão Preto, apoiado por entidades, a esta altura, afinadas com a Central Única dos Trabalhadores. A partir daqui, precipitam-se acontecimentos que levam à cisão do MSTR no estado de São Paulo. Criam-se os sindicatos de empregados rurais, que contemplam também tratoristas, condutores de veículos e operadores de máquinas agrícolas. Buscam preencher um espaço não ocupado pelos sindicatos de trabalhadores rurais e de importância significativa para a mobilização dos assalariados rurais. Estes Sindicatos levaram a fundação de uma Federação: a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo). Na verdade, estes acontecimentos suscitaram debates e controvérsias, também um forte debate sobre concepção e estrutura sindical no final da década de 80, pondo em xeque o corporativismo e burocratismo do sindicalismo afinado com a CONTAG. Este fato está inserido numa cadeia de acontecimentos que se expressa no crescimento do novo sindicalismo cutista por dentro do MSTR sob a coordenação daquela Confederação.

O III Congresso da CONTAG levou setores organizados e entidades da sociedade civil a se interessarem por um trabalho educativo junto aos assalariados. A própria CPT, entre outros organismos ligados a Igreja, resolve intensificar, a partir de 1984, o trabalho com assalariados rurais. Entidades com a FASE – Federação para Assistência Social e Educacional, fundada em 1961, e com um significativo acúmulo de experiências de Educação Popular realizou seminário para discutir o trabalho educativo junto aos assalariados do campo (FASE, 1989:1). A intensificação do trabalho da CPT com assalariados rurais teve apoio de organismos ligados às dioceses espalhadas pelo Brasil e com apoio de paróquias e comunidades de base. São exemplares os casos do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal (RN), do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira (PB); do Serviço de Educação e Documentação Popular da Arquidiocese da Paraíba e de outras tantas entidades chamadas de assessoria e apoio, de caráter local e regional, que foram surgindo na década de 80. A FASE, particularmente, implantou equipes de educação popular junto aos assalariados da região de Ribeirão Preto (SP), da região cacauzeira do Sudeste da Bahia e das zonas canavieiras de Alagoas e de Pernambuco. O norte destas equipes de trabalho: apoiar as campanhas salariais. Também, esta instituição implanta uma equipe de educadores junto aos assalariados do reflorestamento no Espírito Santo e junto aos trabalhadores do coco e do dendê no estado do Pará. Outro fator que chamou a atenção dessas entidades da sociedade civil foi um sem número espontâneo de embates, paralisações,

greves-relâmpagos, paradesiros e outras formas de resistência à exploração nas plantações agrícolas (Veiga, 1982:18). Tais fatos expressam mudanças nas estruturas de consciência dos trabalhadores implicados nas extremas situações de exploração e controle da força de trabalho nos complexos agroindustriais e latifúndios modernizados, beirando à barbárie da semi-escravidão. Entretanto, conforme a concepção freireana da conscientização política, o avanço deste processo transicional das estruturas de consciência - ainda marcada aos seus aspectos imediatos e mobilizadores dos valores mítico-religiosos da cultura popular e de feição jacobina - depende de fatores e processos mediáticos, o que vai atrair a atenção dessas entidades de apoio e educação popular. A estas alturas, a noção gramsciana de intelectuais orgânicos, por exemplo, influenciada pela volta dos intelectuais de esquerda e lideranças trabalhistas beneficiados pela Anistia, já tinha impregnado uma nova esquerda que vai influenciar de sobremaneira a ação dessas entidades de apoio, assessoria e educação popular e provocar o surgimento de outras. É tanto que, no final da década de 80, emerge o fenômeno associativista denominado de ONG's.

Outro fator de maior relevância foi o surgimento e expansão do novo sindicalismo no campo afinado com os embates nos meios sindicais urbanos que levaram à construção da Central Única dos Trabalhadores e à criação de um partido nascido das necessidades de representação política do setor mais moderno e combativo do operariado brasileiro com epicentro na região do ABC paulista. Por ocasião da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), as polarizações e disputas configuraram dois grandes blocos no movimento sindical brasileiro, duas concepções e práticas sindicais. Nos anos de 1983 a 1993, as divergências não só se confirmaram quanto ao CONCLAT e à construção de Central Única dos Trabalhadores (CUT), também quanto à greve geral e à estrutura sindical. A Comissão Nacional Pró-CUT, com apenas 30% de representantes do "novo sindicalismo", não impediu, depois de muitas disputas em seu interior que fosse adiado o II CONCLAT de 82 e nem impediu que o Plano de Lutas tirado da CONCLAT anterior ficasse no papel. Aumentaram-se as divergências. Na verdade, a maioria contrária procurou evitar qualquer manifestação, greves e contestações ao regime e que viesse atrapalhar a abertura política em curso, condicionando o movimento sindical a certo imobilismo; além de uma concepção que valorizava a estrutura sindical vigente como instância irremovível e necessária ao processo de organização dos trabalhadores e uma concepção de democracia baseada na supremacia das diretorias sindicais e que comumente levava ao desrespeito às instâncias democráticas e representativas das bases sindicais. O fato é que a Comissão Pró-CUT adiou a realização do II CONCLAT para agosto de 83, contrariando a resolução aprovada por cinco mil trabalhadores reunidos no CONCLAT- 81, trabalhadores estes escolhidos nos ENCLAT's com ampla participação e que tinha ocorrido em todos os estados. Enquanto a Comissão Pró-CUT presidida pelo presidente da CONTAG adiou o CONCLAT conjuntamente com partidários da Unidade Sindical, a Comissão Organizadora do evento encaminhou a realização do Congresso que fundou a Central Única dos Trabalhadores. O presidente da CONTAG envia circular as Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais orientando a não participação no Evento que ocorreu entre os dias 26 a 28 de agosto de 83. Tal evento contou, no entanto, com uma expressiva participação dos trabalhadores rurais.

Participaram do Congresso 12.192.849 trabalhadores de todo o país representados por 5.059 delegados. Deste total, 1.658 delegados representaram 3.144.438 trabalhadores rurais de todo país, contra 2.262 delegados que representaram 6.573.207 operários e outras categorias assalariadas urbanas. Estiveram presente no Congresso 310 sindicatos de trabalhadores rurais, contrariando as orientações da direção da CONTAG; universo significativo se compararmos aos Sindicatos operários: número de 355 presentes no 1º CONCLAT. Afinada posteriormente com a Nova República e a corrente sindical que iria fundar a CGT, a direção da CONTAG acirra as inconveniências de contar dentro do interior

do MSTR com uma corrente sindical afinada com a CUT e o Partido dos Trabalhadores, com tendência a crescer, disputando direções de Sindicatos, de federações e a da própria CONTAG. Estas disputas vão marcar todas as lutas do MSTR, com destaque para o movimento dos assalariados rurais já que, em outras frentes de lutas assistiu-se o surgimento de novos movimentos sociais com estrutura autônoma e direção própria, embora afirmassem que pretendiam fortalecer o movimento sindical. O novo sindicalismo cutista no campo teve também a vantagem de contar como apoio de setores da Igreja e de uma quantidade significativa de ONG's, que vai crescendo em número e em abrangência social.

Na verdade, estas disputas e controvérsias sobre concepções e práticas sindicais e afinidades político-ideológicas já vinham se dando em crescendo bem antes do III Congresso da CONTAG, enriquecendo o debate, renovando direções sindicais, imprimindo uma nova dinâmica democratizadora nas entidades sindicais; aproximando o sindicato dos associados e ampliando a participação e o aprendizado da lut. Tudo isso redundou em processos significativos de ressocialização política dos trabalhadores e em sua emersão no cenário político e social como portadores de direitos e afirmadores de identidades cidadãs. Ambas correntes sindicais no interior do MSTR saíram ganhando um longo aprendizado com recuos e avanços e frente às vicissitudes das conjunturas políticas e de uma crise econômica que vai afetar enormemente a luta dos assalariados rurais de todo país no final da década de 80. Este processo de aprendizagem foi capaz de gerar uma convivência democrática no interior do MSTR baseada na pluralidade de diferentes atores políticos polarizados no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e na CONTAG. Aprendizagem, também abrangente de entidades de apoio e assessoria na produção de conhecimentos e informações necessários à qualificação das práticas e concepções sindicais e dos encaminhamentos e estratégias de lutas que produzissem resultados favoráveis aos trabalhadores e passíveis de serem incorporados às forças produtivas e de corporificação institucional relativa às mudanças nas relações de trabalho conforme o espírito de contratualidade da modernidade. A eficácia da pedagogia da ação materializou também ações comunicativas mobilizadoras da cultura de resistência e no saber empírico dos trabalhadores assalariados e do estoque de conhecimentos científicos disponíveis. A mediação entre essa cultura popular e a cultura de expertos foi capaz de produzir uma inovadora síntese de saberes e conhecimentos que formaram a base para concepção de novos modos de perceber, interpretar, de analisar e transformar a realidade envolvendo bases, lideranças, assessorias e dirigentes e todos agentes e entidades implicados na luta dos assalariados rurais. Tal processo de aprendizagem traduzidos em práxis social teve como base a ação, sobretudo, das chamadas entidades de apoio e assessoria; o seu trabalho educativo forjador de teias e redes de sociabilidade de assalariados e seus coletivos organizados. Ao mesmo tempo, o trabalho educativo dessas entidades prometia ser generalizadores de valores universais de solidariedade, de reciprocidade e equidade no trato das diferenças e na construção democrática de novas relações: relações interpessoais e formas de convivência incorporadas nas práticas sindicais democratizadoras das próprias entidades sindicais. Mas não só, tal processo educativo, pode ser medido pela assimilação de novas práticas associativas pelos espaços associativos, tornando-os mais comunicativos. As ações racionalizadas e cada vez mais exigentes de articulações normativas e saberes acumulados qualificaram-se nas relações com o Estado, nos processos de negociação e, finalmente, na formalização jurídica de novos direitos e na luta pelo seu cumprimento. Conhecer para agir, avaliar e sistematizar continuamente a ação, reelaborar e produzir novos saberes para qualificar permanentemente o pensar e o agir em face da complexidade dos desafios suscitados pelo cotidiano da luta. Essa aprendizagem caracterizando-se como um processo de descentração culminou na adesão e filiação da CONTAG à CUT. Neste processo ONG's como FASE, o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), a CESE

(Coordenadoria Ecumênica de Serviços), ligadas a uma rede de ONG's internacionais de cooperação e solidariedade, entre outras, de caráter mais regional e local, sem falar os setores ligados à Igreja Católica, tiveram um papel fundamental na construção qualificada e racionalizadora da dimensão educativa do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, não só do movimento social dos assalariados do campo.

Numa conjuntura política marcada pelo fechamento dos espaços políticos institucionais de expressão dos trabalhadores rurais e uma crise econômica com profundos impactos sociais, sobretudo no campo, à trancos e barrancos, o MSTR forja a unidade sindical no cotidiano das lutas, cujo fato emblemático é essa filiação da CONTAG a Central Única dos Trabalhadores. Vejamos em largas pinceladas os momentos e os fatos mais significativos dessa trajetória, considerando-se que são tais momentos e fatos abertos ao conflito e à resolução de problemas antigos e novos, suscitam um processo não-linear de descentração cognitiva, normativa e, sobretudo, político-ideológica.

a) Como vimos, em 1981, a CONTAG participou da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) e da Comissão Pró-CUT, afastando-se depois para participar da criação da Coordenação Nacional de Classes Trabalhadoras que deu origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1985, participa da campanha das Diretas- Já e, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, passou a defender a participação no Colégio Eleitoral e o apoio à candidatura Tancredo Neves/Sarney, expressando a aliança PMDB/PFL; desta forma contrariando os setores da CUT dentro do MSTR e afinados com a construção do Partido dos Trabalhadores. Na verdade, assistiu-se a uma conjuntura política que reedita a espécie de versão “frente democrática” versus “frente de esquerda” dos anos 60. Neste mesmo ano, ocorre o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. É o primeiro Congresso em que os atores do sindicalismo combativo da CUT participam de forma organizada imprimindo ao Congresso uma dinâmica de acirradas disputas pela hegemonia na direção da CONTAG. Neste Congresso as principais divergências e controvérsias foram: apoio ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), defendido pela CONTAG; questões relativas à autonomia e liberdade sindical e a relação com o Estado; concepções e práticas sindicais e problemas relativos à democratização do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Com relação a este último tema, almejavam um sindicalismo composto de sindicatos com direções e gestão democráticas, fóruns transparentes e participativos e eleições em congresso nacional para a própria direção da CONTAG. Na verdade, ao contrário do III Congresso, neste IV Congresso a CONTAG saiu desgastada com sua concepção e prática sindical. O desgaste aumentou quando a sua direção desrespeitou as decisões tiradas neste IV CNTR, de realizar eleições em Congresso. Alegando falta de recursos, as eleições são realizadas nos estados, de forma a ampliar as margens de manobras políticas pela reeleição da direção da CONTAG. Os sindicatos afinados com a CUT e os movimentos populares e várias federações não participaram dos pleitos, deslegitimando uma direção eleita que vai se desgastando na mesma medida que a Nova República, por ela apoiada. O discurso de autonomia em relação ao Governo e ao Estado e a própria bandeira da liberdade sindical defendidos pela CONTAG caem na descrença. A CONTAG reedita na prática a sua dependência ao tomar o Estado como seu principal interlocutor procurando, ao mesmo tempo em que o legitimava, encaminhar as demandas e reivindicações dos “rurais” pela “via administrativa”. Faltava-lhe também democracia na sua relação com as federações e os sindicatos, bem como, transparência no seu atrelamento ao Estado (Bittencourt, 1995, 37-38).

b) A criação e a consolidação da CUT e a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais desta Central, com vistas a fortalecer a “novo sindicalismo” no campo (1990) e, o surgimento de novos movimentos sociais agrários com demandas próprias, implicaram numa crise de mediação na representação dos trabalhadores rurais. Movimentos sociais como o MST (Movimento dos Sem Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por

Barragens) e o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) fortaleceram-se e ganharam projeção nacional. A CUT se organizou em todos os estados, passando a disputar eleições não só para as direções sindicais, também para as federações. No V Congresso da CONTAG, estes setores da CUT participaram com condição de disputar a direção desta Confederação. Terminaram indicando dois de seus quadros para a sua Executiva Nacional, com uma chapa com os setores mais progressistas do MSTR. As lideranças do “novo sindicalismo” no campo saem deste Congresso divididos em face da polêmica que se gerou ao bater chapa no Congresso e que implicava em fortalecer a estrutura oficial do sindicalismo rural ou em fortalecer as estruturas departamentais da CUT - Nacional e das CUT’s-estaduais e regionais. A CUT e as ONG’s realizaram inúmeros seminários para discutir concepção, prática e estrutura sindical, tendo como pano de fundo esta problemática. Depois de muitos debates e controvérsias, a Plenária Nacional do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (CUT-DNTR), agosto de 1993, decide disputar a CONTAG e as federações e pôr em ação uma jornada nacional unitária de lutas que veio a ser chamada de “1º Grito da Terra Brasil”, reeditando em nível nacional esta forma de manifestação pública que já vinha fazendo parte do repertório de lutas dos “rurais” em alguns estados. Realizado todos os anos, o Grito da Terra Brasil deu margem ao surgimento de outros tantos “gritos” e “marchas”, como o “Grito dos Excluídos”, promovido por setores ligados à Igreja Católica, apoiados pela Cáritas Brasileira, organismo da CNBB.

c) Depois de um longo processo de aprendizagem, conflituoso e ambíguo, marcado por recuos e avanços, por disputas políticas e crises de orientações e formas de encaminhar as lutas dos trabalhadores rurais, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais amadurece e, finalmente ocorre a filiação da CONTAG a CUT, por ocasião do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em abril de 1995. Fato emblemático que coloca o MSTR num novo patamar de aprendizagem, que se segue pela redefinição de seu papel e de suas formas de organização, afirmando um sindicalismo rural plural, democrático, autônomo e de lutas. Deste Congresso, a CUT sai com o seu projeto fortalecido e a CONTAG como a única representante legítima do sindicalismo dos trabalhadores rurais (Idem, ibidem). Merece destaque o fato de que bem antes desta filiação, tanto a Unidade Sindical ligada ao PCB quanto a Corrente Sindical Classista ligada ao PCdoB já tinham entrado na CUT. Mas este processo de descentração foi precipitado por fatores conjunturais e estruturais. A crise da social-democracia nos países europeus, o fim do socialismo real e a própria crise de paradigmas no campo científico abalaram muitas certezas e esperanças de milhões de pessoas em todo mundo. Ideologias como “fim da ideologia”, “fim da História”, “fim da Sociedade do Trabalho”, reforçadas pelo avanço do neoliberalismo, tiveram repercussões profundas na esquerda e na intelectualidade, nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais. Com a Nova República e a luta na Constituinte, o maior saldo organizativo e político da sociedade civil e dos movimentos populares foi a formalização constitucional de reformas (exceto da Reforma Agrária) e de mecanismos de participação e de controle de atividades públicas (impeachment, referendo, iniciativa popular de projetos de lei, conselhos, etc.). A mobilização e ação dos movimentos sociais na juridificação de direitos foi acompanhada pelo reconhecimento pelo governo e pela sociedade, de que tais movimentos tornaram-se uma força capaz de atestar e inscrever em leis mudanças significativas na cultura política, demarcando não só direitos e deveres dos cidadãos, mas também novos padrões relacionais, entre o Estado e a Sociedade. Entretanto, estes resultados de um processo de aprendizagem que veio acumulando experiências desde a segunda metade da década de 70, demarcou para o MSTR e outros movimentos sociais do campo, a derrota da reforma agrária na Constituinte, colocando às claras as poderosas forças políticas contrárias à Reforma Agrária e a necessidade de colocar a luta pela terra em outros patamares. Recrudescer a violência no campo colocando dois atores políticos em confronto: a União Democrática Ruralista (UDR)

formada pelos setores mais atrasados dos grandes proprietários de terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que resolve se organizar em todo país generalizando a forma de luta “ocupar e produzir e resistir”. A bandeira da Reforma Agrária continuou sendo o fator unificador das lutas do campo, agora também nas áreas de concentrações de assalariados rurais, como uma alternativa ao desemprego face ao processo de crise e reestruturação dos complexos agroindustriais principalmente no Nordeste.

Mas, a crise é mais profunda, não só na sua dimensão econômica, também política. Durante o Governo Collor (1990-1992), os movimentos sociais ficaram de certa forma confusos e num compasso de espera quanto ao desfecho de um governo com promessas reformadoras em prol dos “descamisados” e de combate à corrupção. O confisco da poupança, a corrupção no Governo e a profunda recessão, acompanhados de um desmantelamento e fechamento do Estado quanto aos seus serviços de cunho social e reprodutivo, foram fatores que impulsionaram os movimentos sociais à luta e que terminou com sua participação ativa no processo de impeachment seguido do movimento social “Ética na Política” (1992-93). Este, por sua vez, desdobrou-se na Campanha Contra a Fome (1994 em diante). De caráter suprapartidário foi capaz de, numa conjuntura de desemprego e violência crescentes, projetar o tema da miséria no debate público e colocá-lo na agenda do Estado brasileiro. Um segundo aprendizado para os movimentos sociais, em geral: o de que sozinhos não puderam provocar mudanças mais profundas na sociedade e a necessidade de capitalizar os momentos propícios à mobilização geral da sociedade, pela articulação de todas as camadas sociais possíveis num processo de aprendizagem social e político mais amplo com pretensões de influenciar a opinião pública (generalização de valores) e chegar ao sistema político (corporificação institucional de direitos).

O governo Itamar, marcado por conflitos internos, com promessas de reacender a ação do Estado com relação à reforma agrária e com intuito de dar respostas ao avanço da luta pela terra em todo país tendo como principal protagonista o Movimento dos Sem-Terra; preparou, entretanto, o golpe fatal nas esperanças de mudanças sociais mais profundas. Sobretudo, porque com o Plano Real, lançado às vésperas das eleições gerais de 1994, se constituiu na principal ferramenta que reeditou a segunda derrota política do candidato à Presidência da República e do projeto político da Frente de Esquerdas afinados com os movimentos populares. Se o impeachment indicou o avanço das organizações e movimentos sociais da sociedade civil e ao mesmo tempo levou-os a montar trincheiras de lutas para barrar o processo de dilapidação do Estado e a ofensiva do neoliberalismo durante o governo Collor; o Governo Itamar preparou o terreno fértil para a progressão da onda neoliberal. Na primeira parte deste Governo a função pedagógica perversa da hiperinflação, associada ao crescente desemprego e empobrecimento da população atingindo vários setores das classes médias, foi administrada a conta-gotas, preparando a base para a estabilização econômica conforme os princípios da cartilha neoliberal keynesiana e sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com a posse o Senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda foi preparada a URV, que elevou à população em geral às portas do desespero, com altas taxas de inflação e que chegaram às vésperas do Plano Real, a 50%, o equivalente à tirania. Ao mesmo tempo em que esta foi a forma pedagógica de incutir a desesperança nas forças sociais e políticas que lutaram contra o projeto neoliberal, até então; de um só golpe, é lançado o Plano Real debelando tal situação psicológica de desespero geral, transformando-se no projeto político e no principal cabo eleitoral da candidatura FHC à Presidência da República, numa aliança do centro-esquerda com os partidos tributários do Regime Militar de 64 (Oliveira. 1996:25-29). A grande burguesia associada alinhou-se em reformas e processos de privatização de estatais e setores do Estado, atacando os direitos sociais duramente conquistados em vinte anos de luta pela classe trabalhadora; e todas as bases de esperanças que se construiu nos anos mais duros, sobretudo os movimentos

populares que obrigara governos autoritários a rever muitas das suas políticas contrárias aos interesses populares e da classe trabalhadora. O movimento da sociedade civil, cujas bases de esperanças de mudanças substantivas estavam nos movimentos sociais, tende a metamorfosear-se em derrotismo e escapismos, abrindo as comportas para uma onda conservadora que o Brasil não tem memória (Idem, *ibidem*). O conservadorismo e a arrogância das elites econômicas e políticas dominantes, entre outros fatores, puderam ser reveladas no chamado encontro Decola Brasil, para apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso:

”ali correram ‘fichas’ de inscrição no PT em que candidatos a entrarem neste partido assim se qualificavam: gay, homossexual, negro, nordestino, bicha, analfabeto, drogado, maconheiro, catador de lixo, etc., escancaradamente, a ficha ideológica que resulta dessas ‘qualidades’ não é a dos que simuladamente entravam no PT, mas da própria burguesia brasileira: seu atraso cultural, seu preconceito, seu ódio ao povo”. (Oliveira, 1996, p.27).

Apesar desse clima, os movimentos sociais entram num processo de desequilíbrio cognitivo criadora que se chamou de crise dos movimentos sociais, na verdade uma crise de readequação à nova realidade, que se desatou em novos formatos organizativos: extensas redes de movimentos sociais, transformação de movimentos em organizações pela persistência de suas demandas; complexificação temática e ascensão dos movimentos sociais identitários e de viés cultural baseados em critérios de raça, geração, sexo, além dos ecológicos e, sobretudo, dos movimentos sociais no campo.

Outro fator que contribuiu para operar o processo de descentração que levou a construção do movimento sindical dos trabalhadores rurais de forma plural, democrática e unitária, para além de crises ideológicas de direções e lideranças ou de fatores meramente estruturais, foi a crise, acompanhada da crítica, do sistema partidário e que é um fenômeno considerado universal. O Brasil não esteve imune a tal fenômeno e logo cedo foi desfeita a crença de que o sistema partidário livre das amarras do antigo regime, e num clima de democratização social e consolidação da democracia política, iria bloquear os movimentos sociais e outras formas de participação. Como foi visto, pelo contrário, com a vigência do Estado de Direito Democrático e a livre expressão do sistema de partidos, cresceram os movimentos sociais que se habilitaram à altura de interlocutores válidos com o sistema político. Também o fenômeno das ONG’s (Organizações Não-Governamentais): estas cresceram em quantidade e tornaram-se importantes atores da sociedade civil na sua articulação com o Estado. Este fato está ligado a um fenômeno de âmbito mundial, que é a explosão das demandas sociais e que expressam um novo padrão organizado de interesses e mudanças de patamar na intensidade das pressões reivindicatórias. Tudo isto, indica a necessidade contemporânea de instauração de uma nova “ordem” mais adequada às sociedades de massas, com melhor acesso aos meios de comunicação e maior capacidade de participar da disputa redistributiva (Santos, 1986:20). Na verdade a longa crise econômica, em escala mundial, arrasta nessa mesma escala uma profunda crise de sentido e de legitimação no capitalismo tardio (Habermas, 1973 apud Freitag, 1996; pp. 99 - 104). Crise de sentido e problemas de legitimação do próprio Estado são somados ao problema de dilapidação do Estado, a crise fiscal deste mesmo Estado no país. Tal cenário completa-se com uma enorme concentração de renda, onde os 30% mais pobres deveriam se contentar com 4,75% desta renda e os 1% mais ricos se alegrar com o abocanhamento de 15% de toda renda nacional (SEM TERRA, 1990:2). Essa profunda situação de desigualdade elevada ao extremo pela crise tende a tornar os conflitos entre as partes da sociedade irresolvíveis e com tendência a ser convertidos em jogos de soma zero.

A intensidade de elevação das demandas sociais coletivamente formuladas e com valores elevados, choca-se com a reengenharia neoliberal do “Estado Mínimo” e o confinamento da questão social que no Brasil chegou aos patamares da África, ao sabor da regulação do mercado. Nesta perspectiva desenham-se cenários hobbesianos do “salve-se quem puder” e o “de todos contra todos”, visíveis nas condutas de crise; ao mesmo tempo em que a política eleva-se aos patamares da “concepção militarista – carlschimidiana. Nesta concepção, o conceito de política como cooperação produtiva se corrompe e é substituída pelo conceito de política que toma o adversário como “inimigo” e busca converter a disputa política em um jogo de soma zero, sempre que possível” (Santos, *Ibidem*, 21). Se o Estado, desde a Nova Republica e de forma mais gritante a partir da “era collorida”, seguida com a ascensão do neoliberalismo, foi completamente balconizado por grupos de interesses poderosos associados ao recrudescimento sem limite da corrupção; a explosão dos interesses dos subalternos também se dirigiu ao Estado e este não tendo como responder a tais elevadas demandas sociais acabou influenciando a institucionalização dos movimentos sociais em novos formatos organizativos como redes de associações civis e transformando-os em organizações políticas como é o caso do MST. Neste sentido, pelas crescentes promessas não cumpridas e até não cumpríveis, acabou induzindo o fortalecimento organizativo de movimentos como o MSTR, com a entrada da CONTAG na CUT, adotando-se novos procedimentos de aprendizagem baseado no pluralismo político-ideológico e na pluralidade das formas de representações de interesses dos subalternos. Reforçam-se os valores de solidariedade, de reciprocidade, de respeito às diferenças e às identidades coletivas, além das formas cooperativas de formulação das necessidades em direitos. Pelo menos no campo dos movimentos sociais uma política de participação, de cooperação propositiva, aberta ao conflito e à construção de consensos, tende a superar a concepção de política que converte as disputas políticas no interior das organizações e movimentos sociais em um jogo de soma zero. Por outro lado, reforça-se a multiplicidade de formas organizativas participativas alternativas que não encontram no sistema dos partidos uma forma adequada de representação. Estas formas alternativas de participação política dirigem-se diretamente ao Estado e passam a competir com os partidos, os quais não compreendem ou desejam abrir mão do oligopólio da representação política, ao mesmo tempo em que se incapacitam para processar as demandas organizadas coletivamente dos “de baixo”. E neste sentido, o Brasil não ficou imune a este fenômeno universal e revela o “aspecto político-institucional da síndrome contemporânea” (Idem, *ibidem*). O que está em crise não são os partidos, mas o caráter oligopólico da participação do sistema de representação incapaz de canalizar as demandas sociais, principalmente dos “de baixo”. Neste sentido, do lado das organizações populares e dos movimentos sociais, existe um processo que incide na quebra desse monopólio, ao mesmo tempo em que os movimentos e expressões organizadas da sociedade civil, desde a Constituinte, vêm acumulando um aprendizado da importância da institucionalidade política e da construção de blocos político-parlamentares necessários à representação de seus interesses e ao processamento de suas demandas. Um aprendizado ambíguo e pendular de ação ora por fora das instituições políticas, ora requerendo-as nos momentos mais decisivos, como na própria Constituinte, no processo que levou ao impeachment de Collor e no processo de revisão constitucional desfavorável claramente aos trabalhadores e as camadas populares. Somam-se a estas megatendências contemporâneas a manipulação eleitoral da política econômica, como o caso já citado do Plano Real, “levando em consideração os efeitos da popularidade imediata e eleitorais à curto prazo, antes que os objetivos de longo prazo que deveriam orientar os processos de decisão” (Idem, *ibidem*).

Contraditoriamente, os movimentos sociais dirigem-se ao Estado, batendo de frente com os interesses poderosos das oligarquias políticas. Este Estado tenta domesticá-los

com políticas compensatórias e cirúrgicas que tendenciam a filantropização da questão social com respaldo de agências multilaterais de cooperação e desenvolvimento (Banco Mundial, BIRD, OMC, FAO, etc.) Por este lado, despolitizando os problemas sociais e as próprias bandeiras dos movimentos sociais, convoca-os a participar em parceria desse mutirão caritativo do chamado “terceiro setor”. Para esta despolitização, concorreu a transformação de questões políticas em problemas meramente sociais processados mediante soluções técnicas e de ordem emergenciais. É mais barato trabalhá-las com distribuição de cestas básicas, através de salário-desemprego, de financiamentos de pequenos negócios que já se supõem inviáveis, renda mínima, etc., do que promover grandes transformações econômicas ou profundas reformas sociais, capazes de ancorar um processo de “americanização” por baixo que incorpore os novos seres sociais organizados em movimentos sociais e os desorganizados à vida econômica (Viana, 1996:33) Se há um reconhecimento de que os movimentos sociais, principalmente os agrários, prosperaram abraçando a democratização social com respaldo no caminho deixado pelo avanço da democracia política, tal processo de “americanização por baixo” não pode prescindir de uma política democrática que articule democratização social com a democracia política (Idem, ibidem). Entretanto, contraditoriamente, temos uma superpolitização do social que não tem incidido diretamente no campo da política. Este fator associado aos já tratados anteriormente tem manifestado uma contraditória despolitização da ação dos movimentos sociais e das organizações populares, como as ONG’s. Deixaram de realizar um trabalho de educação propriamente política nas “bases” dos movimentos sociais e partiram para o campo epifenomênico das grandes mobilizações de massa e para a dimensão de proposições e disputas de políticas públicas diretamente com o Estado, que lhes respondem com “migalhas”, deixando em “paz” o controle oligárquico do poder político desde o plano local-municipal, de onde se ergue e se sustenta tal poder. Desde o início da década de 90, a chamada crise de mobilização está associada ao problema da fragilidade e despolitização dos processos de formação dos integrantes dos movimentos sociais, dificultando as suas relações internas e a mobilização das bases (Bonfim, 1993:83). Pelo lado do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, se tais fatores precipitaram um processo de desequilíbrio inovadora que resultou num novo equilíbrio manifesto pela construção de um movimento sindical democrático, plural e unitário, ambigualmente revelou retrocessos pelo abandono de processos formativos propriamente políticos. Enfatiza-se a questão social e com ela a cidadania, na sua dimensão social, reduzindo as possibilidades de ascensão dos “rurais” à cidadania propriamente política, como se eles estivessem condenados a serem representados eternamente por “mediadores”. Enfim, a cultura política participativa portada pelos movimentos sociais é matreiramente assumida e institucionalizada na forma de conselhos de gestão de fundos e políticas públicas, através de associativismos ingênuos e induzidos mais pela ação estatal do que construído pelas necessidades das lutas sociais. Embora, hoje haja uma reação a estas questões, já que ONG’s e movimentos procuram realizar investimentos organizativos e politizadores destas formas participativas, fala-se de processos de radicalização da democracia. A cultura participativa dos movimentos, por sua vez, de uma forma ou de outra, alcançou a sistema político durante a Constituinte, formalizando-a suas demandas através de leis e sendo exercitada pela via da democratização das práticas sindicais e associativas. Por seu turno, se tais práticas foram configuradas em novos padrões relacionais e orientações de conduta implicadores da democratização das entidades sindicais e populares; os conselhos e outros formatos organizativos institucionalizados tenderam ao esvaziamento da presença popular e têm se tornado em meros instrumentos formais, utilizados pelos chefes políticos locais e alhures como novíssimas instâncias de alargamentos das possibilidades de obtenção de fundos políticos, manipulados ao seu bel prazer.

Um terceiro fator que vai ter implicações no reforçamento da entrada da CONTAG na CUT e possibilitar a construção de um sindicalismo mais democrático, plural, unitário e de lutas, está relacionado ao próprio processo de crise e reestruturação dos complexos agroindustriais e que vai ter impactos, sobretudo, nas campanhas salariais. Em 1993, reuniram-se em seminário, em Recife, sindicalistas, lideranças e assessorias para avaliar a crise e o reordenamento do complexo sulcroatcooleiro do Nordeste. Identificaram uma crise de mobilização e um esgotamento do modelo de campanhas salariais e sua ineficácia diante da ofensiva patronal.

Tal ofensiva no Nordeste foi semelhante à situações em outras áreas de concentração de assalariados do país, como no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O avanço sindical no plano trabalhista passou a enfrentar os seguintes desafios, entre outros: necessidade de mobilizar novos recursos informacionais e conhecimentos para uma melhor compreensão dos processos de crise e reajustes econômicos e produtivos dos complexos agroindustriais; descrenças e desmobilização dos trabalhadores com relação à ação sindical; contratação seletiva da mão-de-obra e recrutamento de trabalhadores fora das áreas produtivas; elevação do número de trabalhadores “clandestinos” e temporários com relação aos “fichados”; aumento do desemprego em consequência do reordenamento das *plantation* e a não contratação de trabalhadores que moram no local e nos contornos das plantações; tendência ao fechamento de unidades produtivas tecnologicamente mais atrasadas e a substituição de lavouras por outras atividades produtivas; intensificação da contratação de mão-de-obra pela via de agenciadores tirando das empresas o ônus com as obrigações trabalhistas e o estabelecimento de uma cadeia de dependências pessoais entre estes e os trabalhadores agenciados; controle e disciplina da mão-de-obra através de capatazes, fiscais, feitores e encarregados pela via de procedimentos tayloristas; intensificação da produtividade acompanhada da intensificação da exploração da mão-de-obra; extensão das técnicas disciplinares para o espaço reprodutivo, pelo confinamento dos trabalhadores em barracões fiscalizados por “guardas” e encarregados responsáveis pela manutenção da ordem; segmentação da mão-de-obra (trabalhadores fichados em número reduzido e ajustados aos padrões disciplinadores e racionalizadores da empresa; trabalhadores que compõem a maior parcela do exército de mão-de-obra, temporários e agenciados em outras regiões, submetidos a um trabalho por produtividade e altamente disciplinado e vigiado e; outro sem número de trabalhadores desqualificados, migrantes ou não, que se submetem as tarefas mais duras no período de safras, etc.

Afora estes problemas que implicam em mudanças substantivas no mercado de trabalho e na base técnica dos processos produtivos, aquele evento ainda identificou os seguintes problemas:

a) Econômicos: não pagamentos das diferenças salariais; salário pago por baixo do convencionado; pagamento feito com cestas básicas e vales; desemprego, redução salarial e aumento de economia informal; roubos nas tabelas de tarefas; não pagamento de direitos trabalhistas, etc.

b) Sociais: para além da intensidade das taxas de exploração, rebaixamento das condições de vida (saúde, educação, transporte, moradia, etc.); descumprimento da lei de sítio, aumento do número de mendigos, demissão com demolição de casas; falta de apoio das prefeituras, inchamento urbano, redefinição de uso do solo em áreas canavieiras e outras (pecuarização);

c) Impactos no Movimento Sindical: modificação da base sindical (clandestinos); mobilizações espontâneas sem o acompanhamento dos sindicatos; queda na

arrecadação sindical, não repasse das contribuições aos sindicatos; peso das estruturas sindicais passadas; campanhas salariais voltadas somente para os fichados, redução do número de sindicalizados; falta de alternativas para enfrentar o avanço tecnológico; limitação por parte das lideranças em compreender a realidade sócio-política e econômica; descrença na ação sindical por parte dos trabalhadores; dificuldades de trabalhos educativos e político-sindical (formação); redefinição do que seja o sindicato, qual o papel de sua diretoria e maior clareza da crise presidencialista.

Constatados tais problemas, o Seminário Regional Crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro do Nordeste (Recife, 31/05 a 03/06/93) apresentou e debateu as seguintes propostas de superação: repensar a autosustentação dos sindicatos; organização pelo local de trabalho e pela localização territorial das empresas; prioridade ao orçamento dos STR's combinada com a luta; geração de emprego nas áreas de entorno das "plantation"; exploração das potencialidades locais através de microempresas; luta pela democratização das políticas públicas com a efetiva participação dos trabalhadores; lutas contra a sazonalidade do trabalho e pelo cumprimento das indenizações, através da gestão dos trabalhadores nos complexos falidos (administrar empresas falidas); articulação com o meio urbano; implementar novas formas de negociação (câmaras setoriais e comissão paritárias), articulação sub-regional e regional de complexos industriais e agroindustriais. Para além do problema de recursos negados pelos patrões para pagar indenizações, multiplicação de áreas de plantios, contratação de clandestinos, investimentos em outros setores produtivos e transferências de empresas para outros estados; outros fatores são identificados como componentes da crise e reestruturação econômica dos complexos agroindustriais: processo de concentração empresarial e ao mesmo tempo a diversificação produtiva, o que implica no fechamento de usinas e na modernização de outras com impactos na redução de postos de trabalho (STIAA/FETAPE/FASE et alii, 1993: 48-55).

Além dos problemas enfrentados pela ação sindical e destas propostas acima elencadas de superação, os participantes de tal evento propuseram-se à realização das seguintes tarefas de qualificação da ação sindical para responder a tais desafios: revisão da metodologia de trabalho, reforço da solidariedade sindical na luta; revisão da relação dirigente x base; formação para uma nova prática (construir a cidadania); democratização das informações, romper com o presidencialismo (o sindicato é da categoria); formação de quadros (dirigentes e bases); unificação de data-base do complexo açucareiro; abrir espaços para as ONG's e associações; organizar os trabalhadores por local de moradia; campanha de mobilização com os trabalhadores do município para irem às portas das usinas para reivindicarem trabalho; reunião com clandestinos nos barracões; combates a contra-propaganda dos patrões contra os sindicatos; fazer contratos com base nos STR's de municípios tomadores e fornecedores de força-de-trabalho; identificação de local de moradia dos trabalhadores clandestinos, inclusive para cobrar direitos; campanhas pela imprensa, principalmente falada, para esclarecer os trabalhadores clandestinos que entram em confronto com os trabalhadores locais - os patrões assinam expedientes que colocam trabalhador contra trabalhador (Idem, ibidem: 59-60).

Diante de tais desafios, a proposta do MSTR, neste encontro e em outros eventos que lhe sucedeu em outras áreas do país, propôs unificar as lutas por reforma agrária, política agrícola e salários e mediante um sindicalismo menos corporativo e mais propositivo (Idem: ibidem, p. 74). A partir de tais eventos as campanhas salariais foram perdendo seu fôlego, mas mantendo-se ano a ano, incorporando outras temáticas como o trabalho da mulher e do menor nas áreas de assalariamento, luta pela manutenção do emprego nas empresas. Com relação ao emprego, o movimento sindical abraçou o tema das políticas públicas. A reforma agrária e uma política agrícola que viesse beneficiar a agricultura familiar, ao lado de temas como desenvolvimento sustentável; mulher e relações de gênero, a

luta pela previdência social e a aposentadoria, o trabalho do menor e o trabalho escravo, entre outros, afirmaram-se na mesma medida em que outros movimentos sociais intensificavam a luta pela terra; a luta em defesa da floresta, a luta contra invasão e pela demarcação das terras indígenas; a luta dos atingidos por barragens na defesa de seus modos de vida; a luta dos remanescentes de quilombos, pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios ameaçados pelos grileiros de terra; a luta dos pequenos produtores integrados aos complexos agroindustriais por preços justos e por uma política agrícola adequada à sua reprodução social na condição de pequenos agricultores modernizados.

Já em 1990, o I Congresso Nacional do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT decidiu realizar uma jornada nacional de lutas. Nesta denunciou o ataque “global” da política econômica do Governo, com base numa prática autoritária e populista, que ao mesmo tempo em que implicava na destruição dos espaços conquistados pela classe trabalhadora buscava cooptar as camadas populares desorganizadas; enquanto intensificava um modelo econômico recessivo, embora integrador do grande capital industrial-financeiro-comercial, com conseqüências na concentração da terra e no fortalecimento das grandes empresas rurais. Aquele encontro decidiu por um trabalho de massa, unitário e organizado a partir das bases das classes trabalhadoras. Decide construir uma unidade de ação com o Movimento dos Sem Terra na perspectiva das ocupações de massa; lutar por crédito e preços justos para os pequenos agricultores; lutar em defesa do salário e do emprego e pelo cumprimento dos direitos trabalhistas nas áreas de assalariamento rural, além da luta pela garantia da aposentadoria dos trabalhadores do campo e contra o recrudescimento da violência no campo. (CUT - DNTR, 1990).

No mesmo ano, os movimentos sociais urbanos avançam na sua proposta de construção de uma Central de Movimentos Populares. Enquanto realizam ações como a Caravana pela Moradia, que se dirigiu à Brasília (27 a 28 de agosto de 1990), com mais de 3.500 delegados para exigir do Governo a realização de uma reforma urbana e exigir o fim de uma política governamental que privilegia a especulação imobiliária; o MST decide avançar em todas as frentes não só através de ocupações massivas, mas também através de qualificação e unificação das lutas, combinando a luta econômica com a luta política, inclusive no plano político-parlamentar. O MST decide avançar, também, na construção de um sistema de cooperativas de áreas de reforma agrária visando organizar a base social e econômica das áreas de assentamento (Sem Terra: 1990: 2 - 4). Ao mesmo tempo a CNBB (18 de agosto / 1990) através de seu Presidente cobrou em pronunciamento público a solução para o problema agrário do País (Idem, ibidem:14). O fato é que a tendência foi, nas áreas canavieiras do Nordeste, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais partir para ocupação de terras e lutar para transformar as usinas falidas e endividadas em áreas de reforma agrária. Ao mesmo tempo, lutar por programas de desenvolvimento sustentado com o fito de viabilizá-las, a exemplo, da Mata Sul de Pernambuco.

Em outras áreas, como na área de plantação de cacau da Bahia, dado a sua crise, em face da crise de mercado internacional e a concorrência da produção asiática, levando a completa desestruturação econômica do sudeste bahiano; a ação sindical consistiu na intensificação da luta pela terra e na construção de alternativas econômico-produtivas para a região. Este fato vai se casar, após a Conferência Paralela das ONG's e dos Movimentos Populares à ECO-92, no Rio de Janeiro; com propostas localizadas de desenvolvimento sustentado.

A ênfase nas lutas trabalhistas dos assalariados rurais é deslocada para a luta pela terra e a luta por uma política favorável à agricultura familiar. A grande ênfase vai ser, portanto, nas políticas públicas, combinada não só pela dinâmica e ascensão dos movimentos sociais agrários, mas também pela expansão das ONG's e o alcance de seu status público.

2.2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

O processo de construção e consolidação do MST como principal ator de luta pela terra e pela Reforma Agrária no país coincide com a transição democrática e institucionalização do Estado democrático de direito. Nos dez anos que antecede a Campanha das Diretas - Já, a vida política do país foi balizada pela transição de uma situação autoritária para uma mais democrática e, neste período, a maior novidade foi a emergência de um vasto movimento – embora inorgânico, de luta pela terra. Mas é realmente na década de 80 que este movimento vai tomar a forma de vários movimentos sociais autoidentitários, entre eles o MST. Se a Campanha das Diretas-Já abriu um processo de transição negociada e que priorizou os partidos políticos e o estabelecimento da normalidade político - democrática coroada com a Constituição de 88, que estabeleceu, entre outras coisas, o sistema livre e competitivo de partidos e de representação de interesses; foi nesta década que, os movimentos sociais agrários se constituíram, se estruturaram e se estabeleceram nacionalmente como forças capazes de elevar as classes subalternas à cidadania.

Entretanto, esses movimentos, e particularmente, o MST, surgem e se estruturam enfrentando as vicissitudes das conjunturas políticas e pelas fragilidades do sistema político que não consegue dar expressão às angústias e as reivindicações das classes subalternas, sobretudo, as do campo. Mas, apesar de tais fragilidades, poderíamos dizer que tanto o MST, como outros movimentos, prosperaram e prosperam no próprio caminho que o avanço da democracia política vai construindo (Vianna, 1996:33). Em face desta constatação, uma análise do MST relacionada com a sua dimensão educativa podia ser periodizada em três momentos distintos da vida política brasileira dos últimos 30 anos. Os dez anos que antecede as Diretas-Já, marcados por uma ampla e árdua ação educativa molecular realizada pelos setores progressistas da Igreja e outros setores sociais voltados à organização e ao apoio aos inúmeros conflitos sociais no campo, base da emergência dos chamados novos sujeitos coletivos agrários; o período que vai de 1985 a 1988 (da instalação da Nova República à Constituição), em que o MST se estrutura e se autonomiza das entidades que o apóiam, adquirindo caráter nacional e organizando-se nos estados com maior incidência de conflito de terra e ocupações; e o período pós-88, marcado pela derrota da reforma agrária na Constituinte seguida de três derrotas eleitorais do candidato para a Presidência da República apoiado pelas forças políticas identificadas com os movimentos sociais. Neste período, o MST se constituiu no principal ator político da luta pela terra e pela Reforma Agrária no país e se metamorfoseou numa organização política hierarquizada e dirigida sob os princípios do centralismo democrático.

2.2.1. Período Pré-Diretas - Já

Um vasto movimento de educação popular realizado fundamentalmente pelos setores progressistas da Igreja, tendo como principal protagonista a Comissão Pastoral da Terra, assume maior visibilidade política na segunda metade da década de 70, apoiando e organizando principalmente camponeses envolvidos em conflitos sociais e empunhando a bandeira da reforma agrária. Posseiros e índios ameaçados por grileiros, pela garimpagem e empresas mineradoras; atingidos por barragens, camponeses parceiros ameaçados de expulsão das fazendas; pequenos produtores rurais desprotegidos de uma política agrícola adequada e preços justos; seringueiros e castanheiros ameaçados pela destruição da floresta; bóias-frias vivendo em situação de semi-escravidão; colonos sem terra; parceiros de projetos de colonização abandonados à própria sorte; são organizados em pequenos grupos (de evangelização, de casais, de jovens, de reflexão, de donas de casa, de ajuda mútua), em

associações, em conselhos comunitários, em oposições sindicais. Reuniões, cursos, encontros de formação de base e lideranças, de planejamento e avaliação de caminhada, são cuidadosamente preparados por assessores e animadores, os quais também tinham os seus próprios espaços formativos (locais, regionais, nacional). São processos e espaços de educação política, sindical, religiosa, técnica, escolar e de adultos, associativista e cooperativista etc. São processos e espaços de interação comunicativa. Neles as pessoas trocam experiências e avaliam as lutas. Aprendem a tomar a palavra, a debater, avaliar e opinar. Aprendem a argumentar mediante princípio de reciprocidade, assumindo suas opiniões e confrontando diferentes pontos de vista, exercitam valores de solidariedade e respeito mútuo; aprendem a construir junto a caminhada que se faz ao caminhar segundo uma pedagogia emancipatória e construtivista, processual e dialética, libertadora.

Essa caminhada construída nas duras lutas pela sobrevivência imediata e no chão demarcado por conflitos sociais da luta pela terra e orientada pela bandeira da Reforma Agrária, tem suas paradas não só para reflexão e retomada das lutas em novos patamares da aprendizagem, mas também, momentos de festa e celebração, além de eventos de sensibilização da opinião pública. Estas paradas e momentos refletem a pujança da riqueza cultural do povo, sobressaindo - se a religiosidade que alimenta esses caminheiros da esperança: caminhadas, marchas, celebrações ecumênicas, missas, vigílias, romarias, novenas, rituais e concentrações para entrega de abaixo-assinados, acampamentos, festas populares, etc. Manifestações públicas que não separam a luta e a festa, o religioso e o profano, a cultura material e a cultura simbólica, o sofrimento e a alegria de quem é capaz de forjar a esperança. São manifestações acompanhadas de ritos e abarcadoras de forte simbologia (a cruz, a bíblia, os instrumentos de trabalho, os frutos do trabalho, a terra, o fogo, a água, bandeiras, faixas, cartazes, imagens, ramos, velas) que constroem um ambiente com uma profusão de cores, movimentos e sons das cantorias, dos hinos, da dramaturgia, das palavras de ordem, da partilha de alimentos, da dança e de outros elementos estetizadores da luta e da alegria de lutar. São momentos de maior ampliação da sociabilidade e do exercício de reforço de suas pertencas coletivas e identitárias.

O repertório social dessas formas de manifestação pública, de expressão cultural e de lutas, entretanto, não surge por geração espontânea, surge num processo de reflexão e ação. São processos e manifestações cuidadosamente preparados, planejados e posteriormente avaliados. São mobilizadores de todo um aprendizado acumulado e de uma série de recursos como estudos e pesquisas, análise e dossiês, registro e sistematização de experiências, documentação e processamento de informação. Saberes e conhecimentos, habilidades e processamentos levados a efeito por comissões, grupos de trabalho e condenações e que se materializam em práxis social. Todo esse movimento portador de uma pedagogia da ação desemboca na organização e em lutas concretas consideradas como o espaço mais importante da aprendizagem: a experiência das lutas abertas ao deciframento das contradições da realidade da persistência de antigos problemas e a emergência de novos é resignificada pela reflexão aberta a novos processos interativos e contínuos, produtores de sentido e novos móveis de ação. Temos, portanto, processos interativos entre os sujeitos da ação e seus objetos de luta que processualmente vai modificando a ambos, e que abarca padrões relacionais também entre os sujeitos desta interação modificando-os mutuamente. Assim, temos processos interacionais que funcionam como uma “totalidade em si e que cria novas propriedades ao transformar o indivíduo em sua estrutura mental” (Habermas, 1987a: 103). Enquanto atuam, os sujeitos de tais processos interativos cada vez mais contínuos e complexos, conflituos e mobilizadores de energias mentais, vão criando possibilidades de descentração de suas estruturas lógicas de consciência enquanto atuam no mundo dos objetos da política e da cultura (interiorização das ações). Então, vão interagindo com outros sujeitos do mundo social (interiorização ou assimilação da fala, dos valores e pontos de vista dos

outros), levando-os a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas ou esquemas (relação com o mundo subjetivo). As relações podem ser preservadas de forma reflexiva e consciente, desta forma, aberta a sucessivas possibilidades de aprendizagem (Freitag: 1982: 43-44).

Ora, mediante a tais processos interativos, criou-se ambientes onde a fraternidade e a solidariedade são constantemente renovadas e resignificadas enquanto abrem-se “caminhos para uma maior clareza nas decisões e ações políticas” (Medina: 1991: 35). Neles a teologia se faz terra (D. Pedro Casaldáliga, 1991: 7-9), incorporando e endogenizando na organização dos camponeses e indígenas as pedagogias da ação como a de Paulo Freire, se tornando teologia da terra e da libertação. Enfrentando desafios estruturais e apreendendo a realidade sem mistificá-los; procura conhecer mais profundamente o campesinato, a sua linguagem, a sua religiosidade, as suas formas de pensar. Sendo fiel a sua história e resgatando a memória de suas lutas, vitórias e derrotas; enfrentando os riscos de sacralização do político nas lutas do campo e abrindo as estruturas das igrejas à problemática da terra, a religião deixa de ser algo absurdo, e se torna razão profética e cultural de resistência à opressão e de afirmação de direitos fundamentais da pessoa humana. A não compreensão, por setores da intelectualidade e da esquerda, das motivações religiosas dos camponeses nas suas lutas pela terra, sempre dificultou a mediação política de suas lutas, já que tais setores, por se confinarem numa espécie de racionalismo radical, tenderam a negar “o papel dos atores sociais, ou seja, suas orientações culturais, assim como seus conflitos sociais na invenção da democracia” (Touraine, 1996: 236).

A eficácia da pedagogia de raiz freireana, que por princípio, parte da maneira de viver e lutar do homem do campo, de seu modo de raciocinar e de sua visão do mundo expressos na própria linguagem; procurando ao mesmo tempo combinar a particularidade de sua experiência, de sua cultura, de sua memória com o universalismo dos procedimentos e resultados do conhecimento científico e técnico e das regras de organização jurídica de convivência democrática e de gestão, materializa-se nas próprias formas de organização, por sua vez, potencializadoras de novos exercícios de aprendizagem como podemos verificar nos exemplos abaixo de processos de lutas e que ocorreram em diferentes lugares. Vejamos primeiramente exemplos dos atingidos pela usina hidrelétrica de Itaipú, no Paraná. Neste exemplo Bonin (op. cit. p. 20) constata que até 1978, embora houvesse um clima generalizado de inquietação, não havia uma reação mais constante dos agricultores à ação da Itaipu. Os sindicatos com uma atuação assistencialista não haviam, ainda, se constituído em canais de discussão e encaminhamento de reivindicações de seus representados. Combinando a luta pela via dos canais institucionais, iniciada já naquele ano (através de depoimento – denúncia sobre a situação dos agricultores na CPI da Terra no Paraná, da Assembléia Legislativa do Estado) com a ação mobilizadora dos atingidos pela Itaipú, foi as Igrejas Evangélicas Luteranas do Brasil e a Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, que iniciaram um processo de discussão do problema e de organização mais sistemática dos agricultores.

Conceberam o “Projeto Arca de Noé” associando o mítico dilúvio bíblico ao dilúvio de represamento das águas pela Itaipu. Este “dilúvio” comprometeu cerca de 111.332 ha do território do Paraná, abrangendo parte de 8 municípios do extremo Oeste daquele estado, atingindo nada menos que 42.444 pessoas, sendo 38.445 do meio rural, perfazendo um total 6.263 estabelecimentos rurais desapropriados e com tamanho médio de 15 ha. O “Arca de Noé” consistiu inicialmente em discutir e buscar soluções para o problema dos agricultores pela via da organização de inúmeros pequenos grupos comunitários, o que possibilitou, em 16/10/78, a realização de uma assembléia com a presença de 1.500 agricultores. Estes discutiram e aprovaram um documento abaixo – assinado contendo um relato da situação e uma pauta de reivindicações que foram encaminhadas ao Presidente da República, naquela época o General Ernesto Geisel. No mês seguinte (novembro) daquele ano, a CPT lançou um

documento denunciando a situação e que deu certa expressão pública ao conflito social, gerando discussões em vários setores da sociedade. É tanto que, em abril de 1979, realizou-se uma segunda Assembléia dos Atingidos, agora convocada pela CPT, Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP), sindicatos da região e federação dos trabalhadores na agricultura (FETAEP). Nesta Assembléia, foram reforçadas e melhor sistematizadas as reivindicações do documento anterior num documento intitulado “Terras do Paraná e Indenização Justa”. Iniciou-se ainda um processo de formalização das lideranças do movimento, pela constituição da Comissão de Coordenação e Representação dos Lavradores, formada por um representante da FETAEP, um da CPJP, um da CPT, um de cada sindicato e dois representantes de cada município atingido. Agora os sindicatos, insensíveis ao conflito, abrem-se como canal institucional de discussão e encaminhamento das lutas, abrem-se as estruturas da Igreja Católica com a entrada da CPJP (Bonin, op. cit. p. 20).

Na posterior avaliação das reuniões, das assembleias e do abaixo – assinado realizado sentiu-se a necessidade de se buscar formas de lutas mais eficazes de forma a sensibilizar as autoridades quanto ao problema e pressionar a Itaipú no atendimento das reivindicações. Nasceu e foi sistematizada a idéia de realização de uma primeira concentração, em Santa Helena e, também a idéia de se trancar a rodovia BR 277 que dá acesso à Itaipú. Venceu a primeira opção: cercar o escritório da empresa em Santa Helena, cidade maior e mais central e que também concentra o maior número de posseiros atingidos. Realizada entre os dias 14 a 31 de julho de 1980, a concentração durou 17 dias e reuniu cerca de 1.000 pessoas, passando o movimento a ser identificado como “Justiça e Terra”, revelando na passagem seguinte a eficácia de uma pedagogia que leva à organização e à ação:

“Durante o período de concentração, os agricultores permaneceram acampados no local com suas famílias, constituindo toda uma organização comunitária, fundada em normas e rituais estabelecidos entre eles: proibições de bebidas alcoólicas, porte de armas de fogo e brigas; todos os dias eram iniciados com o Hino Nacional, culto ecumênico e assembleia e, quando necessário, reuniões em pequenos grupos por localidade e apresentação das discussões no plenário. A equipe escolhida como representante dos agricultores não podia fazer acordo, apenas negociar e levar as propostas de Itaipú para apreciação na assembleia” (Bonin, op. cit. p: 21).

Estava, portanto, ali expostos às regras organizacionais e reguladoras da convivência social consensuadas, até hoje presente em qualquer acampamento de sem terra. Pressionada, a Itaipu aceitou parte das reivindicações quanto a critérios de avaliação e reajustes das indenizações. Novas avaliações e a constatação de que as características do processo de negociação enfraqueciam a eficácia da luta: imposição da empresa de só negociar com cinco representantes dos agricultores, excluindo a representação dos órgãos de classe e de apoio (sindicatos, federações, CPT, CPJP); em contraposição a empresa se apresentava com uma assessoria altamente especializada, desfavorecendo o poder de barganha dos agricultores; ainda, a imposição pela Itaipu do local de negociação nos escritórios da empresa, duplamente desfavorável aos agricultores, pelo fato de negociar “em casa” e pelo fato da negociação ser em Foz do Iguaçu, quando a concentração dos agricultores realizava-se em Santa Helena. Novos encaminhamentos: reivindicações, basicamente as mesmas; descumprimento pela empresa do acordo feito em julho de 1980, novas negociações em lugar “neutro”; participação nas negociações dos representantes e assessores dos agricultores, incluindo um advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dirigindo as reuniões. Com este aprendizado decorrente da experiência da concentração de Santa Helena, amplamente discutido nas bases, durante seis meses, optou-se por acampar diante do quartel general da empresa: o Centro Executivo da Itaipu Binacional (Idem; ibidem.).

Em março de 81, os agricultores foram recebidos pelos seguranças da empresa e pela polícia militar altamente equipada como se estivessem numa praça de guerra. Por razões táticas resolveu-se acampar no trevo da estrada que dá acesso à Itaipu: lugar público. Ali foram vivificadas a mesma estrutura de racionalidade materializada nas regras morais balizadoras da organização social do acampamento e orientadoras das condutas dos acampados e sob o lema: “O preço da paz: Justiça e Terra”. Sob este lema exercita-se o caráter emulativo das palavras de ordem, uma espécie de grito de resistência dos oprimidos da terra, vivo na memória das lutas de ontem e de hoje dos sem terra. Agora são 2.000 agricultores acampados e ali permaneceram por 57 dias e com apoio além da CPT, da CPJP, da igreja local, dos políticos de oposição, e mais tarde dos sindicatos locais. Além do atendimento as justas reivindicações dos agricultores, estes conseguiram dois assentamentos no Paraná (Arapoti, para 400 famílias e, Toledo, para 20). O Movimento Justiça e Paz caminhou agora para efetivar o cumprimento do acordo realizado entre camponeses e a Itaipu: em março de 81, cerca de 700 colonos marcharam de Santa Helena a Foz do Iguaçu para exigir o aumento do valor das indenizações; em março de 82, foi decidida, em assembléia uma segunda marcha até os escritórios da Itaipu, não chegando a se realizar porque a empresa decidiu apressar os pagamentos, reajustar os preços e conceder um novo prazo para que os agricultores ainda não indenizados deixassem as suas terras (idem; ibidem.).

Avaliação do movimento: resultados satisfatórios, reivindicações de terra por terra não alcançada a contento; o movimento trouxe à baila a questão do direito à terra, questão que vai incidir no surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO). Ao findar o movimento de Itaipu, o CPT tinha constatado que cerca de 500 famílias de agricultores, arrendatários, posseiros e trabalhadores avulsos da área ocupada de Itaipu, tinham ficado sem terra ou ocupação. Esta constatação, mediante levantamento e inscrições realizadas por sindicatos e a CPT, acabou conduzindo a descoberta de que era grande o número e o anseio por terra de lavradores ameaçados de não terem seus contratos renovados, dada a intensificação da mecanização das lavouras das fazendas locais, de assalariados rurais e antigos agricultores morando nas periferias urbanas. Nova estratégia de trabalho da CPT: constituiu-se de três processos concomitantes vão dar origem a um movimento que no final de 1981, passou a se denominar de Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO):

- a) inscrição de Agricultores sem terra: monta-se uma pequena sala do movimento dos sem terra, os agricultores vão lá, identifica-se como sem terra, preenchem uma ficha, se escrevendo e se cadastrando junto ao movimento como candidato à terra. Um processo inovador à medida que a atribuição de terra tem como ponto de partida a demanda do próprio agricultor; demanda esta feita não ao Estado, mas a um movimento social independente do Estado e dos partidos políticos (Abramovay; 1986: 38);
- b) a discussão sobre o direito à terra e outros temas, passaram a ocorrer nas comunidades, a cada 15 ou 20 dias e naquelas com maior concentração de famílias. Nestas reuniões eram formadas comissões, com três membros com as funções de presidente, secretário e tesoureiro. Até o final de 82, chegaram a 52, reunindo cerca de 6.250 famílias, abrangendo 5 municípios. Com base nestas comissões, elegeu-se uma Comissão Central com representantes dos municípios (três para os municípios de maior concentração de comissões – São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Medianeira – um para os municípios com menor número de comissões e de famílias, Foz do Iguaçu e Matelândia), três representantes dos STR's de Medianeira, Santa

Helena e São Miguel do Iguçu, e dois da CPT. Assim foi se estruturando o MASTRO (Bonin, op. cit. p. 23).

- c) Simultaneamente, o movimento passou a realizar levantamento de terras ociosas e improdutivas, passíveis de desapropriação a partir do Estatuto da Terra. Não esperando que o INCRA aponte quais são elas, mas adiantando-se a este órgão do Governo Federal, pelo levantamento das terras ociosas, os Sem Terra paranaenses, percebem que aí estava a vulnerabilidade do latifúndio, podendo atacá-lo e ao mesmo tempo obter respaldos políticos (Abramovay, idem, ibidem). Mobilizando conhecimentos e recursos técnicos, jurídicos e informacionais, pela via do levantamento de terras e destrinchamento dos trâmites e procedimentos legais de desapropriação de terras, o movimento não só descredenciava os dados e discursos do INCRA e do Instituto de Terras e Colonização do Paraná (ITC) que não havia terras disponíveis no estado para esses fins e por interesse social, mais também desvendava os interesses que impediam a aplicação do Estatuto da Terra e as causas da falta de vontade política para implementá-la. O fato é que a discussão e as informações de que não “existiam terras no Paraná”, alimentavam a política do Governo Federal de deslocamento sem-terra para os projetos de colonização da Amazônia. O MASTRO passou a contrapor esta estratégia do Governo, reivindicando terras no Paraná e lutando pela aplicação do Estatuto da Terra para promover uma completa reforma agrária e não desapropriações e implantação de assentamentos a conta-gotas e com o intuito de barrar o avanço da luta pela terra. Além disso, o MASTRO passa a colocar em xeque os conceitos vigentes na política oficial de terras do Governo, como latifúndio por extensão e a própria imprecisão do conceito de terras inexploradas, colocando na sua pauta de reivindicações parâmetros de módulo máximo para impedir a concentração fundiária e a expulsão de pequenos proprietários. Além, desta reivindicação, também a de terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver, pela constatação de um sem número de pessoas e empresas que passaram a comprar terras no Paraná, mas que não tinham sua principal atividade na agricultura. Passando a interferir com competência na política de terras do Estado, as reivindicações de terras no Paraná, levada a efeito pelo MASTRO, se viu respaldada quando o ITC enviou-lhe um documento que dava conta da existência, naquele estado, de 26 imóveis, totalizando 507.516,52 ha, passíveis de serem decretadas como áreas prioritárias para reforma agrária mediante os procedimentos de desapropriação por interesse social. Contatava-se neste documento que a efetivação desta ação poderia ser realizada pelo ICT em convênio com o INCRA, a depender da vontade e decisão política, passando por trâmites legais vigentes e a depender de sanção presidencial (Bonin, idem: 24-25).

Esses três processos simultâneos de intervenção política e social consubstanciadores da dimensão educativa do MASTRO, além do elenco de reivindicações (terra no Paraná; terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver; extinção do módulo mínimo, estabelecimento do módulo máximo; crédito, aposentadoria integral aos 50 anos, preços justos para a produção, financiamento para a casa própria no meio rural, ação governamental para acabar com ação dos pistoleiros e mandantes contra a luta pela terra, reconhecimento dos agricultores como trabalhadores profissionalizados); levou a adoção das seguintes práticas e orientações replicadas e resignificadas pelas lutas dos sem terra até hoje. Conforme Bonin (Idem, ibidem), são elas:

- a) orientação no sentido de diversificação da produção, sem esquecer os itens essenciais de subsistência necessários à fixação dos assentados a terra e não vender as terras; mesmo que pressionados. Estas e outras orientações tinham também objetivos políticos de contraposição à idéia dominante de que a pequena produção agrícola é inviável e ineficaz, presente tanto no discurso dos latifundiários quanto no discurso de segmentos governamentais;
- b) princípios e orientações organizativas:
- incentivo à participação dos inscritos nas reuniões e atividades do movimento e com base no princípio pedagógico de que a luta é a melhor escola e que é através dela que se aprende a discutir e a se organizar para encontrar solução para os problemas que enfrentam;
 - orientação para constituição de grupos locais e organização por região, remetendo os trabalhadores de outras localidades aos seus próprios sindicatos, de modo que pressionassem atividades voltadas para construção de movimentos semelhantes nos seus lugares de origem. Neste caso, os líderes do MASTRO poderiam colaborar, mas não implantar o trabalho por eles;
 - envolver crescentemente os sindicatos e comprometê-los com o movimento;
 - manter uma postura apartidária e não permitir a interferência de políticos na condução do movimento. A orientação, caso políticos procurassem o movimento, era exigir seu comprometimento com os agricultores e suas lutas, observando-se ainda a sua atuação quando eleito;
 - apoiar a expansão do movimento nacional dos sem terra;
 - esclarecer a todos os inscritos que a luta sempre é longa e que não poderiam esperar resultados imediatos.

Até o final de 82, as estratégias de pressão do movimento eram: remessa de documentos exigindo o atendimento das reivindicações aos órgãos governamentais e sua divulgação para outras entidades da sociedade, audiências de comissões com autoridades; concentrações de um dia na forma de assembléias gerais e com presença de autoridades e lideranças. Outras formas de pressão e que vão marcar o movimento sem terra: acampamentos e ocupações de terra. O MASTRO, contando já em 1982 com 50 comissões locais reunindo cerca de 6.000 agricultores em sete municípios, e ainda, tendo conquistado a direção de dois sindicatos importantes – o de Medianeira e o de São Miguel do Iguçu, áreas de concentração de camponeses sem terra; o MASTRO só realizou a sua primeira ocupação em setembro de 83, no município de Guarapuava, mobilizando 35 famílias na ocupação da fazenda Cavernoso e que só foi desapropriada no início de 85, com muita luta e pressões. Na verdade esse “recoo tático” deveu-se a vitória do partido da oposição nas primeiras eleições para governadores dos estados federativos desde 1964. Ganhou José Richa (PMDB), as eleições de 82 e compôs uma equipe de governo composta por pessoas que se destacaram no movimento de resistência à Ditadura Militar, incluindo personagens com destacado serviço aos movimentos populares, inclusive o economista Claus Germer, ex-assessor da CPT. Este governo sinalizou com tal equipe a possibilidade de canais de negociação entre o governo e as

organizações e movimentos sociais do campo. Dois anos de negociação e sem respostas concretas, favoreceu ao MASTRO tomar novas iniciativas lançando mão de novas estratégias de pressão: acampamentos e ocupações. Destas novas tentativas que começaram com a ocupação já citada acima, seguiram-se outras, como o conflito envolvendo 1.117 famílias nos “Ilhéus” do rio Paraná, no noroeste do estado, com importantes conquistas, o que mostrou a eficácia da estratégia de luta, dando origem a outro movimento regional de sem terra, o MASTRECO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste do Paraná (Bonin, op. cit. 09-30).

Foram surgindo outros movimentos regionais de luta dos sem terra em outras regiões do Paraná. Já nos meados de 1982, Bonin dá conta de que a CPT através da entidade de apoio e assessoria Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com origem na Igreja Católica e atuando no sudoeste do Paraná, desde 1963, começou o trabalho de organização dos sem terra e de retomada dos sindicatos dando origem ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudeste do Paraná (MASTES), levando em consideração a experiência do MASTRO. Com base nestas experiências foram surgindo o MASTEN (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná) e o MASTEL (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná). Portanto temos já em março de 1984, 05 movimentos regionais de sem terra, contando com a direção de 25% dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Paraná e várias oposições sindicais, fato não só importante por expressar o avanço do sindicalismo rural “combativo” que convergiu para fortalecer a Central Única dos Trabalhadores no campo. Também, por representar um salto organizativo dos sem terra, organizando-se em um movimento estadual com uma coordenação e um secretariado central para todo estado do Paraná (Bonin, Idem: 30-31), (Torrens, op. cit. p: 84).

Temos, portanto um movimento social que vai acumulando um aprendizado desde a socialização política nos grupos de base, nos acampamentos e nas ocupações, ao aprendizado de construção do movimento como sujeito político e portador de uma identidade coletiva que vai progressivamente se constituindo enquanto uma cultura político-organizativa própria, o que lhe dá uma fisionomia peculiar e motivação vocacional para a sua autonomização frente à própria CPT, aos sindicatos dos trabalhadores que lhe deu certo lastro institucional e a entidades de apoio que lhes deram apoio e assessoria, senão foram importantes para organização dos próprios camponeses que formam a sua base social e a sua força coletiva, expressão política e visibilidade social. Mas, a face educativa do movimento também ganha expressão ao mobilizar as estruturas de racionalidade latentes e presentes na própria cultura camponesa, incluindo a sua religiosidade, traduzidas no modo de organizar e expressar as suas lutas. Também na mobilização de conhecimentos científicos, técnicos e jurídicos na construção de estratégias e alternativas à resolução de problemas e no atendimento às reivindicações de um movimento social que depende das correlações de forças em conflito. Tendo como principal interlocutor o Estado, suas reivindicações podem encontrar corporificação institucional mediante os procedimentos decisórios, políticos e jurídicos. Tais recursos ao traduzirem-se em práxis social dão corpo não só organizativo e normativo ao próprio movimento, bem como às formas de organizar o processo produtivo nos assentamentos. Expressam-se também nos cursos, encontros e outros eventos formativos demandantes das necessidades de aprendizagem no campo escolar; da alfabetização de jovens e adultos; da reflexão bíblico-religiosa; do conhecimento técnico; da gestão associativista, sindical e cooperativista etc.

Entre outras questões, aprende-se que a luta é a melhor escola e que é através dela que se aprende a discutir e a se organizar para encontrar soluções para os problemas coletivos. Para isto não só a troca de experiências é importante, mas também o conhecimento das experiências de lutas passadas, as quais ajudam a construir a consciência política pautada na convicção de que podem ser atores de sua própria história, “e não novamente ganhadores e

perdedores de batalhas travadas” (Touraine, 1996: 260). Se são “a perigosa memória das lutas” como afirma Pedro Tierra (1997: 293); Torrens dá conta do fato de que, por ocasião da reunião, em 1981, realizada em Medianeira, de onde nasceu o MASTRO:

“Curiosamente, participou um posseiro da área de Itaipu que, na década de 60, havia integrado o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul. Seu relato das experiências na região de Sarandi despertou os principais coordenadores desse trabalho (Pastor Werner Frichs, da CPT, Miguel Sávio, do STR de São Miguel do Iguazu e Darci Apio, da Oposição Sindical do STR de Medianeira) para criarem a sigla do movimento. Assim, surge a inspiração para a sigla ‘MASTRO’ (Torrens, *Ibidem*: 51).

Não por acaso, em junho de 1978, cerca de 200 famílias ocuparam a granja Brilhante e parte da reserva florestal, situada na mesma fazenda Sarandi e que foi alvo do MASTER no início da década de 60. Esta invasão conjuntamente com o acampamento de Encruzilhada Natalino, ambos no Alto Uruguai, não são fatos isolados e vão se constituir em marcos significativos para a formação do MST. Vamos tomar o movimento em Encruzilhada Natalino como segundo caso exemplar e que merece ser analisado pelo viés político educativo. O autodenominado Movimento dos Colonos Sem Terra da Encruzilhada Natalino teve início em fevereiro de 1981, com um acampamento a beira da fazenda Sarandi, na estrada Passo Fundo – Ronda Alta. Em julho do mesmo ano, o acampamento totalizava cerca de 600 famílias, mais de 3.000 pessoas, vivendo em precárias condições de sobrevivência. No dia 1º de maio, sindicatos, igrejas e diversas entidades, promoveram uma concentração no acampamento e a partir daí, constituiu-se em Porto Alegre a Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra e que passou a editar o Boletim Informativo Sem Terra. Semelhante ao caso relatado acima, no estado do Paraná, o INCRA informou que não havia terras disponíveis no estado, oferecia terra na Amazônia, recebendo a negativa dos colonos e, quando, muita gente iludida com os projetos de colonização do governo naquela região retornava ao Rio Grande do Sul (Santos, 1982: 41-54).

Tendo à frente a CPT, o Movimento dos Colonos Sem Terra da Encruzilhada Natalino, recebeu apoio, além dos setores já mencionados, da Pastoral Universitária e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. As formas de solidariedade foram muitas: da arrecadação de dinheiro, roupas e alimentos pelos organismos populares e sindicais à presença constante junto à imprensa e ao Poder Legislativo; do apoio da oposição parlamentar e da Presidência da Assembléia Legislativa aos espetáculos artísticos de solidariedade aos agricultores. Mas, importa aqui ressaltar a dimensão educativa desse movimento em largas pinceladas, já que embora tenha suas especificidades, a sua pedagogia de ação e seus procedimentos organizativos são semelhantes ao exemplo anterior.

Especificamente, o exemplo de resistência dos acampamentos frente à “militarização” do acampamento, comandada pelo Conselho de Segurança Nacional e via o Exército, a Brigada Militar, a Polícia Federal, com apoio logístico do INCRA e coordenação local do Major Curió. O apoio solidário de amplos setores organizados da sociedade, se revelou sem dúvida como o maior aprendizado social. Sobretudo, forjou a expressão de uma sociedade civil que foi capaz de se colocar contra o Estado autoritário, além do exemplo dado, pela oposição parlamentar na Assembléia Legislativa e pela sua Presidência, da importância da democracia política que se engatinhava e de um bloco político-parlamentar afinado com as reivindicações populares.

Quanto à organização do movimento em si, as intimações, o confinamento e o cerco policial, impedindo a entrada de entidades de apoio, assessoria e solidariedade; interrogatórios diários, proibição da entrada de alimentos e roupas, variadas formas de

impedir que os acampados se reunissem e tomassem decisões e outros procedimentos visando sufocar a organização interna do acampamento; constituíram um ambiente que parecia mais um campo de concentração nazista, possivelmente só foi suportado, não só pela ampla mobilização e apoio da sociedade elevando os custos sociais e políticos de medidas repressivas; mas, sobretudo, em razão da fé e da religiosidade que sempre foi o elemento central das lutas de resistência das classes subalternas e oprimidas do Brasil.

Conforme descrição de José Vicente Tavares dos Santos (op. cit.: 43) os acampados organizaram-se numa Comissão Central de 12 membros, homens e mulheres; eleita por todos e que funcionou como liderança coletiva. Esta comissão reunia-se todos os dias pelas manhãs, executava as decisões coletivas e indicava os problemas a serem discutidos por todos. Depois, os acampados reuniam-se no final das tardes em assembleias para debater as principais questões e, realizar uma avaliação dos acontecimentos do dia. Eram realizadas leituras dos jornais e das notas de solidariedade e tomavam-se coletivamente decisões. Havia, ainda, uma “tribuna livre” (grifos do autor citado), para quem quisesse tomar a palavra. A cada oito dias, ou sempre que necessário, havia uma assembleia geral. Havia, também, as comissões para executar tarefas de rotina: higiene, água, de animação (que entre outras tarefas encorajava as pessoas e buscava solucionar problemas de relacionamento pessoal); e de distribuição de alimentos e roupas doados, feitos de barraco em barraco, e depois por um sistema de fichas. Foram formados, também, grupos de cinco famílias para discutir temas bíblicos, estudar o Estatuto da Terra e debater as questões do assentamento. Cada grupo escolhia um representante ligado à Comissão Central da Organização.

Temos nesta descrição de Santos, um exemplo da forma como esse acampamento torna-se espaço de ampliação dos patamares de sociabilidade, de socialização política, de estudo sério e sistemático de temas relevantes e de mobilização de conhecimentos e saberes socialmente disponíveis e apropriáveis segundo as necessidades da luta: conhecer para qualificar a ação coletiva. Espaço que também, conforme a terminologia de Paulo Freire, as pessoas aprendiam a tomar a palavra, para pronunciar, desvendar sua realidade e buscar soluções para torná-la mais humana ou pelo menos socialmente suportável. Numa perspectiva habermasiana, mobilizavam as estruturas de racionalidade comunicativa presentes na cultura camponesa traduzida em valores de reciprocidade, igualdade entre pares, laços de pertencimentos coletivos e familiares; em forma próprias de racionalizar e agir e em saberes empíricos expressos na própria linguagem e que vão sendo resignificados e ampliados tendo em vista à resolução de problemas que afetam o coletivo. Há um processo de descentração, na medida em que o exercício da discussão, do debate, da coordenação dos diferentes pontos de vista, da capacidade de argumentação, da análise dos problemas e questões de todos os ângulos possíveis, permitem alargar visões de mundo, concepções e representações sociais e superar outras; e discernir o seu mundo do mundo de outros, incluindo o daqueles que lhes oprimem, bem como os seus interesses. Todos podem falar, opinar, trocar e confrontar pontos de vista, optar, acordar e construir consensos com base no melhor argumento; exercício dos procedimentos universais e pragmáticos portadores de uma racionalidade dialógica, e que reporta à idéia habermasiana de racionalidade e ação comunicativa.

Mas não faltou no acampamento dos sem terra de Encruzilhada Natalino a dimensão religiosa. A coesão do grupo se alimentava dos atos religiosos coletivos. Durante as assembleias diárias, havia um culto que sacramentava a união. As procissões constantemente realizadas, com os camponeses carregando a cruz, rezando e cantando, reafirmava o compromisso de caminharem juntos e conquistarem a terra. Houve, também, grandes celebrações: Dom Pedro Casaldáliga, no dia 21 / 06 / 1981, presidiu uma celebração no acampamento com a participação de cerca de 6.000 agricultores. Em dia 01 / 09 / 1981, 153 padres celebraram missa em Encruzilhada Natalino, em solidariedade aos camponeses e aos religiosos ameaçados. Com a retirada do Major Curió do acampamento com todo o efetivo

policial e militar que trouxera e com violentos ataques a Igreja, foi realizada uma celebração com 224 padres. No Natal de 1981, foi realizada uma caminhada para comemorar a luta pela terra das 310 famílias que resistiram à coerção policial, as agressões, as intimidações, ofertas de corrupção e outras formas de opressão. Esta caminhada contemplava a motivação religiosa do Natal. No dia 23 de fevereiro, a CPT organizou uma Romaria da Terra com a participação de 20.000 pessoas. Todos esses atos religiosos, ao lado de tantas outras ações cívicas e políticas ajudaram à coesão do grupo, o encorajamento para resistir e levar à luta em frente, além de dar dimensão pública ao movimento e a mobilização de vastos setores organizados da sociedade que souberam exercitar os valores de solidariedade e ajudaram a generalizar o valor e a importância do direito à terra. Ao mesmo tempo em que reiteravam a luta pela reforma agrária, recusavam a política de colonização do Governo Federal, como instrumento da Ditadura Militar para aliviar as tensões sociais no campo. As formas interativas de organização próprias de uma pedagogia da ação, que partindo da valorização da cultura dos camponeses toma-os como seus sujeitos foi possibilitando o desbloqueamento dos condicionamentos imediatos aos quais estão submetidos; para que tomassem a sua palavra e realizassem a leitura crítica de sua realidade e a superação dos problemas que enfrentam. Descobrem no processo a necessidade de ampliação de sua competência comunicativa da qual depende o conhecer mais para agir melhor e, ao agirem reelaboram e produzem novos saberes que se traduzem em práxis social que abre o mundo da história e da cultura aos subalternos para além daqueles condicionamentos imediatos representados tanto pela internalização de uma moral social dominante desqualificadora da pessoa quanto empobrecedora das relações sociais e das formas e procedimentos de vê-las e interpretá-las.

Esta ação educativa, seus procedimentos pedagógicos voltados para educação e à ação conscientizadora concomitantemente se dava em várias áreas do país, de Rondônia ao Espírito Santo, do Rio Grande do Sul à Paraíba e Rio Grande do Norte; no Pará, no Maranhão, em Goiás, e Mato Grosso. Áreas receptoras de migrantes, principalmente camponeses do Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais, atraídos por propaganda governamental com promessas de uma vida mais digna nos projetos de colonização, instalados em torno das Rodovias BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho, em Rondônia, da Rodovia Cuiabá – Santarém, no Pará, e da Rodovia Manaus – Caracas que atravessa Roraima. Em todas elas, a presença da Igreja orientada pela teologia da libertação. Com a migração, os camponeses também levaram as experiências dos conflitos e lutas pela terra de suas regiões de origem, bem como, os acompanhava padres, missionários e lideranças forjados na luta cotidiana de viver e de lutar dos desvalidos da terra, orientados tanto pela teologia da libertação quanto pela pedagogia do oprimido que lhes davam respaldo nas ações educativas com os camponeses. A mesma CPT que estava nessa luta em São Mateus no Espírito Santo; em Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul ou no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; estava também no Maranhão e em Conceição do Araguaia, no Pará; em Ji-Paraná, em Rondônia; ou na Prelazia de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso.

Em vários lugares organizava o trabalho de base, das comunidades de base, mediante o qual organizava associações, cooperativas e sindicatos ou retomava sindicatos pré-existentes, transformando-os em instrumentos de luta e de encaminhamentos de reivindicações. Entidades de apoio como ASSESOAR, com sua ação educativa a partir da Diocese de Palmas, no Paraná, também se faziam presentes nestas áreas. Outro exemplo é a FASE com sua presença educativa nos conflitos de terra do Maranhão ou na Cuiabá – Santarém, no Pará. Na Cuiabá-Santarém, foi capaz de organizar um virtuoso trabalho de base, organizando inúmeras comunidades, cujas lideranças passaram a empreender uma árdua luta na retomada dos sindicatos da região paraense polarizada pela cidade de Santarém. Deste trabalho nasceram expressivas lideranças de novo sindicalismo rural e que vai marcar a presença dos “rurais” na construção da Central Única dos Trabalhadores e do próprio Partido

dos Trabalhadores. Desta forma, a CPT e entidades de apoio (MEB, FASE, ASSESSOAR, CIMI, MOC, ABRA, OAB, associações profissionais, centros de defesa de direito humanos, etc.), organismos pastorais e movimentos leigos (Pastoral da Juventude, Pastoral Universitária, Movimento de Evangelização Rural, Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR, Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal - SAR, paróquias, congregações religiosas etc.), sindicatos de trabalhadores rurais... as CEB's, vão constituindo uma vasta rede movimentalista de sindicalização dos trabalhadores rurais e de outros seres subalternos do campo.

Os conflitos e as lutas sociais, fragmentadas, locais e isoladas tinham, entretanto, fortes elos institucionais e culturais comuns, tanto pela presença e apoio de uma poderosa instituição que vai abrindo as suas estruturas em apoio à emergência dos trabalhadores rurais no cenário político e social do país, quanto pelas orientações pedagógicas e teológicas de seus segmentos mais progressistas que vão confluír com a religiosidade popular, constituindo uma síntese inovadora de ação cultural e profética que orienta a ação das classes subalternas do campo contra as peias materiais e simbólicas impostas e reproduzidas pelo latifúndio e com raízes no estatuto da escravidão. Também, apoiada por uma rede de entidades de desenvolvimento e cooperação internacional e por grupos de solidariedade do chamado Primeiro Mundo (religiosos, civis ou pára-estatais; católicas ou evangélicas); a Igreja pode não só ampliar os recursos materiais e intermediar ajudas financeiras para as entidades de apoio e assessoria aos camponeses; como possibilitou a “liberação” de quadros (animadores e lideranças, assessores e religiosos) para se dedicarem exclusivamente ao “trabalho de base”. Ao mesmo tempo, via essas entidades e grupos de solidariedade internacional, as denúncias da situação de miséria e violência no campo operada pelo Estado e pelos proprietários de terra encontraram eco nas sociedades e governos, sobretudo europeus, quando os meios de comunicação do país encontravam-se inacessíveis às manifestações populares.

Mas os elos institucionais dos setores da Igreja e das entidades de apoio, além dos encontros de reflexão, avaliação e trocas de experiências reunindo comunidades locais e lideranças ao nível de regiões, de estados e nacional, pareciam ser insuficientes para superar a fragmentação e o isolamento e ao mesmo tempo dotar as lutas e conflitos sociais de maior expressão e repercussão pública. Daí que surge a noção de movimento social. São exemplos os movimentos regionais de sem terra acima referidos, mas também os das barragens, o de mulheres trabalhadoras rurais, o Movimento Lavradores Unidos de Santarém, no Pará. Mais que quebrar isolamentos, fragmentação e localismo, são afirmadores de identidades, de uma situação de classe; de afirmação e percepção das especificidades das condições de cada uma das categorias do campesinato ou do que se convencionou chamar genericamente de trabalhadores rurais (Santos, op. cit. p. 54).

Entretanto, a afirmação deste movimento como identidade e com direção e organização próprias dependeu das especificidades das lutas, de suas trajetórias e enfrentamentos políticos aliados às conjunturas políticas norteadoras de recuos, avanços e conquistas. As necessidades de organizar movimentos sociais com estruturas diretas e organizavas mais ágeis e adequadas às especificidades dos conflitos e de lutas pela terra, inclusive dotando-as de infra-estrutura material e financeira próprias, como foi o caso dos movimentos de sem terra no Sul do país, notadamente no Paraná, estiveram associados as seguintes fatores, entre outros:

- a) A expansão dos conflitos e das lutas sociais no campo, envolvendo todos os seguimentos dos trabalhadores rurais e no bojo de uma ampla movimentação social e política. Crise do modelo de desenvolvimento, recessão econômica e redução dos subsídios estatais para a agricultura somadas ao endividamento

dos produtores rurais, incluindo os latifundiários e outros potentados da terra. Militarização das lutas pela terra (Martins: 1981: cap – 1) com a criação da GETAT e do GEBAM(Grupos Executivos de Terras do Araguaia – Tocantins e o da Bacia Amazônica), cujos mecanismos passaram a ser usados por governos estaduais, mesmo que da oposição, transformando a questão da terra numa questão de “Segurança Nacional” e “caso de polícia” face às resistências dos movimentos camponeses a cooptação (casos do Paraná e Encruzilhada Natalino). Face ao avanço das lutas pela terra, criação do MEAF (Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários – 1982) acompanhadas pelos governos estaduais que criaram institutos de terra com objetivos claros de reformas fundiárias localizadas em consonância com os detentores do poder local e num contexto de eleições para os governos estaduais (Almeida, 1982: 22). Alastramento das greves no campo e expansão de acampamentos e ocupações de terra. Realização do Congresso da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a criação da frente ampla agropecuária levada à feito pela União Democrática Ruralista face à exaustão do modelo de intervenção do Estado na agricultura e ao próprio avanço dos conflitos sociais do campo. Aumenta a ofensiva patronal dentro do aparelho político-administrativo do Estado, no Congresso Nacional, nos parlamentos estaduais e nos enfrentamentos diretos, recrudescendo os conflitos agrários. Lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, em maio de 1985, por ocasião do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em sua versão preliminar. Adesão da CONTAG ao plano e a presença de Sarney neste Congresso, buscando legitimidade; enquanto no nível dos estados prossegue-se tentativas de cooptação dos movimentos de sem terra e repostas repressivas às suas ações de acampamentos e ocupação de terras improdutivas. Retrocesso da política agrária do Governo Federal, com aprovação de uma versão final do PNRA, revendo os avanços da proposta original (outubro de 1985) e atendendo aos interesses contrários à reforma agrária, representados pelo bobby formado pelas Sociedade Rural Brasileira (SRB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e União Democrática Ruralista (UDR), todas com filiadas nos estados. Reação dos setores progressistas da Igreja, CONTAG, parlamentares, entidades civis ao recuo na política agrária, consubstanciada na criação do MIRAD e, principalmente na proposta preliminar do PNRA.

- b) Necessidade de fazer avançar a luta dos sem terra no nível nacional, em face da percepção de que a conjuntura política à medida que abria espaço político, multiplicava as suas contradições. A organização e ofensiva dos grandes interesses contrários à luta pela terra e pela reforma agrária no nível nacional colocou a nu o modelo proposto e instaurado pelo capital, e sua estratégia nacional e internacional. Manipulação política dos espaços especificamente os religiosos e necessidade imperiosa de que o político tivesse a sua própria autonomia. Em face disto, reconhecimento de especificidade do campesinato sem terra e construção de formas organizativas mais adequadas para canalizar as suas energias que tem o levado ao cenário político. Em face da amplitude e complexidade dos interesses contrários à reforma agrária, a necessidade de repensá-la como um projeto mais amplo e mostrar que uma mera distribuição de terras não resolveria o problema da pobreza e miséria no campo. Isto exigiu se pensar em criar condições, para que o movimento dos sem terra, superasse

não só localismo e a fragmentação das lutas e sua dispersão no território nacional, além da dependência às instituições de apoio. Daí a necessidade de se reforçar a estruturação organizacional dos sem terra no nível nacional, dotando-o de condições para se tornar uma força social capaz de avançar conquistas e enfrentar a ofensiva dos grandes proprietários de terra associados aos interesses do capital industrial e financeiro também ligados à terra (Ver Medina, op. cit. p.11-24).

- c) Existência de uma visão pedagógica norteadora do trabalho da CPT e das entidades de assessoria e educação popular atuando no campo, cujos objetivos estavam voltados para constituir o povo como sujeito de sua própria história. Sem pretensões de substituir o protagonismo dos atores sociais e nem suas organizações e movimentos sociais; esta pedagogia de caráter emancipatório, implicou em criar condições para que, os sem terra, por exemplo, avançassem organizativamente e enquanto consciência política de sua própria força social. Tal pedagogia, desde seu início lançava mão de procedimentos pedagógicos e didáticos que envolvessem os camponeses como sujeito de seu próprio processo educativo, de forma que, fossem processualmente caminhando na construção de sua própria força organizativa e política; que fossem aprendendo a caminhar com suas próprias “pernas” e a pensar com suas próprias “cabeças”, sem tutela de Igreja, partidos ou entidades de apoio.

Com base nesta visão e nesta percepção, e no bojo de uma conjuntura conturbada e conflituosa, surge o MST como movimento nacional. Em janeiro de 1984, em Cascavel – Paraná aconteceu o Encontro Nacional dos Sem Terra, com representantes de 12 estados e contando ao todo com a presença de 90 participantes, incluindo agentes de pastoral, sindicalistas, assessores e representantes de entidades de apoio como CUT, CPT, CIMI, ABRA e Pastoral Operária (Torrens: op. cit. p. 87). É importante destacarmos que neste encontro esboçam-se a sua autonomia tanto com relação ao movimento sindical quanto com relação ao Estado: com relação aos sindicatos, o MST se propõe continuar a caminhar junto com os sindicatos autênticos, mas, sem se deixar envolver com eles, até que os grupos de sem terra possam andar sozinhos; quanto ao governo, afirma a sua independência, evitando que setores do aparato político-administrativo manipulem as suas lutas e exerçam controle sobre suas instâncias e lideranças. Já com relação à CPT e as entidades de apoio, o MST confirmava o seu apoio na realização de cursos e assessorias nos momentos decisivos como assembleias, audiências, ocupações e despejos. Nas palavras de Torrens (op. cit. p. 88), o MST naquele momento parecia reconhecer a importância da CPT na condução de seu processo de organização. Fato comprovado, já que no final deste Encontro, não se formou uma coordenação nacional do movimento, cabendo à Comissão Regional do Sul, onde o movimento estava mais estruturado, auxiliado pela CUT e pela CPT, encaminhar o trabalho de articulação do movimento em outros estados, bem como os preparativos para a realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entretanto, antes deste Encontro, houve um intenso trabalho de articulação do movimento nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, S. Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), além de um intenso trabalho de formação de lideranças para assumir a direção do movimento realizado com apoio da CPT e outras entidades de assessoria. Houve vários encontros de articulação: em junho de 82, realizou-se em Medianeira (PR) o primeiro encontro dos trabalhadores sem terra do Sul; em setembro de 1982, aconteceu um encontro de caráter nacional em Goiânia (GO), e em janeiro de 1983, no encontro de Chapecó (SC) é criada a Comissão Regional Provisória dos

Sem Terra da Região Sul do País. Entre o Encontro de Cascavel e o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, com 1.500 delegados de todo país, houve um intenso trabalho de formação e organização das instâncias do movimento, além da capacitação das lideranças de base nos acampamentos e ocupações. Como exemplo, e conforme Torrens (op. cit. p: 105), uma entidade de assessoria à CPT, ao MST e ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, atuando a partir de Palmas, no sudoeste do Paraná, ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), em seu relatório de atividades do ano de 85, listou as seguintes atividades como relação ao fortalecimento e estruturação do MST:

- 10 reuniões com a Coordenação Regional e/ou Executiva do MST para planejar, avaliar e encaminhar as lutas (240 líderes);
- 02 encontros de formação das comissões municipais do Movimento com participação de 120 pessoas;
- 16 encontros e reuniões com comissões municipais para discutir formação, organização e encaminhamentos concretos (participaram 320 pessoas);
- 18 reuniões com comissões de comunidades visando a formação: discussão sobre o PNRA, a situação fundiária, a conjuntura e a organização (participação de 660 pessoas);
- 28 reuniões em comunidades para análises de conjuntura e organização, com a participação de 650 pessoas “das bases”;
- 01 encontro preparatório ao Congresso Nacional dos Sem Terra (30 pessoas);
- 30 reuniões de Coordenação Estadual dos Sem Terra com o objetivo de avaliar e planejar o processo de lutas;
- 01 encontro sobre associativismo (30 pessoas);

Além destes eventos relacionados à organização interna do MST, outros tantos foram realizados com vistas à organização dos acampamentos e assentamentos:

- 6 encontros regionais com as coordenações dos acampados: formação política; discussão, organização interna e encaminhamento de propostas, envolvendo 180 pessoas;
- 30 reuniões em acampamentos: discussão de problemas enfrentados, envolvendo 1.270 participantes;
- 15 reuniões com as coordenações centrais dos assentados de Vitória da União e Annoni: avaliação, planejamento e organização de tarefas (230 líderes);
- 80 reuniões em comunidades dos assentamentos sobre dificuldades de organização interna, envolvendo 400 pessoas;
- 3 reuniões sobre associativismo;
- 6 reuniões com comissões de educação com o objetivo de discutir e encaminhar uma proposta educacional nos assentamentos e outros temas (ASSESOAR, 1985, apud. Torrens, op. cit. p: 105-106).

Como podemos perceber, o MST se organiza e se fortalece tendo como respaldo institucional a CPT, os sindicatos filiados com a CUT e as entidades de apoio e assessoria, através das quais são intensificadas as atividades de formação política de seus quadros, a organização interna dos acampamentos e assentamentos e a sua estruturação organizativa enquanto instância de coordenação e direção em vários níveis. Naturalmente,

houve a intensificação dessas atividades educativas em outras áreas, regiões e estados, principalmente na Região Sul.

2.2.2. Período 85 a 88/89: Autonomização e Estruturação do MST como Movimento Nacional

Após o I Congresso Nacional do MST, em 1985, seguiram-se quatro encontros nacionais que se realizaram com uma participação média de 120 delegados, representantes de dezesseis estados, além das reuniões da executiva nacional. Tais encontros e reuniões foram antecedidos de encontros estaduais para a discussão de propostas e tirada de representantes por estados (1 das secretarias e 1 das assessorias). Nestes encontros nacionais do MST, foram fixadas plataformas de lutas imediatas, de acordos com a conjuntura e as necessidades do movimento e, reiteradas a plataforma de lutas gerais do Primeiro Congresso (MST, 1988).

Em 1988, junho, a Executiva Nacional do MST publica cartilha consolidando as normas gerais de caráter nacional do movimento, orgulhosamente apresentadas nos seguintes termos e que expressam o seu caráter construtivo e consensual:

“Estas normas foram nascendo e se criando na mesma medida em que o movimento foi crescendo. Não foi coisa inventada por advogados, intelectuais ou especialistas. Foram normas que os diversos coletivos que participam do movimento foram decidindo e difundindo na medida das necessidades de nossa organização” (MST, 1988).

A cartilha chama atenção para o estudo das normas por todos os militantes e bases do Movimento, visando seu aprofundamento, discussão, cumprimento, aperfeiçoamento e melhorias, cujas modificações e sugestões deveriam ser encaminhadas ao V Encontro Nacional, já marcado para janeiro de 1989. Com traços autonomistas, esta cartilha reedita princípios do movimento que, entre outras questões, reafirma que a luta por uma sociedade sem exploradores e explorados está associada ao fato de que é impossível realizar uma reforma agrária para todos que nela trabalha nos marcos do sistema econômico capitalista. O movimento se define, como movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária. Autonomia para o MST significa que cabe aos próprios trabalhadores sem terras tomarem suas decisões. Está dentro do movimento sindical, significa fortalecê-lo e ao mesmo tempo possibilitar a articulação com os demais trabalhadores, com vistas à uma reforma agrária para todos os sem terra e não só para alguns ou para quem esta no próprio MST. O Movimento também deveria organizar os trabalhadores pela base, nos seus locais de moradia e trabalho, para se tornar realmente um movimento de massa. Além de estimular a participação nos sindicatos, o MST reafirma como princípio fundamental, também, a participação no partido político, já que acredita que só através da organização das massas trabalhadoras em partidos políticos é que se pode provocar mudanças sociais. Outro princípio fundamental do movimento é a formação de quadros preparados em todos os sentidos para fazer avançar a luta pela reforma agrária e sua conquista, além de garantir que a direção política do próprio movimento esteja nas mãos dos trabalhadores (MST, 1988).

Além destes princípios políticos, são princípios organizativos do movimento:

- Direção Coletiva: todas as instâncias serão formadas por comissões de membros com igual direito e poder. Tudo será decidido pela maioria;

- Divisão de Tarefas: para valorizar a participação de todos e evitar a centralização e o personalismo dentro das comissões;
- Profissionalismo: transformar a luta pela terra e a organização do movimento como sua profissão militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma a ele. Ser um especialista, um profissional, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas. Respeitar as qualidades e aptidões pessoais na divisão de tarefas de forma a estimular o profissionalismo;
- Disciplina: respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento dos horários, mas, sobre tudo, tarefas e missões;
- Planejamento: aplicação do princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser planejado, preparado e programado;
- Estudo: estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às atividades no movimento. “Quem não sabe é como quem não vê. E quem não sabe não pode dirigir”.
- Vinculação com as Massas: considerada como garantia do avanço do movimento e da aplicação de uma linha política correta. Das massas de trabalhadores sem terra, o movimento deve apreender as aspirações e anseios, e a partir de sua experiência corrigir suas propostas e encaminhamentos.
- Crítica e Autocrítica: avaliação crítica dos atos dos membros do movimento, humildade de realizar autocrítica, procurando corrigir erros e encaminhar soluções para desvios (MST, 1988).

Quanto às mulheres, o MST parece ter avançado à frente do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, estimulando não só a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade. Também criando instâncias específicas dentro do movimento e lutando contra o machismo e todo tipo de discriminação de gênero. Estimulando-as à participação ativa em comissões e formas de organização do movimento dos trabalhadores rurais, que se articula dentro do movimento sindical, pretende unificar todas as mulheres rurais sem terra, pequenas proprietárias, posseiras, assalariadas e outras categorias.

Parece haver, entretanto, certa ambigüidade, “ser autônomo”, “não se confundir com MSTR”, mas atuar nos sindicatos, fortalecê-lo, pelo estímulo à participação dos trabalhadores rurais e das mulheres trabalhadoras rurais. Certamente, a formalização do movimento em nível nacional a partir das três vertentes descritas por Stédile (1997: 102), membro da direção nacional, associado a necessidade de combinar diferentes formas de luta a depender de cada situação concreta, explique esta atuação ambígua. São elas: a vertente sociológica do trabalho pastoral da Igreja Católica e da Igreja Luterana, de conscientização, animação e articulação dos camponeses principalmente no Sul do país; a vertente do sindicalismo combativo, das oposições sindicais e que perceberam que a forma de organização sindical, vertical e municipalista, formal e burocratizada, era um entrave ao avanço da luta pela terra e, a terceira vertente representada por lutadores sociais em diferentes organismos e que viam na reforma agrária uma luta também contra o regime ditatorial e pela democratização do país. Se a confluência destas vertentes levou a que se constituísse um movimento social autônomo, concebido como a melhor forma para fazer avançar a conquista da terra e a luta pela reforma agrária, o MST teria que ser um movimento de massa, realizando lutas de massa, assembleias massivas, ocupações de prédios públicos, ocupações de terras, etc. Possuindo três características conjuntas já que se define como popular, sindical e político (MST, 1992), o MST apresenta-se mais como uma organização política do que

como um movimento social, no sentido de que um movimento social existe, enquanto existe uma causa não resolvida. Se a causa é resolvida, a tendência é o movimento desaparecer; se persistir tende a se transformar numa organização.

De fato, de 1985 a 1989, o MST foi se transformando numa poderosa organização política de esquerda, uma espécie de partido popular agrário, como sugere José Sousa Martins (1997:66). Muitos de seus assessores tornaram-se seus dirigentes, e passou a adotar o “centralismo democrático” como princípio diretivo condizente com sua política de massa e sua estrutura verticalizada, dotada de dirigentes e quadros profissionalizados e dedicados a causa do movimento, além de um corpo de assessores e funcionários próprios. Adotando o modelo das organizações revolucionárias de esquerda, e o princípio de “centralismo democrático, para evitar o vazamento de informações e infiltração de elementos perniciosos à organização, o MST aparece como movimento social pela preservação de seu caráter não-institucional e pelo uso do repertório das ações-diretas e ao mesmo tempo mantém um braço institucional que é a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), com personalidade jurídica e com fins contábeis e financeiros e de gestão das propriedades e documentos legais do movimento (MST, 1988).

O fato é que o processo de autonomização do MST com relação à CPT, aos sindicatos cutistas e às entidades de apoio foi um tanto conflituoso. O MST se estruturou não só com este apoio institucional no sentido de todo um trabalho de formação de quadros e bases e de estruturação de suas instâncias desde os acampamentos e assentamentos, passando pelas comissões municipais às instâncias estaduais e nacionais. Também em relação ao aval para negociar e obter apoios financeiros de instituições internacionais de cooperação e solidariedade. Em 1990, falava-se da existência de 40 ONGs e entidades internacionais de cooperação e desenvolvimento interessadas em apoiar o MST. Algumas delas, inclusive, face às dificuldades financeiras decorrentes da crise econômica internacional, preferiram apoiar diretamente movimentos como o MST e outros que estavam emergindo, do que apoiá-los pela via de entidades de assessoria (Entrevista com um ex-assessor da CPT-RO).

Este processo de autonomização do MST esteve marcado por uma espécie de “síndrome” autonomista, destacando-se da CPT, do movimento sindical cutista e das entidades de apoio. A própria conjuntura eclesial católica levou outros grupos movimentistas a buscarem essa autonomia. Na medida em que o MST foi se distanciando da CPT e de outras entidades de organização e educação popular, buscou apoios destas entidades, só nos “momentos decisivos”. Passou também a discordar da concepção não só de reforma agrária da CPT, considerada de caráter “distributivista”, como também, de seus métodos de trabalho considerados “basistas” e emperrados. Buscando procedimentos mais eficazes; adota o repertório dos acampamentos e ocupações de massa e o método dos laboratórios organizacionais já utilizado no movimento das Ligas Camponesas no Nordeste e considerado mais adequado para o trabalho de massa” (Entrevista com o militante do MST do sudeste da Bahia).

“Claro que adaptamos o método conforme a ocasião. Nos cursos de formação conheci como fazer para agilizar uma ocupação; por tática e estratégia de segurança, só os militantes sabem onde vai ser a ocupação; os companheiros sem terra só sabem quando chegam lá e se ocupa sempre fazendas fora das áreas onde os sem terra moram, pois eles teriam medo e resistência para ocupar uma terra de um fazendeiro conhecido e do lugar. Nem o sindicato, nem ninguém, a não ser a comissão do MST tem a informação do dia, da hora e da terra a ser ocupada” (Idem, Ibidem).

Possivelmente pelo fato do MST utilizar-se desta estratégia, as entidades de apoio, os sindicatos e a própria CPT, se reconheçam à margem das ações do MST e se sintam “utilizadas” para apoiar e prestar solidariedade nos momentos mais difíceis e depois de instalada a ocupação, sejam colocadas de lado, cabendo apenas à direção do MST local/estadual as decisões.

A adoção de uma disciplina revolucionária, a hierarquização e centralização das decisões nas instâncias de direção, à adoção de uma política de massas como forma de agilizar a conquista da terra e o avanço da reforma agrária, a adoção de política de formação de quadros e sua profissionalização nos moldes da cultura de esquerda jacobina, a percepção e proclamação da questão agrária como uma questão política e questionamento da grande propriedade fundiária como injusta, anti-social e até anti-econômica, a adoção de uma estratégia própria de lutas fez com que o MST chegasse, já no final da década de 80, a ser uma força social e política organizada nacionalmente como tributária do capital político das lutas do campesinato não só das décadas de 70 e 80, também das lutas passadas. Não por acaso, que Stédile, dirigente do MST, fala que para responder os desafios históricos da reforma agrária do país frente à força dos grandes proprietários de terra, não adiantava cartilhas ou manuais, mais teriam que ser respondidos com a própria experiência da luta. No entanto, segundo este dirigente,

“buscou-se na experiência histórica de outros movimentos camponeses do Brasil, ensinamentos acumulados pela classe. De certa forma, o MST sempre se considerou como herdeiro da Ligas Camponesas, que foram a organização similar mais parecida que existiu nos anos 50 e 60. Ouvimos lideranças históricas das Ligas, e procurou-se aprender o máximo de seus erros e acertos. E buscou-se, também, entender e aprender com as experiências de outros movimentos camponeses da América Latina” (Stédile, 1997).

Daí, possivelmente a presença, no MST, das contribuições de Clodomir Santos de Moraes, ex-assessor da Ligas Camponesas, através de sua proposta de organização e capacitação de dirigentes camponeses (Ver Torrens, op. cit. p: 163-164).

Entretanto, este modo de estruturação orgânica do MST, a sua política de massas e seus novos métodos de formação de lideranças parece está relacionados com a derrota da reforma agrária na Constituição de 1988; durante a qual ficou bem claro o desafio da reforma agrária no Brasil para além de uma mera distribuição localizada de terras, o que implicou este movimento ir além do caráter reivindicativo. Este fato é comprovado por Torrens:

“Os sem terra decidem inaugurar uma fase de “enfrentamento de massa”. A partir de então sentiram a necessidade de aprofundar a discussão ideológica entre dirigentes e lideranças regionais, avançando no debate a respeito de formas mais arrojadas de resistência nas terras ocupadas e de formas de organização fundadas no centralismo democrático, promovendo cursos de formação política, enfatizando novos temas e conteúdos programáticos, enfim criaram condições para efetiva passagem de um movimento de caráter puramente reivindicativo para uma organização de massa de caráter classista que possui uma visão mais ampla de como a luta pela terra se situa nos marcos do processo global de transformação social, rumo a uma sociedade de cunho socialista”. (Torrens, Idem: 167).

Numa ótica pedagógica construtivista, novos problemas suscitaram a busca de novas alternativas organizativas e novas estratégias de lutas, inclusive mobilizando o capital

político das experiências passadas das lutas camponesas, refletidas e debatidas em cursos e outras atividades de formação e espaços de tomada de decisões (assimilação). Isto implicou na modificação da estrutura organizativa orgânica do movimento e nas definições de sua linha política (acomodação), incorporados definitivamente na sua prática política (adaptação), embasando “ações radicalizadas” de repercussão pública e arranhadoras da legitimidade do governo e da seriedade dos órgãos estatais voltados para questão agrária. A adoção da palavra de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir” visou não só garantir a terra e torná-la economicamente produtiva, além de ampliar concretamente o enlaço de temáticas e de lutas (crédito agrícola, saúde, educação, infra-estrutura, assistência técnica); ampliou as demandas educativas e propiciou concretamente a transformação dos assentamentos em espaços de aprendizagem, desenvolvendo novas formas de sociabilidade e de experiências de restauração do modo de vida dos camponeses em base novas e modernas através do trabalho cooperativo, de novas relações sociais, de novas formas e alternativas de trabalhar a terra, de ordenação e gestão do processo produtivo. Assim o resultado tem sido:

“... a produção de novos saberes que poderão se tornar novas forças produtivas. Destaque-se ainda esses espaços comunicativos estão presentes não apenas nos cursos de formação, mas também, nas relações de trabalho do dia-a-dia e nos momentos de convívio social, como nas festas e nas comemorações em geral”. (Gohn, 1997: 148).

Neste sentido Zaberlan e Fronchetti (1997: 184), pontuam, que o movimento tem colocado em prática o aprendizado de diversas formas de cooperação e de gestão da produção, da comercialização e na definição de alternativas de políticas e desenvolvimento. As formas de cooperação adotadas vão desde as unidades de produção familiares organizadas; parcerias e grupos de produção, passando por associações e cooperativas de produção. Por seu turno, a consciência dos assentados e a possibilidade de incorporar na ação, novas estruturas de racionalidade, como a cooperativa, se traduzem em formas de planejamento participativo e multidimensional que rompem com uma visão economicista. Na execução, há a incorporação de valores que socializam os meios de produção, não separando os trabalhadores dos donos do capital. Também as mulheres são tratadas como protagonistas do processo e não como simples “ajudantes” ou serviçais, rompendo com valores da tradição, que não computava a mulher como trabalhadora rural e protagonista da produção familiar, para além das simples tarefas de reprodução no confinamento do espaço privado da casa. Já na distribuição, há orientações que vêem os consumidores como parceiros trabalhadores e construtores/reconstrutores permanentes da sociedade, e não como “simples freguês” (grifos dos Autores).

No campo da educação escolar, o período de 1985 a 1988/89 marca não somente o momento de definições organizativas do MST e seu enfrentamento com as forças contrárias à reforma agrária, a UDR em particular. Também marca o início da luta pela escola pública nos assentamentos e outras demandas educativas. Em 1987, aconteceu um encontro no Espírito Santo, com representantes de 07 estados, onde o MST estava mais estruturado, para se dar início ao processo de articulação da luta pela educação nas áreas de assentamento e da criação do Setor de Educação do Movimento. Neste mesmo ano, o MST conseguiu legalizar a primeira escola num acampamento instalado em 1985, na fazenda Annoni (RS), depois de um processo de luta específica, tendo em vista garantir o próprio direito constitucional das crianças e dos jovens à educação. Nesta área, conta Caldart & Kolling (1997 : 228), o Estado era tão omissivo e os governos tão excludentes, próprio de uma sociedade que naturaliza a exclusão social e de um país que se transformou numa pátria de sem terra que, somente nove anos depois, em novembro de 1996, numa histórica sessão do

Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, um dos estados berço dos Sem Terra, foi aprovado um projeto específico do movimento adequado à situação dos acampamentos e denominado de “Escola Itinerante”. Mas, aquela, também, histórica reunião do Espírito Santo, foi decisiva não só para criar o Setor de Educação e demarcar a luta do MST por escolas para os acampamentos e assentamentos, como para começar a pensar uma política de educação adequada à esses espaços basilares de socialização, enriquecendo-os e ao mesmo tempo plantando esperanças de futuro melhor, que já se faz presente na própria presença da criança e jovens sem terra na luta pela Reforma Agrária. Não uma escola qualquer. Daí a importância daquele encontro para se pensar:

“O que queremos com as escolas dos assentados? E, como fazer a escola que queremos? Ou seja, numa dupla e combinada preparação: com as diretrizes políticas de nossa luta neste campo, e com a ação cotidiana nas escolas já existentes”. (Caldart & Kolling, 1997: 228).

Mas, a dimensão educativa do MST e da luta pela terra e pela reforma agrária, em geral, teve suas repercussões institucionais, embora lentas. Essas repercussões ocorreram principalmente no campo do próprio senso de justiça e da lei. Se as mudanças de uma sociedade e seu aprendizado se medem, sobretudo, pela superação das estruturas de consciência que sustentam a heteronomia social e se esta é regulada por suas orientações normativas e seu ordenamento jurídico; a luta do MST, se não tem conseguido a juridificação de direitos fundamentais e necessários a democratização da sociedade e ao seu desenvolvimento em novas bases menos excludentes, como aconteceu na Constituição de 88, pelo menos põe em xeque a força contrária à vigência dos direitos fundamentais: os grandes proprietários de terra e seus aliados, atingindo-os no seu cerne, a propriedade fundiária. Nesta está a raiz primeira de seu poder político e econômico, e do atraso político e cultural do país. Nesta direção, não só coloca em xeque a cultura política “de sujeição” imposta secularmente pelos “senhores de terra”, como tira os operadores jurídicos do ostracismo, imposto por essa classe proprietária da terra e da Justiça, que impõe sua própria lei, sendo a maior, a da impunidade e dos privilégios.

Os indivíduos e coletivos do MST ao lutarem para superar a “lei do patrão”, exigindo a lei do Estado ou, mais ainda, a lei democrática, entendida como lei que regula as relações entre iguais; criam a chamada esfera pública, espaço de pertencimento de indivíduos livres e iguais, os cidadãos (D’Incao, 1997: 209). Ou numa linguagem camponesa: exigindo a lei democrática que implica destituição “dos príncipes e faraós de seus tronos”, deixando-o vazio para que a “lei do povo que é a lei de Deus” possa enquanto lei comum instituir a democracia como matriz da sociedade como todo e não apenas como sistema de governo e representação política; os indivíduos do MST se constituem num coletivo portador de aprendizagem a partir da elaboração de seu sistema de necessidades como direitos. E mais especificamente, como direito à vida, numa sociedade que naturalizou a violência e a morte.

Assim, enquanto essa capacidade de elaboração representa um avanço na ressocialização política, implicando na superação de juízos morais internalizados pelos indivíduos pela força de tradição alicerçada na heteronomia social de fundo darwinista; a luta coletiva pelos direitos tende a se traduzir num aprendizado de toda sociedade provocando mudanças culturais, sobretudo, no espaço da concepção e do emolduramento institucional do direito e da justiça. Mais precisamente no campo da generalização de novos valores, toma-se consciência da injustiça num país que, sendo uma das maiores potências econômicas do planeta, concentra os maiores índices de pobreza absoluta e de desigualdades sociais do mundo, ficando atrás inclusive de alguns países africanos. Também a sociedade começa a acordar para o fato de que não pode haver democracia numa sociedade que considera a

maioria se sua população como “Zé Ninguém” e predestinada à “morte morrida” pelas condições de reprodução social abaixo dos patamares biologicamente suportáveis e à “morte matada” pela naturalização da violência legal e ilegal ou das duas combinadas. A sociedade começa a tomar consciência de que a democratização é impossível sem integrar os vastos setores populares à economia nacional e ao usufruto dos bens culturais, científicos e técnicos da modernidade. Começa a superar a crença de que a pobreza absoluta não é uma segunda natureza, sub-humana ou no máximo sub-cidadã, que não tem solução; começa a deixar de ver os que lutam contra ela, porque não compartilham de tal crença, como “comunistas”, “agitadores”, “desordeiros”, “bandidos”, “fora da lei” e as “ocupações de terra” e outras formas de desobediência civil como “caso de polícia”, como tem concebido o Estado e os “donos do poder”, agindo violentamente pela força bruta da Polícia, do Exército e dos bandos armados de jagunços ou através da pistologem ceifando seletivamente “lideranças”. Também, através da violência simbólica, reforçando tais estereótipos na consciência pública pelo controle que exercem sobre os meios de comunicação social. A sociedade começa a ver “os Sem Terra” e outros coletivos organizados e portadores de outras identidades como “lutadores”, pela compreensão das raízes da miséria, da pobreza e da violência que impera no país (Varella, 1997: 189).

Há uma generalização do sentimento de injustiça com os sem terra expressa na não aplicação dos dispositivos legais de que a propriedade da terra deve ser garantida apenas quando esta cumpre a sua função social. Portanto, na Constituição de 88, e em todas as constituições federais desde 1946, a propriedade que não cumprir esta função deve ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. Assim, de certa forma, essas constituições legitimam a luta pela terra e a Reforma Agrária (Idem, *ibidem*, pp. 204 – 205). Há uma pressão sobre os operadores da lei e seus interpretes para o cumprimento de dispositivos legais que a mais de cinquenta anos desprotegiam a propriedade que não cumprisse sua função social e que tinha se tornado “letra morta” pela força dos “donos da terra e do poder”. De forma geral, associado a este processo de descentração, o MST tem contribuído significativamente para desmistificar valores e mitos que sustentam imagens positivas sobre os latifundiários como “competentes empreendedores” e por isso “benfeitores da sociedade” ao mesmo tempo em que coloca às claras o problema antigo de uma concentração fundiária que não produz e não respeita o meio ambiente. Por seu turno, o problema ambiental é usado como mecanismo de poder de barganha e apropriação de fundos públicos; por sua vez, utilizados de forma, em geral, intransparente e perdulária, quando não desviados para a sua aplicação em outras atividades. Além da concentração de terra e a falta de respeito para com aqueles que têm a posse da terra e nela produz para sobreviver; os seus responsáveis mantêm os trabalhadores em regime de semi-escavidão e desrespeitam as leis trabalhistas vigentes e, por essas vias promovem a miséria no campo e com base nela, mantêm o seu poder como oligarquias políticas locais e a sua cultura política de sujeição (Idem, *ibidem*: 190-191).

De um lado, neste período 1985-1988/89, abre-se uma tendência à generalização de novos valores passíveis de corporificação institucional e que, ao mexer com o conjunto de certos valores dominantes, atinge também os interpretes e operadores da lei, provocando nestes uma descentração pelo fato de passarem a ver os institutos jurídicos em vigor de forma diferente e de acordo com uma sociedade que se abre ao conflito e à resolução de problemas. De outro lado, o MST tem contribuído, junto com outros movimentos sociais, e mediante a territorialização da luta pela terra, para comprometer a base de poder das oligarquias. Realizando acampamentos e ocupações, este movimento coloca a nu o caráter anti-reformista e anti-social dessa gente e seu arcaísmo. Cria impasses políticos criativos para governantes e o Estado, obrigando-os de alguma maneira a tomar certas providências, mesmo que protetórias, tópicas ou compensatórias. De certa forma em certas circunstâncias, obriga o governo a negociar, e ao mesmo tempo, se justificar para a sociedade, reconhecendo e

legitimando o MST como interlocutor e representante dos sem terra no país. É uma relação conflitual, mas que coloca em questão, nas palavras de José Sousa Martins, o Estado oligárquico e latifundista. Neste sentido o MST é portador do moderno contra o atraso. É mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária (Martins, 1997: 65).

2.2.3. Período Pós – 88/89: Ocupar, Resistir e Produzir

Este período abre-se como um dos momentos de forte pressão política aos movimentos sociais, principalmente ao MST. Entretanto, nunca houve tanta mobilização no país, manifestações e greves. Categorias que até então, se julgavam imunes a estas práticas “subversivas”, como a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (setembro de 1990) e os juízes de São Paulo, exercitam o seu direito de se mobilizar. É o momento das Jornadas de Lutas dos Trabalhadores Rurais e da articulação para a criação da Central de Movimentos Populares, apesar da crise ideológica e do projeto socialista de transformação da sociedade. Há uma forte oposição ao Plano Brasil Novo de Collor, responsável pela demissão de milhares de funcionários públicos e por mais de um milhão de desempregados só em São Paulo. O Ministro Cabreira, da Agricultura, afirma que, a Amazônia está fora das ações de Reforma Agrária por causa do “planejamento ecológico” e as “áreas produtivas” estão fora por causa de um dispositivo constitucional, limitando-se estas ações à emissão de títulos de posse (Sem Terra, 1990).

Enquanto as entidades de assessoria e educação popular se afirmam como ator próprio, ao lado dos movimentos populares, conquistando o seu lugar na sociedade civil, desatando o fenômeno das Organizações Não Governamentais (ONG's) e se fala de crise ideológica, de crise política, de crise de projeto, de crise de mobilização dos movimentos sociais; o MST reafirma o seu projeto socialista de mudança social, mediante o qual encontra motivações para combinar a luta econômica com a luta política, a luta pela terra, via ocupações, e a consolidação produtiva dos assentamentos. A partir dessas lutas concretas, procura elaborar propostas mais globais e abrangentes para a sociedade em conjunto com outros, principalmente no que diz respeito a uma proposta de reforma agrária como fundamento de uma democratização efetiva da sociedade.

De 1989 a 1994, era do Governo Collor, e, apesar da repressão do Estado e do recrudescimento da ofensiva da UDR, recriada; o MST, em 1990, ocupou com 800 famílias a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, extremo-oeste de São Paulo. A partir dessa ocupação no Estado mais desenvolvido e epicentro da economia do país, o MST inicia um dos processos de contínuas ocupações mais audazes de sua história e que o colocou continuamente na mídia eletrônica, chamando a atenção da opinião pública para a problemática da reforma agrária e da pobreza no campo. Vejamos melhor este processo com mais vagar, e que coloca a nu que a reforma agrária que vem sendo realizada é muito mais pela luta dos sem terra do que por um plano que expresse a vontade política governamental.

A região do Pontal do Paranapanema detém a maior área de terras devolutas e griladas do Estado de São Paulo. São 444 mil hectares de terras devolutas de 519.000 de terras a serem discriminadas pelos órgãos governamentais relacionados com a política fundiária e agrária. Por esse motivo a região tornou-se prioridade para o MST naquele Estado. De 1991 a 1994, foram realizadas mais de 20 ocupações e despejos na fazenda São Bento, que foi o ponto culminante da trajetória das 800 famílias que ocuparam a fazenda Pontal em 1990. De lá foram despejadas e ocuparam as margens da Rodovia SP - 613.

Despejadas novamente das margens dessa estrada, foram recebidas como “hospedes” pelos assentados da Gleba XV de Novembro e daí passaram a ocupar a mencionada fazenda São Bento. As 20 ocupações e despejos seguidos foram o maior símbolo de resistência dos sem terra paulistas, e que acabaram fazendo com que o Estado comprasse as benfeitorias realizadas pelos seus pretensos proprietários, implantando um assentamento de mais de 1.000 famílias. Seguiram-se ocupações nos municípios da região. O Pontal do Paranapanema tornou-se uma das regiões de maior número de conflitos de terra do país. As ocupações continuaram, apesar de suas lideranças passarem a ser perseguidas pela Justiça como “formadores de bandos e quadrilhas” e, os latifundiários e grileiros rechaçarem à bala as ações dos sem terra. Em outubro de 1993, foi realizada a maior ocupação em São Paulo: 2.500 famílias ocuparam uma área de 5.741 hectares denominada de Fazenda das Jangadas, e mais outra área de 484 hectares, denominada Ribeirão dos Bugres, localizado no município de Getulina (Fernandes, 1997, p. 140 - 141).

Como conta Fernandes (Idem, ibidem), a preparação desta ocupação durou 7 meses, abrangendo 22 municípios das microregiões de Alta Noroeste de Penápolis, Bauru, Campinas, Médio São José dos Dourados e Divisor São José dos Dourados Tietê. Os trabalhadores realizaram reuniões preparatórias nas comunidades, em suas próprias casas e nos sindicatos, onde foram construindo e dimensionando a formação de vários grupos, os quais se tornaram os primeiros espaços de socialização política. Realizada a ocupação, 40 dias depois estas famílias foram despejadas mediante uma operação militar que envolveu 2.000 policiais. Daí iniciou-se o segundo momento do processo de socialização política dessas famílias, o espaço da luta e resistência. Esta demonstração de luta e resistência se deu mediante mais duas ocupações na fazenda Jangada, de onde foram novamente despejadas essas famílias de sem terra e, que foram incorporadas em assentamentos que estavam em formação ou se dispersaram em ocupações que estavam ocorrendo em outras regiões. A partir daí, os sem terra e suas ações no Pontal do Paranapanema tornaram-se matéria diária nos meios de comunicação social e nas reuniões de gabinetes e órgãos governamentais, quando não motivo de mobilização do aparato militar e da mira armada dos latifundiários e grileiros, acobertados pela própria Justiça.

Esta ofensiva do MST, já a partir de 1990, também ocorreu em todos os estados do país. São exemplos: no Rio Grande do Sul, só o acampamento de Cruz Alta congregou em 1990, 1.400 famílias sem terra. A sua luta marcou o movimento dos Sem Terra, quando cerca de 400 pessoas resolveram acampar na Praça da Matriz, no dia 8 de março, em Porto Alegre e foram violentamente despejadas pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul. A violência foi estampada pela imprensa e abalou a opinião pública, arranhando a legitimidade dos governantes, apesar de seu sensacionalismo fatídico e as distorções obscurecedoras da realidade. Os lavradores foram à Porto Alegre para exigir do governo estadual o cumprimento do acordo para o seu assentamento, mediante o qual os governos estadual e federal se comprometeram de assentar em 60 dias, as 1.400 famílias sem terra, na fazenda Boa Vista, em Cruz Alta. Saldos da luta: morte de um soldado, implicando num inquérito policial controverso que terminou culpando dois agricultores sem terra e que foram presos, abrindo-se uma batalha na Justiça para desculpá-los. Mas, as agressões sobre os sem terra com cassetes, bombas de efeito moral e tiros, resultaram em 70 agricultores e 25 policiais feridos. Os custos sociais e as repercussões políticas produzidos pela violência obrigaram o governo a abrir o espaço da negociação. O MST conquistou uma área de 1.200 hectares, em Bagé (RS) e mais 200 hectares, em Santo Ângelo (RS), embora insuficientes para assentar 1.400 famílias acampadas em Cruz Alta (Sem Terra, 1990).

Desde o início dos anos 70, a região de Rio Maria tornou-se palco de 11 conflitos de terra e de uma onda de assassinatos de lideranças, posseiros e dirigentes sindicais. A morte do presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, levou à

tona a questão da violência e da impunidade dos mandantes. Vários comitês se formaram em várias cidades do país para denunciar os inúmeros assassinatos de trabalhadores no sul do Pará (Debate Sindical: 1991: 36). No Maranhão, entre outras ocupações, cerca de 2.000 famílias sem terra ocuparam a fazenda Uberaba, em 21 de maio de 1990, foram cinco meses de luta e resistência. Com despejos sucessivos, prisões e torturas, enfrentando o descaso do Governo, a polícia, os pistoleiros e o Exército; conseguem, no dia 12 de setembro do mesmo ano, que o governo e o INCRA assumissem o compromisso de atender as suas reivindicações.

Ocupações e enfrentamentos seguem-se em quase todas as unidades da federação e, ano após ano. São ocupações massivas para conquistar a terra e territorializar o espaço político do processo de aprendizagem movimentista em outros patamares e que se sucedem aos processos de mobilização e preparação inicial dos sem terra e dos acampamentos. Em 9 de agosto de 1995, às quatro horas da manhã, quando 500 famílias sem terra dormiam em seus barracos, na fazenda Santa Elina, Corumbiara, Rondônia, foram massacradas pela polícia militar e jagunços. Acontecimento que junto com o da Praça da Matriz, em Porto Alegre (RS), marcou a história da luta pela terra no Brasil. Depois da tragédia, o INCRA verificou que a documentação da fazenda era ilegal. Em 17 de abril de 1996, um ano após Corumbiara, ocorre o massacre de Eldorado do Carajás. Os sem terra bloquearam a rodovia PA-150, para reivindicar comida e transporte para chegar até Belém. Queriam negociar a desapropriação da fazenda Macaxeira, composta por 43 mil hectares de terras ociosas. O governador Almir Gabriel mandou desobstruir a rodovia “a qualquer custo”. E realmente, os custos sociais e políticos foram altos, quando 368 homens da Polícia Militar do Pará espalharam terror e morte sobre 860 famílias unificadas por um único sonho: conquistar um pedaço de terra para viver e trabalhar (Tierra, 1997: 195).

O massacre de Eldorado do Carajás comoveu a opinião pública do país e teve fortes repercussões internacionais. A Reforma Agrária, junto com os sem terra, historicamente bandeira de luta e capital político dos movimentos camponeses do Brasil, entrou todos os dias nas páginas dos jornais do país. A imprensa internacional deu ampla cobertura ao fato. Entidades de cooperação e solidariedade do mundo inteiro realizaram manifestações e diversas formas de pressões em apoio aos sem terra. A imagem do governo brasileiro e, principalmente a do Presidente da República, se vê arranhada em sua pose de estadista no nível internacional, e sua aceitação despenca na opinião pública do país. A Reforma Agrária e sua vinculação com a problemática da pobreza e da violência urbana e, com a construção de uma sociedade mais democrática e justa, entram nas salas das universidades e nos debates da intelectualidade. O MST e os sem terra como força social, redimensiona o espaço do processo de socialização política para além de seus acampamentos e assentamentos, atingindo parcelas cada vez maiores da população brasileira. Mas, houve quem quisesse despolitizá-la, substituindo-a por “democratização da terra”, subordinando o seu conteúdo profundamente político a uma desbotada questão social.

As repercussões políticas do massacre obrigaram as autoridades governamentais a se manifestarem e dar satisfações à opinião pública. O Presidente da República e sua equipe de governo se viram obrigados a lançar uma série de propostas, inclusive de criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. O governo do Pará foi afastado de suas funções num simulacro de punição, que na verdade teve o papel de poupá-lo politicamente. O Ministro da Fazenda pede demissão. O Congresso Nacional se manifesta e envia Comissão de Parlamentares à área para apurar os fatos. O Ministro da Justiça também vai à área ver de perto os estragos morais da chacina.

Tais fatos, somados à função que exerceu os meios de comunicação social dando fruição às pressões sociais, e à opinião pública mais crítica, mostram as vantagens do frágil regime democrático do país e, sobretudo da democracia política para fazer avançar a

democratização social protagonizada e capitalizada pelos movimentos sociais. A visibilidade que o movimento dos Sem Terra avançou, a partir do massacre de Eldorado do Carajás, lhe garantiu mais repercussão quanto a eficácia de suas ações e de seu lado positivo, do que a novela o “Rei do Gado” transmitida pela Rede Globo de Televisão.

Quando muitos líderes e personagens da intelectualidade de esquerda são atraídos para a direita ou esconde o seu complexo derrotista por uma retórica democratista que só faz reforçar a crença “globalista” de que não há alternativas ao neoliberalismo, o MST vai se tornando na década de 90, o maior e mais bem organizado movimento social agrário do Brasil e da América Latina, com vocação de um novo tipo de internacionalismo apoiado numa vasta rede de solidariedade, apoios e alianças no plano internacional (Pietras: 271). Sob esta rede, opera-se uma rede de comunicação via Internet, capaz, de em frações de segundos, denunciar atrocidades cometidas contra os Sem Terra, podendo atingir públicos críticos em cadeia e para além das longínquas e aparentemente isoladas “corumbiaras” e “eldorados dos carajás”. Enquanto, o governo insiste em diabolizar o MST como caso de segurança nacional e tutelá-lo pela repressão policial militar; o MST é erigido ao status de cidadania internacional. Mereceu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos Vladimir Herzog, Medalha Chico Mendes por sua luta contra a violência no campo (1991); Prêmio Nobel Alternativo, do parlamento sueco (1991); Menção de Honra do Prêmio Rei Balduino, Bélgica (1994) e; ainda, o Prêmio UNICEF 1995, pelo trabalho de educação com as crianças sem terra (Frei Beto, 1997, p. 216).

Quando, em 17 de abril de 1997, chegou a Brasília, a Marcha dos Sem Terra por Justiça, Emprego e Reforma Agrária, a pesquisa encomendada ao IBOPE, pela patronal Confederação Nacional da Indústria (CNI), revelou os seguintes dados: que 85% dos entrevistados apóiam as ocupações, desde que sem violência e mortes; que 94% acham justa a luta do MST por Reforma Agrária; que 77% encaram o MST como movimento legítimo; sendo que 88% disseram que o poder público deveria confiscar as terras improdutivas e distribuí-las aos sem terra.

Com todos esses acontecimentos, embora o Governo recue nas suas tentativas de deslegitimar o MST, passados os primeiros impactos do massacre de Carajás, começou a protelar promessas e amaciar as exigências sociais e políticas de acionar para valer a resolução da questão agrária e a própria apuração de responsabilidades e punição dos mandantes e executores do massacre. Em face disto, o Movimento Sem Terra, reinicia suas jornadas de lutas e de mobilização contra FHC (Governo Fernando Henrique Cardoso). Em julho de 1997, em torno do dia do trabalhador rural, o Movimento em conjunto com outras forças organizadas, levou às ruas, em 16 capitais do país, milhões de pessoas em protesto à política econômica do governo, que diz que se compromete com a reforma agrária, mas nomeia um banqueiro para Ministro da Agricultura. Um governo que quer fazer reforma agrária como espécie de política social compensatória e com projetos isolados que dificultam a sobrevivência dos assentamentos; que toma medidas como a cédula da terra e aumento na eficácia da cobrança do imposto rural, para desviar a discussão da necessidade de distribuição de terras em áreas contínuas e de forma rápida e massiva.

Em função de tais medidas protelatórias, o MST busca efetivar suas ocupações de áreas contínuas, de forma não só a aumentar os custos políticos e sociais de qualquer medida repressiva, mas também para facilitar a racionalização da produção, processamento e comercialização dos produtos dos trabalhadores assentados, como da infra-estrutura e dos serviços. Em 1997, faz um balanço da reforma agrária. Verifica que no Governo FHC, aconteceram 1304 conflitos sociais no campo. Este Governo tinha previsto 2,6 milhões de reais para a Reforma Agrária. Estes recursos já eram insuficientes para assentar as oitenta mil famílias segundo a meta do governo. Entretanto, daria para assentar 19.000. Até então, em junho de 1997, o governo só tinha gasto 13% daqueles recursos alocados à reforma agrária e

assentado 12.502 famílias (Sem Terra, 1997). Em 1999, em resposta ao Pontifício Conselho de Justiça e Paz que, em documento intitulado “Para uma Melhor Distribuição da Terra” (1988), admite, entre outros aspectos e claramente, o direito da ocupação de terras, como pressão social dos pobres do campo (CPT, 1999: 38); o Governo brasileiro faz um balanço das ações de reforma agrária no país, entre 1995-1998. Este balanço está no documento “A Reforma Agrária no Brasil, 1995-1998”, no qual o governo brasileiro pretende dar resposta satisfatória ao Vaticano e a todos os Bispos do Brasil. Admite, o documento que, neste período foram assentadas 287.539 famílias, em 2.356 assentamentos criados ao longo desses quatro anos, quando o compromisso do governo foi assentar 280 mil famílias de sem terra até 1998. A Governo admite que esta sua façanha foi recorde, já que nos 30 anos anteriores, a reforma agrária, só havia assentado 218 mil famílias, a maioria em projetos de colonização na Amazônia. Segundo o documento do Governo, entre 1995-1998 foram desapropriados 7.321.270 hectares de latifúndios, implicando na desconcentração de propriedade da terra, expressa pela queda do índice de Gini, entre 1992-1998, de 0,82 para 0,78.

Em termos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), desde 1995, aquele documento informa que o conjunto das famílias assentadas no país recebeu mais de 1,25 bilhão de reais (US\$ 1, 197 bilhão) de créditos. Além disto, informa que cada uma destas 287.539 famílias recebeu ao tomar a posse de seu lote, um crédito de implantação, para se alimentar enquanto a terra não produz, compra de implementos agrícolas e construção de moradia. Em termos de valores, cada família foi beneficiada com este crédito no valor de 3.925 reais (US\$ 2.242). Valor total de 231.600.040 reais (ou US\$ 198.900.756).

Estes dados são contestáveis. A CPT informa que de 1985 a 1996 foram registrados 1.013 assassinatos; 33 massacres, com total de 195 mortos, inclusive o de Eldorado do Carajás (17-04-1996) quando 19 trabalhadores foram mortos pela polícia militar do estado. Informa ainda, a CPT que, em 1997, os dados, ainda que parciais, informam que 26 trabalhadores rurais foram assassinados. Já, entre janeiro e março de 1998, foram mortos 11 trabalhadores, fato que indica um recrudescimento da violência no campo, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Informa, ainda que, entre 1989 a 1997, a redução da área plantada foi de 4,1 milhões de hectares, o que representou aproximadamente, o desemprego de 3 milhões de trabalhadores. Já, entre 1995-1996, 400 mil pequenos produtores perderam as suas terras. Em 1996, portanto, em um ano, a população economicamente ativa da área rural, foi reduzida em 8.32%, ou seja, cerca de 1.300.000 de pessoas deixaram de ter um emprego. Apesar das cifras que traduz um cenário negativo para a agricultura e para o campo; o setor agrícola respondeu positivamente, contribuindo com a geração de 25.5 a 26% dos empregos totais do país, entre 1993-1995. Entretanto, segundo a CPT, a enorme concentração fundiária no país pode ser expressa pelo fato de que as grandes propriedades constituem 2,8% do total dos imóveis rurais, tendo 56.7% do total das terras cadastradas. Já os minifúndios somam 89.1% dos imóveis e apenas 23.4% da área total cadastrada, somando-se a estes dados a improdutividade da terra, representada pela existência de mais de 35 mil imóveis considerados latifúndios e que estão sem produzir (CPT, 1998: 18-26).

Tais dados, entretanto, além de demonstrarem a pertinência da luta pela terra, não deixam de confirmar a voz corrente dos movimentos sociais agrários, da CPT e do MST, em particular, de que as desapropriações para fins de Reforma Agrária se devem muito mais a luta social pela terra do que à vontade política do governo. Assim, ocupando áreas não produtivas, os movimentos sociais agrários vêm obrigando o governo a fazer desapropriações para fins de assentamento de trabalhadores sem terra. Conforme a CPT, as ocupações são muitas. Só entre o primeiro dia de janeiro e 26 de março de 1998, o MST realizou 40 ocupações em dez estados, envolvendo 12.511 famílias, totalizando 35 mil pessoas que ocuparam 66.407 hectares de terra. Informa ainda que, o MST possui atualmente (1998), 299

acampamentos com cerca de 57.301 famílias, totalizando cerca de 200 mil pessoas e que reivindicam a posse de 567.476 hectares. Estados com maior número de ocupações: Paraná, com 76 acampamentos do MST e um total de 8.836 famílias, em 99.668 hectares; Pernambuco, com 46 acampamentos; São Paulo, com 26 e Sergipe com 22. Rio Grande do Sul com apenas 04 acampamentos, o MST mobiliza 6.200 famílias de acampados, que é quase o mesmo número de Pernambuco que é de 6.783 famílias. A CONTAG, com suas federações e sindicatos, realizou também ocupações, contando em 1997, com 150 acampamentos. (CPT, 1998).

Estes dados representam um amplo processo de socialização política e outros processos portadores de condições de aprendizagem social, processos estes, como sabemos, que começam desde as visitas de casa em casa às reuniões e grupalização de sem terra com vista à preparação para realizar os acampamentos e as ocupações, sem contar os movimentos dramaturgicos de expressão pública, que ocorrem, continuamente em todo país como forma de pressão e ao mesmo tempo de influenciação da opinião pública, de forma à fazer governos cumprir acordos e compromissos e denunciar a violência e a impunidade de seus executores e mandantes. Como sabemos, o repertório social das lutas é enorme e representa um capital político acumulado na história das lutas e que remontam inclusive a memória das lutas passadas, das quais o próprio MST se considera tributário. Acampamentos, ocupações de terra, de prédios públicos, de praças, marchas, caminhadas, romarias, declarações públicas, ocupação de espaço na imprensa, fechamento de estradas, celebrações, festas populares, etc. são processos afirmadores da luta e da identidade coletiva; são também generalizadores de valores e de orientação que informa novas condutas participativas e cidadãs e, portanto, superadoras de uma cultura de subalternidade e sujeição. São manifestações, relacionadas com o público, com outras camadas sociais organizadas, com entidades e personalidades que as apóiam, com os políticos e os partidos, com governos e setores estatais, etc. Nelas, não só vão se forjando uma consciência identitária e reforçamentos de elos de pertença coletiva; também a consciência política de força social amalgamada na luta e na resistência. A caminhada se faz ao caminhar, e nela se aprende a avançar e a recuar quando preciso; comportamento resignificado de uma cultura de resistência manhosa dos oprimidos, como já disse, em algum lugar, Paulo Freire. E conforme essa cultura, aprenderam a lutar cantando, rezando, dançando, rodopiando, “um passo à frente dois atrás” (como já disse Lênin) e conforme a “música” como se diz no linguajar popular.

Essas manifestações de caminhada forjam novos patamares de aprendizagem, já que criam condições propiciadoras de aquisição da competência para negociar, para realizar acordos, contratos, alianças, parcerias, etc.

Mas, as ocupações, e mesmo os acampamentos, são espaços e momentos de redimensionamento de processos educativos, entre eles, de socialização política materializada na ação: ocupar, resistir, produzir. São espaços e projetos forjadores de um aprendizado individual e coletivo abertos à inovação, à resolução e ao conflito, e cada vez, mais complexos e contínuos. Para tanto, é preciso tanto o fortalecimento de uma estrutura organizacional, quanto à mobilização de recursos qualificadores de ação. Na medida em que avança a organização coletiva conforme o próprio avanço das lutas, também aumentam as demandas educativas. Vejamos:

A primeira metade dos anos 90 foi considerada o período de maior repressão aos movimentos sociais e de luta pela terra, em particular; mas, também foi marcado por um intenso trabalho de formação e organização interna do MST. No campo da educação escolar, conforme Caldart e Kolling (1997: 229), mesmo com o sofrimento da repressão e da violência, foi este um momento bastante fértil de elaboração pedagógica e que vai desembocar na ampliação das frentes de atuação. Especificamente, o direito à educação não poderia estar ausente na luta pela terra e por condições efetivas de trabalho nos

assentamentos. É deste período a criação de um Coletivo Nacional de Educação do MST, tendo em vista um trabalho mais articulado e mais refletido no campo da educação escolar para qualificar a própria luta por um direito constitucional e num país com 70% da população semi-analfabeta e 48 milhões de pessoas completamente analfabetas (Sem Terra, 1990: 2).

Em 1990, via a FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro), espécie de universidade dos movimentos populares do campo, começam a funcionar as primeiras aulas do Curso de Magistério de 2º grau. Esta experiência vem dando certo, e passou a ser replicada em outras regiões do Brasil, em convênio com as universidades. Em 1999, começou a funcionar o primeiro curso para educadores militantes do MST das regiões Norte e Nordeste, em convênio com a UFPB. O curso funciona no campus desta universidade, localizado na cidade de Bananeiras (PB).

Em 1995, o MST criou o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Reforma Agrária), que iniciou o curso supletivo de 2º grau em Administração de Cooperativas. A experiência foi iniciada com o apoio da Universidade do Vale dos Sinos (São Leopoldo, RS) e a Universidade de Brasília (UNB). Esses cursos dividem-se em períodos de alternância de atividades. Há o tempo-escola, onde os alunos permanecem cerca de dois meses seguidos na escola, desenvolvendo atividades-aula, oficinas, estudos e atividades culturais, e participam de uma cooperativa que sustenta o próprio curso. E, há o tempo-comunidade, onde o aluno volta para sua comunidade, podendo ou não desenvolver atividades práticas. O tempo-escola configura-se como um novo processo de socialização. Conforme Andrade, em pares, os cursistas vivenciam um processo de transformação com base na prática de gerenciar uma cooperativa, também uma prática de cooperação social, no sentido de solidarizar-se, de compartilhar, de vivenciar uma coletividade, cujo motivo maior é sua capacitação e formação. Além disto,

“essas dimensões educativas possibilitam uma nova leitura do mundo, uma re-significação do contexto do assentamento e da luta pela terra... O acesso ao conhecimento sistematizado sobre questões relativas ao grupo social a que pertence, permite a ampliação dos horizontes da compreensão sobre a realidade, promovendo mudanças qualitativas em termos de consciência, identidade e possibilidades de ações (intervenção na realidade)”. (Andrade, 1997: 259).

O ITERRA produz cartilhas sobre questões contábeis, providenciárias e trabalhistas. Promove cursos destacando-se Laboratórios Organizacionais e os Cursos de Formação Integrada na Produção, através do quais já se vivencia na prática a teoria da organização com base na cooperação social. O MST participa do CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), através do qual são desenvolvidas atividades de cursos, trocas de experiência, assessorias e introdução e adaptação de tecnologias adequadas ao meio ambiente dos assentamentos. Através de sua escola de formação nacional, a ESMA (Escola de Formação Maria Margarida Alves) são promovidos cursos, cujos conteúdos podem ser expressos pelas cartilhas de formação sobre trabalho de massa, trabalho de grupo, a mística do movimento, trabalho de organização e emulação ideológica, construção de um movimento de massa, história do MST e da luta pela terra, reforma agrária, etc. A ESMA oferece ainda cursos para aprofundar o marxismo e outros temas de formação política dos militantes do movimento.

Na área da educação escolar, o setor de educação do MST publica os Cadernos de Educação, voltados para o debate de questões pedagógicas e dimensões particulares do processo educativo e, os Boletins da Educação, de caráter mais informativo, com artigos e informações conjunturais e textos para estudo. Já a Coleção Fazendo História é voltada para

produzir textos para as crianças e os adolescentes. No campo informacional, edita o Jornal Sem Terra e a Revista Sem Terra, além de fornecer um serviço de informações, via Internet, sobre a problemática agrária e a luta pela terra no país. O MST tem realizado Oficinas Nacionais de Músicos e Comunicadores Sem Terra, nas quais são discutidas as políticas culturais e de comunicação do Movimento; a melhor utilização de rádios comunitárias na educação dos trabalhadores e, busca-se, entre outras coisas, o aprimoramento da linguagem e do uso de técnicas de comunicação e de musicalidade (Sem Terra, 1997: 20).

O movimento realizou entre 28 e 31 de julho de 1997, o seu I Encontro Nacional de Educação e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), na Universidade de Brasília. O evento teve a participação de 600 delegados dos 23 estados brasileiros onde se faz presente o MST; de 200 convidados e de delegações de cerca de 30 universidades brasileiras. As repercussões deste encontro, entre outras questões, serviram para o Governo Federal apressar ações na área de educação, entre elas, o PRONERA (Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária), com ações voltadas para a educação de jovens e adultos. Infelizmente, acompanhado, como todos os programas do Governo Federal, mais de recursos de marketing político do que de recursos financeiros para atender a uma imensa demanda que extravasa as necessidades do MST, se levamos em consideração as ocupações e acampamentos da CONTAG, das federações e dos sindicatos, além da CPT e outros movimentos sociais agrários que lutam pela terra.

No momento deste Encontro, o MST contava, mesmo com a precariedade de infra-estrutura e escassez de recursos, com os seguintes avanços na área de educação: 02 mil educadores e educadoras de 1º grau, 500 monitores e monitoras de alfabetização trabalhando com cerca de 8 mil jovens e adultos não escolarizados, 100 monitores e monitoras de educação infantil e cerca de 50 mil crianças em mil escolas espalhadas em assentamentos e acampamentos de todo Brasil (Sem Terra, 1990: 14). A concepção que norteia estas ações educativas valoriza a cultura popular a partir da pedagogia de Paulo Freire. Nesta concepção, os saberes populares são inter-relacionados com o saber acadêmico, qualificando-se no processo pedagógico. Possibilita, desta forma, que adultos, jovens e crianças, incluindo os educadores, compreendam concomitantemente e de modo mais profundo a sua própria cultura e tenham acesso a produção científica e tecnológica contemporânea (Knijnik, 1997: 268-269). Desta forma, pela via da educação escolar, o MST cria condições para a racionalização dos estorvos da tradição à autoconstrução de sujeitos capazes de discussão e ação. Ao mesmo tempo, através de várias outras ações e estratégias de luta enfrenta os imperativos sistêmicos que impedem o desenvolvimento integral e sustentado das áreas de assentamento, sem se deixar cooptar pelos seus mecanismos tuteladores.

São nas ocupações e nos assentamentos que se efetivam novos patamares de aprendizagem e mediante a complexidade de demandas educativas necessárias à produção e reprodução social. A eficiência dos meios e das formas (estrutura de racionalidade) e a eficácia nos resultados das mudanças dos padrões de vida e de trabalho (racionalização social) não só concretizam efetivamente o aprendizado social, bem como, traduzem-se em fatores necessários a legitimação e reconhecimento da positividade do MST e da luta pela terra em geral, da luta pela Reforma Agrária, em particular. No plano das concepções e crenças vigentes, inclusive acadêmicas revestidas de áurea de cientificidade, desmistificam a ideologia dominante da inviabilidade da agricultura familiar e das incompetências e outros atributos que não só desqualificam o trabalhador rural, mas justificam a própria inviabilidade da Reforma Agrária. Contraria as certezas economicistas daqueles que querem transformar a reforma agrária numa mera política social, em reforminhas para mitigar a pobreza e a fome daqueles grupos sociais que permanecem no campo e, que resistem à modernização devastadora de modos de vida; daqueles que querem transformar a questão agrária numa

questão social e não política, abrindo as gretas transformísticas de despolitização da luta pela terra e as respostas tópicas do Estado em assistencialismo, e não em conquistas cidadãs.

Em face disto, o MST, já no início desta década de 90, resolve qualificar a luta tendo como meta à combinação da luta econômica e a luta política. Para tanto procurou formar e capacitar em todos os sentidos e demandas todos os seus militantes, das bases aos dirigentes e ao mesmo tempo viabilizar em todos os sentidos a produção nos assentamentos. Os assentamentos passaram a ser fortalecidos: o aprendizado de novas técnicas, novos padrões de gestão organizativa incorporadores de novas estruturas de racionalidade que, traduzidas em práxis social, racionalizam a própria produção econômica dos assentamentos e geram novas oportunidades e melhorias de trabalho e de vida. Para tanto, o movimento criou, em 1992, o Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA), o qual é congregado pelo Sistema Cooperativo da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), pois o SINACOOOP (Sistema Nacional de Cooperativismo) congregado pela OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) é um aliado da UDR e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), dos grandes proprietários de terra). (Sem Terra, 1998: 4).

A CONCRAB reúne hoje 45 cooperativas regionais de comercialização, uma rede de associações e dezenas de cooperativas centrais em 8 estados da federação. Através da ITERRA, a CONCRAB produz material formativo como cartilhas; realiza encontros para trocas de experiências, cursos de capacitação, entre eles, os já mencionados Laboratórios Organizacionais e os curso de Formação Integrada na Produção. Nos últimos anos, via o PROCERA e convênios com os Ministérios do Trabalho e da Agricultura, canalizou em 4 anos 300 milhões de reais (1994-1997). Os frutos destes investimentos educativos e produtivos podem ser verificados, conforme os dados do FAO (1994): a renda mínima de uma família assentada é 3,7 salários mínimos mensais, enquanto “a renda média nacional, dos mais bem pagos executivos aos salários-esmolas, é de 3.82 salários mínimos por família/mês” (Frei Beto, 1997: 217). Assim, se tem, pois, cerca de 138 mil famílias nas áreas de assentamento, graças à ocupação de terras ociosas pelo MST, com possibilidades alvissareiras de elevação e melhoria de suas condições de vida e sobrevivência. Os exemplos a seguir descritos por Frei Beto (Idem, ibidem, p. 217 – 219), articulador do Boletim Rede de Cristãos e consultor do MST, são sinais de que, com vontade política dos governantes, se poderia colocar a sociedade brasileira em novos patamares socialmente integrados de milhares de sem terra e de milhões de sem nada, mediante a Reforma Agrária:

- O assentamento Santa Bárbara do Oeste (PR) produz 3.500 kg/hora de erva-mate verde; e o de São Mateus (ES), tem capacidade para beneficiar 10 mil sacas de café no período da safra. Já o de Sarandi (RS), resfria 13 mil litros de leite por dia.
- No Ceará, em Itarema, vale a pena conferir a farinha de mandioca produzida e processada em 7 casas de farinha e a fábrica de queijos de Monsenhor Tabosa. No Rio Grande do Sul, vale a pena conferir a indústria de processamento de pêssegos, em Piratini; e, em Santa Catarina, a fábrica de Jeans, em Dionísio Teixeira, produzindo 1.000 calças/mês, comprovando que os assentamentos são capazes de gerar emprego para os jovens desmotivados para o trabalho com a agricultura. Já, a maior produtora de sementes de América Latina hoje, é a COOPERAL, em Bagé (RS), filiada a CONCRAB. Ver para crer: os assentamentos gaúchos de Hulha Negra e Bagé são responsáveis por 40% da produção nacional de sementes de hortaliças. Já o assentamento 30 de Maio, em Charqueadas (RS) é exemplar entre outros, na eficácia pedagógica e organizativa da ação educativa do MST: as 40 famílias deste assentamento,

organizadas na Cooperativa Agropecuária de Charqueadas (COOPAC), conseguiram o milagre de transformar, em menos de 7 anos, uma área que seria destinada a um presídio em uma experiência de sucesso baseada na organização solidária; uma das principais atividades deste assentamento é a produção de hortaliças (Sem Terra, 1990: 7).

Com tais resultados e exemplos a luta se qualifica e mostram que o MST ocupa para produzir, capitalizando, por este lado, a legitimação social das ocupações e questionando publicamente a falta de vontade política dos governantes. Frente a isto, pela via das ocupações, o MST não tem só a função educativa de mostrar atrasos das elites governantes com relação aos aparatos jurídicos vigentes mesmo com suas sabidas limitações, mas também de forçar os executores e interpretes da lei para colocá-los em vigência, interpretando-os de acordo com determinadas necessidades sociais, emanadas de situações a partir das quais os grupos sociais elaboram suas noções de justiça e de direitos, tendo como referência a própria formalidade das normas e das leis constituídas. É a partir destas possibilidades de descentração cognitiva e moral que as ações de ocupação dos sem terra se qualificam forçando e exigindo Reforma Agrária segundo os seguintes instrumentos viabilizadores da reforma agrária do ponto de vista da arrecadação legal de terras: a) Lei 8.629/93 que prevê desapropriações de terras ociosas nas áreas de conflitos e ocupações, b) artigo 51 da Constituição, que prevê a revisão de negociações irregulares de doações, vendas e concessões de terras públicas e, c) outros instrumentos.

Conforme estas leis, as ocupações que o MST faz são legais, porque para elas serem vigentes têm de haver ocupações, ou seja, a própria lei em si já admite a ocupação. No entanto, o governo trata os sem terra e suas ocupações como caso de polícia, contrariando a própria lei. Portanto, qualquer intervenção ou mandato judicial contra os agentes da ocupação é ambigualmente ilegal. Os sem terra, sabem disso, porque as leis relacionadas à reforma agrária desde o Estatuto da Terra são matéria obrigatória de estudo sistemático e sério, desde os primeiros contatos e reuniões preparatórias para a ocupação. Tal fato mostra a evolução moral do campesinato sem terra, representando um aprendizado de primeira ordem, já que a evolução de uma sociedade se mede antes de tudo pelas estruturas de racionalidade no campo da moralidade e sua capacidade de resolver problemas sistêmicos, como é o caso da questão agrária.

Dito isto, pode-se afirmar que as ocupações realizadas pelos sem terra, representam um momento importante do processo de socialização /ressocialização política que, ao se iniciar desde as reuniões de casa em casa, nos sindicatos, nas comunidades, com base na racionalidade comunicativa ordinária presente na própria cultura camponesa, vai se complexificando através de processos interativos contínuos traduzidos em práxis social de construção do sujeito coletivo em seu movimento.

Neste movimento contínuo de construção, vão se forjando a sua identidade coletiva, a sua cultura política e a sua história. Neste momento, são exigidos padrões mais elaborados de racionalidade e superadores da racionalidade comunicativa ordinária, presente na cultura popular. Seus núcleos de “bom senso”, agora são resignificados e traduzidos em práxis social inter-relacionados às estruturas de racionalidade de saberes e conhecimentos científicos e técnicos disponíveis. Neste novo patamar de descentração necessário à construção permanente de sua práxis, o sujeito coletivo agora exige de seus agentes uma racionalidade comunicativa, dialogal, portanto, requer maiores níveis de reflexão, de abstração reflexiva, baseada no melhor argumento e em normas de cooperação social, de reciprocidade. Neste nível de desenvolvimento moral e intelectual, aberto à inovação e ao consenso, são desenvolvidos e elaborados processos relacionados às condições objetivas (sociais econômicas e políticas) e subjetivas (cultura, interesse, vontade e sentido). São

construídas e revistas propostas, alternativas, estratégias, projetos, conformando um processo contínuo de aprendizado baseado na resolução de problemas e no chão da luta, por uma sociedade que se quer, mais democrática e menos injusta.

É neste processo que o movimento avança. Este avanço complexifica os processos de aprendizagem ao diversificar as demandas educativas que qualificam a luta e a forma de organização do sujeito coletivo. Este patamar de aprendizagem é impulsionado pelas ocupações, que como espaços de luta e resistência qualificam o processo de socialização política pelos enfrentamentos operados face ao Estado e à ação dos latifundiários. Os conflitos provenientes dos enfrentamentos entre as partes põem à prova tanto a forma organizativa quanto os níveis de consciência dos indivíduos, suscitando um processo de novas descentrações tanto no plano das representações e concepções, quanto no plano das orientações e valores que governam os seus processos interativos. Nos assentamentos, territorializa-se a luta pela terra (Fernandes, 1996), dando continuidade a luta pela conquista de novas frações do território, possibilitando a expansão territorial do sujeito coletivo dos sem terra como força social, política, cultural e, também econômica. Desta forma, lhe possibilita construir os assentamentos como modelos concretos da sociedade desejada, mostrando que o sonho é possível. A territorialização da luta pela terra materializada no assentamento diversifica as demandas, complexifica os processos de aprendizagem ao diversificar as lutas para respondê-las, colocando o MST em face ao Estado com novas formas de lutas. O aprendizado neste patamar se traduz efetivamente nos processos de racionalização social, ou seja, na mobilização de estruturas de racionalidade latentes e sua corporificação na ação social pela criação de alternativas de sobrevivência frente aos imperativos sistêmicos e sua capacidade de solapar as bases de integração social engendradas nas trajetórias das lutas e agora territorializadas na forma assentamento. Em particular, há necessidade de mobilização de muitas energias em processos criativos portadores de alternativas nas diversas atividades relacionadas à produção e reprodução social manifestos na melhoria das condições de vida e de trabalho. Neste nível de aprendizagem, o MST tem demonstrado experiências e resultados concretos (ver Fernandes, op. cit. p. 142). Fato que demonstra que as mudanças da realidade dos assentados só podem ser operadas através do aprendizado construtivo dos indivíduos socializados. O assentamento, em particular, torna-se uma escola de construção/reconstrução de um modo de vida em novos patamares de integração social.

Numa perspectiva habermasiana, se a evolução de uma sociedade ou percepção de mudanças que se operam no seu interior se mede pela capacidade que tem de resolver problemas sistêmicos que apresentam desafios evolutivos, como é o caso da questão agrária, o MST ao lutar pela terra e pela Reforma Agrária, através de ocupações e viabilização concreta dos assentamentos em termos de melhoria das condições de vida e de trabalho, pode demonstrar que é possível superar as patologias sociais de fome, de analfabetismo, de pobreza e de miséria, oferecendo uma oportunidade de aprendizagem para toda sociedade. Pode lhe oferecer instrumentos que lhe capacita para resolução de problemas sistêmicos e estorvos da tradição expressos pelo arcaísmo da cultura de sujeição com raízes no latifúndio, base do poder político dos grandes proprietários de terra e seus sócios do capital industrial e financeiro. Neste sentido, um movimento social agrário, do porte do MST, abre possibilidades de institucionalização de uma cultura política de participação, ao lutar pela democratização do sistema político, cuja vitalidade e vigência de sua forma é estorvada pelo poder de mando, provavelmente legal, mas ilegítimo, dessa gente.

Neste campo, a territorialização da luta pela terra, pressupõe a educação política do campesinato para o exercício e ampliação de sua cidadania política. Esta demanda educativa fundamental pressupõe, a conquista e qualificação do poder político local e da gestão democrática da res publica municipal. Neste campo, o MST tem pouco avanço. A sua orientação socialista, possivelmente leva-o a dar pouca importância a representação política

do campesinato em todos os níveis, fazendo avançar a luta pela terra, que têm nos assentamentos a prova de que ocupa a terra para produzir. Para produzir, são necessários recursos públicos. Os recursos públicos dependem de leis orçamentárias e outros instrumentos que passam pelos executivos e parlamentos. Em última instância, a conquista do território tem seus limites, fica incompleta, sem poder político propriamente dito, que na maioria dos casos estão nas mãos das oligarquias políticas desde as comunas municipais. É fato comum que, os institutos da soberania popular, garantidos constitucionalmente como os conselhos de gestão de políticas e fundos públicos, principalmente no nível municipal, permanecem controlados pelas oligarquias políticas locais que, também detêm o executivo e o parlamento municipal. Algo, porém, começa a mudar, numa conjuntura política, como a atual, cuja tendência é municipalização (ou prefeiturização) das políticas e programas do Governo Federal, inclusive da Reforma Agrária, e uma clara orientação desse governo para a filantropização das políticas sociais. Neste prisma, o trabalho do MST, nas áreas de assentamento é despoliticizado, como a ação de seus parceiros, como a CPT, sindicatos, ONG's e outros.

Finalmente, se os níveis de democratização social e a importância da democracia política se medem pela regulamentação consensual dos conflitos sociais e a sua resolução através do direito e da moral, expressando um aprendizado social de primeira ordem, o MST não só tem contribuído para valer direitos, pressionando a efetivação da lei e questionando normas vigentes (expectativa generalizada de comportamento) orientadoras de seus operadores e intérpretes. Também, ao questionar a legislação vigente, propondo novas formas de interpretação e reivindicando reformas, têm conseguido influenciar a corporificação institucional de reivindicações, porém nem sempre passíveis de efetivamente serem acionadas em seu favor. Vejamos os impactos neste campo da juridificação ou corporificação institucional de direitos:

- Lei 8.629 / 93 e o próprio artigo 51 da Constituição: como já foram mencionados, amparam legalmente a ocupação de sem terra, a depender dos intérpretes e dos operadores legislativos;
- Aprovação da Lei do Rito Sumário (1996), que cria instrumentos para agilização das ações de Reforma Agrária. A partir da Lei 9.415 / 96, o Ministério Público passou a mediar os conflitos de terra. A intenção dos legisladores e do Governo foi prevenir atos de violência, principalmente nas ações de reintegração de posse. Por outro lado, e de certa forma, esta lei reduz os controles políticos das oligarquias locais sobre as ações da justiça relacionadas aos conflitos de terra;
- Decreto 2.250 / 97 prevê a democratização das ações de reforma agrária, pela participação das entidades representativas dos trabalhadores indicando áreas a serem desapropriadas. Como já vimos anteriormente, este decreto formaliza uma prática que já vinha sendo colocada em prática, pela CPT e pelas próprias lideranças sindicais, desde os primórdios do movimento social dos sem terra, quando o governo negava a existência de terras passíveis de desapropriação por interesse social. Só que agora, pelo menos formalmente, os órgão executivos da Reforma Agrária, são obrigados consultar e a levar em consideração as indicações e propostas dos movimentos sociais quanto às terras a serem desapropriadas, exercendo também o direito de fiscalizar os processos de desapropriação.
- Lei Complementar 93 / 98: esta lei criou um fundo público para financiar, em longo prazo, a aquisição de terras e projetos de assentamento, o chamado Banco da Terra.

- Medida Provisória Junho 1997, introduzindo mudanças nas leis 8.629 / 93 (Lei Agrária) e 8.437 / 92, que dispõe sobre a redução do prazo de vistorias e torna mais fáceis os processos de vistorias prévias e, aumenta o prazo para ações revisórias, evitando as superavaliações e isentando o Estado de pagar precatórios judiciais de indenizações superavaliadas;
- Lei 9.393 / 96: modificou o ITR para inviabilizar a manutenção de latifúndios improdutivos como reserva de valor. Criou distinção entre grandes e pequenos proprietários de terras produtivas e improdutivas, o trabalhador e o especulador. Com esta lei, é incentivado o uso social da terra, à medida que a pequena propriedade e as áreas de interesse ecológico reconhecidas pelo IBAMA, não pagam o ITR e a terra improdutiva paga mais impostos.
- Decretos 2.614 / 98 e 2.680 / 98 autoriza o INCRA a participar de leilões de terra com o fim de agilizar a sua aquisição e aumentar a oferta de terra, inclusive pela via das instituições de mercado que operam como bolsa de mercadoria. A intenção é adquirir terras pelos preços de mercado, numa conjuntura de queda desses preços.

Em algumas dessas leis e decretos, há quem veja uma clara orientação mercadológica de viés neoliberal. Há quem ache que o governo, com essas medidas legais, como Banco da Terra e aumento da eficácia da cobrança do imposto territorial rural, tem a intenção de desviar a discussão da necessidade de desapropriações e redistribuição de terras de forma rápida, massiva e em áreas contínuas (Guedes 1997: 4). Sejam como for, tais instrumentos legais representam resultados dos impactos da luta pela terra sobre o Estado, que de uma maneira ou outra procura, senão protelar a Reforma Agrária, pelo menos criar instrumentos complementares às desapropriações com base no artigo 51 da Constituição e a Lei 8.629 / 93.

As respostas dos movimentos sociais às tais reformas, têm configurado uma verdadeira “queda de braço” com o Governo no que diz respeito a sua interpretação e operacionalização, a exemplo do V Grito da Terra Brasil 98. Por ocasião desse momento e forma de mobilização, encaminhamentos e negociação de propostas com o governo, a CUT – CONTAG – STR’s, exigem o cumprimento da Lei 2.250 / 97, que dispõe sobre a participação dos movimentos sociais agrários na indicação de terras a serem desapropriadas. Reivindicações: inclusão das áreas indicadas pelo movimento sindical na programação operacional do INCRA e definição de cronograma de execução da ação para cada uma delas, incluindo os estados que não apresentaram a este órgão a relação de áreas prioritárias. Disponibilizar para assentamento as terras públicas e de empresas públicas, demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Instituir programa de regularização fundiária das áreas já ocupadas por pequenos produtores. Extinção do Programa Banco da Terra e Cédula da Terra, e substituí-los por um programa de reordenamento fundiário, considerando determinadas condições, tais como a exclusão do programa de áreas passíveis de desapropriação e a inclusão da participação de entidades representativas dos trabalhadores na gestão e aplicação dos recursos. Este fato mostra que sem a luta e participação dos implicados na legislação, ela se torna ou letra morta ou pode ser operacionalizada unilateralmente atendendo a certos interesses particularistas, em geral contra as classes subalternas do campo (CONTAG, 1998: 4-5). Seja como for, se a premissa touraineana de que sem democracia não há movimentos sociais; é provável que o regime democrático vigente no país, por mais limitações que possamos pontuar para demonstrar as suas fragilidades, tem sido importante, para oportunizar o avanço dos movimentos sociais agrários, como é o caso do MST.

2.3. Outros Movimentos Sociais Agrários

Na década de 80, como já vimos, surgiram e se consolidaram, além do MST, diversos movimentos sociais agrários; a maioria com origem nos próprios sindicatos e que hoje têm autonomia frente ao sindicalismo rural. Desde a década de 70, as especificidades das lutas foram se expressando nas demandas colocadas por diferentes extratos de trabalhadores rurais ao mesmo tempo em que os seus impactos sobre o Estado e sua legislação arcaica e autoritária e as classes dominantes implicadas, requeriam cada vez mais a qualificação das lutas. Isso implicou um imenso esforço de mobilização de recursos pedagógicos, técnicos e científicos, bem como assessorias, apoios, diagnósticos, estudos e avaliação sistemática do processo de organização e de luta dos diferentes atores sociais: camponeses sem terra, índios, seringueiros e castanheiros, atingidos por barragens, pequenos produtores rurais, posseiros, colonos, mulheres trabalhadoras rurais, pescadores, etc. A ausência de respostas adequadas e eficazes por parte do sindicalismo rural - em geral, preso aos limites legais de uma legislação autoritária, que era preciso modificá-la e não se submeter passivamente a ela - tornou-se um dos fatores que implicou o surgimento desses novos movimentos sociais agrários. São exemplos deles: o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o Conselho Nacional dos Seringueiros, que depois, junto com os castanheiros, índios e ribeirinhos, construíram a União dos Povos da Floresta; o Movimento dos Trabalhadores Sobreviventes da Transamazônica, que reúne os colonos abandonados pelo Estado nos projetos de colonização; o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais); o MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), além dos movimentos indígenas e das comunidades negras rurais pela demarcação de seus territórios.

São formas de organização e luta cujos desdobramentos escapam ao sentido estrito das organizações sindicais, ao mesmo tempo em que se consolidam através de suas lutas e reivindicações fora dos marcos clientelísticos, antagonizando-se com as forças sociais e políticas que sustentam gramáticas políticas autoritárias. Na maioria desses movimentos podemos verificar certa coesão soldada por valores de solidariedade, união e noções de justiça abertas ao consenso e a construção de ações comuns o que lhes dão maior eficácia e agilidade enquanto organização política. Transcendendo as realidades locais e com certas instâncias de mediação, inclusive os sindicatos; ganham abrangência nacional, não só através de redes de apoio, assessorias, fóruns, campanhas, bases organizativas nos estados, encontros, etc.; também através de lutas de caráter nacional. Muitas lutas inter cruzam-se. A problemática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, de agroecologia, atravessam todos eles. Também a luta pela terra, o que faz com que todos defendam a reforma agrária. Não por acaso, I Encontro dos Povos da Floresta, em Rio Branco (Acre), seringueiros, índios e outros representantes dos trabalhadores extrativistas, passaram cerca de seis dias (de 25 a 31 de março de 1989), discutindo seus problemas e avaliando suas formas de lutas, o que desencadeou na criação da União dos Povos da Floresta. Os rumos do movimento discutidos neste Encontro foram condensados num programa de lutas, tendo como centro a luta imediata pela Reforma Agrária, com a implantação de reservas extrativistas e pela demarcação das terras indígenas. Como a luta não termina nos “empates” e nem na criação de reservas extrativistas e a demarcação das áreas indígenas, fez parte da plataforma comum das lutas: o fim do pagamento das rendas e das relações de trabalho com base na coerção extraeconômica impostas pelos “coronéis de barranco” e que escravizam os seringueiros nos seringais tradicionais; implantação de uma política de preços e comercialização; fim da criação de “colônias indígenas” na área do Projeto Calha Norte; serviços de educação e saúde de qualidade; por uma política de preservação ambiental e estímulo à pesquisa e à extração de

outros recursos naturais; estímulo às cooperativas de comercialização dos produtos da floresta e à organização sindical etc. A luta de Chico Mendes e pela qual morreu barbaramente assassinado, foi iniciada em 1976; o primeiro empate ocorreu em 1981 e a primeira reserva extrativista conquistada ocorreu em 1988. Daí a importância desse Encontro no sentido de buscar formas de lutas, alianças e apoios no nível das categorias envolvidas, no nível de ONG's, Centrais Sindicais, entidades internacionais de cooperação, partidos políticos, etc. É tanto que, estiveram presentes ao Encontro 267 representantes de entidades governamentais e não-governamentais. Além desses, representantes dos brasileiros (seringueiros expulsos pelos latifúndios para a Bolívia).

Principalmente à imprensa e as delegações estrangeiras ficou claro a razão da luta: a destruição da floresta a um ritmo anual de 1,8 milhões de hectares ameaçava a sobrevivência das populações da floresta. Também um patrimônio genético, praticamente inexplorado e campo de enormes descobertas científicas. Mostraram ao Brasil e ao mundo que os empreendimentos econômicos financiados pelo Estado, além dos custos sociais e ambientais, não contribuíram com 3% da renda nacional, apesar dos incentivos fiscais e do crédito fácil; que entre todas as formas possíveis de lutas, frente aos latifundiários da UDR e ao Estado incompetente e omissivo, só lhes restaram a ação direta, arriscando as suas próprias vidas através dos “empates”. Através dos “empates” pais de família, mulheres, crianças e lideranças ocupam pacificamente os acampamentos, convencendo os peões a abandonarem os tratores e os moto-serras. Daí nasceu a idéia de “reservas extrativistas”, através das quais uma família de seringueiro ou castanheiro aliando produção e conservação da floresta, conforme um manejo com base em seus saberes acumulados de geração em geração, sobrevive dignamente e pode preservar e cuidar de cerca de 300 hectares de floresta. Mostraram, os povos da floresta, que a reserva extrativista e o seu modelo agroambiental é a única alternativa econômica ecologicamente viável de exploração da floresta amazônica. Tratando-se de vontade política dos governantes e das lutas desses povos, o Estado pode chegar a desapropriar grandes extensões de matas, inclusive observando a procedência de títulos de propriedade, transformando-as em reservas extrativistas mediante concessão de uso e exploração coletiva. Essa ação estatal deve ser, entretanto, acompanhada de políticas necessárias à produção e a reprodução social dos povos extrativistas. O que é mais importante e de valor universal é a visão desses povos da natureza pública da floresta, um bem comum enraizado em sua cultura e em valores que orientam suas condutas em relação à natureza, em contraste com o maior proprietário de terras do Brasil, o paulista Pedro Aparecido Dotto, dono de 2,1 milhões de hectares, só no Acre; e do empreiteiro Cecílio do Rego Almeida que, em 1996, comprou o seu próprio país dentro da Amazônia Legal. Trata-se da compra de 4 milhões de hectares, área que cabe dois estados de Sergipe, abrigando 28 rios, 60 milhões de metros cúbicos de madeira nobre, além de jazidas de ouro e cassiterita. Os técnicos do Instituto de Terras do Pará descobriram uma série de irregularidades na compra, inclusive o fato de que um quarto das terras foram vendidas ilegalmente à preço de banana de R\$ 1,50 por hectare. O fato, conforme o ITERPA, é que o dono da construtora C. R. Almeida comprou por 06 milhões de reais uma área “incomprável”; e que a fazenda não tem registro; “não existe”, conforme declarou à Veja, o diretor jurídico do ITERPA, Carlos Lameirão (Veja: 1996: 43). Fatos como este torna cada vez mais legítima e salutar a luta dos povos da floresta.

O fato é que estes movimentos, pelo valores universais que defendem e que orientam a sua luta, dão lição ao mundo. Não por acaso têm recebido apoio de partes e organizações do mundo inteiro, ao passo que oferecem ao governo brasileiro e a outros povos do mundo políticas de preservação ambiental e desenvolvimento originadas no seu conhecimento e na sua árdua luta. Mostram, em cálculos econômicos, que um hectare de pasto rende menos da metade do rendimento de um hectare de floresta, em castanha e borracha; além da caça, da pesca, dos frutos e da biodiversidade genética preservada e de alto

valor científico para toda a humanidade. Mas, a luta dos povos da floresta está também orientada por valores de autonomia e liberdade: eles não pagam aluguel e tem patrão. A preservação da floresta através das reservas extrativistas, mas também nos mananciais de água, dos territórios indígenas etc., é também preservação de sua liberdade; princípio afirmativo de sua cidadania negada secularmente.

Impressionados com a complexidade da situação desses povos e com a universalidade de suas lutas, orientadas por valores e experiências que dão lição à humanidade e que questionam o próprio modelo de vida no planeta, os representantes de entidades ecológicas conferiram naquele Encontro do Acre, que a preservação da Amazônia era uma necessidade de todos os povos e culturas. Não por acaso, Roberto Smeraldi, da entidade ecológica Amigos da Terra, da Itália, deslocou-se para o Acre com o fim de hipotecar todo apoio possível aos povos da floresta. Também Renata Ingran, da entidade ambientalista italiana Liga pelo Ambiente e a representação do Partido Verde italiano; José Ramos Regidor, do Centro Internacional de Documentação e Informação; e, Carlo Colli, da Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores (CISL). Desde a luta de Chico Mendes, a partir da década de 70 até a Eco-92, os Povos da Floresta tinham percorrido um longo aprendizado social. Como todo aprendizado é relacional, essa aprendizagem social ajuda à generalizar valores com base em suas experiências forjadas numa árdua luta e com impactos institucionais corporificados nas reservas extrativistas. Com a conquista dessas reservas, territorializa-se não só a sua luta e resistência pela difusão dos “empates”, mas também conquistando o território como patrimônio público sob concessão de uso conquistado e outorgado pela sua legitimidade e universalidade. Naquela data, da Eco-92 (Rio de Janeiro), os resultados dessa luta podiam ser registrados: somando as reservas extrativistas, área indígenas e/ou correlatas, os Povos da Floresta tinham conquistado 30% da área do estado do Acre. Com estes resultados estes povos - indígenas, ribeirinhos e extrativistas - puderam manter 97% da cobertura vegetal do Acre, preservando o seu patrimônio genético de valor para toda humanidade, as suas culturas e tradições, e, sobretudo a sua liberdade (Waldman, 1997: 77).

Semelhante ao que ocorre em outros movimentos (MAB, MMTR, MONAPE, etc.), o Conselho Nacional dos Seringueiros, além da preocupação de ampliar suas bases sociais, a partir de sua consolidação como sujeito coletivo e a partir do I Congresso dos Povos da Floresta passou a estabelecer um leque amplo de alianças, acordos, parcerias, cooperação e entendimentos com as organizações dos povos tradicionais e nativos amazônicos, com os sindicatos de trabalhadores rurais, com organizações ambientalistas e com os movimentos, não só que se articulam em defesa dos povos da floresta, também aqueles que tem uma luta comum: a luta pela terra e pela Reforma Agrária. Esta bandeira é comum mesmo aos movimentos que enfatizam lutas no campo da cultura e dos valores, como é o caso do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Embora estejam organizadas em seu próprio movimento, enfatizam a sua contribuição no fortalecimento das organizações sindicais e comunitárias, mas também estão juntas na luta dos povos atingidos por barragens, na luta dos sem terra e outros movimentos específicos. Levantando a bandeira da democratização das relações de gênero, as mulheres do MMTR, apresentam uma múltipla militância desenvolvendo ações sobre essa temática que perpassam as lutas, organizações e movimentos agrários diversos.

Estes movimentos, com exceção do MONAPE nasceram com base nos sindicatos, transformando-os em organismos de luta. Também se apoiando num vasto lastro organizacional da sociedade civil e se utilizando os canais institucionais vigentes para pleitear respostas para suas reivindicações. Entretanto, não se confunde nem com os sindicatos, nem com as entidades e instituições de apoio, nem com os organismos locais como associações comunitárias e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Com eles formam redes temáticas,

parcerias, alianças, troca de experiências, plataformas comuns de lutas, eventos de dimensão política, numa espécie de “caminhar juntos”, de articular forças. Neste prisma, mesmo o Conselho Nacional dos Seringueiros, que apresenta tensões com o movimento sindical, nasceu, se constituiu e tem relações muito estreitas com o STR de Xapuri (AC).

Uma das tensões entre CNS e os sindicatos, está na sua própria organização conselheira, abrangendo em suas assembleias representantes indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, e outros, independente da filiação sindical ou não. Por seu turno, os Atingidos por Barragens organizam-se localmente em comissões; tem como base institucional os sindicatos, organizados por sua vez, em Pólos Sindicais, em estreita relação com as federações, a CONTAG e entidades de apoio e assessoria. Neste caso, “as entidades sindicais, assimilam as lutas dos atingidos e ao mesmo tempo se fortalecem. Mesmo, o MONAPE, Movimento Nacional dos Pescadores, que se constituiu especificamente com o apoio da CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) ligado a Igreja Católica, e a partir da luta na Constituinte pela livre associação profissional sindical, contra, portanto, ao Estado que tutela, submete e oprime a organização dos pescadores, não deixou de dar importância às suas organizações representativas e a luta pelos canais institucionais. Estes fatos põem, não só em xeque a tese comum numa certa literatura, de que os movimentos caracterizam-se pela sua não institucionalidade, sua espontaneidade e voluntarismo. Pelo contrário, os movimentos fazem pressões e utilizam-se de expedientes de desobediência civil para abrir exatamente os canais institucionais. Lutam para reformar e ampliar a legislação que lhes diz respeito; para juridificar direitos e colocar em vigência àqueles conquistados e já formalizados em face ao autoritarismo que caracteriza a sociedade brasileira e um poder político oligopolizado de forma arcaica e quase absoluta pelas classes sociais e elites dominantes. A contrário de voluntarismo, espontaneismo, esses movimentos, como o MONAPE, são resultados de mais de 20 anos de luta contra todo tipo de opressão, tutela e exploração e que requereram estudos sistemáticos, cursos e eventos formativos contínuos, encontros de avaliação sucessivos e outros processos qualificadores de suas lutas.

É bem provável que alguns atestem a tese habermasiana de que o que está em jogo em suas lutas é a gramática das formas de vida, a defesa de modos de vida ameaçados ou a reconstrução de modos de vida estilhaçados pelos mecanismos desintegradores da expansão capitalista. Portanto, muitos desses movimentos não estariam lutando pelo poder político. É claro que, sem “orientação” à vista, a idéia de assalto ao Estado estaria historicamente colocado em xeque. Entretanto, a idéia de não lutar pelo poder propriamente político, de construir uma sociedade civil autônoma e uma esfera pública não-estatal, entre o mercado e o Estado, sem uma forte representação político-parlamentar pode ser muito frustrante. É tanto, que alguns movimentos sociais estão mudando de idéia, diante da orientação neoliberal nas reformas pós-constitucionais e de outras que estão para vir, claramente desfavoráveis às classes subalternas da sociedade.

De forma geral, o surgimento e consolidação dos novos movimentos sociais agrários, enquanto novas formas de representação dos “rurais”; sem falar do fenômeno das associações de produtores rurais, as quais passaram a discutir questões sobre a organização da produção e da comercialização, colocou em xeque a política tradicional do MSTR, e principalmente dos sindicatos do tipo “bombeiro”, que só se mobilizam quando pressionado por um conflito de terra ou por ocasião desse ou daquele fato. Incapazes, portanto, de traçar uma política de ação, permanente com suas bases, não se colocando como interlocutor entre a sua base e o Estado, e divorciando as lutas sindicais das reivindicações políticas. Sem combiná-las com a luta que se realiza na sua própria base, tais reivindicações esvaziam-se em doutrinarismos. Neste cenário, o MSTR vem se mobilizando na construção de alternativas e de forma que se respeite a diversidade de movimentos e organizações, ao mesmo tempo em que se construa a unidade na luta. A filiação da CONTAG a CUT representa neste sentido e

numa conjuntura “global” e “neoliberal” desfavorável aos movimentos e às lutas agrárias. As Jornadas de Lutas dos Trabalhadores Rurais e a realização do Grito da Terra Brasil, a partir de 1994, já na sua sexta versão 99, deram subsídio e suscitaram alternativas para construção de novas estratégias de luta e de organização dos trabalhadores do campo: combinar o trabalho de base com o trabalho de massa, a luta econômica com as reivindicações políticas. Ser mais propositivo. Já não bastava, portanto, protestar. Era preciso, então, disputar espaços com outros projetos, apresentando alternativas de desenvolvimento para o país. Assim, as lutas de massa, deveriam incorporar as propostas em debate de um novo projeto de desenvolvimento para agricultura brasileira (CUT: 1995: 26).

A conjuntura política tinha mudado, mas também o regime político. Tínhamos, portanto, uma realidade política que possibilitava a abertura de diálogo mais amplo com o Estado e o conjunto da sociedade, sendo, portanto, maiores as possibilidades de vitórias e de consolidação e de apoio às lutas do campo. Agora, os movimentos sociais teriam que ter competência para construir pautas de negociação tecnicamente viáveis, objetivas e facilmente operacionalizáveis e nos marcos de uma gestão participativa de políticas e fundos públicos; portanto, de controle societário de sua implementação. Nesta perspectiva e sob a orientação do princípio de unidade na diversidade surgem novas iniciativas conjuntas: um exemplo é o próprio Grito da Terra Brasil. Este evento-movimento de expressão pública e negociação é coordenado por um Comando Nacional formado pela CUT-CONTAG, MST, MAB, CNS, MONAPE, CAPOIB e MMTR, constituindo-se uma ampla política de alianças e contribuindo de forma decisiva na direção política do processo, além de construir lutas articuladas e parcerias em torno de temáticas como desenvolvimento sustentado, geração de emprego e renda no campo, juventude rural, direitos da mulher e relações de gênero, trabalho infantil, e trabalho escravo, impunidade e violência no campo; formação profissional, previdência social rural, reforma agrária, etc. Há, portanto, um processo de descentração tanto no nível das concepções, representações e percepções perpassadas por questões político-ideológicas e requeridas pelo meio cambiante e muitas vezes hostil, quanto no nível normativo pela adoção de novas posturas baseadas em valores de cooperação, solidariedade, reciprocidade e respeito às diferenças e a pluralidade social de atores e suas organizações e movimentos. Fala-se agora em: parcerias, complementaridade de ações, apoios mútuos, agendas comuns, plataformas de lutas comuns, redes e fóruns, troca de experiências e de construção de consensos. Fóruns, redes, articulações, comissões e grupos de trabalho, encontros, oficinas, etc., constituem-se em verdadeiros loci ou espaços públicos autônomos criados pelos movimentos sociais agrários, também com o apoio e participação de ONG's, de setores da Igreja, e suas pastorais, serviços e comunidades.

Cada um desses movimentos e entidades, ou no seu conjunto, têm contribuído desde a Constituinte para inscrever em leis, direitos consagrados por anos de lutas. Estas lutas, para além da formalidade das leis, continuam conformando um processo contínuo, ambíguo e simultâneo de afirmação/cerceamento; de ampliação e vigência de novos padrões legais de regulação das relações sociais de convivência e de integração societária (Krischke, 1990). Embora, cerceada pelas gramáticas políticas autoritárias dominantes (Nunes, 1997) na sociedade e pela força das oligarquias políticas que insistem em oligopolizar o espaço da política, esta movimentação da sociedade civil, especificamente das camadas sociais organizadas do campo na forma movimentos sociais, tem implicado na democratização da democracia (política). E, neste campo, há um longo percurso a percorrer, já que a formação em política propriamente dita não tem a contento entrado em suas agendas.

Possivelmente uma das grandes contribuições dos movimentos sociais, em geral, foi a institucionalização da participação na Constituição de 1988. A corporificação institucional de uma cultura política de participação, e que os movimentos afirmam-se como seus portadores, pode ser expressa pelo impeachment, pelo referendo, pelo plebiscito, pela

iniciativa popular de projeto de lei, pelos conselhos de gestão participativa de políticas e fundos públicos, além de iniciativas inovadoras como o planejamento participativo e o orçamento participativo adotado por algumas administrações de comunas municipais. É, entretanto, pelo seu exercício, mediante a internalização pelos cidadãos do valor e da importância dessas formas democráticas de participação, ampliação e consolidação da democracia política; é pela sua tradução em práxis social que elas formarão o lastro não só legal, mas legítimo, de aperfeiçoamento das instituições democráticas e de sedimentação de uma cultura política democrática de participação. Para tanto, não basta esgrimir a questão social e uma suposta cidadania social em detrimento da ampliação da representação política em todos os níveis das classes subalternas e de sua cidadania política, como tem sido a orientação de vários movimentos, setores da Igreja e de ONG's que trabalham no campo. É preciso abrir-se, descentrar-se para vislumbrar que o autoritarismo social que perpassa as relações de gênero, as relações de gerações, as relações interétnicas, às relações entre dirigentes e dirigidos no interior dos movimentos e organizações, entre outras; retroalimentam-se com o autoritarismo político expresso em padrões de relações sociais patrimonialistas, clientelistas, burocráticas, corporativistas, etc., que não estão só alojadas no Estado, e até por estar ali alojadas, têm se reproduzido, e até se fortalecido, perpassando toda a sociedade, suas classes, camadas e grupos sociais.

Para tanto, para superar tais estorvos à consolidação da democracia política que se baseie numa cultura política de participação e sustente o terreno da livre expressão e organização dos próprios movimentos sociais agrários, é necessária a ampliação e qualificação da representação política dos sem terra, das mulheres rurais, dos seringueiros, dos atingidos por barragens, dos pescadores, dos sobreviventes da Transamazônica, da agricultura familiar; enfim das camadas sociais subalternas do campo em todos os níveis. É nesta direção que os movimentos sociais e as ONG's têm muito a aprender. Até porque uma agenda propriamente política suscita novos problemas e novos processos de aprendizagem, principalmente no que diz respeito a formação propriamente política das "bases sociais" da ação movimentalista. E, a maior dificuldade que remonta a todo processo de constituição desses movimentos e que dificulta um trabalho e uma luta ousada nesta direção, é a de tomar a democracia política como um fim em si mesma, portanto como valor estratégico e permanente. Motivos político-ideológicos, certamente, reduzem a dimensão visualizadora de que, é no campo da política propriamente dita, que weberianamente tem sua legalidade própria, que os movimentos agrários podem melhor contribuir para promover as reformas que tanto almejam e pelas quais tanto lutam, a Reforma Agrária por exemplo.

É necessário perceber, que tais reformas virão como consequência da luta pelo poder político. E negar propriamente a política ou querê-la subordinada ao social, nega-se, de certa forma a representação política das classes subalternas do campo, nega-se a cidadania política dos trabalhadores rurais; também os princípios autonomistas ou emancipatórios da pedagogia da ação de que são portadores tanto os movimentos quanto as instituições e entidades que lhes apóiam. De certa forma, pode-se até estar reforçando a velha idéia de que as classes subalternas do campo são incapazes, sem destino e sem história, tanto no ideário de esquerda quanto no da direita, embora com motivações diferentes. Por fim, pode-se estar correndo o risco de interditar os camponeses de seu direito mais fundamental: o de representar e, ser representado, a sua cidadania política. Sem este direito fundamental, possivelmente a cidadania social não passará de simulacro de cidadania, já que ela pressupõe relações com todos os aparelhos de poder e em todos os níveis, implicando em tutelamentos, mesmo que seja de uma ONG.

TERCEIRA PARTE

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO NORDESTE
BRASILEIRO**

CAPÍTULO I

O MSTR E A LUTA DOS TRABALHADORES DA CANA

1.1. Primeiras Palavras

A década de 80 foi o período que marcou o crescimento e o dinamismo dos movimentos sociais do campo também no Nordeste e no bojo de um processo mais amplo de democratização da sociedade brasileira que levou a instalação do regime político democrático formalizado na Constituição de 1988. Desnecessário dizermos que houve rupturas e continuidades com os movimentos agrários que antecederam o regime militar, o que implica num processo contínuo/descontínuo de aprendizagem social, cujo maior saldo foi a institucionalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais representado pela CONTAG e, apesar, vicissitudes repressivas e tutelamentos credenciados por uma legislação autoritária. Também seria desnecessário reafirmarmos que a Igreja Católica e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais tiveram em todas as partes do Brasil um papel fundamental na emergência das classes subalternas do campo no cenário político, lutando pela terra e a Reforma Agrária, por salários decentes e uma política agrícola e preços justos.

Enfatizar a importância dos setores progressistas da Igreja e do sindicalismo rural no processo de emergência dos camponeses e outros atores sociais do campo é também afirmar que esta emergência não foi um processo automático e derivado necessariamente da posição que estes ocupam na estrutura produtiva. É claro que a expansão capitalista no campo elevou os níveis de exploração e marginalização a patamares socialmente insuportáveis, ao mesmo tempo em que rompeu ou, pelo menos, enfraqueceu os elos de sujeição costumeira dos atores sociais subalternos do campo ao senhor e fazendeiro. Programas governamentais como o PROÁLCOOL, implantado pelo Estado em 1974, numa conjuntura de crise dos preços do açúcar no mercado externo e elevação nos preços do petróleo; aliou os interesses das oligarquias agrárias com os poderosos interesses da fração capitalista ligada aos interesses da indústria automobilística, da metal-mecânica e do setor industrial que produz máquinas, implementos e insumos modernos para a agricultura. A modernização da agroindústria canavieira, entre outras coisas, manifestou-se tanto pelo aumento da produtividade quanto pela expansão da área plantada. A corrida por terras que vai tanto expulsar os moradores das usinas e nas terras dos fazendeiros que lhes fornece a cana, quanto de parceiros de propriedades colocadas à venda por latifundiários improdutivos favorecidos pela elevação dos preços da terra. Também pequenos proprietários instalados em minifúndios nos interstícios e franjas da “plantation” canavieira em expansão são pressionados de várias formas, em geral, por mecanismos de pressão extra-econômica, para se desfazerem de suas terras.

Já as áreas cobertas por latifúndios dos agrestes e sertões sofrem um processo de pecuarização, incentivado pelo Estado pela via de programas como o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (1974), o Programa Especial de Apoio e Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo, criado em 1976), além dos programas de irrigação do DNOCS e da CODEVASF. Se estes programas tiveram o papel de adaptação do setor agropecuário do Nordeste à expansão do capital do Centro-Sul de forma a induzir sua modernização e integração ao circuito produtivo que comandava a agroindústria, tiveram a função de dotar os sertões de uma nova fisionomia modernizante. Esta fisionomia pode se expressar não só através da infra-estrutura econômica

e de serviços (rodovias, telefonia, armazenamento, crédito, assistência técnica, etc.), também valorizou as terras, diversificou as atividades econômicas dos latifundiários e aumentou relativamente o seu poder político. As pastagens e os bois passam a ocupar o lugar dos moradores, sejam parceiros ou arrendatários. Tanto na área da cana, como no sertão, este processo de expansão e expropriação desatou em conflitos, seja pela resistência e luta pela terra, seja pela reivindicação de indenização de benfeitorias. Neste momento rompe-se os laços de dependência costumeira, as relações de favor com o grande proprietário, ao mesmo tempo em que se revela o significado da propriedade fundiária (Martins, op. cit. 20-21). No confronto imediato com os proprietários dos latifúndios, os subalternos do campo buscam as estruturas organizativas locais pré-existentes: o sindicato, a Igreja e seus grupos de reflexão e comunidades de base que estão se formando. Neste âmbito surge a mediação da Igreja e do sindicato em apoio à ação e a contestação dos pobres do campo redimensionando-as em organizações que abre a possibilidade de ação política para além do imediato e do cotidiano, procurando superar o isolamento geográfico e político dos conflitos sociais.

Apoiados por uma instituição eclesial que se coloca para a sociedade como Igreja – Povo de Deus, que agora condena o latifúndio como causa da pobreza, da injustiça e da violência no campo; e pelos sindicatos e suas federações que se colocaram como canal de postulação dos direitos reivindicados, os camponeses envolvidos nos conflitos de terra, vão à cidade, mostram-se à opinião pública como portadores de direitos, passam a ser notícia nos jornais e outros meios de comunicação social; realizam passeatas, atos públicos, vigílias, acampamentos. Recebem apoio de entidades sindicais dos trabalhadores urbanos, de entidade de bairros, de associações profissionais, emergem no cenário público, livres do confinamento geográfico e político dos latifundiários. Já no final da década de 70, a Igreja apoia-se uma ampla rede de grupos, entidades de apoio, pastorais e comunidades de base voltados para a organização e conscientização dos pobres do campo. Bispos, padres, religiosas e religiosos, leigos, autodenominam-se agentes de pastoral, assumem uma postura teológica de engajamento nas lutas do “povo”, promovendo uma “ação educativa libertadora”. Se os sindicatos se viam pressionados a se engajarem na luta, por outro lado no III Congresso da CONTAG; em maio de 1979, houve certo consenso em torno do resgate do papel do sindicato como órgão de luta, de defesa, reivindicação e organização da classe. Decidem os sindicalistas que a recuperação desse papel do sindicato se daria na luta pela terra, pelo salário e pela valorização do pequeno agricultor, de forma a responder às diferentes demandas por direitos dos trabalhadores rurais, enquanto levantam a bandeira da reforma agrária como a luta principal e capaz de soldar a unidade na diversidade (CONTAG, 1979: 7-9).

Levando-se em consideração que a expansão capitalista no campo nordestino assume tais repercussões; neste capítulo trataremos de analisar os movimentos sociais que emergem a partir dos conflitos sociais por terra e por salário, sem deixarmos de focar a ação educativa dos “mediadores” na estruturação das lutas como processo de socialização política dos “rurais”. Destacaremos o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), e, sobretudo, o Movimento Canavieiro do Nordeste; e o movimento social de luta pela terra e pela Reforma Agrária, destacando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para ambos os movimentos, daremos atenção para a sua dimensão educativa que extrapola a luta pela direção dos meios de produção pelo questionamento das orientações sociais e culturais que presidem as relações de poder e desigualdades que se inscrevem concretamente nas concepções, tradições, instituições e organizações da sociedade.

1.2. A Greve de Pernambuco e o Modelo CONTAG de Campanhas Salariais

Já é sabido que a Greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, marcou a luta do MSTR com objetivos de forçar o cumprimento da legislação trabalhista e ampliar a conquista de outros direitos, fazendo avançar a representação sindical com respeito à modernidade das questões contratuais e salariais. O caráter massivo, 120 mil assalariados em greve, pegou de “surpresa” a classe patronal, as autoridades governamentais e teve grande repercussão na opinião pública, para além da região Nordeste e, num quadro fortemente marcado pela ascensão das classes trabalhadoras no cenário político. A maior novidade dessa emergência dos trabalhadores da cana através da mobilização massiva foi não só a sua ocupação no espaço público como portadores de direitos, mas, principalmente, a possibilidade de sua contínua expansão sob a direção da CONTAG e mediante a própria interpretação e uso da legislação vigente, subvertendo-a por dentro. É tanto que, a partir de Pernambuco, o movimento dos trabalhadores canavieiros progressivamente foi se alastrando pelos outros estados nordestinos: Rio Grande do Norte (1982), Paraíba (1984), Alagoas e Sergipe (1986); além de outros estados e setores assalariados do campo, como os da lavoura cacaueteira e da fruticultura irrigada.

O “modelo” de campanhas salariais da CONTAG representou no campo da juridificação de direitos, uma ação institucionalizada que possibilitou a mobilização de novas estruturas de racionalidade, socialmente disponíveis no estoque do conhecimento no campo da Justiça e do Direito. O exercício desta estrutura de racionalidade possibilitou a mediação entre a realidade constituída e submetida a uma legislação arcaica e autoritária e a busca de novas formas de integração social. Ou seja, a mobilização de energias cognitivas na interpretação das novas possibilidades e brechas da legislação vigente embasou a criação de mecanismos capazes de superar seus entraves à afirmação dos direitos formalmente juridificados e a conquista de novos direitos. As mobilizações dos canavieiros do Nordeste, experimentadas pela primeira vez em Pernambuco, tornaram-se uma referência corporificada na práxis social movimentalista aberta à revisão constante e à adequações e inovações no que tange à superação de seus limites e ao alargamento de suas possibilidades calcando um processo de aprendizagem constante que associou tanto possibilidade da racionalização social pela instituição de novos padrões relacionais entre capital e trabalho e com o aparelho político-administrativo; quanto o processo de subjetivação expresso sobretudo pela afirmação de uma nova entidade social dos canavieiros.

A mobilização das estruturas de racionalidade inerente à própria modernidade traduzidas em práxis social pode ser expressa pela própria noção de contratação coletiva, que ao ser colocado em prática, representou um salto de qualidade em relação ao contrato individual. Este salto de qualidade, na realidade do Nordeste, é expresso pela superação dos expedientes sindicais, anteriores a 1979, de encaminhamento de questões trabalhistas individuais por ações coletivas com vista à contratação coletiva, portanto, capazes de ampliar os direitos vigentes. A classe trabalhadora ao longo de suas lutas históricas pela conquista de direitos aprendeu, dentro do contexto da exploração capitalista, que os direitos individuais obtidos pelo contrato individual, restringem-se apenas ao direito previsto em lei; sendo insuficientes para cobrir as necessidades de reprodução social passíveis de regulamentação e que vão surgindo com a própria dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas. Para superar tais limitações, os canavieiros, portanto, estabeleceram, a partir do modelo de Pernambuco, conflitos trabalhistas de fronteira entre a ordem autoritária constituída e a possibilidade de corporificação institucional de novos direitos e novos valores. Colocado à prova na primeira greve dos canavieiros de 1979, naquele estado, tal modelo tornou-se a referência para todas as lutas que se alastraram sucessivamente em outros estados nordestinos.

O avanço das conquistas dos canavieiros nordestinos, inclusive no campo dos direitos fundamentais de livre expressão e organização, rompe as cadeias da ordem constituída, reinterpretando-a e servindo-se dela como defesa contra o poder dos sistemas e aparelhos

políticos estatais, que salvaguardavam os interesses dos grandes proprietários de terra e a reprodução do *status quo* das relações de dominação e exploração que remetem ao estatuto da escravidão. Mobilizando as energias emancipatórias da modernidade e suas estruturas de racionalidades latentes e possíveis de corporificação institucional no estabelecimento de novos padrões relacionais e contratuais entre capital e trabalho; o movimento social dos canavieiros nordestinos foi se constituindo pela mobilização do capital político acumulado historicamente pelos movimentos emancipatórios das classes trabalhadoras, constituindo-se ao mesmo tempo como sujeito protagonizador de liberdades democráticas e mobilizador do curso da história, como portador de projeto e memória emancipatórios..

A mobilização de recursos cognitivos e estruturas de moralidade inerentes à modernidade circunscritas ao campo do Direito e da Justiça é endogenizada no modelo de campanhas salariais. Através das campanhas, foi possível, empreender lutas coletivas pelo contrato coletivo e que ao longo dos tempos foi incorporado como um mecanismo na própria lei. Explica Romeu da Forte, assessor jurídico da FETAPE, que na própria CLT há normas que disciplinam o mecanismo que a ser seguido para que os trabalhadores consigam a sua contratação coletiva. Assim, o conteúdo dessa contratação deve representar conquistas não previstas em lei. Não, por acaso, o modelo de campanhas salariais da CONTAG tomou como referência as experiências das lutas coletivas pelos direitos trabalhistas que ocorreram antes de 1964. O "Acordo do Campo", mediado pelo governo da frente popular de Arraes, realizado em 1964, pela primeira vez estabeleceu uma tabela de tarefas e possibilitou um aumento salarial do canavieiro, não previsto em lei, e representou a conquista de novos direitos (cf. Callado, 1964 e Sigaud, 1979). Assim, explica o assessor da FETAPE, a contratação coletiva permite conquistar novos direitos como salário doença, que a legislação previdenciária não assegura ao trabalhador rural. Do ponto de vista jurídico, a noção de contrato coletivo expressa a combinação de vontades entre as partes contratantes, estabelecendo direitos e obrigações (cf. CEDI, 1985: 32). O contrato coletivo toma o nome de convenção coletiva quando os trabalhadores, no aprendizado da negociação são capazes pelo uso da argumentação reforçada por outras formas de pressão e estratégias de convencimento, conseguem dobrar o patronato a assinar um conjunto de deveres e obrigações contidas na pauta de reivindicações contendo cláusulas, em geral, amplamente discutidas e aprovadas em assembleias sindicais com a ampla participação dos trabalhadores. Portanto, a convenção coletiva refere-se ao conjunto dos trabalhadores e que regionalmente, convencionaram chamá-las de "lei do sindicato", o que expressa o reconhecimento da representação sindical e da justiça das reivindicações sem muitas intransigências, por parte do patronato. Já o acordo coletivo refere-se a afirmações e conquistas de direitos de uma parte da base social do sindicato e, portanto, de trabalhadores de determinadas empresas. A contratação coletiva toma a forma de dissídio coletivo, quando desemboca na justiça do trabalho e sai mediante a sentença judicial do trabalho. Neste caso o dissídio torna-se um instrumento mais forte, já que a classe trabalhadora assume o papel de legisladora em seu próprio favor e conquista direitos não previstos em lei. A reação e intransigência patronal contrária ao avanço dos direitos através da contratação coletiva colocando-o dentro de um contexto de lutas, sendo o recurso à greve, um dos principais instrumentos de pressão à classe patronal. Mas, na realidade do Nordeste, não bastou a formalização dos direitos conquistados em negociações com o patronato, através de contratos coletivos de trabalho. Contrariando a lei, os empregadores descumprem tais acordos suscitando formas de lutas pelo seu cumprimento, o que possibilita a ampliação do aprendizado coletivo dos trabalhadores pela legitimação de fato dos direitos legalmente constituídos (FASE, 1996: 36-37).

No contexto do Nordeste, as mobilizações coletivas pela afirmação e conquistas de novos direitos enfrentou a violência patronal e a sua intransigência nas negociações e no cumprimento dos direitos formalmente conquistados, enfrentou a omissão e

convivência do Estado e uma legislação anti-operária e claramente defensora dos interesses patronais. O próprio recurso à greve como forma de luta mais eficaz e legítima dos trabalhadores para pressionar os patrões à sentar à mesa e negociar, era dificultada pela lei vigente, o que remete os canavieiros e sua direção sindical às experiências de lutas da classe operária desde o século XIX, na Inglaterra, em que a greve era considerada crime e punida com enforcamento e que, mediante a luta passou de crime a direito. Lições das experiências passadas: é a luta que faz os poderes da justiça se reciclarem e o patronato a se adequar aos novos tempos de um regime político democrático à caminho de institucionalização e aberto ao conflito e à negociação democrática entre capital e trabalho. Entretanto, o aprendizado social estocado na tradição de luta das classes trabalhadoras mostrava para os sindicalizados, direções e assessorias que, antes de tudo, a greve precisa ser internalizada pelo trabalhador e seus coletivos organizados como forma comportamental da classe. Este comportamento deve estar orientado por valores de solidariedade capaz de no plano individual e coletivo superar tanto o individualismo quanto o corporativismo economicista imposto pela própria dinâmica de exploração capitalista da força de trabalho. Depois que a greve torna-se este fato comportamental e solidário de classe pelo aprendizado da própria luta, abrem-se possibilidades de transformá-la em lei e porque já é de fato um direito constituinte generalizado por todo o corpus societário e por grande parcela de seus membros legitimando-a como uma arma justa que os trabalhadores lançam mão para sobreviver em níveis biológicos e sociais suportáveis. Portanto, o aprendizado da memória e do projeto emancipatório da classe trabalhadora ensina que as gerações contemporâneas e, especificamente aos canavieiros do Nordeste dispostos à luta pela conquista dos direitos, que a greve é um direito a ser conquistado, que não é a lei que abre espaço para a greve, mas que é a mobilização solidária da classe que abre espaço para a lei mudar e que, a depender das conquistas políticas e do regime político, as classes dominantes podem tanto restringir direitos conquistados, como mudar as leis substituindo-as por mecanismos legais autoritários. Assim, na história de lutas de classe trabalhadora brasileira, a greve era proibida pelo regime autoritário de 37; na volta do regime democrático inaugurado em 1946, por uma nova Constituição, a greve torna-se um direito.

O golpe militar de 1964 e a Constituição de 1967 imposta pelo regime autoritário limitou enormemente o direito de greve. Entretanto, este “limitou enormemente” significou para o movimento social dos canavieiros do Nordeste possibilidade de lançar mão das próprias brechas da legislação autoritária em favor do avanço organizativo e das conquistas de direitos dos trabalhadores rurais associado-os às mobilizações de massa. Essas mobilizações, por seu turno, respaldavam a deslegitimidade do regime autoritário e o avanço de processo de democratização em curso da sociedade brasileira, com promessas de renovação da própria legislação autoritária pela possibilidade que se abria de instalação de uma nova ordem democrática (Conferir CESE, 1985: 38).

Porém, o uso do próprio arsenal legal autoritário, exigiu a mobilização de energias coletivas para a construção de mecanismos alternativos criativos capazes de superar os dispositivos legais antigreves e os próprios expedientes sindicais de encaminhamento individuais de questões trabalhistas por ações coletivas que propiciassem, entre outras coisas, o aprendizado coletivo da luta de conquista de direitos. Nesta direção para consolidar o modelo de campanhas salariais experimentado em Pernambuco e estendido aos demais estados nordestinos foram necessários estudos sistemáticos; um amplo trabalho de capacitação de dirigentes e lideranças sindicais sobre a legislação vigente; um trabalho de convencimento e esclarecimento da viabilidade do modelo mesmo quando se mostrou eficaz. Também foi necessário um processo constante e sistemáticos de avaliação de suas possibilidades e limites associados a análise de conjuntura e ao balanço eficaz das correlações de forças capazes de embasar encaminhamentos da lutas e desdobramentos possíveis das

campanhas salariais. Além disso foi feito todo um trabalho de mobilização e esclarecimento às bases sobre os direitos trabalhistas, sobre os passos procedimentais legais das campanhas salariais, sobre a importância da greve e de outras formas de campanha para efetivar o cumprimento dos direitos conquistados.

Diante da legislação vigente, representada pela Lei de Greve 4.330/64, chamada nos meios sindicais de lei antigreve, e pela CLT, as quais somadas a Lei de Segurança Nacional (LSN), e a Lei de nº 1.632/68, que proíbe as greves nas atividades consideradas essenciais, como o setor energético na qual se vincula o PROÁLCOOL; foram construídas duas opções ao movimento sindical, conforme as interpretações dessas leis na perspectiva dos trabalhadores: (a) a realização de uma Convenção Coletiva, regulamentada pela CLT (opção chamada de “dissídio frio”), portanto, sem greve e viabilizada pela negociação direta, trabalhadores X empregadores, sem a mediação da Justiça do Trabalho; e, (b) realização do dissídio coletivo via a Lei de Greve 4.330/64 (“dissídio quente”), com o concurso mediador da Justiça e considerada a opção mais viável para a realidade nordestina. A CONTAG optou por esta segunda opção. Experimentada a sua viabilidade em Pernambuco e com conquistas reais; tratou de viabilizá-la nos outros estados.

A utilização deste “modelo” previa uma ampla mobilização não só para pressionar o patronato durante as negociações e imprimir maior rapidez no julgamento e obter resultados favoráveis aos trabalhadores; além de outros dispositivos, também a realização de uma assembléia sindical para aprovação da pauta de reivindicações com um *quorum* mínimo de 2/3 da categoria em primeira convocação e votação mediante escrutínio secreto e um *quorum* mínimo de 1/3 dos sindicalizados em segunda convocação e votação via escrutínio secreto. Estes dispositivos implicavam em mobilizar a categoria duas vezes e num intervalo de pelo menos dois dias. A lei previa que todos os patrões fossem notificados com antecedência e dentro dos moldes legais, para evitar efeito “surpresa”. Previa ainda um prazo de negociações com os patrões que poderia durar até 05 dias, e só então, a matéria poderia passar para decisão no tribunal. Durante a negociação, a greve era proibida, o que poderia transformar a negociação numa mera encenação dada a prepotência patronal. A greve podia ser utilizada somente até a decisão do Tribunal de Justiça do Trabalho. Após a data do julgamento era considerada ilegal. Os patrões poderiam, ainda, recorrer ao Supremo Tribunal Federal, postulando o “efeito suspensivo” de parte ou de todas as cláusulas julgadas na instância anterior da Justiça. O patronato poderia, ainda, recorrer ao recurso da legislação ordinária e derrubar várias conquistas ou mesmo não cumpri-las diante da omissão da justiça.

A CONTAG ao optar pela lei de greve argumentava que ela possibilitava o rompimento dos limites da lei “por dentro” mediante a força da mobilização dos trabalhadores, além de reduzir as possibilidades de uma intervenção repressiva por parte dos patrões e do Estado. Também a minimização de outros problemas, conforme justifica Romeu da Fonte, assessor jurídico da FETAPE e da CONTAG, durante o Encontro dos Canavieiros, realizado na Paraíba, em março de 1985:

“Com essa mobilização, aliando-se a certa criatividade jurídica, dá para se romper esta lei. Dá para se conseguir que a lei não seja declarada ilegal e evitar que daí venha as conseqüências piores da lei anti-greve que são as punições, não pagamento dos dias de greve e, sobretudo o aumento desenfreado da repressão é contida pela própria sociedade que observa mais de perto etc. No campo o espaço da repressão é muito maior. O usineiro e o senhor de engenho é a truculência no sentido da palavra. As lutas que se dão dentro do engenho não são como as da capital, onde os meios de comunicação estão próximos e a repressão é muito maior. (...) Daí o desafio de cumprir o ritmo da lei de greve por dentro e rompendo e não é somente de cumprir, também alargar por dentro e frustrar os objetivos anti-greve dessa lei (Cf. CEDI, 1985: 36).

Além destas justificativas referentes a mobilização e a criatividade para “romper a lei por dentro”, enfrentando-a, se deve, conforme a expressão das lideranças e dirigentes de Pernambuco, “procurar tirar do veneno da cobra a vacina”, procurando atingir um salto de qualidade no movimento sindical através de ações coletivas massivas, ampliando o espaço democrático. Assim, segundo Romeu da Fonte:

“a lei estabeleceu um quorum lá em cima para que você não consiga o quorum e não possa fazer a greve. Isto termina revertendo contra, porque você vai ao desafio do quorum, você mobiliza mais e prepara melhor a greve, cria condições objetivas melhores para a greve através das mobilizações para as assembleias. A questão das duas assembleias em dias diferentes estimula a criatividade, não faz a primeira, joga toda a mobilização para a segunda. Na primeira, meia dúzia de trabalhadores assinam como presentes, se bate uma ata de não realização por falta de quorum, joga-se toda mobilização na segunda em que o quorum caiu para um terço. A questão de notificação aos patrões: procura-se tirar ganho disso, também é um motivo, é uma oportunidade para a direção sindical entrar nos engenhos, fazer uma reunião com os trabalhadores e dar o recado ao trabalhador, distribuir panfletos. Porque em muitos engenhos a porteira é fechada, se entrar morre, mas na hora de entregar a notificação determinada por lei, você tem pretexto de entrar (cf. CEDI, 1985: 36)”.

Outras inovações experimentadas em Pernambuco, passíveis de serem replicadas em outros estados: a proibição de greve durante a negociação pode ser superada dividindo os sindicatos em dois blocos. Enquanto os sindicatos do primeiro bloco negociam com os patrões, os sindicatos do segundo bloco realizam assembleia conforme a lei. Interrompidas as negociações dos sindicatos com os patrões, os trabalhadores dos sindicatos desse primeiro bloco entram em greve, enquanto os do segundo bloco entram em negociação com parte da categoria em greve, evitando que se tornem meras encenações. Com criatividade jurídica, enfrentou-se a própria jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. O fato de que a categoria assalariada não podia ter piso salarial. Então, em lugar de se colocar na pauta de reivindicações “piso salarial” se colocou “salário unificado”. Outra inovação: em lugar de auxílio-doença como está na Lei da Previdência e que não pode ser decidida pelos tribunais do trabalho, colocou-se na pauta de reivindicação “salário na doença”.

A tradução dessas estruturas de racionalidade em práxis social movimentalista possibilitou a construção de um modelo de Campanha Salarial e o seu sucesso em Pernambuco, levou a CONTAG/FETAPE a realizar uma série de encontros visando socializar para as demais federações e sindicatos de outros estados o know-how testado em Pernambuco. A cada sucesso do movimento paredista pernambucano eram realizados encontros com objetivos de capacitação de dirigentes sindicais e abrir possibilidades de repetir a mesma eficácia do modelo nos demais estados. No I Encontro Nacional sobre Assalariados, com a participação de dirigentes sindicais do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, realizando em Carpina (PE), entre os dias 13 a 18.08.1980, foram quase seis dias de debates sobre aspectos legais e operativos do modelo de campanhas salariais e que levaram a elaboração de uma programação de atividades a serem desenvolvidas e segundo a realidade de cada estado. Enquanto os dirigentes sindicais chegaram aos seus estados de origem e preparavam-se para acionar as tarefas programadas naquele encontro; a CONTAG e a FETAPE, realizava com sucesso uma segunda campanha salarial, atingindo toda zona canavieira pernambucana, com a adesão de 80% da categoria e com a participação de todos os sindicatos da zona da mata (44 sindicatos), (CONTAG, 1980).

1.3. Evolução do Movimento Social Canavieiro e a Luta pelo Cumprimento dos Direitos

Com o sucesso da segunda campanha salarial de Pernambuco (1980), sob a direção da CONTAG, é realizado entre os dias 20 e 25 de maio de 1981, o II Encontro Nacional de Assalariados, em Belo Horizonte (MG). Participaram dirigentes dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Neste encontro avaliaram as lutas e traçaram diretrizes para 1981. Constatou-se que as lutas dos assalariados tinham crescido em extensão e intensidade; que a solidariedade de setores organizados da sociedade tinha aumentado; que os estados mediante uma programação realista, não tendo condições ainda de realizar campanhas salariais, procuravam dinamizar outras formas de luta como campanhas trabalhistas que levavam a defesa de direitos na Justiça, criação de delegacias sindicais, encontros, reuniões e levantamentos visando criar condições para contratações coletivas futuras (CONTAG, 1981).

Com este modelo e estes encontros, a CONTAG, não só levará os assalariados rurais, especialmente os da zona canavieira, à ocupar o espaço público, como consolidará a sua hegemonia na direção do movimento social dos assalariados rurais nordestinos em face a emergência dos setores progressistas da Igreja e outros grupos organizados, os quais mais voltados para os conflitos de terra, faziam uma oposição declarada à concepção e a prática sindical da CONTAG, das federações e dos sindicatos considerados “atrasados” ou “pelegos”. A organização de oposições sindicais e a conquista de direção de sindicatos por estes setores começaram a dinamizar e enriquecer os debates nos encontros realizados pela CONTAG/FETAPE. E como diz Wanderley Caixe, assessor jurídico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, de João Pessoa (PB): “a gente tem que ir ao fundo da crítica, senão não cresce” (cf. CEDI, 1985: 42). Em contraposição ao movimento de renovação sindical que emerge apoiado no “trabalho de base” da Igreja, a CONTAG e a FETAPE também identificam que a presença de direções sindicais descomprometidas e acomodadas, mesmo em Pernambuco, eram fatores de frenagem ao avanço das lutas; procurando, então, redirecionar o trabalho sindical de forma que houvesse uma renovação destas direções sindicais acomodadas. Além de pressões de todos os tipos sobre tais dirigentes, já em 1981, a CONTAG/FETAPE realiza o Congresso de Delegados Sindicais de Pernambuco, de forma a fortalecer as campanhas salariais e, sobretudo, para garantir mobilizações na luta pelo cumprimento dos dissídios coletivos. O depoimento de Agápito Francisco da Costa é emblemático deste clima conflituoso dentro do movimento sindical pernambucano:

“O nosso estado ainda temos muito sindicato que para ele se não tivesse greve seria melhor. (...) Porém, os trabalhadores fazem com que essas diretorias pelo menos botem um edital no jornal, convoquem assembleia, aceitem a coordenação da FETAPE e da CONTAG. Distribuem panfletos a pulso, né? Tem gente se escondendo até nos banheiros, mas mesmo assim, a greve é estourada e eles têm que acompanhar. Não há dúvida que a Federação e a CONTAG têm ido até as bases para sustentar essa greve (...). Isso é uma vergonha, um presidente sindical ter que tá esperando que a FETAPE e a CONTAG vá para a base distribuir panfleto e pedir que os trabalhadores rurais parem” (cf. CEDI, 1985: 59).

Enquanto a FETAPE/CONTAG vislumbra a renovação das direções sindicais sobre seu controle e consideradas acomodadas e descomprometidas, os setores ligados a

Igreja e outros grupos organizados à esquerda, socializados nos eventos a nível nacional, como o Encontro Nacional das Oposições Sindicais, realizado em São Paulo, 1980; e o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, realizado no Rio de Janeiro, também em 1980, e outros encontros que se seguiram em João Monlevade (MG) e em São Bernardo do Campo (S. Paulo), colocavam em xeque a estrutura sindical e discutiam alternativas à organização da classe trabalhadora. Para além de conquistas que se prendiam aos efeitos da estrutura de produção e das relações de trabalho, colocavam a necessidade de construção de alternativas a estas estruturas. Ao lado da discussão sobre a própria função dos sindicatos, sobre a sua relação com as federações e a CONTAG, sobre a relação sindicato e Estado, sobre a necessidade da construção de uma Central, se colocava a necessidade de luta pela terra e pela Reforma Agrária capaz de provocar alterações na estrutura de produção e nas relações de trabalho combinada com as lutas trabalhistas. A CONTAG era criticada pela forma de se relacionar com o Estado e pela sua ação chamada “administrativa”, não trazendo contribuições mais eficazes para a organização dos “rurais”, em termos de questões estruturais como a Reforma Agrária. O caráter centralizador, burocrático e assistencialista do sindicalismo praticado; além do clientelismo e do nepotismo nos sindicatos, dificultavam a organização e o avanço das lutas no campo. Para muitos, tais fatos dificultavam o vislumbramento da necessidade de fortalecer a própria luta pela terra de forma a atender as reivindicações de um grande contingente de trabalhadores rurais expropriados da terra e com a pouca terra, contrariando a própria ineficácia que ia tomando corpo com relação às campanhas salariais, dado às estratégias patronais de investir, entre outras questões, na contratação de trabalhadores temporários das regiões dos agrestes e sertões.

Tais divergências foram cada vez mais explícitas e contundentes à medida que uma série de eventos foi demarcando as diferenças também político-partidárias, acompanhando a própria conjuntura política do país. Como já vimos, o seu ponto mais alto se deu por ocasião da primeira Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) o que teve o objetivo de unificar as formas de lutas dos trabalhadores da cidade e do campo para influenciar na transição democrática em curso no país. Os embates entre o “novo sindicalismo” e a “unidade sindical”, entre “divisionistas” e “pelegos e atrasados”, desdobraram a fundação de 1983 de duas centrais sindicais a CUT e a CGT. O alinhamento da CONTAG à Nova República e seu apoio ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, tornaram-se elementos que explicaram à fundo tais divergências. Entretanto, continuava a expansão da rede Igreja Povo-de-Deus (CEB’s, grupos de reflexão, pastorais sociais, entidades de apoio), aliada à expansão dos novos movimentos sociais do campo (MAB, MST, CNS), entre outros fatores, inclusive de ordem conjuntural e estrutural que incidiam na redução do próprio dinamismo das campanhas salariais da região. O trabalho desses setores aliados à CUT na conquista de sindicatos e federações influenciava, por dentro, as próprias decisões e instâncias do MSTR, desaguando em anos posteriores, na própria filiação da CONTAG à CUT. O fato é que durante estes anos, a CONTAG teve que conviver e dialogar com este movimento de oposição a sua estrutura, concepção e prática sindical, apesar de momentos contundentes, tentando preservar a unidade sindical dos trabalhadores rurais, enquanto a CUT não deixa de participar das campanhas salariais, dos seus encontros e congressos, marcando suas posições e conquistando espaços através de eleições para as instâncias de direção do MSTR. O fato é que as campanhas salariais no Nordeste tornaram-se importantes para retomada dos sindicatos como organismos de lutas dos trabalhadores rurais. Mas, esta retomada foi diferenciada de estado para estado. Se foi mais ampla em Pernambuco, devido a sua tradição de luta e as decisões da FETAPE de substituir dirigentes acomodados ou descomprometidos; ou na Paraíba, e em menor grau, no Rio Grande do Norte, devido a forte presença de setores da Igreja e das entidades de apoio; em estados como Alagoas até 1986, as campanhas salariais resumiram-se em acordos celebrados entre a Federação (FETAG – AL), a Associação dos

Plantadores de Cana (ASPLANA) e Delegacia Regional do Trabalho. Os textos dos “acordos” eram redigidos com assessoria dos técnicos da ASPLANA e não eram levados ao conhecimento dos trabalhadores. Estes textos dos “acordos” incorporavam algumas reivindicações consideradas avançadas das pautas de reivindicações de Pernambuco. Entretanto, a princípio já se sabia que tais acordos não seriam cumpridos (FASE – Alagoas: 1989: 43). Na verdade, nos vários estados, talvez exceto Pernambuco, o processo de socialização dos trabalhadores, ampliado pelas campanhas salariais, se deveu muito mais ao trabalho de setores ligados à Igreja de entidades de apoio, em geral convergentes com a CUT, como veremos mais adiante.

Na linha de análise das repercussões das campanhas na conquista dos direitos, apesar da eficiência das campanhas de Pernambuco em cinco anos consecutivos (1979, 1980, 1981, 1982, 1983); em 84, já são sentidas dificuldades no cumprimento dos dissídios. Naquele estado o dissídio de 84 saiu sob ameaça do patronato, recorrer ao “efeito suspensivo” no Tribunal Superior do Trabalho, sendo preciso colocar 15 mil trabalhadores nas ruas de Recife como prevenção e ao mesmo tempo com o intuito de mandar um “recado” ao TST, da possibilidade de greve caso os desdobramentos da campanha daquele ano fosse este. Por seu turno, quatro meses após a primeira campanha salarial dos canavieiros da Paraíba, reuniram-se em João Pessoa, em Encontro promovido pela FETAG-PB, com apoio do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) lideranças sindicais da Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo; representantes da FETAPE, assessorias e educadores de entidades de apoio (CDDH – EP, CENTRU, FASE, SEDUP, CESE, CEDITER, CDDH – GB e CDDH – JP) para realizar trocas de experiências e realizar uma avaliação das campanhas salariais da região.

Neste Encontro, o modelo de campanha salarial foi colocado em xeque pelo desenraizamento de muitos dirigentes de suas bases e limitado ao cumprimento de encaminhamento das formalidades, em geral, desdobradas nos dissídios. Verificou-se que no momento mais importante da campanha, que era o cumprimento dos dissídios, muitos desses dirigentes ficavam ausentes, cabendo aos trabalhadores sozinhos enfrentar os patrões no seu próprio terreno: no interior das usinas, engenhos e terras de fornecedores de cana dos tabuleiros costeiros. Este fato foi alertado como um fator deseducativo, na medida em que tendia a provocar o descrédito das bases sindicais quanto à eficácia das campanhas, com a conseqüente dificuldade de mobilização. Desta forma as campanhas salariais poderiam se desdobrar em efeitos contrários àqueles previstos pelos seus dirigentes e assessores (CEDI, 1985: 40).

Como observa Novaes (1993: 161; 1989: 55), em que pensasse a constatação de que as campanhas salariais oportunizaram importantes conquistas econômicas pelos trabalhadores; a mobilização com ênfase na legalidade e que se mostrou eficaz nos primeiros anos de campanha, ao longo do tempo foi perdendo esta função. Ao longo do tempo os trabalhadores foram percebendo que as conquistas obtidas nos dissídios coletivos não se concretizavam na prática, tornando mais difícil a adesão dos canavieiros. Os patrões desrespeitavam cláusulas dos dissídios, as delegacias não fiscalizavam, não acolhiam as denúncias da categoria. Assim, as reivindicações que se transformavam formalmente em direito, abriam um segundo momento, mais árduo, de ação sindical que era o da luta pelo cumprimento das conquistas da contratação coletiva do trabalho. Neste momento, mudavam-se os atores, as bases sindicais já não contavam com o apoio “*in loco*” das assessorias das federações e da CONTAG, de dirigentes de outros locais e advogados; não contavam com recursos para confeccionar material de propaganda, para mobilizar assembleias e para deslocamentos dos dirigentes aos distritos, povoados e fazendas para convocar, reunir, apoiar os trabalhadores.

Neste cenário, muitos dirigentes sindicais, mais acomodados, já não contavam

com pressões externas e voltam a sua rotina normal. Outros mais compromissados vêm-se sem condições de acionar mecanismos e lutas para cobrar, para realizar ações favoráveis ao cumprimento das conquistas. Isolados, dirigentes e trabalhadores, já não contam com a presença de instituições e personagens que lhes encorajavam e minimizavam as investidas do poder local e dos patrões. Os trabalhadores se desmobilizavam e o patronato após os dissídios, ficava mais livre para pressionar os sindicatos, descumprir a lei, acionar mecanismos de violência e ameaças, etc.. Entretanto, nos sindicatos mais combativos, com uma relação mais próxima e horizontal com as bases; estruturados em delegacias sindicais, comissões e grupos de base; em geral com o apoio de entidades e setores organizados ligados à Igreja, as campanhas salariais não se restringiram a formalidade da lei como motivação para mobilização. Mesmo que instrumentalizados pela Lei 4330/64, as campanhas constituíram-se em instrumentos importantes de mobilização. Nestes sindicatos seus dirigentes e lideranças lançaram mão da lei e buscaram adequá-la à realidade, transformando todo ritual da campanha em oportunidades de esclarecimento, mobilização e organização. Os momentos de elaboração, discussão e aprovação das pautas de reivindicações, os momentos de notificação aos patrões, os momentos de negociações, os momentos de greve e de cumprimento, transformaram-se em foros de debates, em reuniões, em vigílias, atos públicos, caminhadas, momentos de reflexão e construção de estratégias e encaminhamento para as greves. Nos momentos dos cumprimentos, a luta deslocava-se para o interior das unidades de produção e para os locais de moradia dos trabalhadores: paradeiros, ações coletivas na justiça, passeatas e concentrações nas DRT's exigindo a fiscalização, etc. (Novaes, 1989: 54: 58).

Entretanto, se este cenário dos sindicatos mais estruturados e mais dinâmicos é a exceção e não a regra, e se na maioria dos casos os trabalhadores ficavam isolados, sem apoio e em confronto direto com os patrões no interior das unidades de produção, as conquistas tendiam a se efetivarem de forma desigual. A ausência dos apoios no momento do cumprimento tendeu para desmobilização da categoria para o próprio momento da greve ano após ano e na medida que este instrumento apresentava-se dissociado das conquistas reais, as campanhas tendiam a tornarem-se um processo deseducativo. Face à tais dificuldades, a partir de 1986, iniciou-se uma nova etapa das campanhas salariais: a fase das Campanhas Salariais Unificadas. Estas não representaram nem unificação nas pautas e nem um único dissídio coletivo; apenas foram aproximadas as datas-base, tendo como referência à ação dos "fura-greves" entre os estados. Apesar da unificação das campanhas, os problemas de descumprimento e de ofensiva patronal continuaram como elementos desmobilizadores; embora, ainda que de forma localizada, estivessem surgindo lutas pelo cumprimento de forma mais expressiva como paradeiros, passeatas, concentrações em frente aos DRT's e ações coletivas na Justiça (Novaes, 1989: 56).

Entretanto, por ocasião do Encontro Regional Nordeste de Assalariados, promovido pela CONTAG e FETAG's, em Carpina (PE), entre 18 a 20.07.89, tanto José Francisco da CONTAG quanto José Rodrigues da FETAPE, referiram-se a situação vivida pelos trabalhadores e apresentaram os objetivos do Encontro, os quais, extrapolavam a questão de perdas salariais e outras conquistas em função simplesmente da falta de maior compromisso (e da falta de condições) dos dirigentes sindicais com a luta pelo cumprimento dos dissídios coletivos. Aqueles dirigentes referiram-se a situação dos trabalhadores esmagados pelas perdas salariais, pela inflação e salários atrasados, pela irresponsabilidade do governo em matéria de política salarial. Decorrente deste quadro, os objetivos daquele encontro foram: avaliar a política salarial do governo e as suas repercussões na zona canavieira; examinar a nova lei de greve, avaliar o trabalho do movimento sindical quanto ao cumprimento das convenções coletivas de 1988 e programar a campanha salarial de 1989.

Neste Encontro, as lideranças sindicais discutiram sistematicamente a lei n° 7.788/89 e que dispõe sobre a política salarial. Observaram, entre outras questões, que

vantagens salariais negociadas, por ocasião de convenções e acordos coletivos, só podiam ser compensados por convenções e acordos coletivos futuros e que mantinham perdas salariais do Plano Verão já que previam reajustes a partir da inflação ocorrida a partir de fevereiro de 1989. Essas convenções e acordos coletivos, ainda, comprometiam os salários pelo fato de preverem reajustes pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e que só tinha crescido entre fevereiro e maio de 89 em torno de 29,67% e enquanto o índice do custo de vida tinha aumentado em torno de 66,79%. Além disso, a lei, acima referida, previa o fim do efeito suspensivo e dava vigência imediata às decisões de primeira instância nos dissídios coletivos; ainda colocava os sindicatos como substitutos processuais dos trabalhadores, explicitando esse direito assegurado pelo artigo 8º, inciso II da Constituição. A lei acabava com o Piso Nacional e com o Salário Mínimo de Referência, passando a existir só o salário mínimo, prevendo em cada bimestre a incorporação de 6,09% além do IPC, correspondendo a um aumento real de 3% ao mês. Assegurava a participação de assessorias dos trabalhadores na Comissão da Câmara dos Deputados na definição do valor real do salário mínimo. Os aposentados deixavam de ser discriminados, já que o salário mínimo era unificado para o pessoal inativo e da ativa. Conclusão: os reajustes tinham a função apenas de recuperar o poder de compra do salário mínimo. O governo jogava na contratação coletiva o peso dos reajustes reais, voltando à tona o problema do seu cumprimento (CONTAG/FETAG's, 1989).

Quanto a Lei de Greve 7.783/89: estabelecia entre outras questões que era o estatuto da entidade que deveria prevêê as formalidades de convocação e o quorum para deliberação, defragação e cessação da greve. Os participantes consideraram avanços nesta lei, concordando, entretanto, que a organização dos trabalhadores era decisiva para que ela fosse aplicada.

Quanto ao que estava sendo feito sobre o cumprimento da convenção coletiva de 1988, os grupos de trabalho formados pelos participantes do encontro chegaram aos seguintes resultados: reuniões nos engenhos, ações na justiça, parateiros, criação de grupos de apoio aos delegados sindicais, fiscalização da DRT, programa de rádio, distribuição de panfletos, criação de grupos de apoio e de representantes de cidade e campo, levantamento de trabalhadores nas fazendas; campanha de sindicalização, trabalho com bóias-frias, organização de trabalhadores para o programa "Chapéu de Palha", criação de fundo de greves em alguns sindicatos, organização dos trabalhadores por empresa, treinamentos, encontro regional, mobilização de mulheres trabalhadoras e jovens rurais, acampamentos nas usinas pelo cumprimento do pagamento do salário, congresso de mulheres trabalhadoras.

Quanto aos avanços, os pontos comuns aos estados foram: maior confiança dos trabalhadores no sindicato e maior participação; aumento do número de reclamações trabalhistas na Justiça, maior integração dos sindicatos vizinhos na campanha salarial, melhoria do cumprimento dos direitos pelos patrões em relação ao repouso semanal, salário, transporte, atestado médico, recibo de pagamento, tabela CPTS, criação de mais juntas de conciliação e julgamento, lei de sítio, meia tarefa aos sábados, licença maternidade, direito de optar por diária, pagamento das horas de ida e volta ao trabalho, pagamento na sexta-feira e fora do barracão do engenho, criação de comando de greve, parateiros e realização de greves. Em alguns estados, participação ativa das mulheres e dos jovens.

Quanto às diferenças: violência patronal, poucos associados quites com os sindicatos, poucas delegacias sindicais, delegados manipulados pelos patrões, excesso de mão-de-obra, falta de assistência jurídica em alguns sindicatos, medo de enfrentar a luta por causas da repressão patronal, falta de recursos humanos, falta de Juntas de Conciliação e Julgamento e Tribunais Regionais do Trabalho em alguns estados; morosidade da Justiça, assistencialismo, falta de maior organização dos trabalhadores nos engenhos e fazendas, finanças dos sindicatos dependendo do desconto das usinas, política de governo confusa e atrapalhando as orientações e, pouca participação dos bóias-frias nos sindicatos. Além destas

dificuldades, os participantes do Encontro dos canavieiros discutiram as vantagens para os padrões oportunistas pela política econômica do governo: lutas isoladas, política agrícola voltada a exportação, arrocho salarial, padrões no poder político e econômico, falta de discussão política, falta de maior organização e mobilização da classe trabalhadora, falta de consciência de classe, compromisso do governo com o capital nacional e estrangeiro, e dívida externa e interna que sangra os trabalhadores.

Entretanto, naquele Encontro, verificaram que os avanços ocorreram em alguns estados e nos sindicatos em que existia maior organização de base; que as campanhas salariais com maior êxito, dependiam da organização maciça de base. Os participantes, ainda, concordaram que as direções sindicais deveriam cuidar da preparação das campanhas salariais antes, durante e depois de sua realização e, criar delegacias sindicais de base. Na avaliação do Encontro, os próprios participantes indicaram a sua importância para o seu processo de capacitação (discussão da política salarial, troca de experiência, avaliação mais real da situação de cada estado) e maior espírito cooperativo e solidário entre as lideranças (humildade nas discussões, maior interesse, preocupação da CONTAG em trazer informações novas, falta de representação das mulheres no encontro, ausência de outros estados). Portanto, tais observações dos participantes, implicaram na dedução de avanços, principalmente nos aspectos normativos de cooperação social; de respeito aos outros e aos seus pontos de vista; enfim de incorporação de uma racionalidade dialógica e reflexiva baseada na reciprocidade e na força da melhor argumentação quanto da veracidade das próprias afirmações.

1.4. Repercussões e Impactos Políticos da Ação Movimentalista Canvieira e a Problemática da Socialização Política

Na verdade, podemos verificar em cada encontro; apesar da constatação de avanços organizativos e de conquistas (mesmo que estas conquistas sejam um *referendum* de direitos obtidos em convenções, dissídios anteriores e numa situação de desemprego, arrocho salarial, repressão patronal e estatal, inflação, etc.), um elenco de dificuldades organizativas relacionadas quase sempre à problemática do cumprimento dos direitos conquistados. Este fato implica que os padrões também aprendem com as campanhas salariais, porque como fala Romeu da Fonte (assessor da FETAPE),

“se o patronato faz tudo para que o trabalhador não conquiste novos direitos, ele fará ainda muito mais para efetivamente não cumprir uma contratação coletiva, porque o cumprimento faz parte do lucro dele” (cf. CEDI, 1985: 34).

Este fato faz do cumprimento uma verdadeira luta desigual, já que o patronato tem a seu favor uma conjuntura hostil aos trabalhadores, uma legislação que limita o seu poder de pressão, um Estado conivente com a prepotência e a violência patronal, etc. Daí a necessidade, que os sindicatos afirmam, de persistir em avaliações constantes da ação sindical e de estar repondo constantemente a necessidade de maior organização e capacidade de inovação para enfrentar a ofensiva patronal. Daí a configuração de um processo de insucesso/sucesso das campanhas salariais, de um processo árduo de afirmação, renovação e ampliação de direitos; um processo ambíguo, contraditório porque tem a sua contrapartida na ação patronal. Do lado dos trabalhadores, houve um aprendizado no enfrentamento das próprias limitações legais à ação, abrindo-se um complexo processo de socialização política e sua ascensão no cenário político com cidadãos portadores de direitos. Foi se sedimentando uma consciência do direito a ter direitos e uma nova identidade social. Constituindo

alternativas legítimas e legais na perspectiva da contratação coletiva, os trabalhadores aprenderam a discutir e construir propostas, a optar e negociar. Através de dissídios coletivos, aprenderam a legislar em seu favor, com promessas efetivas de racionalização das relações entre capital e trabalho, regulamentadas em lei, inserindo-as na modernidade da contratação coletiva do trabalho.

Entretanto, as arbitrariedades, a prepotência, a violência patronal e sua postura ilegal de não cumprimento das convenções, dissídios coletivos; aliados à crescente crise econômica e ao desemprego levaram os trabalhadores a aprenderem a realizar complicados balanços de correlações de forças e análises conjunturais. Essa ofensiva patronal levou os canavieiros a mobilizar recursos cognitivos e informacionais para avaliação constante da ação sindical e para construção de redirecionamentos e alternativas consensuadas e considerada mais eficazes de enfrentamento de uma realidade cada vez mais hostil e mutante. Nesse processo de aprendizagem, a ação sindical pôde operar impactos na desequilíbrio da mentalidade acomodada e convencional dos interpretes e operadores da lei e nos códigos de ética e direito privado do patronato. Essa ação sindical operou denunciando conivências, omissões e acobertamentos da Justiça associados às arbitrariedades e violência dos usineiros e fornecedores de cana e, acionando novos procedimentos e interpretações inovativas com relação à contratação coletiva e outros direitos. A ação sindical foi capaz de generalizar novos valores de democracia, direito e justiça, atingindo diretamente a opinião pública através de grandes mobilizações de massa ou através dos articulistas e formadores de opinião instalados nos meios de comunicação de massa. Colocando em movimento cerca de 250 mil assalariados rurais, só em Pernambuco, e cerca de um milhão em todo o Nordeste, o MSTR provocou grandes impactos políticos que extrapolaram a região. Lideranças políticas acostumadas à “acomodação” e ao “silêncio” impostos aos trabalhadores tiveram que se manifestar contra ou a favor do movimento canavieiro; o poder de mobilização e pressão do movimento desequilibrou o poder político local controlado pelos proprietários de terra, inclusive com candidaturas oposicionistas apoiadas pelos sindicatos e com eles mais comprometidas. Mobilizou governos que se viam com sua legitimidade ameaçada ou que procuravam apoio eleitoral e legitimidade em tempos de plena vigência do sistema eleitoral competitivo. Acionaram programas, mesmo que paliativos, ou mesmo ilusórios, com objetivos formais de combater o crescente desemprego, fome e miséria que se tornavam calamitosos na época de entressafas. O Governo Federal através do Decreto 84.577, de 1980, criou o PROCANOR (Programa de Apoio as Populações das Zonas Canavieiras do Nordeste) com viés formalmente participativo, como resposta clara à greve dos canavieiros da Pernambuco (Redwood e Pedro, 1983, apud Morandi e outros, 1988: 100). Em 1983, no Governo Figueiredo - pressionado pelo alastramento das greves e conflitos sociais no campo, inclusive potencializados pelos impactos sociais da seca - começa a ser elaborado o Projeto Nordeste. Este programa ficou no “papel” e foi posteriormente retomado pelo Governo Sarney com objetivos claros de legitimação e sob os impactos do IV Congresso da CONTAG (25-30.05.1985). O MSTR produz duras críticas ao Projeto e ao seu componente Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Este movimento tornou-se um ator principal do Movimento Muda Nordeste, que a partir de 1984, reuniu figuras políticas como Miguel Arraes e mais cinquenta entidades sindicais, profissionais, cooperativistas, acadêmicas, setores organizados ligados à Igreja, etc. Com este movimento, condena-se o caráter autoritário e inconsulto do planejamento e execução de políticas públicas e o próprio Projeto Nordeste e o PAPP. A partir destas mobilizações, passa a ser institucionalizada a participação da sociedade civil nas políticas e programas governamentais, inclusive com a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, integrado por representantes da SUDENE, e outros órgãos governamentais e das federações estaduais de trabalhadores na agricultura (FETAG's). Especialmente em Pernambuco, o PROCANOR, foi apropriado pelo governo do

estado sob o controle do Projeto Viver. Em 1979, é lançado por Miguel Arraes, o Programa Chapéu de Palha, diante do problema social causado pela demissão na entressafra de cerca de 100 mil assalariados da cana. Através dos sindicatos, este programa nos moldes das frentes de emergência foi associado a outro programa, o de Diversificação de Alimentos da Zona da Mata, com a mesma metodologia participativa do primeiro e com objetivos de gerar trabalho e renda através do plantio de víveres em terras doadas pelo Estado. Sucederam-se os programas Mais Trabalho na Mata (1991) e Terra e Comida (1992-1994) no Governo de Joaquim Francisco Cavalcanti, sem a participação dos sindicatos como no anterior e com clara intenção manipulatória e clientelista. Em 1994, o Programa Mata Viva, de caráter emergencial, voltou a ter a participação da civil organizada. A partir de 93, a Zona da Mata pernambucana passou a ser tratada não mais como um “setor” sucroalcooleiro, mas como uma região onde existem os maiores déficits sociais do estado de Pernambuco e do país. Mudam-se as concepções, mudam-se os programas sob forte debate público e pressões da sociedade civil organizada: Programa de Saneamento Ambiental e Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata que, passaram a ser elaborados naquele ano, com assessoria do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), e do Governo Federal e com possibilidades de participação de agências multilaterais de desenvolvimento como Banco Mundial.

Além destes impactos sobre o Estado e as suas relações com a sociedade, abriu-se um processo de institucionalização de participação organizada da sociedade civil nos processos decisórios e controle societário de políticas e fundo públicos. O MSTR junto com outras forças sociais organizadas contribuiu para a constitucionalização dessa participação, ampliando as próprias possibilidades de democratização de democracia política oligopolizada pelas elites dominantes e seus partidos políticos. O poder político dos usineiros e fornecedores de cana passa a ser colocado em xeque e a sua própria mentalidade que perdura à cerca de 400 anos e que concebe e trata o trabalhador como escravo.

Em 1993, o Jornal do Comercio (de Recife), publicou uma série de matérias sobre a crise e reestruturação da economia açucareira, mostrando que a oligarquia do açúcar estava sem força para tirar o setor da crise, não tinha prestígio junto ao Governo Federal e contavam com poucos representantes no Legislativo. Já não controlavam, como antes, os prefeitos da zona açucareira. O status político dos “barões do açúcar” foi caindo, portanto, junto com as crises cíclicas da economia açucareira e, na disputa pelo poder o reflexo disso apresentou-se de imediato. Os representantes do setor, segundo os articulistas da imprensa pernambucana, já não faziam mais tremer os gabinetes ministeriais e organismos federais quando buscavam recursos. Em Pernambuco, Miguel Arraes declara que “eles elegem mais não comandam”. Dos 49 deputados estaduais de Pernambuco, a Zona da Mata possui apenas 09 contra 15 da Região Metropolitana do Recife, 14 do Agreste e 11 do Sertão; quando na década de 70, a região da cana nunca ficava minoritária na Assembléia Legislativa daquele estado. Somente 04 dos 25 deputados federais pernambucanos, tinham, em 93, identidade com a Zona da Mata, sendo um deles Miguel Arraes. Segundo aquele jornal enquanto emergia o MSTR, os usineiros e fornecedores de cana dividiram-se em duas entidades classistas. Além disso, através da FETAPE, os trabalhadores da cana passaram a investir na eleição de seus representantes, minando o poder absoluto dos porta-vozes do patronato açucareiro (Jornal do Comércio, 1993).

Em outros estados, apareceram mudanças semelhantes. No Rio Grande do Norte, o político usineiro de maior prestígio naquele estado, atualmente senador, investe em outras atividades, a sua usina está falida e sob a mira dos Sem Terra. As empresas que se modernizaram ocupam mais as áreas de tabuleiros costeiros e pertencem a grupos econômicos de fora do estado. Na Paraíba, muitas usinas faliram. Em Alagoa Grande, a usina do famoso “Grupo da Várzea”, responsável pelo assassinato da sindicalista Maria Margarida Alves, faliu

e está sendo desapropriada pela Reforma Agrária. Pelo menos na região do Brejo Paraibano usinas e usineiros, que significavam o poder absoluto sobre os executivos e legislativos municipais, são coisas do passado. Em Pernambuco, o próprio deputado federal Gilson Machado (PFL), representante do setor canavieiro, declara que usineiro e fornecedor de cana são sinônimos de palavrões (Jornal do Comércio, 1993).

De fato, à medida que o MSTR generalizou a idéia de que os trabalhadores de cana eram “gente”, que eram cidadãos portadores de direitos - embora negados por um patronato arcaico e que aparecia à sociedade com uma falsa imagem de modernos e empreendedores, de benfeitores da sociedade e responsáveis pela sobrevivência e pelo emprego de milhares de pessoas - não só pôde desmistificar tal imagem, mas também erodir representações e preconceitos dominantes sobre os trabalhadores da cana e que chegaram ao senso comum na forma de estereótipos de invalidação tais como “preguiçosos”, “indolentes”, “bagunceiros”, “ignorantes”, “agitadores”, “comunistas”, etc. É emblemático o panfleto distribuído, já na década de 90, sem procedência subscrita, conclamando os trabalhadores a “ganhar dinheiro, aumentando a produtividade para ficar igual ao Sul”. Diz o panfleto: “Vamos trabalhar: cortar cana, não fazer confusão, evitar o fechamento das usinas, garantir nosso salário em dia, trabalhar para garantir nosso emprego, não ir atrás de maus conselhos”. No verso diz que palavras e greves não enchem barriga. Insinua que a CUT luta para fechar usinas e levanta palavras de ordem contra a fome, a greve, a conversa fiada e contra aqueles que querem “nos prejudicar”.

Contudo, o panfleto é menos truculento do que os discursos dos anos anteriores que falavam de ações terroristas, de padres comunistas, que falavam de lei ou de problema de segurança nacional, em clara alusão a necessidade de intervenção militar. Também para justificar a recorrente repressão militar nos piquetes e greves, nos acampamentos nas estradas e pátios das usinas e nos arrastões, mesmo durante governos de oposição, como no caso de Miguel Arraes, em Pernambuco. A persistente mentalidade arcaica; a rejeição da modernidade das relações contratuais; da modernidade da organização e dos direitos trabalhistas, inclusive de greve, é acobertada por um tom e um discurso igualmente arcaico de união e aliança entre patrões e trabalhadores contra o fechamento de usinas. Contra as organizações dos próprios trabalhadores, tratadas como mal conselheiras e responsáveis pelo desemprego.

Entretanto, tais sinais de ruptura da cultura política de “sujeição”, pela redução do poder político dos “barões do açúcar” devem ser relativizados, já que esta cultura se apóia em orientações e padrões de conduta que transcendem este grupo social. Ela se manifesta em todos os poros da sociedade pelas persistentes gramáticas políticas autoritárias (clientelismo, insulamento burocrático e corporativismo) num misto de continuidades/mudanças e que funciona como frenagem à generalização de valores democráticos orientadores de relações baseadas no universalismo de procedimentos (Cf. Nunes, 1997). Neste prisma, os constantes embates dos setores cutistas e da Igreja, mas também daqueles alinhados com o CONTAG, colocam a necessidade de democratizar as organizações sindicais pela maior participação das bases nas suas decisões e de renovar as direções sindicais ocupadas por diretorias comprometidas com o poder político local via elos de reciprocidade e lealdades costumeiros. Ao mesmo tempo tais esforços aparecem associados aos sinais de mudanças: surgimento de diretorias e lideranças combativas e comprometidas com a luta. E, no entanto, em todos os encontros de avaliação das campanhas salariais, é identificada a existência e a persistência de uma maioria de sindicatos descomprometidos, e até, de delegados sindicais de base que não resistiam à manipulação patronal, como vimos anteriormente.

Podemos avaliar os movimentos sociais, como o dos canavieiros, como processos de aprendizagem, levando em consideração a capacidade que eles podem exercer na racionalização do mundo da vida. Esta racionalização pode ser avaliada em termos de racionalidade do saber, da solidariedade de seus membros e da capacidade das pessoas

exercerem a sua autonomia. Esta última dimensão, entretanto, parece a mais difícil, já que a heteronomia social é a regra funcionando como fator de frenagem aos processos de autoconstrução dos indivíduos como sujeitos dotados de autonomia moral e intelectual. Entretanto, tal processo, devido aos próprios padrões de relações sociais heterônomas dominantes, deve ser considerado uma possibilidade, um constante vir a ser, aberto às contingências e vicissitudes do meio e de sua constante busca de superação. Cada pessoa, trabalhador da cana, assessor ou liderança sindical é um ser em construção que encontra no seu meio e em sua volta realidades, circunstâncias e problemas que tanto pode frear quanto dinamizar o seu crescimento, a sua socialização política, o desabrochar de sua capacidade de visualizar, de pensar, planejar, construir alternativas, atuar. Vejamos, portanto, aspectos da dimensão educativa do movimento social dos canavieiros de Nordeste, ao nível dos seus membros.

O meio canavieiro consiste numa realidade marcada por padrões de relações sociais autoritários, desrespeitosos, opressivos e invalidadores da pessoa humana tanto no nível da relação entre dominantes e dominados, como entre os próprios dominados. O clima de violência costumeira persiste como status quo. Encoberto por um sistema arcaico de reciprocidades e lealdades, por sua vez, sustentando numa heteronomia moral baseada em critérios de castigo e recompensas que configuram uma cultura de mando e sujeição, tal status quo é desequilibrado a partir das greves que desatam em continua expansão o movimento social do canavieiros desconfinando a violência patronal dos limites privados dos engenhos e fazendas e elevando-a ao crivo da opinião pública. Não só a violência expressa pela intimidação e a repressão cotidiana no interior das fazendas que era imposta pelo medo de perder a própria vida e que se apresentava como a forma de controle social da mão-de-obra, de contenção da revolta produzida pela extrema exploração e que se manifestou publicamente em assassinatos, ameaças e agressões, físicas e morais, despejos e demissões arbitrárias, tentativas de subornos e manipulações de lideranças, trabalhadores de base sindical, funcionários estatais etc. Também a violência da fome, da miséria, do esgotamento físico e da morte prematura da força-de-trabalho, da sobrevivência abaixo das condições sociais e biologicamente suportáveis. Também a violência do analfabetismo, da mortalidade infantil, dos acidentes de trabalho sem socorro, da exploração do trabalho do menor, da exploração extrema do trabalho da mulher etc. colocando a nu as próprias bases sociais e materiais de reprodução das relações de dependência pessoal, da sujeição, do mando, do poder econômico e político dos “barões do açúcar” e seus comandados. Pondo a nu a cara de uma sociedade autoritária social e politicamente cujas raízes fincadas no estatuto da escravidão tinham nas usinas e engenhos o seu “locus” de persistência e que se esparramava nas orientações de conduta e padrões predominantes de relações sociais de toda a sociedade. Fato este expresso pela participação das polícias militares nas repressões, perseguições e assassinatos; nas práticas de pistolagem e manutenção de milícias privadas; na conivência, omissão e ação da própria Justiça, dos delegados de polícia, de governantes e parlamentares, de parcela de articulistas, repórteres e comentaristas dos meios de comunicação social, de uma parcela de personagens, ainda que minoritária, de instituições como a Igreja.

Foi nesta realidade de fome e desemprego, violência e impunidade que os “zé-ninguém” canavieiros emergiram no cenário político como portadores de direitos através de suas entidades de classe. Foi desse patamar de resistência/opressão, medo/revolta que os canavieiros iniciaram o seu processo de socialização política e superação de uma identidade social deteriorada e internalizada como complexos de inferioridade e sentimentos de auto-invalidação; como problemas de baixa auto-estima e autoconfiança. Esses trabalhadores da cana passaram, então, a superar a culpabilização pela sua própria condição social e orientações conduzidas por crenças de que a miséria é um predestino. Fatores de ordens interior e exterior inter cruzam-se e convergem tendendo a ser mais condicionantes de

frenagem do que de requerimentos e encorajamento à processos de descentração bem sucedidas. Não por acaso, padrões subhumanos de reprodução social condicionaram a representação sindical e assessorias do movimento social canavieiro a centrarem a sua atuação nas questões imediatas, deixando de lado aquelas mais amplas e que influenciasssem a mudança das causas da miséria situadas na base do próprio sistema de produção e das relações de trabalho. Na fala de uma liderança sindical

“o que se verificava era que as necessidades eram tantas que não sobrava tempo para por em prática ações relativas a outras questões” (Cf. Andrade, 1994: 199).

“Quando terminava uma campanha, vem o descumprimento, ações na justiça, parades, concentrações, aí vem a preparação da outra campanha, em setembro a gente vivia o tempo todo assim. Não tinha tempo para tá cuidando nem de nossa família mais” (Cícero, STR Pilõesinhos-PB).

“Em 1984, assim a presidência do Sindicato e a minha primeira tarefa foi dirigir uma greve. Fiquei doido! lutamos com apoio da sociedade, botamos mil trabalhadores na assembléia e fizemos bem. No ano seguinte, o número diminuiu para aprovar a pauta. E isso veio acontecendo sucessivamente e não percebiamos. E começamos a pensar: por que isso? Olhando a pauta do dissídio, a gente percebe que ela não muda, mas os patrões, mudam. O trabalhador fica preocupado com a tabela de tarefas e perde a cidadania. Ele deixa de lutar por questões sociais que atingem os trabalhadores. (...) A ação Sindical precisa ser revista. ... precisamos reorganizar nossa prática sindical. Hoje 70% dos trabalhadores canavieiros estão desempregados” (Nivaldo - DNTR/CUT - PB).

Se o processo de aprendizagem movimentalista vai ocorrendo mediante sucessivas experiências e que estão na base de ações interativas cada vez mais complexas e abertas à sua superação constante pela reflexividade e pela busca respostas aos novos problemas que vão surgindo; a complexa situação de crise e reestruturação produtiva do complexo canavieiro colocava para os sindicalistas reunidos no Seminário Regional sobre Crise do Complexo Sucroalcooleiro do Nordeste (Recife, 31/05 a 03/06/1993), a necessidade de revisão de suas práticas sindicais e a necessidade de buscar alternativas do ponto de vista dos trabalhadores para contrarrestar as mudanças de ordem estrutural que contrariavam o avanço das conquistas organizativas e colocavam em risco os próprios direitos conquistados após 10 anos de campanhas salariais. Naquele momento, tais problemas remetiam à crise e reestruturação da economia açucareira e colocava a necessidade construir, encontrar respostas, mobilizar novos saberes, conhecimentos e recursos informacionais como insumos na construção de alternativas do ponto de vista dos trabalhadores. Na verdade todas as lideranças sindicais naquele momento indagavam como Moab (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool - PE): “Enquanto usinas fecham, outras aumentam sua produção. Que dados são esses que todo o setor discute, menos os trabalhadores?” Refletir, discutir os problemas, buscar alternativas de solução, munir-se de conhecimentos e informações necessários para qualificar o discurso e a ação sindical, foram vistos como necessários àqueles dirigentes sindicais e assessorias para se recolocarem no sistema interpretativo da sociedade mobilizado pela “choradeira” antiga do patronato açucareiro elevando a crise do setor ao status de catástrofe e clamando o socorro recorrente do Estado com novos investimentos, perdões e reescalamentos de dívidas.

Neste Encontro e em outros, estruturas de consciência partilhadas coletivamente e estoques de conhecimentos disponíveis representavam um potencial cognitivo associados aos fatos e dados empíricos e à visão prático-moral utilizados para propósitos sociais. Não por acaso, abrem-se possibilidades de unificação das lutas dos canavieiros (trabalhadores da lavoura) e os operários do açúcar (trabalhadores do parque industrial) ao

mesmo tempo em que se construíam novos patamares de cooperação social pela própria presença de dirigentes sindicais de diferentes concepções e práticas sindicais. “Unificar as datas-base dessas diferentes categorias e unificar a luta, formação do discurso e da linguagem, incorporar novas bandeiras de luta, incorporar à ação sindical o problema da exploração dos jovens e adolescentes” (Beija-Flor, dirigente da FETAPE) representa novas possibilidades de descentração tanto cognitiva quanto normativa. Daí, “a necessidade de capacitar e formar quadros, de mudar metodologias, de mudar o discurso político” (Hermínia, educadora da ONG CEHTA). Levar em consideração que “o Sindicato não pode ficar limitado a sua categoria, levar em consideração as políticas públicas” (Joãozinho - CEAS/Rural), “enfrentar o desafio de organizar os trabalhadores no seu local de moradia, considerar nas lutas questões mais sociais” (Nivaldo, dirigente da CUT-PB); enfrentar a discussão e formulação de propostas para o setor sucroalcooleiro, intervir no processo produtivo com um sindicalismo propositivo, “privilegiar a questão do poder político e a representação sindical no Congresso Nacional, que decide as políticas econômicas, sociais, agrárias e agrícolas” (José Raimundo - CONTAG/CUT - Nacional); são novas questões, novos desafios que passaram a mobilizar a ação sindical sob novos patamares de aprendizagem.

Do ponto de vista dos trabalhadores de base, se a violência patronal tendia a frear a mobilização e a organização, também foi fator de aprendizagem da solidariedade, quando a miséria e a fome falava mais alto: “tivemos dirigentes de sindicatos presos, trabalhadores espancados e a política acabando com os piquetes (Nivaldo Albino, STR de Caaporã-PB). “Eu acho que os trabalhadores da Paraíba, tinham consciência do que estavam fazendo, foram os trabalhadores que pararam, foram os trabalhadores que fizeram greve, foram os trabalhadores que enfrentaram a polícia” (Cícero Leonardo, Sindicalista do Pólo Sindical Brejo II). Entretanto, se as promessas das campanhas não se cumpriam pelo constante desrespeito do patronato à lei; ação sindical mostrou-se ineficaz diante do desemprego provocado pelas modificações operadas pelos patrões no processo produtivo e nas formas de aliciamento e contratação da mão-de-obra. Aqui estão dadas as condições ambíguas de progressão / regressão dos processos de descentração dos trabalhadores no plano individual, na própria busca de alternativas pessoais de sobrevivência, buscando adaptarem-se aos novos requerimentos do meio.

Como analisa Andrade (op. cit., 200) a ação sindical voltada para as questões imediatas, econômicas, exercendo a sua própria função que a sociedade lhe atribui no processo produtivo, era de fundamental importância para a sobrevivência do trabalhador. Entretanto, não deixou de ter uma dimensão política ao reivindicar um espaço na sociedade, ao conscientizar os trabalhadores pelos direitos, extrapolando a dimensão econômica da luta, já que os fazem ser vistos e respeitados como portadores de direitos, como cidadão trabalhador. Por seu turno, os trabalhadores viam as suas expectativas sendo atendidas pelo sindicato; sentiam-se “protegidos” contra o todo tipo de carência que vivenciavam e contra a extrema exploração no trabalho impostos pelos patrões. As próprias funções assistencialistas dos sindicatos se faziam necessidades prementes aos trabalhadores diante do descaso estatal com saúde e outros problemas de ordem social. Daí, expressões emitidas pelo trabalhador: “*se não fosse o sindicato, a gente tava morto*”. Além disto, o sindicato “brigava” com os patrões e a Justiça, por melhoria das condições de vida e de trabalho, pela via das campanhas salariais, traduzindo-se em várias oportunidades de melhorias salariais reais (Araújo, 1990; apud Andrade, idem). Ao participar de reuniões, cursos, assembléias, greves, piquetes, arrastões, acampamentos, encontros, romarias, passeatas, concentrações públicas, ao experimentar-se como sujeito dessas formas de lutas; ao sugerir, discutir, aprovar propostas e construir e consensuar coletivamente as pautas de reivindicação; ao enfrentar a violência e a repressão patronal e estatal transparecendo a sua consciência o seu caráter de classe; os trabalhadores canavieiros já não são os mesmos e os seus sindicatos tornaram-se não só a sua

referência de defesa e de luta na mudança possível de suas condições de sobrevivência. Abriram em contradição com a ofensiva patronal, um caminho sem volta e que lhes vinham apontando duas alternativas: a de bóias-frias e a de se tornarem sem terra ocupando sob a direção de seus próprios sindicatos as terras de usinas falidas e desapropriadas pela Reforma Agrária em troca da dívida acumulada dos “barões do açúcar” para com os trabalhadores, o Estado e a sociedade. Evidentemente, que os patrões não serão os mesmos, seu poder político foi reduzido, como uma “parte” de um sistema político e de representações de interesses de uma sociedade que se complexificou e tenta buscar alternativas de adaptação, talvez menos ou mais subordinada à reestruturação globalizada do processo de acumulação do capital.

Mas, o que representou vinte anos de movimento social dos canavieiros em termos de uma socialização política vista com relação à orientação político-partidária dos seus integrantes? Noutros termos, como os assalariados da cana percebem a questão da representação política e de que modo agem nas escolhas de seus representantes políticos nos executivos e parlamentos. Esta questão tão complexa remete a teses já consagradas e a própria luta no campo político-partidário do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais contribuindo, por exemplo, para superar a tese freireana de que os oprimidos têm no opressor o seu testemunho de homem, “hospedam” o opressor dentro si, tornando-se seres ambíguos, duplos, inautênticos devido à própria situação de opressão em que vivem. A sua estrutura de pensar se encontra condicionada por esta situação vivida (Freire, 1987). Ser “gente” para eles é seu ideal. Mas, esta superação da sua condição de oprimido não lhes está clara, nem a contradição em que sempre estiveram. Então, para eles, no momento dessa sua condição existencial, ser “gente” é ser opressor, imagem e semelhança daqueles que são “o todo poderoso da terra”, “gente de bem”, “gente fina” e que contrasta e se distanciam enormemente daqueles que não são “gente”. Afinal, “pobre não é gente”. Num certo momento particular dessa sua experiência existencial, os oprimidos assumem uma postura de “aderência” ao opressor. A sombra do opressor manifesta-se em crenças, mitos, visões e valores dominantes que estão de tal forma internalizados em suas estruturas de consciência, que não conseguem objetivá-lo, descobri-lo fora de si, como o outro que lhe esmaga, que lhe oprime e, daí assumir uma postura reflexiva que os levariam a descobrir as causas da opressão e contra elas se posicionarem.

Este fato, porém, não significa que os oprimidos não se saibam oprimidos. Mas, o conhecimento de si mesmos, como oprimidos, é prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora, e mesmo ao se reconhecerem contrários a outros, não significa ainda lutar para superação da contradição. Daí, a ambigüidade com que os oprimidos encarnam o desejo de “ser gente”, de libertar-se e, ao mesmo tempo, uma pretensão não à emancipação, mas a identificação com o seu contrário. Exemplos: raros são os camponeses que, ao serem promovidos como capazes, não se tornaram mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo (Paulo Freire, 1987: 33). É conhecido nos meios sindicalistas cutistas, o fato de um dirigente da CUT-Alagoas, portanto, uma liderança do chamado sindicalismo combativo e autêntico naquele estado, que teve muita dúvida se votava em Collor ou em Lula nas eleições de 1989. O fato: Collor usou frei Damião como instrumento marketing político, se apresentando ao “povão” nordestino com este frade capuchinho ao seu lado, não só em grandes comícios, com ligeiras aparições públicas. Também na mídia e através da distribuição de uma enorme quantidade de “santinhos”, que insinuavam aos sertanejos que Frei Damião estava ao seu lado e lhe apoiava. Conhecido pelos “milagres” que operava em suas pregações e peregrinações pelo interior do Nordeste, Frei Damião tornou-se uma espécie de “santo vivo” dos sertanejos, fato que se combinava com a imagem daquele que se apresentava ao eleitorado como “pai dos pobres e descamisados”. Filho de “gente fina” das Alagoas e genro de um grande usineiro daquele estado, Collor também passava a imagem do “bom patrão” e ao mesmo tempo de um jovem senhor,

empreendedor, inteligente e portador uma brilhante carreira política de “caçador de marajás”. Tudo isto, em contraste com o outro, “sapo barbudo” como disse o populista Leonel Brizola, “um bicho em figura de gente” como se diz no linguajar popular. No máximo, esse outro, o Lula, passaria a imagem de um “coitado” torneiro mecânico, que se “chegasse lá faria do mesmo jeito dos outros, senão até pior”, afinal, “todo político é farinha do mesmo saco” Síntese: trabalhador não vota em trabalhador. No caso, do mencionado sindicalista, representante dos rurais” na CUT- AL, já não se tratava disto. A ambigüidade, os dois pólos da contradição que configura o ethos do oprimido de que nos fala Paulo Freire se manifesta de outra forma: votar em Lula, seria uma espécie de sacrilégio contra o “santo padre” Frei Damião; já, votar em Collor seria atender a um pedido irrecusável deste santo popular. Mas, não votar em Lula, seria trair a sua classe, as causas defendidas pela CUT e seus companheiros de luta sindical e partidária.

Lembrando as análises de Gramsci sobre a questão meridional, Andrade (op. cit., p. 390), admite que a formação cultural e a ideologia que permeiam as relações de classe não dão lugar para a compreensão da necessidade de representação política e de organização em torno de um partido e, por outro lado, esta analista pernambucana concordando com a visão de Francisco de Oliveira (1987:127), admite que este problema de estranhamento dos trabalhadores com relação aos partidos, vendo-o como algo que lhe exterior e distante, complica-se pelo fato de que, a forma como os partidos se estruturam no País, parecem ser o resultado mais de expressão de uma “opinião pública” que de interesses de classe. Não seriam, portanto, orgânicos, nem do ponto de vista da representação burguesa, nem das classes dominadas. Estudando o caso do canavieiro pernambucano, Andrade observa que os trabalhadores ainda não tinham constatado que era preciso algo mais do que votar e ser votado, de forma a dotar a ação sindical de uma nova dinâmica; de que era preciso dar uma expressão formal às suas lutas e sem desprezar a ação político-partidária e dela fazer parte, elegendo seus próprios pares para cargos executivos e legislativos. Constata, ainda, outro problema freqüente que é o fato de que os trabalhadores confiam em seus sindicatos, participam das lutas e mobilizações por eles postas em práticas, mas quando uma liderança sindical tenta se eleger para vereador ou prefeito, em geral, não votam nos trabalhadores candidatos. Aceitam as suas lideranças combativas no âmbito da luta sindical, mas tal fato não significa que aceitem as suas orientações políticas. Andrade lembra que também Weffort (1978:20), constata que os trabalhadores, em geral, distinguem ação sindical de ação política. O que explicaria este estranhamento à política?

Entrevistando lideranças sindicais canavieiras, Andrade obtém as seguintes explicações: algumas entrevistadas afirmaram que tal fato se explica porque o trabalhador tem medo de perder contato com as suas lideranças, no momento em que estiverem voltados para questões mais gerais que o específico de sua categoria. Um sindicalista do Rio Formoso (PE), explicou que o trabalhador tem mais ciúme da diretoria do sindicato do que da mulher dele. Tem medo de perder os seus representantes, não entendendo que a defesa maior dele está no poder político. Não entende que o sindicato está limitado sem ação político-partidária, não sabe ainda que é o senador e o deputado que fazem as leis e não o presidente ou o governador. Tem medo que o representante sindical se eleja e o sindicato acabe. Na opinião desta liderança quando ele, o trabalhador, entender isto, ele deixará de votar nos patrões. Se for assim, então esta “consciência ingênua” do trabalhador com relação à política remete a um trabalho de “alfabetização política” e à própria ação sindical que se mostra despolidizada. Portanto, esta centração dos trabalhadores, este nível de consciência moral heterônima, no sentido piagetiano, se faz presente na visão das próprias lideranças sindicais e na concepção e prática sindical que abraçam: uma visão legalista e, portanto, nos marcos da função social do sindicato impostos pelo Estado. Senão numa visão simplista e de certa forma de inferiorização das chamadas bases sindicais, como pode ser vista na fala de outra liderança sindical

entrevistada por Andrade (Idem, p. 392). Segundo esse dirigente sindical, entre outras coisas, o trabalhador não tem conseguido se fazer representar porque o dinheiro “fala mais alto”, não está consciente do poder do voto pela sua condição social de miséria, ele vende o voto até “por uma garrafa de aguardente”, “ainda não acredita no outro trabalhador”. Para este entrevistado, até 1979, o sindicato não podia entrar na política partidária, que “até então era proibido, porque os estatutos não davam condições”. Mas, o que fazer para o trabalhador acreditar noutro trabalhador como seu representante político?

Hipótese: se for um fato, até pedagógico, que em condições de miséria, os seres humanos regridem aos instintos da espécie, não seria o dinheiro que fala mais alto, mais o instinto de sobrevivência, de defesa da espécie humana. Isto significa dizer que um processo de socialização política dos trabalhadores não é linear e nem mecânico, que em determinadas situações e requerimentos do meio, podem sofrer tanto regressões como avanços num esforço de adaptação a um meio mutante e, em regra, hostil. Se um processo de socialização, por mais primário que seja (no sentido de não ultrapassar percepções condicionadas ao imediato e ao localizado) é caracterizado pelo fato das estruturas de consciência cederem lugar e ao mesmo tempo se conservarem nas que lhes são imediatamente posteriores e superiores, ele é ao mesmo tempo conservação e mudanças, porque contraditoriamente há na relação do ser humano com outros e com o meio, fatores objetivos e subjetivos que contraditoriamente, tanto funcionam como móveis de frenagem quanto de avanço da socialização. Daí, possivelmente a seu caráter ambíguo, ambivalente, contingente, mas contínuo e possível. Se o meio é hostil, e a heteronomia social é a regra mesmo no âmbito das organizações sociais, não só pelas orientações cognitivas e morais das lideranças e que se materializam nas relações dirigentes e dirigidos, mas também nas percepções e julgamentos dos trabalhadores; haverá, portanto, necessidade de algo que desequilibre tal status quo e que possa reelaborar tanto as percepções quanto reestruturar padrões de julgamentos e de orientações de condutas requalificando as ações e relações sociais. Daí, a necessidade de função dos intelectuais orgânicos e, principalmente do intelectual coletivo, no sentido gramsciano, na requalificação da ação sindical.

Sem um trabalho de educação política propriamente dita com os canavieiros do Nordeste, articulando as questões trabalhistas com os temas, os atores e as instituições da democracia política, possivelmente se terá um processo de socialização política forjado na própria luta, mas inconcluso, comprometendo a própria elevação dos subalternos do campo à cidadania política. Sem a ação político-partidária que requalifique a ação sindical dos canavieiros solidarizando a luta pelos direitos trabalhistas com a luta política e lhe dando melhor organização e expressividade, inclusive, na luta contra as formas autoritárias do Estado e a natureza excludente do capitalismo, possivelmente os canavieiros continuarão imersos, como sugerem Paulo Freire (1987) e Andrade (1994: 393), numa situação de heteronomia social de fundo social-darwinista e expressa pela sua subserviência às classes abastadas e politicamente dominantes. Continuarão acreditando piamente que elas são dotadas de qualidades especiais que as tornam superior às massas pobres do campo e das periferias urbanas e, que, por isto, são aptas a governar, a mandar, a serem cada vez mais ricas e poderosas, cabendo aos subalternos servi-las e obedecê-las. Nesta direção, reforçam-se e reproduzem-se as condições socioeconômicas e as condições de submissão político-culturais a que estão submetidos, aumentando a sua vulnerabilidade a todo tipo de opressão e manipulação política. A política continuará para eles sendo algo exterior e distante, coisa de “gente grande, de doutor”. Continuarão acreditando que todo “político calça 40” e “que são farinha do mesmo saco”, crença esta muitas vezes reforçada pelo apartidarismo do próprio sindicalismo rural e de suas lideranças e certas assessorias e instituições avessas à política e que apóiam o trabalho de conscientização e mobilização em função das campanhas salariais. Desta forma, tanto as direções sindicais quanto às entidades de apoio omitem-se ou até

reforçam a crença difundida na massa trabalhadora de que a solução para os seus problemas não está ligada ao partido como forma de organização e acessamento de seus interesses e de sua participação de fato no poder político e nas instâncias de tomada de decisão dos rumos da sociedade; mas na figura de um líder personalista, em geral, populista e, por isto autoritário, uma espécie de “pai dos pobres” dotado de poderes quase sobrenaturais que o coloca acima dos mortais. Mantida neste estágio de consciência transitivo ingênua (Paulo Freire), pré-convencional (Köhlberg e Habermas), socialmente heterônima (Piaget), solidário-mecânica (Durkheim), a grande massa canavieira, e a massa trabalhadora em geral, continuará sendo massa de manobra de políticos inescrupulosos e, até, bem intencionados “pais dos pobres”, freando as possibilidades de mudanças mais profundas da sociedade. Contribui-se, assim, para a reprodução do status quo, numa sociedade que historicamente construiu o seu percurso de ocidentalização pela via das mudanças “pelo alto” e, na qual, o “poder do atraso” parece assimilar o moderno, destituindo-o de sua forma político-emancipatória, deformando as próprias formas institucionalizadas de mudanças, para que o “poder do atraso” continue reinando.

No coração desta contradição, e sem Oriente à vista, e numa era de “globalização” profundamente marcada pela revolução passiva do capital financeiro, tais mudanças, só poderão ser acessadas pelo privilegiamento da via político-institucional. Nesta direção, torna-se urgente e fundamental o privilegiamento, pela ação sindical canavieira, dos temas, sujeitos e instituições da democracia política, potencializando os seus alcances e superando as suas limitações no seu próprio combate, há quase 20 anos, aos efeitos do autoritarismo das formas estatais de intervenção na sociedade e da natureza excludente e conservadora do capitalismo no País.

Se o processo de socialização dos trabalhadores da cana é estorvado pelas condições de miséria e opressão, as quais os tornam vulneráveis a todo tipo de manipulação e aliciamentos das elites e oligarquias rurais; essa dependência deve ser relativizada, já que, ele deu um caráter de massa as mobilizações e greves por ocasião das campanhas salariais potencializando o próprio papel inegável que teve a ação sindical no rompimento dos elos de dependência destes trabalhadores ao senhorio rural, representados pelos mecanismos de controle social que o reproduzia. Entretanto, essa socialização política esteve limitada pelo concentração das lutas às questões imediatas, associadas às próprias concepções, julgamentos e práticas sindicais adjetivadas de corporativistas, legalistas e apartidárias das lideranças sindicais próprias do sindicalismo oficial, como têm analisado Andrade (op. cit., 395). A concepção apartidarista do MSTR reforça nas lideranças e dirigentes sindicais canavieiros a mesma concepção de suas bases sobre o político e a política, o que termina reforçando relações “clientelistas” com personagens da burocracia de órgãos da face provedora do Estado e o apoio eleitoral a líderes políticos carismáticos, tentando tirar proveito dessa relação em favor de suas bases sindicais. É evidente que isto ocorre independente do partido e de programas partidários e, portanto, em detrimento das instituições da democracia política. Contraditoriamente, a clivagem entre a ação sindical e a política, tem levado os dirigentes sindicais a apoiar e a conquistar o apoio de suas bases a determinados personagens e não ao partido, reforçando de certa forma orientações societárias que negam a sua especificidade e legalidade própria; reforçando, portanto, uma cultura política de “sujeição”, caracterizada pelo fato dos membros da sociedade e dos seus grupos organizados orientarem a sua atenção ao sistema político, mais atentos aos aspectos de output, aos aparelhos administrativos encarregados de execução de decisões que venham lhes trazer benefícios diretos e de natureza particularista (Sani, 1995:306; Almond e Verba, 1989).

Neste contexto político-cultural, o próprio Estado, oportunizado por governos claramente populistas e personalizados por líderes do tipo “pai dos pobres”, e num contexto de regime democrático, busca, em nome do combate à pobreza, acionar ações e projetos

sociais assistencialistas e paliativos. Com isto mistifica tanto o seu caráter de classe quanto esconde o predomínio do projeto econômico que responde as regras da acumulação do capital. Isto ocorreu tanto no governo de Sarney como no de Collor; tanto na administração de João Batista Figueiredo quanto na de Fernando Henrique Cardoso; tanto no Governo de Arraes quanto no Governo de Joaquim Francisco Cavalcanti, em Pernambuco; embora o Estado, através de seu aparato político-administrativo e na vigência do regime político-democrático que se instalou na década de 80, procurasse se adaptar ao novo contexto e readequar a sua intervenção ao processo de recomposição de forças políticas e às alianças dos diversos grupos sociais que tentavam tanto controlar o Estado, como postular a sua descentralização e democratização. É evidente que os integrantes de uma ação sindical centrada nas questões imediatas, como ocorreu com o movimento social dos canavieiros do Nordeste, tem dificuldades de perceber esta metamorfose do Estado e do próprio capital, cujas crises cíclicas sintetizam, a despeito da falência de unidades produtivas, um processo de concentração do capital baseada na otimização dos custos e na maximização dos lucros. Foi isto que ocorreu com a indústria sucroalcooleira do Nordeste. Fato que veio ocorrendo desde a década de 80, com impactos na própria eficácia das campanhas salariais dos canavieiros e que os seus dirigentes tiveram dificuldades de perceber até que no final da década de 80 e início da década de 90, usinas começaram a abrir falência e outras e poucas entraram no apogeu.

1.5. A crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro e Seus Impactos Econômicos e Sociais

Naquele cenário, de reestruturação produtiva e espacial da atividade sucroalcooleira açucareira, fornecedores de cana estavam com suas terras hipotecadas nos bancos, bem como usinas consideravam-se falidas. Outros procuravam diversificar a produção ou trocar as plantações de cana por outras atividades produtivas. Apesar do deputado Gilson Machado, usineiro e liderança do Sindicato do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, considerar que 70% do setor estava falido e que das 42 usinas e destilarias e dos sete mil fornecedores de cana, apenas 1/3 ia sobreviver, provocando em cadeia falências em empresas comerciais de fertilizantes, equipamentos agrícolas e indústrias (Jornal do Comércio, 05.12.93); Cláudio Castanha, repórter do Jornal do Comércio, identifica a implantação de mais de 300 projetos agropecuários rentáveis (bovinos de leite e de corte, búfalos de leite e de corte, recria e engorda de animais, produção e exportação de sêmen de gado, avicultura, piscicultura); produção em escala industrial de seringueira, banana, abacate, manga, acerola, maracujá, melancia, pimenta, pimentão, feijão, milho, produção de cavalos de raça, fabrico de queijos, usinagem de leite pasteurizado, produção e exportação de mudas de coqueiro, industrialização e exportação de polpa de frutas etc. O próprio presidente do SINDAÇUCAR, patronal, Eduardo Farias, em entrevista, contrariando a apregoada crise do setor, confirma a sua vitalidade com ganhos substanciais de produtividade, incluindo a produção diversificada em terras de várzeas liberadas pela cana e promovendo o aproveitamento de subprodutos para a sua implementação. (Idem, ibidem).

Quanto às falências e a concentração, Joaquim Correia de Andrade, geógrafo da UFPE, contrariando a choradeira regional dos usineiros, que culpabiliza os governos estaduais, a Justiça do Trabalho, a FETAPE e o clero pela falência do setor, mostra que os subsídios só falsamente foram cortados pelo Governo Collor. Pontua que usinas estão adquirindo terras ao “preço de banana”, expandindo tecnologia e demitindo a massa trabalhadora, ao mesmo tempo em que exigem dos prefeitos a decretação de estado de calamidade pública, em função da seca, devido às vantagens de pararem de recolher ICM.

Lembra que sob o nome de projetos racionalização da produção e reorganização empresarial lançados desde o final da década de 50 pelos governos militares, iniciou-se o processo de concentração do capital na atividade açucareira. A Ditadura promoveu, inclusive, financiamentos para que usinas pequenas e médias se transferissem para outros estados como Ceará, Maranhão e outros, para não serem imprensadas e engolidas pelas grandes. Euforia que foi até 1973, quando se decretou a crise do petróleo, vindo o PROÁLCOOL, que associou este processo concentracionista aos interesses do capital industrial multinacional da indústria metal-mecânica pesada e da agroquímica. Este capital industrial solapou a idéia de surgimento, a partir do álcool carburente, de desenvolvimento de um moderno setor alcoolquímico nacional, interferindo na adequação dos preços do açúcar no mercado internacional. Este fato ocorreu nos meados dos anos 80. Mas, dando continuidade à concentração do capital erodindo a capacidade de concorrência das usinas e de produtores operando com menor produtividade e, portanto, com maiores custos de produção e menores chances de sobreviver no mercado. Joaquim Correia de Andrade, no Seminário Regional, ocorrido em Recife, em 31.05 a 03.06.93, sobre a Crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro do Nordeste, lamenta que os representantes sindicais dos trabalhadores estivessem naquela época a reboque do engodo das lamentações patronais tragicomediando uma crise e clamando pelo socorro do Estado, reproduzindo o próprio discurso do patronato nas análises feitas sobre a crise e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. (Cf. STIAA, FETAPE e outros, 1993:17-19).

Por seu turno em dezembro de 1993, em entrevista ao Jornal do Comércio, Manoel Correia de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco, 70 anos e 90 títulos dedicados à realidade nordestina, prevê uma explosão social na região canavieira com o aumento de invasões de terras. O MST já tinha chegado à região, a CPT resolveu também promover acampamentos e ocupar terra. Mas, o mais importante da entrevista de Manoel Correia, é que ele constata que a maioria dos usineiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás é de origem nordestina, sendo que nas usinas de Mato Grosso e Goiás há um controle de fato de nordestinos; fato que desautoriza qualquer discurso da incompetência dos usineiros da região face às falências. Usinas faliam, mas não os empresários. O que havia era uma transferência da atividade para outros estados, ou uma mudança dos empresários para atividades mais lucrativas. Segundo Manoel Correia, naqueles estados, os empresários do açúcar e do álcool pegavam terras planas, de fácil mecanização e pouco exploradas. Estavam mais perto do mercado consumidor, onde o movimento trabalhista era bem menor e a mão-de-obra era recrutada e contratada por mecanismos com menos ônus em termos de direitos trabalhistas. Além disto, teriam mais facilidades na obtenção de recursos, créditos e mais facilidade de associação. Não, por acaso, é fato sabido, que as empresas do açúcar e do álcool que prosperam na Região, ocuparam exatamente as terras planas, inclusive as dos chamados tabuleiros costeiros.

Nesta direção, constatamos em nossa pesquisa, que o gerente e herdeiro da Usina Santa Maria, na região canavieira do Brejo Paraibano, uma das duas únicas usinas existentes na área, ambas falidas, abandonou a massa falida nas mãos de seu velho tio avô; e foi investir noutra atividade. Falidas as usinas, os engenhos e fornecedores de cana produzem pecuária bovina, banana, rapadura e aguardente, entre outras atividades. Na região Litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a cana ocupou as terras mais planas dos tabuleiros costeiros e concorre com a pecuária, o abacaxi e outras culturas. A desapropriação de terras nestes estados pelo governo para assentamento de sem terra tem sido uma alternativa que os proprietários têm enfrentado para saldar as suas dívidas e se livrarem dos credores. Em Alagoas, o subsetor mais moderno e competitivo sucroalcooleiro está exatamente na mata sul, nas imediações de São Miguel dos Campos, com terras mais planas e com plantios com altos índices de produtividade. Temos, portanto, um reordenamento espacial e uma reestruturação

econômica da atividade na própria região associados a transferências de investimentos e unidades produtivas para os estados fora do Nordeste e deslocamentos do eixo de prioridades de seus investimentos para outros setores da economia.

A concentração da atividade econômica também pode ser revelada pela redução dos números de fornecedores. Segundo dados recolhidos por Arnaldo Liberato (s/d), assessor da CPT Nordeste; na Paraíba, em 1986, havia 2.600 fornecedores de cana. Atualmente são cerca de 900. Já em Pernambuco, na safra de 91/92, os 9.210 fornecedores produziam 43,80% da cana, quando em 87/88, a sua produção foi de 73% do total. Os usineiros que tinham produzido 27% aumentaram para 56,20%. Dos 9.210 fornecedores, 277 (3,10%) produzem 51,5% de toda produção. Deste montante de fornecedores, 70% trabalhavam em terras arrendadas às próprias usinas (Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco). Em Alagoas, os fornecedores que na safra 85/86 produziram 13,9 milhões de toneladas de cana, em 91/92 caíram para 6,8 milhões (Gazeta de Alagoas, 21/06/1992). Conclui o assessor da CPT- NE que os fornecedores perdem espaço para os usineiros. Certamente a crise/reestruturação do setor tende a atingir os produtores mais vulneráveis como os fornecedores médios e pequenos; sem condições de produzir em escala, o que exigiria investimentos em mais terras (compra ou arrendamento) e em tecnologia, como é o caso da ASPLANA (Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas). Em entrevista, o seu presidente Edgar Antunes Neto, informa que o ASPLANA tem cerca de sete mil associados, quase todos “pequenos” produtores (grifos do autor). Também Gerson Carneiro Leão, do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, informa que o setor que já empregou 350 mil trabalhadores; no ano de 1993 só empregava agora 250 mil, com a agravante omissão dos governos federal e estadual que cortaram os subsídios. Informa o sindicalista patronal que o seu Sindicato congrega 10,8 mil produtores de cana, sendo a maioria de pequenos e não de grandes produtores. Estes atingidos pela crise, pelo corte dos subsídios e por 3 anos de seca, assistiram a uma queda nos últimos anos de sua produção que de 16 milhões de toneladas de cana/ano caiu para 4 milhões. Portanto, a reestruturação do setor passa por uma concentração relativa da terra, da produção e da cana, uma redução dos fornecedores, sem falar da redução dos empregos.

A produção de cana, de açúcar e álcool, foi reduzida nas safras de 1986/87 e 1991/92, com tendência a cair de 1993/1994, incluindo a seca que atingiu a lavoura, mas beneficiou as unidades de produção mais competitivas. O setor foi beneficiado pela taxa de equalização, para compensar a diferença dos custos de produção e produtividade frente ao Centro Sul e que chegou a 38%, sendo paga pelo consumidor. Esta taxa foi cancelada pelo Governo Collor, nos anos de 1990 e 1991. A partir de 1992, a compensação foi feita através do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que é cobrado dos produtores paulistas e objetiva cobrir uma diferença de custos estimada em 30%. Mas, os produtores, como o usineiro Armando Monteiro Filho, asseguram que o IPI cobre apenas 18%. Com a extinção do IAA, pelo Governo Collor, os usineiros ficaram sem mecanismos de proteção como estabelecimento de preços mínimos e estoques reguladores. A exclusão do setor de linhas de crédito agrícola a juros mais baixos começou com Sarney e agravou-se depois com o Governo Collor e seguintes. Entretanto, a atividade foi beneficiada com US\$ 07 bilhões do PROÁLCOOL entre 1975 e 1990, sendo que cerca de US\$ 3,3 bilhões vieram dos cofres públicos.

Conforme os dados levantados pela imprensa, os usineiros de Pernambuco devem US\$ 460 milhões ao Banco do Brasil e receberam mais um crédito de US\$ 130 milhões do mesmo banco (Correio da Paraíba, 13.06.92). Já os usineiros de Alagoas, deviam US\$ 86,7 milhões aos bancos internacionais, que foi paga pelo Banco do Brasil e asseveram que devem apenas US\$ 2,7 milhões (Jornal de Alagoas, 25.10.92). Se em Pernambuco, as usinas devem de ICMS, um montante que daria para cobrir a metade dos débitos fiscais

daquele estado (Jornal do Comércio, 22.08.92), com relação as dívidas com os bancos oficiais, só as dos usineiros de Pernambuco com o Banco do Estado (BANDEPE), foram acumuladas até 93, em torno de US\$ 30 milhões (Jornal do Comércio, 01.12.93). São grandes também as dívidas com o INSS, FGTS, Tesouro Nacional, entre outras. A “choradeira”, porém é grande. Mesmo com estas dívidas todas, o Governo Federal liberou para os usineiros do Nordeste e do Rio de Janeiro, Cr\$ 250 bilhões da taxa de equalização (atrasados) com títulos de privatização de estatais (Folha de São Paulo, 26.08.92).

Se a proteção estatal ao patronato canavieiro não foi tanta, como eles têm reclamado na imprensa; diversificaram, entretanto, suas atividades econômicas, transferiram usinas para outras regiões e modernizaram-se. Procuraram adequar-se à realidade enfrentando através de vários mecanismos o movimento aguerrido dos trabalhadores da cana pelos seus direitos. Este movimento centrado na legalidade da luta, tendo como principal motivador para a mobilização a própria essência do ritual imposto pela lei 4330/64; a própria ofensiva patronal teve o papel de confiná-lo às questões imediatas e na busca de alternativas de lutas que contribuíssem para o cumprimento da lei. Sem se dar conta da complexidade do processo mais amplo que estava ocorrendo, a luta dos canavieiros ficou presa à reajustes de suas estratégias, mecanismos, avaliações e critérios, os quais basicamente continuavam em sua essência, os mesmos. É tanto que os dirigentes da corrente sindical cutista falavam que as campanhas salariais tinham se tornado no final da década de 80, um mero ritual, não conseguindo dar conta de uma realidade que tinha mudado: mudanças dos mecanismos de dominação patronal, mudanças do mercado e do emprego da mão-de-obra, inovações tecnológicas e redução do emprego. Mudanças, que as campanhas salariais não conseguiam recobrir, porque apenas centradas nos trabalhadores permanentes e nos moradores de engenho e naqueles temporários com carteira assinada. “A base” sindical estava mudando e a própria estrutura sindical vertical e municipal foi se tornando inapropriada à realidade mutante imposta por um processo mais amplo de crise e reestruturação do setor sucroalcooleiro nordestino. Mas, a ação sindical tornou-se fator de aprendizagem para o patronato. Foi um insumo de suma importância para a sua adequação à realidade, racionalizando a atividade produtiva com impactos no processo produtivo e nas relações de trabalho. Resumidamente essas inovações acarretaram os seguintes impactos no processo produtivo: emprego intensivo da mecanização agrícola, reduzindo a oferta de trabalho e tornando o mercado de mão-de-obra mais seletivo, restrito e excludente. O deslocamento do setor mais moderno canavieiro para as terras mais planas dos tabuleiros costeiros facilitando a mecanização e a irrigação, associado a quimificação e a biologização (novas variedades-teor de sacarose) e as novas formas de administrar e gerenciar, aumentou o rendimento tanto industrial e agrícola quanto a produtividade da mão-de-obra. As inovações administrativas e o controle da mão-de-obra, representando um taylorismo tardio, adotou o uso da informática nos relatórios diários e semanais, nos demonstrativos de serviços, controle de faltas e desempenhos individuais e de equipes, serviços executados por talhão, custos de mão-de-obra, e outros, maximizando a produtividade do trabalhador canavieiro. As inovações ao tempo que reduziam a mão-de-obra requeria conhecimentos, habilidades específicas e disciplina da força de trabalho.

Tal disciplinamento requeria uma mão de obra dócil e longe dos sindicatos, de forma a aumentar as tarefas, cronometradas e fiscalizadas por apontadores e gerentes de campo. O aumento da produtividade passou a ser estimulada por sistemas de premiação ao “machos da semana” e no meio da jornada de trabalho passou a ser oferecido, pelas maiores usinas, como no caso de Alagoas, uma refeição (sopa ou uma dieta à base de soja, pão e munguzá). A redução do ciclo produtivo aumentou o tempo da entressafra gerando menos oferta de trabalho e requerendo mais trabalho temporário e menos ocupação permanente da mão de obra. O medo de perder o emprego e o próprio desemprego aumentou a vulnerabilidade dos trabalhadores, levando-os a aceitar a precarização das condições de

trabalho. Vejamos as percepções do trabalhador, conforme entrevistas realizadas pelos técnicos da FASE-Alagoas:

A gente trabalha sábado, o dia todo, feriado, às vezes domingo, que é para terminar o serviço. Tem que fazer de todo tipo. Mesmo que o corpo não aguento, senão a gente pode perder esse trabalho. Tá difícil ter outro (trabalhador volante, São Miguel dos Campos, 14.10.94).

Mas, do lado patronal afirma-se que:

“Nós investimos no homem. O processo na Usina Caeté é qualidade total. A competição é grande e o trabalhador que não se interessar, vai para fora”. (Técnico de usina, Teotônio Vilela, AL, 1993).

Os novos patamares de produtividade exigidos pelas empresas são disciplinados, também, pela redução do salário ou pela dispensa do trabalhador, caso não atinja as tarefas no tempo e na qualidade exigidos. Neste cenário, as usinas procuram selecionar e recrutar os trabalhadores mais aptos, mais fortes, já que têm que atender aos índices de produtividade, tempo, qualidade do trabalho e capacidade física e, também, comportamento de docilidade, obediência e abdicação dos direitos trabalhistas. Cadastrados sob tais requisitos pelo sistema computadorizado, as empresas trocam informações com outras, reatualizando e nivelando tais índices entre empresas, além do controle generalizado de uma mão-de-obra volante através dos cadastros individuais de cada trabalhador. A carga de trabalho e a pressão dos fiscais e apontadores de tarefas para além das capacidades físicas e mentais dos trabalhadores levam muitos à abandonarem os postos de trabalho, procurarem outra atividade ou deixarem de ser fichados para serem bóias-frias, porque se sentem mais livres.

Associado a esse taylorismo tardio à nordestina, contrariando as lutas trabalhistas e o cumprimento dos direitos, os empresários aumentaram a contratação de trabalhadores volantes recrutados em outros estados e têm reduzido os trabalhadores do lugar. Estes são confinados em alojamentos precários e anti-higiênicos (Cf. Fase. Alagoas, 1996). Por outro lado, as relações diretas foram desfeitas, o lugar dos “senhores de engenhos” e usineiros, é ocupado por staff hierarquizado de tecnocracias, administradores, contadores, assistentes sociais, técnicos agrícolas, gerentes de campo, fiscais e apontadores. Também o “morador” tornou-se morador de agrovilas, periferias urbanas e de galpões (que alojam os bóias-frias safristas). Se o setor moderno da economia sucroalcooleira nordestina mudou cenários e atores, precarizando as condições de trabalho e aumentando o desemprego, utilizando-se de novas técnicas de aliciamento e controle social da mão-de-obra, sem recorrer às “arcaicas” formas de repressão e uso do aparato policial privado e estatal em face às mobilizações trabalhistas, por outro lado, aumentou a produtividade se adequando às novas exigências do processo de acumulação e concentração do capital, tornando-se competitivo. Tal fato obrigou ao setor que não se reciclou, ou a mudar de atividade ou a abrir falência, provocando desemprego em massa. Este processo de crise e reestruturação produtiva já no final da década de 80 provocou impactos sociais aviltantes para as classes trabalhadora da cana e, organizativos para o movimento sindical. As campanhas salariais chegaram ao seu limite, suscitando o que os dirigentes sindicais dos trabalhadores chamaram de crise do MSTR, crise de mobilização, colocando em xeque as próprias concepções e práticas sindicais, além da estrutura de base municipalista.

No Encontro sobre a Crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro do Nordeste, já citado, um dos participantes avaliou as Campanhas Salariais da seguinte forma:

“A sociedade, os trabalhadores impuseram aos usineiros a necessidade de se sentar à mesa e negociar. Então acho que mudou. Mudou na forma, eles foram se acostumando com a idéia de negociação. Foi uma contribuição do movimento sindical. Os usineiros foram educados pela pressão, pela greve à sentarem-se à mesa para negociar. É apenas, uma questão formal, mudou apenas formalmente. Eles trataram de comer o movimento sindical pelas beiradas e foram abandonando os mecanismos de violência. Foram adotando forma de produção, forma de organização dos trabalhadores dentro de uma metodologia nova, e foram desarticulando o movimento sindical que era um movimento baseado no morador, no fichado, no permanente. Esse movimento, hoje, não responde mais, porque não tem mais de 5% de mão-de-obra permanente dentro dele, porque o pessoal agora tá na ponta da rua, são trabalhadores temporários. Os patrões enfrentam a gente hoje de forma totalmente diferente, e se a gente não perceber isso vai ser mais uma vez engolido” (Beto Novaes, CEDI, RJ).

Mas, se um movimento social não é uma coisa unilateral, mas relacional, obrigando as partes a mobilizarem novas estruturas de racionalidade na defesa de seus interesses e na readequação de suas práticas e concepções à nova realidade, houve, portanto, mudança na forma, na maneira de agir e que se traduz de ambos lados na efetivação portanto de novos patamares de aprendizagem. Se do lado sindical dos trabalhadores, os processos de mudanças desequilibraram a forma, o modelo cognitivo, colocando em xeque o próprio modelo de campanhas salariais adotado, as práticas, concepções e própria estrutura sindical, suscitando, portanto, um processo de descentração na construção de alternativas; do lado patronal, a aprendizagem ocorreu de fato. As estruturas de racionalidade disponíveis e latentes foram acionadas e incorporadas ao processo produtivo, associando os conhecimentos e técnicas de “administração científica” taylorista-fordista com os princípios e técnicas do modelo de produção enxuta ou toyotismo (novas formas e mecanismos de recrutamento, seleção, controle e aliciamento da mão-de-obra; gestão e controle inter - empresarial, pela via da informatização, do mercado de trabalho e da produtividade da mão-de-obra; precarização, flexibilização, subcontratação e terceirização da mão-de-obra, qualidade total, premiações; “seleção natural” dos mais “fortes” e mais “dóceis”; reorientação espacial da produção favorável a mecanização, quimificação e biologização e irrigação da produção, reduzindo emprego e especializando o trabalho; reorientação espacial do próprio recrutamento da mão-de-obra, etc).

Portanto, como diz outro participante daquele Seminário:

“é uma mudança na forma, logo é uma mudança no agir, é uma mudança no representar. Enquanto isso, em termos de exploração, foram buscar formas cada vez mais aviltantes (Joaquim Correia de Andrade, Assessor, UFPB).

Houve uma mudança qualitativa, conforme outro participante do evento citado:

“Eu acho que há uma mudança qualitativa sim do patronato, sem querer dizer com isso que as relações se modernizaram, porque o moderno para mim não quer dizer uma palavra positiva, ela é uma palavra em disputa, em outras palavras, os grupos sociais disputam o progresso social”. (Marcelo Paixão, assessor, FASE-RJ).

Vejamos, como diz, o assessor anterior, o que significou uma mudança nas formas de agir, mas também de representar. Se entendermos representar aqui como novas concepções e orientações que se traduzem em novos padrões relacionais entre capital e

trabalho, o patronato reage ao movimento sindical racionalizando a produção e produtividade do trabalho, evidentemente gerando desemprego e outras seqüelas sociais, inclusive pela indução, pela competição, da falência do setor retardatário e descapitalizado da economia sucroalcooleira. Tal fato também induz os sindicatos dos trabalhadores a rever suas concepções e orientações sindicais, e buscar novas formas de ação que não só ataque os efeitos, mas também as causas da elevação da exploração da força de trabalho, da exclusão da grande maioria pelo desemprego estrutural e dos próprios mecanismos de opressão operados sob novas formas e dado a própria vulnerabilidade dos trabalhadores a se sujeitar a tais mecanismos. Significa dizermos que também as mudanças requereram uma mudança qualitativa da ação sindical dos trabalhadores, o que implicou num imenso esforço de reflexão e busca de novas alternativas, amparadas na mobilização dos estoques de conhecimentos, saberes e informações disponíveis e, que de fato procuraram buscá-los.

Entretanto, se representar significa, para o assessor Joaquim Correia, a representação sindical, tanto as bases sindicais das organizações patronais quanto das organizações dos trabalhadores mudaram, deslocaram-se, mudaram-se cenários e atores, embora os seus representantes fossem os mesmos. A questão de concepções e práticas sindicais e, a própria estrutura sindical foram postas em xeque de ambos os lados. Mas, enquanto, as lideranças e dirigentes sindicais dos trabalhadores estão, num primeiro momento às voltas com seu sindicalismo taxado de corporativista, legalista, vertical, presidencialista e apolítico, o que limita a próprio descentramento cognitivo e político-ideológico, necessário à construção de novas alternativas e ao próprio entendimento do processo de mudança em sua totalidade; o patronato, pelo menos, o seu segmento de ponta, antecedeu-se criando um novo associativismo de feição neo-corporatista ou se associa às organizações pré-existentes. A semelhança do fordismo que nos anos anterior e pós a II Guerra Mundial basicamente destruiu a força social do sindicalismo norte-americano, o movimento social dos canavieiros entrou em crise, estagnou, colocando em crise um sindicalismo de base municipal que não conseguia cobrir a complexidade de um mercado de trabalho com empresas trabalhando com unidades produtivas em diferentes municípios, estados e regiões. A maioria dos assalariados é de volantes, vive em “pontas de rua”; trabalha em empresas em diferentes municípios e estados e está fora da vida sindical. Os conteúdos das convenções e dissídios coletivos estavam voltados fundamentalmente para a garantia dos direitos dos trabalhadores fixos ou permanentes, não atendendo, no novo cenário, aos interesses da grande maioria que consegue, pelo menos um posto de trabalho, durante alguns dias da semana nos canaviais e dependendo muitas vezes da boa vontade do “empreiteiro” e de suas próprias condições físicas.

Naquele seminário sobre a crise, cogitou-se a Reforma Agrária como saída, apesar da luta dos Sem-Terra, já presente na região com seus acampamentos e ocupações, confundia-se a luta pela terra com a luta pela Reforma Agrária e, até indagou-se a sua viabilidade na região canavieira. Enquanto, um dos assessores do Seminário defendia a Reforma Agrária, como uma solução macro estrutural de alcances para sociedade em geral, outro participante postulava que via “isso de forma cada vez mais distante, primeiro porque tem menos gente trabalhando na lavoura” e segundo porque não existe “espaço constitucional prorrogado”. O fato é que, se não houve no momento em que Sarney lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária, “mobilização da sociedade brasileira exigindo reforma agrária, nem dos próprios rurais”, como diz o debatedor, não deixou de existir a luta pela terra em todo país.

Outro assessor, desta vez da CPT, acha até que é difícil discutir Reforma Agrária no contexto de assalariamento e em que as novas gerações não passaram pela experiência de foreiro, do arrendamento, da pequena produção. Não percebia o assessor da CPT, que a agricultura foi transformada pelo capital numa atividade econômica como outra qualquer e “não num destino reservado aos que vivem no mundo supostamente cerrado do atraso histórico” (Martins, 1997, 36).

Mas, o debate sobre as alternativas ao desemprego e a precarização do trabalho prosseguia. Trabalhadores e patronato ocuparam o espaço público durante toda metade dos anos 90, através de seus representantes. Uma das partes denunciando a fome, a miséria e o desemprego em massa, incorporando outras temáticas nas próprias campanhas salariais como o trabalho da mulher e do menor. Abrindo-se aos novos desafios na discussão de políticas de desenvolvimento e alternativas de geração de emprego e renda. A outra parte, das organizações patronais, mobilizava a esfera pública “vendendo” a crise do setor e produzindo certa “indústria da crise” como instrumento de barganha frente ao Estado, com objetivos de negociar crédito, subsídios e dívidas. Para o MSTR, o momento foi de descentração, procurando não só incorporar temáticas como o trabalho do menor e da mulher, a problemática da reprodução social nos locais de moradia, mas também superação de um sindicalismo reivindicativo e corporativo por um mais propositivo e societário. As próprias entidades de apoio já tinham se deslocadas para a temática das políticas públicas, das alternativas de combate a fome e a pobreza, por ações de geração de trabalho e renda associada ao desenvolvimento local sustentado e, com maior ênfase após a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Fóruns de debates, articulações e redes temáticas multiplicaram-se. Enquanto a opinião pública, em geral, é dinamizada pelas reportagens e entrevistas sobre a crise e seus impactos. Vejamos.

Os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas empregavam no período da safra cerca de 500 mil trabalhadores: Alagoas, 150 mil (Gazeta de Alagoas, 21.06.92), Pernambuco, 250 mil (Associação dos Fornecedores de Cana, 1992) e a Paraíba, 120 mil (O Norte, 26.08.89). Na entressafra, estima-se, entre abril e junho que mais de 30% desta mão de obra ficava desempregada. Com a crise, estima-se que só em Pernambuco, em 93, a redução do emprego chegou a 130 mil postos de trabalho (Jornal do Comércio, 01/12/93). Em 1993, das cinco usinas do município de Escada, PE, três pararam de funcionar, gerando cerca de três mil desempregados. Em 1995, em todo estado de Pernambuco, a fora os problemas recorrentes de desemprego no período da entressafra, estima-se a perda de 110 mil postos de trabalho. Das 35 usinas e 06 destilarias do estado, 20 estavam funcionando nos padrões tradicionais, 08 estavam paradas e 07 funcionando precariamente (Cf. FETAPE, II Seminário da Zona da Mata, Recife, 27 a 29.07.95). Estima-se que já em 93, 70% do setor estava falido, tendenciando o seu desaparecimento ou o seu fechamento; que das 42 usinas, 28 poderiam fechar e, que dos 7.000 fornecedores de cana, só cerca de 2.100 resistiriam à crise (Jornal do Comercio, 05.12.93).

O quadro nas cidades canavieiras tornou-se desalentador e socialmente insuportável. No Rio Grande do Norte ou na Paraíba, em Alagoas ou em Pernambuco, o quadro é o mesmo. A 81 km de Recife, na cidade de Ribeirão, nos anos recentes surgiram favelas onde moram cerca de 10 mil pessoas. Nas cidades canavieiras a situação de infraestrutura é precária. Os prédios da prefeitura vivem lotados e as filas diárias em suas portas comportam dezenas de pessoas reivindicando emprego, comida, remédio, casa, água, luz, escola, posto de saúde etc. (Jornal do Comércio, 02.12.93). As cidades tornaram-se mais miseráveis por causa da degradação do meio ambiente. Além da falta de saneamento, água tratada, as usinas poluíram os rios e devastaram as matas (Jornal do Comércio, 03.12.93).

Pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro (ONG de Recife) revela que em Pernambuco, cerca de 30% da mão-de-obra dos canaviais é composta por crianças e adolescentes. Cerca de 70 mil meninos e meninas atuam semi-clandestinamente numa atividade estafante, sendo que 90,9% delas começam a trabalhar entre 7 a 13 anos de idade. Deste total, 86% não têm carteira assinada e 41% não recebem qualquer remuneração, apenas ajudam os pais, realizando tarefas que estariam além das forças de um adulto, como cortar e amarrar até 2,4 toneladas de cana/dia. São os chamados trabalhadores invisíveis. A pesquisa ainda revela, que 80,6% das cento e setenta famílias pesquisadas, estavam em estado de

indigência e sem meios para adquirir outras alternativas para proverem as suas necessidades de sobrevivência. A renda familiar por pessoa era de 33% do salário mínimo oficial, em janeiro de 93; perfazendo uma renda domiciliar, para cobrir as necessidades de cerca de 7 pessoas do grupo familiar, de cerca de US\$ 166,46 mensais. (Cf. Jornal do Comércio, 06.06.93).

Os latifúndios não produziram escolas; 58,9% dos meninos e meninas canavieiras não sabem ler e escrever. Muitos abandonam a escola para ajudar os pais, 18% que tem carteira assinada, são sempre os mais velhos e as mais velhas de 15 ou 16 anos. Cerca de 56,5% já sofreram algum tipo de lesão ou ferimento, além disto, informa à pesquisa que o lanho da palha da cana pode levar a problemas de cegueira.

Quanto aos salários, o Relatório da FETAPE sobre a Campanha Salarial de 1991, afirma uma perda salarial da categoria. A Campanha Salarial, de 1990, segundo o referido relatório teria sido a única que não foi capaz de recompor o poder de compra dos salários (FETAG/STR's, 1991). Em 93, conforme dados de Arnaldo Liberato da Silva, da CPT, havia empresas que estavam pagando apenas 40,42% do piso salarial. Nos anos seguintes constatamos em pesquisa de campo, que no Rio Grande do Norte, usinas, como a São Francisco, pagavam os trabalhadores com bônus, uma espécie de vale-compras que os trabalhadores usavam para ir a um supermercado indicado pelo gerente da usina. Lá trocavam o vale por uma quantidade irrisória de produtos básicos (cesta básica também estabelecida pela usina).

Bom! Que avaliação, diante destes dados, pode ser feita quanto à eficácia do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais na mudança das estruturas materiais e simbólicas de dominação e exploração da população trabalhadora canavieira? Dentre as várias avaliações que foram feitas, destaca-se, por exemplo, a de Andrade (1994). Segundo esta autora, um dos resultados mais importantes foi o reconhecimento pela classe trabalhadora dos sindicatos como portadores dos seus legítimos interesses. Consta que mesmo depois das transformações operadas pela ação patronal na reestruturação produtiva da economia canavieira que trazia em seu bojo também a tentativa de desmonte do movimento social dos canavieiros, os trabalhadores continuaram, pelo menos em Pernambuco freqüentando os Sindicatos, independente de estarem filiados ou não. Constatamos que na Paraíba, por exemplo, a participação continuou até num ritmo maior nos anos 90, até porque os sindicatos priorizaram a luta pela terra no sentido de desapropriação de usinas falidas em troca das dívidas contraídas pelos seus proprietários para com o Estado e para com os próprios trabalhadores.

As campanhas salariais, ainda hoje, apesar de não ter o dinamismo de antes, foram se constituindo num importante processo de socialização política dos canavieiros. Através delas afirmaram a sua identidade e a sua cidadania como portadores de direitos, mesmo que inconclusa. Andrade constata que, ainda hoje, as campanhas continuam sendo o grande momento dos trabalhadores canavieiros, resistindo às investidas patronais, denunciando arbitrariedades, o não cumprimento da lei, fazendo-os sentar à mesa para negociar e continuar reconhecendo o sindicato como interlocutor até mesmo para negociar propostas de manutenção do emprego. Os sindicatos, além disto, representaram, para os trabalhadores, todo um simbolismo para além de suas funções previstas em lei, ao representar o ator coletivo que quebrou o poder absoluto dos latifundiários na área canavieira. Entre outras questões, o Sindicato representou a inserção dos trabalhadores na modernidade das relações contratuais do trabalho, enfrentando a ilegalidade das relações de trabalho prevalecentes, afirmando direitos e conquistando outros, exercendo a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas prescritas nas convenções e dissídios coletivos, além de garantir assistência jurídica aos trabalhadores na defesa de suas reclamações na Justiça e o apoio necessário para que os direitos adquiridos não fossem desrespeitados. Tudo isto,

representou, para o trabalhador, conforme Andrade, o respeito que o patrão deveria lhe ter, não só como força-de-trabalho, também como ser humano. A ação sindical se não pode eliminar a violência, pelo menos passou a denunciá-la, mostrando o lado mais autoritário tanto do patronato como do Estado. Obrigando o Estado a mediar os conflitos, levá-o a reconhecer os trabalhadores como cidadãos, como seres de direitos que emergem no cenário político e mobiliza a opinião pública (Andrade, op. cit., p. 408).

Ainda, para esta analista, a ação sindical coloca às claras para o trabalhador que é quem no processo produtivo, antagonizando os diferentes interesses, mostrando ao trabalhador que a relação patrão versus empregado é regido pelo primeiro visando o máximo de exploração dos recursos, sendo o trabalhador um deles, configurando, portanto, a sua posição de classe. Entretanto, o reconhecimento de sua cidadania não teria alcançado a sua plenitude. As práticas sindicais voltaram-se para as ações imediatas, no combate aos efeitos, deixando-se de discuti-las e articulá-las com questões de âmbito mais geral, como a própria estruturação interna das entidades sindicais e ações que pudessem fazer frente às causas dos problemas que não conseguiam contornar, como a própria estrutura agrária. Desta forma, ação sindical ficou vulnerável às mudanças da estrutura produtiva, tendenciando a configuração de um cenário em que, numa região em que a cana se apresenta como única oportunidade de trabalho para grande maioria, os trabalhadores caem numa situação de indignância, ficando à mercê dos socorros governamentais mediante ações emergenciais (frentes de emergência, cestas básicas etc) ou se sujeitando a formas de trabalho subremuneradas e subcontratadas, reforçando a sua submissão ao patronato como forma de sobrevivência, como de fato já estava acontecendo (Andrade, op. cit., p. 416).

O fato é que o próprio MSTR se declara em crise. Os adjetivos para caracterizar esta crise são muitos: crise política, crise ideológica, crise de mobilização, crise ética, crise de readequação, crise de projeto. Em julho de 1993, realizou-se em Recife, o Seminário de Análise de Conjuntura. Desta vez, promovido por três Organizações Não Governamentais: FASE, CENAP e a Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Debateu-se a crise dos movimentos sociais no Nordeste, admitindo-se que o sindicalismo rural enfrentava uma crise específica em alusão basicamente ao movimento social dos canavieiros. Neste evento, referenda-se as mesmas teses de outros encontros: redução do número de sindicalizados, crescimento das dificuldades financeiras, e, em conseqüência, dos limites operacionais, enfraquecimento e dificuldade do Sindicato impor-se como negociador das reivindicações e fazer cumprir os acordos conseguidos. Não renovação de lideranças e não formação de quadros, perpetuamento de dirigentes autoritários e assistencialistas, gastos de energias em brigas pelo poder, em gestão de crises financeiras e na burocracia de rotina. Apagamento de fogo aqui e ali, mas não de dedicando a uma reflexão continuada que pudesse levar a propostas globais que respondesse ao problema dos desempregados, “que pensasse o conjunto do povo, da nação” (EQUIP/FASE/CENAP, 1994: 10).

1.6. MSTR: Impasses e Construção de Alternativas à Crise

Mas o MSTR continuou discutindo e buscando alternativas, afinal a crise lhe colocava em novos patamares de aprendizagem. A crise lhe exigia uma compreensão mais profunda nas mudanças estruturais em curso de forma a se adequar à nova realidade mutante e contraditória com novas alternativas de luta. Se durante toda década de 80, o modelo de campanhas salariais, sob a resistência de um patronato em cumprir a lei recorrendo a todo tipo de mecanismo de violências impunes, agudizava os conflitos recriando-os continuamente e ritualizando o processo de negociação/descumprimento, sem mudanças substanciais nas

condições de vida e trabalho dos canavieiros; no final da década, o processo de concentração do capital na economia sucroalcooleira, trazia em seu bojo mecanismos de desmonte do movimento social dos canavieiros e impactos muito mais profundos na redução dos níveis de sobrevivência da população trabalhadora e para o conjunto da população em geral. O fato é que, enquanto o patronato, utilizava-se de vários mecanismos de defesa, recorrendo à própria violência, em face à ação sindical dos canavieiros que oneravam as suas margens de lucros, por outro lado ajustava-se às novas exigências de competição do mercado internacional em tempo de neoliberalismo, precipitando um processo de concentração capitalista na economia sucroalcooleira, o qual como já vimos, vinha ocorrendo desde o final da década de 60. Combinando a defesa, sob formas truculentas, aos efeitos da ação sindical, que tendenciava a oneração de custos de produção, com mudanças estruturais de reajustes à nova conjuntura econômica nacional e internacional, o patronato também incorporava as inovações colocadas em prática a nível internacional relacionadas à gestão e controle da força de trabalho, neutralizando a ação sindical.

Num e noutro caso, e num segundo momento, combinando o não cumprimento com inovações no campo do sistema empresarial desregulamentador e flexibilizador das relações de trabalho segundo o figurino neoliberal; a ação patronal ataca causas e efeitos na racionalização de custos e maximização, de lucros, combinando a “lei da chibata” com a “lei do capital”, contra a lei “do sindicato” e a “lei do Estado” acionada pelos trabalhadores.

Pelo seu lado, o movimento sindical dos trabalhadores ficava na defensiva, não conseguindo ultrapassar as lutas institucionalizadas com pesados custos sociais e cada vez menos eficazes na minimização dos níveis de exploração impostos pela classe patronal. Entretanto, num primeiro momento, obteve resultados modestos de reajustes salariais, mantendo patamares mínimos de sobrevivência dos trabalhadores canavieiros. Ao contrário dos patrões, não recorreu a mecanismos de “desobediência civil”, de forma a ultrapassar os limites da institucionalidade vigente e os limites das lutas imediatas, associando-as à lutas mais gerais que colocassem em xeque as causas da exploração. Não conseguia atingir uma classe que se nutre do monopólio da terra e colocar em questão a própria estrutura de produção. Esta postura do MSTR pode ser explicada, segundo José de Souza Martins, pelo fato dos conflitos salariais serem institucionalizados e permanentemente recriados nas relações de trabalho e ritualizados anualmente nas negociações de acordos coletivos com o patronato. Portanto, um movimento de conflitos que se esgota em si mesmo e sujeito aos limites tanto de legislação quanto das flutuações de economia sucroalcooleira (Cf. Martins, 1984: 92).

É, tanto que quando no final da década de 80, veio à tona as modificações de estrutura produtiva e, portanto no mercado de trabalho canavieiro, as campanhas salariais tendiam a si tornar um mero ritual formal cuja motivação legal já não conseguia mobilizar as bases sindicais canavieiras e nem lhes trazer ganhos significativos. É o momento em que a “lei do capital” se impõe decididamente, obrigando os setores patronais descapitalizados a abrirem falências e concordatas e os segmentos personas da concentração do capital a colocarem em prática os novos princípios de “desregulamentação” do mercado de trabalho, modificando a própria base sindical do MSTR, demonstrando a sua capacidade de mobilização e organização. O golpe na ação sindical pautada naqueles trabalhadores com contrato formal de trabalho, quando agora a grande maioria lutava por um posto de trabalho; impôs aos dirigentes e lideranças do MSTR a própria revisão de suas concepções e práticas sindicais e a indagarem sobre o próprio futuro da base sindical canavieira. Lideranças e assessores sindicais ficaram desmoteados e desmobilizados decretando a crise do MSTR e a ineficácia das campanhas salariais. Um novo aprendizado colocava-se à sua frente, pela desequilíbrio de suas próprias concepções e orientações que governavam um certo legalismo, corporativismo e apoliticismo de suas práticas e que remontavam à própria origem

do MSTR. Se estes qualitativos da prática sindical tinham sido de importância para as organizações sindicais dos trabalhadores rurais sobreviverem à Ditadura Militar e se fortalecerem como referência representativa e legitimada pelos seus representados; agora mostravam-se inadequados à nova realidade à olhos vistos.

Procurando sair de um certo imobilismo inicial e vencer a perplexidade de um encadeamento de mudanças que vinha à superfície pelos novos mecanismos de exploração e seqüelas sociais de todos os tipos, a direção do MSTR e suas assessorias passaram a mobilizar todo um estoque de saberes, conhecimentos e informações traduzidos como insumos básicos para qualificar análises e discussões indispensáveis à construção de alternativas que colocassem em outros patamares a ação sindical dando continuidade ao processo de racionalização social desatada a uma década pela ação dos sindicatos, de forma a contrariar os efeitos perversos do processo de complexificação sistêmica moldado ao neoliberalismo de mercado e adaptado à realidade da economia sucroalcooleira.

A perversidade de novos mecanismos de exploração da mão-de-obra, a exclusão social, o desemprego em massa e outras patologias sociais impostas pelo capital, além de impactos regressivos nos níveis de integração social e de socialização política alcançados pelos trabalhadores da cana num percurso de cerca de uma década de lutas, exigia a mobilização de novas estruturas de racionalidade que ao ser traduzidas em práxis social, pudessem operar a superação concepções e práticas pré-existentes e favorecer a construção de novos procedimentos e inovações à resolução dos profundos problemas que afetavam os trabalhadores e o conjunto da população da zona canavieira nordestina. Estorvos derivados da própria tradição e cultura sindical; padrões e orientações de condutas derivados da própria cultura política autoritária da sociedade brasileira, além de impedimentos induzidos pelos imperativos sistêmicos que integrava a mão-de-obra ao sistema produtivo, de forma que ficassem imunes à ação dos sindicatos; requeriam um processo de aprendizagem mais complexo ao solicitar ao mesmo tempo a assimilação das mudanças em curso e a acomodação à sua multicausalidade e efeitos através de uma renovada ação sindical.

O MSTR levou certo tempo não só para superar a sua “crise de mobilização” ou de “readequação” de sua prática sindical à contemporaneidade das mudanças, também para compreender à própria natureza dessas mudanças, até porque uma parcela significativa das “assessorias” que fazia parte de uma intelectualidade que tinha decretado a crise dos paradigmas, “emprateirando” a própria economia política de Marx, como coisa do passado. Sem um outro paradigma teórico que desse inteligibilidade à totalidade e os rumos das mudanças em curso, o MSTR dificilmente à curto prazo poderia construir uma estratégia de luta, como a luta pela terra, que atingisse as causas da extrema exploração dos canavieiros, se antecipando à própria “quebradeira” de empresas sucroalcooleiras menos rentáveis e imersas num mar de dívidas, inclusive trabalhistas, pleiteando junto ao Estado a sua desapropriação, em troca ressarcimento das dívidas, de parte ou do todo destas dívidas. Desapropriação esta que poderia ser feita a título de Reforma Agrária, transformando-as em unidades de produção cooperativada dos trabalhadores canavieiros e, operando não só como alternativas concreta à exploração, ao desemprego, à fome e à exclusão social, também como um poderoso instrumento de aniquilamento do poder político dos “coronéis” do açúcar, de forma a enterrar nas cinzas da História a cultura política de “sujeição” por eles personificada.

Compreender tudo isto, seria também aprender destes “barões do açúcar” e dos “amos e senhores de engenhos” que o poder econômico esteve sempre associado ao poder político e, que, portanto, a transformação de usinas e engenhos falidos em empresas cooperativas dos trabalhadores canavieiros deveria ser combinada com os temas e atores da democracia política de forma que o processo de socialização política destes fossem traduzidos também no poder político local. Do ponto de vista das políticas de intervenção estatal na economia, tais unidades produtivas cooperativadas, passariam ao concorrer com os próprios

usineiros e fornecedores de cana pelas benesses do Estado dispensadas ao setor sucroalcooleiro nordestino, além da construção de mecanismos limitadores de seu acesso ao protecionismo estatal. Condicionando por exemplo, mecanismos contratuais que os obrigassem a cumprir a legislação trabalhista vigente e o pagamento de salários condizentes com a renda per capita obtidas pelos trabalhadores das unidades cooperativadas.

Este tipo de compreensão exigiria, entretanto, tempo necessário a superação de uma cultura sindical caracterizada por concepções e práticas corporativistas e apolíticas, verticalizada e presidencialista, senão de superação de uma direção sindical acéfala politicamente e dissociada de uma imensa massa de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Desta forma, ficava até difícil compreender que o que estava ocorrendo não era o “caos” mas um processo de acumulação e concentração do capital caracterizado por um esforço de reestruturação tanto da produção quanto do mercado, eliminando empresas e segmentos deficitários. Processo este que, nas condições específicas de economia sucroalcooleira era derivado da lei tendencial da taxa de lucros, cujas contradicções configuraram os seguintes processos em cadeia, simultâneos e combinados: 1) eliminação e/ou absorção de empresas menos rentáveis por aquelas trabalhando com escala de produção e produtividade competitivos; 2) elevação da produtividade com a introdução de tecnologias mais avançadas; 3) diversificação da produção conforme a demanda, procura de novas demandas e, redução ou abandono de atividades produtivas com demanda em declínio; 4) racionalização dos custos de produção através de medidas economizadoras de materiais primas, fontes de energia, mão-de-obra e maximização do emprego do capital fixo; 5) aumento da velocidade de circulação do capital produtivo pelo encurtamento do próprio ciclo produtivo e, 6) aumento da exploração da força de trabalho, intensificando os processos de trabalho e os esforços despendidos pelas trabalhadores através de novas formas de recrutamento, seleção, controle e gestão da mão-de-obra, favorecida pela redução dos postos de trabalho, pelo desemprego em massa, e a própria competição entre os trabalhadores por um posto de trabalho, mesmo que temporário e nas condições impostas pelo capital (Cf. Tejo, 1999: 106-107).

É claro que numa região como a zona canavieira do Nordeste, caracterizada por um desemprego estrutural, com dispensa da mão-de-obra em cerca de 70% na entressafra; com sérios problemas acumulados de indigência social, moradia, educação etc; um processo dessa natureza assume clima de comoção social e calamidade pública. Por seu turno, a história social dos trabalhadores da cana não foi configurada numa história linear que vai do escravo passando pelo assalariado e chegando no limiar do ano 2.000, à condição de bóia-fria; conforme Dabat (Jornal do Comércio, 02.12.93). Se hoje vem à tona uma mudança no mercado de trabalho que se traduz na eliminação dos mais “fracos” e dos mais “velhos”, no aumento do trabalho temporário, na terceirização do contrato de mão-de-obra, no surgimento de uma economia do trabalho submersa (exploração da mão-de-obra infantil e do trabalho da mulher, não remunerado ou sub-remunerado), existe também um mercado de “trabalho negro” e sub-repticiamente o trabalho escravo. Este último mesmo não sendo uma instituição como no Brasil Colônia, nunca deixou de existir, e só vê os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra. A questão é que o problema do trabalho escravo saiu dos “cárceres” privados das fazendas e ganharam à esfera pública. Há também que se indagar que tipo de assalariamento produz o latifúndio canavieiro e se o bóia-fria não está na condição de um semi-escravo. No final do século XIX, os escravos deixaram de ser semoventes, mas o acesso à terra e a outros meios de subsistência lhes foi proibido e eles tiveram que trabalhar por um “prato de comida”. Já o “trabalho negro” tem o significado de uma supressão total do pagamento da previdência social e a redução sensível do salário nominal direto; representando, portanto uma das formas que o capital encontrou para reduzir os custos da mão-de-obra. Ernesto Mandel constatou, que a superexploração da força de trabalho é reintroduzida mesmo onde era menos de se esperar,

nas nações desenvolvidas. Portanto, este fenômeno derivado da competição capitalista não é um privilégio do Nordeste brasileiro, embora aqui ganhem conotações mais profundas (Mandel, 1990, apud Tejo, op. cit., 107).

Essas formas de exploração do trabalho no Nordeste podem ser expressas pelos seguintes depoimentos recolhidos pela FASE-Alagoas (1996), pelo Jornal do Comércio (Recife 02.12.93) e pelo autor deste texto:

“Pouca gente tira a tarefa que dão, quem não tira a tarefa só recebe meia diária... (Trabalhador volante, Teotônio Vilela, AL, FASE, 28/11/93).

“Tem cada mulher paralítica, ferida, com costela quebrada com o peso dos sacos e toda queimada. Muitas não tem direito a nada e ainda ganham menos” (trabalhador volante, Usina Guaxuma, município de Teotônio Vilela/AL, FASE, 27.11.93).

“As tarefas hoje estão pior. Sobe o preço da cana, sobe o roubo, sobe a porcentagem da tonelada... Faço mais do que fazia, trabalho hoje por dois e não ganho nem por um ... (trabalhador volante, Usina Sta. Clotilde, União dos Palmares/AL, FASE, 07.10.94).

“Depois dessas máquinas, é uma desgraça de vez. Ele (o filho) passa a semana inteira sem trabalhar; anda, e não encontra serviço... Querem que a gente morra de fome” (ex-trabalhadora canavieira, União dos Palmares/AL, FASE, 07.10.94).

“A Semana passada perdi o salário porque não consegui tirar a tarefa que eles deram. A braçagem era muito grande, levei dois dias para terminar e só ganhei metade da diária. Tem muita gente que também não consegue tirar a tarefa pelo salário, que já é baixo, e só leva a metade. Eles ganham com isso e ninguém pode reclamar porque vai pra fora... O trabalhador tem que aguentar calado, come calado porque por qualquer coisinha o cabo diz aos homens e eles botam pra fora sem direito a nada. Eu aguentei calado, trabalhar dois dias por meio salário porque só tinha 4 meses de ficha e não quis ficar marcado... (trabalhador fichado, Usina Laginha, FASE, 08.12.94).

“Na Usina Laginha, eles cadastraram todo mundo e agora vão fazer a peneira para fichar. É o que eles estão dizendo. Não me interessa ser cadastrado porque não tenho direito nenhum, mas o cadastrado também não tem e fica preso. Eu quero ser livre. O cadastro é para saber quem desobedece e bota a usina no pau (trabalhador volante, Usina Laginha/AL, FASE, 1996:21).

“Neste serviço não tem hora para parar: a média é de 24 horas, dia e noite sem parar. Dá um descanso de 24 horas, também senão não suporta... (trabalhador bitagueiro, FASE/AL, 04.12.94).

“Por aqui amanhece muito cadáver queimado, a semana passada foi uma mulher, tava com uma cana enfiada na vagina” (agente de pastoral, União dos Palmares/AL, depoimento ao autor, 02.03.98).

“Eu moro em Riacho do Navio, bairro de Escada, e tenho seis filhos pra criar. Num sou fichado (Contratado) e ganho Cr\$ 300,00 por dia. Eu sei que o preço do trabalho não é esse, mas vou fazer o que?” (Jairo Caetano da Silva, 34 anos, trabalhador volante, Engenho Timbuaçu, Escada PE, Jornal do Comércio, 02.12.93).

“Aqui não fico mais. Acho melhor arriscar do que morrer de fome” (Luis Antonio da Silva, desempregado do Engenho Alegre, Palmares, PE, Jornal do Comércio, 02.12.93).

Analisando a ação do MSTR no complexo sucroalcooleiro nordestino, os educadores da Equipe FASE-Alagoas, constataram que apesar dos debates sobre estrutura, práticas e ação sindical, realizado até julho de 93, para responder aos desafios sobre a crise e reestruturação da economia sucroalcooleira, haviam-se polarizados em questões corporativistas e sobre questões de concepções e estruturas sindicais, esquecendo-se quase que por inteiro do conteúdo central das lutas que seriam o enfrentamento das consequências dessas transformações com ações políticas que ancorassem proposições e alternativas de superação dos profundos impactos negativos nas condições de vida e de trabalho das populações canavieiras. Segundo esta equipe de técnico-educadores, os debates e investimentos em torno de disputas sobre estrutura sindical deveriam dar lugar a reação mais qualificada do MSTR e que pudesse apontar projetos contra-hegemônicos catalisadores de forças sociais no interior e fora do setor canavieiro (Cf. FASE-Alagoas, 1993).

No documento da FASE-Alagoas, avaliando o quadro do movimento sindical na região, esta ONG constatava que nem os departamentos de trabalhadores da CUT apresentavam avanços qualitativos na organização dos canavieiros, no sentido de formulação de estratégias e lutas eficazes à superação dos dilemas e desafios do setor e, nem as federações politicamente inexpressivas apresentavam-se em condições de avançar nesta direção, com exceção da de Pernambuco. Constatava que, também, está não tinha até aquele momento, conseguido formular alternativas à organização dos trabalhadores do setor canavieiro. Embora a FETAPE, tivesse projeção nacional e se destacado na condução do modelo das campanhas salariais, que foram entendidas aos demais estados, se colocou, até então, como ator exclusivo na construção e execução de um projeto destinado aos trabalhadores rurais embora, esta postura tivesse sendo flexibilizada por uma nova diretoria com a participação de dirigentes sindicais cutista. Apesar desta composição, os setores cutistas da região estavam priorizando as suas hostes sindicais nos debates sobre os desafios do mundo canavieiro, excluindo de seus eventos outros atores atuantes na zona canavieira. Frente ao caráter das mudanças e impactos multidimensionais no complexo sucroalcooleiro e dada as próprias limitações do MSTR, aquela equipe de educadores da FASE - Alagoas, entendia que a formulação de alternativas a tais impactos passava pela valorização e fortalecimento de espaços coletivos e plurais abrangentes de todos os atores sociais populares diretamente impactados, já que apresentavam desafios que estavam para aquém e para além da condição sindical de seus atores sociais (Equipe FASE-Alagoas, 1993).

Mas, seminários e mais seminários, encontros seguidos de outros encontros, foram realizados, envolvendo não só a crise da área canavieira nordestina. A crise e a recessão econômica, que atingiam o país e o Nordeste, atingiam também todo o movimento sindical dos trabalhadores. Os problemas eram muitos, as causas mais abrangentes. A elas, no caso específico do Nordeste, somavam-se nos três primeiros anos da década de 90, os problemas climáticos e sociais das secas recorrentes que atingiram a zona canavieira e os sertões. Secas que coincidiram com o ano eleitoral de 94. As eleições de 94 trouxeram, especificamente para os canavieiros de Pernambuco, a vitória de Arraes, com 75% dos votos válidos na Zona da Mata. Mas, os anos pré-eleitorais coincidiram com uma enorme violência, e impunidade tanto na zona Mata de Pernambuco, como na zona canavieira de Alagoas. Em Pernambuco a violência assume conotações políticas, enquanto nos sertões nordestinos a seca, como sempre, tornou-se moeda eleitoral bastante forte. Toda esta conjuntura representou uma complexa agenda política para o MSTR de toda região. Completando este cenário, crescem os conflitos

de terra quer derivado do continuado processo de expulsão de parceiros, arrendatários e posseiros da terra, quer relacionados às ocupações do MST que cresceu em toda região. O Quadro 1 apresenta os dados que comprovam este fato. Em 1993, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tinha realizado 12 ocupações em Pernambuco, contra 04 na Bahia, 03 no Rio Grande do Norte, 03 no Piauí, 02 na Paraíba, 02 no Maranhão, 02 em Sergipe e 01 no Ceará (Cf. Diário de Pernambuco, 24.04.94).

Conforme o Quadro 2, o Nordeste é também a liderança das ocupações no País, sobressaindo-se o Estado de Pernambuco.

Quadro 1
CONFLITOS DE TERRA E VIOLÊNCIA NO CAMPO

REGIÃO	CONFLITOS	ENVOLVIDOS	ASSASSINATOS	ATOS DE TERROR
Norte	86	31.619	14	07
Nordeste	142	54.626	21	1.614
Sudeste	49	27.282	04	520
Sul	45	41.998	04	430
C. Oeste	39	30.471	03	3.336
Total	361	185.996	45	5.907

FONTE: CPT

Quadro 2

OCUPAÇÕES DE TERRA, 1993	
Pernambuco	12
Bahia	04
Rio Grande do Norte	03
Piauí	03
Paraíba	02
Sergipe	02
Maranhão	02
Ceará	01
Mato Grosso do Sul	05
Paraná	04
São Paulo	04
Goiás	04
Rio Grande do Sul	03
Santa Catarina	02
Minas Gerais	02
Pará	01
Rondônia	01

Fonte: MST; Isto é, 24.04.94

Mas, apesar das dificuldades de mobilização do MSTR, e do movimento sindical em geral, a luta sindical tem se voltado para o campo institucional recorrendo à justiça com inúmeras ações trabalhistas e na defesa de causas mais gerais; lutas pela recuperação de perdas salariais, pela estabilidade no emprego e contra a privatização de empresas e serviços públicos. A organização por local de trabalho e moradia, negociações por empresas, lutas contra a violência e a impunidade no campo lutas, contra a exploração do trabalho da mulher e de crianças e adolescentes; preenchem também a agenda da ação sindical na cidade e no campo. A CUT continuou crescendo em todo Nordeste, com a filiação de entidades sindicais. A própria composição dos setores cutistas e contaguianos na direção das federações de trabalhadores na agricultura, a partir das FETAG's da Bahia, Pernambuco e Ceará, é emblemático desse fortalecimento da Central pelos "rurais".

O movimento Sindical ganhou também a classe média empobrecida pela crise e, passou a defender bandeiras mais amplas, atingindo a sociedade em seu conjunto, como defesa da previdência social, da saúde, da educação e entrou de cheio na disputa no campo dos fundos e políticas públicas. Esse processo de descentração norteador de concepções e práticas sindicais menos corporativas e reivindicativas, e mais propositivas e societárias coincidiu com a expansão nacional, e regional Nordeste, de outros movimentos sociais no campo com suas demandas específicas combinadas com lutas mais gerais que terminaram entrando na agenda do MSTR (EQUIP, FASE, CENAP, 1992: 46-50). O fato é que, enquanto o MSTR decretava suas crises, movimentos como os Sem Terra e o de Mulheres Trabalhadoras Rurais, cresceram nacionalmente, buscando sair do isolamento, buscando articulações mais amplas, superando o voluntarismo e buscando cada vez mais uma intervenção mais qualificada. A sua preocupação com as políticas públicas obrigava-os a se capacitarem para reinventar a luta, para propor, monitorar, elaborar e lutar por políticas que beneficiassem os seus representados (Trindade, 1996:16). É nesta direção que toma rumo o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (os STR's, as federações e a CONTAG), possibilitando inclusive a construção de agendas comuns com aqueles outros movimentos. A própria aliança dos "rurais" cutistas com os "rurais" contaguianos na composição da direção dessas entidades sindicais, começa a fortalecer esta perspectiva de avanço em termos de descentração cognitiva e normativa e, sua conseqüente tradução em novos pilares inovadores da ação sindical.

É emblemático dessa nova postura e orientação, o fato da Federação de Pernambuco (FETAPE) ter recusado a Proposta do Governo Arraes para Zona da Mata. Tal proposta fez a FETAPE realizar o seu IV Congresso de Entidades Sindicais da Zona Mata de Pernambuco (incluindo as urbanas e a Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool). Este Congresso analisou o chamado Pacto da Zona Mata, o qual não contemplava as propostas consideradas fundamentais pelos trabalhadores rurais, principalmente a Reforma Agrária. Mesmo sendo o Governo de Arraes, um governo de composição com os petistas, a FETAPE, reafirmou a sua independência e sua disposição de contestá-lo e monitorá-lo e ao mesmo tempo manter-se em interlocução com este, exigindo cumprimentos das promessas de campanhas eleitorais. As repercussões nos gabinetes governamentais e na imprensa, que teve a nota divulgada pela FETAPE contestando as "Propostas para a Zona da Mata", levaram o governo pernambucano a rever o seu "Acordo da Mata" (Veja, 12.12.94, Diário de Pernambuco, 07.12.94, Jornal do Comércio, 01.01.95).

Começa a se configurar um novo tempo para a ação do MSTR. Esta continuou fazendo frente, através de campanhas salariais, aos impactos sociais provocado pelas mudanças dos padrões tecnológicos da economia sucroalcooleira, das relações de trabalho e das formas de recrutamento, seleção e controle da mão-de-obra canavieira, mas articuladas com lutas relacionadas à miséria e a exclusão social, incorporando temáticas e, problemas, principalmente aqueles mais cruciais à reprodução da força de trabalho como educação,

habitação, saúde e previdência social. Também incorporou temas novos e favoráveis a sua convergência com ONG's e outros movimentos sociais: exploração do trabalho da mulher, relações de gênero e cidadania, juventude e exploração do trabalho do menor, geração de trabalho e renda, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; formação e qualificação profissional; saúde e direitos reprodutivos; além dos problemas do semi-árido, lutando por uma política permanente de apoio à convivência com a seca.

Abraçando o tema das políticas públicas, o MSTR procura ser agente efetivo da democratização das oportunidades e das relações Estado e sociedade, tentando imprimir nas políticas e programas de desenvolvimento um cunho de gestão participativa desde a concepção, a execução, o acompanhamento, o controle societário e a avaliação. Procura também contribuir para que os programas e projetos negociados com o Estado contenham uma dimensão universalista, como é o caso do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Além disto, o MSTR procurou atacar com maior perseverança as questões estruturais que geravam a violência e a impunidade, a miséria e o desemprego no campo e na cidade, abraçando de forma mais efetiva a luta pela terra e a bandeira da Reforma Agrária. Em 12.05.93, sob a direção da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), os trabalhadores rurais foram para as ruas exigir reforma agrária e criação de empregos a fim de minimizar a fome e a miséria de 120 mil trabalhadores rurais da Zona Mata Pernambucana. Participaram da passeata: assalariados rurais, sem-terra, pescadores, pequenos produtores e outras categorias, além das entidades da sociedade civil. Os trabalhadores rurais, através de sua representação entregaram um documento ao Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco e ao Secretário-Adjunto do Governo, contendo um diagnóstico da situação em que viviam os trabalhadores do campo, seguido de reivindicações, entre elas, a demarcação imediata das terras dos índios, que ainda resistiam naquele estado a 493 anos de genocídio. Eventos simultâneos ocorreram em todos os estados nordestinos. Em Alagoas, com cerca de 30% dos seus 150 mil assalariados desempregados, as manifestações dos trabalhadores rurais da cana, sem-teto, sem-terra, funcionários públicos, etc. chegaram às portas do Palácio dos Martírios, sede do Governo de Alagoas, recebidos pelos batalhões da Polícia Militar, havendo agressões, pancadarias, e outros procedimentos e atentados à vida e à cidadania, conforme denunciou o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas e que reúne entidades sindicais, ONGs, Pastoral da Terra, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, CUT- Alagoas, OAB etc. (Cf. Diário de Pernambuco, 12.05.94, Fórum Contra a Violência em Alagoas, Relatório FASE- Alagoas, 1994).

Estes eventos faziam parte do movimento “O grito da Terra Brasil”, que vinha sendo realizado em todo país, sob a direção da CONTAG. O objetivo era pressionar os governos estaduais e federal, para que adotassem medidas necessárias ao combate à fome, à miséria e ao desemprego. Serviu também para marcar o “Dia Nacional de Lutas Rumo à Greve Geral”, organizado pela Central Única dos Trabalhadores contra a política econômica.

Ano a ano, os eventos do Grito da Terra Brasil marcaram a presença dos trabalhadores rurais na esfera pública, tornando-se notícias e mobilizando a opinião pública; introduzindo temáticas nos debates públicos e preocupações nos gabinetes governamentais; movimentando governos e parlamentares, ministros, secretários de estado e burocracias estatais. A exemplo de outros estados, a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) na versão estadual do Grito da Terra Brasil 1996, realizou a semelhança das marchas à Brasília, a marcha pelo Emprego, pela Reforma Agrária e pela Cidadania na Zona Mata. Em seu manifesto, tratando a Zona Mata como região e não como zona canavieira, denuncia o quadro dramático da população trabalhadora em geral. Convoca autoridades federais e estaduais para uma urgente discussão e a implantação imediata de ações saneadoras das patologias sociais: fome, analfabetismo, mortalidade infantil, entre outras. Reivindica ações contra a exploração do trabalho infantil nos canaviais, contra ao desemprego

e a deterioração das relações de trabalho, a exploração da mulher canavieira e deterioração geral de condições de vida e do meio ambiente. Reivindica a Reforma Agrária nas terras improdutivas e inapropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar, com o objetivo de assentar milhares de trabalhadores rurais que tinham perdido seus postos de trabalho e sem esperança de voltar à atividade canavieira após sua inadiável reestruturação. Propõe a criação de uma Câmara Setorial da Zona Mata, de composição paritária, de modo a permitir a discussão e encaminhamento permanente de ações, com a efetiva participação dos agentes públicos competentes e a sociedade civil organizada.

É bom frisarmos que a estas alturas dos acontecimentos e em apoio às bases sindicais e populares, em geral, já tinha sido criada a Articulação das Entidades da Mata Sul de Pernambuco (março de 1996) e Fórum de Entidades da Mata Sul (FORTEMASUL, 1994) compostos de mais de 50 entidades, ONG's e outras organizações, representativas da sociedade, entre elas, FASE, Comissão Pastoral da Terra, SERTA (Serviço de Tecnologias Alternativas, CENTRU-Palmares (Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais), Associações Comunitárias Rurais, Associação de Moradores, Centros das Mulheres (Água Preta, Joaquim Nabuco, Palmares, Cabo) Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Água Preta, Belém de Maria, Ipojuca, Cortês, Araial, Palmares, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, Sirinhaém, etc), Federações de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, Congregações e entidades religiosas, SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), Seções Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Pernambuco, Sindicatos do Setor de Serviços, etc. A esta altura, estava em andamento o processo de desapropriação da Usina Catende, já ocupada pelos seus dois mil trabalhadores e que estavam realizando uma administração eficiente e com resultados econômicos significativos. Nada mais, além do parque fabril, do que 30.343 hectares de terra passíveis de serem desapropriadas pela Reforma Agrária (FETAPE, 1996).

No ano anterior, a FETAPE, já tinha realizado o II Seminário da Zona Mata: Os Novos Desafios para a Ação Sindical, em 27 a 29/07/95. Entre outras decisões os seus integrantes decidiram levantar dados das usinas e dos trabalhadores para melhor analisar o papel e o espaço das campanhas salariais, para aprofundar/retomar e inovar a lei de sítio, aprofundar a (in)viabilidade da tabela de tarefas; para contrapor a idéia patronal de fragilidade e ineficiência do setor sucroalcooleiro com a idéia de diversificação da produção e dos produtores e, construir uma pauta concreta e ampla de reivindicações abrangendo educação, saúde, alimentação e habitação. Do ponto de vista normativo e da formação decidiram: trabalhar com parcerias e aliados (governo, técnicos e entidade); capacitar-se e preparar-se com dados e análises para participar de maneira mais qualificada de fóruns e comissões paritárias; realizar estudos e divulgar experiências de culturas alternativas, capacitação e formação profissional da mão-de-obra, contemplando os jovens, capacitar e qualificar o trabalhador rural para explorar a terra, analisar a possibilidade de fazer um pacto entre governo, empresários e trabalhadores para o enfrentamento do desemprego na Zona Mata no período da entressafra. E, finalmente, convencer e assumir para valer a luta pela terra. As decisões sobre as Campanhas Salariais, mesmo sendo decididas no âmbito da FETAPE e de seus sindicatos, terminaram atingindo diferencialmente todas as federações e sindicatos da Região, não só pelo papel que a FETAPE exerce de vanguarda do movimento sindical rural nordestino, mas também, porque as campanhas continuaram sendo unificadas nos moldes anteriores, embora com pautas mais abrangentes (FETAPE, 1995). A luta por salários, agora também atinge os assalariados da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco (Pernambuco, Bahia e Sergipe), do Vale do Açu e da região do Oeste do Rio Grande do Norte. Os trabalhadores do Sertão do São Francisco realizaram a sua primeira greve com paralisação em 06.04.94 (Isto é, 07.04.94).

A esta altura a luta pela terra já tinha sido assumida por quase todas as outras federações e sindicatos da região. Enquanto a violência é tema na Zona Mata de Pernambuco, reunindo em 18.11.95, no 1º Seminário Regional da Rede de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos e Contra a Violência em Pernambuco, mais de 50 representantes de entidades governamentais e não-governamentais, além das secretarias de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar e Corpo de Bombeiro e Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente (FUNDAC). No outro lado, nas Alagoas, o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas apura e denuncia casos de assassinatos envolvendo policiais e combate as injustiças sociais (Cf. Diário de Pernambuco, 18.11.95 e FPCV/AL, setembro de 95). Enquanto isso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) defendia os programas da proposta de reestruturação econômica e social da Zona Mata pernambucana, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Zona Mata (PROMATA), orçado em 252,2 milhões de dólares (Jornal do Comércio, Recife, 08.12.95, Diário de Pernambuco, 18.12.95).

Enquanto o secretário de Planejamento do Governo de Pernambuco junto com a assessoria do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola), se antecipa, incorpora a proposta da FETAPE, anunciando a criação do Conselho de Desenvolvimento da Zona Mata (Colegiado paritário tripartite e fórum de negociação de ações e projetos para a região) e a Cesta de Ativos e Passivos (negociação das dívidas dos empresários da cana-de-açúcar com o setor público, de cerca de 250 milhões de dólares, em permuta por terra para a Reforma Agrária); o Conselho Político da Frente Popular reunia-se (em 01.11.95) com objetivo de combater a violência na área canavieira, e para reforçar as ações e negociações junto ao BIRD relacionadas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona Mata. Deste Conselho faziam partes representantes dos seguintes partidos: PSB, PT, PDT, PCdoB, PPS, PV, PMN e PCB. As negociações do PROMATA seguiram-se nos anos posteriores, concluindo-se em 98. Até então, o Governo do Estado procura lhe dá vida concreta com recurso do FAT, PROCERA, FNE-Banco do Nordeste, PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda, Projetos do SEBRAE de apoio a micro e pequena empresa, assistência técnica e extensão rural a 30 mil produtores rurais com até 200 hectares de terra visando a diversificação produtiva etc. com ajuda de fundos públicos tanto do governo estadual quanto do Governo Federal (Governo de Pernambuco/SEPLAN, PROMATA, 1998). Uma variedade de programas são dirigidos a Zona Mata (PRORURAL, PRORENDA, PROCERA, PROMATA, PROÁLCOOL, Programa Emprego Popular, Programa Comunidade Solidária), fazendo parte do Programa Mata Viva do Governo Arraes (Cf. Articulação de Entidades na Mata Sul de Pernambuco, 04.06.96). Esses mesmos programas, a maioria executados com recursos do Governo Federal, abrangem também outros estados da região, embora que, nestes outros estados, não tenham convergido, como em Pernambuco, para integrar um único programa governamental com objetivos claros e mobilizadores de esforços para combater a pobreza, gerar emprego e renda, apoiar as áreas de reforma agrária e fortalecer as organizações dos trabalhadores canavieiros.

Enquanto na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas, o movimento social dos Sem Terra procurava realizar acampamentos e ocupações de engenhos e usinas falidas para apressar a desapropriação para assentar centenas de famílias de sem-emprego, de sem-terra e de sem-nada, o Presidente da República, na histórica São João do Jaguaribe, no interior do Ceará, lançava o Programa Nacional de Reforma Agrária (em 24.03.95). Enquanto o Movimento Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e Pela Vida, lançava uma suave campanha pela democratização da terra ornada de motivos éticos e despolitizada; protestos contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seguiram-se em todos os estados, principalmente na Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A caneta do presidente desapropriando 54 áreas no Nordeste para assentamentos da Reforma Agrária deixava basicamente de contemplar as áreas canavieiras destes três estados, ficando Alagoas totalmente

descontemplada (Diário de Pernambuco, 21.04.95, Isto é, 04/95). É explicável, portanto, a importância das marchas e mobilizações para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, sob a coordenação da CONTAG.

Combinando ações locais com ações de massa, esse movimento prosseguiu disputando políticas públicas e monitorando as ações governamentais voltadas para as classes subalternas do campo e ao mesmo tempo propondo e participando de conselhos paritários, parcerias, alianças e pactos como o de Compromisso Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, assinado em setembro de 1996, em Brasília, pelo Presidente da República, governadores de todos os estados brasileiros, Centrais Sindicais e entidades não-governamentais. Nesta direção, o Grito da Terra Brasil se constituiu na década de 90, a ação de massa mais importante do MSTR. Constituiu-se como uma ação múltipla e inovadora de alcance nacional e que acontece simultaneamente em todos os estados. Entrega-se uma pauta de reivindicações com a antecedência às autoridades estaduais e federais, á semelhança dos procedimentos de uma campanha salarial. A pauta é geralmente entregue em maio ao Governo Federal marcando o lançamento do movimento em Brasília, e aos governos dos estados, com atos públicos em todo país. Começam, então, as possíveis e esperadas rodadas de negociações. Em geral a estratégia do Governo Federal é ficar “cozinhando o movimento em banho-maria”, na linguagem dos sindicalistas, como ocorreu, por exemplo, no V Grito da Terra Brasil 1998. Diante de tal intransigência governamental, chegaram no dia 20 de julho à Brasília, cerca de 1200 trabalhadores rurais e acamparam próximo a Esplanada dos Ministérios. Neste mesmo dia, fizeram uma caminhada de 25 quilômetros pelas principais vias da Capital Federal, denunciando à sociedade o descaso do governo para com o campo. Durante os dias 20 e 23 de julho, acompanharam as rodadas de negociações e fizeram pressão nas portas dos ministérios, como o da Previdência Social, o da Reforma Agrária e o da Agricultura. O Grito da Terra Brasil foi encerrado no dia 23 de julho, com um grande ato público em frente ao Congresso Nacional. Reunindo cerca de 3.500 trabalhadores, o MSTR denunciou a violência e a impunidade no campo, protestou contra a política econômica do governo, afirmou a sua estratégia de uma política de desenvolvimento sustentável centrada na agricultura familiar e exigiu ações efetivas de implantação de uma verdadeira reforma agrária. O mesmo evento repetiu-se em 1999, coordenado pela CONTAG e com manifestações simultâneas em todo país. Nestes eventos simultâneos, os trabalhadores ocuparam a esfera pública, afirmando a disposição de lutarem por condições dignas de vida e de trabalho no campo (Cf. CONTAG/CUT/FETAG's/STR's, Grito da Terra Brasil 1998. Resultados das Negociações, julho de 1998; também, Grito da Terra Brasil 1999. Resultados. Julho 1999).

Este desempenho atual do MSTR demonstra o processo de aprendizagem de que é portador e forjado na luta. Tanto na luta por salários quanto na luta pela terra põe em movimento a polarização dos interesses entre os proprietários da terra e do capital e o trabalho; entre os interesses dos trabalhadores rurais e populações exploradas e expropriadas e o sistema governado pelo poder político (do Estado) e pelo poder econômico (do mercado) que insistem em naturalizar a exclusão social no campo e na cidade cujas causas, por mais remotas que sejam, estão na concentração da terra e do capital associada a monopólio do poder político tanto das oligarquias industriais, financeiras e agrárias quanto das oligarquias burocráticas e dos partidos políticos. Tal polarização se expressa num movimento pendular de correlações de forças, balizado institucionalmente, mas com momentos de “desobediência civil”, de forma a evitar um jogo de soma zero nos processos de negociação de garantias mínimas de sobrevivência das populações rurais secularmente esquecidas pelo poder público.

Enfrentando estes poderes, sob a égide do que vieram a ser chamados de globalização econômica e neoliberalismo de mercado e que incidem contra as forças associativas, procurando progressivamente enfraquecer os sindicatos e erodir as formas de sociabilidade por estes criadas e o poder da solidariedade da sociedade civil organizada; o

MSTR tem tido uma agilidade impressionante de antecipação de determinadas decisões governamentais. É o caso, por exemplo, da decisão do Governo Federal de retomar o PROÁLCOOL. Exatamente, em 1996, quando o setor sucroalcooleiro estava no auge de sua profunda reestruturação, onde muitos trabalhadores estavam perdendo seus postos de emprego e, usinas sendo fechadas, disponibilizando mão-de-obra e agravando socialmente a realidade da zona canavieira nordestina.

A mobilização do governo pela reabilitação do PROÁLCOOL, anunciando a implementação do “Imposto Verde” (espécie de “contribuição” da parte dos proprietários de carros à gasolina à produção do álcool combustível) bem como, o agendamento de uma reunião interministerial para dar início à política de ressurgimento daquele programa, em maio de 1996; levou o MSTR à criação de uma Rede Nacional Proálcool: Ecologia e Cidadania. Esta rede foi composta de Articulações Regionais, sendo a articulação Nordeste formada pelas seguintes entidades: Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG’s), FASE, CPT, Centro Josué de Castro, SERTA, Centro das Mulheres do Cabo, CESE/BA, SAR/RN, Articulação de Entidades da Mata Su/PE, EQUIP, CENTRU, CEAS Rural, SEDUP-PB, CUT e parlamentares. Foram realizados Encontros de Articulação de ONG’s, de parlamentares, de sindicatos e de universidades até o mês de maio, nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal e, um seminário sob o tema “Nordeste: O Próalcoool Duas Décadas Depois...” realizado nos dias 2 a 3 de setembro de 1996. Neste seminário e noutros encontros, o MSTR e seu amplo arco de alianças materializado na Rede Nacional Proálcool: Ecologia e Cidadania demonstram que já não é mais possível o governo “fazer e acontecer” sem diálogo e consulta às organizações dos trabalhadores, as quais só têm sido vistas, por parte deste, pela ótica de programas sociais de natureza compensatória (FASE-NE, 1996).

Assim, lutando intensamente pela ocupação de terras nas áreas canavieiras como forma de garantir que os direitos sociais e trabalhistas dos canavieiros sejam imediatamente reconduzidos para as famílias que foram desempregadas da atividade canavieira do Nordeste; o MSTR reafirma a sua disposição de diálogo e de debate no repensar do Nordeste canavieiro. Afirmando que o debate sobre a retomada do PROALCOOL não é privilégio de técnicos do governo, nem tampouco de lobbies de proprietários de usinas e de fabricantes de automóveis; o MSTR se dispõe a entrar no jogo das disputas pela consolidação de uma política energética para o Brasil, mas associada a aspectos que indiquem melhorias das condições de vida e de trabalho nas regiões produtoras de açúcar e álcool para os que nelas vivem. Como? Ressaltando ajustes a serem promovidos e apontando erros cometidos; fortalecendo consensos apreciados, legitimados e postos em prática para que o Programa Nacional do Álcool e outros se dêem sob um novo enfoque e perspectivas, até porque muitas usinas e engenhos falidos caminhavam na perspectiva de assentamentos de Reforma Agrária e de sua viabilização econômico-social (Idem, *ibidem*).

Agora, trata-se, portanto, do desenvolvimento de um novo aprendizado para o MSTR. Trata-se agora de intervir nas políticas públicas, que, aliás, já era um aprendizado do MSTR desde o início da década de 80 e a partir da luta para um enfoque realmente participativo e público quanto às ações do Projeto Nordeste e as das Frentes de Emergência acionadas pelo governo para mitigar os efeitos das secas. Então, este aprendizado agora se amplia ao reivindicar, pressionar e demandar; ao configurar-se em ações que vão para além de postulações escritas e postas em circulações nos gabinetes governamentais, porque se materializam também em ações de “desobediência civil” não-violentas como acampamentos e ocupações de locais públicos (praças, rodovias, Esplanada dos Ministérios em Brasília, prédios públicos como a SUDENE, em Recife, etc). Também em acampamentos e ocupações de terras. Isto se combina com a decisão do MSTR colocar em vigência a sua participação qualificada, formalmente inscrita em lei desde a Constituição de 1988. Trata-se, portanto de

uma participação qualificada nas negociações, nos fóruns, nos conselhos, nas câmaras paritárias, propondo-as e delas participando como interlocutor competente e portador de propostas exequíveis e pautadas no universalismo de procedimentos.

Trata-se, portanto, de uma ação sindical que ao mesmo tempo em que procura preservar a sua autonomia lutando contra os efeitos desmobilizadores e desintegradores sobre sua estrutura organizacional e sua base social induzidos pelos mecanismos sistêmicos, principalmente da intervenção estatal; procura generalizar valores e interesses associados à configuração de novos espaços e formatos de participação e relações sociais entre Estado e sociedade. A participação do MSTR nestes novos formatos qualifica-se por tentar imprimir neles a visão da soberania popular ante o Estado pela indicação dos rumos que este deve tomar e pela defesa de propostas baseadas na busca do consenso e na argumentação convincente, postura própria da racionalidade diagonal e da reflexividade inerentes ao que autores como Giddens (1996: 129) defende como democracia dialética ou o que Habermas (1983) chama de universo da racionalização do agir comunicativo, já que tal forma de participação transforma estes espaços e formatos interativos em consensuadores de propostas que podem ser materializadas no sistema de relações sociais. Nesta direção, a dimensão educativa do MSTR, pode ser entendida pela sua capacidade de lançar mão de estruturas de racionalidade já latentes (produção e articulação de sistemas de idéias e concepções de mundo, saberes e procedimentos científicos, técnicos e jurídicos) e, traduzi-las em práxis social, de modo a encontrar uma corporificação institucional (Habermas, 1990: 39). Esta corporificação institucional, como vimos, na realidade nordestina, para ter vigência, não dependeu só de indivíduos socializados politicamente no bojo das lutas pelos direitos, também de mudanças políticas para além dos conflitos trabalhistas e relativas a um Estado autoritário que, por conveniência, omissão ou incompetência, ou todas juntas, reforçou as estratégias patronais de descumprimento da própria lei.

Entretanto, de certa forma, houve mudanças ou pelo menos precipitação de mudanças que já se delineavam por força do próprio processo de crise e reestruturação sucroalcooleira. Nesta direção, o MSTR através do movimento social dos canavieiros incidiu nos padrões relacionais de coerção social costumeira, levando os trabalhadores da cana a superarem a obediência cega e a aceitação acrítica dos padrões opressivos e da extrema exploração a que estavam submetidos. Houve, portanto, uma quebra da cultura de sujeição imposta por aqueles que, na própria consciência dos trabalhadores eram tidos como “donos” do poder de mando e que para eles só restava obedecê-los. Tal situação de heteronomia social passível de superação é expressa na própria linguagem destes trabalhadores: “falou tá falado”, “quem tem poder manda, quem tem juízo obedece”. A superação de tal crença, aparentemente conformista, pode ir sendo superada na medida que os próprios trabalhadores iam mostrando a sua disposição de luta e resistência; principalmente nas ações de cumprimento das convenções e dissídios coletivos. É claro que estas lutas cada vez mais exigiram não só recursos técnicos, informacionais e saberes necessários à construção do poder da solidariedade dos trabalhadores traduzida em ações coletivas, estratégias e formas de enfrentar a intransigência e violência patronal (e estatal); também em espaços e processos de interação movimentalista a partir da base social dos sindicatos. A valorização da lei pelos trabalhadores (fator cultural), “conversa de boca de noite”, visitas nas frentes de serviços, reuniões nos locais de trabalho, circulação de informação “de boca em boca”, paradesios no dia-a-dia, entre outras formas, foram acionadas a partir da ação comunicativa ordinária na construção de teias e redes de sociabilidade entre os trabalhadores canavieiros (Ágapito Fco. da Costa, STR de São Lourenço da Mota, PE).

A “ousadia” dos trabalhadores canavieiros de querer “ser gente e de suas organizações sindicais de organizá-los em lutas institucionalizadas (campanhas salariais, greves), tiveram repercussões públicas pela própria emersão destes trabalhadores no cenário

político, desconfinando as extremas condições de opressão e exploração das fronteiras privadas das usinas e engenhos; por sua vez, tornando-as objetos de indignação e debate público. Estas repercussões fortaleceram-se à medida que o patronato, com o apoio do próprio Estado, respondia às lutas trabalhistas com violência, incidindo na desmistificação dos primeiros como “empreendedores eficientes”, como “bons patrões” e “benfeitores das comunas locais” e, deslegitimando a ação repressiva sobre aqueles que lutavam e lutam pelos direitos consignados em lei.

Entre outras dimensões, a ação sindical canavieira também propiciou a produção de conhecimentos sobre a realidade social com base nas próprias experiências geradas e constantemente avaliadas. Forjou um processo interno de reflexão sobre as próprias concepções, práticas e estrutura sindical. Promoveu espaços e processos contínuos de formação e capacitação de seus agentes para uma atuação cada vez mais qualificada e eficaz quanto à reação patronal. Interferiu competentemente no próprio campo da Justiça e do Direito, influenciando intérpretes e operadores da lei; colocando em ação novas concepções de justiça e de direito inscritos em convenções e dissídios coletivos. E desta forma criou condições para colocar em vigência a “lei do sindicato” e a “lei do Estado” sobre a “lei do patrão” e a “lei do capital”. Através do espaço de negociação e arbitragem, os trabalhadores canavieiros puderam legislar em seu favor. Através das lutas pelo cumprimento dos “acordos”, interferiram nas relações de dominação e exploração, colocando em questão a própria rentabilidade das empresas sucroalcooleiras, no sentido da má gestão e da malversação dos recursos públicos alavancados a partir de programas governamentais de fomento e incentivos ao setor. À medida que a ação sindical incidia na redução dos lucros pelo aumento/recuperação do poder de compra dos salários, além de pagamento de direitos como férias, repouso remunerado, 13º salário, etc.; o que implicava também num antídoto a não sonegação de encargos sociais ao Estado mediante a formalidade das relações contratuais e sua vigência, a reação patronal foi a “lei da chibata”, seguida progressivamente pela “lei do capital”. A violência patronal foi dando lugar a soluções técnicas e de gestão dos empreendimentos produtivos com claro objetivo de desmobilização da ação movimentalista dos canavieiros. Tal processo reacional esteve associado tanto ao desemprego produzido pelas unidades produtivas que abriram falência em face da concorrência intercapitalista quanto por aquelas beneficiadas pelo processo de crise e reestruturação do setor sucroalcooleiro, cujas mudanças técnico-produtivas visaram o aumento da produtividade. Entre outros impactos, esta reestruturação reduziu postos de trabalho, criou mais desemprego e trouxe em seu seio mudanças significativas no mercado de trabalho em sintonia com a tendência internacional de exclusão social e precarização dos vínculos trabalhistas. Esta ofensiva claramente planejada de desmonte da ação sindical canavieira, colocou-a num impasse frente a complexificação de um quadro social marcado pela segmentação dos trabalhadores (incluídos X excluídos da força de trabalho) e pela miserabilidade social. Mas, as campanhas salariais continuaram no intuito de garantir direitos já conquistados, mesmo em condições adversas aos trabalhadores, dado, entre outras questões, as novas formas de recrutamento e gestão da mão-de-obra e que incidiam na ação dos sindicatos no sentido de torná-la inoperante.

Mas, tais interpretações trouxeram novas possibilidades de inovação na ação sindical, como por exemplo, a incorporação de novas questões temáticas como a superexploração do trabalho da mulher e as relações assimétricas de gênero, saúde reprodutiva, etc.; a questão do trabalho do menor e alternativas ao desemprego e melhoria das condições reprodutivas dos trabalhadores nas periferias urbanas. Nessa direção a ação sindical amplia seu raio de ação para o campo das políticas públicas, enfatizando a reforma agrária como uma das alternativas ao desemprego e à exclusão social ao lado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Também uma rede de organizações populares, ONG's e setores organizados da Igreja que tinham se tornado o lastro de apoio institucional às campanhas

salariais, como a Comissão Pastoral da Terra, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR); o Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais (CENTRU), organizações populares de ação mais localizadas, entre outras, como é o caso de Pernambuco; renovaram a suas agendas, redefiniram suas missões institucionais e se lançaram no campo das políticas públicas. Ao lado do MSTR e do próprio MST, que se expandiu nos anos 90, lançaram-se para o campo de geração de emprego e renda, denunciando as medidas paliativas e eleitoreiras acionadas pelos governantes e intervindo com propostas no campo do desenvolvimento regional e local sustentável. Abrem-se, portanto, novos patamares de aprendizagem social cada vez mais exigentes de uma ação propositiva e qualificada por parte dos movimentos sociais, organizações populares e entidades da sociedade civil.

Do lado dos trabalhadores, se houveram regressões e impasses do ponto de vista da aprendizagem em face às necessidades de adaptação à uma realidade social profundamente adversa, ou mesmo, aos estágios de ação governados pelo instinto de defesa da espécie; em contrapartida os espaços e redes de sociabilidade construídos pela ação sindical canavieira deram lugar a outros processos de aprendizagem ao incorporar a própria luta pela terra a partir de usinas e destilarias falidas e mediante o repertório social dos acampamentos e ocupações de terra, marchas e atos públicos, etc.. A conquista da terra ao territorializar a luta, também ampliou a sua agenda em face das demandas por infra-estrutura, recursos e serviços essenciais necessários à permanência dos trabalhadores na terra em condições mais dignas de vida. É nesta luta que o MSTR e os sindicatos entram não só na disputa por políticas e fundos públicos e seu controle societário, também na disputa pelo poder político local. Nesta direção, a democracia participativa pleiteada encontra possibilidade efetiva de encontrar corporificação institucional para além das formalidades legais, por sua vez, podendo incidir eficazmente na mudança da cultura política de sujeição clientelista e mandonista. Por que? Porque a sede última do poder das oligarquias locais, a qual consubstancia e reproduz tal cultura de subalternidade, a propriedade da terra, se tornou o alvo principal dos movimentos sociais e daquelas organizações e entidades que os apóiam na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Entretanto, se tais processos de mudanças na ação sindical sinalizam a entrada efetiva da democracia política em suas agendas e suas lutas, ainda existem resquícios de um apoliticismo ambíguo que está na origem do próprio movimento sindical dos trabalhadores. Esse apoliticismo combinado ao repertório das ações diretas de movimentos e ONG's e entidades pára-religiosas com as quais se alia pode se constituir em fator que poderá retardar a renovação da agenda dos atores políticos locais. Também a própria qualificação política dos processos eleitorais, legislativos e de gestão da *res pública* desde as comunas municipais. Nesta direção, o MSTR ainda tem muito a caminhar, inclusive no sentido de adotar certas medidas tais como um programa contínuo de formação propriamente político de suas bases e lideranças e, para além dos processos formativos que são implementados com um viés bastante despolidizado e tecnicista ancorado nas orientações e ações interventivas no campo das políticas públicas e alternativas de desenvolvimento sustentado. É tempo de política! Aprender a importância desta necessidade requer, entretanto, um aprendizado que passa por impactos provocados pelo próprio esgotamento da eficácia de determinados procedimentos no campo do repertório das ações diretas.

CAPÍTULO II

MST E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE

2.1. Uma Introdução sobre a sua Dimensão Educativa

A dimensão educativa do MST, e mesmo de outros movimentos sociais de luta pela terra no Nordeste, não difere da análise sobre este movimento já realizada no capítulo anterior. Entretanto, algumas especificidades marcam a atuação deste movimento na região: a) a sua chegada tardia à região, disputando “espaços” já ocupados pela Comissão Pastoral da Terra e por outros “organismos de Igreja”, além do próprio movimento sindical rural; b) postura sectária e avessa a uma política de alianças com movimentos e organizações populares pré-existentes, além de uma visão “produtivista” e preconceituosamente “sulista” sobre o campesinato do Nordeste, considerado “atrasado” com relação ao do “sul” do país; c) na medida que este movimento tentou superar tais visões e preconceitos, ao mesmo tempo precipita disputas internas e com outras organizações sociais, o que de certa forma contribuiu para a fragmentação do movimento social de luta pela terra e pela Reforma Agrária; d) e, finalmente, o surgimento na década de 90 de vários movimentos de lutas pela terra na região tem sido frágil, por diversas razões, na superação da cultura política costumeira caracterizada pelo clientelismo e pela privatização da coisa pública.

Ao enfatizarmos tais pressupostos limitantes da ação educativa do MST (e de outros movimentos de luta pela terra), não estamos querendo desqualificar análises de suas virtualidades já feitas anteriormente, mas apenas colocar problemas cujas respostas adequadas podem ampliar qualitativamente a eficácia da ação movimentalista na mudança da cultura política de sujeição da maioria da população aos mandos e desmandos das oligarquias locais. Tal fato implica em tomar a realidade como algo contingente e multifacética, como algo que, circunscrito ao campo das possibilidades, está a exigir de ações políticas que abarquem simultaneidades, plurivocidades, sínteses, alternativas e opções na resolução de problemas. Esta complexidade apresenta-se com desafios em todos os vieses da ação humana transformadora do mundo, exigente, portanto, de certo esforço de descentração tanto dos indivíduos quanto dos coletivos de um dado movimento social; tanto de suas atividades cotidianas quanto na constante busca de respostas aos problemas que vão surgindo e que exigem a própria reorientação constante da organização coletiva. Este esforço de reflexividade é um desafio constante já que, a própria psicogênese da autoconstrução dos sujeitos nos ensina que o processo de aprendizagem se realiza através de estruturas parciais, deixando de lado, portanto, determinados aspectos de problemas levados em consideração. Tal fato implica que os membros e coletivos de um dado movimento, tendem a eleger certos aspectos da realidade, levando-os a reflexão e a ação centrada em determinados subconjuntos da realidade e segundo determinados interesses e opções político-ideológicas. Mas, vejamos de forma resumida as virtualidades educativas do MST, para em seguida analisarmos certos limites quanto à possibilidade mudanças na cultura política.

Como já foi visto é no aprendizado da luta que os sem terra encontram novas possibilidades de socialização. O MST tem por isto se constituído num espaço social de transformação de pessoas, de construção de sujeitos sociais. Através da luta coletiva; excluídos viram cidadãos (mesmo que sejam proibidos de sê-los num país governado pela “lei do mais forte” e por um Estado autoritário que busca transformá-los em objetos de políticas paliativas e caritativas). E,

“o olhar, que antes não se desprendia do chão, aos poucos se eleva e é capaz de encontrar o outro olhar refletindo nele o brio de quem passou a acreditar que também pode ser sujeito da história, ou a indignação de quem não admite mais ser tirado da roda, ou ainda a alegria de quem não se sente mais sozinho” (Caldart & Colling, 1997:237).

Cada homem e cada mulher sem terra são desafiados a lutar para ser “gente”, a desenvolver uma identidade, a pronunciar a sua palavra, a construir a sua própria história, a dar um novo curso à suas próprias vidas através da construção de espaços que possibilitem o exercício de novos valores e a produção de novos significados. Aprendem a resolver problemas individuais e comuns aos coletivos de forma coordenada e com base na cooperação social. Tal processo é tributário de um pertencimento coletivo que os fazem seres individuais que resgataram sua auto-estima e autoconfiança e ao mesmo tempo seres sociais capazes de linguagem e ação. É nesta dimensão social que está implicada a aprendizagem de cada um como pessoa humana.

Pertencer ao MST, ou a outro movimento, implica em aprender. Implica em resolver problemas. Pedagogicamente “resolver problema”, significa responder aos desafios requeridos pelo meio, significa buscar alternativas para se obter um resultado que não sabemos por antecipação produzir; significa buscar respostas a questões que se apresentam inteiramente novas ao(s) sujeito(s) da ação. Afinal, o caminho se faz ao andar. Entretanto, o primeiro movimento dessa aprendizagem de cada trabalhador e trabalhadora sem terra, se constitui o da própria identificação com o grupo social, o coletivo organizado onde é acolhido, nele podendo encontrar condições mais propícias para a sua participação na transformação do mundo.

Tal aprendizagem compõe-se de dois processos concomitantes: ao mesmo tempo em que as pessoas tornam-se sujeitos sociais que se reconhecem como grupo social, tornam-se indivíduos que se distinguem, deste seu próprio grupo social e de seus demais membros. Portanto, tal identificação ao mesmo tempo em que credencia a cada um ser membro do grupo, ao mesmo tempo possibilita dele se distanciar para refletir criticamente a sua própria inserção em tal espaço interativo que, por seu turno, é constantemente redefinido e exigente de esforços de interpretações e definições comuns de situações. Tal interação reflexiva entre sujeitos possibilita a construção de novas propriedades de transformação de suas estruturas mentais. Portanto, a aprendizagem de identificação abre possibilidade de um processo de individuação e de socialização de cada pessoa. Portanto, ao mesmo tempo, há a aprendizagem de cada indivíduo, de construção de sua personalidade, de enriquecimento de sua subjetividade e, a aprendizagem da atuação sobre o mundo. Esta aprendizagem possível se dá no social, nela está implicada a dimensão da aprendizagem de cada um como pessoa humana.

Evidentemente que as condições oferecidas pela ação movimentalista para novo processo de socialização dos indivíduos, depende das experiências e bagagens culturais pré-existentes, de circunstâncias históricas e sociais envolventes, e que muitas vezes, estas transcendem os limites das interações circunscritas ao movimento social. Entretanto, a depender da qualidade das interações movimentalistas, os membros do movimento podem adquirir competências cognitivas e morais capazes de colocar em xeque sistemas de crenças, representação e imagens de mundo que jogam um papel fundamental nos processos de entendimento sobre algo no mundo e no processo socialização. Tais imagens e visões de mundo ao proverem os indivíduos de um núcleo de conceitos, senão pré-conceitos e suposições básicas, ao serem revisadas afetam tanto os indivíduos quanto os grupos sociais,

abrindo-se uma linha de descentração que vai de imagens fechadas às imagens abertas do mundo num sentido de aprendizagem cada vez mais complexo e requerente de processos interativos contínuos mediados intersubjetivamente pela linguagem. Tal processo ao abarcar simultaneamente as distintas e possíveis dimensões de compreensão do mundo, está referido às estruturas de pensamento e ação que o sujeito adquire no enfrentamento ante a realidade, realizando uma conexão entre o universo externo e o mundo interno do sujeito. Este sujeito cognoscente pode então deslindar e elaborar conceitos do mundo externo e interno cooriginariamente em suas práticas tanto com os objetos, como consigo mesmo, e com outros sujeitos. Mas, tais condições de descentração abrangem também aspectos morais e subjetivos. Podem promover a reflexão e a revisão de padrões normativos tradicionais e de pertencas coletivas antes tidas como não-problemáticas, terreno dos processos de construção da autonomia moral dos sujeitos, fundado na legitimidade, bem como a explicitação e tematização de experiências e vivências individuais e coletivas que exigem a sinceridade/veracidade das afirmações expressivas dos atores sociais (Habermas, 1984, 1988a, p. 285 – 286; 1987b, p. 125 – 126).

Se admitimos que a primeiro passo de aprendizagem movimentalista é aberto por tal processo de identificação, sempre checado, revitalizado ou afrouxado pelos processos interativos nos quais os indivíduos tentam coordenar suas intervenções no mundo; ele remete ao que Fernandes (1997:133) chama de processo de construção pelos trabalhadores do espaço de socialização política e que teria três dimensões: o espaço comunicativo, o espaço interativo e o espaço de luta pela resistência. Então, para este autor, no MST, o espaço comunicativo é o espaço do conhecer e do aprender, é o primeiro momento do processo de socialização política, de uma experiência original para cada grupo. Acrescentaríamos, também, para cada indivíduo como ator de uma nova práxis social. Já o espaço interativo, o autor identifica como espaço da reflexão sobre as experiências no processo de construção de sua práxis, através do diálogo e da elaboração de propostas. Em tal processo, são elaborados e desenvolvidos os determinantes objetivos, relacionados às condições sociais, econômicas e políticas e, também, os fatores subjetivos relacionados ao interesse, a vontade e a cultura. Assim, o fator objetivo é o reconhecimento coletivo de direito e da necessidade da luta pela terra e pelas condições de nela permanecer, já o fator subjetivo, estando relacionado à consciência desse direito à terra como direito à vida, é reconhecimento coletivo de que sua dignidade humana vem sendo destruída durante toda a sua história. Na elaboração de tais fatores objetivos e subjetivos nos espaços de socialização política, os membros do MST constroem o processo de formação da organização social e que se efetiva no dimensionamento do espaço construído, conquistado.

Conquistar o espaço é construir a sua forma de organização. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta que toma a forma de acampamentos, de ocupação e conquista de uma fração do território. Assim, se o espaço interativo é o espaço do discurso, do enfrentamento de experiências e idéias, de construção do conhecimento, de formação dos sujeitos e da criação de condições que propiciam o avanço da organização, o espaço da luta e da resistência - se concretiza pelo acampamento e ocupações. Este é o momento de enfrentamento com o Estado e os latifundiários, com a polícia, com os jagunços, com as péssimas condições de sobrevivência. A resistência e a luta neste espaço de socialização política têm levado a conquista de uma fração do território. O assentamento seria, portanto esta fração do território conquistado. Temos assim, na ótica de Fernandes (idem, ibidem), um processo de conscientização através do qual os trabalhadores rurais sem terra espacializam a luta pela terra num movimento socioespacial que tem levado a conquista da terra, territorializando-se o MST. A territorialização leva a outras lutas pela sobrevivência dos trabalhadores na terra. Neste território conquistado, o assentamento, desenvolve-se

experiências e lutas que vão desde o direito à escola até o direito ao crédito, à assistência técnica, à infraestrutura básica como eletrificação rural, estradas etc. Desenvolvem experiências de alternativas produtivas, de cooperativas de organização da produção e dos produtores, de experiências e alternativas nas áreas de educação, saúde, tecnologias agrícolas apropriadas etc.

Portanto, o espaço que Fernandes chama de comunicativo, identificar-se-ia com o espaço do consenso e parece referir-se aos processos primários de socialização; o espaço interativo seria o espaço por excelência da aprendizagem e da construção movimentalista, o espaço da política propriamente dito, portanto, espaço de disputa, de dissenso, de luta contra-hegemônica; é o espaço de luta e resistência; da construção das possibilidades de territorialização da luta colocando os sem terra em novos patamares de aprendizagem. Na realidade nordestina, não conseguimos pensar a luta do MST com esta separação entre interação e comunicação, já que toda interação é portadora da intersubjetividade entre atores capazes de linguagem e ação e na qual a dissenso/consenso faz parte dos processos de entendimento - ou de construção de acordos entre tais atores entre si sobre fatos e estados de coisas, sobre normas ou sobre vivências subjetivas. Portanto, toda ação comunicativa é interativa e necessariamente reflexiva, processual e dialógica. Mas, apesar de todo trabalho emulativo das lideranças na mobilização e ações de ocupações, a realidade dos acampamentos e ocupações pressupõe interações entre iguais, que sofrem os mesmos problemas, que tem um interesse comum e comungam os mesmos sonhos de ter um pedaço de terra para sobreviver. Experiências de acampamentos tornam-se necessariamente espaços de solidariedade, espaços comunicativos como exigência da própria sobrevivência e resistência numa sociedade hostil e excludente que nega a grande maioria de seus membros a condição de cidadão.

Se do momento do engajamento no movimento até a conquista da terra, há um consenso do direito e da necessidade da luta pela terra, como “uma que questão de vida e morte já que não temos nada mais a perder” (agricultor do Assentamento Boa Sorte, RN), no momento após a conquista da terra, se tem uma nova realidade, a luta para nela sobreviver em condições, geralmente tão adversas quanto em outras situações anteriores das trajetórias de vida dos assentados. Estabelece-se o status quo ex-ante. Ou seja, a heteronomia social típica de uma sociedade autoritária, social e politicamente, pode ser expressa não só pela dependência dos assentamentos às decisões e orientações tomadas pelas lideranças e sem a participação das “comunidades”, não só pela dependência ao poder das oligarquias políticas locais e as decisões de técnicos e outros agentes estatais quase sempre impositivos ou autoritários, também pelas relações interpessoais que se estabelecem nos assentamentos e que podem ser caracterizadas por trocas de favores e subserviência, por cumplicidades e oportunismos, por alienações e exclusões, por opressões e invalidações mútuas entre lideranças e liderados; entre pessoas, famílias e subgrupos. A reprodução dessas relações de dominação faz dos assentamentos uma espécie de miniatura da sociedade brasileira, reconhecidamente autoritária e excludente, embora existam experiências e entidades engajadas num trabalho árduo de ressocialização dos assentados e que permitem pensar e testar a possibilidade de experiência de relações democráticas nas áreas de reforma agrária, para além de encontros, cursos, treinamentos, capacitações técnicas e da fenomenologia da militância das lideranças e da ação dos técnicos do Estado.

Há, portanto, necessidade de um processo educativo que permita um processo de descentração que parta da realidade dos agentes da ação e que lembre o sucesso da pedagogia dos setores progressistas ligados a Igreja Católica e de outras organizações da sociedade civil; a chamada educação de base, que parte do modo de racionar dos camponeses

expressos na sua própria linguagem (ordinária, comum), de suas visões de mundo e formas de se expressar, de seus valores e crenças e que permeiam as relações interpessoais que tecem no chão da vida cotidiana no sentido de problematizá-las; levando os atores sociais subalternos do campo a desbloquear os constrangimentos de uma cultura do “silêncio” a que estão submetidos através de lutas que se organizam e se expressam em movimentos sociais, como é o caso do MST.

É esta tradição de “trabalho de base” que deu origem ao próprio MST, que parece ter sido abandonada, ou pelo mesmo desprivilegiada por este movimento em favor do “trabalho de massa” e que reporta à tradição da velha esquerda leninista. Expressões do tipo “quanto mais a massa se apega aos símbolos, aos líderes, e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza” (Documento: Como organizar a massa”, da Coordenação do MST, 1991, apud Gohn, 1997) parecem validar tal assertiva. Caberia, portanto, aos líderes, àqueles que se destacam da massa, o privilégio da formação propriamente política. À massa dos assentados, o papel de seguidores e não de sujeitos de sua práxis ao responderem de forma consciente aos desafios de seu contexto. Neste sentido, o contexto dos assentamentos que deveriam ser comunicativos, isto é, propiciadores de processos de contínua e progressiva autonomização moral e intelectual do sem terra, são contextos, politicamente de emulação.

Entretanto, a emulação política, está ligada ao próprio projeto político-estratégico do MST ao lutar contra verdadeiros fardos político-morais contemporâneos, como fome, miséria, desemprego etc. O próprio Habermas não acredita que tais patologias possam ser resolvidas na atual situação pré-existente de poder político, requerendo ação estratégica que rompa esta composição ao mesmo tempo em que se forma uma saída nos moldes da ação comunicativa (anteriormente considerada ineficaz) e ainda conclama a auto-limitação dos movimentos sociais no sentido de evitar grandes esquemas revolucionários e ao mesmo tempo evitar a sua integração nas atividades normais das instituições estabelecidas. Propõe, ademais que eles

“deveriam ser cautelosos mesmo com sua organização interna. Pois renunciar as qualidades horizontais, comunicativas de interações políticas grass-roots e atravessar o limiar para a organização formal, impõe um crescimento no grau no qual a política interna será inevitavelmente organizada através de um meio legal – administrativo” (Habermas, 1990:333).

Admite ainda, que os movimentos sociais são a melhor esperança para a institucionalização mais equilibrada dos potenciais da modernidade” (Write, 1995:122). Mas Habermas sabe que os caminhos que ele propõe tem a função de pacificar os conflitos de classes e que tendem a deixar intactas as relações de propriedades, de lucros, rendas e dependências que asseguram a reprodução dos subsistemas regidos por meios, não produtores de sentido e reprodutores de alienações e exclusões sociais.

É aqui, neste contexto, que se coloca a ação do MST e de outros movimentos sociais. Este movimento e outros que lutam pela terra têm um caráter estrutural ao atingir a causa secular de produção de uma miséria profundamente desumanizadora: a propriedade da terra concentrada e excludente, causa mesma que influencia a reprodução simbólica da sociedade brasileira e que, por sua vez, reproduz uma espécie de darwinismo social que naturaliza a violência, a miséria, a fome, o analfabetismo, o desemprego crônico e estrutural etc., patologias crônicas das quais se nutre as elites dominantes e as oligarquias políticas. Sob esta base estrutural e simbólica, se produziu no Brasil um sistema político autoritário e no qual períodos de regime de democracia política precária, embora sejam recorrentes, são, entretanto, a exceção e não a regra. É sabido que no país a lei tende a ser simulacro, a nação a ser incorporada na figura de um ditador, militar ou civil, que assume a tarefa de executivo e

legislador, quando não governa com a repressão e instrumentos de coerção social de todos os matizes possíveis. Utiliza-se, por exemplo, de expedientes autoritários como “Atos Institucionais” e “Medidas Provisórias” como têm acontecido nos últimos 30 anos, fazendo da Constituição, como se diz no jargão jurídico, letra morta. Quando mais recentemente a massa do povo emergiu no cenário político de forma organizada e conseguiu institucionalizar direitos acavalados na disseminação de noções, princípios e valores de liberdade, igualdade, justiça, dignidade humana etc., inclusive corporificando na Constituição de 1988, canais de participação popular e procedimentos universalistas reguladores da relação entre Estado e Sociedade e, de controle societário das políticas que dizem respeito à maioria da população; o mundo inteiro estava sendo abalado por uma onda neoconservadora regressiva, chamada de neoliberalismo, arrancando das classes trabalhadoras direitos sociais, e até civis e políticos, conquistados a mais de 200 anos pelos seus movimentos emancipatórios e, mais recentemente conquistados pelos trabalhadores e o povo brasileiro. Se tal onda regressiva não é privilégio das regiões subdesenvolvidas; nelas, entretanto, os seus efeitos sociais têm sido mais perversos não só do ponto de vista social, também do ponto de vista político, fragilizando a já precária democracia política instalada sob exaustivas lutas sociais. Neste contexto, as árduas lutas pela institucionalização de novas formas de integração social e que correspondem ao nível de reflexão alcançado por diferentes atores e grupos sociais em termos de convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, ou seja, que correspondem a processos de aprendizagem traduzidas em formas cada vez mais maduras de integração social e em novas relações de produção, que por sua vez, tornam possíveis o emprego de novas formas produtivas; tornam-se esforços tendentes a ineficácia. Há, portanto, um descompasso entre as estruturas de consciência alcançadas pelos setores progressistas e organizados da sociedade brasileira e as estruturas autoritárias desta mesma sociedade reforçadas pela onda conservadora do neoliberalismo, levando a regressões dos estágios de consciência alcançados tanto no plano dos indivíduos como no plano das organizações e instituições sociais, de forma a acomodarem as estruturas de julgamento moral e ações aos padrões vigentes de uma cultura política autoritária e de uma crise/reestruturação econômica cada vez mais excludente, reforçada e resignificada pelo neoliberalismo econômico e político-ideológico.

O MST também reforça em sua estratégia política socialista tais déficits com relação à democracia política, impossibilitando, à falta de um “Oriente” à vista, um movimento amplo de luta institucional pelo poder político que coloque de fato a reforma agrária na agenda do Estado. Por sua vez, potencializando à própria luta pela terra pela dinamização de novas formas localizadas de organização dos produtores, da produção e da comercialização. Isso pressupõe novos patamares de integração social e novos valores que os governam traduzidos em aprendizado social, e que se mede pela capacidade que uma sociedade adquire de resolver problemas sistêmicos que interferem tanto na sua reprodução material quanto simbólica.

2.2. A construção do MST no Nordeste

Como vimos anteriormente, o MST chega ao Nordeste no final da década de 80, num momento de refluxo do movimento dos canavieiros e quando se decreta a crise dos movimentos sociais, principalmente aqueles por demandas coletivas e circunscritos às áreas urbanas. A grande contribuição que o MST deu com relação aos movimentos e organizações

que trabalhavam com campo e com ações relacionadas à luta pela terra e pelas condições de sobrevivência nas áreas de assentamento foi a de superação de uma visão institucional (baseada no Estatuto da Terra) da luta pela terra levada a efeito pelo próprio Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e por organismos como a CPT, ambos hegemônicos na região, antes da chegada do MST. De fato, o MST dinamizou a luta pela terra através do repertório dos acampamentos e ocupação, e ao mesmo tempo superando a fragmentação das lutas pela terra e dos assentamentos, constituindo-se num movimento mais orgânico e portador de uma identidade coletiva. No momento em que o próprio movimento sindical rural discute alternativas à crise/reestruturação do setor sucroalcooleiro com suas sérias sequelas sociais, o MST respondendo-as com ocupações de engenhos e usinas falidas de forma à acelerar os processos de desapropriações e assentamentos de milhares de trabalhadores da cana colocados à margem de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, restrito e precarizado em termos de relações contratuais de trabalho. Esta ação do MST levou ao MSTR e à própria CPT a entrar na disputa da direção do movimento de luta pela terra; os quais passam a adotar a mesma estratégia do MST. Onde a CPT estava mais estruturada, cobrindo todas as áreas de conflito de terra, como é o caso da Paraíba, esta disputa foi mais acirrada, o que não é o caso, por exemplo, de Pernambuco hegemônico pela FETAPE e pela luta dos canavieiros. Na Bahia, o MST penetra pelo Extremo-Sul daquele estado, estruturando-se desde 1985, a partir da região de Teixeira de Freitas onde também criou uma escola de formação de lideranças. De Teixeira de Freitas o MST chega até a região Cacaueira polarizada pelas cidades de Itabuna e Ilhéus. Em Sergipe, o MST se estrutura a partir do trabalho da CPT, sediada na Diocese de Propriá e, basicamente, a partir da experiência da primeira ocupação de terra realizada na fazenda Barra da Onça. Este movimento estrutura-se com base nas lideranças do município de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória. Estas lideranças foram ao Paraná aprofundar e intercambiar experiências e participaram de vários cursos de formação no Espírito Santo, em São Paulo, na própria Escola de Formação de Teixeira de Freitas, Bahia, como nos relata uma das principais lideranças do MST naquele estado:

“No início de nossa luta aqui, o movimento dos Sem-terras aparecia, tentava organizar, eu mesmo fiz parte durante vários anos do movimento, né, MST à nível estadual. A gente também ia em reunião e fazia curso também na Escola de Teixeira de Freitas, a gente participava de congresso lá em São Paulo, Diadema. A gente foi várias vezes em Brasília”. (Guido Branco, MST-SE, ver Sá, 1988:77-78).

Em Alagoas o MST passou a estrutura-se a partir de 1989, com o apoio de lideranças vindas de Pernambuco e ao lado da ação da CPT, a qual, posteriormente, por divergências internas é fechada em Alagoas, reconstituindo-se posteriormente em 1998. Na Paraíba o MST, apesar a hegemonia da CPT, organiza-se a partir de lideranças sindicais ligadas a CUT, conforme depoimento de uma jovem liderança dos Sem Terra da Paraíba, depois deslocada para o Rio Grande do Norte.

“Em 1990, 1991, por aí agente começou a se envolver mais com o partido, o sindicato e o Movimento Sem Terra, deixando o envolvimento com a Igreja mais de lado, né? No final de 92 para 93 eu comecei à participar mais diretamente do Movimento Sem Terra; Saí da Paraíba vim para o Rio Grande do Norte...Cerca de 87, 88 eu participei dos primeiros encontros de formação né? Era com todas essas personalidades... desde João Pedro Stedile, até Daniel e

a própria Fátima do Ceará. Eu acho que há 14, 15 anos o pessoal já fazia esses encontros de treinamento. ...os temas a se discutir era muito assim, Mao, Marx, Lênin, Trotsky, tema muito pesado e que a gente tinha uma formação muito pequena para acompanhar aquele ritmo, né? Mas de certa forma deixou muito em termos de formação. E como mãe também assumiu mais a parte da direção de fato lá na Paraíba, né? A gente passou a de certa forma a ter um engajamento. Nesse mesmo período, de 1988 prá 90, por aí, minha irmã saiu para se engajar diretamente no Movimento Sem Terra. Inicialmente na Paraíba, depois foi para Sergipe... aí veio aqui pró Rio Grande do Norte”. (Vanildo, ex-integrante do MST-RN).

Se na Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão, o MST se constituiu a partir de lideranças sindicais ligadas à CUT e ao lado da ação da Igreja; em Pernambuco, este movimento teve um importante impacto, face não só a hegemonia da FETAPE e dos Sindicatos na representação dos trabalhadores do campo, mas ao próprio fato das atenções estarem voltadas para o movimento social dos canavieiros, e pela ocorrência de conflitos de terras à semelhança de outros estados e com forte presença da Igreja. Entretanto, quando a partir de 1991, começou a se articular mais de trinta entidades da Zona da Mata Sul do Pernambuco (entre elas CEAS – Rural, CPT, CEATRU, ACR, FETAPE, FASE, Sindicatos, Associações de Moradores etc.) que formaram em 1994, o Fórum da Terra da Mata Sul (FORTEMASUL), com o intuito de apoiar a luta pela terra e pela Reforma Agrária; e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais articula-se visando as resoluções do desemprego, principalmente na zona canavieira; o MST, que se organizou naquele estado estava estruturado em 05 regionais (Zona da Mata, Agreste e Sertão), contando, com uma direção estadual composta por 04 pessoas e direção regional composta por 13 representantes. Tinha até 1995 realizado 14 ocupações e coordenado a luta de 4.757 famílias acampadas. Se até 1993, o M.S.T. de Pernambuco se resumia a três ocupações em dois anos seguintes estas subiram para 14. Além das ocupações em engenhos e usinas falidas da zona canavieira de Pernambuco, o M.S.T. decidiu ocupar grandes fazendas às margens do Rio São Francisco, com ações a partir dos acampamentos da fazenda safra (Petrolina, PE). O Movimento calculava na data ocupação (01. 09.95) a existência de 26 mil trabalhadores rurais na região do S. Francisco, sem as mínimas condições de vida (Jornal do Comércio, Recife, 01.09.95). Os próprios jornalistas do Jornal do Comércio, sucursal de Caruaru, ao acompanharem a luta dos Sem Terra na ocupação da Fazenda Normandia naquele município pernambucano, observam que

“O processo de organização do MST para disputa da terra se constitui nos últimos anos na escola que muitos agricultores não tiveram acesso. Os camponeses se alfabetizam, se conscientizam, aprendem a negociar e chegam até a se “doar” pela causa” (Jornal do Comércio: 01.09.95, p:11)

Por seu turno, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, em 1995, denunciava que a ação governamental em favor da reforma agrária tem sido altamente burocrática e lenta. O presidente desta Federação, Manuel dos Santos, confirmava que os assentamentos naquele estado só ocorriam por força da ocupação de fazendas improdutivas e da pressão dos trabalhadores. Estimava que até aquela data o número de famílias assentadas e de terras distribuídas, não atingia 10% do necessário. Constatava a existência, só em Pernambuco, de cerca de 200 mil famílias, o equivalente a um milhão de pessoas, que precisavam de terra e infraestrutura para voltar a produzir e que, para assentar

toda essa gente, seriam precisos 2,6 milhões de hectares. Até então, apenas 187,33 mil hectares tinha sido distribuído, havendo 16 localidades apontadas como preferenciais, mas que ainda não tinha sido desapropriadas e mais 05 propriedades com processo de distribuição dos títulos de posse não concluídos. A FETAPE ainda denuncia a falta de empenho dos órgãos governamentais, em garantir a infra-estrutura nos assentamentos e a falta de financiamento para os sem-terra começarem a produzir (Jornal do Comércio, Recife, 16.06.1995: 5). Enquanto isto, só em 1994, o MST tinha comandado ocupações nos municípios de Paulista, Amaragi, Vitória de Santa Antão e Caruaru, somadas 12 ocupações realizadas em 1998, contra 04 ocupações na Bahia, 03 no Rio Grande do Norte, 03 no Piauí, 02 na Paraíba, 02 em Sergipe, 02 no Maranhão e 01 no Ceará. O MST denuncia a morosidade do INCRA em Pernambuco e reivindica abertura de linhas de crédito para as áreas de assentamento. A FETAPE, como parte da jornada de luta nacional “grito pela terra”, realiza passeata em Recife, dia 11.05.1994; com manifestação em frente ao Palácio do Governo de Pernambuco. Por seu turno, a CPT Regional Nordeste II, registra 16 ocupações de terra só em 93, em Pernambuco, e lança cartilha denunciando agressões e ameaças de morte contra trabalhadores rurais e lideranças. O INCRA, em Pernambuco, anuncia que já tinha sido desapropriados 3,2 mil hectares de terras, que estavam sendo desapropriadas mais três áreas com capacidade para assentar 280 famílias e que mais outras 10 fazendas, em nove municípios, representando 6.465 hectares, se encontravam em tramitação naquele órgão do Governo Federal (Diário de Pernambuco, 24.04.94).

Em apoio a luta pela terra em Pernambuco, um dos momentos mais importantes e de maior repercussão pública foi a assinatura da Carta da Terra, pelo arcebispo emérito de Olinda e Recife, D. Helder Câmara. D. Helder marcou com este gesto o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, iniciada oficialmente no Rio de Janeiro por Herbert de Souza (Betinho) e como parte da terceira fase da Ação Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Reuniram-se naquele momento (15.03.95), no auditório do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco, mais de cem comitês e entidades de apoio à conhecida Campanha do Betinho (Jornal do Comércio, 27.05.95).

Em outros estados também avança a luta pela terra. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o MST se instala em 1989, a partir de contatos feitos por militantes com lideranças sindicais. Depois de duas tentativas de ocupações frustradas, as lideranças do MST resolveram articular lideranças sindicais de outra área, mais próxima da capital do Estado e com uma certa tradição de luta devido a presença da Igreja através do SAR (Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal). Tratava-se da região do Mato Grande e Touros, com presença também marcante do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, de ONG's, como a Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC) e do movimento leigo católico Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). O MST conseguiu articular nesta região onze lideranças sindicais, incluindo os presidentes dos Sindicatos de Parazinho, de Pedra Grande e de João Câmara, e levá-las ao Congresso do MST, em São Paulo, para conhecerem as propostas do Movimento. Em 1990, o MST promoveu com êxito a sua primeira ocupação, fazenda Marajó, no município de João Câmara. Daí em diante, seguiram-se outras ocupações, Boa Sorte (1992), Santa Vitória (1993), Saramandaia (1994). Até 1996, só sobre a influência do MST, os sem-terra daquele estado tinham conquistado 12 áreas de assentamento, somando mais de 20 mil hectares de terras e quase 1.000 famílias assentadas (entrevista com Livânia, dirigente do MST, em 12.03.98).

A maior conquista do Movimento, no Rio Grande do Norte, foi, entretanto, a Fazenda Zabelê, latifúndio improdutivo de cerca de 10.063 hectares, no município de Touros,

RN. Com esta ocupação acirra-se a disputa entre o MST, setores da Igreja e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETARN)

“A divergência maior entre o movimento Sindical e o Movimento Sem-terra aqui no Estado, foi a questão da desapropriação da fazenda Zabelê, porque o Movimento Sindical já vinha fazendo a muito tempo junto com o SAR a luta legal para desapropriação da fazenda, calçada no estatuto da terra. Só que o Movimento Sem-Terra fez uma ocupação direta, uma ocupação massiva e, com poucos meses saiu a desapropriação da terra. Então, daí começou a ter divergências porque o pessoal do Movimento Sindical queria, assentar todas as famílias as que tinham participado desde a luta inicial pela fazenda e o pessoal que morava no ciclo vizinho, por ali, que alguns eram funcionários da própria fazenda, essas coisas todas. E o pessoal do MST disse não, que a preferência era do pessoal que veio de outros municípios, que enfrentaram a luta, que ficaram acampadas lá diretamente, enquanto o pessoal vizinho que morava a 4, 5, 6 km, que entraram no Sindicato e ficava em suas casas, não participava diretamente. Então começou a ter uma divergência muito grande, inclusive a forma de como ia ser o assentamento, de como ia ser dividido, em quantas agrovilas, em quantas associações (Vanildo, entrevista, 05.05.98)”

Este tipo de conflito entre o MST e outras entidades atuante no campo, a semelhança do que acontece em outros estados, resvalava para o campo das acusações mútuas. “Assim, mesmo que a pauta de avaliação das alianças políticas assinala a falta de uma consolidação dos apoios na luta pela reforma agrária – o oportunismo de algumas organizações não-governamentais que só tiram proveito do MST, a falta de uma maior aproximação da CUT e do PT, o não entendimento por parte das organizações da necessidade da aliança dos camponeses com operários; as alianças, incipientes com a base, a falta de política de alianças por parte do MST; a danificação das estruturas cedidas por outras organizações; o oportunismo do MST que só se aproxima das entidades para pedir dinheiro; e por fim, a falta de atividades que envolvam militantes urbanos – há que se entender que o jogo político não pode escapar completamente a tais entraves” (Dantas, 1996 27-28)

2.3. MST, Fragmentação ou Reforço à Luta pela Terra?

Divergências do MST com outras entidades e suas próprias divergências internas levaram a fragmentação, na realidade nordestina, do movimento social de luta pela terra e pela Reforma Agrária. A própria Comissão Pastoral da Terra, Regional Nordeste II, criada em João Pessoa, em 1988, a partir da equipe de Pastoral Rural do Regional CNBB, NE II, foi fruto de rupturas e continuidades. Posteriormente, novas dissidências ocorreram já no interior da CPT Regional Nordeste II (que abrange os estados da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Por trás das divergências quanto: se a CPT era uma equipe pastoral ágil e apoiadora dos movimentos sociais, dos conflitos de terra e, se era um movimento, do tipo MST, com bandeiras, símbolos, organizações própria, tinha duas grandes correntes alinhadas com tendências do PT, ficando na CPT a corrente mais radical, os outros estão por aí, nas ONG's e outros movimentos; outro pessoal da Pastoral Rural, a CONSTRUI, saiu logo, tão lá por Pedra de Fogo, Itabaiana, na Paraíba, e nos sindicatos lá na mata sul de Pernambuco (entrevista, ex-agente da CPT – Alagoas). Vejamos o quadro de movimentos e entidades na luta pela terra no Nordeste.

O MST não teve a mesma sorte que o PT, considerando uma espécie de federação de tendências, mas que consegue manter-se como partido unificado por determinados princípios e valores de ordem ético-política e ideológica que lhe dá uma certa coesão interna. À medida que o MST foi se fortalecendo chegando a se transformar nos anos 90 numa importante organização movimentalista, uma espécie de primeiro partido popular agrário, no dizer de José de Souza Martins, foram ocorrendo dissidências internas. Algumas se tornaram organizações do tipo ONG, outras se transformaram em Movimentos. Assim, só em Pernambuco, o Jornal do Comércio dá conta, em setembro de 1995, da existência de mais dois movimentos atuando na luta pela terra, além do MST, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), que coordena o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e da Comissão Pastoral da Terra. São eles: O Movimento de Comunidades Independentes (MCI) e o Movimento de Luta pela Terra (em fase inicial de organização). Mas com o auxílio de entrevistas e outras fontes documentais, conseguimos identificar os seguintes movimentos e organizações que ao lado do MST e em disputa com este, lutam pela terra no Nordeste. Vejamos o quadro desta realidade movimentalista.

Quadro 3

PRINCIPAIS MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO NORDESTE

DENOMINAÇÃO	TIPO	ABRANGÊNCIA
• Movimentos dos Trabalhadores - MT	Movimento social sob a direção da CPT.	Pernambuco, Alagoas e Paraíba
• Ligas Camponesas - LC	Movimento social	Pernambuco
• Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST	Movimento social	Maranhão
• Movimento da Luta pela Terra	Corrente Sindical Classista (CUT), ligada ao PC do B	Bahia e Pernambuco
• Movimento de Comunidades Independentes - MCI	Movimento social, ao que tudo indica, ligado à CONSTRUI	Pernambuco.

Destes movimentos, os mais expressivos são o MST e o próprio Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Com o fortalecimento do primeiro, o segundo realizou uma avaliação crítica de sua prática com relação à luta pela terra. O MT (Movimento dos Trabalhadores) passou a ser organizado mais recentemente, se constituindo num braço movimentalista da própria CPT com objetivo de dar uma vida mais orgânica às ocupações e assentamentos coordenados por este organismo pastoral. Já o MLT (Movimento de Luta pela Terra), nasceu a partir do Movimento de Desempregado da Lavoura Cacaueira no Sul da Bahia, sob a influência do PC do B. Constituiu-se como Movimento e fortaleceu-se a partir da aproximação de uma dissidência de cerca de 25 militantes do MST que atuavam na região de Teixeira de Freitas (Extremo Sul da Bahia). Como vimos, conforme informações anteriores, começa a se organizar em Pernambuco, e onde este partido tem uma certa presença (Ver Costa, 1996).

Conforme o quadro abaixo, outros movimentos mais específicos lutam também pela terra. O Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), atua, pelas indenizações e luta pela terra dos atingidos por barragens, abrangendo os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

Já o movimento indígena, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste (APOINE) luta pela demarcação de seus territórios e pelo reconhecimento sócio-cultural de sua gente. Por seu turno, o Movimento dos Remanescentes de Quilombos abrange os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Piauí e Maranhão. Luta pela demarcação de suas terras. No Maranhão os quilombos estão articulados a nível estadual na Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Por seu turno, esta organização tem o apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão (criado em S. Luiz, em 1979) e Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Sendo o Maranhão, o terceiro estado do Brasil em incidência populacional negra, e o único, onde o maior percentual desta população ainda se encontra no meio rural; cerca de 350 comunidades negras maranhenses têm suas posses centenárias intrusadas e griladas, ocorrendo que comunidades inteiras são despejadas. Os seus territórios não possuindo situação discriminada, são objetos de operações fraudulentas de grilagem cartorial. Estas são as pré-condições movimentistas que levam essas comunidades a se organizarem com apoio de organismos e entidades da sociedade civil, buscando a demarcação de seus territórios e ao mesmo tempo lutarem por condições para permanecer na terra e serem reconhecidos como cidadãos. (Ver Costa, 1999:7).

O MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) abrange quase todos os estados do Nordeste e tem uma tradição de luta a partir de Pernambuco, onde possui um centro de formação de lideranças, apoiado pela Comissão Pastoral dos Pescadores. Luta, entre outras coisas, contra a pesca predatória, contra a especulação imobiliária nas praias e a depredação dos manguezais e outros sítios faunísticos. Além deste, destaca-se o movimento social de ocupação de beiras de açudes e de áreas de perímetros irrigados, em algumas áreas apoiado pela CPT, além do movimento dos atingidos pela transposição do Rio São Francisco (Ver EQUIP. Relatório Encontro Ampliado do Núcleo de Educadores Rurais do Nordeste, 1998).

Algumas dissidências do MST, tornaram-se ONG's e até cooperativa de serviços técnicos, como a CEAPA de Alagoas e a TECHNY do Rio Grande do Norte

Quadro 4

OUTROS MOVIMENTOS E ONG's ATUANDO NO CAMPO NO NORDESTE

DENOMINAÇÃO	TIPO	ABRANGÊNCIA	TIPO DE AÇÃO
MAB – Mov. dos Atingidos por Barragens	Movimento social	Pernambuco, Ceará e Bahia	Luta por indenizações justas. Luta pela terra
APOINE – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste.	Movimento social	BA, SE, PE, PB e Maranhão.	Demarcações dos territórios e luta pela sobrevivência.
Movimento dos Remanescentes de Quilombos.	Movimento social	BA, SE, PE, AL, PI e MA.	Demarcação dos territórios e luta pela sobrevivência
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores	Movimento social	Quase todos os estados do Nordeste	Luta contra as especulações imobiliária e contra a pesca predatória
Atingidos pela transposição do Rio S. Francisco.	Movimento social	PE e BA	Contra a transposição do rio. Impactos ambientais.

Perímetros Irrigados	Movimento social	CE, AL, BA, PE e SE	Ocupação de beiras de açude e de perímetros irrigados
CEAPA – Central Estadual de Associações dos Assentados e de Pequenos Produtores de Alagoas	ONG	Alagoas	Assistência e capacitação técnica, organização comunitária, etc. Abrange 140 associações.
COOPABACS – Cooperativa Banco de Sementes	Cooperativa	Sertão de Alagoas	Apoio às associações comunitárias
MOC – Movimento de Organização Comunitária	ONG	Região de Feira de Santana - Bahia	Apoio ao desenvolvimento rural e sustentado
APAEB – Valente Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia	ONG	Região Sisaleira sertão da Bahia, 15 municípios	Desenvolvimento rural e sustentável
FASE – Fed. De Órgãos p/Assist. Social e Educacional	ONG	Pernambuco e Bahia	Desenvolvimento Sustentável na região cacauzeira da Bahia e na Zona Mata Sul de Pernambuco
AS-PTA, Associação Projeto Tecnologias Alternativas	ONG	Paraíba e Pernambuco	Agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, cidadania.
Federação das Associações de Assentamentos	ONG	Bahia	Desenv. de assentamentos rurais
ESPLAR	ONG	Ceará	Agroecologia, desenvolvimento rural sustentável
Escola da Vida	ONG	Ceará – 30 comunidades	Organização comunitária, capacitação, projetos de geração de emprego e renda
CETRA – Centro de Apoio ao Trabalhador Rural, 1981	ONG	Ceará	Desenvolvimento rural sustentável – geração de trabalho e renda
Obra Kolping	ONG	Ceará	Apoio à projetos de geração de emprego de trabalho e renda
Visão Mundial	ONG	Ceará	Apóia 12 instituições no Piauí, Ceará, Maranhão e Rio G. do Norte.
Cáritas Brasileiras	Organismo da CNBB – Igreja Católica	Todos os estados	Apóia projetos de geração de emprego e renda. Ação emergencial contra as secas.
CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços	ONG	Salvador, BA	Apóia entidades e movimentos sociais em toda a região, desde 1973
GAMBA – Grupo Ambientalista da Bahia	ONG	Bahia	Agroecologia
CAPOREC – Coletivos de Alfabetização Popular da Região Cacauzeira	ONG	Itabuna – BA	Alfabetização de Jovens e Adultos
CEAS- Centro de Estudo e Ação Social	ONG	Salvador – BA	Apoio às organizações sociais populares

CAATINGA	ONG	Pernambuco	Agroecologia, desenv rural sustentável.
SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa	ONG	Pernambuco	Agroecologia, desenv. rural sustentável
CHAPADA	ONG	Pernambuco	Agroecologia
ADESSU – Assoc. Desenvolvimento Sustentável	ONG	Pernambuco	Desenvolvimento Sustentável
CENTRU	ONG	Pernambuco – Zona Mata Sul	Educação política e Sindical – Desenvolvimento rural e sustentável, conselhos, políticas públicas
Centro Agroecológico Sabiá	ONG	Pernambuco	Agroecologia
ASPAN, Associação Pernambucana dos Amigos da Natureza	ONG	Pernambuco	Campanhas de Preservação Ambiental
CEDAPP – Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor, criado em 1991	ONG	Pernambuco – 12 municípios, região de Pesqueira	Formação e capacitação técnica de produtores rurais. Projetos comunitários em áreas de assentamento e comunidades rurais
Centro Luis Freire	ONG	Recife, PE	Políticas Públicas, Cidadania
CECOSNE, Centro de Comunicação Social do Nordeste	ONG	Recife, PE	Comunicação social e popular
ASSOCENE, Associação de Orientação das Cooperativas do Nordeste	ONG	Recife, PE, toda Região Nordeste	Pesquisa, Assessoria, planejamento, Capacitação cooperativista e associativista.
Centro Dom José Brandão de Castro	ONG	Sergipe	Apóia assentamentos rurais e a luta pela terra
Instituto do Homem	ONG	Maranhão	Projetos de desenvolvimento rural sustentável. Capacitação
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão	ONG	Maranhão	Organização, capacitação e apoio à produção em áreas de assentamento na linha agroambiental.
Entidade Apoio	ONG	Balsas-Maranhão	Apóia a luta e a resistência na terra
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – 1990	Movimento social	MA, PI, TO e PA.	Luta contra a destruição dos babaçuais; produção agro-ambiental.
Soc. Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – 1979	ONG	Maranhão	Apoio jurídico à luta pela terra e os Sindicatos
Centro de Cultura Negra do Maranhão, criado em 1979	ONG	Maranhão	Apóia a luta pela demarcação de terras e pela sobrevivência das comunidades negras. Educação rural e outras demandas.
Associação	ONG	Maranhão	Agroecologia. Áreas de

Agroecológica – Tajupá, 1988			assentamento com apoio do INCRA-LUMIAR
Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão – criada em 1979	ONG	Maranhão	Titulação de terras, defesa do meio ambiente, luta contra a discriminação.
CEPP- Centro de Estudos Políticos Pedagógicos.	ONG	Maranhão/São Luis	Desenvolve capacitação dos professores leigos rurais.
AACC- Associação de Apoio as Comunidades do Campo.	ONG	Rio Grande do Norte	Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Assentamento – Agroecologia
SEAPAC - Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários	Organismo ligado a Igreja – 03 dioceses: Natal Mossoró e Caicó	Rio Grande do Norte	Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável Áreas de Assentamento e Comunidades Rurais.
SAR - Serviço de Assistência Rural	Organismo da Pastoral Social da Arquidiocese de Natal	Rio Grande do Norte.	Juventude Rural, Políticas Públicas, Conselhos.
Pastoral da Criança	Pastoral Social da CNBB	Rio Grande do Norte – presença em todos os estados nordestinos	Desenvolve projetos de geração de trabalho e renda no campo, entre outras atividades.
FAP – Frente de Alfabetização de Natal	Serviço ligado à Arquidiocese de Natal	Arquidiocese de Natal	Alfabetização de Jovens e Adultos
Pastoral da Juventude no Meio Popular	Pastoral Social	Em quase todos os estados	Grupalização e formação de jovens rurais
Centro da Mulher 8 de Março	ONG	Rio Grande do Norte	Desenvolve trabalho de organização de mulheres trabalhadoras em áreas de assentamento.
Banco Nacional de Agricultura Familiar	Espécie de ONG multilateral	Rio Grande do Norte	Agroecologia
CDDH-EP	ONG	Rio Grande do Norte	Direitos humanos, documentação e educação popular
Anim. dos Cristãos do Meio Rural – ACR	Movimento Leigo Católico.	RN, MA, PE, AL e outros estados	Sindicalismo e associativismo rural.
Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento-CEADE	ONG	Salvador-Bahia	Apoio à projetos de desenvolvimento comunitários e sustentáveis.
Fundação Konrad – Adenauer	ONG	Fortaleza	Apoio ao desenvolvimento rural local e sustentado
Comitês Estaduais da Ação de Cidadania	Mov. social	Todos os estados	Apoio à luta pela terra.

MEB – Movimento de Educação de Base	Movimento ligado à Igreja	CE, RN, SE, BA e PI	Alfabetização e Escolarização de jovens e adultos rurais
SEDUP- Serviço de Educação Popular	ONG	Paraíba	Atua em áreas de assentamento no brejo paraibano.
CEPFS- Centro de Educação Popular e Formação Sindical	ONG	Paraíba	Educação popular, formação sindical rural, projetos comunitários.
PATAC- Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas, 1970	ONG	Paraíba	Agroecologia em áreas de assentamento e comunidades rurais.
CENTRAC – Centro de Ação Cultural	ONG	Paraíba	Atua em assessoria sindical e na intervenção e gestão no campo das políticas públicas.
CENEP- Centro de Educação Popular	ONG	Paraíba	Educação e alfabetização de jovens adultos rurais.
PRACASA	ONG	Paraíba	Agroecologia e desenvolvimento rural sustentado.
CAATINGA- Centro de Assessoria e Apoio aos Trab. e Instituições Não-Governamentais, criado em 1988	ONG	Pernambuco	Agroecologia, desenvolvimento rural sustentado no semi-árido
Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais – SASOP	ONG	Bahia	Desenvolvimento rural local e sustentado.
OXFAM- Associação Recife	ONG	Recife/PE	Apoio movimentos e entidades populares na região
Centro Josué de Castro	ONG	Recife/PE	Seca/seminário/pesquisa e assessoria
SACTES- Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social	ONG	Recife/PE	Apóia projetos e entidades populares.
CRS - Catholic Relief Services	ONG	Recife, atende a toda região	Apoio a projetos de entidades e movimentos, geração de trabalho e renda
IRPAA	ONG	Petrolina/PE	Desenv. sustentável, semi-árido.
CEFAS - Centro Educacional S. Fco. de Assis.	ONG	Floriano/PI	Associativismo e cooperativismo.
CEPAC	ONG	Teresina/PI	Desenv. rural participativo agroecológico, trabalho rural
CEAHS- Centro Herbert de Souza	ONG	Natal/RN	Formação, assessoria, organização de mulheres rurais. Cidadania e Políticas Públicas. Geração de Trabalho e renda.

Sem pretendermos dar conta de todos os movimentos e organizações da sociedade civil nordestina voltadas para o campo, acreditamos ter mapeado os principais. Entretanto, vale ainda salientarmos as redes e os fóruns, os quais se constituíram nos anos 90 em formas articulatórias entre entidades e movimentos sociais. Entre as redes destacam-se a Rede AS-PTA, a nível nacional e, que na região, atua em 06 estados, com nove entidades, atendendo, a mais de 2.700 famílias, distribuídas em 40 municípios. Entre os fóruns, destaque para o Fórum do Campo Potiguar (que congrega entidades e movimentos sociais do Rio Grande do Norte que atuam na luta pela terra e pela reforma agrária). Discutem, propõem e intervêm na área das políticas públicas voltadas para o campo. Destaque também para as escolas de formação: Escola de Formação Paulo de Tarso (Piauí); Escola de Formação Quilombos dos Palmares (Recife); Escola de Formação Nordeste da CUT. A Quilombo dos Palmares é a mais antiga, realiza cursos, seminários de formação e análise de conjuntura, produz pesquisas e diagnósticos e mantém programa de articulação e formação contínua de lideranças sindicais e populares através de duas redes: a rede de educadores populares e a rede de educadores rurais, as quais abrangem todo o Nordeste. De 1988 para cá vem mantendo um programa de formação para o desenvolvimento regional e intervenção dos movimentos nas políticas públicas. Políticas Públicas também tem sido a principal temática da Escola de Formação da CUT. Por seu turno, a CONTAG, FETAG's e Sindicatos lançaram desde 1997, um programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar. Desenvolvimento local sustentado, baseado na agricultura familiar, tem sido a luta da CONTAG enquanto construção de projeto alternativo para o campo (CONTAG, 1997). Este tem sido o discurso de todos estes movimentos e entidades mapeados na região Nordeste, horizonte para caminha a luta pela terra e a reforma agrária, os projetos de geração de trabalho com tecnologias alternativas, Agroecologia, Organização social dos produtores, da produção e da comercialização da agricultura familiar, a formação e capacitação técnica de agricultores, lideranças, assessores, técnicos, mulheres e jovens rurais etc.

Diante de tal quadro, o MST caminha em faixa própria. Mais recentemente tem procurado construir um arco de alianças, parcerias e, até convênios com universidades na área de formação de educadores e experiências de uma alternativa de educação escolar para as áreas de assentamento. Mantém uma escola de formação no Nordeste, a de Teixeira de Freitas, na Bahia. O fato é que o MST constrói as suas próprias demandas de formativas e procura os meios próprios para satisfazê-las. Quando participa de fóruns e articulações, acerta determinados pactos que unificam determinadas lutas e manifestações pontuais, sendo sempre acusadas por ONG's e outros movimentos, de procurar apoio apenas nas situações limites de repressão, pressões, apoio material aos movimento etc. O fato é que o MST age como uma organização revolucionária de esquerda; uma organização de quadros profissionais e de mobilização de massa na luta pela terra e pela reforma agrária. Seus quadros são jovens militantes formados com base político-ideológica no marxismo e com as suas condutas orientadas através dos princípios de centralismo democrático, profissionalismo, disciplina e estudo de aperfeiçoamento militante constante. Portanto, ao contrário de outros movimentos, o MST possui estrutura orgânica interna do topo à base. Os seus assentamentos fazem parte desta estrutura orgânica com a territorialização da própria luta e seus membros-assentados se reconhecem como movimento e se identificam como sem-terra, ao passo que, como observamos na Paraíba, no Rio Grande do Norte e na Bahia, os assentamentos orientados pela CPT e pelo movimento sindical, são inorgânicos, isolados, cada um bastando-se a si mesmos. Não existe uma articulação sólida entre eles, nem mesmo para troca de experiências. Não existe uma relação orgânica com os sindicatos. Neles está ausente qualquer coisa que se assemelhe a um movimento social como processos e espaços de formação político-cidadã e de

construção de uma identidade coletiva como os sem-terra. São assentamentos, nos quais os agricultores muito mal sobrevivem. As agrovilas mais parecem favelas rurais.

Os chamados assentados são organizados formalmente numa associação local que servem a determinados interesses e estão sujeitos a intervencionismo de organismos estatais do tipo EMATER e INCRA, quando não ao clientelismo patrocinado pelas oligarquias locais. São excessões, entretanto, aqueles que se tornaram objetos do trabalho educativo das ONG's e das chamadas cooperativas de serviços técnicos contratados pelo INCRA para prestar assistência técnica e desenvolver projetos produtivos com recursos do PROCERA/PRONAF e, de outras fontes. Entretanto, a demanda tem sido maior do que a capacidade operacional destas entidades para atendê-las. A própria CPT tem reconhecido que “não está aparelhada para este tipo de trabalho”, ou seja, para criar condições para os assentados produzirem e permanecer na terra com condições mínimas e dignas de sobrevivência. (Entrevista com agente CPT - Maranhão).

Mas, ONG's, Cooperativas, MST, Sindicatos, pastorais sociais, têm realizados experiências significativas de organização dos produtores, da produção e da comercialização ainda que localizadas. São experiências que tem demonstrado a viabilidade das áreas de assentamento e da própria agricultura familiar. Com recursos de fundos rotativos e outros patrocinados por entidades de cooperação internacional, ou com recursos do próprio Estado. (PROGER, INCRA-LUMIAR, FNE/BNB, PROCERA/PRONAF, etc), se tem construído parcerias com organismos estatais em prol da “ utopia desenvolvimentista da sustentabilidade local”, da “economia sólida”, da “ geração de emprego e renda”, da “viabilidade econômico-social e ambientalmente sustentada” dos assentamentos rurais. Com recursos do Ministério do Trabalho/ Fundo de Amparo ao Trabalhador e outros, se têm atendido as demandas de formação e capacitação técnica dos assentados e outros segmentos sociais do campo: As demandas educativas são muitas. Além da educação escolar; capacitação profissional, formação associativista, cooperativista e sindical, capacitação para gestão de projetos comunitários, cidadania e relações de gênero, capacitação de técnicos e assessores. As formas são várias: reuniões, assembléias, cursos, seminários, encontros, oficinas etc. Como os recursos governamentais têm conotação de políticas sociais paliativas, ou como se diz no jargão burocrático – estatal, compensatórias, mas não só pelo montante de recursos, mas pela sua pulverização em vários programas e projetos; sempre há uma certa disputa por tais recursos públicos, muitas vezes permeada por perversos sinais corporativos, desqualificadores do trabalho de outrem.

Os resultados da aplicação de tais recursos, sejam governamentais ou de fontes das chamadas entidades de cooperação internacional, demonstram eficácia educativa da ação da ONG's e dos movimentos sociais, mesmo que localizados. Expressa-se, como pontua Gohn (op. cit.; 148) na reelaboração de saberes, em que a experiência passada dos camponeses são confrontadas com novas necessidades de planejamento, gestão e controle da produção, em bases familiares ou cooperativadas. Tal aprendizado, portanto, ao se materializar em novas formas de trabalhar a terra e organizar o processo produtivo, pode resultar na produção de novos saberes que poderão se tornar novas forças produtivas. Assim, para o próprio MST, a inserção dos assentamentos numa economia de mercado tornou-se uma frente de luta; assim, como a necessidade de educação escolar, incluindo a escolarização e alfabetização de jovens e adultos, se tornou tão importante como lutar pela terra e conquistá-la. Nos cursos, nos seminários e outros espaços criados com a apoio de ONG's e dos próprios movimentos, como o MST, os camponeses aprendem a discutir seus problemas, a participar das decisões que lhes dizem respeito, aprendem a propor, a negociar, a construir acordos e consensos. Nas relações com o outro e com o mundo externo, colocam-se para além do

localismo dos assentamentos, como portadores, pelo menos no discurso das lideranças, de uma cultura política de participação. No exercício desta aprendizagem da participação, os membros dos movimentos aprendem na relação quase sempre conflituosa com aqueles que exercem o poder político-administrativo, aprendem pelo exercício repetitivo de ações rotineiras que a burocracia estatal lhes impõe; aprendem no dia-a-dia a perceber a estrutura de classe da sociedade pela própria diferença como cada grupo social é tratado pelo Estado e aqueles que exercem o poder político, quanto as suas demandas; aprendem também nas interações com assessorias que apóiam os movimentos; aprendem pela desmistificação da “competência dos doutores de gabinete” e pelo desvelamento dos interesses dos diferentes grupos e camadas sociais. Para Cohn, trata-se, portanto, mas só de um processo de aprendizagem individual, de um desenvolvimento da consciência de cada indivíduo. Trata-se de uma aprendizagem coletiva, já que as práticas reivindicatórias, e também propositoras, servem não apenas como indicadores das demandas e necessidades de mudanças, podendo reorientar as políticas e os governantes em busca de legitimidade.

As próprias práticas reivindicatórias passam por processos de transformação, tanto nas estruturas das máquinas burocráticas estatais, quanto nos próprios movimentos sociais, já que são práticas relacionais. Disto resultou reorientação das práticas tecnoburocráticas estatais, tornando-se menos coercitivas, particularmente na transição operada através de processos constitucionais, sob os quais ONG's e movimentos sociais fizeram-se reconhecer como interlocutores válidos (Gohn, 1994: 50-53). Uma das transformações que ocorreu nesta relação das ONG's e certos movimentos sociais foi a própria despolitização das ações destes movimentos e de suas demandas, cujas soluções são vistas (ou transformadas) pelo Estado, em soluções e respostas meramente técnicas. Este fato desqualifica a própria política de participação dos movimentos sociais, os quais na busca de resolver a “questão social” no plano meramente local, pretendem o desenvolvimento local sustentado fora ou à revelia do poder político local, em detrimento da própria cidadania política dos camponeses. A própria natureza e funções do Estado é esquecida. Se o próprio Gramsci com sua noção de Estado ampliado foi engavetado, há um esquecimento ou uma desaprendizagem de que o Estado “não interventor” e sua “exterioridade” com relação à sociedade civil, não passa de uma ilusão intelectual e uma aparência, já que a sua função é justamente a preservação de determinadas relações sociais na sociedade civil ou mesmo, no que Habermas chama de mundo da vida (Fiorentino: 1984: 9).

Desaprende-se que o Estado é um componente necessário das relações sociais e que define a própria noção de sociedade que Habermas concebe com sistema e mundo da vida; que além de sua função econômica de criar e recriar condições para a acumulação privado-capitalista, preservando as relações sociais de produção, e portanto, a estrutura de classes sociais; é sua função de garantir as condições de harmonia social necessária à contínua realização dos processos de trabalho criadores de valor. Portanto, ampliadores de base material de reprodução da própria sociedade; mesmo que seja em detrimento de sua reprodução simbólica gerando não só patologias de perda de liberdade e de sentido, também déficit de reprodução material das classes menos favorecidas e, até déficits democráticos já que fome, miséria e exclusão social não criam o cidadão, não gera mobilização, não favorece participação política consciente. Esta despolitização da ação das entidades e certos movimentos sociais, qualifica-se não só porque há um certo desprezo pela política propriamente dita, mas porque na interação direta com os aparelhos político-administrativos do Estado, este materializa a sua função legitimadora, sem a mediação das instituições propriamente políticas (partidos e representantes políticos). Significa dizermos que o Estado apresenta-se com um discurso defensor dos interesses das comunidades rurais, com um

discurso participativo, diluindo a percepção de sua função de preservação das condições que privilegiam os interesses dos grupos sociais dominantes. Nesta direção tenta incorporar propostas progressistas e o discurso contestatório das ONG's e movimentos sociais. Esta função de capitação ideológica dos grupos e subalternos organizados, desideologiza e despolitiza as bandeiras e as lutas dos movimentos sociais, materializando-os no próprio discurso justificador de programas e projetos de cunho social. Assim, pode-se ter a ilusão de maior democratização das relações entre estado e sociedade, quando o Estado e mesmo agências chamadas multilaterais como BID, BIB, IICA e outras, acenam a participação de ONG's e movimentos, como parcerias na concepção, gestão e controle de políticas públicas. Na verdade, por trás das parcerias e políticas participativas, materializam-se as orientações neoliberais de filantropização da questão social, de terceirização (privatizações) da execução de serviços indispensáveis aos grupos mais pobres e excluídos da sociedade desincumbindo-o de políticas sociais para além de medidas compensatórias, senão paliativas para “harmonizar” conflitos sociais. Por trás do discurso de descentralização, municipalização e desenvolvimento local sustentado, pode estar embutida uma estratégia de “guetização” das ONG's e dos movimentos sociais no local, afastando-os das grandes questões nacionais, dos profundos problemas estruturais e longe das decisões políticas de fato que estão nos executivos e legislativos, no sistema político.

2.4. O MST, ONG's e a Política

Apesar da importância educativa apontadas anteriormente na ação da ONG's e movimentos sociais, inclusive sinais de mudança na cultura política, principalmente de esquerda, expressa, de certa forma, por um descentramento no campo ideológico, abraçando novas temáticas, abrindo-se para o diálogo e para o debate público e contribuindo para institucionalizar, pelo menos formalmente, uma cultura política de participação; há no entanto, um esquecimento de que esta cultura política depende do fortalecimento da democracia política para efetivar-se de fato. A regra é que, fala-se em todo tipo de educação, menos de educação política, de participação política, de cidadania política, de educação para o exercício do poder político. Na verdade, assiste-se a uma espécie de transformismo, uma espécie de revolução passiva sob a batuta do Estado e das agências chamadas multilaterais, em que a revolução dos interesses” transformados em direitos sociais dos organizados, parece prescindir de rupturas políticas. A função dos partidos políticos parece dissipar-se, procura-se destroná-los, incluindo as organizações sindicais, em favor do movimentos sociais e das lutas por direitos (Vianna, 1993: 193). Há uma espécie de “americanização” dos movimentos sociais no sentido de que nos relata Paulo Freire, em sua “Pedagogia da Esperança”, basta percorrermos a rodovia entre União dos Palmares e Maceió, em Alagoas, para percebermos um acampamento atrás do outro, alternando-se bandeiras vermelhas do MST e bandeiras verdes do MT. Justapostos, não existe entre eles nenhuma discussão e busca de ações comuns. Que interesses dividiriam esses arautos da “revolução camponesa”. Em entrevista ao Jornal do Comércio (Recife, 01.09.95), Hermínio Canova, dirigente da CPT, afirmava que a formação desses grupos independentes era um indicador do agravamento dos problemas no campo, como a fome e a falta de terra para plantar e que o lado positivo desses grupos mostra a capacidade de reação e luta dos trabalhadores. Mas, porque reagem divididos; pulverizando a luta pela terra? Para Elizabete Godinho, também em entrevista àquele Jornal, o lado negativo dessa fragmentação é que o Estado reage com mais violência contra grupos menores.

Esta assessora da CPT, afirma que esta entidade não acredita nas promessas de Reforma Agrária do Presidente Fernando Henrique Cardoso e entende que não há como conter as ocupações. Já Marluce Melo, também assessora da CPT, em Pernambuco, diz que ocupar as áreas é a única alternativa que resta aos sem-terra (idem, ibidem).

Matéria publicada pela Folha de São Paulo, em 24.09.95, dá conta da existência de vários grupos autônomos, cujos “líderes recorrem à retórica de práticas de extrema esquerda” e se “consolidam principalmente no Norte e Nordeste”. A matéria é assinada por George Alonso. Segundo este repórter, ainda que muitos simpatizem com o PT, os nossos sem terra agem freqüentemente fora do controle do partido, praticam ocupações espetaculares, falam em revolução, minimizam a atuação nos canais institucionais, desprezam negociações com o Governo e não crêem que o MST – que tem laços estreitos com os petistas – vocalize as novas demandas. Segundo este articulista da Folha, dos 118 conflitos de terra em curso no país, só em 1995, envolvendo 31,4 mil famílias, o MST reconhece que apenas 89 acampamentos estão sob o seu controle. Dá conta de que tem aumentado dissidências e que diversos grupos têm planos de se organizar a nível nacional. Um exemplo apontado é o Movimento de Luta pela Terra, com alguns dirigentes ligados ao PC do B, outro é o Movimento Democrático dos Sem Terra (MDST). Em entrevista a este jornalista da Folha, o secretário agrário do PT, Rogério Sotteli, diz que este fenômeno é recente e que, certamente, é resultado do desemprego e da volta de famílias ao interior.” Vê duas vertentes que explicam a formação de novos movimentos; uma com origem nas divisões do MST, como é o caso da ocupação da fazenda Santa Elina em Corumbiara, Rondônia e, outra vertente representada pelo nascimento de movimentos espontâneos. Já vimos que o MLT nasceu na Bahia e que o grupo de Corumbiara, denominado do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) atua no Nordeste, pelo menos no Maranhão e em Pernambuco). Na mesma reportagem da Folha, dirigentes do MST, em São Paulo, afirmam que não cabe ao MST o monopólio da luta pela terra. Para os grupos dissidentes é como se o MST tivesse “endireitado, fazendo o jogo com o governo”. Na verdade, segundo o jornalista da Folha, embora o MST tenha uma crônica passada de ações radicais, procura atualmente conciliar as suas posições de esquerda com o quadro institucional do país. O fato é que o quadro que se desenha é a própria concorrência entre movimentos como é o caso do MLT e do MST no sul da Bahia. Conforme matéria publicada pelo Jornal A Região (Itabuna, 29.05.95), líderes do MST ocuparam o trevo da BR 101, na estrada de Itabuna, e ameaçaram a invasão de uma fazenda, cujo desapropriação vinha sendo reivindicada por este movimento. Segundo aquele órgão da imprensa sul-bahiana, tal manifestação foi precipitada em função do INCRA ter desapropriado uma fazenda para outro grupo de sem-terra ligado ao PC do B. Conforme entrevistas que realizamos na região cacauera da Bahia (agosto de 1998), tal disputa chegou a limites injustificáveis: um movimento ameaçar invadir uma área já ocupada por outro movimento. “Na verdade não foi o MST que ameaçou invadir a área do MLT, foi o contrário: “é a prática do MLT, eles procuram fazendeiros falidos que não querem mais saber de cacau, pois não dá preço, endividados com os bancos e coisa e tal. Acerta tudo com o fazendeiro e antes de invadir a terra, , é um bom negócio, né? E um fazer de conta que invade, e os proprietários saem ganhando, se livra da terra e das dívidas”(líder do MST no sul da Bahia). Outro entrevistado pertencente a equipe da CPT, Diocese de Itabuna, lamenta tais disputas e afirma que apesar de certas divergências com o MST na região desde suas primeiras ocupações em 1989/1990, sempre houveram entre organismo pastoral e o MST um clima de diálogo e cooperação em termos de solidariedade nos movimentos de ocupações. Quanto as ações da CPT na região afirma que, o “trabalho está um pouco parado, por falta de recursos” , mas “que a CPT tem conseguido apoiar a luta pela terra e acompanha assentamentos em onze municípios. Atua

principalmente com mulheres, jovens, assalariados e geração de renda. Com as mulheres, trabalha a questão da saúde reprodutiva, a questão de sua participação nas associações dos assentamentos e com grupos de geração de renda” (Agente da CPT – Itabuna)

No Maranhão, entrevistamos em agente da CPT – Coordenação Estadual e duas lideranças do MST. Não foram identificados conflitos entre estas duas entidades. O agente da CPT falou das dificuldades de recursos para acompanhar cerca de 162 conflitos, realizando pressões e organizando os camponeses com vistas a desapropriação da terra, por estes reivindicados. A Coordenação Estadual, segundo o entrevistado, apóia e assessora os CPT’s diocesanas que realizam este trabalho. Além disso, a CPT – Maranhão procura realizar um trabalho de incentivo à produção nas áreas de assentamento; procura realizar uma ação também de organização e formação sindical, apóia o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais presta apoio e solidariedade à cerca de 132 viúvas de lideranças sindicais que lutam contra a impunidade no campo. O entrevistado da CPT, embora afirme que a convivência com o MST e a FETAEMA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão) seja de cooperação; entretanto, fala que de certa forma o MST gostaria que a CPT ficasse à seu serviço. Identificamos, através de assessores da Rede Frutos do Cerrado que, na região de Imperatriz, existe a presença do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra).

Na verdade, mais que uma fragmentação de movimentos na disputa pela representação dos sem-terra, ao lado de uma pedagogia ativa e criadora, uma pedagogia em que, se experimenta a esperança com um sem-número de projetos no campo da produção e da comercialização, da educação e da saúde, da cidadania e da solidariedade, de interação cooperativa e de preservação do meio ambiente levados a efeito por ONG’s e certos Movimentos sociais, incluindo o próprio MST, como vimos anteriormente, se tem o surgimento de surtos friorentos corporativistas e sectários. Estes surtos contrariam a unidade na diversidade da forças progressistas que atuam no campo, na luta pela terra e na terra para sobreviver, principalmente no Nordeste, onde a malvadeza das estruturas sócio-econômicas ganha cores mais fortes através da fome, da indiferença das elites e oligarquias políticas para com o genocídio da “indústria da seca” e da mortalidade infantil que, em 1992, chegou a níveis só comparáveis aos países mais pobres da África como Benin e Senegal, 148 mortes em cada mil nascidos (Tribuna do Norte, Natal, 01.01.1995). Ora, ao que parece há um retrocesso de certas tendências ou grupo de esquerda albergados na CUT e no PT no sentido de um passado revisitado e expresso pelo espírito de seita que impede a tolerância recíproca e cooperação, numa melhor compreensão de um momento histórico brasileiro. Há, portanto, uma contração político-ideológica, ao invés de uma descentração que leve a reflexão teórica e contínuo confronto entre teoria e prática, superando tanto “basismo” quanto “vanguardismos”. Também uma descentração normativa do ponto de vista da convivência com as diferenças, capaz de superação de posturas rígidas e autoritárias que podem retardar ainda mais as mudanças necessárias. Mudanças essas que depende de uma compreensão de causas que tornam o sistema político impermeável à reformas sociais e políticas, como é o caso da reforma agrária, que a torne de fato um projeto, alternativo e moderno de inclusão social de milhões de pessoas sem alternativa de sobrevivência numa economia de mercado cada vez mais excludora e competitiva. Sobretudo, que a reforma agrária é um problema estrutural e que, por isto mesmo, está a acima de qualquer faccionismo e sectarismo político-ideológico avesso à uma política de alianças e à democracia política. Portanto, não basta, “ocupar, resistir, produzir”, é necessário fazer política, é necessário ter uma forte representação político-parlamentar que reduza a força dos ruralistas que, só no Congresso Nacional, têm cerca de 80 representantes eleitos com os votos dos camponeses, inclusive dos sem-terra. Se este é primeiro passo não só para se pensar em colocar a Reforma Agrária de fato da agenda

do Estado, transformando a questão agrária num impasse político, já que a sua resolução depende de uma política de negociação e alianças, para reformar um Estado pré-moderno “capturado” pelos interesses clientelísticos das oligarquias, os movimentos sociais precisam fazer urgentemente política, precisam superar uma “falsa” autonomia com relação aos partidos políticos. O MST parece que nos últimos tempos vem compreendendo isto, sobretudo, que a democracia social não pode se realizar à margem da democracia política. É tanto que, nas últimas eleições, tentou se eleger 20 deputados federais para reforçar a sua atuação legislativa e confrontar a bancada ruralista no Congresso, incluindo candidatos do PT, PSB e PV. Também a CPT, como é o caso da Paraíba, procurou sair do “purismo” e fez campanha acirrada nas áreas de assentamento, elegendo um deputado estadual. Exemplos que significam sinais de mudança. Entretanto, não basta fazer “política” só em épocas eleitorais, à semelhança das oligarquias políticas locais e regionais. Com isto o MST procura ganhar força como um movimento propriamente político e modernizador atingindo os alicerces do sistema, questionando a concentração da propriedade como anti-social e anti-democrática e ao mesmo tempo realizando um processo de ressocialização nas áreas de assentamento, propondo projetos de cooperação, novas formas de produzir e de viver, reinventando o mundo camponês em bases modernas, mostrando a viabilidade e a eficiência da agricultura familiar na idéia de retornos econômicos modernos e reciprocidades sociais (Martins, 1997:71). Experiências deste movimento no Nordeste, bem como outras experiências como a da AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo), no Rio Grande do Norte, mostram que é preciso abandonar a fixação de uma coletivização incompatível com a cooperação familiar e sua compreensão em outros planos de organização de novos processos de produção e convivência solidária de base comunitária produzindo sociabilidades novas. É claro que, como disse um agente da Central Estadual de Associações de Assentados e de Pequenos Produtores de Alagoas (CEAPA), que “o reforço à produção econômica nas áreas de assentamento reduz a dependência dos assentamentos ao clientelismo e ao poder de mando das oligarquias locais (entrevistado, técnico da CEAPA – AL). Mas, temos que convir que a superação dos níveis de pobreza e de miséria não geram espontaneamente consciência política. É preciso perguntar porque em áreas de concentração de assentamentos sob a influência do MST, com forte presença de organismos pastorais, sindicais e ONG’s, como é o caso da região de Touros/João Câmara no Rio Grande do Norte, as prefeituras, as câmaras municipais e os conselhos gestores de políticas e fundos públicos estão hegemonicamente controlados e ocupados pelas oligarquias políticas locais? Por que as demandas de educação de saúde, de apoio à agricultura, de infraestrutura econômica e social básica não constam, como deviam nos orçamentos municipais? Por que um movimento com o poder de mobilização, como o MST, termina reforçando o clientelismo político local, mendigando na porta das prefeituras cestas básicas, a contratação de uma professora ou mesmo material escolar e merenda para manter a precária escolinha do assentamento? Nesta região, 15 dias após as últimas eleições, as mesmas que o MST resolve, pela primeira vez, investir oficialmente para fazer frente à bancada ruralista no Congresso, decisão acompanhada de ocupações, marchas, como a espetacular “Marcha para o Brasil” que chamou a atenção da mídia e da opinião pública (O Globo, 08.07.1988), estivemos entrevistando os camponeses dos assentamentos desta região potiguar. Entrevistamos cerca de 40 pessoas eleitoras nos assentamentos Boa Sorte (João Câmara), Zabelê (Touros), Santa Terezinha (João Câmara), Marajó (João Câmara), e Santa Vitória (São Bento do Norte), todos assentamentos conquistados com muita luta entre 1989 e 1995. Centramos as nossas entrevistas à votação no candidato a Presidência da República. Dos 40 entrevistados, apenas 06 pessoas, e que eram lideranças de associações, disseram ter votado “no Lula”, apoiado nacionalmente pelo MST.

Os 34 restantes, entre mulheres e homens, e que eram simplesmente assentados, disseram ter votado no “homem”, no “homem do Real” , ou seja, na reeleição do candidato do PSDB/PFL/outras agremiações. Tal exemplo é a regra, não a exceção.

As eleições municipais de 1996 confirmaram a generalidade desta regra, segundo. O Seminário de Análise da Conjuntura Pós-Eleitoral do Nordeste Brasileiro, realizando em Recife, de 28 a 30.11.96, organizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Deste Seminário participaram cerca de 50 pessoas, a maioria pessoas ligadas às ONG's. Entre, outras questões, identificou um crescimento das forças progressistas no Nordeste. Entretanto, tal crescimento não significou a quebra da hegemonia das forças políticas nacionais. Identificou que o PFL perdeu em muitas capitais, mas se fortaleceu nas cidades do interior nordestino. Observou-se, entre outras coisas que: a cultura política tradicional de compra de votos, do uso da máquina na pública e, até a continuidade da difusão da violência, foram práticas presentes nas disputas eleitorais, que lideranças e caciques tradicionais migraram para vários partidos e siglas de aluguel, utilizando-se dessa estratégia para manter a sua hegemonia; que a tática eleitoral da direita, entretanto mudou, abandonou as promessas e na compra de votos deixou para fazê-la às vésperas da eleição, sendo que o voto como mercadoria é reforçado num quadro de recessão e desemprego (EQUIP/FASE/AFBNB, 1996: 1-7)

Do ponto de vista das esquerdas, os mesmos participantes do Seminário observaram que: o crescimento das esquerdas é representado pelo número de parlamentares eleitos, por todo o interior dos estados, disputa em todas as capitais, indo para o segundo turno em algumas e representando a terceira força mais votada; consolidou o discurso e a prática da gestão participativa. Resultados nas capitais: Salvador e Recife ficou com o PFL, Fortaleza, João Pessoa e Aracajú com o PMDB, Teresina, Natal, e Maceió com o PSB e São Luiz, com o PDT. Entretanto, um dos palestrantes do Seminário (Paulo Décio, UFAL) considerou que o resultado político do PT, qualitativamente foi mal nas eleições. Este partido, segundo o palestrante, embora tenha dobrado o número de prefeituras, perdeu outras importantes, como Ribeirão Preto, Santos, Diadema e São José dos Campos, que eram o modelo petista de governar.

Observa-se, ainda, as seguintes problemáticas: distanciamento ou abandono do trabalho de base e das lutas cotidianas, privilegiando-se a ação institucional parlamentar; dissenso entre o discurso e a prática levando a uma desconfiança na base social; imediatismo e o privilégio da propaganda nos processos eleitorais, secundarizando-se os projetos ideológicos e programáticos; disputas internas fratricidas e o culto à personalidades assemelhando-se às práticas da política autoritária e tradicional, entre outras (idem, ibidem)

O mais curioso quanto aos resultados desse Seminário é que se constata que campo dos movimentos sociais não está diretamente vinculado à esquerda. Ora, se não estão diretamente vinculado à esquerda, estão vinculado a que? No documento do Seminário não há resposta, mas conclui que: “há necessidade de uma aproximação entre os partidos de esquerda e esses movimentos sociais, assim como, os movimentos precisam também buscar essa aproximação, cuidando de não ferir a autonomia de ambos”. A “esquerda desprestigiou o trabalho base em detrimento do parlamento, o que levou a uma perda de interlocução com sua base social e redução da prática política, principalmente durante o “período eleitoral” (Idem, p. 5-6). O que é mais grave é que um dos participantes e palestrante do Seminário, membro de uma ONG de Sergipe diz textualmente que: “Dentro da perspectiva de ação dos movimentos via partido, a coincidência está na proposta de interiorização e em referência que os movimentos podem ter com os partidos que tenham um discurso mais aproximado de sua prática, das demandas que o movimento coloca para a sociedade. Até porque hoje, os

movimentos sociais têm uma noção de problema da população um pouco mais clara do que os partidos políticos. “Sem comentários! O pior: com “a Constituição de 88, ficou claro que os movimentos sociais, obrigatoriamente não precisam ter uma referência de “esquerda” (grifos do autor) para atuar em nível local. O partido político é um canal, mas não o único, de participação e canalização de demandas populares. Isso porque foi criada uma série de instrumentos: entre outros, conselhos, orçamento participativo, fóruns onde os movimentos podem ter uma ação direta e chegando ao poder local independente dos partidos. É bem verdade, apesar de haver quem questione, que uma administração progressista, tendo a facilitar as coisas. Contudo, mesmo em administração não progressista os movimentos, a depender de sua capacidade de formulação, elaboração e organização de políticas, podem e devem criar interlocução com esse governo, porque esse espaço é um espaço de conflito e não tem dono (sic!). Portanto, deve ser disputado” (idem, *ibidem*). Ainda: os “movimentos sentiram a necessidade de mudar algumas coisas dentro de sua práxis para continuar existindo, como por exemplo, deixar de fazer um trabalho miudinho na comunidade, onde ia-se no dia-a-dia conscientizando as pessoas. (...). Outra característica presente atualmente nos movimentos sociais é a preocupação com as políticas públicas. Hoje há uma necessidade de se capacitar, para propor, monitorar, elaborar algumas políticas que irão beneficiar as populações que se pretende representar. Parece, inclusive, que o discurso que está orientando essa nova prática é um discurso baseado na cidadania enquanto estratégia política, que vai além fato de ter direito de garantir direitos” (idem, p. 16)

Conforme tal discurso, a participação nas decisões locais independe de quem hegemoniza o poder local; que para os movimentos diluiu-se as fronteiras esquerda-direita, que tanto faz Paulo Maluf como Luíza Erundina, que tanto faz Cristovão Buarque como Joaquim Ruiz, que tanto faz Arraes como Marco Maciel. Ainda e, entre outras coisas, que o repertório das ações diretas criou seus próprios espaços de participação para se chegar ao poder local independente dos partidos e que se disputa o poder local sem o poder político local, independente de quem esteja nas câmaras de vereadores e nos executivos municipais. Se for assim, as ONG’s e os movimentos sociais, nada estão fazendo para mudar a cultura política local e muito menos aquela das relações de dependência dos camponeses com as oligarquias rurais. Aliás, o abandono do “trabalho miudinho na comunidade”, de “conscientização” significou um abandono da política propriamente dita, significou a despolíticação do trabalho das ONG’s e de certos movimentos sociais. Por trás da “qualificação” técnica e da “preocupação com políticas públicas” ... que irão beneficiar a população que se pretende representar” não estaria existindo uma espécie de cooptação velada das ONG’s pelas agências multilaterais e pelo Estado?. Em nome de que tipo de parceria, se tem uma terceirização de serviços públicos, da qual certas ONG’s e movimentos dependem para sobreviver e pagar aos seus técnicos ou mediadores.

Se a questão é manter as ONG’s como fonte de empregos e se estes empregos depende de sua competência e intervenção “nas políticas públicas”, para que falar de política partidária para os camponeses, porque mexer ou disputar o poder político local, se tais empregos e ações educativas no campo das políticas públicas dependem da câmara, do prefeito, do governador, do secretário de Estado, do deputado, do Senador do PFL e de outras agremiações de aluguel das oligarquias políticas locais e regionais?

Fala-se até de cidadania como estratégia política, sem se falar de democracia política como estratégia política. Quanta ficção! Cidadania, sem adjetivo (cívil? social? política?, ou as três?) vai além do fato de se ter direito ou garantir direitos. Podemos nos perguntar em que manual de ciência política, tão brilhante fórum de análise conjuntural de representantes de ONG’s de Nordeste, está buscando referências teóricas? Pelo discurso, bem

sabermos que nos manuais de vulgarização do marxismo não é. Onde estariam tais referenciais. Pelo discurso, em que aparece a diluição da fronteira esquerda-direita e sublimarmente a idéia do fim da ideologia e um poder político que não tem mais, webericamente falando, legalidade própria, a referência estaria na ideologia neoliberal que vai se difundindo e penetrando suavemente em nossos demiurgos de políticas públicas que pretendem reformar o Estado capturado pelas oligarquias e, mesmo mudar as relações entre este Estado e a sociedade sem a política, sem partidos, sem forte bancada parlamentar e, até para além do fato de ter ou de garantir direitos. Desta forma, os camponeses e as massas populares em geral beneficiárias das “cestas básicas”, dos projetinhos de geração de trabalho e renda, só poderão continuar votando nos donos do poder político - e, por coincidência, econômico - de sempre; podendo até ajudar a ampliar a bancada ruralista dos cerca de 180 deputados federais.

O referido documento do Seminário, fala que o crescimento eleitoral dos partidos progressistas depende de um trabalho de formação e vinculações destes com “setores populares e democráticos” (idem, *ibidem*: 5). Entretanto, nas recomendações, no item formação/capacitação, fala-se na criação de uma rede de formação em nível locais, realização de seminários no nível local para discutir a conjuntura pós-eleitoral, conciliar a formação voltada para ocupação dos espaços institucionais com aquelas voltadas para os espaços políticos globais, para dar um caráter mais formativo, já que há uma tendência “tecnicista” (orçamento, programas de desenvolvimento, etc). Entre outras sugestões: formação para questões de gênero, meio ambiente e etnias. Não se falou explicitamente em formação política e nem que tipo de formação política é necessário implementar. Mas fala-se de projeto político-popular, de projeto socialista e até de projeto socialista, plurétnico e popular. Não se falou, entretanto, em democracia política. Esta não é uma categoria do discurso dos participantes daquele Seminário. Nem dos palestrantes e nem dos seus interlocutores; nem das explanações e das oficinas e nem das recomendações. Não se falou de articulação da democracia social desta “esquerda social”, com a luta pela democracia política, pela sua consolidação e alargamento, inclusive com o efetivo funcionamento dos mecanismos da democracia sem-indireta institucionalizados pela Constituição de 1988 e, destas duas com o socialismo.

Apesar de tantas lutas para conquistar a democracia política, no chão da qual os movimentos sociais cresceram a nível nacional e até se institucionalizaram, não vê nos discursos, apesar das preocupações com as conquistas eleitorais das esquerdas, uma intenção de lhe dá uma dimensão estratégica e permanente. Sem a valorização da democracia política com um fim em si e como projeto político estratégico, a própria cultura política de participação reivindicada pelos movimentos sociais perde o seu sentido em termo de superação de cultura política de subalternidade e clientelismo. A não ser que ela se restrinja a democratização dos sindicatos, movimentos e de outras organizações populares que, tem sido uma preocupação salutar de seus dirigentes e lideranças. E, os próprios instrumentos ou canais de participação de que se falou anteriormente (Conselho referendo, iniciativa popular de projeto de lei etc) perderia de certa forma a eficácia na transformação da cultura política vigente, considerada autoritária. Um exemplo emblemático disto pode ser a própria situação dos Conselhos Municipais.

Uma pesquisa sobre a situação destes Conselhos no Rio Grande do Norte, realizada pela Pastoral da Criança da Arquidiocese de Natal, em 1999, constata que essa importante conquista da sociedade civil, inscrita na Constituição, não tem se tornado em mecanismos capazes de limitar o predomínio dos interesses particulares, corporativos e eleitoreiros sobre o interesse público. Esta pesquisa abrangeu 157 dos 166 municípios daquele

Estado, correspondente a 94,5% do universo total. Foram identificados 302 Conselhos. Um dos objetivos desta pesquisa foi observar a sua capacidade de se constituírem em mecanismos participativos de controle social e de produzir mudanças na gestão das políticas públicas. Resultados: verificou-se que a grande maioria dos Conselhos no Rio Grande do Norte foi constituída muito mais para cumprir uma formalidade do que para garantia de repasse de recursos federais, do que um efetivo instrumento de democratização das decisões no âmbito de cada área de políticas e, que, os membros que participam desses Conselhos possuem pouca informação, capacitação teórica, técnica e política necessária ao exercício da participação nestes fóruns de negociação e gestão da coisa pública. Ainda, defrontou-se com uma realidade que exige vontade política dos governantes para democratizar as próprias relações de poder e abrir-se à participação popular que implica em se disputar o próprio poder político e, fortalecer e qualificar as instituições da democracia política (Arquidiocese de Natal, 1999).

Mas, a própria pesquisa já demonstra a preocupação de certas instituições e entidades da sociedade civil, nestes aspectos, incluindo a formação de conselheiros e a constituição de fóruns de conselheiros societário de âmbito municipal como é o caso de Guarabira (PB), entre outras iniciativas. Bom, se uma cultura política de participação exige não só atenção quanto ao conjunto do sistema político e para além dos aspectos de out put, isto é, das práticas do aparelho administrativo incumbido de execução das discussões; exigindo, portanto, também cidadãos ativos no sentido de ter capacidade de debater idéias, apresentar e defender propostas e ter competência para tomar decisões, então, há necessidade de um amplo processo formativo a partir das bases destes movimentos.

Inclusive com objetivo não só de disputar e controlar fundos públicos no âmbito de Conselhos, e mesmo no sentido de democratizar as próprias organizações populares, também no sentido de disputar o poder político local, ampliando e qualificando a representação política das classes subalternas do campo. Portanto, se estas necessidades ou preocupações já se fazem presentes nos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, elas remetem à problemática da socialização política.

2.5. O MST, ONG's e a Problemática da Socialização Política

Não existe uma única maneira de se pensar a questão da socialização política das classes subalternas. Ela envolve posições político-ideológicas. Entendendo que a pluralidade de concepções e pontos de vista existentes é um fator de riqueza e aprofundamentos sobre o tema, procuramos expressar, o nosso modo de encará-lo a partir da hipótese de que a ONG's e os movimentos sociais e outras entidades e organizações populares da sociedade civil deixaram nos anos 90 de realizarem um trabalho de educação propriamente política, seja decorrente da profunda crise político-ideológica relativo as referenciais marxistas de transformação social, seja pelas dificuldades, também de caráter político-ideológico, de construção de um projeto político que tenha como referencial a democracia política como valor estratégico, permanente e impulsionador das energias do processo de democratização social. Neste sentido, realizam um trabalho despolitizado que restringem o alcance dos movimentos e lutas sociais de superação de uma cultura política clientelista e de mando, por uma cultura política de participação de que são portadores.

Ao agirem de “costas” para a política propriamente dita, ou melhor, para a democracia política, ao alhearem-se à política partidária e a outras instituições da democracia política, também limitam a cidadania política dos camponeses e outros setores subalternos do

campo. Falam de democracia participativa, de democracia radical, de democracia substantiva, a qual deve articular o micro e o local com o macro e o global, desde o processo de socialização primária e democratização da vida cotidiana, mas não se fala em democracia política e na importância de suas instituições para a real substantivação dessa democracia como forma. E para que, isso ocorra, nos parece que é necessário construir condições, desde o local e no âmbito da vida cotidiana apura que o “povo”, os “camponeses” construam-se também como cidadãos políticos (pedimos desculpas pela redundância), que se construam processos educativos capazes de qualificar não só os serviços públicos, oferecidos pela face provedora do Estado, mas também os processos eleitorais e a representação política dos seres subalternos do campo, em todos os níveis possíveis. É difícil mudarmos uma cultura política sem o exercício da política propriamente dita em todos os níveis. Ir além do reivindicativo com soluções propositivas é também atuar de forma qualificada e quantitativa (a cada cidadão um voto), nas instituições de mediação como o parlamento; passando necessariamente pelo sistema de partidos políticos, pela formação de blocos político-parlamentares de mediação e comprometidas com as demandas dos “de baixo” .

O fato é que, se tem um cenário em que o processo de socialização política dos camponeses e de outros setores subalternos do campo, tem ocorrido, nos termos de José de Souza Martins (op. cit. p. 32), pelo atalho não-político da resistência local, permanecendo excluídos dos mecanismos de expressão e representação política. De certa forma, esta situação é reforçada pela mediação de instituições e organismos da sociedade civil, algumas delas alheias a política partidária e, pelos próprios movimentos ao privilegiarem os mecanismos de ação direta. Tudo se passa como se a democratização social não demandasse a atividade partidária e a ação em outras instituições políticas previamente estabelecidas. Os movimentos sociais e outros organismos da sociedade civil têm concebido que a política não se restringe a tais instituições e procuraram institucionalizar mecanismos da democracia direta e instrumentos de controle societário dos processos e espaços decisórios. Entretanto, autores que defendem um modelo teórico-discursivo de democracia, como Habermas, têm chamado a atenção para os limites dessa “práxis democrática radical” (o termo é do próprio autor). Entre eles, o fato de que, tais atores da sociedade civil ao não possuírem poder político e nem administrativo, dispondo, portanto, apenas de uma forma de mediatizada de geração de poder, influenciam a política mediante mensagens que ao recorrer aos mecanismos institucionalizados do Estado, constitucional, alcançam os núcleos decisórios. Tal fato limitante pode levar à idéia de que a sociedade civil assuma funções que cabe ao Estado, produzindo efeitos contrários aos democratizantes desejados. Ao que nos parece este é o perigo que, principalmente as ONG’s, podem correr, vulnerabilizando o próprio poder integrativo social da solidariedade e a própria autonomia da sociedade civil, por elas reivindicados. É claro que existem Organizações Não Governamentais que são mais Governamentais.

Nesta linha de argumentação, autores que defendem a que a práxis democrática radical não deve se limitar aos canais previamente estabelecidos de amalgamação da vontade política, como Epple-Glas (1993:120), chama a atenção para o fato de que a construção de uma esfera pública politicamente influente (reivindicada pelos atores da sociedade civil) requer além de mecanismos de democracia de base, uma “alfabetização política” que possibilite, no nível local, uma vivência da noção de poder” (os grifos são do autor), (vide Costa, 1995. 60-61). Ora, tudo parece nos levar a crer que o que está em jogo neste tipo de argumentação é o próprio problema de autonomia e especificidade da política, fruto do próprio processo de secularização que levou ao surgimento do Estado Moderno. Significa dizermos que a socialização política (que não significa da política) tem a sua especificidade

própria. Por sua vez, significa dizermos que não se qualifica processos eleitorais, nem parlamentos, nem executivos e nem sequer os conselhos institucionalizados de gestão participativa e outros instrumentos de controle societário de governantes pelos governados; sem cidadãos e cidadãs críticos e competentes. Se estas instituições são estorvadas por interesse particularísticos e outros problemas que as tornam impermeáveis às demandas e a participação popular, é porque persistem os sintomas de uma cultura política de sujeição, autoritária, clientelista e mandonista, senão pré-política. Entretanto, uma cultura política deste tipo pressupõe questões que não estão só circunscritas às oligarquias locais conservadoras e corruptas; pressupõe antes de tudo, a persistência de gramáticas políticas ou padrões de relações sociais autoritárias governados por determinadas concepções de mundo, valores e crenças que abarcam o conjunto societário ou mentalidade da média do conjunto dos cidadãos/semicidadãos. Não por acaso, é comum na literatura sociológica, encontrarmos autores que não só identificam um certo alheamento do campesinato e outros grupos subalternos do campo com relação à política, como também de certos setores organizados da sociedade civil avessos à democracia política e, particularmente à política partidária, os quais agenciam tais seres subalternos e se postam como mediadores destes, com relação a face provedora dos Estados, reforçando aquilo que denunciam ao privilegiarem as vias não-políticas de intermediação de demandas sociais. Ao não colocarem a centralidade da política nos processos de mudanças sociais (e políticas) que reivindicam e pelas quais arduamente lutam, até porque têm dificuldades de conceber, por razões diversas, a democracia política com valor estratégico, não sentem necessidade de um arrojado processo de educação política que contribua com a conquista da cidadania política por aquela parte da população brasileira secularmente excluída da política e das decisões que são tornadas em seu nome e justificadas com base na sua pobreza, na sua fome, no seu analfabetismo e, em geral, na sua “incapacidade” de se tornar “gente”.

Tal reforço à emersão das classes subalternas como sujeitos políticos pelas trilhas e atalho não-políticos remetem à questões relacionadas à tradição política brasileira e à própria ação contemporânea do Estado Moderno. Neste sentido, o próprio populismo, enquanto regime político que antecedeu a Ditadura Militar pode ser considerado uma manifestação da insuficiência ou incapacidade do sistema político de processar as demandas sociais. Autores como Francisco de Oliveira, considera que a Ditadura de 1964 levou tal fato ao paradoxismo. Assim, enquanto o populismo elaborou um campo de representações políticas e um campo de organização de interesses, cheio de cooptações aos quais a classe trabalhadora e outros setores sociais organizados foram claramente subordinados e tutelados diretamente pelo Estado; a Ditadura bloqueou todo o campo de representação política. Enquanto o populismo elaborou o que numa concepção gramsciana pode ser chamado de uma sociedade política, pois era seu projeto mobilizar as classes sociais em seu favor; o regime militar pós-64 reprimiu sindicatos e movimentos sociais. Desta forma, o Estado cortou sua relação com um importante setor da sociedade civil, bloqueando a passagem entre esta e a sociedade política, cortando o acesso e as relações com a forma por excelência da política institucional que são os partidos políticos. Neste quadro a sociedade brasileira foi deslocada pelo movimento de expansão capitalista excludente e concentrador, causando uma transformação da estrutura social e bloqueando a passagem entre a sociedade civil e a sociedade política (o famoso bloqueamento entre a transformação da estrutura social e a constituição de uma nova política)” (Oliveira, 1994: 6-7). Tal fato afetou enormemente o campo da representação política e da organização de interesses, afetando a própria burguesia e levando-o para dentro do Estado. Esta poderosa transformação da estrutura social fez com que as demandas dos “de baixo” também fossem diretamente ao Estado, especialmente na forma

de movimentos sociais. Politicamente estes não têm interlocutores, o seu interlocutor de fato é o Estado, na ausência de partidos políticos incapazes de processar suas demandas, mesmo após, a instalação do Estado de direito democrático.

Esse processamento direto das demandas sociais pelo Estado é reforçado, por outro lado, pela manifestação, num contexto de regime político democrático, de uma cultura política autoritária que se reproduz na forma de populismo, clientelismo, mandonismo, corporativismo e patrimonialismo e outros padrões de relações sociais que atentam contra a própria consolidação da democracia política. Também, por uma tendência do Estado Moderno e burocrático de ampliar o seu raio de ação na sociedade sem a mediação dos partidos políticos e, até mesmo, de organismos institucionalizados de representação dos interesses como são os sindicatos. Portanto, o acesso e processamento dos interesses pelo Estado, sem a mediação propriamente política não é uma especificidade do “atraso”, mas também do “moderno”, não é uma especificidade brasileira, embora aqui seja reforçado. Estando relacionada à problemática dos obscurecimentos dos limites entre o Estado e a sociedade, cuja ação do primeiro tende a penetrar em todos os poros da segunda, o próprio neoliberalismo na sua expressão política não deixa de ser uma reação a esta intervenção estatal ampliada.

Nesta direção, Francisco de Oliveira (1988: 8-28) endossado por autores como Doimo (op. cit. p. 53-57), constatam que neste contexto de intervenção ampliada, o novo padrão de relação entre Estado e sociedade é balizado pelo fato do fundo público tornar-se o pressuposto tanto de financiamento da acumulação privado-capitalista quanto da reprodução social da força de trabalho, alterando-se, assim, a natureza dos conflitos de classe, os quais passam a girar fundamentalmente em torno do Estado. Ressalta Cardoso, (1993 apud Doimo, op.cit.p. 55) que o Estado, ao multiplicar as agências decisórias relacionadas diretamente com os interesses dos cidadãos comuns e ao posicioná-los como co-responsáveis pelas decisões políticas correspondentes, o próprio Estado lhes induz tanto a reivindicar aquilo que lhes foi posto como um direito, quanto a torná-los atores sociais diretamente relacionadas às coisas da política. Assim, o “Estado cria, nas sociedades contemporâneas, a potencialidade da reivindicação e a inevitabilidade da ação direta, mesmo em contextos onde o sistema político é profundamente democrático, com as sociedades européias. Trata-se, pois, de um novo potencial de conflitos que se manifesta mediante condutas de interlocução direta com o sistema de decisões, passando ao largo dos tradicionais formatos de comunicabilidade política (Doimo, op.cit.p.56). Estabelecem-se portanto, uma politização do social “através da qual as decisões de poder percorrem largamente nos poros da sociedade, influenciando nas predisposições culturais do senso-comum, de tal forma que, predispõe os indivíduos comuns à formação de grupos de interesse e à construção de demandas imputadas diretamente aos centros decisórios estatais” (idem, ibidem).

No Brasil, entretanto, é diferente, o Estado financia a acumulação do capital, mas não financia a reprodução social; lá, nas economias desenvolvidas, um Welfare State; aqui um Estado do mal-estar social. Lá, seus aparatos e funções com relação à acumulação ampliada e também às condições de reprodução social através de políticas sociais que levam a proliferação de formas de participação em interlocução direta com o Estado, mas balizadas por orientações universalistas e num contexto de presença de instituições democráticas estáveis. Aquí, um Estado que comanda um movimento de expansão capitalista excludente e concentrador e que reproduz formas de interlocução direta de bases clientelistas com profundo conteúdo desmobilizador. Lá, uma expansão da intervenção social do Estado, que amplia as formas de integração sistêmica e produz patologias sociais ao colonizar o mundo da vida contra as quais os novos movimentos sociais se debatem. Aquí, um Estado que amplia a sua intervenção e que produz uma integração sistêmica profundamente seletiva e

demasiadamente excludente, sobressaindo-se as patologias da fome, do desemprego, do analfabetismo etc. Lá, se luta mais contra o excesso de regulamentação; aqui se luta pela vigência e a regulamentação de direitos numa sociedade marcada pela dissociação entre as relações de produção e a relações de reprodução” (Doimo, op.cit.p.56). Aqui, há uma expressiva complexificação e diversidade social, mas profundamente desigual e marcada pela existência de uma cultura política clientelista que atenta contra à cidadania política e estorva a construção de uma esfera pública e, particularmente, pela existência de partidos frágeis e um sistema eleitoral “adaptado a interesses cartoriais e fisiológicos” (Weffort, 1990; Mainwaring, 1991; Lamounier, 1986, Doimo, 1995:57)

Entretanto, não se pode colocar num mesmo “saco”, movimentos sociais que lançam mão do repertório das ações diretas pautado nos direitos dos cidadãos e aquelas ações próprias das condutas de crise e anomia social como os grupos de seqüestros ou de extermínios, para destacar as desvirtualidades, e até perversidades de ação movimentalista. É contra exatamente a este tipo de violência que os movimentos sociais estão em ação há mais de 20 anos no país. Até, porque, ela é o produto mais refinado da violência da fome, do analfabetismo, do desemprego crônico; expressão de cenários de exclusão, senão de apartação social. É contra o extermínio de meninos e meninas de rua, que atua o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e, indiretamente aqueles que lutam pela terra e pela reforma agrária. Foi a violência instaurada pela aliança entre oligarquias rurais e capital no campo que fez nascer o MST e outros tantos movimentos “ambíguos”, navegando no oceano das contradições sociais, da antagonização dos conflitos sociais. Na verdade, estes movimentos e organizações populares do campo, atuam de forma ambivalente no sentido de atuar tanto pela via direta na sua interlocução com o Estado quanto pela via da institucionalidade. E esta forma produziu muito mais virtualidades do que decantadas perversidades.

Nesta direção, esta ambivalência se revela na própria construção da identidade, já que ela se pauta nos problemas de reprodução material do mundo da vida associados à superação de identidades estereotipadas ou mesmo à ausência ou carência de identidade sentida por determinados grupos sociais. A própria construção identitária apresenta-se como uma das virtualidades da ação movimentalista ancorada num processo de socialização política, mesmo que seja construído frente a um contendor, sem mediações propriamente políticas. Movimentos, como os Sem-Terra, apresentam esta virtualidade, frente a contendor, cuja qualidade é a pior na estrutura social política de poder do Brasil (Oliveira, 1994:18). Aqueles possuídos por uma arrogância intelectual que vêem nos movimentos sociais somente sinais perversos de corporativismo, de intolerância, de populismo e basismo, esquecem-se de que eles imprimiram virtualidades nos processos de democratização da sociedade, inclusive na política. O processo de democratização construído em bases sociais exigiu, por exemplo, que políticos que representam o que tem de mais conservador, clientelista e corrupto, coloquem-se perante a opinião pública, no intuito de recompor as suas exigentes bases eleitorais, com um discurso de participação e transparência administrativa. Se política também é discurso colocando em disputa conceitos significantes de princípios éticos e constituidores de novos patamares de reflexividade e debate público, portanto de aprendizagem social pautado na racionalização de concepções de mundo, crenças e valores; daí decorrem outras virtualidades da democratização sob bases sociais mobilizadas e que vão para além do transformismo de lideranças políticas fisiológicas e clientelistas.

Nesta direção, autores como Francisco de Oliveira (1994: 11-15), apontam algumas delas e cujos impactos nos padrões relacionais Estado e sociedade, governantes e governados, implicam na mudança de determinados valores, crenças e concepções,

sinalizando mudanças na cultura política. Se a institucionalização de nossos padrões relacionais implicam em aprendizado social; pressupõe também um processo de ressocialização política dos implicados. Portanto, uma das virtualidades, apontadas por este autor, é a possibilidade dos movimentos influenciarem na institucionalização de políticas públicas, passando estas a deixar de navegar ao sabor das conjunturas e da boa vontade desse ou daquele governante, desse ou daquele político, ou da decantada falta de vontade política, insuficiências ou déficit de recursos públicos. Ou seja, a virtualidade de dotar as políticas públicas de uma âncora institucionalizada e mais imune aos particularismos. Assim, para além dos mecanismos da cultura política participativa constitucionalizados em 1988 e de experiências como planejamento participativo e orçamento participativo, se tem a luta propositiva de políticas públicas e que incide diretamente na formatação de padrões relacionais Estado e sociedade. A luta por uma política pautada em ações permanentes de convivência com as secas, no Nordeste, com respostas institucionais, mesmo que ainda frágeis, é exemplar de avanços nesta direção. A luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais que desencadeou na institucionalização do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a luta do MST pela educação nas áreas de assentamento e que redundou na criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária), entre outros, são exemplos da capacidade dos Movimentos influenciarem na institucionalização de políticas públicas. A luta dos movimentos e organizações populares pela participação em órgãos colegiados e espaços decisórios de programas acionados a partir de agências de desenvolvimento regional, como SUDENE e Banco do Nordeste, foi uma luta que tomou corporificação institucional desde o início da década de 80.

Pelo lado das ONG's, entre muitos exemplos, destaque para o CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural), que busca interlocução com o Estado, fazendo pressão democratizadora sobre políticas públicas, o que implica na sua ação de capacitação dos representantes da sociedade civil, para intervir nos conselhos institucionais em termos de definição e implementação de políticas públicas. Nesta linha de intervenção, também o CENTRAC (Centro de Ação Cultural), de Campina Grande, Paraíba, trabalha no campo da capacitação para intervenção nos processos orçamentários municipais, com ênfase na capacitação de conselheiros societários. São exemplos também nesta linha de ação, que inclui também o monitoramento de orçamentos públicos, a ação da APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia), em Valente, Bahia; da Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC) e do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Sousa (CEAHS), no Rio Grande do Norte (Cidadão, 1997). Também o Instituto do Homem e a ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão) (Tempos Novos, 1999: 159-243).

Esse processo de capacitação é apontado por Chico de Oliveira como uma terceira virtualidade da ação democratizadora da sociedade civil organizada, não se restringindo somente às políticas públicas, mas no próprio rumo do desenvolvimento nacional. As experiências das Câmaras Setoriais têm mostrado que o processo de democratização pode levar a que os atores mais importantes da sociedade sejam capazes de intervir estrategicamente no desenho de políticas macroeconômicas. Câmaras, pactos e outros formatos de negociações e busca de acordos e consensos demonstram um aprendizado social pela capacidade da sociedade buscar soluções para problemas sistêmicos que incidem na sua reprodução material. Considerando que nos países europeus, este processo de negociação é filtrado pelo sistema partidário e que nos Estados Unidos, este sistema não apresenta esta

capacidade; a experiência brasileira tem mostrado os melhores resultados da organização do processo e de sua democratização (Oliveira, 1994:14).

Uma quarta e última virtualidade refere-se a possibilidade de influenciar na definição dos limites e das funções do Estado, apesar da orientação neoliberal dos governos quando se depauperou o padrão de desenvolvimento comandado pelo Estado e quando nos anos noventa na Europa se discute planejamento estatal e não mais neoliberalismo e querelas quanto ao tamanho ou limites do Estado. No caso do Brasil, a movimentação social da sociedade civil, ao resistir o quanto pode à política de sucateamento dos serviços públicos, acompanhada das privatizações das estatais; luta para transformar a forma estatal de assistência social, compensatória e paliativa, em forma pública e, com isto contribui para a definição do “espaço público em que o mesmo Estado se metamorfoseia em algo distinto dele no encontro com a sociedade civil, neste lugar que é o lugar do conceito de sociedade política gramsciana, nesta esfera pública” (Oliveira, idem, ibidem).

Se esta virtualidade é desenhada, apesar de todos os fisiologismos e clientelismos, não se pode desprezar o fato de que o regime político democrático tem mostrado a capacidade de abrir possibilidades de organização dos setores excluídos que estão à margem das instituições formais. O próprio processo de organização de setores sociais à beira da indignação social tem se revelado como a melhor maneira de incorporá-los à cidadania social e política, além do usufruto dos direitos civis fundamentais. Embora algo mais precise ser conquistado em termo de capacidade do sistema político, processar demandas emanadas da estrutura mediadora da sociedade civil; o próprio Congresso, já na Constituinte, mostrou-se capaz de acessar tais demandas. Embora, muitas demandas cheguem na forma clientelista, a Constituinte mostrou que este tinha capacidade de filtrá-las, o que demonstra que sua qualidade nesta área depende da capacidade da ação organizada da sociedade civil de construir blocos político-parlamentares comprometidos com o acesamento de tais demandas. Mesmo que se diga que ação direta dos movimentos tenda a configurar neocorporativismo setorial, senão uma nova forma de clientelismo metamorfoseada; há de se convir que a relação clientelista se define como forma e não por essencialidades. Perversa é a forma pela qual esse atendimento se processa, sem estruturas de mediações construídas pelos próprios demandantes, que não é o caso dos movimentos sociais. Nesta direção, estes vêm dando sinais de que é possível transformar o parlamento não em seu delegado, ou despachante, mais em seu representante para o processamento mais amplo da política.

A própria necessidade de monitoramento dos orçamentos públicos, de qualificação dos conselhos institucionais e acionamento das demandas sociais, têm levado os movimentos e entidades da sociedade civil a descobrir pela prática, a importância de transformar os legislativos em representantes de fato dos interesses dos representados. Agora, sem um processo de educação propriamente política destes, corre-se o risco de transformar os mediadores em delegados, lobistas ou despachantes das demandas dos ‘de baixo’, dos quais se colocam como porta-vozes. Compreendendo que a socialização política, é um processo de longo prazo, que acompanha toda a vida dos indivíduos, embora tenha momentos de afrouxamentos, retrocessos e avanços; a superação de resquícios de uma cultura política paroquial, e de uma cultura política “de sujeição”, por uma cultura política “de participação”, pressupõe a cidadania ativa de cada um. Daí a necessidade de formação propriamente política dos demandantes da ação do Estado na forma de políticas públicas²⁰. Até porque uma cultura

²⁰ Cultura política paroquial, cultura política “de sujeição” e cultura política de participação foram formuladas conceitualmente por Almond e Verba, para se referir a um conjunto de atitudes, normas, concepções e crenças mais ou menos largamente compartilhadas pelos membros de uma sociedade, ou de um determinado grupo social, tendo como objeto os fenômenos políticos. Compõem a cultura política, ainda, os

política de participação pressupõe uma identificação dos cidadãos com o regime político democrático, uma aceitação do dever cívico de participação na vida pública; elevados níveis de informações e conhecimentos sobre os assuntos e fatos políticos, sentimentos e consciência da importância de influir nas decisões políticas, inclusive mediante mecanismos como grupos de interesse organizados, associações civis e sindicais, movimentos sociais etc. Portanto, se por parte do indivíduo existe pouca identificação com a democracia política, desconfiança quanto à política e as instituições democráticas, sentimento de impotência, quanto a possibilidade de mudança e alheamentos aos acontecimentos políticos, etc.; conforma-se uma realidade que não pode deixar de fazer parte da agenda das organizações e dos movimentos populares.

Entendemos que os movimentos sociais e outras entidades da sociedade encetam um processo de socialização política, que se inicia na constituição da subjetividade política, ou seja, na construção política do indivíduo, levando-o a participar de processos interativos de modo consciente e menos estorvado, de conquista de sua autonomia, tornando a sua opção política mais sólida e mais comprometida com a consolidação da democracia e com os processos de mudança social (Mejía, 1994:85). Entretanto, falta muita coisa ainda para ser realizado e para além de um associativismo despolitizado e lutas por um desenvolvimento local sustentado à margem do poder político local dominado por oligarquias conservadoras, fisiologistas, corruptas e corruptoras. Nesta direção, urge a necessidade de se colocar a política no centro das preocupações da ação movimentalista da sociedade civil, frente à municipalização das políticas sociais levada à efeito pelo Governo Federal monitorado por certas agências multilaterais. Contrariando a ação moralizadora dos movimentos sociais, tal deslocamento vêm se processando com fortes orientações neoliberais, tanto no que diz respeito a sua filantropização, quanto no sentido de desmobilização e confinamento das lutas sociais, como a da reforma agrária, ao plano das disputas locais.

Com isto, visa-se uma descompressão do aparato político-administrativo federal e dos Estados e também uma “privatização” das funções de assistência social estatal e outras ações paliativas para compensar os mais vulneráveis aos efeitos da crescente desigualdade social. Tudo isto, vem se processando paradoxalmente em nome da participação, de parcerias com a sociedade civil, acompanhado de críticas e julgamentos desqualificadores das instituições da democracia política e dos organismos que compõem a face provedora do Estado.

Este cenário que começa a tomar corpo a partir da segunda metade dos anos 90, tende, entretanto, a tornar-se mais complexo quando a ação de ONG’s e certos movimentos sociais privilegiam o desenvolvimento local, tão despolitizado quanto o desenvolvimento de comunidade posto em prática, em nível mundial, pelas mesmas agências

conhecimentos acerca dos fenômenos políticos, as práticas dos indivíduos que integram as instituições, as forças políticas operantes num determinado contexto, os símbolos e a linguagem especificamente políticos e tendências sociais ou menos difusas como indiferença, civismo, dogmatismo, adesão, tolerância para entre forças políticas em competição etc. Na cultura política do tipo paroquial em sociedades simples ou em contexto em que as instituições de caráter propriamente político não existem (ou não funcionam), ou coincidem com os papéis e as instituições de caráter econômico e religioso. Na cultura de “sujeição”. A ação há tendências acentuadas de passividade dos membros da sociedade e uma tendência à regimes políticos autoritários. Os conhecimentos, sentimentos e julgamentos de seus membros se voltam para o conjunto do sistema político, mas atentos apenas aos aspectos do aparelho político-administrativo encarrega da execução das decisões. Já a cultura política, “de participação” se caracteriza pelo fato, visam ambos os aspectos do sistema político, o que pressupõe a ação ativa dos cidadãos nas estruturas políticas de participação. Ver Almond e Verba (1989). *The Civic Culture. Political Attitudes and London*, Sage Publ. Também Sani, Giacomo. *Cultura Política*. IN: Norberto Bobbio et al. (Orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1995: 306-308.

e os mesmos interesses internacionais a partir da conjuntura Pós-Segunda Guerra Mundial. Não por acaso, Coraggio, um dos expoentes da Educação Popular, anunciou que no ano 2000, praticamente metade da população urbana da América Latina, estaria sobrevivendo de “projetos populares”. No Brasil, particularmente a região Nordeste, pelos seus elevados índices de pobreza e outras patologias sociais, tornou-se desde a década de 50, o “terceiro mundo” privilegiado pelos propagadores do desenvolvimento da comunidade e seus financiadores. A partir dos anos 80, tornou-se palco das políticas compensatórias e paliativas, em nome da participação das comunidades nas práticas de desenvolvimento. Já se foram 46 anos, e 6 anos do “milagre” anunciado por Coraggio (1994:221). E, nada indica que tal fenômeno e nem que tais projetos implantados consistiram em reais possibilidades de melhoria de vida dos milhões de latino-americanos atingidos mortalmente pela hecatombe social da chamada globalização e do neoliberalismo, que propõe que a questão social seja coordenada pelos mecanismos de mercado e não mais pelo Estado.

Este mesmo autor tem chamado a atenção para o fenômeno da “globalização” enquanto processo de reestruturação dos poderes econômicos e político tão extenso quanto o nosso planeta, desequilibrando sistemas de classes, relações entre Estado e sociedade; formas como o Estado-nação e que ao fim de uma longa cadeia de efeitos, inválida práticas sociais e políticas anteriormente consideradas corretas, assim como instituições e paradigmas sociais. Este processo, para este autor, impele a ver situações de desigualdades, por ele intensificadas como casos singulares e objetos da ação direta, bloqueando qualquer tentativa de teorização e de pensamento estratégico. Em conseqüência ressurgiu com maior força o clientelismo e o pessimismo diante de projetos de integração, de desenvolvimento e, mesmo, de revolução social. Em síntese, na perspectiva deste autor, estaríamos experimentando uma violenta e traumatizante recomposição do poder político e econômico a nível mundial, uma centralização multipolar ao norte e em esvaziamento bastante generalizado ao sul da terra. Assim, o controle desta reestruturação, nos países da América Latina, tem sido deixado a cargo do governo norte-americano e das agências por ele controladas. Tudo guiado e induzido intelectualmente pelo liberalismo econômico, para fazer do mercado capitalista a instituição organizadora do conjunto das relações sociais (Coraggio, 1994:90-91).

Como parte deste projeto, além da redefinição do caráter do Estado, reduzindo as suas funções reguladoras da economia e de vigilância da equidade social, haveria uma tendência a se criar instâncias supranacionais de direção de políticas públicas (agências multilaterais) enquanto se transfere outras funções do Estado nacional para o reinado das ONG's. Assim, classes sociais, organizações corporativas, partidos políticos, movimentos reivindicatórios tenderiam a perder eficácia e sentido. Pior: a inevitabilidade de tudo isto, junto com o correspondente “ajuste” de nossa sociedade, parece consensual nas mais variadas correntes ideológicas. Conseqüências: tendência à exclusão das grandes majorias e a dualização social, perda da capacidade de autodeterminação à nível nacional, regional e local, crise de valores e de identidades nas regras tradicionais de ação e uma crise recorrente da legitimidade dos governos que administram o impacto de tal globalização na periferia. E, paradoxalmente, ao redesenhar o Estado Nacional e sua relação com a sociedade, o faz “em nome de bandeiras forjadas pelos intelectuais do campo popular: devolução do poder à sociedade, descentralização do Estado, autogestão, autogoverno local, participação, controle direto da sociedade civil sobre suas condições de vida, criatividade popular etc. (idem, ibidem: 92). Assim, uma das características das políticas gestadas sob o signo da globalização é o seu caráter uniforme; aplicando-se com toda a força a máxima “pensar globalmente, agir localmente, pois enquanto nos organismos multilaterais delineiam-se linhas de políticas sem consultas, ou quanto há, não passam de exercícios formais, confia-se, a

capacidade de sua implementação às ONG's, pela sua proximidade e sensibilidade em relação à população, passando, de fato, por cima do Estado.

Nesta direção, conforme Coraggio, críticas rigorosas, baseadas em investigações de cunho científico e, que chegam a senso comum, mostram que as políticas sociais do Estado acabaram por beneficiar as classes mais favorecidas da sociedade e, em nome da equidade, ao invés de se corrigir tais políticas, desmantela-se o Estado e busca-se focalizar os recursos públicos remanescentes nas camadas mais pobres da população. Da luta em prol do Estado Benfeitor, estamos voltando, sob novas formas, as sociedades de beneficência (ONG's) para controlar as possíveis explosões sociais daqueles setores sociais mais afetados pela globalização neoliberal. Participação, gestão participativa e outros conceitos, acompanhados de eficiência dos meios para obter a eficácia dos fins; estão no discurso tanto das Agências multilaterais quanto das ONG's, sendo que para as primeiras, o "não dá o peixe, mas ensinar a pescar", embora não resolva os problemas, têm o intuito de passar a responsabilidade da "insustentabilidade dos projetos populares" aos próprios deserdados da terra, aos pobres do campo e a outros grupos sociais (idem, ibidem:93)

Com base neste processo de descentralização a partir do Estado nacional em direção ao plano local e de centralização em direção às instituições multilaterais e aos governos do hemisfério norte, se produz uma crescente desigualdade social, econômica e política que interage no plano local em termo de oportunidades, capacidades, autodeterminação e, principalmente de recursos. (idem, ibidem). Nestas condições, ONG's e outros setores organizados, particularmente no Nordeste do Brasil, tem acreditado, nos termos de Agnes Heller, que a exemplo das lutas de gênero e outros movimentos culturais, que é possível uma revolução social e não política. Que, portanto, uma revolução social à diferença de uma revolução política, não modifica o navio, mas sim oceano em que navega (Heller: 1994; apud. Mejiá, 1994:54). Ou seja, é preciso mudar a vida diária dos homens e das mulheres, as relações interpessoais, os valores, as crenças etc., de forma a garantir o empoderamento dos socialmente excluídos e daqueles grupos sociais e indivíduos mais vulneráveis à opressão de toda ordem: de gênero, de raça, de credo, de geração, de cultura etc.

Ao não se dá relevância ao "navio", ao Estado, ao poder político, tudo se passa como se, em nome da democratização substantiva, da realização pessoal plena, do respeito às diferenças, do respeito aos direitos humanos, da equidade social, as instituições da democracia política e o próprio aparato do Estado Nacional, não tivessem mais tanta importância nessa revolução do cotidiano.

Se tal revolução social dispensa a política, a ação local ganha centralidade na agenda movimentalista. Desta forma, uma nova forma de fazer política ganha novo espaço, aproxima-se dos sem-voz, normalmente excluídos da política e assume novos formatos organizativos. A centralidade do social é assumida em detrimento da centralidade da política. A política, propriamente dita passa a ser objeto quando requerida apenas do ponto de vista de solucionar problemas relativos à sobrecarga da infraestrutura comunicativa e não enquanto poder a ser conquistado para viabilizar a construção de novos patamares de sobrevivência e convivência ao menos suportáveis.

Particularmente no Nordeste do Brasil, dentro de um mar de pobreza alargado nos anos 90, desenvolveu-se centenas de "projetos populares" e uma multiplicidade de ações locais levadas a efeito por organismos estatais, por entidades civis, movimentos sociais e setores ligados à Igreja Católica, muitos em parceria com o Estado. As áreas de assentamento têm sido os locais mais privilegiados da ação local. A diferença desta ação em décadas anteriores com relação aos anos mais recentes, é que para além da quantidade de projetos e entidades voltadas para o "desenvolvimento local sustentado", é que, tinha-se consciência dos

limites do “projetos alternativos” à ação paliativa do Estado e com claros objetivos de controle social. Além disto, tais projetos funcionavam com objetivo e com a intencionalidade de conscientização política tendo em vista a transformação social. Com base nestes projetos sócio-produtivos, combinava-se a sobrevivência, por exemplo, das populações envolvidas em conflitos de terra, com o trabalho de formação política. Agora tudo é feito em nome do social e da construção de novos valores. É bom lembrarmos que também o desenvolvimento de comunidade e o próprio sistema de extensão rural no país nasceu sob o signo da mudança de mentalidade.

Apesar da existência de fundos rotativos de miniprojetos financiados por ONG’s internacionais de ajuda caritativa ao “terceiro mundo” ou de solidariedade e cooperação; multiplicam-se as fontes estatais para projetos de geração de trabalhos e renda sob o signo da participação e do desenvolvimento local sustentado. Alguns deles têm contrapartida das agências multilaterais e contam obrigatoriamente com o seu monitoramento e controle. Com eles busca-se contornar e controlar os efeitos sociais da “ação global” do capital e sob a égide do neoliberalismo tanto como política de “ajustes” econômicos, quanto ideologia. A profusão de programas e projetos que compõem as chamadas “políticas sociais” tem como interlocutores privilegiados as organizações da sociedade civil e os governos locais (prefeituras).

A própria orientação do governo federal e dos organismos multilaterais internacionais (Banco Mundial, agências e organismos ligados a ONU etc) de municipalizar as políticas públicas, inclusive os programas relacionados à reforma agrária; induziu as ONG’s e outras entidades da sociedade civil a intensificar a sua ação local, buscando não só parcerias com organismos da face provedora do Estado, mas também com prefeituras municipais. Em face de escassez de recursos patrocinados pelas ONG’s do Hemisfério Norte, muitas das nossas ONG’s e outros organismos da sociedade civil depende dos recursos públicos provenientes das parcerias com o Estado, para não só apoiar o seu trabalho nas áreas de assentamento e comunidades rurais, também para remunerar os seus quadros de educadores, técnicos e assessores, pela via dos recursos alocados na rubrica custos operacionais. Se a tendência à municipalização dos programas e projetos governamentais levou as ONG’s, positivamente a se preocuparem com os conselhos municipais de gestão e controle societário dos programas e projetos sociais, há uma tendência ao fortalecimento dos mecanismos de ação direta e seu deslocamento para o plano local, quando não está na sua agenda a preocupação com as instituições da democracia política a nível municipal. Assim, pressionar os governantes municipais no atendimento das demandas das “bases sociais”, acionar os conselhos e outros instrumentos, independeria tacitamente da via partidária. Nesta situação, em arrojado programa de construção da cidadania política dos subalternos do campo, de qualificação dos processos eleitorais e de disputa do poder político local abriria uma nova zona de conflitos tendentes à radicalização a níveis imprevisíveis pela baixa qualidade do contendor; as oligarquias locais. Tal previsibilidade ameaçaria as próprias fontes estatais de financiamentos de tais entidades e organismos da sociedade civil, já que tais oligarquias, desde o plano local constituem-se numa ampla rede de interesses e influências que penetraram em todos os níveis do aparelho político-administrativo e estâncias de poder propriamente política no nível dos executivos e legislativos estaduais e federal.

Entretanto, entrevistas realizadas com assessores e educadores de ONG’s, revelam que existe uma vontade de retornar um trabalho de formação propriamente política. No entanto, conforme entrevistas realizadas com educadores e assessores de ONG’s e com lideranças de movimentos sociais, existiria dificuldades de se pensar os próprios conteúdos de

tal trabalho de formação política, além do mais não existiria quem financiasse uma atividade de tal porte.

“Estamos trabalhando com recurso do FAT que vem através do SINE. São recursos para formação no campo técnico, associativismo... Parte dos recursos são financiados por nossa parceria da Europa. A ênfase é o trabalho com as mulheres, relações de gênero e também geração de trabalho e renda. As ONG's do Hemisfério Norte não financiam o trabalho de formação política que se fazia à tempos atrás. Há uma crença de que o trabalho de conscientização política, como pura transmissão de ideologia, não funciona mais, não mobiliza. O povo quer coisas concretas, que atendam as suas necessidades imediatas de sobrevivência” (Educadora do CEAHS – Natal – RN)

Esta preocupação com a política é revelada por outra entrevistada:

“O projeto político pedagógico da instituição deve se coadunar para a sociedade que queremos construir. Neste encontro tive mais clareza, de pensá-la como projeto político estratégico. Este passa pela questão de perguntarmos que cidadão estamos formando. Temos um trabalho, mas na época de eleição votam em políticos que na Assembléia votam em projetos que tira o direito dos trabalhadores, inclusive do homem do campo” (Educadora do SEDUP, Guarabira – PB)

Outro entrevistado tem revelado a preocupação da Articulação Municipal de Entidade de Palmares, em Pernambuco, com a problemática da representação política:

“Recentemente, como resultado do processo de discussão da sociedade civil organizada sobre o orçamento participativo e participação na elaboração de proposta orçamentária do município, a AME, Palmares, levou o prefeito a comprometer-se com a ampliação de espaço para que a população participe melhor da elaboração do orçamento público do município. Esse processo de sensibilização tem levado à abertura do próprio legislativo as demandas populares. Recentemente (julho) a Câmara Municipal aprovou a Lei que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima. O Governo Federal participa com 50% o restante é contra partida do município. (Técnico da FASE, Recife)

Num recente seminário sobre metodologias de capacitação em desenvolvimento local, promovido pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares (agosto 1999) e do qual participaram cerca de 40 pessoas ligadas ao trabalho de apoio em áreas de assentamento e em comunidades rurais, constataram os limites da Educação Popular: no sentido de que:

“Tende a politizar ou superpolitizar o social em detrimento do propriamente político que teria a sua densidade e legalidade próprias. ...tende a subestimar a democracia política e o próprio poder político propriamente dito, reforçando um certo estranhamento da cultura-popular que tem os seus traços de subalternidade e subserviência – quanto às instituições políticas”. (EQUIP, Relatório, agosto 1999).

Mas, há uma maior preocupação com as eleições de parlamentares comprometidos com as demandas populares do campo, mesmo que apresente fatos e procedimentos questionáveis:

“A CPT na Paraíba, resolveu investir na eleição de Frei Anastácio. A postura é forçar mesmo a barra para os camponeses das áreas da CPT voltarem para a continuidade da luta. A questão é saber se vai haver transferência do carisma religioso e liderança comprometida com a luta pela terra para o mesmo enquanto candidato político, já que é uma crença que carisma não se transfere” (Ex-agente da CPT – Regional Nordeste, Recife).

Se a questão, neste caso, é o problema da transferência do carisma do “profeta” para o candidato político, que já não é mais movido pelo discurso político – teológico da participação, mais pelo discurso político da competição pelo poder, o fato é que o candidato foi eleito sob pena dos “eleitos” pela ação da Igreja, “não terem mais o seu almejado apoio”, conforme outro membro da ação pastoral da terra. Já outro exemplo, reflete o alheamento do pessoal do MST, não só dos assentados, aos negócios da política partidária, apesar de seus militantes dizerem-se afinados com sua candidatura para fortalecer o movimento no Rio Grande do Norte:

“Não tive quase apoio de ninguém. Se não tivesse colado ao candidato à prefeito, não teríamos sido eleito. As bases e mesmo alguns presidentes de associações queriam mesmo saber de ganhar as coisas. Quando me elegi, também fiquei isolado Não tive apoio... É tanto que se pensar em me eleger de novo, não teria dinheiro para garantir os votos, até porque hoje sou oposição ao Prefeito, pela forma como ele está administrando (Vereador, PSB, São Bento do Norte).

Como podemos verificar, mesmos os assentamentos do MST não estão imunes à cultura política clientelista e da dádiva, da reciprocidade costumeira da troca de favores, de transação mercantil do voto e até da compra de títulos de eleitores:

“Na eleição passada, o movimento começou a discutir a questão, porque o movimento tava montando uma base muito grande naquela região, pegando João Câmara e São Bento do Norte. Como o movimento tinha uma relação muito clientelista, muito de pedir às prefeituras, agente pensava também porque não investir e apoiar a candidatura de pessoas ligadas à esquerda ou até mesmo lançar candidatos que fossem pessoas do próprio movimento né? Já que você tava criando uma base muito grande, uma base eleitoral significativa. Só que agora em 96, o movimento decidiu lançar alguns candidatos... Só que o movimento lançou o pessoal e não deu Apoio estrutural ou mesmo apoio político para que viesse concretizar a eleição dessas pessoas, e Luizinho se elegeu mais por questões de popularidade ...Pedro teve cento e poucos votos lá em João Câmara, mais os votos que ele mesmo teve foi por questão da popularidade dele. O movimento mesmo não fez campanha, não acredita em política parlamentar... então isso foi muito ruim. Então o movimento aqui no Estado, ele acredita muito na sua força que é fazer mobilização, e não tá ainda pensando em investir em pessoas do quadro dele mesmo... Não tá pensando como movimento à nível nacional, né?, que tem deputado estadual, deputado federal, vereador, prefeito. (Ex-militante do MST – Rio Grande do Norte)

Entrevistando um assessor dos Sem Terra, fomos informados de que tratou-se na época de se montar toda uma estratégia deste momento naquele Estado nordestino. Houveram fortes discussões, inclusive frente as imposições de determinados dirigentes do MST quanto ao nome do candidato a ser apoiado. A questão do investimento na política não estava só relacionada as difíceis relações do MST com o poder político local ocupado pelas oligarquias e na constituição de uma virtual base eleitoral nas áreas de assentamento. A estratégia era mais ampla: do ponto de vista técnico e econômico, tratava-se de promover ocupações em áreas contínuas e não isoladas, uma aqui, outra acolá, de forma que a territorialização do MST fosse a nível regional e não local, numa região que abrange cerca de 6 municípios, facilitando a racionalidade dos recursos com infra-estrutura econômica e social e a organização da produção e dos produtores a partir do associativismo local, base para a futura construção, pela base, de cooperativa âncora de base regional, com ação à montante e a jusante das atividades agrícolas, de forma a agregar valor à produção agrícola através de processos de agroindustrialização e facilitar a inserção dos assentados na economia de mercado face a competição que lhe é inerente. Fazia parte de tal estratégia a introdução de atividades não-agrícolas, de forma a atender às aspirações dos filhos dos assentados quanto a outro tipo de profissão diferentes da dos seus pais, tudo, acompanhado de um programa de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, além da luta por educação escolar para crianças e adolescentes. Segundo o entrevistado, “os dirigentes infelizmente não tinham clareza quanto ao alcance da proposta e, de certa forma, a maioria deles, por estreiteza política e mediatismo, resolveram fundar uma cooperativa de cima para baixo. É que eles queriam uma estrutura prá viabilizar recursos para as áreas” (Ex – assessor do MST – RN). Ainda: “tudo se deu num clima de muita tensão, havia uma disputa entre eles, houve gente que se afastou...Houve um isolamento do movimento, inclusive do Fórum do Campo” (idem, ibidem).

Do ponto de vista político, conforme o entrevistado, tratava-se de ganhar espaço no poder político local, inclusive no sentido de se pensar um maior comprometimento das prefeituras com as necessidades de produção, educação, saúde, infra-estrutura etc. A estratégia nos faz lembrar não só avanços do MST em outros Estados, inclusive em Estados nordestinos. Também a experiência de Trombas e Formoso, em Goiás, entre os anos de 1948 e 1964. Através de suas lideranças, destacando-se Zé Porfírio, o PCB se envolveu profundamente neste conflito. Este partido, como observa José de Souza Martins, politizou a luta e lhe deu dimensão histórica, levando-a ao limite da criação de governos populares locais e a criação de territórios liberados e autogovernados. Embora, em outro contexto histórico, o que tem que se aprender desta experiência é o projeto político que ao relacionar as necessidades sociais e o poder político, direcionava o movimento à constituição de uma sociedade civil (e política) no campo, tornando os camponeses em sujeitos políticos de fato e capazes de disputar o governo da fração local do Estado, buscando a criação, organização e direção do município, implantando a administração social dos recursos públicos (Martins, 1989). Este mesmo autor nos lembra a experiência do Araguaia Mato-Grosso, em que os então camponeses criaram a possibilidade histórica de emancipação dos municípios, da eleição dos prefeitos e das câmaras municipais. Nesta direção, a luta pela terra, mais do que a propriedade da terra, mais do que a distribuição da terra, como pilar básico para mudar a estrutura fundiária, mais do que impactos sócioeconômicos positivos nos municípios, como enfatiza João Stédile (1997: 57-60), está envolvida com a possibilidade de disputar o poder político, a partir dos municípios, com as oligarquias locais, especificamente a possibilidade de reorganizar e revolucionar as bases locais do poder, dando um efetivo direcionamento político a tão almejada democracia participativa, para além das conquistas na Constituição de 88, dos

mecanismos de controle societário dos dirigentes pelos dirigidos e da própria gestão dos fundos políticos.

As questões colocadas acima são implicativas de que a formação política dos membros de um movimento como o MST vai para além da concepção de que um certo posicionamento e clareza política-ideológica é suficiente para desenvolver processos formativos dos assentados no sentido de capacitá-los para o exercício da cidadania política, vai para além da adoção de uma formação de quadros e dirigentes próprios da tradição de esquerda, enquanto para “as massas”, “as bases”, reserva-se um aprender com a própria luta mediante um trabalho de emulação de forma a se criar predisposições psicológicas de apego aos símbolos e as lideranças, de espírito de sacrifício e disciplina para crescimento da organização. É claro, que o MST tem todas as qualidades de um portador de processo de aprendizagem ressocializadora de seus membros, como já foi visto anteriormente no corpo deste texto.

É provável que a elevação das condições de vida nas áreas de assentamento, não só do MST, reduza os vínculos de dependência costumeiros dos assentados ao clientelismo das oligarquias locais e as obriguem a um transformismo no afã de recompor as suas bases eleitorais, bem como, certamente um processo de alfabetização e escolarização de jovens e adultos eleve o horizonte cognitivo a competência linguísticas e capacidade de crítica e julgamento moral dos assentados, dotando-os de capacidade de escolhas e opções políticas-ideológicas, colocando em xeque as próprias orientações do movimento. É provável um aumento da frequência das reuniões da Associação e que eleve-se as disputas pela sua direção. Entretanto, a arte política, e mais especificamente, o exercício pleno da cidadania política, mesmo não estando isolada da aquisição de outras competências e habilidades, requer um tipo específico de socialização, o qual, por seu turno requer mais a centralidade dos procedimentos do que dos conteúdos. Ou seja, experimentando a forma democrática e debatendo as experiências concretas vividas em seu contexto social, em regra autoritário. Não se muda os valores tradicionais e padrões de relações sócio-políticas e hierarquias por eles governados simplesmente por processos emulativos. A política se processa pela competição entre as partes, pelo confronto de idéias e programas, o que implica que a sua qualidade depende de públicos críticos, capazes de participar das correntes de opiniões e redes comunicativas, da esfera pública e capazes de optar politicamente, assumindo a responsabilidade de suas escolhas e sufragações.

Com base nestas considerações, sem “guerra de movimento” à vista, podemos estar convergindo para experiências bem sucedidas de viabilidade sócio-econômica de assentamento e comunidades rurais sem, entretanto, apresentar impactos na cultura política reconhecidamente autoritária, a partir do local. Reconhecendo que a luta pela terra não se restringe ao MST e nem que experiências deste tipo não é um privilégio só deste movimento, vejamos casos exemplares elucidadores desta argumentação.

Inúmeras experiências promissoras no campo do desenvolvimento comunitário ou local podem ser encontradas pelo Nordeste do Brasil. Portanto, elas não são nem privilégio dos sem-terra da região sul do Brasil e, muito menos um fenômeno próprio da contemporaneidade. Muito menos fruto de um ou dois projetinhos do tipo criação de caprinos e de um amadurecimento econômico automático ou da noite para o dia. A experiência da APAEB – Valente na Bahia é uma delas.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, hoje Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, (APAEB-Valente), é uma sociedade civil sem fins lucrativos, instituída em 1980 por um grupo de trabalhadores rurais militantes dos movimentos de base. O seu nascedouro se deve ao trabalho educativo de uma das mais

antigas ONG's da Bahia, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), sediado em Feira de Santana. Há notícias de que o próprio MOC nasceu para continuar o trabalho da FASE, outra ONG criada em 1961, dedicada ao trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo. Com sede na cidade de Valente, a APAEB em seus 20 anos de existência, pode ser considerada a experiência mais bem sucedida de desenvolvimento local sustentado. Atuando através de quatro departamentos (Agropecuário, Educativo, Comercial e Industrial), atua em 12 municípios da região sisaleira da Bahia, pesquisando e implantando projetos produtivos que beneficiam os pequenos agricultores do semi-árido, permitindo a sua permanência na terra em condições mais dignas.

A sua atuação na área produtiva e social, lhe valeu o Prêmio Bem Eficiente, outorgado pela Fundação Kanitz às Organizações Não Governamentais com melhor desempenho em todo o país, em 1997. Em 1998 foi premiada pela Fundação Getúlio Vargas, pelo seu destaque na ação de Combate à Pobreza e pelos serviços prestados à cidadania (Educativa da APAEB).

Há sete anos, esta ONG desenvolve a difusão do uso de energia solar como alternativa ao problema da eletrificação rural. Considerada de baixo custo, esta alternativa vem sendo usada na iluminação residencial, uso de eletrodomésticos de baixo consumo, energização de cercas para contenção de animais (redução dos custos em relação à cerca convencional), bombeamento de água para piscicultura e outros usos e para desalinização de água para o consumo humano. Difunde alternativas tecnológicas de captação e armazenamento de água; alternativas e, armazenamento de alimentação animal, incluindo os resíduos do beneficiamento do sisal. Desenvolve alternativas de manejo, conservação e reflorestamento da caatinga e um serviço de educação dos agricultores contra o desmatamento irracional. Presta capacitação e assistência técnica aos agricultores de forma permanente e através de uma equipe técnica própria e constantemente reciclada. Matem um sistema de crédito rotativo, cujos empréstimos são pagos em até oito anos pela equivalência do produto, considerando a carne caprina, ovina, produto este decorrente de um programa de melhoria e expansão da caprinocultura, ovinocultura, desenvolvido junto aos produtores. Com os recursos do APAEB/Coopere (Cooperativa Valentense de Crédito Rural), são financiadas, além da caprinocultura, a energia solar, a diversificação agrícola com a introdução de culturas resistentes à seca (APAEB, 1980, entrevista com uma educadora da APAEB).

Para reforçar as atividades de convivência com a seca, a APAEB implantou uma Escola Família Agrícola, a qual adota a pedagogia da alternância considerada mais adequada à zona rural. Na área de comercialização e industrialização, mantém uma Central de Beneficiamento do Sisal (que beneficia e comercializa a fibra) e um supermercado que revende produtos de primeira necessidade e comercializa produtos adquiridos diretamente aos produtores. Mantém uma fábrica de tapetes e carpetes que hoje emprega 570 funcionários, uma unidade de beneficiamento de couro e outra de beneficiamento de leite. No campo das atividades não-agrícolas incentiva o artesanato a partir da fibra do sisal e outras matérias-primas regionais. Desenvolve em parcerias, inclusive com órgãos governamentais, ações de erradicação do trabalho infantil, ações de assistência à saúde, entre outras. Assim, mantendo um corpo de funcionários dedicados e permanentemente requalificados e um complexo de unidades produtivas, ações e serviços, a APAEB, está no rol do que se chama hoje de organizações substantivas, em que as pessoas trabalham porque acreditam na proposta, na missão da instituição e querem fazê-la. Acham-se parte da instituição, seja como sócio beneficiárias de suas ações, como educadores, técnicos ou funcionários, como membro dos organismos de gestão ou de administração técnica das unidades de produção ou comercialização. Vale salientarmos que os mecanismos de gestão permitem os agricultores

controlar todo o processo ou cadeias produtivas, desde a produção no campo, o beneficiamento e a industrialização. Desta forma essa ONG tem mostrado que há caminhos viáveis e baratos para desenvolver o Sertão (Folha do Sisal, outubro, nov. e dez., 1999; APAEP, 1988).

A instituição oferece hoje a metade dos empregos gerados pela iniciativa privada em Valente. Em 1998, oferecia 503 empregos diretos e beneficiava na zona rural 1.500 famílias (o que significa manter emprego no campo). Anualmente recolhe aos cofres públicos cerca de R\$ 400 mil reais de impostos e gasta R\$ 1,3 milhão em salários ao ano, além, da fatura geral de R\$ 6 milhões/ano. Em 1999, o faturamento cresceu para R\$ 8 milhões e os empregos diretos para 790, graças ao sucesso da indústria de tapetes e carpetes que passou a empregar 560 pessoas e é hoje responsável por 33% das exportações destes produtos que usam a fibra do sisal como matéria-prima, no país. Estes funcionários são na maioria filhos de produtores de sisal, com salários médios de R\$ 220,00, trabalhando em quatro turnos. Financiada pelo Banco do Nordeste, através de 250 produtores, contribui para elevar a renda dos sisaleiros, praticando preços mais justos (Folha de São Paulo, 12/07/99).

Outros resultados: até 1999, só nos municípios de Valente e Araci, foram construídas mais de 900 cisternas, construídas em mutirão e com capacidade para armazenar 16 mil litros d'água, 521 produtores dispõem de energia solar e rebanhos de cabras e ovelhas assistidos tecnicamente; de 1993 a 1998 foram beneficiadas mais de 500 famílias com créditos de incentivo à produção. A melhoria das condições de vida dos agricultores pode ser revelada pelo depoimento de um dos produtores de sisal, Sr. Osânio Francisco do Nascimento, 61 anos:

“Trabalhei de sol a sol no sisal a vida toda. Só agora consegui ter energia solar, TV, uma moto e uma cisterna, que dá água o ano todo” (Entrevista à folha de São Paulo, 12/07/99).

Atuando com várias parcerias, como na ação da erradicação do trabalho infantil na produção sisaleira, a APAEB participa do Fórum da Cidadania, intervindo de forma propositiva no campo das políticas públicas e faz um trabalho de monitoramento e controle societário de orçamentos municipais de cerca de 17 municípios de sua área de abrangência. Atualmente vem desenvolvendo uma campanha de valorização da cultura do sisal quanto a sua importância agroecológica e socioeconômica para o semi-árido baiano, veiculada pelos meios de comunicação social com a idéia central: “Preserve o Sertão. Plante Sisal” (Folha do Sisal, Valente, dezembro 1999).

Este caso exemplar é um entre vários espalhados pelo Nordeste, como o programa de desenvolvimento integrado e agroambiental desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá, no Ceará, com o apoio de ONG's, destacando-se a ação do ESPLAR. No Rio Grande do Norte destaque para a ação da AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo) e do SEAPAC (Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários) ligado à Igreja Católica. Para termos uma idéia da ação destas entidades, a AACC – RN, desenvolve atividades na área de formação e capacitação técnica, ações relacionadas ao desenvolvimento de áreas de assentamentos rurais, disseminação de experiências no campo do desenvolvimento local sustentável e apoio ao desenvolvimento municipal. Na área de formação e capacitação técnica, com recursos principalmente do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) / Governo Federal; em 1997, promoveu 843 eventos, abrangendo 16.234 participantes, totalizando 31.858 horas/aulas. Com apoio do Projeto Lumiar/INCRA e Banco do Nordeste presta assistência técnica e animou o desenvolvimento

local em áreas de assentamento rural, atingindo 24 assentamentos, em 7 municípios, totalizando 1989 famílias assistidas tecnicamente e contempladas com projetos de infraestrutura e produtivos, principalmente na área da fruticultura irrigada. No assentamento Soledade (Apodi, RN), em 5 hectares de melão, conduzida dentro de altos padrões tecnológicos e envolvendo 34 assentados, apoiado pelo Banco do Nordeste com financiamento no valor de R\$ 15.691,00, foram produzidas 14.266 caixas de melões. Cada produtor foi gratificado com a venda da produção com um saldo de R\$ 1.500,00. A produção foi comercializada pela empresa agro-industrial FRUNORTE, que forneceu as sementes e exportou a produção para a Europa. No assentamento Hipólito (Mossoró – RN), a ação da AACC, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETARN), 34 famílias exploraram o melão irrigado em 12,5 hectares, possibilitando um renda familiar em torno de 14 salários mínimos (Tribuna do Norte, 02.05.1997). No município de São João Câmara, na Comunidade Assunção, em 1999, com o apoio do SEAPAC e da AACC, a associação comunitária daquela comunidade potiguar, em 1997, produziu 150 litros de mel/mês e em torno de 1500 litros/ano. A renda obtida pelo participante do Apiário Flora da Serra, naquele ano foi em torno de um salário mínimo. Este apiário é hoje uma microempresa que produz, embala e comercializa cerca de 1.200 sachês e uma tonelada de potes de mel/mês contando com 300 colméias (Entrevista com técnico da AACC, Tribuna do Norte, 02.10.97). No assentamento Lagoa de Boqueirão (Touros, RN), os produtores já se orgulham em dizer que produzem o melhor abacaxi do país. Em 1997, estes produtores cooperativados produziram e exportaram 1 milhão e 200 abacaxis para o mercado do sul do país. Boqueirão ainda produz caju, coco, mandioca etc., A fábrica de farinha do assentamento, através da Cooperativa Mista de Lagoa do Boqueirão comercializa o produto diretamente com as redes de supermercados. A cooperativa ainda conta com uma unidade de produção de laticínios (Tribuna do Norte, Natal, 06.04.1997). Conforme entrevista do agricultor José Maria:

“As pessoas que hoje vivem aqui não tinham nem abacaxi para comer. Ninguém sai mais daqui para ir montar favela em Natal. Aqui tem emprego, as pessoas ficam aqui” (José Maria, entrevista à Tribuna do Norte).

Outro destaque da AACC tem sido o trabalho realizado desde 1985, no Assentamento Serra do Mel, hoje município. Já em 1997, foi possível, firmar um contrato de exportação de castanha de caju, através da cooperativa (COOPERCAJU) para exportação de 35 mil toneladas de amêndoas. A castanha é beneficiada artesanalmente através de pequenas unidades familiares, adotando uma tecnologia simples, que garante a qualidade do produto e competição no mercado internacional. Através da COOPERCAJU, os produtores passam a industrializar outros subprodutos do caju, como doces cristalizados e ração animal. A partir da experiência de Serra do Mel, a AACC vem desenvolvendo experiências no campo da agroecologia. O cultivo do cajueiro orgânico, com o apoio do Instituto Biodinâmico de Botucatu (SP), implantado desde 1995, se constituiu numa fórmula para elevar a produtividade e obter melhores condições de preços no mercado. Parte desta castanha é exportada para Suíça, Áustria e Alemanha. Os compradores são instituições que comercializam diretamente o produto, pagando um percentual de 10% a mais pela amêndoa cultivada pelo sistema orgânico, além de antecipar 50% do pagamento no ato do pedido. Neste campo, esta entidade ainda pesquisa outros sistemas orgânicos, de forma a garantir melhores condições de competitividade da agricultura familiar no mercado.

Mostrando que é possível a viabilidade da agricultura familiar e das áreas de assentamentos rurais no Semi-Árido nordestino, a AACC desenvolve ainda trabalho com as

mulheres e jovens rurais no sentido de sua organização e empoderamento; participa do Fórum do Campo Potiguar; uma experiência pioneira que funciona como uma esfera pública autônoma dos movimentos sociais, entidades da sociedade civil como ONG's e setores da Igreja Católica que atuam no campo. Participa de vários conselhos estaduais e órgãos colegiados relacionados com às políticas públicas voltadas para reduzir à pobreza no campo e viabilizar a agricultura familiar e a Reforma Agrária (Conselho Estadual do PRONAF, Comitê Estadual da Mata Atlântica e Conselhos Estaduais de Assistência Social, de Cooperativismo; da Comunidade Solidária e de Gestão de Recursos Hídricos). Participa, ainda de várias redes temáticas, destacando-se a Rede AS-PTA (Tecnologias Alternativas), (AACC, Relatório, 1997).

O SEAPAC (Serviço de Apoio a Projetos Alternativos Comunitários), também participante do Fórum do Campo Potiguar, conta com mais de 10 anos produzindo significados quanto a organização, diversificação da produção, melhoria da renda e das condições de vida das comunidades rurais e dos assentamentos da reforma agrária. Realiza, sobretudo, um trabalho de empoderamento dos agricultores e assentados para intervir nas políticas públicas, sobretudo na obtenção de recursos e financiamentos às atividades sociais e socioprodutivas. Mantém um fundo de apoio a miniprojetos, com o apoio da ONG alemã MISERIOR (ligada a Igreja Católica). Durante os anos de 94/95, atuou em vinte municípios do Rio Grande do Norte, em 45 localidades rurais, abrangendo um universo de 18.185 pessoas desenvolvendo 67 projetos alternativos comunitários em seis áreas temáticas. Destes projetos, 17 destinaram-se ao beneficiamento da produção e industrialização de laticínios; beneficiamento de castanha de caju (5 projetos); produção de farinha de mandioca (4 projetos); beneficiamento de carne suína (1 projeto); 3 projetos integrados de bovinocultura, queijeira e suinocultura e 1 de beneficiamento de milho.

Na área de incentivos à pecuária, o SEAPAC atuou com 16 projetos. Nas áreas de caprinocultura (6); suinocultura (2); ovinocultura (4); bovinocultura (8), avinocultura de corte (1); piscicultura (3) e apicultura (2 projetos). Na área de geração de renda através de atividades não-agrícolas, foram acompanhados 7 projetos de corte e costura, confecção de redes e bonés, padaria comunitária e cerâmica. Foram implantados e acompanhados 13 projetos na área de produção hortícola, mecanização e implementação agrícola e produção agrícola de sequeiro; além de 3 projetos na área de irrigação. Todas essas atividades envolveram recursos em torno de R\$ 1.956.395 reais, sendo 6% da própria entidade, 86% do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais (PAPP/Projeto Nordeste); 2,1% do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE/BNB); 2,6% da Cáritas/CNBB e 6,3% de outras fontes. Ou seja, 85,1% dos recursos foram provenientes dos fundos públicos destinados à redução da pobreza rural no Nordeste.

Com esta atuação, o SEAPAC realiza um trabalho de assistência técnicas permanente aos produtores, qualifica permanentemente os seus técnicos com o objetivo de produzir resultados significativos; estabelece parcerias e articulações com entidades públicas e privadas; avalia permanentemente suas ações e produz subsídios técnicos e didáticos para apoiar a ação educativa com os produtores, participa de redes, troca e difunde suas experiências e ainda apóia às organizações de mulheres trabalhadoras rurais e busca dar uma maior atenção à problemática dos jovens rurais. Esta ação educativa é apoiada em várias atividades de capacitação e formação não só da população diretamente beneficiada, também da sociedade em geral. Entre 1994-1995, a entidade realizou 112 eventos formativos, envolvendo 3.981 pessoas, entre cursos, encontros, congressos, seminários, oficinas, reuniões, estudos e troca de experiências. Estas atividades foram desenvolvidas, em muitas oportunidades, em parceria com outras instituições como sindicatos, cooperativas, pastorais

sociais (da Criança e da Comissão Pastoral da Terra – Mossoró) e organismos estaduais como o CEBRAE.

O SEAPAC considera que suas ações educativas compõem três dimensões: político-organizativa, econômico-produtiva e sócio-cultural. Na dimensão político-organizativa, a sua ação oportuniza a participação política em diversos níveis, na medida que se constituem em processos organizativos (diferentes de práticas tecnicistas e extencionistas), que envolvem a formação de lideranças a partir da capacitação/conscientização propiciadoras de uma estrutura crítica da realidade. Considerada a alma de sua ação educativa, a dimensão político-organizativa, os seus projetos são concebidos para além do localismo dos grupos e comunidades. Para que se constituam em instrumentos eficazes de conscientização e participação política, o SEAPAC procura construir “mediações e articulações com outros atores sociais, na construção de forças políticas e a formulação de propostas que otimizem a disputa de políticas públicas de interesse popular, concretizando direitos de cidadania” (SEAPAC, Relatório de Avaliação, 1996). Já a dimensão econômico-administrativa, está organicamente ligada com a dimensão anterior, já que são concebidas como fundamentais para viabilizar o avanço organizativo das comunidades rurais e áreas de assentamento e para garantir melhorias no nível de sobrevivência das famílias envolvidas, aumentando a renda individual, familiar e associativa. Com os projetos, a entidade pretende contribuir para construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável. Partindo da realidade local, os projetos produtivos devem garantir sustentabilidade ambiental, produtiva, gerencial e comercial, de forma que as experiências possam ser multiplicadas por outros grupos e em outros locais (Idem, *ibidem*, p.27). Do ponto de vista sócio-cultural, a instituição considera a sua atividade eminentemente educativa, na medida que busca proporcionar a valorização e construção da cultura e da religiosidade popular com base em valores éticos originários do referencial cristão e que não tenham como base a dicotomia fé e vida (Idem, *ibidem*: 28).

Com esta ação o SEAPAC, abrange a área de 3 dioceses da Igreja no Rio Grande do Norte, um estado em que a indigência social é de 46% da população, atingindo 1,1 milhão de pessoas, sendo que no meio rural é de 52%. A indigência infanto-juvenil é ainda mais alarmante, atingindo 69,7% das crianças entre 0 e 6 anos na área rural. A taxa de analfabetismo é em torno de 55%. Considerados os critérios da UNESCO, de que é analfabeto quem cursou até a quarta série do ensino fundamental, os índices ultrapassam 80% da população total do campo. Esses outros indicadores sociais estão associados à concentração da terra. Dos 5.082.106 hectares de terras, 27,3% pertencem à proprietários rurais com mais de 1000 hectares, representando apenas 0,56% do total dos estabelecimentos rurais. Enquanto isto, 93% do total de propriedades rurais com até 100 hectares perfazem apenas 25,4% da área total. A concentração fundiária está ligada a concentração da riqueza e do poder político. Basicamente duas famílias se reciclam no poder. A agricultura familiar é prática em 4,3 milhões de estabelecimentos, representando 75% do total das propriedades rurais. É responsável pela geração de 80% dos postos de trabalho no campo e por 75,5% da produção de feijão, 72,5% da produção do milho e por 63,3% da mandioca produzida. É nesta realidade que o SEAPAC, a AACC, as pastorais sociais da Igreja, outras entidades da sociedade civil e movimentos sociais, como o MST, o Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais, semeiam a esperança de uma sociedade menos desigual, mais justa e mais democrática (SEAPAC, *trienal 97-99*: 10-85).

Experiências semelhantes são desenvolvidas em outros estados nordestinos, destacando a viabilidade econômica da agricultura familiar e daqueles que lutam pela terra, podendo ser destacado ação do Instituto do Homem, da ASSEMA e do Centro Agroecológico Tijupá, do Centro de Trabalho Indigenista no Maranhão. Em Pernambuco, entre muitas, a

ação do Centro de Desenvolvimento agroecológico Sabiá e a ONG CAATINGA, com sede em Ouricuri. Na Paraíba, a ação do PATAC e AS-PTA, no campo das tecnologias alternativas e desenvolvimento agroecológico. No Piauí, as experiências do CEPAC, com ação na área do desenvolvimento rural participativo e agroecológico, há 16 anos. Em Alagoas, as experiências da CEAPA, com assentamentos rurais e comunidades associativas de pequenos agricultores.

São experiências alvissareiras no campo do combate à miséria e à pobreza no campo. A sua viabilidade dependeu de investimentos, em todos os sentidos, durante 5, 10, 15, 20 anos. Mas não podemos deixar de pontuar que são poucas as que “deram certo”, num mar de milhões de pequenos projetos que chegam a criar grandes perspectivas, mas também grandes frustrações, ou, no máximo conseguir criar uma situação de sobrevivência dos contemplados. Os próprios órgãos governamentais sabem disto, mas também sabem que os pequenos projetos financiados com os seus programas paliativos, quando bem orientados e conduzidos pelas chamadas organizações não-governamentais, setores da Igreja comprometidos com as causas dos pobres do campo e pelos movimentos sociais, como o MST, chegam a operar verdadeiros milagres pelos impactos que geram na melhoria de pequenos grupos ou famílias beneficiárias. Até porque para determinados setores da burocracia estatal:

“de antemão sabemos que os projetos financiados pelo banco e outros programas não têm condições de viabilidade numa economia competitiva, num mercado oligopolizado, que deixa poucas margens para a economia de base familiar bem como para pequenos empreendimentos e negócios, em geral. Os resultados são políticos, os fundos financiados são à princípio à fundo perdido, mesmo agente não dizendo e cobrando juros abaixo do mercado e pagamento parcelado à longo prazo. São atividades de risco, de natureza compensatória aos problemas sociais financiados pelo fundo público destinados a isto. Não precisamos dizer isto. Ao contrário, falamos, numa conjuntura de recursos escassos, comprimidos pelos esforços do governo para honrar os compromissos da dívida; de eficiência e eficácia, compatibilizando os meios e os resultados, evitando-se posturas paternalistas como no passado e objetivando uma mudança de mentalidade dos microempreendedores. Confiamos em parcerias com as entidades da sociedade civil, da Igreja. Elas são muito mais eficientes e obtêm bons resultados. Isto ajuda a manter os programas funcionando e para justificar, inclusive, o aumento dos recursos. É tanto, que o banco criou a função dos agentes de desenvolvimento, que vai atuar no desenvolvimento local sustentado dos municípios nordestinos, estabelecendo parcerias” (Agente do Banco do Nordeste do Brasil, entrevista, nov. 1998).

Já para as entidades e movimentos sociais, os projetos financiados pelos fundos públicos são resultados políticos provenientes de sua capacidade de intervenção na democratização das relações entre Estado e Sociedade. Por outro lado, tais projetos são implementados sob o signo da participação e do empoderamento das camadas pobres do campo. Muitos acreditam que as formas associadas de produção e iniciativas no campo da economia popular e solidária pré-figuram de certa forma um novo tipo de sociedade. É evidente que há sintomas de auto-ilusão nestas concepções, se perguntarmos porque só após quase 20 anos, uma entidade como a APAEB, veio realmente obter resultados de melhoria de renda para os seus associados sisaleiros que compõem um universo de 1300 famílias. Mas a grande virtualidade da APAEB tem sido a de querer transformar a pequena produção associada numa grande produção associada. Por isto, ela é o caso mais exemplar de como empoderar os pequenos produtores dentro de um modo de vida competitivo, violento e

individualista que se alojou nas práticas e mentalidades da grande parcela da população agora justificada pela ideologia neoliberal. Entretanto, se perguntarmos que impactos a APAEB e essas outras entidades provocaram na cultura política local; possivelmente as respostas não seriam tão alvissareiras.

Nesta direção Ivandro Sales, um dos grandes pensadores do campo da educação popular, indaga por que as experiências da pequena produção comunitária, associada, alternativa etc. é fonte de tanto entusiasmo inicial e tanto desânimo com o fracasso de boa parte das milhares espalhadas pelo Nordeste. Por que uma parcela das que deram certo, os produtores não passam de uma sobrevivência digna como a experiência de Pereiros, na Paraíba? Por que em Pereiros não tem militância de participação/organização e nem nos municípios vizinhos? Por que a sobrevivência consta como meta e objetivos dos programas oficiais de desenvolvimento? Por que a pequena produção, mesmo associada, não chega a um excedente de reserva para a saúde, habitação, instrução, etc.? Por que as instituições internacionais estão abandonando o setor público e entrando nas organizações não governamentais? Por que todo o trabalho de Educação Popular, de desenvolvimento comunitário ou local, assessoria popular, etc. dá preferência as pequenas experiências alternativas, de pouca importância econômica? Por que o Banco do Mundial, o Congresso Americano, o Governo Brasileiro, a Igreja e as empresas forçam a criação de experiências comunitárias, associativas como condição de sua ajuda? Por que os trabalhadores têm que se “associar” para produzir, para fazer hortas comunitárias, para receber cabras e bodes, para receber sementes, etc.?

“São ajudas para coisas pequenas. E entretêm muito o povo. Fazem muita discussão comunitária. Falam muito de participação. Nem de longe, entretanto, se discutem questões gerais dos trabalhadores e que estão sendo discutidas pelos órgãos maiores de representação dos trabalhadores. Toma-se decisão sobre o que não tem importância. O mundo é do tamanho da pequena comunidade” (Sales, *idem*: 40). Embora haja exceções, como o trabalho da AS-PTA na Paraíba, pela via dos sindicatos como o de Solânea, de Lagoa Seca e Remígio. Embora haja um associativismo construído pela vontade dos participantes, sem coerção social, existem as centenas de experiências forçadas de associativismo e até de cooperativismo. Há situações em que existe um processo de socialização entendida como “construção e reconstrução de indivíduos sociais” (Costa, 1994: 33), de forma que os atores vinculados a projetos associativos possam instituir práticas de igualdade, de solidariedade e cooperação, de modo que prefigurem um modelo alternativo às relações próprias do capitalismo (Costa, 1989: 10). Há experiências de socialização, entendida como empoderamento dos produtores e produtoras associados; ou seja, com capacidade de interferir criticamente e com certa autonomia na sociedade que os socializa, ancorada no desenvolvimento de uma capacidade técnica e gerencial que, por sua vez, possibilita um aporte econômico, permitindo a sua inserção social com verdadeiras possibilidades de autopromoção (Lara, 1989: 69-71).

Mas, há experiências associativas que após 05, 10 anos de investimentos de capacitação e produtivos, foram caminhando para a fase das médias e até grandes experiências associativas/cooperativas e foram abandonadas no meio do caminho por determinadas entidades de assessoria e de educação popular. A experiência de Lagoa Salgada, no Rio Grande do Norte é uma dessas; como a experiência de Lagoa do Boqueirão, no mesmo estado, pode entrar numa fase regressiva ou estacionar, pela pressão de “autonomizá-la”, levada a efeito por aqueles que lhes ofereceram possibilidades para o nascedouro. Se não dá para desconsiderar que o capitalismo generalizou a cooperação, embora visando o lucro; que a pequena produção associada não tem como concorrer com a produção capitalista em grande

escala e trabalhando com maiores patamares de produtividade; que só o trabalhador operando em larga escala tem importância econômica e política; que a produção associada em pequena escala, isolada, não tem nem peso econômico e nem político; ela terá que dá um jeito de se tornar uma grande produção associada, a não ser que se busque integra-la às agrobusiness, como já está ocorrendo com os assentamentos rurais do assentamento Soledade (Apodí, RN) e outros assentamentos do município de Baraúnas, no Rio Grande do Norte, para a grande felicidade dos técnicos da AACCC e da Cooperativa Terra Viva.

Segundo os exemplos e argumentos acima, a pequena produção associada, as experiências comunitárias e outras, para atravessar o limiar da sobrevivência, da resistência local dos pobres do campo, do pequeno mundo local, do rol de tantas mil experiências frustradas de associativismo e microempresas rurais, teriam dois caminhos: “1- Desaprisionar a cooperação existente na grande produção, mudando as relações de produção. Vivendo na grande produção, uma experiência alternativa de cooperação/participação. 2- Organizar a cooperação/participação das atuais formas associadas de produção, tornando-as grandes. Seriam experiências associadas de grande produtividade” (Sales, op. cit. 41). Se a última alternativa parece a mais viável, como aponta a experiência da APAEB – Valente, na Bahia, há de se indagar se a atual composição do poder político que governa o Estado brasileiro, desde a fração estatal local, não seria o maior estorvo à organização das pequenas experiências isoladas em experiências integradas e operando em larga escala, conferindo poder econômico e político às assentados e pequenos produtores rurais. E por falarmos em Política, teríamos que indagar porque as ONG’s, organismos da Igreja e certos movimentos sociais deixaram ou não tem dado a devida importância as formas de associação política com os sindicatos e partidos políticos. Por que aderiram com tanta facilidade as formas de ação direta, sem mediação propriamente políticas, apoiadas pelo próprio Estado, pela Igreja e organismos multilaterais e internacionais de “cooperação e desenvolvimento”? Por que, com raras exceções, o trabalho associativo e participativo das ONG’s e dos movimentos sociais é feito à revelia dos sindicatos, por fora dos sindicatos. Por que os produtores associados e os não associados aos sindicatos, não estão nas suas reuniões, não os estão fortalecendo? Por que continuam votando nos latifundiários e oligarquias políticas locais que se reciclam continuamente no poder político? Por que não se discute as complicadas relações dos assentados e das comunidades rurais com o poder político local e com os sindicatos, com os partidos políticos e com o aparelho público do Estado? Por que tão facilmente num país de “inexperiência democrática”, como fala Paulo Freire, se absorveu as modas teóricas e críticas demolidoras das instituições da democracia política produzidas noutro contexto?

A quem interessa a não construção de partidos fortes e constituição de estribados blocos político-parlamentares comprometidos com as demandas populares? A quem interessa um trabalho socializador com pequenos produtores rurais e assentados nas áreas da reforma agrária “possível”, entretanto, alheio à imprescindível elevação dos camponeses e outros setores subalternos do campo à plena cidadania política? Por que se nega tanto as formas modernas de representação política e se posta como eternos mediadores dos camponeses? Por que não se questiona a força numérica, econômica e política das camadas subalternas do campo, numa conjuntura em que, desde o Congresso Americano, é mais barato distribuir cestas básicas, instituir renda mínima e outras medidas de corte neoliberal de amparo social aos excluídos, do que investir em grandes mudanças econômicas, integradoras; em que são acionadas soluções econômicas para problemas sociais, dispensando transformá-los em questões políticas e históricas? Por que não se indaga que peso econômico e político que teria no Rio Grande do Norte, à semelhança de outros estados nordestinos, uma população rural analfabeta que pelos critérios da UNESCO chega ao patamar de 74%,

condição que reduz certamente as suas possibilidades participar de redes de opinião e de uma esfera pública crítica e politicamente ativa? Que peso teria no Nordeste, 17,3 milhões de indigentes (55% do total nacional), sendo 10 milhões na zona rural (IPEA, 1994)? Que força política e econômica tem 4,3 milhões de pequenas propriedades, no Rio Grande do Norte, e que à semelhança de outros estados do Nordeste, estão no rol dos extratos mais pobres da população total e que só contribuiu em 1980, com 1,21% da renda gerada naquele estado? Que peso teria a agricultura naquele estado, que em 1990 representava apenas 5,9% do PIB estadual?²¹

Tais indagações certamente nos leva a indagar sobre a importância da ação das ONG's e Movimentos Sociais e a sua centralidade na questão social e a utilização das vias não propriamente políticas de mediação. Certamente as ONG's e os movimentos sociais têm buscado soluções econômicas para os problemas sociais, para além dos pequenos projetos associados como nos aponta a experiência da APAEB - Bahia e do próprio MST, em muitas áreas; alternativas que divergem das soluções econômicas em voga acionadas desde o epicentro do capitalismo industrial e financeiro "globalizado". Certamente pressões, lobbies, ocupações e outros mecanismos de ação direta, que não é privilégio na sociedade brasileira e nem dos movimentos sociais, tem sido a forma de se intervir no campo das políticas e fundos públicos em favor dos pobres do campo. Certamente, movimentos como o MST é um agente moderno porque questiona a concentração anti-social da terra e por meio dela questiona a estrutura de poder, colocando em todos os momentos que a reforma agrária é uma questão política e mostrando a sua competência de organizar e gerenciar com boa qualidade a agricultura familiar nas áreas de assentamento e que coloca em xeque a competência dos latifundiários e empresas rurais que só funcionam sob condições de favorecimento políticos e às custas dos fundos públicos. E certamente o MST e outros movimentos, promovem com enorme esforço a socialização política dos "deserdados da terra". Mas, o que temos que nos indagar é, quanto tempo iremos ficar lutando por recursos escassos e pulverizados em inúmeros programinhas de cunho social-compensatório acionado pelo Estado e, o pior, acreditando que o Estado mudou e que as relações entre ele e a sociedade democratizaram-se? Que reforma deste Estado foi feita, para que ele generosamente derrame sobre os excluídos da cidade e do campo o seu manto protetor e regulador das relações sociais? Por que vias, a não ser pela ação político-partidária, mesmo que se tenha em vista mudar as correlações de força para uma profunda mudança social? Ou será que a nova sociedade que se quer não passa por partidos políticos, por parlamento, pela representação política das partes, pela democracia política? Quando as questões políticas e históricas, como a Reforma Agrária, efetivamente constituirão agenda do Estado? São indagações que ao nosso ver passam pelo fortalecimento dos partidos, pela qualificação dos processos eleitorais, pela qualificação da representação política e das instâncias decisórias congressuais e colegiadas. Quantos assentados, pequenos produtores dos projetos comunitários, as associações comunitárias e experiências cooperativas são filiados aos sindicatos, são filiados aos partidos políticos, mesmo de esquerda? Quantos núcleos do PT existem nas áreas de assentamento da CPT ou do PC do B nas áreas de assentamento do MLT? Que alianças partidárias, e mesmo entre os vários movimentos sociais que lutam pela terra, podem ser construídas, para se pensar em questões suprapartidárias como a questão agrária? É claro que sem "Oriente" à vista estamos aqui pensando pela ótica da institucionalidade político-democrática. Em vista disto, como desaprisionar, como diz Ivandro Sales (op. cit.) a cooperação da grande produção capitalista ou organizá-la a partir das

²¹ Conferir os dados em SEAPAC. Plano Trienal de Trabalho 97-99. Natal, CNBB – Regional Nordeste II, Província Eclesiástica de Natal, 1996, pp. 10-23.

atuais experiências de produção associada, sem o peso político dos aglomerados populacionais urbanos? Alguns agentes de ONG's, em entrevista nos deram respostas desconvincentes, embora até compreensíveis:

“O nosso pessoal não votou no Lula, não votou no PT. Isso não é problema nosso, é problema do partido, quem tem que vir aqui nas áreas fazer política partidária, organizar o povo no partido é o pessoal de lá, que não tão no movimento. Agente cumpre o papel da luta pela terras, de organizar o povo prá lutar pela reforma agrária. Não é papel nosso criar núcleo. Já temo tarefa até demais” (Militante do MST – RN).

“ Não cabe a ONG, como a nossa., fazer política usando a instituição. Quando vamos lá com salários e carro, infra-estrutura e tudo da instituição temos que fazer, estamos indo lá como educador da instituição. É anti-ético na nossa viagem ir lá na comunidade e depois ir lá prá reunião do PT, mesmo que seja as mesmas pessoas, as mesmas lideranças. Temos que ir com os nossos recursos próprios ou do partido fazer reuniões do partido. Existe aí um problema de dupla militância e que só pode ser resolvido desta forma, acho eu. É certo que as tarefas são muitas, agente se absorve muito no trabalho de base nas comunidades, e não sobra tempo para organizar o partido como queríamos. Aí, quando chegam as eleições, não se tem feito aquele trabalho de formação e esclarecimento político. Não cabe a ONG's, acho eu, fazer trabalho político-partidário ou qualquer coisa no campo da política envolvendo questões de ordem político-ideológico, senão teríamos que trabalhar com todos os partidos e não um só” (Educador do CEAHS – Natal).

Mas, se existe o problema da dupla militância e problemas de natureza ética, há a afirmação de uma identidade apartidária, senão suprapartidária, entre muitas ONG's. O CEPAC, do Piauí diz no seu folheto de divulgação que é: “suprapartidário, laico, aberto ao diálogo e ecumênico”. Não tem projeto político-estratégico, tem missão, como as entidades religiosas: “fortalecimento da sociedade civil, especialmente pela promoção da cidadania das classes populares”. Se fala de cidadania em geral, não de cidadania política, é como se fortalecendo a sociedade civil, a sociedade política mudasse por indução, e não por uma legítima participação do “povo”, nas instituições representativas da democracia política. É como se na sociedade civil não estivessem as “trincheiras” e as “casamatas” mais resistentes à mudanças e que sustêm a hegemonia das classes dominantes e as formas de controle social do Estado ampliado gramsciano. Já a FASE, se diz “inteiramente independente de governos e partidos políticos, que seu orçamento provém de contribuições individuais e de agencias internacionais de solidariedade aos povos do terceiro mundo”. Ainda no seu folheto de divulgação diz que sua missão é: “contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e ampliação da esfera pública”. Ainda: “apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos. Com estas definições, a FASE é desenvolvimentista, fala em democracia, mas que democracia? Fala em sujeitos coletivos, quais, o MST? Se é destes sujeitos que a FASE fala, por que a equipe dela em Itabuna, na Bahia, não está apoiando a luta do MLT e do MST pela terra, mas fazendo reuniões “suprapartidárias” com sindicatos patronais e prefeituras para viabilizar “alternativas sustentáveis” para uma oligarquia agrária falida? O que significa para a FASE, sujeitos coletivos do desenvolvimento? Estaria reduzindo movimentos sociais a uma dimensão

puramente de luta pelas soluções econômicas como fazem certas agências multilaterais internacionais como Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)?

Mas, as coisas estão mudando. Pelo menos as ONG's estão ampliando a sua intervenção monitorando orçamentos públicos e denunciando permanentemente corrupções, impunidades e injustiças praticadas pelo executivo e parlamentares, desde o poder local. Educam lideranças para intervir, propor, negociar, produzir acordos, participar qualitativamente nos conselhos institucionais e em outros espaços decisórios. Passaram a preocuparem-se com a formação política, seguindo os métodos utilizados a alguns anos atrás pela Igreja, mas que mostram que a educação política já não é um “faz de conta” ou assunto apenas durante os anos eleitorais. O Departamento Educativo da APAEB – Valente, Bahia, por exemplo, decidiu promover cursos de formação política para líderes comunitários, que produziu os já conhecidos perfis do representante político ideal, para orienta o povo a votar (Folha do Sisal, dez. 99, p. 6).

No ano eleitoral de 96, entretanto, apesar de perfis e critérios deste tipo terem sido divulgados, os resultados não foram os esperados, nem na região e municípios da APAEB, e nem nos outros estados. As oligarquias políticas locais mantiveram-se no poder como antes. Os próprios bispos católicos exortaram os fieis a votarem em candidatos com determinados perfis. O arcebispo de Natal (RN) por exemplo, sob o lema da campanha da fraternidade, “Justiça e Paz se Abraçarão !”, exortou os fieis a votarem em partidos cujas propostas estivessem de acordo com os princípios da fé, que tivessem a pessoa humana como centro de suas preocupações, que fossem defensores incontestáveis da vida em plenitude para todas as pessoas, sem excluir ninguém, etc. Há menos de dois, na véspera das eleições de 98, dezenas de padres e juntos com o bispo estavam abraçados com o “Governo das Águas”, parlamentares e outros ocupantes de cargos políticos, inaugurando a chegada de canos de adutoras de água no sertão e defendendo a famosa “transposição do Rio São Francisco”. Meses depois, com um showmício com o melhor cantor de axé music baiana, este governo conclamava o povo a votar na sua reeleição como um dos representantes das duas principais oligarquias que há anos se reciclam no poder (O Cidadão, set. 96).

Na Paraíba, antes da Convenção Estadual do PMDB, partido daqueles que governam à quase 20 anos o estado mais pobre do Brasil, um dos candidatos à governador, confinou num hotel cinco estrelas, em Natal, prefeitos, vereadores e cabos eleitorais. Dependendo da quantidade de “bois”, este era o termo, que cada um controlava, o “curral” era negociado por 25, 30, 40, 50 mil reais e até mais. Entrevistando, um convencional deste partido, da cidade de Pedra Lavrada, Paraíba, falou que vendeu seus eleitores, “em torno de 150 votos, por 30 mil reais”, e que “comprou uma D-20 e ainda sobrou dinheiro”. Tais lideranças políticas foram divididas por setores geográficos e munidos cada um, de um cartão colorido para identificar o setor e quem realmente votou no candidato a governador, escolhido naquela convenção partidária. Sob um clima de guerra, entre duas frações partidárias, o local da convenção e sua realização foram assegurada pelo exército e a Polícia Federal.

Diante de tal quadro político-democrático, as ONG's têm razão de buscar a fórmula das ações diretas, os atalhos não propriamente políticos para aumentar a esperança de mudanças, em lugar do desespero suicida, que já vitimou tantas lideranças populares e de esquerda neste país e neta região pobre e na qual, elites políticas investem em outras regiões do país tornando-a mais pobre ainda. Entretanto, se durante anos eleitorais; as ONG's, entidades populares e lideranças de movimentos sociais se manifestam dando importância aos pleitos que escolhem os representantes políticos, inclusive denunciando distorções, uso indevido de máquinas administrativas públicas, etc. é porque, de certa forma acreditam que a

democracia política, se não é um valor estratégico e permanente, pelo menos serve instrumentalmente para alguma coisa.

Por ocasião das últimas eleições municipais (1996) a AACCC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo), no Rio Grande do Norte, à semelhança de outras nos outros estados, publicou uma edição especial em seu informativo “Cidadão”. Com uma tiragem de apenas 1000 exemplares, dedicou todas as suas páginas sobre eleições, com orientações para o “povo” votar, com opiniões de lideranças e entidades, etc. Não se tem notícia que este jornalzinho tenha sido utilizado nas suas “bases”, nas reuniões dos assentamentos e comunidades, pelos seus técnicos, educadores e lideranças comunitárias. Nesta edição, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que também distribuiu um panfleto em todo o estado, de recomendação dos candidatos confiáveis e merecedores de voto dos trabalhadores, publicou uma nota exortando os trabalhadores sobre a importância do voto. Fala que “nas eleições municipais, o eleitorado de cada município, bem orientado poderá escolher lideranças comprometidas com o processo de modernização de nossa realidade fundiária...” (Cidadão, set. 99). Resultado: elegeram-se exatamente aqueles menos comprometidos com aqueles que necessitam de terra para produzir. Talvez, só em três ou quatro municípios, foram eleitos executivos e parlamentares menos indiferentes ou mais abertos ao diálogo e à negociação com as organizações e movimentos populares. Este quadro não foi diferente em outros estados, embora tenha havido mais avanços em Pernambuco e na Bahia. Este fato mostra que a orientação de que fala a FETARN só na época da eleição não resolve e que há necessidade de um sério programa de formação política de suas bases, disputadas por outros movimentos sociais agrários e até, por setores ligados à Igreja, e certas ONG’s, lá e alhures.

Entrevistas realizadas pelo “Cidadão”, com lideranças, agricultores e estudantes filhos de agricultores, de áreas de assentamento, totalizando 10 entrevistados, demonstraram uma certa evolução da mentalidade destes entrevistados quanto ao que se espera do futuro prefeito nas áreas de agricultura, educação e saúde. Todas as respostas se referiram ao atendimento de problemas coletivos enfrentados, nenhuma resposta do tipo: que ele dê uma bolsa de estudo para minha filha, que continue como o atual candidato dando remédio a quem vai lá com a receita do médico, que bote luz na minha casa, etc. Tal fato pode sinalizar que a cidadania coletiva a ser conquistada, mediante o processo de socialização construído pela ação educativa de ONG’s, pastorais sociais, organizações populares e movimentos sociais, pode estar funcionando, embora existam muitos estorvos como veremos a seguir.

2.6. Indagando sobre as possibilidades e limites da socialização dos indivíduos em áreas de assentamentos e comunidades rurais.

Embora, o MST, ONG’s e outros movimentos contribuam para um rico processo de aprendizagem ao buscar atender às várias demandas educativas que se ampliam com a territorialização da luta pela terra (capacitação e assistência técnica, escolarização de jovens e adultos, educação escolar, etc.), tentando converter o trabalho social da comunidade local em movimento popular de dimensão política; tentando romper o divórcio entre educação e política, teoria e prática, superar verticalismos e autoritarismos; e firmando um processo de democratização das relações sociais a partir da vida cotidiana e as autonomias locais e dos sujeitos participantes das organizações populares; tal discurso nem sempre está em coerência

com a prática. Nem dos mediadores e nem dos participantes dos processos educativos. Sem deixar de assinalar que a educação popular na sua forma movimentalista se propõe a ser uma educação para autonomia, temos que considerar que no seu ponto de partida que é a realidade local, a heteronomia social é regra, muitas vezes ampliada com a ação militante das lideranças e dos chamados mediadores. O discurso democrático muitas vezes torna-se o cobertor de práticas autoritárias, estorvando os processos de socialização voltados para a autonomia moral e intelectual dos camponeses.

De repente, o Movimento Ética na Política nascido da luta do processo de impeachment do Collor de Melo (1992), tendo esgotado o seu papel, transformou-se não só no movimento da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (1993); mas também se deslocou para o interior dos próprios movimentos e organizações populares descobrindo-se neles uma crise ética. Na literatura e na prática reflexiva dos agenciadores movimentalistas, descobre-se que no interior das organizações e movimentos populares não se desenvolvia somente o espaço da nova política, das relações fraternas e transparentes, das interações dialógicas e consensuais voltadas para construção do poder da solidariedade e da autonomia das pessoas. Tanto como nos partidos políticos, como no espaço das comunidades locais e dos movimentos, desenvolviam-se práticas autoritárias; que nas práticas cotidianas que se reivindicam igualitárias, democráticas, havia lugar para a manipulação, para a hierarquia, para o engodo, para enfrentamentos e dissimulações na disputa pelo poder. Tais “vícios” chegaram inclusive a assumir conteúdos moralistas, como se eles fossem atributos apenas dos camponeses, isentando-se as ONG’s e seus agentes mediadores, muitas vezes, de tais relações autoritárias. Afinal, nas associações e nos assentamentos, estavam se reproduzindo para além das relações assimétricas de gênero, geração, raça, status, etc. corrupções, nepotismo, clientelismo, manipulações, mandonismo, corporativismo, apropriação privada da coisa pública comunitária em nome do coletivo, presidencialismo exacerbado das diretorias das associações comunitárias, fragmentação dos assentamentos (e comunidades rurais) em vários grupos mutuamente excludentes e acusatórios. Espécie de miniatura da sociedade envolvente, reprodução de uma cultura de subserviência, subalternidade, “de sujeição”, no âmbito comunitário, no micropoder local.

No “andar da carruagem” os técnicos educadores assessores e militantes dos órgãos e movimentos populares começam a discutir em seminários, encontros de avaliação de suas ações e outros eventos, que existiam práticas autoritárias na sua relação com as comunidades acobertadas por um discurso democrático, e que, portanto, não era só nos assentamentos do MST que tais “vícios” reproduziam-se e nem que somente seus militantes apresentavam-se autoritários sob um discurso revolucionário e uma moral social militante. Também, que não partiam “da realidade” e da “cultura popular” real, mas de um discurso idealizado sobre a realidade e muitas vezes mistificador de tal cultura popular, cujas virtudes mutualistas, fraternas, da relação face a face, dos elos de pertencimento a uma determinada tradição, etc.; orientavam muitas vezes ações que levavam ao seu isolamento no paraíso das comunidades de iguais”, contra as oligarquias clientelistas locais e a ação manipulatória e divisionista dos partidos políticos, de esquerda e direita.

Por outro lado, os educadores populares descobrem que a pedagogia de sua práticas tendeu a se reduzir ao estritamente metodológico e este, a um problema de apropriação e manejo de determinadas técnicas. Os discursos se fechavam na retórica normativa que nem conseguiam apreender e nem problematiza as contradições e estorvos a partir da realidade imediata referente à processos educativos dialógicos bem sucedidos em termos da auto construção de sujeitos críticos, comunicativos e ativos. A própria noção freireana de “consciência crítica”, passava a ser aplicável ao nível dos discursos de

juízos da realidade mais ampla e não como objetivos de um processo relativo às práticas, às relações sociais cotidianas e aos valores que as presidem. A “problematização” freireana e a própria noção de participação, não passavam, muitas vezes, de um exercício superficial incapaz de ir além do epifenomênico e do senso-comum, tomando-se decisões previamente já decididas; em geral cabendo aos camponeses nas reuniões “participativas” apenas endossá-las por indução e assumir tarefas delas decorrentes no cotidiano dos assentamentos e comunidades rurais. Havia reprodução da diferenciação entre os que pensam e os que realizam tarefas, apesar dos inúmeros cursos sobre Ética e Política, Cidadania e Democratização da Gestão Comunitária.

A incoerência entre o que se dizia e o que se fazia era traduzida também no ativismo e no imediatismo, que obscurecia o caráter processual da ação educativa, privilegiando-se os resultados, o produto, mediante técnicas de eficiência dos meios e eficácia dos fins. Questões sociais e políticas eram tratadas como questões técnicas, despolitizando-se o trabalho educativo, senão tornando-o mero processo de tutelamentos e adoção indutiva de procedimentos e habilidades. Em lugar de um processo educativo sistemático e articulação de ações permanentemente avaliadas, registradas e sistematizadas; em nome de uma concepção holística e integrada, pulveriza-se ações isoladas e coordenadas por atividades “messiânicas” de salvar os “coitadinhos” da pobreza e da fome crônica. Essas ações muitas vezes resultantes de programas estatais terceirizados em nome de parcerias, eram dinamizadas pelos procedimentos burocráticos e pragmáticos da administração estatal, com prazos e produtos prefixados, levando os educadores e agentes das ONG’s, movimentos e outros formatos organizativos a um pragmatismo, senão a um “vale tudo”, cuja eficiência era medida pelo alcance de determinadas metas e produtos naqueles prazos (Torres, 1988).

No Seminário Regional de Educadores e Educadoras Rurais, realizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares, em Camaragibe, PE, 12 a 14-02-99, tais distorções de uma ação educativa que se quer como dialógica na construção de sujeitos com maior autonomia e poder de barganha política foram endossadas num processo de reflexão que teve como tema central as metodologias de capacitação em desenvolvimento local. Entre outras questões, cerca de 40 participantes, todos educadores e assessores de ONG’s, perceberam que nas suas práticas havia uma tendência a superpolitizar o social em detrimento do propriamente político, empobrecendo os conceitos políticos das lutas populares. Ainda: que apesar de suas práticas terem méritos mobilizadores, sua tendência à exortação, de certa forma mistificava a mobilização social, como se ela pudesse fazer milagres, sem uma prática radical, sistemática e profunda voltada para a superação de gramáticas políticas autoritárias que atravessavam o tecido social; que o clientelismo/mandonismo; o paternalismo/assistencialismo, basismos/ comunitarismo e outros padrões de relações sociais tinham sérios riscos, entre eles, o de transformar as práticas participativas em meros simulacros, que os méritos dos processos participativos poderiam ser banalizados na relação de parceria com os próprios órgãos estatais, à medida que se impõe o produto ao processo. Assim, haveria uma tendência ao esvaziamento da participação. O poder da solidariedade e da cidadania ativa ao invés de controlar o Estado, era por ele controlado, enquanto se evitava a moralização de temas públicos e se procurava adiar soluções estruturais, como a Reforma Agrária. A própria reforma agrária era transformada em soluções meramente técnicas, despolitizando-se os seus conteúdos. Tal tecnificação como transmutação ideológica despolitizadora da questão agrária, chegava às áreas de assentamento através da ação dos técnicos. Nos assentamentos, a visão burocrática e tecnicista do INCRA e de outros órgãos estatais se completava com a visão produtivista e despolitizada dos técnicos, tudo em nome da participação e mistificando um associativismo ingênuo e induzido que servia de forma-

instrumento para o repasse de recursos exíguos para os assentamentos e comunidades rurais, e que ao mesmo tempo aparelhava reprodução, com outras roupagens, de processos seletivos de exclusão, favorecimentos, clientelismos, tutelamentos, e até, pequenas corrupções. Exageros à parte, há, porém, muitas esperanças e muitos sinais que comprovam a viabilidade econômica da agricultura familiar e cooperativa e a própria construção do poder da solidariedade para fazer face ao poder do Estado e ao próprio poder das oligarquias locais àvidas pelos recursos públicos (EQUIP, Relatório do Seminário Regional Educadores e Educadoras Rurais, 1999).

Nesta direção várias ONG's e outras entidades da sociedade civil, buscam requalificar a sua ação com o olhar para os problemas reconhecidos como de ordem ético-política. Eles elas, a Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AAC – Rio Grande do Norte). Em Seminário de Avaliação de suas atividades, realizado em dezembro de 1996, com a presença de seus 26 técnicos e outros convidados, observou-se “vícios” de paternalismos por parte dos técnicos, falta de consistência na sua ação para assumir a democratização das relações entre poder X saber X serviço, entre técnicos e produtores rurais. Por outro, constatou-se a desinformação das comunidades quanto aquilo que é decidido em seu nome e a sua dependência aos técnicos; relações autoritárias que perpassam a vida cotidiana nos assentamentos; reforço à postura autoritária de parte das diretorias das associações, pela ação dos técnicos; identificou-se impedimentos à participação dos jovens e das mulheres na vida associativa comunitária e nos espaços de decisão; conformismo e falta de credibilidade da capacidade das mulheres, falta de perspectivas e alternativas para os jovens, etc. Ainda: a falta de preparação dos técnicos para lidar com tais problemas e com estes atores (AACC, Relatório de Avaliação, 1996).

A partir daquele seminário, a entidade passou a qualificar a sua ação: oferecendo espaços para qualificação político-pedagógica de seus técnicos, incentivando-os também a participar dos processos de decisão interna dentro da própria organização, além de incentiva-los à sistematização de suas experiências; fundamentação político-pedagógica superando uma mera e pretensa extensão de conhecimentos e habilidades técnicas aos agricultores; criação de espaços regulares de estudo e reflexão em torno do sentido, da eficácia e da coerência e relevância dos processos e resultados da ação junto às comunidades rurais; estímulo à democratização e reestruturação das associações, descentralizando decisões, execuções e controles; estímulo à participação das mulheres e da juventude na gestão e nos processos de decisão, desde a concepção de idéias ao usufruto de seus resultados.

Para inaugurar um modelo de gestão horizontalizada, rompendo com o velho paradigma patriarcal-presidencialista das associações, a AACC – RN buscou: incentivar maior controle social na gestão das associações e dos diversos projetos, de forma a inibir práticas clientelistas e individualistas; reciclagem e renovação das lideranças; mudança do foco “lideranças” para o foco “equipe”, introduzindo a alternativa de constituição de grupos de responsabilidade. Tais grupos de responsabilidade (grupos de tarefa, grupos produtivos, grupos de coordenação, grupos sócio-culturais, grupos de fiscalização) e grupos específicos (jovens, mulheres) passaram a contribuir para uma maior horizontalização da gestão associativa e democratização dos processos de decisão, garantindo, inclusive a participação de jovens e mulheres. Além destas medidas, os técnicos da AACC, passaram a incentivar a prática de reuniões periódicas dos associados para efeito de socialização e controle dos processos gestores: avaliação, prestação de contas, aplicação de recursos, etc.; encontros entre assentamentos para troca de experiências.

Para iniciar a sua ação com vistas a ruptura com os antivalores clientelistas e corporativistas presentes na gestão comunitária, além destas medidas e da necessidade de uma postura de diálogo, de abertura à construção de novos caminhos e uma nova linguagem, foram

necessários a formação de grupos de discussão nas áreas sobre valores e práticas vivenciadas e um processo contínuo de formação através de cursos e outros eventos de formação ético-política, gestão democrática e participação comunitária, relações humanas; formação de mulheres, relações de gênero, etc.. (AACC, Relatórios de Avaliação e de Planejamento, 1997, 1998, 1999; observação em campo).

Acompanhando, o trabalho desta ONG, em 12 áreas de assentamento do Rio Grande do Norte, inclusive o projeto de alfabetização de jovens e adultos; observamos índices de analfabetismo de mais de 80%, que dificultavam trabalhos de assistência técnica e gerencial aos projetos e capacitação de lideranças e assentados. Tal fato levava aqueles que sabiam ler e escrever a assumir as tarefas de lideranças nas associações. As práticas de manipulação, favorecimentos e paternalismos de dirigentes com relação a determinadas pessoas e grupos, excluindo outras e outros, se davam num contexto de completa falta de informação e falta de consciência política da maioria dos assentados. Além disso, grande parte dos técnicos e assessores e, até, em função da quantidade de tarefas, eventos, planejamentos, visitas, assistência técnica, etc., à cerca de 300 famílias assentadas e distribuídas em áreas de assentamentos, distantes umas das outras; mantinha uma relação mais direta com as lideranças. Este fato, com o tempo, tornava-se uma ação não só seletiva com relação ao conjunto dos assentados, como também reforçava a visão da dinâmica cotidiana dos assentamentos a partir das informações e avaliações dos dirigentes das associações, reforçando determinados interesses. Na verdade tais dirigentes tendiam a passar uma visão de que tudo estava ocorrendo as mil maravilhas e quando alguma coisa não dava certo, culpavam determinados grupos, pessoas, ou até, o conjunto dos assentados pela falta de participação (reuniões e assembléias esvaziadas, tarefas não cumpridas, etc.).

Em muitas associações/assentamentos, em cerca de 70%, observamos uma situação semelhante a que D’Incao e Roy (1995) observou num assentamento do estado de São Paulo: um ativismo quase messiânico dos técnicos sufocados por trabalho estafante e pelo envolvimento simultâneo com várias tarefas buscando soluções técnicas para viabilizar sócio-economicamente os assentamentos. As equipes de técnicos não se encontravam para trocar experiências e avaliar o trabalho em 12 áreas de assentamento e, na área do Oeste, havia muita competição entre elas (equipes do Lumiar / INCRA, contratadas pela AACC em parceria com este órgão do Estado); relação de cumplicidade e oportunismo de lideranças com esses técnicos; reprodução da dominação entre dirigentes e dirigidos via laços de favor e subalternidade; atitudes de levar vantagens em tudo, sem assumir responsabilidades coletivas; relações de invalidações circulares entre pessoas e grupos nutrindo ressentimentos, alienações comodismos, conluios, atitudes sorrateiras, falta de cuidados e responsabilidade com o uso e manutenção de equipamentos comunitários (econômicos e sociais); competição e enfrentamentos de lideranças e grupos, etc.. Estas comunidades reais estavam, portanto, muito longe da participação como processo através das quais pessoas se encontram livremente para construir uma visão comum dos problemas que sofrem e para buscar soluções consensuais para superá-los.

Tinha-se, portanto, pessoas socializadas em relações de dominação as mais perversas e, por isso mesmo, incapacitadas para o exercício da participação cidadã; incapacitadas para a cooperação social como processo e meta ressocializadora e superadora de suas condições existenciais de denominadas, subalternas. Percebia-se agora, que a cultura política de subalternidade, de favorecimento e da dádiva, passava pela relação técnicos e produtores, que se reproduziam entre os assentados, e na sua relação com o poder político local, com os órgãos governamentais. Enfim, seria o assentamento uma miniatura da própria sociedade brasileira marcada tanto pelo autoritarismo social quanto político?

Essas e outras constatações e indagações foram refletidas do Curso de Formação Político-Pedagógica de cerca de 30 técnicos-educadores da AAACC – RN e outras entidades do Rio Grande do Norte, realizado entre outubro e dezembro de 1997. Também tema de discussão no Seminário A Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, entre 08 a 10.10.1997. Neste último evento, constatou-se as potencialidades da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, destacou a privatização do público, de forma que o individualismo e interesses particularísticos prevaleciam, seja no âmbito político ou institucional, sobre o coletivo, a coisa pública. Que tal privatização era movida por um ética claramente predatória dos interesses públicos. Sendo de ordem ético-política, tais problemáticas eram movidas por quatro gramáticas políticas que informavam a arquitetura das relações da sociedade ou dos grupos sociais com o sistema político. Assim essas quatro gramáticas políticas, o clientelismo, o corporativismo, o tecnocratismo e o basismo dificultavam o fortalecimento da democracia (AACC/Assembléia Legislativa, INCRA, 1997: 06).

Conforme aquele seminário, o clientelismo, fazendo prevalecer as leis de “Gerson” (todo mundo querendo levar vantagens individuais de curto prazo) e do “Robertão” (“toma lá dá cá” e “é dando que se recebe”), se reproduziam na organização dos trabalhadores rurais e nas relações que eles estabeleciam com o sistema político. Fortalecendo o poder autoritário, redundavam em práticas corruptivas alinhadas com uma cultura de subalternidade. Corporativismo de grupos e instituições que procuram fortalecer a sua presença e influência nas áreas de assentamento, cada qual se esforçando para recrutar o maior número de famílias possíveis, buscando o controle político e, ao mesmo tempo dificultando práticas de solidariedade e cooperação. Já o tecnocratismo foi visto como uma tentativa técnico-racional de mitigação das relações clientelistas e corporativistas, entretanto produzindo efeitos contrários, somando-se as práticas predatórias do interesse público.

Se o tecnocratismo transformava determinados órgãos estatais em espécie de escritório de intermediação de interesses particularistas, o basismo representaria uma pressão exacerbada dos “de baixo” para conquistar coisas inadequadas, como pressão por aquisição de terras, inclusive à preços acima do valor de mercado, bem como, o recrutamento dos assentados e controle dos assentamentos. Entre outras questões, pontuou-se que o processo de intervenção educativa nas áreas de assentamento era um processo conflitivo e que devia ser mediado democraticamente, para torná-lo um projeto emancipatório, para que os assentados pudessem ter capacidade de participação e intervenção nas decisões que iriam ter repercussões na sua vida e na comunidade. Entretanto, tal emancipação era contrariada por vários problemas, entre eles, o fato das próprias associações não serem criadas a partir das necessidades e pelas iniciativas dos trabalhadores (Idem, *ibidem*, p. 10).

Frente a tais problemas, entre muitas pistas e decisões aquele seminário apontou: investir no processo de capacitação ético-político-pedagógico e ampliar os espaços de participação e decisão. Já o curso de formação político-pedagógica dos técnicos, realizado em três etapas verificou, entre outras questões que: apesar da ação nas áreas de assentamentos e comunidades rurais se dizer participativa e a partir da realidade, da bagagem cultural dos agricultores, quando muito se fazia era um diagnóstico sócio-econômico, com dados quantitativos que embasavam um planejamento cujo selo era a incoerência entre o que realmente se fazia e o discurso participativista. Na verdade, os técnicos-educadores, descobriram que partiam de um mundo ideal, homogêneo, participativo; sem interesses divergentes e onde havia ausência de ideologias, de valores, de crenças; de indivíduos iguais, sem singularidades e marcas e projetos pessoais, sem biografias, sem experiências anteriores que impactuam na vida do assentamento e nas relações que tecem com os outros; não se levava em conta as trajetórias de vida e as trajetórias familiares e individuais de sobrevivência

e os sonhos que cada pessoa e família alimentava ao lutar por um pedaço de terra. Enfim, os técnicos não conheciam as comunidades realmente, não trabalhavam com elas e partir de um processo de inserção em sua realidade, de forma que orientados por uma noção produtivista baseada em noções de eficiência e eficácia, terminavam ajudando a reforçar e reproduzir aquilo que queriam ajudar a superar. Entre outras questões abordadas, sentiram a necessidade de pensar o assentamento não só com uma unidade de produção econômica necessária a reprodução social dos agricultores, mas também como unidade pedagógica na acepção ampla do termo. Unidade pedagógica no sentido de todo um processo de aprendizagem que passe a ter lugar nos assentamentos, e no qual os agrônomos e técnicos agrícolas e, outros profissionais, fossem chamados a serem técnicos-educadores. Ao assumir uma postura de educador os técnicos deveriam, portanto, incentivar a presença participante dos camponeses, como co-responsáveis pelo processo de mudança. Para tanto, não se deveria desconhecer o back-ground cultural que explica os procedimentos técnicos empíricos dos camponeses, já que esta base cultural - em que se constituem suas formas de proceder, sua percepção da realidade - deveriam trabalhar todos os que tivessem esta ou aquela responsabilidade no processo de aprendizagem voltado para a construção de sujeitos intercomunicativos e co-responsáveis pelas mudanças desejadas. Nesta direção, viu-se que, a nova situação de conquista da terra, ao que se segue a aplicação de novos conhecimentos e novas tecnologias, se constituem ou devem se constituir em fator de mudança da percepção de mundo dos camponeses; sendo imprescindível a ação também sobre o quadro cultural. Este tenderia a perdurar na nova situação, revelado pelos os modos de comportar-se dos assentados, o que importava que todos os agentes educadores levassem em consideração todos os aspectos fundamentais que caracterizavam a existência destes atores sociais na realidade anterior. Estes tendiam a ser superados e ao mesmo tempo conservados nas estruturas de mentalidade que vão surgindo no processo de socialização. Daí, porque a capacitação técnica dos assentados deveria esta integralmente associada à outras demandas educativas e a todo um trabalho de reflexão, estudos e análises das dimensões mais amplas nas quais se dá o próprio que fazer técnico (AACC, Relatório de Curso de Formação Político-pedagógica, 1998).

Entretanto, apesar de toda essa compreensão pelos participantes daquele evento de formação político-pedagógica, mostrou-se as dificuldades de conceber a ação nos assentamentos como um processo de transformação cultural, intencional, sistematizado e programado tendo como centro os camponeses como sujeito, não só por estarem amarrados por certo pragmatismo à estrutura administrativa-burocrática das instituições mas, sobretudo, porque um processo assim concebido envolve decisão política, que é a que impulsiona as proposições técnicas que não sendo neutras, implicam em opção ideológica. Nesta direção, tais participantes moviam-se numa realidade em que projetos, prazos, procedimentos, metodologias, metas, produtos, sistemas de produção, etc. já estavam preestabelecidos, cabendo a eles apenas a execução, apesar de se falar tanto em planejamento participativo e em participação dos assentados. Falava-se também, de implementação de um modelo de agricultura sustentável ecologicamente; mas acionava-se projetos produtivos intensivos de insumos modernos próprios da “revolução verde” (Idem, *ibidem*).

Desta forma, entre outros tantos problemas, para além dos estorvos vindos da tradição, das estruturas perversas de dominação, nas quais os camponeses tinham sido socializados; haviam imposições sistêmicas, emanadas de uma racionalidade técnico-instrumental predominante na sociedade e de imperativos estatais-burocráticos baseados nesta mesma racionalidade voltados não só para despolitização do trabalho educativo, impondo-lhe uma visão meramente tecnicista, mas também impedindo ou solapando a força comunicativa da solidariedade que pudesse ser construída pelos sujeitos de fato do processo de

aprendizagem de novas formas de vida nos assentamentos. Além disto, concluiu-se que a falta de uma visão político-estratégica direcionadora da ação educativa limitava a propolada conquista da cidadania, inclusive da cidadania política, pelos camponeses. Emblemático desse déficit seria a não visualização da importância de realizar encontros com representantes de todas áreas de assentamento, por exemplo, para se pensar formas de lutas comuns em torno de políticas de educação, saúde, assistência técnica, apoio à produção e a comercialização, etc. protagonizadas pelos próprios camponeses. Estas continuavam sendo definidas em gabinetes e intermediadas por instituições voltadas para a problemática da luta pela terra e sobre a terra. Emblemático que o trabalho destas entidades da sociedade civil centrasse a sua ação na geração de emprego e renda nos assentamentos como uma coisa em si mesma, como uma ação cujos fins esgota-se em si mesma, o que implicava tratar os assentamentos confinando-os, para dentro de si mesmos, isolados da movimentação mais ampla de democratização social, com exceção das áreas do MST. Não se incentivava, por exemplo, a formação sindical e a participação ativa dos assentados nestas organizações de classe; o trabalho não se voltava para o fortalecimento (e até surgimento) dos movimentos sociais, como o próprio Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o MST, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, havendo, portanto, por parte de entidades como as ONG's um, reforço do confinamento dos camponeses assentados no seu pequeno mundo local, mesmo que involuntário.

Sendo a heteronomia social a regra nas áreas de assentamento, tais estorvos aos processos de ressocialização dos assentamentos foram verificados também nas comunidades rurais apoiadas pela CPT no Alto Sertão da Paraíba (Bonito de Santa Fé, Triunfo e Riacho dos Cavalos). Esta situação também foi diagnosticada por cerca de 30 agentes da Cáritas Regional Nordeste II (entidade ligada à Igreja), no âmbito de quase todas as dioceses, em quatro estados (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte). Um universo de mais de 100 assentamentos e comunidades rurais com problemas comuns relativos a reprodução das relações sociais de dominação, solapadoras da ação educativa destes agentes quanto a sua intencionalidade libertadora.

O nosso diálogo com estes agentes da Cáritas e instituições que realizam em parceria com ela, um trabalho educativo nas comunidades e assentamentos rurais, se deu entre dezembro de 1998 à novembro de 1999, mediante quatro encontros formativos. Em cada encontro, os participantes iam aprofundando um diagnóstico processual da realidade com base em informações quantitativas e qualitativas colhidas mediante visita às famílias, entrevistas com lideranças e com assentados/comunitários, levantamento de histórias de vida e observação direta. Como a maioria dos agentes já atuavam nas áreas e tinham uma visão destas, limitada aos “problemas levantados em reuniões”, andamento dos projetos produtivos financiados e à ótica e informação de certas lideranças, foi realizado um trabalho de “inserção” de fato dos agentes na realidade para além de contatos com certas lideranças privilegiadas para encaminhar tarefas relativas à organização comunitária. O foco do trabalho foi identificar e aprofundar fatores relativos à reprodução de relações especiais de dominação, bem como dos valores na cultura, que presidiam tais relações solapando as possibilidades dos camponeses conquistarem novos patamares de consciência e sociabilidade.

O problema chave das primeiras reflexões foi o fato dessas comunidades e assentamentos, organizados em associações locais, já terem passado por inúmeros cursos de formação (capacitação técnica, grupalização em torno de projetos de produção, associativismo, gestão associativa participativa, etc.); entretanto, com poucos resultados ou eficácia na superação de padrões de relações sociais cotidianas de desvalias mútuas e dominação. No segundo encontro, com intervalo de três meses com relação ao primeiro, já foi possível traçar um conjunto de problemas constituidores de um perfil comum às comunidades

“assistidas” pelos agentes educadores em confronto com o conjunto de virtualidades que conformavam o perfil desejado e presente idealmente no discurso das entidades, de lideranças e dos próprios “mediadores”.

Na reflexão de tais perfis confrontou-se, a realidade idealizada contrastando-a com a realidade concreta, ponto de partida da ação educativa. Tal realidade idealizada, na verdade, deveria ser uma meta alcançada por um processo educativo voltado a construção, à médio e longo prazo, de padrões relacionais de cooperação social. Neste caso, tal meta deveria ser uma possibilidade, um vir a ser que se vai construindo e, superando obstáculos nesta construção. Tal “caminhada” implicava um processo de socialização dos indivíduos, de descentração, de trocas de idéias e relações mais equilibradas entre eles mesmos e entre eles e o meio. Pressupondo também a aquisição de competências para a livre manifestação de idéias e pontos de vista, para a livre escolha, para participar de processos formadores de consensos intersubjetivos e para a liberação coletiva. Tal processo de socialização, ao pressupor um processo mais amplo de aprendizagem caracterizada por dois processos simultâneos de racionalização e subjetivação, no sentido do envolvimento dos indivíduos de forma cada vez mais comprometida com a comunidade e seus processos de mudanças, como no sentido de formação de suas identidades; implicava em se lançar mão de conhecimentos e informações técnicas e científicas e dos próprios saberes e experiências acumuladas por estes atores no processo de conhecer e mudar a sua realidade a partir seu pequeno mundo objetivo, social e subjetivo. Conhecer, portanto, deveria ser encarado como algo que implicava em organizar estruturar e explicar a experiência, por sua vez imersa num sistema de relações governadas por determinados valores e crenças. Portanto, novos padrões relacionais (e novos valores) pressupõem uma comunidade ou um assentamento onde as pessoas realmente sejam autogovernadas e intercomunicativas, implicando em organizações comunitárias democráticas e que representem os níveis de cooperação alcançados pelos seus associados e, na mera formalidade ou instrumento para viabilizar recursos públicos ou privados para melhorar os padrões de sobrevivência dos implicados.

Em contraste, a comunidade real, o perfil comum a todas as áreas acompanhadas pelos agentes educadores de Cáritas informava a cultura de sujeição, de subalternidade, do favor e da dádiva, do mandonismo e do clientelismo, na qual os indivíduos foram socializados, não se diferenciando padrões relacionais de uma área de camponeses parcelares (comunidades rurais) de uma área de assentamento da Reforma Agrária. Empiricamente foram os seguintes fatores que informaram a persistência de tal cultura e que de uma forma ou de outra podiam ser encontrados, mesmo que com novas roupagens, nas comunidades camponesas e nos assentamentos rurais: falta de coesão interna, mutualismo e elos de vizinhança baseados de relações de favor, troca e recompensas, resistência a projetos de produção coletiva (grupais) e apropriação comum de seus resultados, relações de dependência às lideranças e tutelamentos destas sobre os liderados; associações restritas à participação das diretorias e criadas no intuito particularista de canalizar recursos para as comunidades/áreas de assentamentos, e não um espaço de cooperação, social, de organização e compatibilização de interesses individuais e coletivos; espaço de socialização e prefiguração de uma nova cultura moldada por valores e relações sociais de respeito a outro, de solidariedade e de equidade entre os seus membros.

Do lado dos técnicos e agentes, educadores, foi identificado um pequeno número para acompanhar uma considerável quantidade de comunidades e projetos, dificultando a realização de um trabalho menos assistencialista/voluntarista e mais educativo, sistemático, programado, constantemente avaliado e intencionalmente voltado para a capacitação permanente dos componentes envolvidos; capacitação esta que não se conclui na

consciência, mas no padrões relacionais que estes atores sociais constroem e reconstróem constantemente. Neste processo, podiam aprender a tomar distanciamento com relação a sua própria realidade imediata para refletirem criticamente valores, crenças e concepções de mundo que presidem tais relações. Os agentes educadores perceberam ainda, que o volume de atividades e de comunidades acompanhadas, reduziu o tempo de suas presenças nas comunidades, o que acabava no privilegiamento de determinadas lideranças e praticamente numa exclusão involuntária do restante das pessoas e das famílias das áreas acompanhadas.

O exercício de capacitação emersa nas comunidades oportunizado pelo projeto de formação ético-política de agentes da Cáritas, levou os seus participantes a perceberem que anos afincos acompanhando uma determinada comunidade ou assentamento não significava conhecê-la; que inserção na realidade para conhecê-la para além da aparência e das patologias sociais relacionadas aos baixos níveis de reprodução material da população do campo, não era uma mera presença física ou contatos, mas uma relação com o meio e seus agentes. Tal relação pressupõe uma atitude de conhecimento. Mas não há conhecimento sem mediação simbólica nas relações entre sujeitos cognoscentes e entre eles e a realidade. Não havendo, portanto, conhecimento sem conceitos, o que implica não só no problema relacional e na linguagem, mas também, na mobilização de conhecimentos e informações, incluindo os saberes e as experiências dos implicados, que tenham utilidade social, que possam ser endogenizados nos processos possíveis de mudanças social.

Enfim, a experiência de capacitação imersa dos agentes educadores em comunidades e assentamentos previamente selecionados, possibilitou ampliar a visão política-pedagógica dos agentes educadores para além de uma visão centrada no bom ou no precário funcionamento de projetos implantados e na crença da “pureza” das intenções comunitaristas de dedicadas lideranças. Durante as suas permanências sistemáticas e alternadas nas comunidades, foi possível deslanchar com os camponeses e suas famílias, com pessoas e subgrupos, com lideranças e liderados, um processo de análise e reflexão críticas dos problemas vivenciados e que impediam de encontrarem-se como pessoas livres, sem ressentimentos e relações mútuas de invalidações e desconfianças, para elaborarem os seus sonhos e projetos pessoais e coletivos; para discutirem, sem constrangimentos e tutelamentos alternativas à melhoria de suas condições de sobrevivência. Abria-se possibilidades de um empoderamento dos participantes do processo, tendo em vista a transformação das organizações locais em esferas públicas democráticas. Isto é, transformá-las em espaços de exercício de poder governados por orientações normativas de reciprocidade, equidade e cooperação social.

Se não cabe as organizações do campo da educação popular propor-se a constituição de sujeitos políticos semelhantes aos que postulam os partidos, ou a construção da cidadania propriamente política dos camponeses, como sugeriu o nosso interlocutor Diego Palma (1994: 14); acreditamos que está havendo um processo de descentração de agentes educadores ou mediadores de ONG's e outras entidades da sociedade civil, bem como de certos movimentos sociais que atuam no campo. Há uma preocupação em resgatar a dimensão político-pedagógica da ação com assentados e camponeses que, ao mesmo tempo, choca-se com a sua orientação tecnicista, induzida pelos imperativos sistêmicos. Ao abraçarem o tema da ética e da política, tendem a criar possibilidades, nas experiências e âmbitos aqui relatados e alhures, de efetivação de processos socializadores dos implicados, redimensionando a ação educativa no sentido de que venha realmente criar hábitos e valores de solidariedade, responsabilidade adulta e cidadã; equidade no trato das diferenças, reciprocidade em termos de direitos e deveres, aspirações emancipatórias, etc.. Sabendo-se que processos de aprendizagens de tais envergaduras atingem diferencialmente os diversos sujeitos implicados

e que estão sujeitos a múltiplos estorvos e frenagens; sempre existirá, entretanto, aqueles indivíduos que conseguem se sobrepor à sua realidade social e ascender à mentalidade média de seus concidadãos. Estes podem, então, questionar os contextos sistematicamente distorcidos e os elementos que eles se apresentam de coerção e dominação, podem problematizar fatores que impedem as pessoas de serem mais livres, propondo alternativas que tornem a convivência social, pelo menos, assimetricamente tolerável. Estes são aqueles que exercem a função propriamente de intelectuais e são primordiais na formação de correntes de opinião, de movimentos culturais, na construção de condições que impulsionam o pensamento crítico que calçam as possibilidades de mudanças sociais redimensionadoras dos potenciais emancipatórios da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos mostrar que os movimentos sociais podem ser analisados como processos de aprendizagem, o que implicou em avaliar as suas potencialidades e limites na racionalização da tradição e no enfrentamento dos imperativos sistêmicos responsáveis pelas patologias sociais contra as quais lutam.

Tais processos de aprendizagem puderam ser apreendidos basicamente à luz de três categorias fundamentais: descentração, generalização de valores e juridificação de direitos. Elas dizem respeito à mobilização do acervo cultural, pela qual os movimentos sociais e outros organismos da sociedade civil abastecem-se de conhecimentos técnicos e científicos partilhados e acessados na obtenção de novas interpretações e elaboração de novas temáticas e agendas de ação coletivas. Por sua vez, referem-se à capacidade da ação movimentalista de resolver problemas que atingem determinados atores e grupos sociais (organização da ação), exigindo renovados padrões normativos e orientadores da coordenação da ação (processos interativos contínuos intersubjetivamente mediados pela linguagem), assegurando formas inovadoras de solidariedade social e pertencimentos coletivos. Tal competência aberta à resolução e ao conflito ancora, e ao mesmo tempo depende do conjunto de competências adquiridas pelos membros da ação coletiva (capacidade de linguagem e ação), necessárias a sua participação em processos de entendimento e através dos quais podem afirmar a sua própria identidade.

Tentamos mostrar que, movidos por determinados valores morais e ético-políticos ancorados numa racionalidade dialogal, ou se quisermos, comunicativa (já que os processos interativos orientados pela intersubjetividade dos sujeitos da ação são coordenados pela linguagem), os movimentos sociais, promovem um processo de socialização de seus membros, de forma que eles possam adquirir uma identidade e competências para partilhar de estruturas de consciência coletiva. Neste sentido, a ação educativa, ou mais especificamente, socializadora dos movimentos sociais, comportam dimensões cognitivas, normativas e expressivas.

Na dimensão cognitiva, os sujeitos da ação, apoiados num substrato de linguagem comum, mobilizam, criticam, reproduzem e incorporam nos sistemas de ação conhecimentos técnicos e científicos e informações de utilidade social. Ou seja, tais recursos mobilizados ancoram a reflexão de situações problemas, a construção de consensos interpretativos sobre alternativas de resolução e formas de processá-las. Ao processá-las, tais conhecimentos são testados pela práxis social. As experiências decorrentes abrem possibilidades de novos conhecimentos e saberes, ao mesmo tempo em que, possibilitam a construção de novas propriedades de transformação de estruturas mentais. Portanto, ao mesmo tempo, em que há a aprendizagem de cada indivíduo em termos de construção de sua personalidade, de enriquecimento de sua subjetividade, há a sua aprendizagem de atuação sobre o mundo. Neste sentido, os movimentos sociais abrem e dimensionam o espaço social possibilitador desta aprendizagem, implicando desafios para cada um de seus membros ascenderem para novas estruturas de racionalidade e ação.

Já através da dimensão normativa, os sujeitos de ação movimentalista exercitam não só as próprias regras discursivas relativas à reciprocidade de pensamento na qualidade de interlocutores, também colocam em xeque determinados valores e padrões sociais de conduta que regulam a convivência e a sua pertença ao grupo social e sua relação com outros grupos, de forma que alternativas e novos patamares de integração social possam ser construídos e ganhar corporificação institucional. A dimensão expressiva diz respeito não só à construção da identidade coletiva com apelos dramáticos e estabelecimento de

fronteiras entre um “nós” e mundos de outros; também à formação no plano da personalidade, uma vez que, o ator quando participa da interação e realização de trocas intelectuais com pessoas de referência agindo competentemente, internaliza orientações valorativas de seu próprio grupo social e pode adquirir capacidades generalizadas de ação.

Evidentemente que as condições construídas pela ação movimentalista para um novo processo de socialização e individualização, depende das experiências e bagagens culturais que cada indivíduo adquiriu em sua trajetória de vida precedente e, de circunstâncias históricas e sociais envolventes. Tais fatores podem tanto dinamizar quanto freiar as potencialidades de cada indivíduo ou grupo social organizado para ascensão aos novos patamares de ação e racionalidade. Mas, é aí que está o principal teste de um movimento social quanto a sua capacidade de racionalização social, a qual, por sua vez, depende de indivíduos socializados de forma bem sucedida.

Mas do que pressupostos tais processos de construção de sujeitos capazes de discurso e ação é uma possibilidade que pode ser testada no campo das evidências empíricas. No corpo deste texto, podem ser encontrados exemplos concretos de processos interativos que organizam o pensamento, possibilitam o aparecimento e a potencialização da imaginação criadora e a construção de conceitos; o uso da memória e o planejamento da ação. Ação que no seu curso e nos seus resultados se traduz em novos patamares de integração social e na resolução de problemas sistêmicos. Entretanto, a depender das biografias individuais e das circunstâncias sociais, tais processos socializadores podem ser diferenciados, tanto ao nível dos indivíduos, quanto dos grupos sociais e dos impactos que podem operar no todo societário. Esta diferenciação remete-nos aos próprios patamares pré-existentes de ação e racionalidade, ou seja, dos diferentes contextos sociais, pontos de partida da ação educativa.

Em geral, os movimentos sociais e outros organismos da sociedade civil, partem de contextos sociais marcados por profundas desigualdades sociais e, sobretudo, por profundos déficits de reprodução material que penalizam e colocam milhões de seres humanos no limiar da barbárie da fome, do analfabetismo e de outras patologias sociais. Em contextos como esses os processos de socialização, por mais primários que sejam, encontram frenagens quase intransponíveis, já que déficits significativos de reprodução material criam situações de idiotização social (Paulo Freire), de animalização social (Marx), de regressão à estágios de ação governados pelo instinto da espécie. Nestas situações, os processos educativos propiciadores de novos patamares de ação e sociabilidade, ao partirem dos problemas de construção de auto-estima e autoconfiança dos indivíduos, não poderiam estar dissociados de alternativas de superação da indigência social. Isto significa dizermos que, antes de tudo, os déficits de reprodução material do mundo da vida implicam questão que se cumpre por meio da atividade teleológica; mais precisamente da atividade política dos indivíduos socializados e daqueles e daquelas organizações sociais e políticas capazes de intervir nas estruturas de poder político, para realizar os seus fins. A nosso ver (como tentamos mostrar ao longo deste trabalho) estão aí os limites da ação educativa dos movimentos sociais.

Como vimos, os movimentos sociais e outros formatos organizativos da sociedade civil apresentam limites tanto no que tange à superação de uma cultura política “de sujeição”, caracterizada, sobretudo, por mecanismos clientelísticos e patrimonialistas que obstruem a institucionalidade político-democrática, quanto à socialização política dos participantes de sua ação educativa. Esta ação educativa ao assumir a forma de movimentos sociais auto-identitários, por ausência de uma mediação política adequada, eleva os camponeses e outros seres subalternos do campo ao protagonismo político, privilegiando o repertório das ações diretas, não os transformando em sujeitos ativos no sistema político.

Senão, quando agenciados por entidades civis e pára-religiosas refratárias à ação política pela lógica competitiva do sistema político-partidário tendem a ficar confinadas à ação local mediante a luta imediata pela sobrevivência e de resistência na terra.

Do ponto de vista da socialização política, os “pobres do campo” agenciados como base social da ação movimentalista, mobilizam-se e politizam-se no confronto imediato contra a expropriação e a violência de que são vítimas, vocalizando direitos à terra e as condições necessárias para nela viver dignamente. Entretanto, privados da participação propriamente política, sentem-se incapacitados para conquistar e exercitar a sua cidadania política. Enquanto a representação política continua sendo um privilégio dos potentados das oligarquias locais e alhures, permanecem sem uma formação política que lhes dê oportunidades de construção de uma identidade política que, por sua vez, lhes assegurem opções político-ideológicas conscientes e escolhas político-partidárias comprometidas com as suas lutas. Em face disto continuam vulneráveis aos aliciamentos clientelísticos e eleitoreiros, consagrando a reprodução daqueles que sempre estiveram no poder e da própria cultura política de “sujeição”.

Se a educação sozinha não faz a transformação do mundo, mas esta a implica (Paulo Freire, 1993:32); mudanças mais profundas em qualquer sociedade implicam em educação propriamente política estribada pela ação dos partidos políticos com elas comprometidos. Nesta direção, a cultura política “de participação” dos movimentos implicou na construção de mecanismos da democracia semi-direta e de suas possibilidades; implicou na construção da democracia participativa, mas não dispensou a ação político partidária para sua institucionalização na Constituição “cidadã” de 1988 e nem no nível de sua corporificação na agenda e na ação do Estado e das agências multilaterais de desenvolvimento (BID, BIRD, PICD etc).

A própria institucionalização de esferas públicas como os conselhos e outros mecanismos de controle societário de políticas e fundos públicos, bem como, definições de sua composição e critérios de escolha; sua paridade e seu caráter deliberativo, consultivo, propositivo etc.; dependeu e depende de representantes políticos comprometidos com a própria institucionalização dessa cultura política de participação ou, no mínimo, com a moralização da própria idéia de democracia. Ou seja, se a cultura política “de participação” assume a forma de democracia participativa, a sua eficácia esbarra exatamente nas instituições da democracia política, já que, a criação e funcionamento dos Conselhos, a iniciativa popular de projeto de leis, a institucionalização do planejamento participativo e do orçamento participativo, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianuais de Investimentos, Leis de Orçamento Anual, acompanhamento, análise e fiscalização do Orçamento Programa etc. dependem dos executivos e da representação parlamentar. Se a universalidade da forma democrática carece de substancialidade social; “guetos corporativos” ao reivindicar os particularismos sócio-culturais buscando intermediar interesses pelas vias e atalhos não políticos podem obstruir tanto a forma quanto o conteúdo de uma cultura política democrática.

Em outros termos, achar que a universalidade da representação política no parlamento é ilegítima pelo fato dos processos de escolha dessa representação, ser desqualificados conforme o figurino ético-político da ação participativa daqueles que querem democratizar a democracia e, ao mesmo tempo achar que um representante de uma ONG, escolhido por critérios ad hoc e que atua num Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e que decide sobre esta ou aquela matéria orçamentária, é mais legítima do que a função daquele que se submeteu à competição eleitoral com base no sistema político dos partidos, é no mínimo um contrasenso. Senão, é querer em nome da participação social, ou da

vocalização do interesse desse ou daquele grupo social, reforçar uma antinomia entre democracia social e democracia política, limitando à primeira à “guetos identitários” que se movem por uma lógica de “democracia direta”. Portanto, passando por fora das instituições político-democráticas, atingindo uma esfera pública (política) estorvada pela ausência dos partidos políticos, para chegar à organismos da face provedora do aparelho político-administrativo.

Ao agirem desta forma, movimentos sociais e outros formatos organizativos da sociedade civil, podem permanecer atados a uma cultura política “de sujeição” ao mesmo tempo em que a supera com práticas próprias ou sinalizadoras de uma cultura política “de participação”. As novas estruturas de racionalidade e ação participativista ao mesmo tempo em que são corporificadas institucionalmente complementando e alargando positivamente a institucionalidade político-democrática, paradoxalmente, trazem em seu bojo procedimentos desestimuladores da ação político-partidária, de alheamento às instituições da democracia política, ao privilegiarem o repertório da ação direta na sua interlocução com o aparelho político - administrativo do Estado. Ou seja, ao mesmo tempo em que conservam e cultivam um conjunto de atitudes, sentimentos, crenças e aspectos normativos; avaliações e informações que tomam o sistema político como um todo, mas privilegiando as dimensões de out put, da prática e das benesses que podem oferecer os aparelhos político-administrativos encarregados das políticas e fundos públicos; avançam numa relação integrativa e propositiva com o sistema político-administrativo no campo das políticas públicas, requerendo de certa forma uma nova postura com relação à área político-parlamentar. Ao mesmo tempo em que certos movimentos e entidades populares buscam diretamente o aparelho político-burocrático do Estado para satisfazer as suas demandas, reproduzindo de certa forma os procedimentos particularísticos semelhantes aqueles das elites e oligarquias políticas de “captura” do Estado; superam padrões clientelistas e assistencialistas mediante estruturas de mediação constituídas pelos próprios atores demandantes sob a noção de cidadania coletiva e, construindo espaços de negociação manifestos numa espécie de “neocorporativismo”.

Do ponto de vista da cultura política, movimentos sociais e outras entidades que compõem a face movimentalista do mundo de vida, difundem um conjunto de conhecimento, crenças, sentimentos, juízos e concepções que tendem a desqualificar as instituições políticas e fortalecer predisposições psico-sócio-culturais à indiferença e à desconfiança em relação à institucionalidade político-democrática. Podem afirmar a sua simpatia ao dogmatismo e manifestando atitudes de voluntarismo e intolerância com outras forças políticas diferentes e contrárias etc.; ao mesmo tempo em que valorizam e procuram qualificar atores sociais para atuar nos conselhos e nos comitês gestores de programas e projetos governamentais. Também nos processos de planejamento e orçamento participativo, no monitoramento de orçamentos públicos, entre outros. Aproximam-se, assim, da noção de uma cultura política “de participação” de corte social-liberal ao pressupor a cidadania ativa de cada cidadão, valorizando a democracia como modo de vida e convivência com as diferenças a partir do cotidiano; enfatizando ações cidadãos afirmativas de grupos sociais com recortes de gênero, geração, raça, etnia etc; procuram mobilizar e disseminar informações sobre fatos e assuntos políticos e implementar processos de capacitação contínua de atores engajados na ação coletiva. Há uma preocupação em nutrir nestes atores uma confiança de que é possível influenciar na mudança social mediante a força solidária da organização e da participação social.

Do ponto de vista da formação política, apesar de haver fragilidades, principalmente quanto aos temas da política dos partidos, há uma formação/capacitação contínua, sistemática e diferenciada no âmbito dos movimentos sociais e da ação das ONG's.

A meta tem sido elevar os níveis de informação e conhecimento das pessoas a partir da tematização de problemas comuns concernentes a realidade imediata na direção da superação do senso comum e da linguagem ordinária (conversação). Dessa forma busca-se atingir um pensamento mais elaborado e sua forma discursiva, pela incorporação de conhecimentos técnicos e científicos e interiorização de valores e atitudes compatíveis com o projeto de sociedade desejada. Entretanto, observamos, muitas vezes, o desrespeito aos níveis de conhecimento, às biografias e à bagagem cultural das pessoas, o que acaba levando a uma diferenciação hierarquizada entre uma minoria que comanda e uma maioria que obedece e executa tarefas. É claro que as experiências anteriores ao engajamento na ação coletiva podem ser tanto fator de frenagem como de favorecimento à aquisição de novos e mais avançados níveis de consciência política e sociabilidade. Daí porque certos indivíduos e grupos sociais estejam mais propensos a um engajamento na organização movimentalista e visualizem mais amplamente os processos de mudanças implementadas e desejadas, coordenando-os com os seus próprios interesses e para além da sobrevivência imediata. Entre esses, estão aqueles que ascendem às funções de lideranças. Entretanto, levando-se em consideração que tais diferenciações implicam em diferentes níveis e possibilidades de engajamento no movimento social, nas suas diversas instâncias de organização e participação; existem dificuldades, por parte dos dirigentes e assessores de certos movimentos sociais de tratar diferenças sócio-culturais e déficits cognitivos (nas quais incidem inclusive fatores como escolarização e diferenças geracionais). Isso pode tendenciar a absolutização de hierarquias e privilégios em termos de oportunidades formativas/capacitadoras no âmbito do conjunto de indivíduos implicados.

Nessa direção, movimentos como MST, ao adotar o “trabalho de massa” obscurece a necessidade de “trabalho de base”, considerado artesanal e com base na convicção amplamente difundida e partilhada de que a “massa” se mobiliza sozinha, em função do imediato. Caberia, então, aos dirigentes essa mediação entre a luta política e a luta imediata; desconsiderando, portanto, as diferentes experiências anteriores dos assentados socializados em contextos marcados por padrões de relações sociais perversas e politicamente assentados em arranjos oligárquicos clientelistas e patrimonialistas. Absolutizando a hierarquia entre os que “dirigem” e os que “obedecem” sob o efeito de um intenso e contínuo processo de emulação, o MST conforme observamos na realidade nordestina termina por criar para si oposições e divisões internas nas áreas de assentamento. Embora o trabalho de emulação político-ideológica desperte o ativismo da massa nas ocupações, tem produzido efeitos contrários no momento da luta sobre a terra.

Este movimento apresenta dificuldades de construir espaços e coordenar práticas dialogais que propiciem momentos de reflexão sobre novas formas de conviver, organizar-se, produzir, dividir e compartilhar responsabilidades. A própria falta de habilidade dos dirigentes em coordenar a conciliação da agricultura familiar com certos espaços de construção da solidariedade e atividades coletivas, tende a produzir uma heteronomia social, marcada por recrudescimentos a estruturas de mentalidade anteriores ou pré-existentes num clima de inseguranças e incertezas patrocinado por certas lideranças portadoras de uma moral social militante que dificultam a coesão interna dos assentados. Desconhece-se, por exemplo, que a tomada de consciência de certas situações exige determinados níveis de desenvolvimento cognitivo e que não se chega a construções próprias em termos de pensamento e linguagem e a uma atitude aberta à inovações, senão quando se participa como sujeito efetivo de processos interativos abertos à resolução de problemas.

Conforme observações na realidade do Nordeste, o MST, mas não só, ao adotar uma política de “formação de quadros” própria das organizações revolucionárias, produz uma

heteronomia sócio-política interna ao movimento expressa por uma dicotomia que tende a fossilização de diferenças entre “massa” e “dirigentes profissionalizados”, entre base e direção. A “massa” nos assentamentos vê-se confinada a um aprendizado mediante a experiência imediata, limitada à percepção intuitiva e a padrões lingüísticos ordinários próprios de sua cultura pré-existente e muitas vezes utilizados para silenciar crenças, valores e convicções profundas em situações conflituosas e psicologicamente instáveis. Já os quadros dirigentes e lideranças, conforme também observou Gaiger (op. cit., 21), embora não deixem de propiciar a luta mediadora de satisfação das necessidades de demandas educativas da base (capacitação técnicas, educação escolar, associativista etc), têm o privilégio de viver a militância política como uma escola permanente de formação e de atividades sistemáticas de estudos, análises, discussões e informações. Mediante esta aquisição contínua de capital político-cultural, são portadores de uma visão política cada vez mais elaborada. De sorte que, embora o MST e outros formatos movimentistas avancem no horizonte de um pensamento crítico-constestador aprofunda ao mesmo tempo a diferença entre a “massa” dos assentados e os dirigentes no que diz respeito a compreensão deste mesmo fenômeno. Desta forma, obstruem-se no âmbito dos assentamentos, processos fundamentais de evolução societária e que se dão no nível da consciência prático-moral, que implicam em regulação consensual das diferenças e conflitos, dando lugar a reprodução padrões de relações sociais autoritários, no lugar de equacioná-los, e até, reduzi-los.

A superação das amarras da tradição é estorvada pelo aprisionamento de capital cultural e político nas mãos dos experts, cada vez mais longe das práticas cotidianas, reproduzindo-se de certa forma sinais de “empobrecimento cultural” do conjunto dos assentados. Por outro lado, à heteronomia política soma-se a heteronomia social pré-existente como manifestação de valores contidos na própria bagagem cultural adquirida pelos assentados em suas experiências passadas, tendenciando uma espécie de confinamento da grande maioria ao espaço social local. Com isto, reduzem-se as possibilidades de mudança da cultura política “de sujeição” e abrem-se brechas para a reprodução dos padrões relacionais e valores que lhes são inerentes, mesmo que de forma metamorfoseada, no próprio assentamento. Além disto, sem um contínuo trabalho de formação política propriamente dito, a “base” movimentalista permanece vulnerável aos aliciamentos daqueles que, mediante arranjos oligárquicos locais de intermediação de interesses, se reproduzem continuamente no poder. Em áreas de assentamento que estão fora da ação do MST esta situação é muito mais evidente.

Soma-se a tais limites e possibilidades, num contexto societário cambiante, a valorização da democracia social (radicalização da democracia a partir da vida cotidiana, como cultura, democracia como modo de vida) e ao mesmo tempo certo alheamento às instituições da democracia política. Tal fato compromete a compatibilização da democracia social com a democracia política na esfera da opinião público-política, sem a ação intermediadora dos partidos políticos e, a sua própria função mediadora das demandas propositivas e reivindicativas dos movimentos sociais em colisão nesta esfera pública com os imperativos do sistema de ação político-administrativo. Tal ação reivindicativa e propositiva deve ser constantemente qualificada com base em conhecimentos e informações técnicas e científicas como forma de ocupar competentemente os espaços institucionalizados da participação semi-indireta e mesmo para dotar os agentes da ação coletiva de maior poder de barganha pela via de tais mecanismos. Entretanto, tais procedimentos ao não poderem prescindir das instituições políticas de representação, terminam revelando os seus limites, constituindo-se em pré-condições para um aprendizado e a construção de relações positivas com parlamentares e executivos mais predispostos ao transformismo próprio das oligarquias e

elites políticas brasileiras. Ou com aqueles mais permeáveis à ação dos movimentos, ou mesmo, interessados em recompor as suas bases eleitorais e certos níveis de popularidade e legitimação.

Os movimentos aqui estudados, ao assumirem uma estratégia de ação por dentro e por fora da institucionalidade político-democrática, conservam e ao mesmo tempo superam a noção de dualidade de poder própria da cultura de esquerda. Diante de um Estado, que lhes tratam como meras clientelas políticas processando respostas as suas lutas através de mecanismos coercitivos e social-compensatórios, quando não abertamente repressivos e, frente a um sistema político que através de mecanismos “casuísticos” desqualifica os processos de escolha e recrutamento da representação política e transforma os parlamentos num botim de negociações de interesses privados, entre outras questões; os movimentos persistem lançando mão de mecanismos de desobediência civil para abarganhar atenção pública e a mídia. Ao mesmo tempo, procuram intervir na institucionalização de direitos e mecanismos de participação e controle dos governantes pelos governados.

Do ponto de vista da pluralidade de grupos sociais e da diversidade das formas de vida; ação movimentalista luta em defesa daquelas formas de vida ameaçadas pela ação desintegradora dos sistemas de ação, tanto pelos seus mecanismos de expropriação e recrudescimento dos déficits de reprodução material quanto pelos déficits nos domínios da infraestrutura do mundo da vida (reprodução cultural, integração social e socialização), o que implica na integração de milhares de seres humanos pobres, indigentes e analfabetos/semi-analfabetos e um sem-número de grupos sociais ao sistema, mesmo que reformado. Associam-se a tais problemas sociais reprodutivos afinados com a defesa de uma política generativa, mediante a ação dos movimentos e grupos sociais afetados, outros problemas e temáticas como a qualidade de vida, a igualdade de direitos, a autonomia e a realização pessoal ante os imperativos autoritários tanto da tradição quanto do poder arbitrário dos subsistemas regidos por meios-com-respeito a fins. Trata-se, portanto, de um processo de descentração que coloca a ação movimentalista em novos patamares de aprendizagem relacionados à produção e circulação de novas idéias, novos valores, novas imagens e representações de mundo; às formas de ser, comportar-se, às atitudes mais ou menos generalizadas, muitos dos quais associados ao pensamento socialista. Inauguram uma unidade epocal (Paulo Freire, 1979: 64) fazendo frente à “revolução passiva e molecular do capital financeiros”, ao lutar contra as suas seqüelas sociais e as conseqüências patológicas do empobrecimento cultural do mundo da vida.

Ao nos colocarmos numa concepção construtivista ou reconstrutivista, como defende Habermas (1988), e admitirmos o pressuposto de que, estruturas de precedentes de consciência ou de racionalidade tornam-se parte das estruturas emergentes, as contradições e suas possíveis sínteses superadoras, vistas anteriormente, não nos autoriza a tipificá-las como epifenômenos que podem ser explicados meramente pela sua suposta ambigüidade e por recursos interpretativos que opõem linearmente e mecanicamente o velho ao novo, a tradição ao moderno e outras antinomias, de forma a escapar o sentido de movimento dos fatos sociais movimentalistas. Concebê-los como processos de descentração é captar a sentido de seu continuo movimento que se calca na razão, inclui a sociedade na reflexão, testa a sua maturidade moral na resolução de problemas sistêmicos que ameaçam a sua própria reprodução material; manifesta-se na pluralização das formas de vida e nas esferas de valor tornadas possíveis pela própria modernidade, apresentando várias possibilidades de progressão e regressão nos âmbitos das estruturas de moralidade convencionais (voltada para o exame de procedimentos) e de moralidade pós-convencional (voltadas também para o exame de princípios). No nível da psicogênese, a descentração é um processo de

desequilíbrio e que ao mesmo tempo busca um equilíbrio em face da ação de outros indivíduos e grupos sociais que, no estabelecimento de seu sistema de relações com outros e com o meio, descobrem que as estruturas materiais e simbólicas sedimentadas na sociedade não (ou já não) correspondem às suas necessidades vitais; ou quando descobrem que já não correspondem à própria dinâmica societária, apresentando-se como um estorvo à integração social, ao desenvolvimento social, dando margem a perda de sentido, a condutas de crise, a anomia social.

Os limites e potencialidades elencadas anteriormente, longe de uma perspectiva estanque, remetem à continuidade das práticas discursivas tanto de ordem teórica quanto prático-moral, e que colocam a ação movimentalista em novos patamares de reflexividade e ação. Remete também à nossa tese de que os movimentos sociais são portadores de uma cultura política de participação. A participação, ideia-força de suas lutas, implicou em verificarmos as possibilidades de superação de uma cultura política de “sujeição”.

Neste prisma tentamos mostrar no corpo deste texto que o privilegiamento da questão social e outros temas relacionados à democratização social em detrimento dos temas e questões da democracia política; a ênfase nos mecanismos e procedimentos da ação direta, incluindo a desobediência civil, e um alheamento às instituições da democracia política; apresentam-se como limites à superação desta cultura política caracterizada por gramáticas autoritárias e que atentam contra a própria consolidação de instituições democráticas.

Entretanto, os movimentos e outros formatos de ação coletiva da sociedade civil têm construído “trincheiras” e “casamatas” de luta no campo da cultura, ao mesmo tempo em que, por fora da institucionalidade política, numa atitude de “cerco”. Têm encontrado brechas no sistema político para corporificação institucional da participação direta e semi-direta, de forma a ampliar o controle dos governantes pelos governados e os espaços de monitoramento de fundos e políticas públicas, sinalizando a democratização das relações entre Estado e Sociedade, a metamorfose da forma assistencialista do Estado em políticas públicas e direitos sociais, e de suas clientelas em cidadãos ativos. A vigência efetiva de tais mecanismos de participação direta tem encontrado na própria ação do Estado no nível local resistências, senão refuncionalizações como meros instrumentos legais de canalização de recursos e fundos públicos em reforço aos arranjos oligárquicos clientelistas e patrimonialistas do poder político local. Este paradoxo, resulta do privilegiamento da ação dos movimentos e organizações populares pelas vias diretas e semi-diretas mesmo que institucionalizadas, sem uma correspondente ênfase na árdua luta pela renovação da representação político-parlamentar (e de executivos), o que implica a própria qualificação dos processos de escolha dos representantes políticos e de gestores da coisa pública em todos os níveis possíveis. A própria funcionamento de conselhos e comitês paritários de gestão de fundos públicos e projetos de desenvolvimento, e até, as repercussões de resultados provenientes de monitoramento societário de orçamentos municipais, dependem de atores socializados politicamente e de públicos críticos.

Confinados à questão social sem articulá-la com as questões e os temas da democracia política, buscando soluções técnicas para os problemas sociais e qualificação técnica para atuar nos conselhos e outros canais de participação direta e semi-direta, inclusive em parceria ou através de outras modalidades de relações positivas com o Estado e com as agências multilaterais internacionais de desenvolvimento; certos movimentos sociais e organizações da sociedade civil tendem a atuar de forma despolitizada e a possibilitar uma socialização não propriamente política de seus membros e outros implicados. Podem até reforçar a “terceirização de serviços públicos” tão a gosto dos *technopols*, chancelados pelo FMI e pelo BIRD e que, executam aqui e alhures periféricos o “Washington Consensus”.

Podem estar convergindo para minimizar os efeitos sociais perversos do neoliberalismo, que conforme aquele “Consensus” podem desestabilizar o governo, criando barreiras às “reformas estruturais”.

Insularizando-se nas demandas sociais dos pobres, discriminados, desassistidos e indigentes sociais, os movimentos sociais, ONG’s e outros organismos da sociedade civil em nome delas, maximizam os canais e mecanismos de ação direta, institucionalizados ou não; minimizam a ação político-partidária e a própria importância do poder político sob a crença de que a ação local isolada da luta pelo poder político, pode construir contextos sociais e políticos de autonomia e autogovernos, além de melhorias sustentáveis de condições de vida e de trabalho. Esta crença, entre outras, é nutrida pelas mesmas agências multilaterais que cancelam as “reformas estruturais” de corte neoliberal no país; inclusive acenando às ONG’s o status de interlocutores privilegiados na gestão participativa de políticas sociais compensatórias. Em consonância com tal crença, difunde-se a falência e a inviabilidade dos sistemas estatais prestadores de serviços sociais e outros essenciais às populações mais pobres; reverberam-se a desqualificação, e até, ineficácia dos partidos políticos e dos sindicatos na intermediação das demandas sociais, senão a desqualificação e isolamento de movimentos sociais como o MST. A ineficácia, e até, a “perversidade” de movimentos desta natureza é contrastada com a eficiência e eficácia de certas ONG’s e outros formatos de ação coletiva propositiva. Desta forma, os governos e parlamentos ficam nas mãos “dos de sempre”, já que a natureza participativa das políticas sociais compensatórias está inscrita na própria Constituição e é respaldada pelos *technopols* de dentro e de fora do país, cabendo às organizações do “terceiro setor” realizar um trabalho de empoderamento das organizações locais para participar dos canais institucionalizados de ação direta e mesmo através de mecanismos como lobbies e negociações ad hoc. Quanto aos partidos, os partidários remanescentes das oligarquias rurais do passado e os representantes das elites econômicas e políticas que estão no poder dispõem dos *medias*, de poder econômico e máquinas político-administrativas, incluindo o poder de acionar “causismos” em termos da legislação eleitoral, para “conquistar votos”, isolando os partidos progressistas e de esquerda e desgastando as suas lideranças pelas sucessivas derrotas eleitorais.

Ora, se tudo isto é mera coincidência com as “táticas” e “artifícios” dos *technopols* do “Consenso de Washington” para estabilizar governos e manter uma coalizão de poder forte por um longo período de tempo sustentando por sólidas maiorias parlamentares, para desorganizar desqualificar e isolar as oposições políticas, inclusive com relação às demandas sociais dos “de baixo”, além de uma precedente e planejada catástrofe hiperinflacionária minadora de toda e qualquer resistência (ver Fiori, 1995: 135); pelo menos, temos que admitir que a “missão institucional” das ONG’s é despolitizada e assume a linguagem das religiões. Ao passo que, tanto elas, como os movimentos sociais e certas forças de esquerda, apesar da crença da inevitabilidade do projeto político conservador pautado no ideário do neoliberalismo econômico, e da desconstrução do projeto e da estratégia política pautados no ideário socialista; apresentam dificuldades de construir um projeto político-estratégico que possa dar sentido à própria luta contra a miséria e a exclusão social, mais especificamente, de definir a democracia política como um valor estratégico e permanente, até porque, ainda é impossível se imaginar uma “sociedade regulada” sem representação política, sem parlamentos, sem partidos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO – AACC. Apresentação Institucional. Natal – RN, 1998. 11p.
- ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO. – AACC/RN. Relatório. Seminário Anual de Avaliação. Natal – RN, 01 a 04 de dez. 1997.
- ABRAMOVAY Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: **Assentamentos Rurais – Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. DOWBOR, Ladislaw, GRAZIANO, José e outros. **Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas**. 2ª edição. Laurindo Leal (org.). São Paulo: Cortez: EDUC. 1996.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Nova forma de luta pela terra: acampar. In: **Reforma agrária**, 15(2). Campinas (SP): ABRA.
- ABREU, Sebastião de Barros. **Trombas – A guerrilha de Zé Porfírio**. Brasília, Editora Goethe. 1985.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra.
- ADORNO, W. Theodor e Horkheimer, Max. 1985. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, 254p.
- AGGIO, Alberto. “Regime militar e transição democrática: Um Balanço do Caso Brasileiro”. In: **Estudos de Sociologia**. Araraquara : UNESP, 1996.
- AGRIPINA, Antônia e FREIRE, Maria do Socorro. **Relatório sobre as Reuniões** realizadas no Período de 26 a 29 de setembro de 1985, na Delegacia Regional do Trabalho, entre Trabalhadores Canavieiros e os seus patrões, com a Finalidade de Negociarem a Campanha Salarial de 1985. Natal – RN: UFRN/CCSA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL/ Estágio Básico II, 31 de outubro de 1985.
- ALENTEJANO, Paulo R.R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro**. Textos CPDA, n.3. Rio de Janeiro: UFRRJ, set. de 1998.
- ALEXANDER, Jeffrey C. “O novo movimento teórico”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, S. Paulo. N°4, Vol. 2, julho, 1987.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. O Sindicato no Brasil: novos problemas e velhas estruturas. In: **Debates & Crítica**, n. 06, São Paulo, jul./ago. 1975.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. “Os democratas no fio da navalha”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n°01, dez. 1981.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. “ Dificil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: F. W. Reis & G. O’Donnel (Org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo:Vértice, 1988.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. “Cultura Democrática e Presidencialismo no Brasil”. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**, N° 33, mar. 1993
- ALMEIDA, Jacione Pereira de. **Tecnologia “Moderna” versus Tecnologia “Alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura brasileira**. Porto

- Alegre- RS: Universidade Federal do Rio G. do Sul / Programa de Pós – Graduação em Sociologia Rural, janeiro de 1989. (Dissertação em Sociologia Rural).
- ALMEIDA, Alfredo V. Berno de. A reforma agrária localizada e a política regional. In: **Reforma agrária**, vol. 12, nº 1. Campinas – SP: ABRA, jan/fev.,1982.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Conflitos sociais no campo. In: FAJARDO, E. **Em julgamento a violência no campo**. Rio de Janeiro, IAP/Vozes/FASE, 1992 , pp. 132-142.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. O Sindicato no Brasil: novos problemas e velhas estruturas. In: **Debate & Crítica**, n. 06, São Paulo, jul./ago. 1975.
- ALMEIDA, Manoel Donato de. 1986. **Estado, acumulação capitalista e luta de classes no Brasil (1964-1974)**. Campina Grande: UFPB/Centro de Humanidades/Mestrado em Economia (Dissertação de Mestrado). 1986.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Co.; 1980.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in two Nations**. New Bury Park and London. Saze Public, 1989.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco**. São Paulo, 1994 Tese (Doutorado em Sociologia). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. S. Paulo: UNESP, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª. edição. - Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, Joaquim C. X. de. **O Estado e a agroindústria canavieira no Nordeste Oriental. Recife: Universidade Federal de Pernambuco**. 1990. Tese. (Doutorado em Sociologia).
- ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola). **Programa de Apoio à Confederação Nacional dos Assentados e Fundo de Crédito Rural para Cooperativas e Associações de Assentados**. São Paulo: ANCA, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. S. Paulo: Ensaio, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.
- AQUI É MEU PAÍS. A ordem é ninguém passar fome – progresso é o povo feliz . Grito dos Excluídos 98. In: Jornal Grito dos Excluídos. N. Especial 12. Nov. / dez. 1998, pp. 6 e 7.
- AQUI é meu país. Grito dos Excluídos, 07 de setembro de 98. Como Preparar. Calendário de Mobilizações 98. In: Jornal Grito dos Excluídos. Edição Especial 10. Abr. 1998.
- ARRAES, Miguel. **Palavra de Arraes**. Rio de Janeiro: Civiliz. Brasileira: 1965.
- ARAGÃO, L. M. **Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992.
- ARATO, Andrew. Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil: Orientações para Novas Pesquisas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 10; n.27. São Paulo: ANPOCS, fev. 1995, p. 18 – 27.

- ARATO, A & COHEN, J. "Sociedade Civil e Teoria Social". In: AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- ARATO, A & COHEN, J. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.
- ARAÚJO, Expedito Rufino. **O trator e o burro sem rabo. Consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco, Brasil**. – Genebra: Institute Universitaire D'Etudes du Developpement, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Religião e Modernidade em Habermas**. São Paulo: Loyola, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE NATAL. PASTORAL DA CRIANÇA. Situação dos Conselhos da Área Social no Rio Grande do Norte. Natal – RN, 1999.
- ARTICULAÇÃO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO (Coletivo de). **Documento Preliminar Sobre a Crise na Região Canavieira da Zona Mata Sul de Pernambuco e Alternativas**. Palmares – PE: Coletivo de Articulação da Mata Sul/PE (FASE – CPT – CEAS RURAL – FETAPE – CEHTA - SINDICATO ZÉ MELAÇO – STRs da Região), out. 1993; 04p.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Seminário sobre Programas em Execução ou Previstos para a Zona Mata. Relatório Final**. Palmares - PE, 03 de junho de 1986.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Relatório Síntese do Encontro de Articulação das Entidades da Mata sul /PE**. Centro João XXII. Palmares – PE: 22 de mar. 1996.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Relatório. Seminário Democratização do Poder Local & Eleições Municipais / 96**. Palmares – PE: julho de 1996.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Relatório Encontro de Avaliação e Planejamento das Entidades para 1997**. Realizado no Centro de Treinamento João XXIII. Palmares – PE, 04 de Novembro de 1996.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Plataforma Eleitoral 1996. Contribuição ao Debate**. Palmares – PE: s/d, 07p.
- ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Relatório do Seminário Sobre o PROMATA – Segunda Etapa**. Palmares, 05 de agosto e 1996 – Centro João XXIII. Recife - PE, 20 DE AGOSTO DE 1996. 09p.
- ARRAES vai rever Acordo da Mata. In: **Veja**. 14 de dez.1994.
- ARRUDA, João. **Canudos, messianismo e conflito social**. Fortaleza: EFCE / SECULT, 1992.
- ASSALARIADOS: poderes se unem contra o trabalhador. **Informativo CONTAG**, [s. l.], dez. 1996
- ASSELIN, Victor - 1982. **Grilagem, Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis; RJ, VOZES/CPT, 1982.
- ASSIES, Willen. **Organização de Moradores e Poder Municipal na Cidade do Recife**. Recife: UFPE: CEDLA, 1988.

- ASSOCIAÇÃO SEDUP. **Relatório do Encontro de Formação de Educadores Populares.** Cabedelo, 06 e 07 de set. 1999. Guarabira – PB: SEDUP, 1999. 07p.
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO. **Relatório. V Encontro de Comunidades Negras Rurais, Quilombolas e Terras de Preto do Maranhão.** São Luís – MA: 20 de nov. 1997.
- ARTICULAÇÃO DAS ENTIDADES DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. Processo atual de articulação. In: **Cricri.** Palmares – PE, MAIO DE 1996.
- AVELINO FILHO, George. Clientelismo e Política no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, nº 38, março, 1992.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura, Política, Atores Sociais e Democratização. Uma Crítica as Teorias de Transição para a Democracia. In: **Ciências Sociais Hoje: ANPOCS,** 1993.
- AVRITZER, Leonardo. “Para Além da Dicotomia Estado / Mercado. Habermas, Cohen e Arato. In : **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, nº 36, 1993.
- AVRITZER, Leonardo. “Racionalidade, Mercado e Normatividade”. In: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, nº 44, março, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização.** B. Horizonte: Del Rey, 1994.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática, Racionalidade e Participação. Uma Crítica Habermasiana ao Elitismo Democrático. **Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual do ANPOCS, CAXAMBU,** Minas Gerais, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática.** São Paulo: Perspectiva. 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA Moniz. **O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil, 1961 – 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA EM 1997. In: **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Ano XVI, No. 171. Agosto 1997.
- BARÃO paga hora extra com balas. Violência na usina: cobrança de hora extra devida pala Açucareira acaba matando trabalhador. **Diário de Natal.** Natal – RN: 24 / set. /1986. p.05.
- BARBOSA, Ivone Vidal Torres. **Mudanças sociais na agricultura e suas implicações para o sindicalismo rural. (Um estudo das transformações em Sapé 1950 – 1980).** – Campina Grande: UFPB: Centro de Humanidades. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), 1985.
- BARNES, J. A. “Redes Sociais e Processo Político”. In: FELDMAN - BIANCO, Bela, (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.
- BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- BARREIRA, Irllys A. F. 1991. “Frutos do tempo: movimentos sociais ontem e hoje”. In: **Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa.** Elisa Reis, Maria Hermínia T. de Almeida e Peter Fry (orgs.). São Paulo, ANPOCS / Ed. HUCITEC, 1991.

- BARRETO, Reginaldo Muniz. Modernização do Setor Canavieiro. In: CESE/CEDI/KOINOMIA & OXFAM (Orgs.). **Setor canavieiro hoje: dinâmica e perspectivas**. – Salvador, s/editora, 1994.
- BARRETO, Reginaldo Muniz. **Subsídios a campanhas salariais dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar**. – Recife: FETAPE, 1992.
- BARROS, Celso F. Rocha de. “Juridificação e Desjuridificação em Habermas”. In: **Temáticas**. Campinas, 4 (8); pp. 119 – 141, jul/dez. 1996.
- BARROS, Ilena F. **Bagaço. Modernização tecnológica e exclusão social: duas faces da agroindústria sucroalcooleira do Rio Grande do Norte**. Natal (RN): UFRN, 1997. (Monografia, Especialização em Serviço Social).
- BASTOS, Elide R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUER, Marcelo. O amargo sabor da cana. In: **Isto é**. 16/06/1993.
- BELIK, Walter. . Mudanças no padrão de intervenção do Estado no complexo agroindustrial brasileiro. In: **Raízes**, n.18; Ano XVII. C. Grande (PB): set., 1998.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa**. S. Paulo: Ática, 19991.
- BENINCÁ, ELLI. **Conflito religioso e práxis. A ação política dos acampados da Encruzilhada do Natalino e da Fazenda Anoni**. São Paulo: PUC / Programa de Pós – Graduação em Ciências de Religião, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião).
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. e PINASSI, Maria Orlanda. Movimentos Sociais: Lições de Esperança. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA. Ano 19, n.2. Campinas (SP): ago. / Nov. 1989, p. 2.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processo de socialização. In: MEDEIROS, L. S. et all. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. S. Paulo: EDUNESP, 1994.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP,v.11, n.31. São Paulo: USP,1997, pp. 37 -4 7.
- BETTO, Frei. Entrevista a Martha Harnecker”. In: **A História do Partido dos Trabalhadores Contada por Seus Protagonistas. O Sonho era Possível**. Havana: MEPLA / São Paulo: Casa América Livre, 1994.
- BETTO, Frei. “Sem Terra & Cidadania”. In: **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. 3ª Edição. João Pedro Stédile (org.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias – Primeira Parte: 1946 – 1969**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias – Segunda Parte: 1946 – 1969**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BLOCH, Didier. **Seca 98. Retrato de uma calamidade anunciada**. Recife-PE: OXFAM – UNICEF, 1998, 32p.
- BLUMER, A. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no Extremo Sul do Brasil. (1978 – 1988). In: **Anais do XV PIPSA**. Rio de Janeiro, 1990.

- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- BOCAYUVA, Pedro C. C, e VEIGA, Sandra M. 1992. **Novo Vocabulário Político: Hegemonia e Pluralismo**. Rio de Janeiro: FASE/ Petrópolis: Vozes, 1992.
- BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador – BA: Memorial das Letras, 1999.
- BOITO Jr. Armando; NORONHA, Eduardo; RODRIGUES; Iram Jácome e NOVAES, Regina C. Reyes. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BONFIM, M. do C. Alves. “Movimentos Sociais: trajetórias e desafios atuais”. In: **Movimentos sociais nos anos 90: confronto e reencontro entre sociedade civil e Estado**. Teresina – PI: CEPAC, 1993.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOSCHI, Renato. **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BOSCHI, Renato Raul. “A abertura e a nova classe média”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.01, v.01 jul. 1986.
- BOSCHI, Renato. **A Arte de Associação**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. “Une classe objet”. **Actes de La Recherch**, 17 /18, Nov. 1977, pp. 3 – 5.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL /MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **A reforma agrária no Brasil 1995 – 1998**. Brasília-DF, INCRA, 1999.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. **Programa Zona da Mata**. Brasília: DF. s/d.
- BRUNEAU, Thomás. **O catolicismo em época de transição**. S. Paulo: Loyola, 1972.
- BUENO, Ricardo e FARO, Luiz Cesar. **Capital e trabalho: os melhores depoimentos do cenário sindical**. Ricardo Bueno e Luiz Cesar Faro (Orgs.). – Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.
- BRÜHL, Dieter. “Dialética e Verdade: Uma Discussão Esquecida”. In: **Dialética Hoje**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 1990.
- BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Centrix/Editora da USP, 1971.
- CADERNOS TEMPOS NOVOS. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Org.). S. Luís: CPT, 1998.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Repensando os 500 anos**. João Pessoa: Idéia, 1994.

- CALADO, Alder Júlio Ferreira. “Desafios dos movimentos sociais populares e sindicais frente a atual conjuntura”. In: **Universidade e Sociedade**. Revista da ANDES, Ano VII, n.12; fev. 1997, p. 75 – 79.
- CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1960.
- CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- CARDART, Roseli Salete. **Sem-terra com poesia**. Petrópolis (RJ). Vozes. 1987.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadores e educadoras do MST**: Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, R. S. & ROLLING, E. J. “O MST e a educação”. In: **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. João Pedro Stédile (Org.). Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais que uma escola na pedagogia do Movimento Sem – Terra**. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós – Graduação em Educação, 1999. Tese (Doutorado em Educação).
- CALDERÓN, G e Jelin, E. “Classes Sociais e Movimentos na América Latina”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, V. 2, nº 5, out. 1987.
- CALDERÓN, G e Santos, M. (Comp.). **Los Movimientos Sociales ante la Crisis**, Buenos Aires, CLASCO, 1986.
- CAMIN, H. A. e Outros. “Projetos de Cambio la Izquierda Democrática em América Latina”. EURAL, **Nueva Sociedad**. Caracas, Venezuela, 1988.
- CAMINHÃO vira. Um morto e 60 ficam feridos. In: **Diário de Natal**. Natal (RN), 3.08.85.p. 08.
- CAMPANHA pela terra politiza movimento. Texto assinado por Betinho (...). In: **Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de fevereiro de 1995.
- CANA-DE-AÇUCAR chupou a mandioca e o feijão. In: **Tribuna do Norte**. Natal (RN): Tribuna do Norte, 29.07.1990.
- CANAVIEIROS em campanha salarial. In: **Diário de Natal**. Natal(RN), 10.09.1996.
- CARDOSO, F. H. “Os Desafios da Social-democracia na América Latina”. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**. São Paulo, nº 28, outubro, 1993.
- CARDOSO, F. H. “Prefácio” In: GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Participação Política e Democracia”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, mar. 1990.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Movimentos Sociais: um Balanço Crítico”. In: **Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Movimentos Sociais na América Latina”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 03, vol. 1, 1987.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Isso é Política: dilemas da participação entre o moderno e o pós - moderno”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 20, mar.1988.

- CARDOSO, Ruth C. L. “Os Movimentos Populares no Contexto da Consolidação da Democracia”. In: Reis, Fábio W; O’ Donnell, Guilherme (Orgs.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.
- CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 4ª. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1988.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. In: **Igreja e questão agrária. Seminários Especiais. Centro João XXII**. - São Paulo: Edições Loyola, 1985. PP. 85 -105.
- CARVALHO, Horácio Martins. **Geração de tecnologia socialmente apropriada**. Rio de Janeiro: AS – PTA, 1990, 24p. mimeo.
- CARVALHO, Horácio Martins. O transformismo na Nova República e a contra – reforma agrária. Reflexos sobre o meio ambiente. In: **Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Ano 19; n. 2; agos. A nov. 1989.
- CARVALHO, Murilo. A guerra camponesa de Trombas e Formoso. In: **Movimento**, nº 164. São Paulo, 21 de agosto de 1978.
- CARVALHO, Marta M. F. & SANTANA, M. **Nordeste, Açúcar e Poder: um Estudo da Oligarquia Açucareira da Paraíba 1920 – 1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.
- CARNEIRO, M. E. P. – 1981. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia, UFG, 1978.
- CASALDÁLIGA, D. Pedro. **Creio na Justiça e na esperança. Latifúndio e a marginalização social**. 2ª edição São Félix do Araguaia (MT), 1978.
- CASALDÁLIGA, D. Pedro et alii. **Conquistar a terra. Reconstruir a vida**. Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.
- CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia Desarmada. Intrigas, Dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, M. **Movimientos Sociales Urbanos**. Madrid: Siglo XXI, 1973.
- CASTELLS, M. **La Cuestión Urbana**. 2ª Edição. Madrid: Siglo XXI, 1973.
- CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Francisco de P. Falcão. Porque a luta pela terra perdeu a intensidade em Pernambuco. In: **Gaveta Aberta**, n. 1. – Recife: EQUIP, nov.1994. pp. 32 – 36.
- CASTRO, M. H. M. A mensuração da renda nos assentamentos rurais: contribuição ao debate. In: **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate**. 1994.
- CAVALCANTI, Leonardo. PROÁLCOOL. In: **Jornal do DIAP**, mar. / abr. 1996.
- CAZELLA, Ademir. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro, SC**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- CANAVIEIROS: cartilha orienta o cumprimento do acordo. In: **Informativo FETARN**. Natal – RN: nov. / dez. 1993. p.02.

- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.** São Bernardo do Campo (SP): CUT, 1983.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT – DNTR/CUT. Resoluções.** São Paulo: CUT-DNTR, 1990.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT – DNTR/CUT. TESES.** São Paulo: CUT-DNTR, 30 de abr. – 04 de mai. de 1990.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **IV CONCUT – Teses.** São Paulo: CUT, 1991.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Seminário Cadeia de Produção e Produtos Estratégicos do Nordeste. Cana-de-açúcar.** Olinda (PE), 16 – 18 de março de 1995.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Relatório do Seminário “ O Nordeste Além da Seca.** Petrolina – PE, 27 a 28 de maio de 1998. São Paulo: CUT, 1998. 05p.
- CEDI. Canavieiros em greve. Campanhas salariais e sindicalismo. In: **Cadernos do CEDI,** 14, dezembro. São Paulo: CEDI. 1985.
- CEDI. Sindicalismo no Campo. Avaliação, perspectivas e desafios (Entrevistas). **Cadernos do CEDI,** nº 20. Rio de Janeiro: CEDI. 1990.
- CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CEDAC. **Perspectivas do novo sindicalismo.** Apresentação de José Ibraim. São Paulo: Edições Loyola/CEDAC, 1980.
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Itaparica: a dor de um povo gerando energia.** Petrolândia – PE: 1992; 45p.
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS / SETOR DE PASTORAL RURAL DA CNBB – REGIONAL NE 2. **Carta aos Trabalhadores e às Trabalhadoras da Cana.** Recife – PE, set. 1986.
- CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - 20 ANOS DE HISTORIA: LUTA, FESTA, BELEZA, CULTURA, ORGANIZAÇÃO, CONSCIÊNCIA NEGRA ... In: **Zumbido. Informativo do CCN.** 7ª. Edição Especial. São Luis – MA: set. 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas.** 6ª edição São Paulo: Cortez, 1993.
- CHEVALIER, Jaques. **Institutions Politiques.** Paris. LGDJ, 1996.
- CIDADÃO. Boletim Informativo da AACCRN. Ano 01, n.01 a 09. Natal – RN, abr. a dez, de 1996.
- CIDADÃO. Informativo da AACCRN. Ano 02 – No. 13. Natal – RN, jun./jul. 1997.
- CIDADÃO. Informativo da AACCRN. Ano 02 – No. 15. Natal – RN, out./nov. 1997.
- CIDADÃO. Boletim Informativo da AACCRN. Ano III – No. 17. Natal – RN, fev./mar.1998.
- CITTADINO, Gisele. “Ressocialização da Política e Repolitização do Social: Algumas considerações sobre o Brasil”. In: **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: ANPOCS / Vértice, 1987.

- CITTADINO, Gisele. “Movimentos Sociais Urbanos, Crise da Política e Democratização”. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS / VÉRTICE, 1988, pp. 50 - 63.
- COLETIVO DE ARTICULAÇÃO DA MATA SUL/PE. **Documento Preliminar Sobre a Crise na Região Canavieira da Mata Sul de Pernambuco e Alternativas**. Palmares /PE, out. de 1993.
- CONFERÊNCIA NACIONAL EM DEFESA DA TERRA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA. Em 2, 3 e 4 de abril de 1997. Carta de Brasília. In: **Jornal da ABONG**, n. 18, maio de 1997. 16p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Igreja e os problemas da terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Nordeste, desafio a missão da Igreja no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **Organicidade e Núcleos de Base**. São Paulo: CONCRAB, s / d.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação**. São Paulo: CONCRAB, 1996.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados em Números**. São Paulo: CONCRAB, 1997.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **Cadernos de Cooperação Agrícola** n. 05. São Paulo: CONCRAB, 1987.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **Cadernos de Cooperação** n.08. São Paulo: CONCRAB, 1998.
- CONFLITO de terra no Pará causa tiros e morte. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 03 agos. De 1984, p.11.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – NORTE II. **Balanço da Violência no Campo – 1984**. Belém – PA, s.d.; 12p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo. Brasil/88**. Goiânia: PT, 1989. 80 p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Síntese interna para a CPT DO Encontro DNTR/CUT – NE**. Setor de Assalariados Rurais da CPT – NE, 20 de julho de 1990.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CEPAC e IBASE. **O genocídio no Nordeste 1979 – 1983**. São Paulo: HUCITEC/Edições Mandacaru, s/d.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os espinhosos caminhos para a liberdade: conflitos de Terra**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. – CPT. **O espinhoso caminho**. In: Revista Nacional da CPT, mar. de 1991.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo em 1992. Lutas e sonhos dos camponeses do Nordeste na construção da cidadania**. Recife: CPT, 1992.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **História da CPT (MS) 1978 – 1992**. Campina Grande: CPT, 1993.

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo**. Brasília: DF: CPT, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 97**. Goiânia: CPT, 30 de junho de 1998. 79p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT – MARANHÃO. **Cadernos Novos Tempos/** Alfredo Wagner Berno de Almeida e Miguel Henrique Pereira da Silva (Orgs.). – São Luís: CPT, 1998. (Coleção Pe. Cláudio Bergamaschi; vol. 01).
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - REGIONAL CPT NORDESTE. **Terra e Cidadania: 10 Anos de Compromisso**. Recife- PE, CPT – Nordeste 2, 1998.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Assassinatos no campo. – Brasil 1985 – 1998: violência e impunidade**. CPT: Itaiçi, 1999.
- COMPANHIA açucareira tem financiamento 2 bilhões para a frota de tratores. In: **Diário de Natal**, em 05/10/1985, p. 05;
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Anais III Congresso dos Trabalhadores Rurais**. Brasília (DF), CONTAG, 1979.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **III Congresso dos Trabalhadores Rurais. Sindicalismo e Educação**. Brasília (DF): CONTAG, 1979.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Anais II Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. Brasília (DF): 1966.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **O TRABALHADOR RURAL**. Suplemento Mensal. Ano 04, no. 15. Brasília – DF: CONTAG, 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Anais IV Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura**. Brasília: CONTAG, 1985.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Relatório Encontro Regional Nordeste de Assalariados**. De 18 a 20 de julho de 1989. Carpina – PE: CONTAG/ FETAG's, julho 1989.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Resoluções. Reforma Agrária Já**. Brasília, julho de 1990.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **O Trabalhador Rural**. Boletim da CONTAG, 1982. – Matéria sobre a Campanha Salarial dos Canavieiros do Rio Grande do Norte. Brasília (DF): CONTAG, set./out. 1992, p. 16-19.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Nota à Imprensa e ao Público em Geral**. CONTAG/FETAG's. em 26 de nov. de 1982.

- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Relatório. Encontro sobre o Processo de Trabalho na Lavoura Canavieira.** Carpina (PE), 22 a 24 de julho de 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Balanço do Movimento dos Trabalhadores Assalariados. In: **Reforma Agrária.** Campinas (SP): ABRA, v.12, n. 03, mai./jun., 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Federações /Sindicatos. **Convenção Coletiva dos Canavieiros do R. G. do Norte.** Brasília, dez. 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Situação da cana - de - açúcar no Brasil e suas consequências para os trabalhadores.** Brasília (DF): CONTAG, 1994.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Programação Integrada CONTAG/FETAG's/STR's 1992 – 1994.**
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Pauta Campanha Unificada dos Canavieiros do Nordeste.** CONTAG/FETAG's/STR's 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Cartilha. Campanha Salarial dos Canavieiros do Nordeste,** 1992.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Informativo.** Começa a Campanha Salarial dos Canavieiros no Estado. Ed. 01; nov./dez. 1996.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Informativo. Canavieiros.** Cartilha orienta cumprimento do acordo. Ed.02; set. /out. 1996.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Programa de formação em desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: CONTAG, 1997.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Grito a Terra Brasil 1998. Resultado das Negociações.** Brasília – DF: CONTAG, jul. 1998. 14p.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Secretaria de Assalariados. **Documento sobre Conjuntura: Neoliberalismo, Globalização e Modernização; Assalariados Rurais; Campanhas Salariais: negociações coletivas e contratação coletiva de trabalho.** 1977.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NAIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Relatório Encontro de Avaliação da Campanha Salarial dos Canavieiros do Nordeste.** Recife – PE: CONTAG / FETAG's / STR's/ CUT, 1998.
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Relatório de Avaliação 92.** Projeto Educana. Salvador – BA, 1992, 16p.
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS. **Relatório Técnico.** Encontro de Entidades Parceiras da CESE no Rio Grande do Norte. Construindo Parcerias. Natal, de 17 a 18 de agosto de 1997. Salvador: CESE, 1997.

- COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTADOS DO RIO GRANDE DO SUL. **A vida no assentamento**. Porto Alegre: COCEARGS, 1997.
- COHEN, J. “Strategy and Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements”. **Social Research**. New York, v. 32, nº 04, 1985.
- CORAGGIO, José Luis.
- CORRENTE SINDICAL CLASSISTA. **Resoluções do II Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista**. De 09 a 11 de março de 1990. UFRJ. Rio de Janeiro. São Paulo: CSC, 1990, 16p.
- CORRUPÇÃO na miséria. As denúncias contra a SUDENE são graves. In: **O Estado de São Paulo**, 20 de setembro 1993.
- CORTEN, Glauco. “A ordem do discurso: da participação a política” In: **Lua Nova**, nº 37. São Paulo: CEDEC, 1996.
- CORTEN, Glauco. 1996 “A ordem do discurso: da participação a política” In: **Lua Nova**, nº 37. São Paulo: CEDEC, 1996.
- COSTA, Sérgio. 1995. “A Democracia e a Dinâmica da Esfera Pública”. In: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, 1995.
- COSTA, Sérgio. 1994. “Esfera Pública Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 38, mar. 1994.
- COSTA, Sérgio. 1995. “A Democracia e a Dinâmica da Esfera Pública”. In: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, 1995.
- COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Espaços Públicos Locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais: AMNPOCS**, v.12; n.35; out. 1997, p. 123 – 134.
- COSTA, Gileaide Silva. **MLT: O Movimento de Luta pela Terra: um movimento em movimento. Campina Grande – PB: UFPB**. 1996. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- COSTA, Beatriz. Trabalhadores associados na produção: um modo de pensar a sua luta. **Cadernos de Educação Popular**. Petrópolis (RJ): 15: 9 – 27 1989.
- COSTA, Beatriz. A discussão continua. Notas sobre educação popular. In: **Gaveta Aberta**. Recife, EQUIP, JUNHO DE 1998, PP.11 – 20.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L &PM, 1981.
- COUTINHO, Carlos N. 1984. “Alternativas de Transição”. In: **Presença**, São Paulo, nº 03, mar. 1984.
- CRIADO PROGRAMA PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE AÇUCAR E ÁLCOOL. In: **Gazeta de Alagoas**, 04 / 11 / 1994.
- CRISE DA CANA PODE DESEMPREGAR 10 MIL. In: **O Poti**. 25 / 09 / 1985, p.06.
- CULTURA DE CANA – DE – AÇUCAR AMEAÇADA. **O Poti**: Natal – RN: 01 /08 / 1993.
- CUNHA, Flávio Saliba. “Movimentos Sociais Urbanos e Redemocratização: a experiência do movimento favelado de Belo Horizonte”. In: **Novos Estudos**; n.35 mar.1993.
- DABAT, Chstine Rufino e GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Zona da Mata: Emprego, relações de trabalho e condições de vida**. Recife: SEPLAN-IICA, 1993.

- D'INCAO, M. C. Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária. In: **Lua Nova**, São Paulo, n.20, mai. 1990
- D'INCAO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. In: **Lua Nova**. São Paulo, n.23, pp. 83 – 103. S. Paulo: CEDEC/ Marco Zero, mar./1991.
- D'INCAO, M. C. Assentamentos: estado, trabalhadores e meio ambiente. In: **Universidade e Sociedade**. Revista ANDES. Ano II, n.04. Dezembro de 1992, p.101 – 104.
- D'INCAO, M. C. e Roy, G. **Nós Cidadãos. Aprendendo e Ensinado a Democracia**. S. Paulo, Paz e Terra, 1995.
- D'INCAO, M. C. MST e a verdadeira democracia. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- D'DWYER, Eliane Cantarino. Expropriação e luta dos camponeses fluminenses. In: **Reforma agrária**, vol. 12, nº 02, mar/abr. Campinas (SP) : ABRA, 1982.
- DAMASCENO, MARTINS, A. **Movimentos Sociais: Uma Discussão Acerca da Literatura (1984 - 1991)**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- DANTAS, Alessandro G. **Imagens da Terra: por uma poética da luta política**. Natal: UFRN / CCHLA, 1996. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).
- DEBATE condena excesso de autonomia das ONG's. Betinho defende o papel das organizações não – governamentais, mas diferencia função de reivindicação e poder decisório. In: **O Globo**, 2ª. edição. Sábado, 07 de setembro de 1996, p.12.
- DÉBITOS com BB sufocam produtores. **O Poti**: Natal – RN: 01 / 08 / 1993.
- DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do Século XX: Sete Monografias Recentes sobre o Catolicismo Brasileiro. In: **Estudos CEPRAP**, N.12. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- DELUIZ, Neise. “Formação do Sujeito e a Questão Democrática em Habermas”. In: **Boletim Técnico do SENAC**, nº 21, jan/abr. 1995.
- Diário de Pernambuco. Recife – PE, 24 de abr. 1994.
- DIEESE. **Estudo Setorial o setor sucroalcooleiro do Nordeste do Brasil**. [s. l.] 1993.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio – Econômicos. **A Nova Política Salarial**. São Paulo, 11 de julho de 1989.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós - 70**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.
- DOIMO, Ana Maria. 1986. “Os movimentos Sociais: Teoria e Prática”. In: **Ciências Sociais Hoje**. S. Paulo: CORTEZ / ANPOCS, 1986.
- DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1989. 294p.
- DURHAN, Eunice. “Movimentos Sociais. A construção da Cidadania”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. S. Paulo, nº 10, out. 1984.
- EQUIP – FASE – CENAP. Os movimentos, a Crise, o Projeto. **Seminário Análise de Conjuntura**, julho de 1993. Recife – PE: EQUIP, FAE, CENAP. Nov. 1994.

- EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares) / FASE e AFBNB. **Seminário de Análise da Conjuntura Pós – Eleitoral do Nordeste Brasileiro**. Recife – PE: EQUIPE/FASE/AFBNB, 28 A 30 de nov. de 1996.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Relatório Primeiro Encontro do Núcleo de Educadores(as) das Experiências Rurais Acompanhadas pela EQUIP. Recife – PE: EQUIP, 13 de mai. 1997.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Alternativas Populares para o Nordeste. **Cadernos do Nordeste**, n. 07. Recife – PE: EQUIP, 1997.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Relatório do Encontro Ampliado do Núcleo de Educadores Rurais do Nordeste. Recife – PE: EQUIP, 1998
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Movimentos Sociais. Luta Política e Desenvolvimento Regional no Nordeste. **Cadernos Nordeste**, n.08. Recife – PE: EQUIP / FASE, 1998.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Algumas Reflexões sobre o Acompanhamento das Experiências de Rurais Realizadas pela EQUIP, por Socorro Silva, Flávio Andrade e Domingos Corcione. Recife – PE: mar. 1998, 21p.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. O Nordeste Mudou. Que Nordeste Queremos? **Cadernos do Nordeste**, n. 05, 2ª edição. Recife – PE: 1999.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Relatório do Seminário Regional de Educadores e Educadoras Rurais. Metodologias de Capacitação em Desenvolvimento Local e Educação Popular. De 12 a 14 de agosto de 1999. Seminário Cristo Rei – Camaragibe – PE. Recife – PE: EQUIP, ago. 1999.
- EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL QUILOMBO DOS PALMARES. Plataformas Eleitorais e Gestão do Desenvolvimento na Região Nordeste. **Cadernos do Nordeste**, no. 09. Recife – PE: EQUIP/FASE/ DED, 1999.
- ENCONTRO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO XINGÚ. **Declaração Indígena de Altamira**. 24 de fev, 1989.
- ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (II ENCONTRO) e I ENCONTRO DOS POVOS DA FLORESTA. **RESOLUÇÕES**. Rio Branco – AC, 32 março de 1969.
- ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Carta de Goiânia**. Em 21 de abril de 1989.
- ESTERCI, Neide, VIEIRA, Maria Antonieta da Costa & VIANNA, Aurélio. **Terra de trabalho e terra de negócio. Estratégia de reprodução camponesa**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.
- EVERS, Tilman. “Identidade: a Face Oculta dos Movimentos Sociais” In: **Novos Estudos (CEBRAP)**. São Paulo, nº 04, abr. 1984.
- EVERS, Tilman. 1993. “De Costas Para o Estado, Longe do Parlamento: Os movimentos sociais alternativos na Alemanha Ocidental”. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 2, abr. 1993.

- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civ. Bras.; 1973.
- FAO/PNUD/MAR. **Principais indicadores sócioeconômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Projeto BR87/022. Brasília: FAO/PNUD/MARA, 1992.
- FAO. Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação. **Relatório sobre a situação socioeconômica dos assentamentos**. Brasília – DF: FAO, 1993.
- FAO / INCRA. Projeto UTF /BRA/036/BRA. **Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília; 1994, 23p.
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **Propostas para atividades conjuntas entre CENAP/FASE**. Recife, agosto de 1993.
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **Crise e reestruturação do complexo sucroalcooleiro alagoano: sugestões de alternativas para o desenvolvimento do setor em Alagoas**. Maceió – AL: FASE ALAGOAS, 1995. (Texto para Debate n. 01).
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **Processo de trabalho e violência no complexo sucroalcooleiro em Alagoas**. Maceió – AL: FASE ALAGOAS, 1995. (Texto para Debate n. 02).
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **Campanhas salariais de canavieiros em Alagoas: uma trajetória de ausências (1986 – 1995)**. Maceió – AL: 1995. (Texto para Debate n. 03 0.
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **A quem interessam as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros de Alagoas?** Maceió – AL: Publicação da FASE – Alagoas, 1996.
- FASE (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL). **Proálcool: o que pensa a sociedade civil organizada sobre a retomada do Programa Nacional do Alcool**. Recife: Publicação da FASE/NE, 25 DE MAIO DE 1997.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. Formação, espacialização e territorialização do MST. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- FERRANTE, Vera L. S. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: FERRANTE, Vera L. S. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, L. et alii (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. “ A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais”. In: **Universidade e Sociedade**. Revista da ANDES. Ano II, n.04. Dez. de 1992. Pp. 105 – 112.
- FERRANTE, Vera, L. S. B., SILVA, M. A. M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo, 1998.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.
- FERREIRA, R. V. Lopes. 1994. “Movimentos Sociais e Partidos Políticos” In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ - CPDA, nov. 1994.

- FERREIRA, Ângela Duarte D. Movimentos sociais rurais no Paraná: 1978 – 1982. In: Bonin, Anamaria Aimoré, et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná/Edições Criar, 1987, p. 9 – 50.
- FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: Opressão e miséria. O meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA , 1990. (Coleção Estudos Latino-Americanos, 56).
- FETAPE / STR DO SERTÃO CENTRAL. **Primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Relatório**. Serra Talhada – PE: 15 e 16 de dezembro de 1984. 40p
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO/ STR's /POLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL. **Relatório do Segundo Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central – PE**. Serra Talhada, 20 -24 de Nov. 1985. Serra Talhada - PE: POLO SINDICAL, 1985. 27 p.
- FETAPE/ SINCATOS DOS TRABALHADORES RURAIS. **Terceiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – PE. Relatório**. Serra Talhada - PE: 06 E 07 DE DEZEMBRO 1986. 58p.
- FETAPE / SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS. Quarto Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão – PE. Em preparação ao 1º. **Encontro Estadual. Colégio Cônego Torres**, Serra Talhada, 14 e 15 de nov. de 1987. 41 p.
- FETAPE. **Marcha pelo Emprego, pela Reforma Agrária e pela Cidadania na Zona Mata**. Manifesto. Recife – PE: FETAPE, 02 de jun. de 1996. 04p.
- FETAPE. **Relatório do II Seminário da Zona Mata “ Os novos desafios “para a ação sindical”**. CECOSNE – Recife, 27 e 29 de julho de 1995. 15p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO / STR's / POLO SINDICAL CENTRAL. **V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central – Pernambuco**. Relatório. Serra Talhada – PE, 17 e 18 de dezembro de 1998.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. – FETARN. **Informe da 3ª. Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais da Área Canavieira do Estado do RN**. Natal – RN: FETARN, 1984, 22p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Assistência e Assessoramento Educacional à Federação e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Área Canavieira**. Natal – RN: FETARN, janeiro de 1985, 11p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Convenção Coletiva 88**. Natal – RN: CONTAG / FETARN / STR's. 1988. 12p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. II Congresso Eleitoral da FETARN. **Diretrizes para Descentralização**. Natal – RN: MARÇO DE 1990. 06 p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Lavoura Canavieira do Rio G. do Norte**. – EDUCANA. Natal: FETARN, 10 DE ABRIL DE 1992, 08p.

- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Boletim Informativo dos Canavieiros**, Nov. 1993. Natal – RN: Sindicatos/FETARN/CONTAG, 1993.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais Assalariados da Cultura da Cana de Açúcar do Rio Grande do Norte**. Projeto EDUCANA. Período: 1 de maio a 31 de agosto de 1993. Natal – RN: 07 outubro 1993. 06p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório Projeto Mobilização, Organização e Formação de Trabalhadores Rurais**. Período: maio/94 a novembro de 1994. Natal: RN; 30 de Nov. de 1994, 11p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Seminário Sobre a Realidade Sócio, Econômico e Política da Área Canavieira**. Centro --Pastoral de Canguaretama. De 14 A 15 DE JULHO DE 1995. Natal – RN: FETARN/SAR, 1995.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. / SAR. **Relatório. Curso de Educadores Sindicais – 1ª. Etapa**. 04 a 06 set. 1995. Centro de Treinamento de Ponta Negra. Natal – RN: FETARN / SAR, 1995. 27p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE ALAGOAS – FETAG –AL /STR's. / CONTAG / FUNDEC / FUNDAÇÃO TEOTÔNIO VILELA. **Relatório do 3º. Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas**. Centro Social da FETAG – AL, de 19 – 20 de maio de 1992. Maceió – AL: FETAG/STS/CONTAG/FUNDEC, 1992, 08p.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO - FETAEMA. **Relatório. I Encontro Estadual de Áreas de Assentamento**. S. Luís – MA: JULHO DE 1996.
- FILHO. George Avelino. “Clientelismo e política no Brasil”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. N. 38., São Paulo: março de 1994.
- FIORI, E. M. “Aprender a dizer a sua palavra” In: Freire, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos a festejada crise do Estado**. – Rio de Janeiro: Insights, 1995, 245p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. S. Paulo – SP, 24 de set. de 1995.
- FOLHA DO ESTADO. Feira de Santana – BA, 04 de set. de 1999.
- FOLHA DO ESTADO. Feira de Santana – BA, 12 de jul. de 1999.
- FOLHA DO ESTADO. Feira de Santana – BA, 11 de nov. de 1999.
- FOLHA DO ESTADO. Feira de Santana – BA, 27 de nov. 1999.
- FOLHA DO SISAL. APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente). No. 57. Valente – BA, agosto de 1999.
- FOLHA DO SISAL. APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores dos Município de Valente). No. 58. Valente – BA, set. de 1999.

- FOLHA DO SISAL. APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores de Valente). No. 59. Valente – BA, NOV. DE 1999.
- FOLHA DO SISAL. APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores de Valente). No. 60. Valente – BA, dez. de 1999.
- FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. **Pão, Terra e Liberdade**. Campanha Global pela Reforma Agrária no Brasil. Goiânia-GO: CPT /Secretariado Nacional, 1996
- FÓRUM DO CAMPO POTIGUAR. **Relatório de Atividades**. Natal – RN: abr.1994.
- FÓRUM DO CAMPO POTIGUAR. **Relatório. Seminário Estadual Terra, Água e Trabalho**. Relatório. Natal – RN, 14 a 16 de jul. 1998.
- FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **Reforma agrária para democratizar o acesso a terra**. Mimeo. 1999.
- FÓRUM DA MATA SUL DE PERNAMBUCO. **Uma tentativa histórica da Mata Sul: suas dificuldades, suas lutas e seus desafios**. Recife – PE, julho de 1994.
- FÓRUM DA TERRA MATA – SUL. In: **Cricri**. Palmares – PE, maio de 1996.
- FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS. **Para quem da cidadania: as faces da violência em Alagoas**. Maceió - AL, 1992.
- FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS. **Alagoas: “Democracia em Pedacos “. Dossiê/96**. Maceió – AL: 1996.
- FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS. **As atividades realizadas pelo FPCV/AL**. Maceió – AL, 03 de set. de 1997.
- FÓRUM PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS. **Estado, oligarquias e violências: relações perigosas**. Maceió - AL: FPCV/AL, 1998.
- FOWERACKER, Joe. **A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FRANCO, Martha. “Paulo Freire e o pensamento existencialista” In: **Leitura Crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.
- FRANK, André Gunder e Fuentes, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In: **Lua Nova**, n.17, jul. de1989.
- FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx (1843 – 44: As Origens da Ontologia do Ser Social)**. – São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREITAG, Barbara. “A Questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas”. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. v. 1, N^o 02. 2^o Semestre, 1989a.

- FREITAG, Bárbara. 1994. **O indivíduo em formação: diálogos interdisciplinares em educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- FREITAG, Barbara. Teoria da Ação Comunicativa e Psicologia Genética: Um diálogo Habermas X Piaget. In: **Tempo Brasileiro** nº 71, out.- dez. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Edições, 1982.
- FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FREITAG, Barbara. O Conflito Moral. In: **Tempo Brasileiro**, nº 98, julho-setembro. Rio de Janeiro: Edição Tempo Brasileiro, 1989b.
- FREITAG, Barbara. **Piaget e a Filosofia**. São Paulo: UNESP, 1996.
- FREITAS, Décio. **Palmares. A Guerra dos Escravos**. 2ª. edição. Rio de Janeiro; Graal, 1968.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTH, Hang e WACHS, Harry. **Piaget na prática escolar: a criatividade no currículo integral**. São Paulo: IBRASA, 1979.
- GADOTTI, Moacir. **Convite a leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione. 1989.
- GAIGER, Luís Inácio. **Cultura, religion e práxis sócio-politique. La pastorale de libération et le mouvement des travailleurs ruraux sans-terre au sud du Brésil**. Thèse de doctorat en sociologie. Université Catholique de Louvain.1991.
- GAIGER, Luís Inácio. A práxis coletiva dos sem terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural ? In: **Cadernos de Sociologia**, nº 6. Porto Alegre (RS). PPGS/IFCH/UFRS, 1994.
- GALARZA, Natália León. Além da democracia dialógica. In: **Universidade e Sociedade**. Ano IX, N.18, MARÇO DE 1999, PP. 82 - 91.
- GALINDO, Osmil, MACEDO, Werler. Assentamentos de reforma agrária no MA e no CE: Análise de alguns aspectos sócio-econômicos. In: **Raízes**, 1994.
- GARCIA, A. Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985 – 1989): Comentários sobre um Estudo da FAO. In: **Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda. O Relatório da Fao em Debate**.1994.
- GARCIA, Marcos Aurélio. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: **Anos 90: política e sociedade no Brasil**/org. Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GARCIA Jr. Afrânio. **O sul é o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. Da UNB; MCT – CNPq, 1989.
- GASSEN, Valcir. **A lei de terras de 1850 e o direito de propriedade**. Florianópolis (SC): UFSC, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- GENNARI, Emílio. **O abc da negociação coletiva**. São Paulo: 13 de maio – NEP, s/d. 30p.
- GERMER, Claus. **Modernização, estrutura de classes e movimentos sociais no campo**. Paris, Université Paris III, Intitut de Hautes Etudes de L´Amerique Latine (mimeo), 1998.

- GERMER, Claus. “Perspectiva das lutas sociais agrárias nos anos 90”, In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- GEUSS, Raymond. **Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt**. – Campinas, SP: Papyrus, 1988, 160p.
- GIANNOTTI, J. A. “Acabou o Capitalismo? E a Barbárie?”. In: **Presença**. São Paulo, nº 03, mai. 1984.
- GIDDENS, Anthony. **La consecuencias de la modernidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita. O Futuro da Política Radical**. São Paulo: Editora UNEP, 1996, 296p.
- GIULIANI, Gian M., CASTRO, Elisa E. “Recriando espaços sociais: uma análise dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro”. In: **Estudos Sociais e Agricultura**, nº 6, julho. Rio de Janeiro, 1996.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. **MOV. DOS PEQ. AGRICULTORES. A resistência dos pequenos gigantes. A luta e a Organização dos Pequenos Agricultores**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1998, 102p.
- GÖRGEN, Sérgio A. e S TÉDILE, João P. **Assentamentos: A resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. “A teoria da ação em Habermas” In: **Teoria da Ação em Debate**. Maria do Carmo Brandt de Carvalho (org.) São Paulo: Cortez/FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Cortez, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONG’s e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997, 172p.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GÖRGEN, Frei Sérgio. “Religiosidade e na fé na luta pela terra” In: **Reforma Agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (Org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOMES DE SOUSA, Luís. 1981. “Partidos, Sindicatos y Movimientos Socialis”. In: **Proyectos de Cambio : La izquierda democrática en América Latina**. Caracas, Euval / Nueva Sociedad. Venezuela.
- GOMES DE SOUSA, Luís. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos de Historia**. Petrópolis : Vozes, 1982.
- GOMES DE SOUSA, Luís. “Elementos éticos emergentes nas práticas dos Movimentos Sociais”. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, nº 48, jan / mar. 1990.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO INSTITUTO PERNAMBUCANO. **Avaliação e Perspectivas da Agroindústria Canavieira em Pernambuco. Estudo Exploratório Sobre a Diversificação Agropecuária na Zona Pernambucana**. Vol. 02. Recife – PE: FIPE, 1991.

- GOVERNO ANIMA PRODUTOR DE CANA. PROÁLCOOL. In: **Diário de Natal**, 27 de agosto 1997, p. 04.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da Historia**. 4ª edição. Rio: Civilização. Brasileira, 1981.
- GRAMSCI, A. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1982.
- GREVE AUMENTA CRISE NO CAMPO. COMÉRCIO ESTÁ PRATICAMENTE PARADO. In: **Revista Veja** 14/01 /1995
- GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. In: *Revista Dados*. v. 33 ; n. 2.pp. 285 – 310. Rio de Janeiro, 1990.
- GRZYBOWSKI, Cândido. “O saber dos camponeses em face ao saber dos técnicos”. **Proposta**. Rio de Janeiro, 27: 60 - 63 nov. 1985.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRZYBOWSKI, Cândido. “Movimentos populares rurais no Brasil”, In: **A Reforma Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- HERBERS, Raul G. ”Conflitos no Campo: o que dizem os dados”. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA, Ano 19, no. 02. Campinas – SP: ABRA, ago. / nov. 1989, pp. 50 – 72.
- HABETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes / FASE/NAEA, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. “Crise de Democracia” In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 8. 1979.
- HABERMAS, Jürgen. **A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997 a.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997b.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Setenta, 1984a.
- HABERMAS, Jürgen. **Para uma reconstrução do materialismo histórico**. 2ª. edição. S. Paulo: Brasiliense, 1990.

- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa e Estudios Previos**. Madrid. Cátedra, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987a.
- HABERMAS, Jürgen. 1987b. “A nova Intransparência”. : In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 18, S. Paulo.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Vol. 1: Racionalidade de la Acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1988a.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Acción Comunicativa**. Vol. 2: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1988b.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen. “O conceito de Poder de Hannah Arendt” In: **Habermas. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. “Que significa Socialismo Hoje?”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 30, junho, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. “Soberania Popular como procedimento”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 26, S. Paulo, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. “Um perfil filosófico-político. Uma entrevista”. In: **Novos Estudos**. S. Paulo: CEBRAP, nº 18, set. 1990.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-metafísico. Estudos Filosóficos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. “O que significa socialismo hoje?” In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.30. São Paulo, jun. de 1991.
- HABERMAS, Jürgen. “O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização”. **Novos Estudos CEBRAB**, nº 43, São Paulo, nov. 1995.
- HABERMAS, Jürgen. “Três Modelos Normativos de Democracia”. In: **Lua Nova**. São Paulo, nº 36. 1995.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro. Zahar.1982. 367p.
- HARNECKER, Marta. A história do Partido dos Trabalhadores Narrada por Seus Protagonistas. O Sonho Era Possível. Havana: MEPLA; São Paulo: Casa da América Livre,1994.
- HELLER, Ágnes. **A teoria das necessidades em Marx**. Barcelona: Ed. Península: 1986.
- HELLER, Ágnes. “A Sociologia como Desfetichização da Modernidade”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, S. Paulo, nº 30, julho.1991.
- HERBERS, Raul G. Conflito no campo: o que dizem os dados. In: Reforma Agrária. Revista da ABRA. Ano 19; n. 2; agos. A nov. / 99. pp. 50 – 72.
- HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada de vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979, 164 p.

- HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **As formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira de Alagoas**. São Paulo: Marco Zero / MCT / CNPq, 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. “Movimentos Pré-Políticos em Áreas Periféricas”. In: **O Estado Autoritário e os Movimentos Populares**. Rio: Paz e Terra: 1978.
- HOBBSAWM, Eric. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- HOMEM, Roberto. “A Somália está bem perto de nós”. In: **Diário de Natal** – RN; 29 de dez. 1994; p.05.e 19.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio: Jorge Zahar, 1985.
- IAA AUTORIZA A MOAGEM DE TODA A SAFRA DE CANA. In: **Tribuna do Norte**. Natal – RN:26.09.1985.
- IAA DO RIO GRANDE DO NORTE ALERTA PARA O DESEMPREGO. In: **Tribuna do Norte**. Natal, RN: 27/09/1985.
- IANNI, Otávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 255p.
- IANNI, Otávio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1986.
- IANNI, Otávio. ”A Crise de Paradigmas na Sociologia” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº13, ano 5, jun.1990.
- IMPASSE NA NEGOCIAÇÃO DOS CANAVIEIROS. In: **Diário de Natal**: Natal – RN, 30/09/1994.
- INFORMATIVO FETARN. Campanha salarial dos canavieiros n. 04 set. / out. 1997.
- INGRAM, David. **Habermas e a Dialética da Razão**. Brasília. Unb. 1994.
- INSTITUTO GRAMSCI. **Política e História em Gramsci**. Vol. 01. Franco Ferri (Coordenador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978,
- INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES DO TRABALHO – IBRAT. **Negociação coletiva e sindicalismo: um debate tripartite**. São Paulo: Copibrasa, out. 1983. (Série Eventos n.01).
- INSTITUTO DO HOMEM. **Relatório dos Trabalhos Realizados**. São Luís – MA, jan. a mar. de 1997.
- INSTITUTO DO HOMEM. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável Local. Relatório de Atividades Realizadas no Trimestre de 1998**. São Luis – MA: março de 1998.
- INSTITUTO DO HOMEM DENUNCIOU AGRESSÃO. In: **Jornal Estado do Maranhão**. No. 10. São Luís – MA, 05 de jun. de 1998.
- JACOBI, Pedro. “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80”. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n.23, 1º. Semestre de 1987, pp. 18 – 34.
- JACOBI, Pedro. 1989. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez, 1989, 174p.
- JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955 – 1968**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massagana, 1990.
- JAPIASSU, H. **O mito da Neutralidade Científica**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Imago. 1979.

- JOVCHELOVITCH, Sandra. 1995. "Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais". In: **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis. Vozes, 1995.
- JORNAL A REGIÃO. Itabuna – BA, 29 de mai. de 1995.
- JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro – RJ, 08 de jul. de 1998.
- JORNAL DE ALAGOAS.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Série de Reportagem Zona da mata: nua e crua. Recife, 01, 02 e 03 de dez. 1993.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Série de Reportagens Zona da mata: Nua e Crua. Recife, 05 e 07 de dez. de 1993.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Série de Reportagens Zona da mata: nua e crua. Recife, 08, 11 e 12 de dez. de 1993.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Edição Especial. N.05, Nov. de 1999.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Ano XVII. N.183. São Paulo: fev. de 1999.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. São Paulo: MST, 1997 – 1999.
- JORNAL DA MARCHA. 300 ANOS DA IMORTALIDADE DE ZUMBI DOS PALMARES. Zumbi. Marcha contra o racismo, pela Igualdade e a vida. Brasília: Executiva Nacional da Marcha, 20 de nov. 1995
- JULIÃO, Francisco. **O que são ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1962.
- KAMII, Constance. **Aritmética: novas perspectivas: implicações na teoria de Piaget**. 4ª edição. Campinas, S.P: Papyrus, 1995.
- KARNER, Hartmut. 1985. "Os movimentos Sociais e a Crise: da Explosão Social à Participação Popular Autônoma". In: **Política e Administração**. Rio: FESP, nº 2, 1985.
- KEANE, John. **Democracy and Civil Society**. Londres: Verso, 1988.
- KLEBA, Tereza. **A luta dos sem-terra no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.
- KNIJNIK, Gelsa – **Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade cultural**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
- KNIJNIK, Gelsa – "O saber popular e o saber acadêmico na luta pela terra: uma abordagem etnomatemática". In: **Revista da Sociedade Brasileira de Ed. Matemática**, nº 1, Blumenau. 1995.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KRISCHKE, Paulo. "Movimentos Sociais e Democratização no Brasil: Necessidades Radicais e Ação Comunicativa". In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, Vértice, 1990.
- KRISCHKE, Paulo. **A Igreja nas Bases em Tempos de Transição (1979 - 1985)**. Porto Alegre, L & PM / CEDEC, 1986.
- KRISCHKE, 1989. "Carências e Sujeitos Sociais. Uma estratégia para o seu des (en) cobrimento". In: **Sociedade e Estado**. Brasília, UNB, vol. IV, nº 2, jul./dez. , 1989.

- LAMOUNIER, Bolívar. MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LA TAILLE, Yves de, e outros. **Piaget, Vygotsky, Wallon. Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- LA TAILLE, Yves de, “Prefácio a edição brasileira” In: **Piaget, Jean. O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- LACLAU, Ernesto. “Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade Social”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 2, vol. 2, out. 1986a.
- LACLAU, Ernesto. “Os Novos Personagens e a Pluralidade Social”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 1986b.
- LANDIN, Leilah (Org.). **Sem fins Lucrativos. As organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LECHNER, Norbert. “Responde a Democracia a Busca da Incerteza?”. In: **Lua Nova**. São Paulo, vol. 4, nº 2, abril / jun. 1988.
- LEITE, Sérgio - **A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo** na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 1992. (Dissertação de Mestrado).
- LEITE, Sérgio - “Por uma economia política da reforma agrária: custo da implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas”. In: Medeiros, L. et alii (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP. 1994.
- LEITE, Sérgio. “Assentamentos rurais no Brasil: impactos dimensões e significados”. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis, RJ, Vozes. 1997.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- LESSA, Sônia Navarro. **O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958 – 1968**. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Sociologia. – Recife: UFPE, 1985.
- LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro de. “Modernização e crise do setor sucroalcooleiro da Paraíba”. In: **Raízes**. Ano XVII, no. 19. Campina Grande – PB: UFPB: Campus II – Mestrados em Sociologia e Economia, mai. de 1999.
- LIMA JÚNIOR, Olavo B. “Cidadania e Instituições Políticas no Brasil Contemporâneo”. In: **Presença**. São Paulo, nº 18, jun.; 1992.
- LIMA, João Policarpo R. & SILVA, Gerson Victor. “A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária.” In: **Revista de Economia do Nordeste**. Fortaleza – CE, v. 26, n.02, pp. 181 – 203, abr. / jun. 1995.
- LIMA, Araken Alves. **A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no Período 1988 – 1996**. Maceió AL: EDUFAL, 1998.
- LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Os impactos do PROÁLCOOL no Município de Sapé (1975 – 1990)**. Campina Grande: UFPB, 1982. (Monografia de Graduação).
- LIMA, Severino José de. **Modernização Tardia e Desigual. O processo de Histórico de Inovações Tecnológicas na Agricultura Brasileira**. Campina Grande – PB:

- UFPB/CH/DAS/ Mestrado em Sociologia, 1984. 283p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- LIMA, Severino José de. **Ação Comunicativa e Movimentos Sociais. Um estudo sobre os movimentos Sociais Como Processo de Aprendizagem.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1999. (Trabalho apresentado e aprovado pela Banca de Qualificação de Doutorado).
- LIMA, João Policarpo R. e SILVA, Gerson Victor. “A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária”. In: **Revista de Economia do Nordeste**, v.26, n.2, p. 181 – 203; abr. / jun. 1995.
- LIMA, J. Policarpo R. **The national alcohol programme state and capitalism Northeast Brazil.** Londres: Londres University, 1988.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOSOVSKKY, D. **Marx e os sindicatos.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- LÖWI, Michael. **La théorie de la révolution chez Le jeune Marx.** 2ª. ed. Paris: Editions Sociales, 1997.
- LÖWI, Michael. ”A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin E Habermas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 32. São Paulo, março de 1992, pp.119 – 127.
- MACHADO DA SILVA, L. A e RIBEIRO, A C. “Por Onde Andam Nossas Ideias? Paradigmas e Movimentos Sociais”. **Ciência Social Hoje.** São Paulo: ANPOCS: Cortez, 1985.
- MACHADO DA SILVA, L. A e RIBEIRO, A C. “Desdobramento do Campo Temático dos Movimentos Sociais”. In: **Cadernos dos CEAS**, abril, Salvador: CEAS, 1993.
- MAINWARING. Scott & VIOLA, Eduardo. “New Social movements, Political Culture and Democracy: Brazil and Argentina in the 80’s”. In: *Telos*, 61 (Fall), 1984.
- MAINWARING, Scott. “Urban Popular Movements. Identity and Democratization in Brasil”. **Comparative Political Studies**, vol. 20, nº 2, jul. 1987.
- MAINWARING, Scott. *Clientelism, Patrimonialism and Economic Crisis: Brazil Since 1979.* Washington. 1991.
- MAINWARING, Scott. *Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais.* In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.29, pp. 34 – 58, mar. 1991.
- MALUF, Renato, BILBAO, Santiago. **Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar.** Campinas (SP): NPCJ/UNICAMP, CNPq.1988.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e Educação.** 2ª edição. São Paulo Cortez, 1981
- MARTINS, J. de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 1ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. de Souza. **O cativo da terra.** 2ª. edição. S. Paulo: HUCITEC, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência.** 2ª. edição. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, J. de Souza (Coord.). **O massacre dos Inocentes.** A criança sem infância no Brasil. 2ª. edição. São Paulo: HUCITEC, 1993.

- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, J. de Souza. Prefácio. In: **Cooperativismo e coletivização no campo. Questões sobre a prática da “Igreja Popular”**. Neide Esterici (Org.) Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, J. de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, J. de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: **A Reforma Agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (Org.). Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, Mônica. **Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará**. Fortaleza - CE: ANCA – BNB, 1994.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- MARX, Karl. & ENGELS, Frederico. **Le Sindicalisme: théorie, organization, activité**. Vols. 01 e 02. Paris: Maspero, 1972.
- MARX, KARL. **O capital: crítica da economia política**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.03, livro 03, cap. XV E XXXVIII. 1980.
- Mc Carthy, T. **La Teoría Crítica de Jürgen Habermas**. Madrid : Técnos, 1987.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de - **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de et al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de - **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo**. Campinas (SP): IFCH / UNICAMP, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; e LEITE, Sérgio (Coords.) - 1996. **Os impactos regionais dos assentamentos; dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ/FINEP (mimeo).
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. 1997. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: **A reforma agrária e a luta do MST/João Pedro Stédile (org.)**. Petrópolis, RJ, Vozes.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de e LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos Assentamentos rurais do Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MEJIA, Marco Raul. 1994. “Educação Política: Fundamentos para uma nova agenda Latino-americana”. In: **O pêndulo das Ideologias; a educação popular e o desafio da pós-modernidade**/Pedro Benjamim Garcia... [et al]. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 1994.
- MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1990. (Tese de Doutorado).

- MELO, Maria Lúcia G. Figueira – **Violência no campo: um estudo sobre os movimentos sociais na Amazônia rural**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades/ UFPB, 1990.
- MELLUCI, A. **Sistema Político, Partiti e Movimenti Sociali**. Milano:Giangiaco­mo Feltrinelli Editore, 1976.
- MELLUCI, A. “Um Objetivo para os Movimentos Sociais?”. **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, jun. n° 17, 1989.
- MELLUCI, A. “Paradoxes of Post-Industrial Democracy, Evereday Life and Social Movements”. **XII Word Congress of Sociology**. Madrid, 1990.
- MELLUCI, A “Movimentos Sociais, Inovação Cultural e o Papel do Conhecimento”. Entrevista de Alberto Melluci a L. Avritzer e T. Lyra. In: **Novos Estudos CEBRAP: S. Paulo**, n° 40, nov. 1994.
- MENOR É ESCRAVO NO MERCADO DE TRABALHO. Violência contra meninos de rua. In: **Tribuna do Norte**. Edição Especial. Natal – RN: 01 de Jan. 1995. p.11.
- MENOR OCUPA 30% DA MÃO-DE-OBRA DOS CANAVIAIS. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 de junho 1993.
- MIELE Neide. **A mulher na palha da cana: estudo sobre as condições de vida,, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita – PB**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba /Centro de Humanidades/ Curso de Mestrado em Sociologia, 1985. (Dissertação de Mestrado).
- MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensaio: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo. Ática, s/d.
- MOISÉS. José Álvaro. **Lições de Liberdade e de Opressão. O novo sindicalismo e a política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro. “Dilemas de Consolidação da Democracia no Brasil”. In: **Lua Nova**, São Paulo, n° 6, mar.; 1989.
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. São Paulo: Global Editora,1984.
- MOORE Jr. BarrIgton. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, Sônia H. N. G. A Constituição de 1988: retrocesso e perspectiva da questão agrária. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA. Ano 19; n. 2; ago. a nov. /99; p0p. 73 – 82.
- MORAES DA SILVA, Maria Aparecida. “Como ‘expulsar o camponês’do proletário”. In: **Travessia**, Ano III, n° 8, set-dez. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1990.
- MORAES, Maria S. – 1994. “Reassentamento de atingidos pelas barragens do Alto Rio Uruguai.” In: MEDEIROS, L. et alii (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo. EDUNESP.
- MORAES. Maria Dione Carvalho de – 1993. **Organizações não-governamentais e campesinato: Novas alianças políticas no campo tecnológico (O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança)**: Campina Grande: UFPB-CH (Tese de Mestrado em Sociologia).

- MORAES, Maria D. C. de. “Movimentos Sociais e Análise Social / Uma reflexão”. In: Raimundo B. dos Santos Júnior. **Movimentos Sociais nos Anos 90: Confronto e reencontro entre sociedade civil e estado**. Teresina: CEPAC, 1993.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização**. Cadernos de Formação n.11. São Paulo: MST, 1986.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas camponesas**. Brasília: Iattermund, 1997.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. **O sindicalismo e a usina: redefinindo relações. Um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos canavieiros no Município de Sapé (1984 – 1994)**. Campina Grande – PB: UFPB, out. 1996. (Dissertação de Mestrado).
- MORTALIDADE infantil. O Rio Grande do Norte ainda suporta essa vergonha. In: **Tribuna do Norte**. Edição Especial. Natal – RN: Domingo, 01 de jan. 1995, pp. 16, 17, 34.
- MORTALIDADE infantil. Reveillon e o olhar grave de Janaína. In: **O Poti**. Natal – RN:01 de jan. 1998.
- MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE. Folder. Natal – RN, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Assassinatos no campo: crime e impunidade: 1964 – 1985**. São Paulo, MST, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Normas Gerais do MST**, São Paulo: MST, 1989.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **II Congresso Nacional do MST. Ocupar, Produzir, Resistir**. Brasília DF: 03 A 05 de abr, 1990.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Uma concepção de desenvolvimento rural**. Cadernos de Cooperação Agrícola n. 01. São Paulo: CONCRAB, MAI. 1994.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de formação n.20. São Paulo: MST, 1993. Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação n. 23. São Paulo: MST, 1995.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Vamos organizar a nossa base**. São Paulo: MST, 1995.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro. I Encontro Nacional de Educadoras e educadores da Reforma Agrária**. Brasília: 28 – 31 de julho de 1997.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. Caderno de Formação n. 27. São Paulo: MST, 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Campanha de construção da Escola Nacional do MST**. Caderno de Formação n. 29. São Paulo: 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Princípios de Educação do MST**. Cadernos de Educação n. 8. São Paulo: MST, 1988.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**. Cadernos de Cooperação Agrícola n. 07. São Paulo: CONCRAB, nov. de 1998.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. São Paulo: MST, 1998. (Coleção Fazendo Escola).
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Balanço do MST em 1998**. São Paulo: MST, jan. 1999.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **A evolução da cooperação agrícola do MST (1989 – 199)**. Caderno de Cooperação Agrícola n. 08. São Paulo: CONCRAB, ago. de 1999.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. “Transição Política: Antecedentes, Natureza e Cenário”: In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UNB. vol. IV, nº 01, jan. / jun.; 1989.
- NAVARRO, Zander. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul”. In: **Política, Protesto e Cidadania no Campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Zander Navarro (Org.). Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, PP. 62 – 105.
- NAVARRO, Zander. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo. O MST e a reforma agrária” In: **A Reforma Agrária e o MST**. João Pedro Stédile (org.) 2ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- NEGROMONTE, Bianca. “Estudo propõe forma de recuperação regional”. In: **Jornal do Comércio**. Recife – PE, 19 de dez. de 1993.
- NETO, Guilherme Pedro. “Assalariados, negociar mais e melhor”. In: **Trabalhador Rural** n.06. Informativo da CONTAG. Brasília – DF: CONTAG, 1996.
- NETTO, José Paulo. “Nótula a teoria da ação comunicativa, de Habermas”. In: **A Teoria da Ação em Debate**. Maria do Carmo Brandt de Carvalho (org.) São Paulo: Cortez/FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.
- NOBRE, Gismário Ferreira. **A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba**. Campina Grande – PB: UFPB / Centro de Humanidades, 1990. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- NOGUEIRA, Marcos Aurélio. “A Sociedade Civil Contra a Política?”. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 8, nº 2; 1994.
- NOVAES, José Roberto. “Campanhas Salariais dos canavieiros do Nordeste: velhos e novos desafios”. In: **Revista Proposta**, nº 42, Ano XIV – outubro; Rio de Janeiro: FASE.1989.
- NOVAES, José Roberto Pereira. **Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do Nordeste**. Campinas – SP: UNICAMP / Instituto de Economia, 1993. (Tese de Doutorado em Economia).
- NOVAES, Regina Célia Reyes. “A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba”. In: **Igreja e a Questão Agrária**. Seminários Especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985, pp. 209 – 247.

- NOVAES, Regina Célia Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflito no campo**. São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1987. (Tese de Doutorado).
- NOVAES, Regina C. R. Questões para a chamada assessoria. In: **Revista Proposta**, Ano XIV – out. 1989; Rio de Janeiro: FASE.
- NOVICKI, Victor de Araújo. **O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA (Dissertação de Mestrado). 1992.
- NUN, José. “A Democracia e a Modernização Trinta Anos Depois”. In: **Lua Nova**. São Paulo, nº 27. 1992.
- NUN, José. “La Legitimidad Democrática y los Parecidos de Família: notas preliminares”. In: **Zona Abierta**, 46 - 47, jan / jun.1988.
- NUNES, Edson. ”Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos”. **Lua Nova**, nº 17, São Paulo, 1989.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Brasília: DF: ENAP, 1997.
- O’ DONNELL, Guilherme. “Democracia Delegativa?” In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo. nº 31, out. 1991.
- O’ DONNELL, Guilherme. “Sobre o Estado, a Democracia e Alguns Problemas Conceituais”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 36, jun. 1991.
- OFFE, Claus, & WIESENTHAL, Helmut. “Duas Lógicas de Ação Coletiva”. In: Claus Offe. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus, & WIESENTHAL, Helmut. **Capitalismo Desorganizado**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (Re)ligião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: FASE, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. “Quem tem medo da governabilidade?”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. n.41. S. Paulo: março de 1995.
- OLIVEIRA, F. de. “A Questão do Estado, Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos”. **Cadernos ABONG**, nº 8. Rio de Janeiro, jul.1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira”. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- OLIVEIRA, Rosisk a Darcy de DOMINICE, Pierre. “Freire: develar”, In: **Leitura Crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Práxis Histórica**. São Paulo: Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. “Dialética e Hermenêutica em Jürgen Habermas”. In: **Dialética e Hoje**, André Haguete (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- ORTEGA Y GASSET, J. **A Rebelião das Massas**. S. Paulo: Martins Fontes: 1987.

- ORTIZ, Renato. “Rediscutindo o Popular”. In: **Presença**, nº 3, março, 1984.
- OTTMANN, Götz. “Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 41, mar. 1995.
- OS NÚMEROS da exclusão. **Jornal da Cidadania**. Ano 03 n.62. Rio de Janeiro: IBASE, 16 de nov. a 15 de dez.1997.
- PACTO da Zona Mata. **Pela Erradicação do Trabalho Infantil e Pela Profissionalização dos Adolescentes no Setor Sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco**. Minuta. 2ª. Versão, 01 /09 / 1997.
- PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola. 1985.
- PALMEIRA, Moacir. Debate: “Reforma Agraria Hoje”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**: Rio: CPDA – UFRRJ, jun. nº 6, 1996.
- PANTOJA, M. **Xagu: de sem – terra a assentado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia. 1992. PPGS / IFCS/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.
- PAOLI, M. Célia. “As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão de Gênero”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 31, out. 1991.
- PAULILLO, Luiz Fernando. e ALVES, Francisco J. da Costa. “Crise agrícola e redução dos direitos trabalhistas: a citricultura sai na frente”. In: **Raízes**, Ano XVI, No. 15; dez. 1997. pp. 36 – 44.
- PEDROSA, Mário. “Teses para o Terceiro Mundo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. vol. 2. 1978.
- PIAGET, Jean e Inhelder, Barbel. **A Psicologia da Criança**. 14ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.
- PIAGGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- PINTO, José M. de Resende. **Administração e Liberdade: um estudo de um conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- POLETO, Ivo. O futuro da questão agrária brasileira. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA. Ano 19, n.02. Campinas – SP: ABRA, ago. / Nov. 1989, pp. 07 - 10.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. Movimentos sociais e a construção de políticas públicas: novos desafios para a educação popular. In: **Gaveta Aberta**, n. 5; Recife, junho de 1998; pp. 21- 32.
- PORQUE VALE a pena apoiar o trabalho da FASE. **Suplemento da Revista Proposta** Ano 28 no. 81. Rio de Janeiro: FASE, jun. / ago. de 1999.
- PRATES, Antônio A. P. “Sindicato: Organização e Interesses na Sociedade Capitalista Avançada”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 2, out. 1996.
- PRZEWORSKY, Adan. “Alguns problemas en el Estudio de La Transicion Hacia la Democracia”. In: O’ Donnell, G e outros (comps.). **Transiciones Desde Un Gobierno Autoritário**, vol. 3. Buenos Aires. Paidós, 1994.
- PRZEWORSKY, Adan. **Democracia e Mercado: no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume – Dumará, 1994.

- PT dá sustentação às ocupações dos sem terra. In: **Jornal do Comércio**. Recife, 21 de set. 1995. pp. 9 -10.
- QUEBRA de safra de cana no Nordeste. **Jornal do Comércio**. Recife, 22/09/93
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social. A guerra sertaneja do Contestado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- QUINZENA. Especial n.117. **Resumo das Teses ao IV CONCUT**. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, s/d.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.
- REFORMA Agrária urgente. **Cadernos do Terceiro Mundo**. n.121, nov. de 1 Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1995. pp.04 – 24.
- REFORMA longe do modelo ideal. **Jornal do Comércio**. Economia. Recife: **Jornal do Comércio**: Recife, 16 de jul. 1995; pp. 2 – 5.
- REIS, F. W. “Constituição, Pacto e Poder”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, N° 1, vol. 1, jul. 1986.
- REIS, F. W. “Estado, Economia, Ética, Interesse: Para Reconstrução Democrática no Brasil”. In: **Planejamento e Política Pública**, n° 1, jun. 1989.
- REIS, F. W. “Para Pensar as Transições”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n° 30, jul., 1991.
- RELATO do trabalho na região Litoral Norte da Bahia com assalariados rurais do reflorestamento e agroindústria na construção da sua própria organização. Por Maria Rosa Almeida Alves. Equipe de Assessoria Sindical. Esplanada – BA, 17 de agosto de 1993. (Documento).
- RELATÓRIO Final da Comissão Especial de Acompanhamento às Ações do Governo do Estado de Pernambuco nos municípios da Zona Mata Sul. Recife – PE: 20 de nov. de 1995.
- RESTREPO, Luiz Alberto. “A Relação Entre Sociedade Civil e Estado: Elementos Para uma Fundamentação Teórica do Papel dos Movimentos Sociais na América Latina”. In: **Tempo Social**, vol. 2, n° 2. São Paulo, USP, 1995.
- RIBEIRO, A. C. “Movimentos Sociais: caminhos para defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90”. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice / ANPOCS, 1991.
- RIBEIRO, Nelson de F. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RICHMOND. P.G. **Piaget: Teoria a Prática**. 2ª Edição. São Paulo: IBRASIL, 1981.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990, 151p.
- SADER, Emir. “Estado e movimentos sociais”. In: **Cadernos ABSS** Ano IX, n. 02 (Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social). São Paulo: Cortez / ABESS, out. 1988, pp. 5 – 19.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

- SADER, Eder. “Movimentos Sociais: notas para um debate”. In; **Cadernos ABESS**, Ano IX, n. 02 (Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social). São Paulo: Cortez / ABESS, out. de 1988, pp. 44 – 56.
- SALES, Ivandro. Da Costa et alli. **Metodologia da Aprendizagem da Participação e de Organização de Pequenos Produtores**. Caderno CEDES. São Paulo, 12: 32 – 44 1987.
- SALES, Ivandro da Costa. **Trabalhos associados na produção/comercialização/distribuição e na política**. Cadernos de Educação Popular. Petrópolis (RJ): 15: 28 – 43, 1989.
- SANTOS, Raimundo. “Habermas e o Socialismo Hoje”. In: **Presença**. 17 nov. / mar.1991/92.
- SANTOS, Raimundo. (Org.). **Contemporaneidade e Política**. Rio de Janeiro. Sociedade do Livro: Instituto Astrogildo Pereira, 1994.
- SANTOS, Raimundo. 1996. (Org.) **Questão Agrária e Política**: Autores Pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- SANTOS, Raimundo. **Modernização e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Edur, 1996.
- SANTOS, Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- SANTOS, Vicente Tavares dos. (Org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. Campinas: Editora da UNICAMP / Ícone Editora, 1985.
- SANTOS, Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- SANTOS, Wanderley G. dos. “Transição em Resumo: do passado recente ao futuro imediato”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 1, jun. ANPOCS, 1986.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da Representação no Estado Representativo Moderno**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito / UFMG, 1982.
- SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS – SEAPAC. **Plano Trienal de Trabalho 1997-1999**. CNBB – NE II. Província Eclesiástica de Natal. Natal – RN, 1997.
- SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS – SEAPAC. **Relatório de Avaliação 1996**. Natal – RN: SEAPA, 1996.
- SEDUP / GRS. “Os assalariados da cana – de – açúcar no Brejo Paraibano”. In: **Cadernos do CEAS** n. 105 Salvador – BA: CEAS, 1986, PP 19 – 34.
- SEM – TERRAS enfrentam choque e cavalaria da PM, na praça. **Jornal de Alagoas**. Maceió – AL, 02 out. 1991.p.A – 7.
- SEM TERRA impedidos e entrar no INCRA. **Isto é**, 28/09/1994.
- SEM TERRA acampam e pressionam o INCRA. **Jornal do Comercio**. Recife, 28/09/1994.
- SEM TERRA. Burocracia impede a distribuição de terras. **Jornal do Comércio**. Recife – PE, 19/06/1994.
- SEM – TERRA ocupam 14 áreas em Pernambuco. In: **Jornal do Comércio**, Questão Agrária (1). Recife – PE, 01 de out. de 1995

- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório Anual de Atividades 1990. Natal – RN: SAR, 1990.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Estudo sobre a área da cana. Natal – RN: SAR, 1990. 16p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN. **Área da cana: prioridade ou não?** Natal – RN: SAR, 1990. 05p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório de estudo sobre aspectos gerais do Vale do Açu 1991. Primeira parte: Características gerais. Natal: SAR, 1991.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório de reunião do Pólo da Cana. São José do Mipibu – RN, 14 /03/1993.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório Curso de Formação Sindical. São José do Mipibu – RN, 04 a 06 de junho de 1993. Natal – RN, SAR, 1993. 10p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório de Atividades 1993. Natal – RN: SAR, abr. 1994.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Dossiê da Campanha Salarial dos Canavieiros do RN. Manuscrito. Natal – RN: SAR, 1994.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório de Reunião do Polo Sindical da Cana. Goianinha – RN. Em 12 de março de 1994. Natal – RN: SAR, 1994. 05p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório do I Encontro de Jovens Canavieiros. De 19 a 20 de nov. de 1994. Centro Pastoral de Canguaretama. Natal – RN: SAR, 1994. 07p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório do Encontro de Planejamento do STRs da Área da Cana. Realizado em Arês – RN, 10 de mar. 1994. Natal – RN: SAR, 1994.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório do Encontro de Mulheres da Área Canavieira. Natal: RN, de 12 a 13 de novembro de 1994. Natal: SAR / FETARN/ STRs. 1994. 16p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório Anual de Atividades 1994. Natal – RN: SAR, s/d.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
Relatório Avaliação Anual 1995, Natal – RN: SAR, 1995.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN. **Plano Trienal do SAR 1995 – 1997.** Natal – RN: SAR, 1995. 69p.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN.
FETARN/ STRs. I Seminário sobre a Realidade Socioeconômica da Área Canvieira. 14 a 15 de junho de 1995. **Relatório.** Natal: SAR/FETARN/STRs, 1995.

- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN. **Relatório**. II Encontro de Jovens Assalariados Rurais da Área Canavieira. 25 a 26 mai. 1995. Natal – RN: SAR/FETARN/STRs, 1995.
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR / ARQUIDIOCESE DE NATAL - RN. **Relatório Anual de atividades 1996**. Natal – RN: SAR, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Krischke, P. Org). **Uma revolução no Cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. – São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SCHIOCHET, Valmor. “Sociedade Civil e Democracia. Dimensão Histórica e Normativa da Sociedade Civil como Esfera Autônoma em Relação ao Mercado e ao Estado”. In: **Cadernos CEAS**, Salvador, nº 151.
- SEMINÉRIO, Franco Lo Presti. **Piaget: o construtivismo na psicologia e na educação**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.
- SHEPARD. **Camponeses; sua participação no Brasil**. Rio e Janeiro; Paz e Terra, 1979.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis:Vozes, 1996.
- SILVA, José Gomes da. Mas, qual Reforma Agrária? In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA. Campinas, 11 – 60, abr. / jul. 1987.
- SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro. A Reforma Agrária na Constituinte 1877 – 1988**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 233p.
- SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária na Virada do Milênio**. Campinas (SP): ABRA 1996.
- SILVA, Paulo R. Palhano da. **Novo momento da luta pela terra.: quando o patrão sai de cana**. Natal - RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte / CCHLA, 1995. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
- SILVA, Rosemiro Magno da. e LOPES, Eliano Azevedo. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju – SE: EDUFS, 1996.
- SILVEIRA, Elenir. **A viabilidade econômica do Assentamento Nova Ramada do Município de Júlio de Castilhos**. Cruz Alta, 1995. (Monografia).
- SINDICATOS mobilizam I milhão. **Diário de Natal**. Natal – RN: 16 / 09 / 1986, p.10.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL, FETAPE, CEHTA, CPT – NE, CEAS – RURAL & ACR. **Seminário Regional Crise e Reestruturação no Complexo Sucoalcooleiro do Nordeste**, Relatório. Recife – PE, 31/05 a 03/06 de 1993, 77p.

- SIEBENEICHLER, Flávio B. Jürgen Habermas, **Razão Comunicativa e Emancipação**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia. **Greve nos Engenhos**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- SOARES, José Arlindo. **A Frente de Recife e o Governo do Arraes – Nacionalismo em Crise: 1955 – 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/ CENTRO DE CULTURA NEGRA/ PROJETO VIDA DE NEGRO. **Frechal, Terra de Preto. Quilombo Reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís – MA: SMDDH/CCN/PVN, 1996.
- SOUSA, L. E. de. **Resistência Popular ao Genocídio do Nordeste (1979 - 1983)**. CPT / CERAC / IBASE, s / d.
- SOUZA, João Francisco de. A produção do conhecimento na Educação Popular. In: **Cadernos ABESS**, Ano IX, n. 02 (Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social). São Paulo: Cortez / ABESS, out. de 1988, pp. 68 – 80.
- SOUZA, Clemilda Maria de Oliveira de. **Movimento operário na zona canavieira de Pernambuco (Um estudo das relações entre canavial e usina: 1955 – 1964)**. Campina Grande – PB: UFPB/CAMPUS II/CH/DSA: 1982. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural).
- SPÓSITO, M. P. A ilusão fecunda. **A luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- STEPAN, Alfred. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STÉDILE, João Pedro. De que Programa Agrário precisamos. In: **Reforma Agrária**. Revista da ABRA, v. 23, n.02. Campinas (SP): mai / agos. 1993.
- STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- STÉDILE, Pedro. Entrevista. In: **Revista Universidade e Sociedade**. Brasil: ANDES, Ano VII, nº 3, julho, 1997.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardes Mançano. **Brava Gente. A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- STAA/FETAPE/FASE/CEHTA/CPT-NE, CEAS-Rural/ACR. **Seminário regional crise e reestruturação no complexo sucroalcooleiro do Nordeste**. Relatório. Recife, 31/05 a 03/06 de 1993.
- TAVOLARO, Sérgio B. F. “Novos Movimentos Sociais e o Modelo Procedimental de Democracia de Jürgen Habermas”. In: **Temáticas**, Campinas, 4 (8), jul. / dez.1996. p. 143 – 166.
- TEJO, Ángela M. Metri. **A Questão Regional no Contexto dos Anos 60 e na Década Atual: O discurso da Integração e da Descentralização**. Campina Grande – PB: Curso de Mestrado em Sociologia/ Centro de Humanidades / Universidade Federal da Paraíba, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

- TEIXEIRA, A. C. CHAVES. “Pensando as Organizações Não-Governamentais a Partir da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas”. In: **Temáticas**, Campinas, 4 (8); jul. / dez. 1996.p.167 – 183.
- THOMPSON, E. P. **A Historia de Classes Operaria Inglesa**. Rio: Paz e Terra. vol. 3. 1989.
- THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciência de Clase**. Barcelona: Crítica. 1989.
- TORRES, Carlos Alberto. **Leitura Crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.
- TORRENS, Carlos Sampaio. **Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra: 1978/90**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- TORRENS, Celso Sampaio. O processo e construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra. In: **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do brejo paraibano**. Campina Grande: UFPB/Centro de Humanidades (Dissertação de Mestrado). 1988.
- TOSTA, Wilson. Representantes da sociedade civil endossam críticas de Betinho. In: **Folha de S. Paulo**, 04 de mai.1996.
- TOURAINÉ, Alain. "As Possibilidades da Democracia na América Latina". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. S. Paulo, n° 1, junho, 1986.
- TOURAINÉ, Alain. **EI Regreso de Actor**. Buenos Aires: Ed. Universitária de Buenos Aires, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. **O Pós-Socialismo**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. "Os movimentos Sociais. Para Evitar Mal Entendidos". In: **Lua Nova**. n° 17. São Paulo, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. “Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina”. São Paulo: Trajetória Cultural / Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é a Democracia**. Petrópolis: Vozes.1996.
- TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do brejo paraibano**. Campina Grande: UFPB/Centro de Humanidades (Dissertação de Mestrado).1998.
- TRABALHADORES rurais se confrontam com polícia na porta do palácio. **Jornal de Hoje**. Maceió – AL, 03 de out. de 1991.
- TRABALHADORES rurais pedem Reforma Agrária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12/05 1995.
- TRABALHADORES param suas atividades. In: Canavieiro. **Boletim Informativo da FETARN**. N.02; Natal – RN: 18 set. 1995.
- TRAGTEMBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. 2ª. edição. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1990.
- TRIBUNA DO NORTE. Natal – RN, 01 de jan. 1995.
- TRIBUNA DO NORTE. Natal – RN, 06 de abr. 1997; 02 de mai.1997; 02 de out.1997.

- UCHÔA, Marco. O Mapa da Pobreza. 42% das Crianças do RN são Nanicas. In: **Diário de Natal**; Natal – RN, 28 de dez. 1994, p. 13
- VACCA, Giuseppe. **Pensar o Mundo Novo. Rumo a Democracia do Século XXI**. São Paulo: Ática, 1996.
- VEIGA, José Eli da. Assalariados rurais: a precariedade do trabalho educativo. In: **Reforma Agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. v.12, N03; MAI/JUN. – Campinas – SP, 1982, pp. 18 – 20.
- VEIGA, José Eli da. **A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário no Brasil**. Petrópolis (RJ): 1990.
- VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, v. 2 – Salvador – BA, dez. 1995.
- VENTURI, Gustavo. “O Universalismo Ético: Köhlberg e Habermas”. In: **Lua Nova**: São Paulo, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª. edição. Rio: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck “Vantagens do Moderno, Vantagens do Atraso”. In: **Presença**, nº 12, jul.; 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A Esquerda, a Cultura Jacobina e os neoliberais”. In: **Presença**. Revista de Política e Cultura, nº14, nov. 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Seis Teses Sobre Conjuntura”. In: **Presença**, nº13, mai.1989.
- VIANNA, Luiz Werneck Debate: “A Reforma Agraria Hoje”, In: **Estudos Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: CPDA: UFRRJ, jul. nº 6; 1996.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Problemas Modernos na Construção da Hegemonia”. In: **Presença**. nº 11, jan. 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. “O Moderno na Política Brasileira”. In: **Presença**, nº 5. São Paulo. Jan.1985.
- VIANNA, Luiz Werneck. “O Problema da Ruptura”. In: **Presença**. nº 5, São Paulo, jan.1985.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Um Processo à Procura de um Ator”. In: **Presença**, nº 8, ago. de 1986.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Esquerda do PMDB e a Solução Democrática da Transição”. In: **Presença**. nº 9, fev. 1987a.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A ruptura está na Constituinte”. **Presença**, nº 10, jul. 1987, p. 5 - 9.1987b.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A Herança Que não Renunciamos e os Movimentos Sociais Modernos”. In: **Presença**. São Paulo. Abril, nº 15. 1990.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville” In: **Lua Nova**. Nº 30. São Paulo: CEDEC. 1993.
- VICENTE fala: uma mão na terra, outra no coração (A Luta Camponesa no Vale do Jequitinhonha). Entrevista de Vicente Gonçalves Afonso, o Vicente de Nica, a Márcia Angelina Alves, Margarida Maria Moura, Sônia Lacerda e Outros. Rio de Janeiro:

- Instituto de Apoio Jurídico Popular / FASE, JUNHO DE 1993. (Coleção Socializando Conhecimentos, 9).
- VIGEVANI, Tullo. “Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A dificuldade de elaboração de um projeto”. **Lua Nova**, São Paulo, nº 17, jan.1989.
- VIOLA, E. J. “ O movimento Ambientalista no Brasil (1971 – 1991): Da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1992, pp.266 e ss.
- VIOLA, E. J. e . Nickel, J. W. “Integrando a Defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente”: Lições do Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**. S. Paulo, nº 40, nov.1994.
- VOLTA de subsídios reacende críticas ao programa. Reportagem sobre crédito para usinas por Cristiane Perini Lucchesi. **Folha de São Paulo**. São Paulo:15 /02/1993.
- WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1997.
- WEFFORT, F. **Qual Democracia**. S. Paulo: Cia das Letras, 1992a.
- WEFFORT, F. “Novas Democracias. Que Democracias?”. In: **Lua Nova**. São Paulo. nº 27, 1992b.
- WEFFORT, F. “Democracia, Política e Desenvolvimento”. In: **A democracia como proposta**. Rio: IBASE, 1993.
- WEID, Jean Marc. “Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola no Brasil”. In: **Proposta**. Rio de Janeiro, 27: 3 – 13, nov. 1985.
- WEISSHAUPT, Jean-Robert. “A teoria da ação em Alain Touraine: alguns supostos e uma aplicação teórica” In: **Teorias da ação em debate**. Maria do Carmo Brandt de Carvalho (org.). São Paulo: Cortez/FAPESP: Instituto de Pesquisas Especiais, PUC, 1993.
- WOLF, Alan. . “Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado a Sociedade Civil”. In: Weffort, F., Wolf, A e outros. **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.
- WORLD BANK sugar report; Brazil subsector review. [s. l.], 1989. (Xerografado).
- WRITE, Stephen K. **Razão, Justiça e Modernidade. A obra recente de Jürgen Habermas**. São Paulo: Icone, 1995.
- ZAMBERLAM, J. e FRONCHETI, Alceu. Respostas econômicas de assentamentos rurais: um estudo de caso. In: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis, RJ. Vozes. 1997.
- ZAMBERLAN, Jurandir, FRONCHET, Alceu. **Assentamento Riachão do Avaí – Uma história gerando vida**. Passo Fundo: Ed. Berthier.1998.
- ZÉ MELAÇO. Sind. Dos Trab. da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco. Ano 01, No. 02 ; nov. 1989.
- ZERMENO, Sérgio, “El Regreso del líder: David y Goliath”. In: **Revista do CLACSO**, ano XIX, nº 56, abr.; 1990.
- ZIMMERMANN. Neusa Castro de. **Depois da Terra, a Conquista da Cooperação**. Um estudo do processo de organizativo num assentamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Brasília: UNB, 1989. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

ZONA Mata terá Conselho. Lideranças vão definir projetos para a Região. Economista contesta projeto de Arraes. In: **Revista ISTO É**, 11 de dez.. 1994.

ANEXO I

LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS UTILIZADOS NO TEXTO

01. CEPP – Centro de Estudos Político-pedagógicos. Caderno Pedagogia do Movimento Político. Nº 2, Outubro de 1997. São Luiz. Maranhão.
02. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Fórum Permanente de Debate da Amazônia. Manaus. 1991.
03. CEAPA – Central Estadual das Associações dos Assentamentos e de Pequenos Agricultores de Alagoas. Prospecto de divulgação da entidade. Maceió, 1992.
04. CENTRAC – Centro de Ação Cultural. CENTRAC, 10 Anos: Democracia, Participação e Cidadania. Campina Grande (PB), 1996.
05. EQUIP – Escola de Formação Sindical Quilombo dos Palmares. Populares do Nordeste, 1998. Recife (PE), EQUIP:1997.
06. CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Encontro sobre o Projeto de Alfabetização em Assentamentos. CONTAG/FETAG's. Relatório. Brasília, 09 a 10 de fevereiro de 1998.
07. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Processos Formativos. 1998. Recife, PE, 1998.
08. Fórum Brasil Século XXI. Uma rede nacional constituída por instituições locais de reflexão e debate sobre um projeto estratégico para o Brasil do Século XXI. Fórum Brasil Século XXI, Brasília, 1998.
09. Encontro de Articulação de Entidades na Mata Sul de Pernambuco. CONULTE. FASE/CEAS – Rural. CPT, CENTRU, STRs, ACR e outros. Palmares, 12 de abril de 1996.
10. FASE, SERTA, Centro das Mulheres do Cabo, CEAS-Rural, STR's Palmares, outros. Articulação de Entidades na Mata Sul/PE. Convite. Seminário Orçamento Municipal como Instrumento de Realização de Políticas Públicas. Palmares, 28/04/1997.
11. Articulação de Entidades da Mata Sul de Pernambuco. Convite. Reunião de Debates e Informação sobre Bolsa Escola. FASE, STR's, SERTA, CEAS. Ribeirão. 17/03/98.
12. Instituto do Homem. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável Local. São Luis, MA. 1999.
13. Instituto do Homem – Informações Básicas. São Luís, MA, 1999.
14. CARITAS BRASILEIRA. Capacitação Imersa – Relatório Síntese. 1999.
15. CARITAS BRASILEIRA. Capacitação Imersa – Relatório Síntese da Comunidade Sítio Navio, Canapi – AL, em 22 de 04 a 18 de 07 de 1999.
16. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Seminário Regional de Educadores e Educadoras Rurais. Tema: Metodologias de Capacitação em Desenvolvimento Local e Educação Popular. Intervenções, por Severino José de Lima, agosto de 1999.
17. CONTRATO AACC/KAS – Plano de Trabalho par 1997 a 1999. Resultado do Seminário de Aplicação do Método ZOOP, 8 a 9/01/1996. Associação de Apoio às Comunidades do Campo, Natal, janeiro de 1996.
18. AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte e outros. Seminário A Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. Relatório. Natal (RN), outubro 1997.
19. Circulando. Informativo da Rede de Educadores Populares do Nordeste. Ano VII – Julho 1999. Nº 09.

20. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Programa 1999.
21. AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo: Relatório do Encontro de Avaliação da Ação em 1996. Parnamirim, 18 a 20 de dezembro de 1996.
22. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Relatório do Encontro Ampliado do Núcleo de Educadores e Educadoras Rurais das Experiências Acompanhadas pela EQUIP. Junho de 1998.
23. FHC e o “Novo Mundo Rural”. Em Tempo, nº 40 – maio de 1999.
24. Sangue em Eldorado, por Mônica Bergamo e Gerson Camarotti. Veja, 24 de abril de 1996.
25. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. Relatório Analítico sobre a Violência em Alagoas, janeiro-agosto/1996 (Mimeo).
26. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: Violência e Marginalidade no Complexo Sucroalcooleiro: Alagoas e o Nordeste, por Geovani Jacó de Freitas. Proposta nº 55, novembro de 1992.
27. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Assalariados Rurais: Para onde vai a Organização. Revista Proposta nº 42 – Ano XIV – outubro de 1989.
28. Presidência da República. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Programa Zona da Mata, Brasília – DF, s/d.
29. FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Marcha pelo Emprego, pela Reforma Agrária e pela Cidadania na Zona da Mata. Manifesto. Recife, 02 de julho de 1996.
30. Pacto da Zona Mata – Pela Erradicação do Trabalho Infantil e pela Profissionalização do Adolescente no Setor Sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco. Minuta, 2ª versão, 01/09/97.
31. Governo de Pernambuco. PROMITA – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata. Março de 1998.
32. Fórum da Terra da Mata-Sul. Cricri, nº 10. Palmares, Pernambuco, 1996.
33. Articulação de Entidades da Mata Sul-PE. Relatório do Seminário sobre o PROMATA – Segunda Etapa. Recife, 20 de agosto de 1996.
34. Articulação de Entidades da Mata Sul/PE. Relatório Síntese do Encontro de Articulação das Entidades da Mata Sul/PE. Março de 1996.
35. FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. II Seminário da Zona da Mata: Os Novos Desafios para Ação Sindical. Recife, 27 a 29/07/95. Relatório.
36. Comissão Pastoral da Terra (CPT – Nordeste, FASE – Alagoas, CEAS – Rural, FETAPE e STR´s. Documento sobre o Fórum da Mata Sul de Pernambuco. Uma tentativa histórica da Mata Sul, suas dificuldades, suas lutas, seus desafios. Objetivos do Fórum, os desafios, as proposições. Recife, PE – Julho de 1998.
37. Articulação de Entidades na Mata Sul/PE. Plataforma Eleitoral – 1996. Contribuição ao Debate, s/d.
38. Articulação de Entidades na Mata Sul/PE. Relatório do Seminário sobre os programas em execução ou previstos para Zona da Mata. Palmares, 03/06/1996.
39. Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco. João Paulo de Lima e Silva (Relator). Relatório Final da Comissão Especial de Acompanhamento às Ações do Governo de Pernambuco nos Municípios da Zona da Mata Sul que compõem a “Área de Exclusão”. Recife, 20 de novembro de 1995.

40. Alguns dos Projetos e Programas em Execução ou Previstos para a Região da Zona da Mata de Pernambuco. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Programa Regional Nordeste, s/d.
41. Governo de Pernambuco. Secretaria de Planejamento. Projeto de Geração de Renda. Parceria do Centro das Mulheres do Cabo e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). Pesquisa em nível municipal sobre o grau de conhecimento e informação sobre o “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco” (SEPLAN). Documento 3 (julho de 1996) e Documento 4 (agosto de 1996).
42. Articulação de Entidades da Mata Sul de Pernambuco – Relatório Encontro de Avaliação de Planejamento das Entidades par 1997. Palmares, PE, 04/11/1996.
43. Articulação de Entidades na Mata Sul de Pernambuco. Roteiro Seminário “Democratização do Poder Local e Eleições Municipais/96”. Palmares/PE, 01/07/1996.
44. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Departamento Regional de Ensino Mata Sul/Palmares. Pesquisa sobre o Perfil Político – Eleitoral dos Alunos Concluintes do 2º grau. Palmares, PE, 01/07/1996.
45. Coletivo de Articulação da Mata Sul/PE. Documento Preliminar sobre a Crise na Região Canavieira da Zona Mata Sul de Pernambuco e Alternativas. Palmares/PE, outubro de 1993.
46. FASE-NE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Programa Regional Nordeste. PROALCOOL: O que pensa e sugere a sociedade civil organizada sobre a retomada do Programa Nacional do Alcool. Recife: FASE, 1996.
47. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. Alagoas: “Democracia em Pedacos”. Dossiê 96. Maceió, Alagoas, s/d.
48. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. Atividades Realizadas pelo FPCV/AL. Maceió, setembro de 1997.
49. Associações de Produtores, STR de Baraúna, FETARN, AACC e outros. I Encontro sobre Cooperação dos Projetos de Assentamento do Município de Baraúna. Relatório Final. Baraúna – RA, 20-21/03/1998.
50. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Algumas Reflexões Qualitativas sobre o Acompanhamento das Experiências de Rurais realizado pela EQUIP. Recife, março de 1998.
51. EQUIP. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Primeiro Encontro do Núcleo de Educadores (as) das Experiências de Rurais Acompanhadas pela EQUIPE. Recife, 13/05/1997.
52. MTB/SEFOR/CODGTAG/SETAS/SINE-RN. Plano de Qualificação e Requalificação Profissional no RN. Projeto Assentamentos, Programa de Trabalho para o ano de 1997, a ser realizado pela AACC. Natal, s/d.
53. Instituto do Homem. Relatório das Atividades Realizadas no Exercício. São Luís, Maranhão, dezembro de 1997.
54. Instituto do Homem. Relatório Anual de 1996. São Luís, 1996.
55. Instituto do Homem. Relatório do Triênio 1991 a 1993. São Luís – MA.
56. Instituto do Homem. Relatório de Atividades Realizadas no 1º Trimestre de 1998. São Luís – Maranhão, março de 1998.
57. FASE – Federação e Órgãos para Assistência Social e Educacional – Campanhas Salariais de Canavieiros em Alagoas: Uma trajetória de ausências (de 1986 a 1995). Maceió, FASE – Alagoas – 1995.
58. Comissão Pastoral da Terra, CPT – Nordeste. Terra e Cidadania: 10 Anos de Compromisso. Recife, PE, 1998.

59. MST, ACR, Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão, Pastoral de Juventude, Pastoral da Mulher, STR de Itapemirú: Quebradeiras de Côco e outros. Dia Nacional de Luta das Mulheres Contra a Violência no Campo e por Reforma Agrária. Programação. Itapecuru Mirim, Maranhão, 12 de agosto de 1999.
60. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Dia Nacional de Lutas das Mulheres contra a Violência e a Impunidade no Campo e por Reforma Agrária. Documento Nacional da ANMTR – 1999.
61. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE Hoje. Boletins abril de 1998. Boletim Ano III, nº 21 – maio de 1998 e Boletim Ano III, nº 19. Março de 1998.
62. BRASIL Urgente – Lula Presidente. Questão Agrária. Comitê Nacional Lula-Bisol. São Paulo.
63. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano de Alagoas da Ingazeira-PE. Apresentação Institucional. 1999.
64. O Globo. Debate Condena excesso de autonomia das ONG's. 2ª edição, Sábado, 07 de setembro de 1996.
65. Fórum da Amazônia Oriental. Desenvolvimento e Sustentabilidade para a Amazônia. Você também é capaz! Belém, Pará. 1999.
66. Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP. CEDAPP, plantando esperança. Pesqueira, Pernambuco. 1999.
67. ACONERUQ. Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão. Histórico, objetivos. São Luis – MA, 1997.
68. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Educando para a Cidadania. Histórico, Missão, Objetivos e Estratégia. Rio de Janeiro, s/d.
69. Articulação Semi-Árido. Semi-árido Paraibano. Boletim, Ano 2, nº 3 – nov/dez. 1995. Campina Grande – PB.
70. Articulação Semi-Árido. Boletim Semi-árido Paraibano. Ano 2, nº 05, jun/jul/agos/1996. Campina Grande-PB.
71. Articulação do Semi-Árido. Boletim Semi-árido Paraibano. Ano 4, nº 1 e Ano 4, nº 2. Campina Grande – PB, abril e maio de 1998.
72. IV Encontro Nacional de Luta pela Moradia. Texto nº 4. Desafios Atuais para os Movimentos Populares. Belo Horizonte, MG, 13/03/1998.
73. Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN. Cidadão. Informativo da AACC, Edição Especial Eleições 96. Ano I, nº 06, setembro 96, Natal-RN.
74. Associação de Apoio às Comunidades do Campo. Apresentação Institucional, 1988.
75. Seminário sobre Descentralização, Desenvolvimento Local e Gestão. BNB/PNUD/FIDA/Centro Josué de Castro/Rede Brasileira de Capacitação par o Desenvolvimento Rural. Relatório. Recife, 20 a 22/11/1996.
76. AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. Ações Realizadas em 1997. AACC – Natal, novembro de 1997.
77. Contrato AACC/KAS – Plano de Trabalho para 1996. Natal/RN, 12/12/1995.
78. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Jornal ABONG, nº 18, maio de 1997.
79. CENTRAC – Centro de Ação Cultural. Boletim Informativo. Campina Grande – Paraíba, novembro de 1999, nº 4.
80. Centro Agroecológico Sabiá. Dois Dedos de Prosa, Informativo Especial nº 28, Recife-PE, maio de 1999.
81. Associação de Apoio às Comunidades do Campo. Cidadão. Boletim Informativo – Ano II, nº 15 – outubro/novembro de 1997. Natal – RN.

82. Associação de Apoio as Comunidades do Campo. Cidadão. Boletim Informativo. Ano I, nº 01, abril de 1996. Natal – RN.
83. CONTRATO AACC/KAS. Relatório de Atividades Realizadas no ano de 1996. Natal/RN, dezembro de 1996.
84. Associação de Apoio às Comunidades do Campo. Seminário Anual. Relatório. Linhas para uma Ação Estratégica da AACC em 1997 (Texto em Elaboração). Natal, 13 de janeiro de 1997.
85. APAEB. Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente – Folha do Sisal – Números 56, de julho de 1999; n.58, de setembro de 99; n.59, de outubro de 1999 e nº 60, de dezembro de 1999.
86. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agência de Cooperação Técnica no Brasil. Uma história de parceria. Brasília, DF, IICA, s/d.
87. CNBB – Regional Nordeste II – Província Eclesiástica de Natal – SEAPAC (Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. Plano Trienal de Trabalho 97-99. Natal, agosto de 1996.
88. Central Única dos Trabalhadores – CUT. Relatório do Seminário “O Nordeste Além da Seca. Petrolina-PE, 27 a 28 de maio de 1998.
89. Relatório do Seminário Estadual El Niño e as Ações de Convivência com a Seca em Pernambuco. Coordenação: FETAPE, Centro Agroecológico Sabiá e Cáritas Brasileira. Olinda-PE, 5 a 6/03/1998.
90. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Reivindicações do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Frente à Seca do Nordeste. Brasília: CONTAG, 1998.
91. Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Violência no Campo. Vozes/IBASE, 1985.
92. CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 97. Goiânia, junho de 1998.
93. Jornal do Comércio, Recife, 13 de agosto de 1999. Opinião, p. 07. Funções do Estado, por José Luiz Delgado.
94. MST anuncia novos ataques à agências bancária. Diário de Pernambuco, Recife, 15 de setembro de 1998. C7.
95. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Para uma melhor distribuição da terra. O desafio da Reforma Agrária. Versão Popular. Elaborada por Frei Betto. CPT/Loyola, 1998.
96. MST tenta eleger 20 deputados federais; por Daniel Hessel Teich. O Global, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1998 – p. 8.
97. República Federativa do Brasil. Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A reforma agrária no Brasil 1995-1998. Brasília. Governo Federal, 1999.
98. Fundação Konrad Adenauer Stifting. Brasil, Apresentação Institucional, s/d.
99. Relatório Encontro Ampliado do Núcleo de Educadores (as) Rurais do Nordeste. Os Movimentos Sociais Populares na Atual Conjuntura do Nordeste. Jaboatão/PE. 05 a 07 de junho de 1998. Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Recife-PE, 1998.
100. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN). Secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente. Dados da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte em 1997. FETARN, Natal, outubro de 1997.
101. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Revista Gaveta Aberta, nº 01, novembro de 1991, nº 2, de junho de 1995, nº 3, de março de 1996; nº 5, de junho de 1998, e, nº 4, de outubro de 1996.
102. RECOPA – Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados. Carta de Fundação. Rio de Janeiro, outubro de 1995.

103. FASE – Federação de Órgãos par Assistência Social e Educacional. A Quem Interessam as Campanhas Salariais dos Trabalhadores Canavieiros de Alagoas? Maceió-AL, FASE:1986.
104. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Processo de Trabalho e Violência no Complexo Sucroalcooleiro em Alagoas. FASE – Alagoas, 1995.
105. Governo ajude CONTAG com mais de R\$ 1,18 milhões. Jornal do Comércio, Recife, 14 de agosto de 1999, p. 9.
106. Zumbido. Edição Especial. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão. São Luís-Maranhão, setembro de 1999.
107. Instituto do Homem. Guia de Defesa da Mulher. Movimento de Mulheres do Maranhão. São Luís-MA, outubro de 1991.
108. AACC – Curso Introdução à Gestão. Programação – Conteúdos, s/d.
109. IBASE – Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Econômicos – Ação da Cidadania. Terre Citoyenne. Jornal Mundial, número 2, maio de 1998.
110. Grito dos Excluídos. Especial nº 10 – abril de 1998. Setor de Pastoral Social – CNBB.
111. Grito dos Excluídos. Especial nº 12, nov/dez/1998. Setor de Pastoral Social da CNBB. Brasília-DF.
112. Terceira Semana Social Brasileira. Número 12 – março de 1999. Setor de Pastoral Social da CNBB. Brasília-DF.
113. Articulação do Semi-Árido Paraibano. Série Experiências de Convivência com o Semi-Árido. Cisternas de Placas. PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas as Comunidades). Campina Grande-PB.
114. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária e Integração dos Assentamentos ao Desenvolvimento Municipal. Diretrizes e Recomendações Metodológicas para Orientação dos Trabalho dos Consultores. Brasília, julho de 1997.
115. Oficina de Cooperação AACC/ASSOCENE. Assessoria e Capacitação para o Desenvolvimento Local: Referenciais e estratégias para uma Ação Integrada no NE. De 15 a 18 de maio de 1997; Recife-PE.
116. Instituto do Homem. Manual das Associações Comunitárias. São Luis-MA, Janeiro de 1996.
117. EQUIP. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. A certeza na frente às leis na mão. Cartilha. Recife-PE, s/d.
118. Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de caráter nacional. São Paulo, 15 de julho de 1988. Executiva Nacional do MST.
119. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Plano Nacional: 1989-1993. Caderno de Formação 17. São Paulo s/d.
120. MST – I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Goiânia, 1982.
121. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Política de Alianças. São Paulo: Gráfica Peres, 1992.
122. MST – Movimento Sem Terra. Construindo o Caminho. São Paulo, s/d.
123. MST – Movimento Sem Terra. MST rumo ao Terceiro Congresso. São Paulo. MST:1995.
124. MST – Movimento Trabalhadores Sem Terra. Terra não se ganha, se conquista! Cadernos Formação 9. São Paulo, MST, 1986.

125. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. A luta continua. Como se organizam os assentados. Cadernos de Formação 10. São Paulo, 1986.
126. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Cadernos de Formação 11. São Paulo. MST:1986.
127. MST, CNBB, UNICEF, VAESCO e UNB. Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. Luziânia/GO, 27 a 31/07/1998. Programação.
128. MST. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola. MST. s/d.
129. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ano IX, nº 96, set. 90.
130. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Jornal dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Ano XVI, nº 171, agosto 1997.
131. Massacre e impunidade em Rondônia. A Classe Operária. Órgão Central do Partido Comunista do Brasil. Ano 71. 6ª Fase – nº 136, set. 1995.
132. Presidente pede apoio para a Reforma Agrária. O Estado de São Paulo, 19 de setembro de 1997.
133. MST endurece e não libera reféns. Diário de Natal. Natal, 12/09/1998.
134. Tensão leva polícia a cercar cidade do PR. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 19/09/1997.
135. Governo pode desarmar Sem Terra do Nordeste. Diário de Natal. Natal, 10/10/1998.
136. MST denuncia “assassinato de sem terra em engenho. Folha de São Paulo. São Paulo, 26/09/1996.
137. PM discute desocupação de Fazenda. Diário de Natal. Natal-RN, 10/10/1998.
138. Debate Sindical. Nº 10, Fev/Mar/Abr. 1992. Centro de Estudos Sindicais. São Paulo.
139. FASE – Federação de Órgãos para Assist. Social e Educacional. Plano Trienal 1993-1995. Janeiro de 1991.
140. Ministério do Interior. SUDENE. Plano de Ação Governamental pro Nordeste – PAG/Nordeste. Recife, Julho de 1993.
141. EQUIP/FASE/CGNAP. Nordeste e Nordestinos na conjuntura da recessão. Cadernos do Nordeste. Nº 4, 1992.
142. EQUIP/FASE/AFBNB. Seminário Análise de Conjuntura Pós-Eleitoral no Nordeste Brasileiro. Relatório. Camaragibe, PE, 28-30/11/1996.
143. Instituto do Homem. Manual das Pequenas Comunidades. São Luís-MA, 1992.
144. Província Eclesiástica de Natal. Projetos Alternativos – RA. Trienal 93-95. Natal, outubro de 1992.
144. CNBB – Regional Nordeste II. Província Eclesiástica de Natal. Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC. Relatório de Avaliação. Natal, abril de 1996.
145. Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC/RN à Diocese de Caicó-RN, 17-22/10/94.
146. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Uma Escola de Formação no Nordeste. Calendário 1998. Apresentação Institucional. Recife, 1998.
147. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. As ONG’s e a Realidade Brasileira – 1. A questão do Estado. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos, por Francisco de Oliveira. Cadernos ABONG, nº 8, s/d.
148. CUT-Central Única dos Trabalhadores. Manifesto dos Trabalhadores Rurais relativo a crise econômica e social. CUT-DNTR. I Congresso. São Paulo, 04 de maio de 1990.
149. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH, Para quê e para quem? São Luís-MA, 1979.

150. Centro D. José Brandão de Castro. Informativo Rural, Ano 1 – nº 04, abril de 1998.
151. Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN-MA; Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. 1988 a 1998. Projeto Vida de Negro – 10 anos de luta pela regularização e titulação das terras de preto no Maranhão. São Luís-MA, 1988.
152. O Massacre Étnico é aqui! Panfleto contra o massacre contra as populações negras rurais de Alcântara pela expansão do Centro de Lançamento de Alcântara do Ministério da Aeronáutica. São Luís-MA, s/d.
153. Manifesto à População dos Municípios da Mata Sul de Pernambuco, em torno das eleições municipais. Associações Comunitárias, Centro de Mulheres de vários municípios; STR's, ONG's. Palmares, PE, s/d.
154. Fundação Friedrich Naumam. Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE)/Deutsche Stiftung fur internationale Eutwicklung. Enfoque Participativo para o Trabalho em Grupos. Recife, ASSOCENE, 1988.
155. Cáritas Brasileira/Universidade de Brasília. Sobrevivência e Cidadania. Avaliação Qualitativa dos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas Brasileira. Brasília. Editora UNB, 1995.
156. APAEB – Valente. Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. APAEB-Valente, Lado a lado com o pequeno produtor rural. Valente-BA, setembro de 1988.
157. Cáritas Brasileira – Regional do Piauí/Centro Educacional S. Francisco de Assis (CEFAS)/CPT – Comissão Pastoral da Terra – Piauí. Cooperativismo, uma alternativa para os pequenos. Teresina-PI, maio de 1994.
158. Centro Piauiense de Ação Cultural. História, Estrutura Organizativa, Programas de Trabalho, Identidade, Missão, Papéis Básicos. Teresina-PI, CEPAC, s/d.
159. Relato do Trabalho na Região Litoral Norte da Bahia com Assalariados do Reflorestamento e Agroindústria na Construção da sua própria organização, por Maria Rosa Almeida Alves, do Coletivo de formação da CUT/BA. Esplanada, 17 de agosto de 1993.
160. Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida/IBASE. Jornal da Cidadania. Ano I – nº 12 – 16 a 31 de março de 1995.
161. Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida/IBASE. Jornal da Cidadania. Ano 3, nº 57 (junho), 62 (nov/dezembro) e 63 (dezembro) de 1996.
162. Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida/IBASE. Jornal da Cidadania – Ano 4, nº 64 (janeiro), nº 66 (março), nº 68 (maio), nº 70 (julho), nº 72 (setembro) e nº 74 (novembro) de 1998. Ano 5, nº 80, junho de 1999 e nº 85, novembro de 1999.
163. Projeto Vida de Negro. Frechal Terra de Preto Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís-MA:SMDDH/CCN-PVN, 1996.
164. Alternativas Populares para o Nordeste – Cadernos do Nordeste, nº 7. Escola de Formação Quilombo dos Palmares e Recife, 1997.
165. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Rede de Educadores Populares do Nordeste. Texto Subsídio para o Processo de Preparação do Etapão Popular. São Luís-MA, 22 a 26 de outubro de 1997.
166. Associação SEDUP/Serviço de Educação Popular). Relatório do Encontro de Formação de Educadores Populares. Cabedelo/PB, 06 a 07 de setembro de 1999.
167. Centro de Assessoria Multiprofissional. Desenvolvimento Sustentável: concepção dos movimentos populares rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

168. CONTAG-Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Desenvolvimento Local Sustentável Baseado na Agricultura Familiar. Construindo um Projeto Alternativo. Brasília, setembro de 1997.
169. CONTAG. Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Programa de Formação de Lideranças e Técnicas em Desenvolvimento Local Sustentável. Módulo II – Brasília, setembro de 1998.
170. Central Geral dos Trabalhadores. Cadernos Educação 1 – Os trabalhadores e a Constituinte. São Paulo, novembro de 1986.
171. Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas. Como fazer Leitura do Orçamento Público Municipal. Recife, 1997.
172. Comisión de Coordinación para la Solidaridad entre los Trabajadores Azucareros del Mundo. Mundo Azucarero. Informativo, vol. XIII, Número 3, Junio 1989. Toronto, Canadá.
173. Escola Quilombo dos Palmares/Federação de Órgãos para Assist. Social e Educacional/Centro Nordeste de Animação Popular. Os Movimentos, a Crise, o Projeto. EQUIP/FASE/CENAP, Recife, 1994.
174. Retrato do Brasil. A Fome. Editora Três. Rio de Janeiro, 1984.
175. Centro de Estudos Sindicais. 4º CONCUT. Debate Sindical, nº 8, junho/julho, agosto, 1991.
176. Corrente Sindical Classista – CUT. Em defesa da Unidade Classista dos Trabalhadores, s/d.
177. Central Única dos Trabalhadores. 4º CONCUT. Teses, 4 a 8 de setembro de 1991.
178. Projeto Manejo Sócio-Ambiental Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Almada. Jornal Águas do Almada – Ano 2, nº 4. Bacia Rio Almada – BA, maio de 1998.
179. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Central Única dos Trabalhadores/Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's). Grito da Terra Brasil, 1998. Resultados das Negociações. Julho de 1998.
180. Central Única dos Trabalhadores. Plataforma da CUT par o 6º Congresso da CONTAG, 24 a 28 de abril de 1995.
181. CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), FETAG-AL (Fed. Dos Trab. na Agricultura de Alagoas). Relatório de 3º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas. Maceió-AL, 19 e 20 de maio de 1992.
182. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Seminário Poder Local, Políticas Públicas e Participação Popular. Texto Memória, Camaragibe, PE, 29 de maio/01 de junho de 1996.
183. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Relatório de Avaliação Atuação da FASE em 1996. Plano Trienal 1996/1998. Rio de Janeiro, março de 1997.
184. FASE. Programa Regional de Itabuna-BA. Planos Operativos Anuais, 1997 e 1998.
185. FASE. Programa Regional Nordeste. Quadro de Atividade fins e de gestão. Relatório Descritivo de Atividade. 1º semestre de 1996.
186. Cáritas Brasileira. Escritório Regional Nordeste II. Fundos de Miniprojetos Mata/PE e Alagoas. Planejamento. 1998.
187. Confederação dos Trabalhadores na Agricultura/FETAG's. Relatório Encontro Regional Nordeste de Assalariados. Carpina-PE, 18-20/07/1989.

188. Federação de Órgãos para Assist. Social e Educacional. Equipe FASE – Itabuna. Seminário da Frente de Assalariados Rurais. Trajetória da Equipe – Balanço. Itabuna, Bahia s/d.
189. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. II Seminário Regional Participação Popular em Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda. Itabuna, Bahia, 30/07/1997.
190. Instituto do Homem. Diretrizes Setoriais para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Itapocuru Mirim, Estado do Maranhão, outubro de 1997.
191. Instituto do Homem. Relatório de 1995. São Luís-MA, s/d.
192. Centro Cultural de Brasília (CIAS/IBRADES). Reunião dos Parceiros da Fundação Kourad Adenauer. São Luís do Maranhão, 03 a 05/08/1998.
193. AACC-RN. Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. A gestão das Organizações Comunitárias no Meio Rural. II. Formas e modelos de Organização. Ano I. Vol. V. Natal, junho de 1995.
194. AACC-RA. Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural do Nordeste. Contribuições. Ano I, Vol. 1. Natal-RN, Junho de 1994.
195. AACC-RN. Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. A gestão das organizações comunitárias no meio rural: III .- Os projetos produtivos. Natal, junho de 1995.
196. Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. Itaparica: A dor de um povo gerando energia. Petrolândia-PE, 1992.
197. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. CONTANDO ESTÓRIAS NA OFICINA “Viver a Vida”. União dos Palmares-AL, abril de 1995.
198. FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – Pólo Sindical Sertão Central. Primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Relatório. Serra Talhada-PE, 15 e 16/12/1984.
199. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Pólo Sindical do Sertão Central. Segundo Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central-PE. Relatório. Serra Talhada-PE, 23 e 24/11/1985.
200. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – Pólo Sindical Sertão Central-PE. Relatório do Terceiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Serra Talhada-PE, 06 e 07/12/1986.
201. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Sertão-PE, em preparação ao 1º Encontro Estadual. Relatório. Serra Talhada-PE. 14 e 15/11/1987.
202. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Pólo Sindical Sertão Central. Quinto Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central-PE. Relatório. Serra Talhada-PE, 17 e 18/12/1988.
203. Movimento de Mulher Trabalhadora. 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Relatório. Picos-PI, 26 a 28/05/1989.
204. Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco-PE/BA. Hora de Mudar é hora de lembrar. A luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento; s/d.
205. Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas. Contando histórias nas Oficinas “Viver a Vida”, em Colônia Leopoldina-AL. Parte 1 – s/d.
206. I Encontro Regional Cáritas NE – II. Relatório. Recife-PE, setembro de 1994.

207. Serviço de Assistência Rural (SAR) – Arquidiocese de Natal. Relatório de Atividades 1989. Natal-RN, 1989.
208. Serviço de Assistência Rural (SAR) – Arquidiocese de Natal. Relatório de Atividades. Comunidade de Lagoa do Sal – Touros. Natal-RN, 1989.
209. Serviço de Assistência Rural (SAR). Arquidiocese de Natal. Relatório de Atividade 1990. Comunidade de Cajá – Touros. Natal-RN, 1990.
210. Serviço de Assistência Rural (SAR). Arquidiocese de Natal. Dossiê Tourinho/Reduto: Violência, tensão e medo. Natal-RN, SAR/CONSULEST/UFRN, 1992.
211. "Desapropriada a Zabelê". Jornal O POTI, por Paulo Roberto Palhano Silva. Natal-RN, 05/09/1993.
212. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. A reforma agrária na vida da Igreja. Cadernos Pastorais, nº 46. Fortaleza, 1983.
213. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Serviço de Documentação e Informação Popular (SEDIPO) – O homem e a seca no Nordeste: realidade, desafios, esperanças. Recife, maio de 1982.
214. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Nordeste, Desafio à Missão da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.
215. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais do III Congresso dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília-DF, 1979.
216. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais do IV Congresso da CONTAG. Brasília-DF, 1985.
217. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Conflitos no Campo no Brasil. Goiânia-GO, 1995.
218. Movimento de Luta pela Terra. Luta, Conquistas, Reforma Agrária Já. Apresentação, Objetivos e Normas. Salvador-Bahia, 23/11/1994.
219. Movimento dos Desempregados do Sul da Bahia. Política Agrícola e Reforma Agrária Já. Convocatória. Itabuna-Bahia, s/d.
220. Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas as Comunidades (PATAC). O retrato de Paus Brancos. Cartilha. Campina Grande-PB, 1990.
221. Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas as Comunidades (PATAC). Boletim Notícias da Gente, nº 06. Campina Grande-PB, 1989.
222. Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas as Comunidades (PATAC). Boletim Notícias da Gente, nº 08. Campina Grande-PB, 1989.
223. SEDUP-Serviço de Educação Popular – Diocese de Guarabira-PB. Terra e Salário Justo para Quem Trabalha. 1º de maio. Semana Sindical – 82. Cartilha de Educação Sindical. Guarabira-PB, 1982.
224. Central Única dos Trabalhadores – Paraíba – 8 de março de 1987. Dia da Mulher. Da luta eu não fujo! Margarida Alves. Dossiê sobre a morte de Margarida Alves. João Pessoa, CUT-PB, junho de 1988.
225. Escola de Formação Quilombos dos Palmares. Relatórios de Atividades 1995, 1996 e 1997. Recife – Pernambuco.
226. Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza. CEAHS. Projeto Ação Cidadã e Solidariedade. Natal, março de 1999.
227. Movimento Sem Terra – MST. Relação de Acampamentos Vinculados ao MST no Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 01/09/1998.
228. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Maranhão. Demonstrativo dos Projetos de Assentamento Criados. 1985-1998. São Luís-MA, 1998.

229. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Perfil de Cursistas. 1992. Recife, PE. 1992.
230. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. O fazer acadêmico e os movimentos sociais do Nordeste. Relatório de Encontro. Recife, 1993.
231. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Sócio-construtivismo e Concepção Metodológica Dialética. Alguns pontos para o Confronto. Recife, 1991.
232. EQUIP – Listagem das Atividades de Formação, anos 1987-1992. Recife, 1992.
233. EQUIP – Roteiro Comentado nº 10. Seminário de Negociação Coletiva de Trabalho em Dirigentes Sindicais Canavieiros. Recife-PE, 1991.
234. Outras Fontes Documentais: Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas – Arquivo:
- a) “Show no Calçadão Marca Dia dos Direitos Humanos” – Gazeta de Alagoas. Maceió; 11/12/96.
 - b) Sobre Repressão aos Movimentos Sem Terra, Movimento Sem Teto e Movimento Sindical. Fato da Praça dos Martírios. Gazeta de Alagoas: 02/11/1991; 03/11/1991. Jornal de Alagoas: 02/11/1991; 03/11/1991. Jornal de Hoje:02/11/1991; 03/11/1991.
235. Outras Fontes Documentais: Arquivo da CPT-Nordeste (AL-PE-PB-RN). Material Jornalístico:
- a) Sobre a exploração do trabalho do menor nos canaviais e a luta sindical:
 - Jornal do Brasil: 06/06/93
 - b) Sobre a crise e impactos sobre os usineiros:
 - Isto é/1.237 – 16/06/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 22/09/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 05/12/93
 - c) Crise do Setor Canavieiro do Nordeste: Fechamento de Usinas, Queda da Produção, Diversificação:
 - Jornal do Comércio-Recife, 22/09/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 07/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 08/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 09/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 01/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 19/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 10/12/93
 - d) Sobre os Impactos Sociais da Crise do Setor Sucroalcooleiro – Nordeste:
 - Jornal do Comércio-Recife, 12/12/93: Entrevista com Manoel Correia de Andrade (UFPE)
 - Jornal do Comércio-Recife, 11/12/93: Posição de Jorge Coelho, da Associação Brasileira de Reforma Agrária.
 - Jornal do Comércio-Recife, 14/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 18/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, Zona da Mata Nua e Crua, 03/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, 05/12/93
 - Jornal do Comércio-Recife, Zona da Mata Nua e Crua, 02/12/93
236. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO – FASE – RECIFE-PE.
- a) Crimes e Impunidade no Campo:
 - Isto é, 22/09/1993
 - b) Reforma Agrária, MST, Ocupação de Terras:

- Jornal do Comércio, Recife, 07/04/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 24/04/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 12/05/91
 - Jornal do Comércio, Recife, 19/06/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 28/04/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 28/09/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 09/10/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 27/03/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 21/04/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 16/07/95
 - Jornal do Comercio, Recife, Questão Agrária I, II, III e IV, 01/09/95; 01/10/95 e 01/11/95.
 - Jornal do Comércio, Recife, 10/12/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 14/07/98
 - Jornal do Comércio, Recife, 26/07/98
- c) Greve dos Assalariados Rurais:
- Jornal do Comércio, Recife, 18/09/93
 - Jornal do Comércio, Recife, 10/11/93
 - Diário de Pernambuco, Recife, 07/04/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 07/04/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 14/01/95
- e) Pacto da Zona da Mata de Pernambuco/Políticas de Desenvolvimento da Zona Canavieira:
- Diário de Pernambuco, Recife, 02/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 07/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 01/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 06/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 13/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 01/01/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 01/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 06/01/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 15/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 09/10/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 06/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 07/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 01/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 10/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 27/11/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 21/11/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 14/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 08/12/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 11/12/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 12/12/95
 - Isto é – A revandia do álcool, 15/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 30/04/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 01/01/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 22/12/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 03/11/95

- Diário de Pernambuco, Recife, 20/05/94
 - Diário de Pernambuco, Recife, 21/06/93
 - Jornal do Comércio, Recife, 25/11/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 01/12/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 09/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 15/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 16/12/94
 - Jornal do Comércio, Recife, 15/01/95
- f) Crise, Crimes e Violência na Mata Sul de Pernambuco:
- Diário de Pernambuco, Recife, 22/10/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 25/10/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 27/10/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 11/11/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 14/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 15/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 18/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 27/11/95
 - Diário de Pernambuco, Recife, 13/12/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 11/12/95
 - Jornal do Comércio, Recife, 22/12/95
- g) Reforma Agrária/Ação da Cidadania/Comunidade Solidária/Nordeste/Fome:
- Campanha “Democracia na Terra” – Folha de São Paulo, 25/03/95
 - Campanha contra a Fome – Diário de Pernambuco, 01/04/95; Folha de São Paulo, 03/05/96; Folha de São Paulo, 04/05/96
 - A miséria como prioridade – Betinho – Folha de São Paulo, 07/05/95
 - Desafio e oportunidade – Ruth Cardoso – Folha de São Paulo, 14/05/95
 - Programas Sociais – Assistencialismo – Folha de São Paulo, 13/08/95; Diário de Pernambuco, 26/08/95; Folha de São Paulo, 05/12/95 e 11/12/95; Diário de Pernambuco, 23/02/96
 - Corrupção/Programas Sociais/Governo Federal – Folha de São Paulo, 04/03/96; Jornal do Comércio, Recife, 23/02/96
 - Políticas Sociais – Paliativos: Veja, 17/04/96; Folha de São Paulo, 08/05/96; Diário de Natal, 29/12/94
237. OUTRAS FONTES:
- Sem Terra – Ocupação. Jornal da Paraíba, 29/07/99
 - Cooperativa de Assentados Tiriri – Gazeta Mercantil, 20/08/98
 - Revista Sem Terra, junho de 1997, nº 15
238. Para que participação nos Governos locais? Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. São Paulo: Polis/Recife: SUDENE, 1996.
239. Comissão Nacional da Consulta Popular. Projeto Popular para o Brasil – Cartilha – São Paulo, 1997.
240. Programa Alimentos por Trabalho, uma alternativa para o desenvolvimento do Semi-árido. CRS, Recife, 1995.
241. Outras Fontes Hemerográficas: Sem Terra, Ocupações, Assentamentos Rurais – Nordeste:
- Jornal da Paraíba, Campina Grande-PB, 04/06/96
 - Diário da Borborema, Campina Grande-PB, 24/11/87
 - Diário da Borborema, Campina Grande-PB, 10/12/87

- O Norte, João Pessoa-PB, 07/04/87
 - Correio da Paraíba, João Pessoa-PB, 30/04/85
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 30/11/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 02/11/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 17/11/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 09/11/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 05/10/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 28/09/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 21/09/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 07/09/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 08/07/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 18/05/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 02/05/97
 - Diário de Natal, Natal-RN, 30/04/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 27/04/91
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 18/04/97
 - Diário de Natal, Natal-RN, 17/04/97
 - Jornal Mossoroense, Mossoró-RN, 17/04/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 06/04/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 30/01/97
 - Diário de Natal, Natal-RN, 25/03/97
 - Diário de Natal, Natal-RN, 23/03/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 30/01/97
 - Tribuna do Norte, Natal-RN, 12/12/97
242. Dossiê Hemerográfico do Fórum Permanente contra a Violência em Alagoas – 1996/1997. Maceió-AL: FPCU-AL: 03/09/97.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS ENCONTROS E EVENTOS ASSISTIDOS E OBSERVADOS

100. Encontro de Educadores Populares da Associação SEDUP. Tema: Discutir e aprofundar a metodologia de trabalho. Promoção: Serviço de Educação Popular (SEDUP); de 06 e 07 de setembro de 1999, em Cabedelo-PB.
101. Seminário de Capacitação AACC/SENE. 1998. Promoção: Associação de Apoio às Comunidades do Campo. Natal, de 26 a 28 de janeiro de 1998. .
102. EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Curso Comunicação e Expressão Oral. EQUIP/Reconstrução, Recife, 1991.
103. EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares. I Encontro com Parceiros da EQUIP para Discutir Políticas Públicas. Natal-RN, 03 e 04 de março de 1998.
104. EQUIP – Escola de Formação Sindical Quilombo dos Palmares. Seminário Regional de Educadores e Educadoras Rurais. Camaragibe, PE; 12 a 14/08/1996.
105. Seminário: A Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. De 08 a 10/10/97. São José de Mipibu- RN Promoção: Associação de Apoio às Comunidades do Campo; Assembléia Legislativa do RN (Centro de Estudos e Debates) e INCRA-RN, FETARN e EMATER-RN.
106. Encontro Ampliado do Núcleo de Educadores e Educadoras Rurais das Experiências Acompanhadas pela EQUIP , 05 a 07/06/98. Jaboatão-PE.
107. Seminário: Crise Rural e Movimentos Sociais. Promoção: Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Local: Camaragibe-PE, 14 a 16/10/93.
108. Grito dos Excluídos. Evento promovido pela CUT/FETARN, Entidade ligadas à Igreja e outras entidades. Dias: 06 a 09/96.
109. Seminário de Avaliação 1996 e Planejamento 1997 da Associação de Apoio as Comunidades do RN. De 18 a 20/12/96, Natal-RN.
110. Curso de Gestão e Planejamento para Associações. Promoção AACC-RN – Assentamentos Zabelé e Boqueirão. Dias 01/11/96 e 08/11/96, respectivamente.
111. Encontro do Fórum do Campo Potiguar. De 29 a 30/04/96, Centro Treinamento de Ponta Negra, Natal-RN.
112. Seminário sobre Desertificação no Seridó. Caicó/RN, 08 a 10/10/98. Promoção: SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários e Grupo de Estudos sobre Desertificação no Seridó-RN.
113. I Salão Nordestino de Agricultura Familiar. Promoção: ASSOCENE / CONTAG / FETARN / AACCRN – Natal-RN; 14 a 17/03/96.
114. Seminário Anual de Avaliação da Ação da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN (AACC-RN). Ponta Negra, Natal/RN, 01 a 04/11/97.
115. Fórum do Campo Potiguar. Seminário Estadual Terra, Água e Trabalho. De 14 a 16/07/98. Natal/RN.
116. Seminário Políticas Públicas para o Trabalho: Um desafio para os Municípios do Rio Grande do Norte. De 16 a 18/06/99, Natal-RN. Promoção: AACC/Fundação Konrad Adenauer e Governo do Estado.
117. Seminário: Diretrizes para o Novo PAPP/RN (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor).Natal-RN. Data: 18 a 20/06/97.

118. Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC-RN. Curso de Capacitação Básica para Alfabetizadores de Jovens e Adultos. Início: de 12 a 15 de junho (Governador Dix-Sept Rosado (RN) e 2 a 6 de julho (Natal-RN) à Dezembro de 1997.
119. AACC-RN. Associação de Apoio às Comunidades do Campo. I Encontro de Capacitação do Grupo de Habilidades de Gestão. 02 a 04/05/97. Natal-RN.
120. Encontro de Formação de Agentes de Cáritas – Regional Nordeste II. De 14 a 16/10/98, Natal-RN.
121. Encontro de Formação de Agentes de Cáritas – Regional Nordeste II. Olinda-PE. 20 a 23/03/1999.
122. Encontro da Rede de Educadores Populares do Nordeste e Atualização Política e Metodológica da Rede. Natal, 04 a 08/03/97.
123. Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP). Etapão Popular do Nordeste. Lagoa Seca-PB, 24 a 28/11/99.
124. Reuniões de Assessoria ao Instituto do Homem – São Luís-MA. Rede Frutos do Cerrado. São Luís, novembro de 1998.

ANEXO III

RELAÇÃO DE COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS RURAIS PESQUISADOS

GRUPOS SOCIAIS LOCAIS OBSERVADOS MAIS DIRETAMENTE

Localidade	Tipo	Município	Estado	Famílias
01. Água Fria	Comunidade	Apodi	RN	131
02. Soledade	Assentamento	Apodi	RN	34
03. Santa Cruz	Comunidade	Campo Grande	RN	32
04. Lages	Comunidade	Caraúbas	RN	37
05. Boa Vista dos Vieiras	Comunidade	Parelhas	RN	46
06. Cachoeira	Comunidade	Parelhas	RN	51
07. Suassurana	Assentamento	Parelhas	RN	21
08. Riacho do Sangue	Comunidade	Macaíba	RN	36
09. Baixa da Quixaba	Assentamento	São Bento do Norte	RN	62
10. Santa Vitória	Assentamento	São Bento do Norte	RN	73
11. Marajó	Assentamento	João Câmara	RN	52
12. Boa Sorte	Assentamento	João Câmara	RN	50
13. Serra Verde	Assentamento	João Câmara	RN	68
14. Lagoa de Sal	Assentamento	Touros	RN	41
15. Capui Açú	Comunidade	Santo Antonio	RN	20
16. Baixio	Comunidade	Santo Antonio	RN	15
17. Santa Terezinha	Assentamento	João Câmara	RN	60
18. Zabele	Assentamento	Touros	RN	337
19. Hipólito	Assentamento	Mossoró	RN	137
20. Lorena	Assentamento	Mossoró	RN	41
21. Boa Vista	Assentamento	Esperança	PB	17
22. Três Irmãos	Assentamento	Triunfo	PB	50
23. Bartolomeu	Assentamento	Bonito de Santa Fé	PB	32
24. Serrotão	Assentamento	Campina Grande	PB	40
25. Paus Brancos	Assentamento	Campina Grande	PB	72
26. Loanda	Assentamento	Itajuípe	BA	50
27. Cafundó	Comunidade	Almadina	BA	60
28. Luiz Correia	Comunidade	União dos Palmares	AL	100